DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2010

edp

www.edpbr.com.br

R$ 7,7 bilhões
receita operacional bruta

1.741 MW
de capacidade instalada de geração

R$ 1,6 bilhão
EBITDA

23.749 GWh
de energia distribuída

R$ 12,8 bilhões
de ativo total

2.741 milhões
de clientes atendidos

R$ 583 milhões
de lucro líquido

ENBR3 NOVO MERCADO BM&BOVESPA

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2011

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC

IEE

Índice Valor Bovespa IVBX 2

EDP - Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 03.983.431/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

2010, para a EDP no Brasil, foi o primeiro ano de um novo ciclo na inovação.

Mantendo o rumo estratégico de crescimento orientado, eficiência superior e risco controlado, investimos em ações para promover o desenvolvimento de novas práticas na empresa e na sociedade, visando a um horizonte de 10 anos.

Entendemos que não é mais possível garantir a sustentabilidade do negócio sem inovar. Há que procurar novas perspectivas, novos processos, novas abordagens para que se possa maximizar a eficiência na utilização dos recursos, fazendo melhor, com menos custos, mais eficiência, menor impacto no entorno e uma entrega de valor mais equilibrada a todos os públicos de interesse.

Após décadas sem grandes transformações, tornou-se imperativo para o setor elétrico procurar novas respostas estruturais. Vivemos um tempo de reajuste na relação do homem com a energia. O ordenamento que hoje conhecemos das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica mostra-se cada vez menos adequado à realidade social, econômica, geopolítica e ambiental emergente.

Está em curso uma mudança de paradigma fundamentada na eletrificação intensiva da economia, na descarbonização, na utilização eficiente e customizada da energia e, cada vez mais, na micro geração distribuída, em novas formas de armazenamento de energia elétrica e em redes de distribuição inteligentes e bidirecionais.

Nesse cenário, a adoção dos princípios do Global Compact (Pacto Global) como base de nossas ações e iniciativas é fundamental na busca de resultados que se convertam em benefícios e criação de valor compartilhado a toda a sociedade, construindo o caminho para superação dos desafios que se colocam.

O futuro está próximo

Para nos prepararmos para essa nova realidade lançamos o Programa EDP 2020 - Rumo à Nova Era Energética, que traz a proposta de estimular a concepção de novos modelos de atuação, reflexão fundamental para nos mantermos competitivos. Uma das iniciativas é o EDP 2020 - Prêmio de Inovação e Empreendedorismo, maior premiação do setor elétrico no país, com aporte de R$ 1 milhão durante os próximos dez anos. É um estímulo à comunidade técnico-científica que nos rodeia a desenvolver soluções economicamente viáveis nos campos de energia limpa e eficiência energética.

Como não podia deixar de ser, o programa também envolve ações no domínio da mobilidade elétrica. A poluição causada pelos meios de transportes movidos a derivados de petróleo é um dos maiores contribuintes para o aquecimento global, nomeadamente nas cidades. Será, portanto e inevitavelmente, uma das áreas em que a penetração de novas formas de energia se fará com mais intensidade.

Com essa convicção, lançamos a primeira rede de abastecimento elétrico de veículos nos Estados do Espírito Santo e de São Paulo, onde se situam as nossas áreas de concessão para distribuição de eletricidade. Instalamos, já, 20 postos de recarga e complementarmente fizemos a doação de 90 bicicletas elétricas para patrulhamento por agentes públicos nos dois Estados.

As redes inteligentes na distribuição de energia são outro dos nossos pólos de atuação. Além da progressiva colocação de telemedidores, nos nossos clientes, lançamos no mês de dezembro o projeto ClimaGrid, em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). É um projeto inovador que conjuga de forma efetiva meios de controle da rede elétrica com sistemas de previsão meteorológica com o objetivo de evitar ou reduzir tanto quanto possível as perturbações causadas na rede elétrica (e, em conseqüência, no serviço que prestamos) por tempestades e descargas atmosféricas.

Conjugando eficiência energética, energias renováveis, inclusão social e prevenção de fraudes, iniciamos um projeto emblemático direcionado a populações de baixa renda, que realizamos em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Em prédios de apartamentos da CDHU em Pindamonhangaba e Mogi das Cruzes instalamos painéis solares, para aquecimento da água de banho e, adicionalmente, promovemos a troca de lâmpadas e de equipamentos, e otimizamos as instalações elétricas existentes, reduzindo significativamente o consumo das famílias.

Confirmamos, na prática, o conceito em que acreditamos: não se consegue mais garantir a sustentabilidade sem inovar.

Solidez e confiabilidade

Nosso olhar para o futuro se apóia em um presente sólido. Ao comemorarmos cinco anos de abertura do nosso capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), podemos afirmar que desenvolvemos todos os setores de atuação. Nossas ações valorizaram-se 177% desde então. A receita bruta cresceu 32% nos últimos cinco anos, atingindo R$ 7,7 bilhões em 2010, 10,3% acima do ano anterior. O EBITDA chegou a R$ 1,6 bilhão, com aumento de 3,5% em comparação a 2009 e de 69,8% no acumulado de cinco anos, e o lucro líquido atingiu R$ 582,6 milhões, em comparação a R$ 695,7 milhões em 2009 ou R$ 574,7 milhões, excluindo-se o efeito não recorrente da alienação da ESC 90. O bom desempenho do Grupo, aliado a uma gestão eficiente e sustentável, explica o destaque no Prêmio "As melhores companhias para os acionistas 2010" da revista Capital Aberto.

Conforme nossa determinação estratégica, a capacidade instalada de geração de energia não parou de crescer no último ano, em projetos de repotenciação e construção de novas usinas, como a Usina Termelétrica Porto do Pecém I e o Parque Eólico de Tramandaí. Contrato realizado com o Banco Europeu de Investimento (BEI) proporcionou crédito de 90 milhões de euros para as distribuidoras do Grupo e a operação de financiamento de Pecém foi premiada pela publicação Euromoney como *Latin Power Deal of the Year*.

Sabemos que 2011 representará um período de novos desafios, principalmente na questão regulatória. Manteremos o foco na eficiência, para que possamos apresentar bons resultados para clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores e comunidades, a quem agradecemos a colaboração, apoio e estímulo durante o exercício que agora termina.

À frente de nosso tempo

Procuramos estar à frente de nosso tempo, preparados para uma revolução em nosso setor. Os próximos dez anos serão críticos. As empresas precisarão definir e executar rapidamente suas transformações para não ficar fora do mercado.

Todos e cada um dos processos operacionais, econômicos ou técnicos que constituem "o negócio" devem ser revistos de forma a garantir a sustentabilidade da empresa e têm de embutir os mecanismos que evidenciem essa mesma característica essencial.

Mais do que uma boa prática "moral", e por isso um "custo" suportado em nome de uma boa "intenção", o exercício da sustentabilidade é condição incontornável para o benefício econômico. Deixou, por isso, de ser uma opção e tornou-se uma imprescindibilidade.

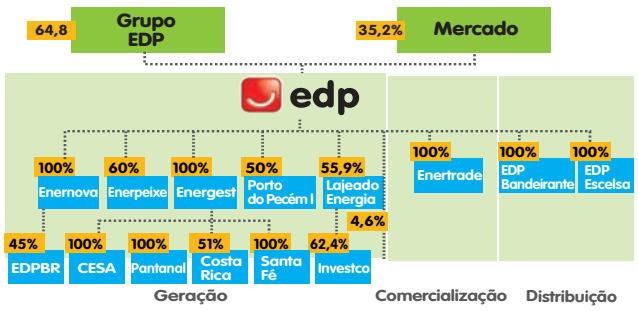
Sabemos que não estamos sozinhos. Somos parte de um grande sistema global movido por fortíssimas interdependências. Trabalhar com os outros para o bem de todos é uma obrigação que assumimos naturalmente.

António Pita de Abreu
Diretor-presidente

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A EDP Energias do Brasil é uma *holding* que detém investimentos no setor de energia elétrica, consolidando ativos de geração, distribuição e comercialização. Está presente no segmento de geração em seis estados (Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul) e no segmento de distribuição em dois estados (São Paulo e Espírito Santo).

Controlada pela EDP Energias de Portugal, uma das maiores operadoras européias no setor energético, a EDP Energias do Brasil abriu seu capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, em julho de 2005, aderindo aos mais elevados padrões de governança corporativa. O organograma a seguir sintetiza a atual estrutura societária do Grupo:



CENÁRIO MACROECONÔMICO E O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

O ano de 2010 registrou resquícios de instabilidade no cenário econômico internacional causado pela forte crise financeira iniciada em 2008, com a economia norte-americana e da zona do euro enfraquecidas. Por outro lado, os países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) superaram a crise e se destacaram positivamente.

No Brasil, o ano foi marcado por uma estabilidade financeira e cenário positivo, reflexo do aumento do consumo interno. A criação de emprego foi a maior do últimos 10 anos, o crédito farto e mais acessível resultou em um crescimento do PIB na ordem de 8,4% até setembro em comparação com o mesmo período de 2009, com expectativa de registrar um crescimento próximo a 8% em 2010. Entretanto, a pressão inflacionária, forçou o Banco Central a elevar a taxa básica de juros (Selic) para 10,75% a.a., preventivamente.

Os impactos da valorização do Real frente ao Dólar, desde a competitividade da indústria nacional no exterior ao forte aumento das importações, impeliram o governo a tomar uma série de medidas na tentativa de conter esse movimento e deverão permanecer em foco no ano de 2011.

CONSUMO DE ENERGIA

O consumo nacional de energia elétrica na rede totalizou 419.016 GWh em 2010 representando um acréscimo de 7,8% em relação a 2009. As classes residencial e comercial mantiveram o patamar de crescimento do ano anterior, crescendo 6,3% e 5,9%, respectivamente.

Destaca-se, para a classe residencial, a elevação do CPC (consumo por consumidor) que passou de 150,1 para 153,9 KWh e a realização de 2.064 milhões de novas ligações. A classe industrial consolidou a recuperação iniciada no segundo semestre de 2009, crescendo 10,6% no ano. Este resultado fez com que o montante de energia distribuída em 2010 superasse os valores de consumo de 2008, antes da crise.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Alterações Regulatórias

No início de fevereiro, a ANEEL aprovou e as empresas de distribuição assinaram aditivo ao Contrato de Concessão, atribuindo um novo tratamento aos ganhos ou perdas oriundos dos encargos setoriais cobrados nas tarifas. O impacto nos resultados das distribuidoras da EDP no Brasil foi de R$ 34 milhões no ano, atuando de forma a reduzir as tarifas dos consumidores.

A ANEEL também publicou a Resolução 414/2010, em setembro, a qual consolidou os direitos e deveres dos consumidores e das distribuidoras, incorporando outras regulamentações. Para as distribuidoras da EDP no Brasil, a resolução traz impactos considerados de pequena magnitude, como a instalação de atendimento em alguns municípios nas áreas de concessão e a definição de novos prazos para o atendimento das solicitações de ligação e religação de unidades consumidoras.

No segmento de geração, houve avanço na regulamentação do recálculo de energia assegurada de usinas hidrelétricas. O Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 861, determinou metodologia para a revisão extraordinária dos montantes de garantia física de energia de hidrelétricas com capacidade instalada superior a 30 MW. Essa medida irá beneficiar todos os processos de repotenciação (iniciando com a UHE Mascarenhas), pois proporciona regras claras para o recálculo.

REVISÕES TARIFÁRIAS

Em 2010, conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa 338/2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou de forma definitiva as revisões tarifárias periódicas das distribuidoras da EDP Energias do Brasil.

EDP Escelsa - Em 03 de agosto de 2010, a ANEEL homologou de forma definitiva a quinta revisão tarifária periódica da EDP Escelsa, com um reposicionamento médio das tarifas de 7,19% para o período de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011.

Neste processo foram estabelecidos pela ANEEL os seguintes valores:
(i) Empresa de Referência: R$ 269,3 milhões; (ii) Base de Remuneração Regulatória Líquida: R$ 1.297,1 milhões;
(iii) Componente Xe do Fator X: índice a ser utilizado no cálculo dos reajustes tarifários anuais de 2011 e 2012, de 0,95%.

A EDP Escelsa interpôs recurso administrativo à ANEEL em face da Resolução Homologatória 1.039/2010, relativa à alteração de mercado do anto-teste e das Perdas Não Técnicas consideradas pelo regulador neste processo de revisão.

REAJUSTES TARIFÁRIOS

EDP Bandeirante - Em 05 de outubro de 2010, a ANEEL aprovou o reajuste médio das tarifas da EDP Bandeirante de 10,70% para o período de 23 de outubro de 2010 a 22 de outubro de 2011. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 7,91%. Ao final de Outubro de 2011 ocorrerá a revisão tarifária periódica da EDP Bandeirante que, provavelmente, será submetida ao 3º Ciclo de Metodologia de Revisões Tarifárias da ANEEL.

Em setembro de 2010 a ANEEL abriu a Audiência Pública 040/2010 que propõe inúmeras alterações ao processo de Revisão, com reflexos expressivos na remuneração das distribuidoras. Para garantir uma saudável continuidade do negócio, os agentes do setor elétrico, além de diálogo intenso e colaborativo, apresentaram manifestações formais à ANEEL com o objetivo de aperfeiçoar a metodologia a ser aplicada.

Leilões

Nos leilões ocorridos em 2010 foi permitida apenas a participação de empreendimentos de fonte de energia renovável. Criou-se uma política de incentivo ao uso de fonte de energia limpa refletindo em preços inferiores aos anos anteriores.

Ao longo de 2010, foram realizados dois leilões A-5, um leilão A-3, um leilão A-1, um leilão de energia reserva, além de um leilão exclusivo para a UHE Belo Monte. O montante leiloado em 2010 de energia nova foi de cerca de 5 GW médios para o Ambiente Regulado, além do montante de 0,39 GW médios relativo ao leilão de energia de reserva. Foram adquiridas concessões de 5 novas usinas hidrelétricas.

Dos leilões realizados no ano passado destaca-se a participação das eólicas no Leilão de Energia de Reserva.

A energia eólica consagrou-se como uma energia competitiva devido aos incentivos concedidos.

Dia 20 de abril de 2010 foi leiloada a UHE Belo Monte, com início de suprimento em 2015 e prazo de suprimento de 30 anos. Dois consórcios concorreram para adquirir a concessão deste empreendimento. Ao todo, foi leiloado o montante de 3.023 MW médios no valor de 77,97 (R$/MWh), apresentando um deságio de 6,02% em relação ao preço inicial (83,00 R$/MWh). Cerca de 5% do montante negociado no leilão foi adquirido pelas distribuidoras da EDP.

Em 30 de julho de 2010 ocorreu o Leilão de Energia Nova A-5. Este leilão foi realizado em duas fases. Na primeira fase foram leiloadas e arrematadas as concessões de 3 usinas hidroelétricas (UHE Garibaldi, UHE Ferreira Gomes e UHE Colider). A usina que apresentou o maior deságio em relação ao preço de referência, 18,8%, foi a UHE Garibaldi com 108,00 (R$/MWh). Na segunda fase foram ofertados lotes de energia das usinas leiloadas na primeira fase, das novas PCH's (pequenas centrais hidrelétricas) e projetos de ampliação. O montante total negociado foi de 327 MW médios (referente as 3 usinas hidrelétricas e 4 PCHs) ao preço médio de venda de 99,48 (R$/MWh). As distribuidoras do grupo EDP comparam cerca de 5% do montante total negociado.

Dia 26 de agosto de 2010 realizou-se o Leilão de Energia Nova A-3, mais conhecido como 2° Leilão de Fonte Alternativa, no qual estavam habilitados a participar os empreendimentos oriundos de PCHs (prazo contratual de suprimento de 30 anos) Eólicas e Biomassas (prazo de suprimento 20 anos). Neste leilão foram negociados 714,3 MW médios ao preço médio de 135,48 (R$/MWh), dos quais 48,1 MW médios provenientes de PCH's (preço médio 146,99 (R$/MWh) e deságio de 5,31%) e 666,2 MW médios oriundos de energia eólica e biomassa (preço médio 134,23 (R$/MWh) e deságio de 19,62%). O grupo EDP não declarou necessidade de compra de energia neste leilão.

Nos dias 25 e 26 de agosto de 2010 ocorreu o 3° Leilão de Energia de Reserva no qual foi leiloada energia provenientes das seguintes fontes: Eólica, produto 2013 e duração de 20 anos; PCH, produto 2013 e duração de 30 anos; Biomassa, produto 2011, 2012 e 2013 e duração de 15 anos. A energia negociada neste leilão tem a finalidade de elevar a segurança de suprimento de energia. Este leilão foi segregado em três fases, uma fase para cada produto, e ao todo foram negociados 0,39 GW médios.

Em 10 de dezembro de 2010 ocorreu o Leilão de Energia Existente A-1, com início de suprimento em 2011 e prazo contratual de 3 anos. Neste leilão foram negociados 98 MW médios, deste montante 99% foi atendido pela CHESF e a diferença por uma usina a biomassa. Ao todo quatro distribuidoras adquiriram energia neste leilão.

Por fim, dia 17 de dezembro de 2010 realizou-se o Leilão de Energia A-5. Neste leilão o percentual máximo destinado ao suprimento do ambiente de contratação livre (ACL) subiu para 15% da Garantia Física, ao invés de 10% conforme ocorrido em outros leilões A-5. Este leilão foi segregado em duas fases, na primeira licitaram-se as hidroelétricas Teles Pires, Estreito Parnaíba e Cachoeira. Apenas Teles Pires foi arrematada e obteve um deságio de 32,92% em relação ao preço de referência (87,00 R$/MWh). Na segunda fase estavam habilitadas as usinas licitadas na primeira fase, UHE Santo Antônio do Jari e novas PCH s. Ao todo foram negociados 968 MW médios, provenientes da UHE Teles Pires e UHE Santo Antônio do Jari, ao preço médio de venda de 67,31 (R$/MWh). O grupo EDP adquiriu 5% do montante negociado.

ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

Em 2010, foi concluída a reorganização societária do Grupo EDP no Brasil, envolvendo a Companhia e as empresas EDP Renováveis Brasil S.A., Enernova S.A., Ipueiras Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. O objetivo foi permitir a racionalização e simplificação da estrutura societária e das atividades do grupo, trazendo benefícios de ordem administrativa, econômico-financeira, redução de gastos e despesas operacionais combinadas.

Como resultado, a Energias do Brasil passou a exercer, de forma direta, sua participação acionária na EDP Renováveis Brasil, bem como os ativos de titularidade da Enernova, tendo em vista sua incorporação pela Ipueiras Energia, passaram a ser por esta administrados.

ALTERAÇÃO DO PADRÃO CONTÁBIL

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 ("balanço de abertura"), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados.

ÁREAS DE NEGÓCIOS*

(*) Os dados operacionais não foram revisados pelos Auditores Independentes

Geração

Principal vetor estratégico para o crescimento dos negócios da EDP Energias do Brasil, a área de geração encerrou o ano de 2010 com capacidade instalada de 1.741 MW. O crescimento em relação aos 1.738 MW de capacidade instalada em 2009 deveu-se principalmente à repotenciação da PCH Rio Bonito.

Enerpeixe - Participa com 60% do capital na usina hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, construída em parceria com Furnas Centrais Elétricas. A capacidade instalada da usina é de 452 MW.

Energest - Controla direta e indiretamente os ativos de geração de energia elétrica da EDP Energias do Brasil detendo 15 usinas em operação, com potência total de 380,4 MW. As usinas estão localizadas nos Estados do Espírito Santo (311,6 MW de capacidade instalada) e Mato Grosso do Sul (68,8 MW de capacidade instalada). A Energest também é responsável pelo gerenciamento das hidrelétricas Mascarenhas e Suíça, assim como as usinas pertencentes às empresas Cesa, Santa Fé, Costa Rica e Pantanal Energia.

Investco - Detêm 1% da capacidade instalada da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, estado do Tocantins. A usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada.

Lajeado Energia - Com participação de 72,27% na UHE Lajeado, a Lajeado Energia é detentora de 652,2 MW. A divisão da capacidade instalada da usina se dá em proporção à participação no capital votante.

EDP Renováveis Brasil - Empresa em que a EDP Energias do Brasil possui 45% de participação, possui dois parques eólicos em operação em Santa Catarina, totalizando 13,8 MW de capacidade instalada.

No ano de 2010, o volume de energia vendida pelas usinas do Grupo totalizou 8.309 GWh, 4,0% acima do registrado em 2009, devido, principalmente, a uma operação realizada em Lajeado, em que houve compra de energia no 1T10 e venda, no mesmo volume da compra, de março a dezembro.

A receita líquida do negócio de geração, desconsiderando as eliminações, totalizou R$ 1.010,0 milhões, crescimento de 2,7% em comparação a 2009. O EBITDA, de R$ 737,6 milhões, registrou evolução de 1,4%. O lucro líquido totalizou R$ 209,5 milhões com queda de 24,8% em relação a 2009.

Os investimentos na geração totalizaram R$ 622,6 milhões em 2010, 51,9% acima de 2009. O aumento do investimento é explicado, principalmente, por: (i) maiores investimentos na UTE Porto de Pecém, face ao estágio atual da obra; (ii) investimentos relacionados às licenças ambientais da Investco; e (iii) repotenciações na Energest (UHE Mascarenhas - 17,5 MW e PCH Rio Bonito - 1,9 MW).

PROJETOS EM CONSTRUÇÃO

UTE Porto do Pecém I

A estratégia para ampliar a capacidade instalada da EDP Energias do Brasil inclui a construção da UTE Porto do Pecém I, no estado do Ceará, na qual a Companhia detém participação de 50% em parceria com a MPX Energia. A UTE Porto do Pecém I utilizará carvão mineral importado e terá capacidade instalada de 720 MW, dos quais 615 MW foram vendidos pelo Grupo no leilão A-5 realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em outubro de 2007.

O cronograma de implantação prevê início de operação comercial da planta anterior a janeiro de 2012, data em que se inicia o compromisso de entrega de energia assumido no Mercado Regulado.

continua

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A UTE Porto do Pecém I faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento ("PAC") do Governo Federal e representa um importante passo para a diversificação da matriz elétrica e energética do Brasil, assegurando a confiabilidade da oferta de eletricidade no país. A usina utilizará tecnologia de ponta na combustão do carvão (*Low NOx burner*) em conjunto com dessulfurizadores ("FGD") para reduzir as emissões e cumprir com as mais rigorosas exigências encontradas nas legislação brasileira e internacional.

Em outubro de 2009, iniciaram os desembolsos dos financiamentos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento ("BID") para a UTE Porto do Pecém I.

Evolução da construção da UTE Porto do Pecém I

Atividade	Peso Relativo	Progresso Atingido
Engenharia	3,8%	99,7%
Suprimentos	68,4%	99,0%
Construção	26,1%	58,4%
Comissionamento e Partida	0,7%	0,0%
	100,0%	**87,7%**

TRAMANDAÍ

A EDP Renováveis Brasil S.A, empresa em que a EDP Energias do Brasil possui 45% de participação, começou em 15 de março de 2010 a construção do Parque Eólico ELEBRÁS Cidreira I, no município de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul, com capacidade de 70 MW. Este é um projeto do Proinfa em que o PPA inicia em 2011, com prazo de 20 anos e com tarifa média de R$ 204/MWh (tarifa base 2004). O investimento estimado na usina é de R$ 300 milhões e o *funding* foi feito por um empréstimo-ponte com o Banco do Brasil. O financiamento de longo-prazo está sendo estruturado.

Evolução da construção do Parque Eólico de Tramandaí

Etapa	Progresso Atingido
Parque Eólico	
Obra Civil	100%
Montagem	100%
Circuito Média Tensão	100%
Subestação	
Obra Civil	90%
Montagem do Transformador	90%
Linha de Transmissão	
Obra Civil	100%
Montagem	74%
Conexão	0%

Com este empreendimento, a capacidade instalada da EDP Renováveis Brasil em energia eólica passará dos atuais 14 MW para 84 MW. O Parque Eólico em Tramandaí é um dos quatro projetos eólicos incorporados pela empresa com a aquisição da Elebrás Projetos S.A, em 2009.

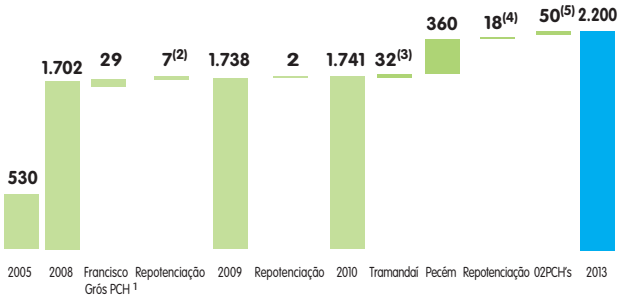
PCHs CABEÇA DE BOI E FAZENDA

Em 03 de Novembro de 2010, a Companhia adquiriu 02 (dois) projetos no estado do Mato Grosso, pertencentes ao Grupo Bertin, totalizando 49,5 MW de capacidade instalada e 27,5 MW médios de energia assegurada. O projeto da PCH Cabeça de Boi tem 30 MW de capacidade instalada e o da PCH Fazenda, 19,5 MW. Ambos os projetos detém autorização da ANEEL para exploração, licenças de instalação já emitidas pela Secretaria Ambiental do Estado do Mato Grosso e prazos de concessão até 05/08/2038. O fechamento definitivo da aquisição dos projetos depende do cumprimento de algumas condições precedentes, entre elas a formalização das transferências das autorizações e licenças para o Grupo EDP.

Repotenciações

No primeiro trimestre de 2010, foi concluída a repotenciação da última máquina da PCH Rio Bonito (1,9 MW). A finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (17,5 MW) está prevista para término em 2012.

EXPANSÃO DA CAPACIDADE



Nota: (1) PCH Francisco Grós era anteriormente denominada Santa Fé.
(2) UHE Suíça e 2 turbinas da PCH Rio Bonito; (3) 45% da EDP Energias do Brasil na EDP Renováveis Brasil; (4) UHE Mascarenhas; (5) PCH's Cabeça de Boi e Fazenda

DISTRIBUIÇÃO

As atividades de distribuição são desenvolvidas por duas concessionárias do serviço, que atendem cerca de 2,7 milhões de clientes, em regiões que abrigam uma população total de aproximadamente 7,8 milhões de pessoas:

EDP Bandeirante - A EDP Bandeirante Energia S.A., empresa de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos por 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba em uma área total de 9,6 mil Km^2. Em 2010 foram distribuídos 14.309 GWh a um total de 1,5 milhões de clientes faturados, representando um aumento de 7,7% da energia distribuída em relação a 2009. A região concentra empresas de setores econômicos importantes, tais como aviação e fabricação de papel e celulose.

EDP Escelsa - É uma sociedade anônima, de capital aberto, desde 19 de janeiro de 1996, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de 29 de abril de 2005.

A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km^2, aproximadamente 90% do Estado e 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes, e possui 1,2 milhão de clientes. A concessão, outorgada pela União Federal, tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995. As principais atividades econômicas da região são siderurgia, mineração de ferro, produção de papel, petróleo e gás.

A receita líquida consolidada da EDP Bandeirante e EDP Escelsa totalizou R$ 3.762,7 milhões, crescimento de 9,2% em 2010. O EBITDA (lucro antes de impostos, resultados financeiros, depreciação, amortização e resultado não operacional) foi de R$ 854,9 milhões, 4,1% superior ao ano anterior. O lucro líquido totalizou R$ 456,8 milhões em 2010, mantendo-se estável em relação ao ano de 2009.

DESEMPENHO OPERACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADA

	Volume (MWh)		Var.	Clientes (unid.)		Var.
	2010	2009	2010/2009	2010	2009	2010/2009
Distribuição						
Residencial	4.893.569	4.704.227	4,0%	2.342.008	2.282.266	2,6%
Industrial	4.290.504	3.906.216	9,8%	21.941	20.876	5,1%
Comercial	2.897.925	2.781.321	4,2%	193.808	191.440	1,2%
Rural	660.799	609.038	8,5%	160.201	150.226	6,6%
Outros	1.468.587	1.425.446	3,0%	22.387	22.803	-1,8%
Energia Vendida						
Clientes Finais	**14.211.384**	**13.426.248**	**5,8%**	**2.740.345**	**2.667.611**	**2,7%**
Suprimento convencional	455.667	417.047	9,3%	1	1	0,0%
Suprimento	34.005	32.878	3,4%	2	2	0,0%
Energia em trânsito (USD)	9.034.008	7.423.297	21,7%	120	107	12,1%
Consumo próprio	13.836	13.695	1,0%	261	253	3,2%
Total Energia Distribuída	**23.748.900**	**21.313.165**	**11,4%**	**2.740.729**	**2.667.974**	**2,7%**

Notas:
Outros = Poder público + Iluminação + Serviço público
USD = Uso do sistema de Distribuição

Mercado Cativo

Energia vendida a clientes finais: O crescimento consolidado de 5,8%, no ano de 2010 foi impulsionado, principalmente, pelo aumento no consumo da classe industrial, devido à recuperação pós-crise do setor em 2010. Outro fator que teve impacto positivo no mercado cativo foi a evolução do consumo das classes residencial e comercial, decorrente do incremento da renda e do consumo das famílias, em função da redução do desemprego.

- Classes Residencial e Comercial: em 2010, os aumentos foram de 4,0% e 4,2%, respectivamente, em comparação ao ano anterior.

  EDP Bandeirante: o menor aumento das classes residencial (+3,0%) e comercial (+3,4%) em relação a 2009 deve-se, essencialmente, à menor quantidade de dias de faturamento (1,5 dias).

  EDP Escelsa: os aumentos de 5,9% e 5,5% no os aumentos de 5,9% e 5,5% no consumo dos segmentos residencial e comercial, respectivamente, em comparação a 2009 devem-se, principalmente, à forte estiagem do início de 2010 no estado do Espírito Santo, com temperatura 3ºC superior à média histórica.
- Classe Industrial: o aumento de 9,8% no ano reflete a recuperação do consumo das indústrias face ao crescimento pós-crise. Para fins de comparação, o consumo industrial cativo verificado em 2010 foi 3,2% superior ao verificado em 2008, ano menos impactado pela crise.

Mercado Livre

Energia em trânsito: Em 2010, houve aumento de 21,7% em relação ao ano anterior. Este resultado deve-se à reduzida base de comparação, em função da crise econômica internacional no ano de 2009. Para fins de comparação, a energia em trânsito verificada em 2010 foi 5,5% superior à verificada em 2008, ano menos impactado pela crise.

Em ambas distribuidoras, houve migração, ao longo do ano, de 12 clientes cativos para o ambiente livre.

Investimentos

Os investimentos de 2010 realizados pela EDP Energias do Brasil em distribuição totalizaram R$ 419,0 milhões, aumento de 13,6% em relação a 2009.

Do total, R$ 221,0 milhões (52,7%) foram destinados à expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição; R$ 81,2 milhões (19,4%) foram destinados ao melhoramento da rede para substituição de equipamentos, medidores obsoletos e depreciadosn e recondutoramento de redes em final de vida útil; R$ 30,7 milhões (7,3%) foram destinados à universalização urbana, rural e ao Programa Luz para Todos, propiciando a ligação e o acesso de consumidores aos serviços de energia; e R$ 86,2 milhões (20,6%) foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades.

Investimentos (R$ mil)	EDP Bandeirante		EDP Escelsa		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Expansão da rede	125.498	66.267	95.493	93.278	220.991	159.545
Melhoramento da rede	50.780	52.136	30.397	46.302	81.177	98.438
Universalização (rural + urbano)	7.003	10.809	23.687	32.637	30.690	43.446
Telecom, Informática e Outros	21.153	18.353	65.023	49.214	86.176	67.567
Subtotal	204.434	147.565	214.600	221.431	419.034	368.996
(–) Obrigações Especiais	(15.486)	(9.962)	(26.775)	(37.918)	(42.261)	(47.880)
Investimento Líquido	188.948	137.603	187.825	183.513	376.773	321.116

Qualidade

Os indicadores de qualidade da prestação de serviços mantiveram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador, refletindo os investimentos em expansão e modernização de redes, a integração e automação dos centros operacionais.

INDICADORES DE QUALIDADE

Distribuidora	DEC *(horas)*		FEC *(vezes)*		*TMA*(minutos)	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
EDP Bandeirante	12,2	12,8	7,1	6,4	189	186
EDP Escelsa	9,0	11,4	6,3	6,9	182	190

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente;
FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente;
TMA: Tempo Médio de Atendimento

Perdas Comerciais

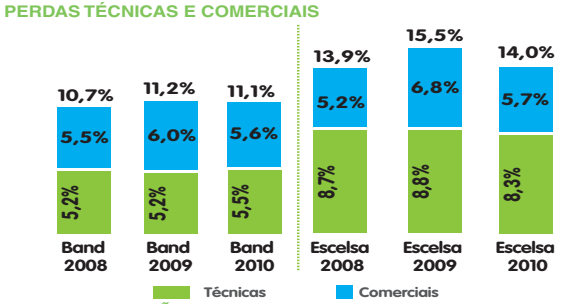
As perdas comerciais apresentaram redução nas duas distribuidoras em relação a dezembro de 2009, sendo de 0,38 p.p. na EDP Bandeirante e 1,05 p.p. na EDP Escelsa. Em ambas as distribuidoras houve aumento no volume físico das perdas técnicas, contudo, em percentual verificou-se redução de 0,47 p.p. na EDP Escelsa e aumento de 0,30 p.p. na EDP Bandeirante em relação a dezembro de 2009.

No ano de 2010, EDP Bandeirante e EDP Escelsa desembolsaram um total de R$ 60,4 milhões em programas de combate às perdas. Do total de recursos direcionados a esses programas, R$ 38,7 milhões foram para investimentos operacionais (substituição de medidores, instalação de rede especial e telemedição) e R$ 21,7 milhões para despesas gerenciáveis (inspeções e retirada de ligações irregulares).

Programa de Combate à Perdas	2010	2009	2008
Investimentos Operacionais	38,7	22,3	28,5
Despesas Gerenciáveis	21,7	14,8	16,5
Total	**60,4**	**37,1**	**44,9**

Em 2010, nossas concessionárias realizaram aproximadamente 266 mil inspeções, 20,4 mil regularizações de ligações clandestinas e foram retiradas 116 mil ligações irregulares que resultaram na recuperação de receitas de cerca de R$ 24,8 milhões. Vale ressaltar que para analisar a eficácia das iniciativas de combate às perdas comerciais, é necessário considerar, além das receitas recuperadas, o custo de oportunidade de não se ter ações direcionadas a coibir fraudes e ligações clandestinas.

PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS



COMERCIALIZAÇÃO

A Enertrade é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para o mercado livre, tanto dentro quanto fora das áreas de concessão das duas distribuidoras da EDP Energias do Brasil que atuam no mercado regulado. A empresa encerrou 2010 com 86 clientes, aumento de 28% em comparação ao ano anterior.

Em 2010, a energia comercializada totalizou 8.263 GWh, uma redução de 5,2% em relação ao ano anterior, em que foram comercializados 8.715 GWh. A redução do volume comercializado foi fruto de uma estratégia de aproveitar as oportunidades no segmento de curto prazo ao longo de 2009, quando o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) estava em patamares bastante reduzidos, favorecendo a liquidez do mercado. Adicionalmente, houve venda de contratos no Leilão de Ajuste de 2009, o que levou a Enertrade a bater recordes mensais de comercialização de energia naquele ano.

A receita líquida de comercialização totalizou R$ 741,4 milhões em 2010, com redução de 2,9% em relação a 2009. A queda da receita deveu-se, principalmente, à redução do volume comercializado.

O EBITDA acumulado em 2010 totalizou R$ 22,5 milhões e o lucro líquido R$ 16,7 milhões, com redução de 36,5% e 33,2%, respectivamente, em relação a 2009. Essas reduções decorrem, principalmente, do impacto não recorrente, em 2009, de reversão de provisão constituída contra a Ampla, em virtude de sentença arbitral.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Receita Consolidada

Em 2010, a receita operacional líquida totalizou R$ 5.034,3 milhões, aumento de 8,9% em relação ao ano anterior. Os principais determinantes da evolução da receita líquida foram:

• Na geração:

- Aumento de 4,0% do volume de energia vendida, devido a uma operação realizada em Lajeado em que houve compra de energia no 1T10 e venda, no mesmo volume da compra, de março a dezembro;
- Em 2010 o preço médio da geração foi 0,8% inferior ao verificado em 2009, reflexo da queda de 7,1% no preço médio da energia vendida em Lajeado. Esta redução deve-se à operação mencionada acima. Como o preço de venda foi superior ao preço de compra, esta operação agregou margem à Companhia; no entanto, os preços de compra e venda foram inferiores à média dos outros contratos da geradora, reduzindo assim o preço médio de venda de todo o portfólio. Excluindo-se esse contrato, o incremento no preço médio de venda de Lajeado seria de 3,4% e no consolidado de 3,9%;
- A Receita de geração poderia ter sido superior em, aproximadamente, R$ 24 milhões caso não houvesse o Procedimento Operativo de Curto Prazo instituído pela ONS, que reduziu a alocação de energia disponível para comercialização das usinas hidroelétricas.

• Na distribuição:

- Aumento de 5,8% no volume de energia vendida a clientes finais, impulsionado, principalmente, pelo aumento no consumo da classe industrial, devido à recuperação pós-crise do setor em 2010. Outro fator que teve impacto positivo no mercado cativo no período foi o aumento do consumo das classes residencial e comercial, decorrente do incremento da renda e do consumo das famílias.
- Aumento de 21,7% do volume de energia distribuída a clientes livres em 2010, devido à reduzida base de comparação, em função da crise econômica internacional no ano de 2009. Para fins de comparação, a energia distribuída a clientes livres verificada em 2010 foi 5,5% superior a verificada em 2008, ano menos impactado pela crise. A receita líquida de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD) aumentou 6,1% em 2010, alcançando R$ 2.720,3 milhões, uma vez que a maior parte da receita proveniente dos clientes livres é referente à contratação do uso da rede, além dos reajustes tarifários.

• Na comercialização:

- A receita líquida apresentou redução de 2,9% em 2010 em comparação ao ano anterior, decorrente principalmente da queda de 5,2% no volume comercializado.

• Gastos Operacionais Consolidados

Os **gastos operacionais** totalizaram R$ 3.842,2 milhões em 2010, o que representa um aumento de 11,1% em relação ao ano de 2009.

Os **gastos não-gerenciáveis** estão relacionados à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da ANEEL e totalizaram R$ 2.741,3 milhões em 2010, 15,2% acima do ano anterior.

O valor de energia elétrica comprada para revenda totalizou R$ 2.361,2 milhões, 11,5% acima de 2009, em decorrência de:

(i) redução do valor da energia comprada de Itaipu (-R$ 62,9 milhões), reflexo da redução das cotas alocadas às distribuidoras do Grupo (-3,3%), além da desvalorização do dólar médio de 2010 frente a 2009, e à redução de 1,6% na tarifa em dólar;

(ii) aumento da energia comprada em leilão (+R$ 262,6 milhões) devido ao início do suprimento de energia adquirida nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado. Também houve incremento no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA.;

Em 2010, a conta de ESS (Encargo de Serviços do Sistema) apresentou saldo significativamente maior que em 2009 devido, principalmente, ao despacho da UTE Termonorte por restrição elétrica e pelo menor volume de chuvas no período. Destaca-se ainda, o início da cobrança do EER (Encargo de Energia de Reserva) em 2009, sendo que no ano de 2010 novas usinas destinadas a aumentar a segurança no fornecimento de energia ao SIN (Sistema Integrado Nacional) foram agregadas, impactando no acréscimo deste encargo.

No acumulado de 2010, os **gastos gerenciáveis**, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R$ 743,0 milhões, (-0,4%), sendo este o terceiro ano consecutivo de redução. A análise detalhada das variações das contas de gastos gerenciáveis é apresentada a seguir:

Gastos Operacionais (R$ mil)	2010	2009	Var.
Gastos gerenciáveis			
Pessoal	(266.680)	(261.586)	1,9%
Material	(22.316)	(24.236)	-7,9%
Serviços de terceiros	(324.499)	(284.653)	14,0%
Provisões	(83.432)	(71.540)	16,6%
Outros	(46.051)	(103.680)	-55,6%
	(742.978)	**(745.695)**	**-0,4%**
Depreciação e amortização	(357.978)	(334.106)	7,1%
Total dos gastos gerenciáveis	**(1.100.956)**	**(1.079.801)**	**2,0%**
IGP-M (últimos 12 meses)*	–	–	**11,3%**

*** fonte: FGV**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na conta de gastos com **pessoal,** o aumento de R$ 5,1 milhões (+1,9%) resulta principalmente da combinação dos seguintes efeitos:
(i) Redução em 52% dos valores relativos à previdência privada em 2010, suportado pela revisão de laudo atuarial nas distribuidoras (-R$ 10,4 milhões);
(ii) Menores gastos com assistência médica e odontológica em virtude de menor utilização dos colaboradores e desconto na renovação do contrato com a seguradora (-R$ 2,9 milhões);
(iii) PLR/Bônus: impacto do Projeto Vencer com redução dos niveis de chefia e reversão da provisão no ano de 2010, realizada a maior no ano de 2009;
(iv) Maior pagamento de horas-extras em cumprimento ao acordo coletivo/2010 (+2,5 milhões);
(v) Suspensão da transferência para investimentos da mão de obra indireta administrativa nas empresas do setor elétrico, em cumprimento Despacho ANEEL nº 4097 de 30/12/2010 e Nota Técnica ANEEL - processo 48500.002410/2001-07 (+R$ 13,2 milhões);
(vi) Aumento em remuneração devido a: implantação da Política de Plano de Cargos e Salários e Mérito por Resultados; aplicação dos dissídios coletivos (+6,5% em média), que acarreta maiores encargos sobre a folha de pagamentos; e adequação de benefícios aos funcionários do Grupo (+7,9 milhões).
Na conta **materiais**, o decréscimo de R$ 1,9 milhão (-7,9%) entre os exercícios de 2010 e 2009 deve-se aos menores gastos com conservação e reparos do sistema elétrico, que seriam ainda menores, caso não fossem as condições climáticas adversas no ano de 2010, que resultaram em maior utilização de materiais de iluminação, ferragens e intervenções na rede.
No item **serviços de terceiros**, o incremento de R$ 39,8 milhões (+14,0%) na comparação anual deve-se, em parte, aos repasses dos reajustes contratuais por parte dos nossos prestadores de serviços, em conjunto com:
(i) Suspensão da transferência para investimentos da mão de obra indireta dos prestadores de serviço administrativos nas empresas do setor elétrico, pelo mesmo critério aplicado aos colaboradores na rubrica de Pessoal (+R$ 8,6 milhões);
(ii) Adequação à Resolução 363/09 da ANEEL, que levou ao aumento do quadro de funcionários contratados, com vistas à adequação ao tempo médio permitido de atendimento aos clientes nos postos de atendimento e chamadas telefônicas (+R$ 5,7 milhões);
(iii) Incremento aproximado de 13% nos custos do serviço de leitura e faturamento devido ao crescimento vegetativo da base de clientes e substituição de um prestador do serviço de leitura e faturamento (+5,4 milhões);
(iv) Implantação do programa para recuperação de receitas, em que o número de inspeções e de equipes (de campo, comercial e técnica) foi incrementado e foram alcançadas reduções nos índices de perdas comerciais de 0,4 p.p. na EDP Bandeirante e de 1,4 p.p. na EDP Escelsa (+R$ 5,2 milhões);
(v) Aumento dos gastos com conservação/reparação do sistema elétrico e combate à inadimplência (+5,0 milhões);
(vi) Aumento dos gastos com consultorias empresariais e jurídicas (R$ +5,1 milhões);
(vii) Não capitalização dos gastos de *outsourcing* no ano de 2010, em consequência da entrada em operação de sistema de informática (CCS) (+R$ 3,5 milhões);
(viii) Aumento dos desembolsos com publicidade e propaganda e publicações legais (+R$1,3 milhões);
No item **provisões para devedores duvidosos (PDD) e contingências** o aumento de R$ 11,9 milhões (+16,6%) reflete os seguintes eventos:
(i) Efeito não recorrente do reconhecimento de perdas na rubrica "provisões/perdas líquidas" referente à baixa de contas a receber de consumidores de baixa renda da EDP Bandeirante (+R$ 12,8 milhões);
(ii) Constituição de provisão, na EDP Bandeirante, para devedores duvidosos sobre o saldo de energia de curto prazo contabilizados através da CCEE em 2009 (+11,7 milhões);
(iii) Reversão em dezembro de 2009, na comercializadora, das provisões constituídas ao longo do ano junto à Ampla, em virtude de sentença arbitral (-43,6 milhões);
(iv) Mudança de metodologia de cálculo da PDD, na EDP Escelsa, decorrente da implantação do sistema comercial em junho de 2009 (+7,2 milhões);
(v) Constituição de provisão, na controladora, para possíveis perdas de contingências na Enersul, previstas no contrato da operação de permuta ao longo de 2009 (+22,9 milhões);
A redução de R$ 57,6 milhões (-55,6%) na conta **outros** é decorrente de dois efeitos principais:
(i) Concessão em 2009, pela Receita Federal do Brasil (RFB) - Parecer COSIT 27/2008, do direito de apropriação dos créditos fiscais não cumulativos de PIS/COFINS referente aos anos de 2006 à 2010 (-R$ 35,0 milhões);
(ii) Reconhecimento de perdas decorrentes de depósitos judiciais nas distribuidoras no 4T09, evento que não ocorreu no ano de 2010 (-R$ 21,2 milhões).
Pela entrada em operação da PCH Francisco Grós (anteriormente denominada Santa Fé), incorporação da linha de transmissão e subestação Cacimba-Linhares e do Sistema Comercial, ambos na área de concessão da EDP Escelsa, além do maior nível de imobilização de obras em andamento nas distribuidoras, a conta de **depreciação e amortização** totalizou R$ 357,9 milhões no ano de 2010, com aumento de 7,1% entre os períodos comparados.

• EBITDA e Margem EBITDA

Em 2010, o EBITDA consolidado (lucro antes de impostos, resultados financeiros, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R$ 1.549,9 milhões, representando um aumento de 3,6% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA consolidada teve queda de 1,6 p.p., alcançando 30,8%.
O EBITDA da geração, excluindo eliminações, totalizou R$ 737,6 milhões, aumento de 1,4% em relação a 2009.
Nas distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa, o EBITDA totalizou R$ 854,9 milhões em 2010, crescimento de 4,1% em relação a 2009.
Na comercialização, o EBITDA foi de R$ 22,5 milhões e a redução de 36,5% em relação a 2009 devido o impacto não recorrente, em 2009, da reversão de provisão constituída contra a Ampla.

• Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida consolidada em 2010 foi de R$ 177,0 milhões, superior à despesa de R$ 82,0 milhões em 2009. Contribuíram para este resultado as despesas financeiras de ajustes de marcação a mercado e ajustes a valor presente do endividamento.

• Lucro Líquido

Em função dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R$ 582,6 milhões em 2010, 16,3% inferior ao de 2009. A redução teve impacto da alienação da ESC 90 em 2009, com resultado positivo de R$ 121 milhões. Excluindo esse impacto, o lucro teria apresentado crescimento de 1,4% no ano.

• Endividamento

A dívida bruta consolidada totalizou R$ 3.385,9 milhões em dezembro de 2010, aumento de 6,0% em comparação a dezembro 2009.
A variação do endividamento bruto em 2010 se deu, principalmente, em decorrência de: (i) conclusão da quarta emissão de debêntures da EDP Bandeirante no montante de R$ 390 milhões, em julho; (ii) captação na EDP Escelsa de R$ 135 milhões em Nota de Crédito Comercial (NCC) junto ao Banco do Brasil, em maio; (iii) amortização de nota promissória da EDP Bandeirante no montante de R$ 253 milhões, em maio; e (iv) amortização da terceira emissão de debêntures da EDP Bandeirante no montante de R$ 94,6 milhões, em fevereiro.
Com o vencimento da nota promissória da EDP Bandeirante e as novas captações realizadas ao longo do ano, o prazo médio da dívida consolidada passou de 4,3 anos em dezembro de 2009 para 5,1 anos em dezembro de 2010.
Do total da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2010, 7,9% estavam denominados em moeda estrangeira, 99,7% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de *hedge,* resultando em uma exposição líquida de 0,3%.
É importante mencionar que o empréstimo de longo prazo em dólar foi objeto de contratação tanto de *hedge* cambial quanto de *swap* de taxa de juros (de Libor para taxa fixa).
O custo médio da dívida do Grupo em dezembro de 2010 era de 8,8% ao ano, em comparação a 8,9% ao ano no final de 2009, levando-se em consideração os juros capitalizados das dívidas.
A dívida de curto prazo totaliza R$ 607,4 milhões. Desse montante, R$ 314,4 milhões referem-se à distribuição e R$ 293,0 milhões à geração. Ao longo de 2011, na distribuição haverá amortizações de debêntures da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa, totalizando R$ 171 milhões. Na geração, os vencimentos decorrem dos financiamentos tomados para a construção das usinas.
A dívida líquida, considerando o valor de R$ 1.126,4 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R$ 2.259,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, com aumento de 8,0% em relação a dezembro de 2009, devido ao aumento de 6,0% (R$ 192,6 milhões) no endividamento bruto e de apenas 2,2% (R$ 24,4 milhões) no saldo de caixa e disponibilidades no final de 2010.
A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,5 vezes, em comparação a 1,3 vezes em dezembro de 2009.

Detalhamento dos financiamentos desembolsados durante 2010

Distribuidoras
Em julho de 2010, a EDP Bandeirante concluiu a 4ª Emissão de Debêntures Simples (não conversíveis em ações). Foram emitidas 39.000 debêntures de forma nominativa e escritural, em série única, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$ 10 mil, perfazendo o valor total de R$ 390 milhões. O prazo de vigência é de 6 (seis) anos. O pagamento de juros remuneratórios é semestral e a amortização do principal é semestral a partir do 48º mês. As debêntures farão jus a uma remuneração de CDI + 1,5% a.a. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados à recomposição de caixa, ao pagamento parcial de dívida e ao financiamento do capital de giro.
Em junho de 2010, a EDP Escelsa assinou junto ao Banco do Brasil o contrato de empréstimo na modalidade de Crédito Agroindustrial, no montante de R$ 135 milhões, a 100% do CDI, com vencimento em 2015. O recurso será utilizado para financiar o capital de giro da EDP Escelsa, bem como para manutenção de sua estrutura de capital e alongamento do perfil da dívida.
Em março de 2010, a EDP Energias do Brasil assinou contrato de empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em que o mesmo aprovou linha de crédito de até € 90 milhões para ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição do Grupo. O empréstimo também será utilizado para manutenção, melhoria na qualidade de abastecimento, redução das perdas e para os investimentos em expansão e melhorias em qualidade das linhas de distribuição e subestações no sistema das concessionárias EDP Bandeirante e EDP Escelsa.

GERAÇÃO

UTE Porto do Pecém I

O empréstimo do BNDES totaliza R$ 1,4 bilhão (em R$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo contratado é de TJLP + 2,77% a.a. e durante a fase de construção os juros serão capitalizados. Até dezembro de 2010, o desembolso desse empréstimo totalizou R$ 1,1 bilhão.
O empréstimo do BID totaliza US$ 327 milhões, sendo que o contrato de financiamento prevê um *"A Loan"* no montante total de US$ 147 milhões e um *"B Loan"* no montante total de US$ 180 milhões, com prazo total de 17 anos no *"A Loan"* e 13 anos no *"B Loan"*, com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. As taxas iniciais do *"A Loan"* e *"B Loan"* são Libor + 350 bps e Libor + 300 bps, respectivamente, com *step ups* ao longo do período.
O desembolso total do financiamento até 31 de dezembro de 2010 foi de US$ 310,8 milhões. O valor desembolsado consiste em US$ 139,7 milhões do empréstimo direto (*"A Loan"*) e em US$ 171,1 milhões do empréstimo indireto (*"B Loan"*).

EDP Renováveis Brasil

Em janeiro de 2010, a Elebrás assinou junto ao Banco do Brasil o contrato de financiamento para o projeto eólico de Tramandaí, no montante de R$ 200 milhões, com vencimento em janeiro de 2011, com incidência de juros de 104% do CDI. Em janeiro de 2011, foi assinado o primeiro aditivo para alterar (i) o valor do crédito para R$ 307 milhões, (ii) o vencimento do contrato para 30 de junho de 2011, (iii) a incidência de juros para 108% do CDI sobre o saldo desembolsado, (iv) a incidência de juros de 109% do CDI para os valores desembolsados de 14 de janeiro de 2011 a 04 de fevereiro de 2011, (v) a incidência de encargos financeiros correspondentes ao percentual do CDI, negociado de comum acordo entre as partes. Em 17 de janeiro de 2011, foi assinado o segundo aditivo para alterar (i) a data de vencimento dos encargos para 16 de junho de 2011 com taxa a 108% do CDI.
Em janeiro de 2011, a EDP Renováveis Brasil assinou junto ao Banco do Brasil o contrato de financiamento no montante de R$ 80 milhões, com vencimento em junho de 2011, com incidência de juros de (i) 110% do CDI para os valores liberados até 31 de março de 2011 e (ii) ao percentual do CDI negociado de comum acordo entre as partes para os valores liberados a partir de 01 de abril de 2011.

RATINGS DA EDP ENERGIAS DO BRASIL E DE SUAS DISTRIBUIDORAS

Desde 04 de março de 2009, a Moody's América Latina ("Moody's") mantém os ratings de Emissor da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa com classificação Baa3 na escala global e Aa1.br na escala nacional. Com isso, as distribuidoras da EDP Energias do Brasil permanecem em um seleto grupo de empresas brasileiras que possuem a classificação *investment grade* em escala global. No mesmo período, a Moody's manteve os ratings de emissor em moeda local da EDP Energias do Brasil em Ba1 na escala global e em Aa2.br na escala nacional. A perspectiva para esses ratings é estável.

Investimentos

Os investimentos da EDP Energias do Brasil totalizaram R$ 1.054,7 milhões em 2010, 34,2% acima dos recursos destinados às áreas de negócios no ano anterior.
Os investimentos em distribuição, incluindo obrigações especiais, totalizaram R$ 419,0 milhões, com aumento de 13,6% em relação a 2009 e os investimentos na geração totalizaram R$ 622,6 milhões, 52,1% acima de 2009. Mais detalhes estão disponíveis nos itens específicos de investimentos em distribuição e geração desse relatório de administração.

Investimentos (R$ mil)	2010	Partic. (%)	2009	Partic. (%)	Variação Anual (%)
Distribuição	**419.034**	**39,7%**	**368.996**	**47,0%**	**13,6%**
EDP Bandeirante	204.434	19,4%	147.565	18,8%	38,5%
EDP Escelsa	214.600	20,3%	221.431	28,2%	-3,1%
Geração	**622.610**	**59,0%**	**409.307**	**52,1%**	**52,1%**
Enerpeixe	13.631	1,3%	21.080	2,7%	-35,3%
Energest	60.788	5,8%	67.348	8,6%	-9,7%
Lajeado/Investco	30.794	2,9%	12.368	1,6%	149,0%
Santa Fé	12.620	1,2%	41.758	5,3%	-69,8%
Pecém	504.777	47,9%	266.753	33,9%	89,2%
Outros	**13.013**	**1,2%**	**7.471**	**1,0%**	**74,2%**
Total	**1.054.657**	**100,0%**	**785.774**	**100,0%**	**34,2%**

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2010, as ações da EDP Energias do Brasil estavam cotadas a R$ 38,71, encerrando o ano com valorização de 23,9% e superando os desempenhos do Ibovespa e do Índice de Energia Elétrica - IEE, que valorizaram, respectivamente, 1,0% e 12,0% em 2010. O valor de mercado da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R$ 6,1 bilhões. Houve negociação das ações da Companhia em todos os pregões de 2010, totalizando 81,5 milhões de ações negociadas no ano, com uma média diária de 329,9 mil ações. O volume financeiro totalizou R$ 2.875,1 milhões em 2010, com volume médio diário de R$ 11,6 milhões.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 158.805.204 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, encontram-se em circulação 55.622.847, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa. No final de 2010, permaneciam em tesouraria 280.225 ações.

REMUNERAÇÃO DE ACIONISTAS

A EDP Energias do Brasil tem como política distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio no valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado da Companhia, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).
Não obstante à adoção da política de distribuição de dividendos acima referida, a Companhia poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante inferior a 50% do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia, das condições macroeconômicas, de revisões e reajustes tarifários, de mudanças regulatórias, estratégia de crescimento, limitações contratuais e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da EDP Energias do Brasil.
Em 17 de abril de 2011, o Conselho de Administração da Companhia levará para aprovação em Assembléia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de dividendo de R$ 352,6 milhões, correspondente a R$ 2,22 por ação.
Vale ressaltar que a remuneração ao acionista em 2010 será 19,0% superior ao ano anterior, sendo este o quinto ano consecutivo em que a Companhia distribui dividendos crescentes tanto em valor absoluto como por ação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração é composto por sete membros, incluindo um diretor executivo e três conselheiros independentes. Os conselheiros são eleitos pela Assembléia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.
Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto pelos seguintes membros:
• António Luis Guerra Nunes Mexia - Presidente do Conselho e do Comitê de Remuneração
• António Manuel Barreto Pita de Abreu - Conselheiro e Diretor presidente da EDP no Brasil
• Nuno Maria Pestana de Almeida Alves - Conselheiro indicado pelo acionista controlador
• Ana Maria Machado Fernandes - Conselheira indicada pelo acionista controlador
• Modesto Souza Barros Carvalhosa - Conselheiro indicado pelos acionistas minoritários
• Pedro Sampaio Malan - Conselheiro independente e presidente do Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa
• Francisco Carlos Coutinho Pitella - Conselheiro independente e presidente do Comitê de Auditoria
O Conselho de Administração possui três Comitês de Assessoramento, sendo eles: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. Os comitês são responsáveis por assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes da Diretoria-Executiva ou de membros do corpo gerencial da Companhia.
Comitê de Auditoria: assegura o cumprimento e a correta aplicação dos princípios e das normas contábeis; emite pareceres sobre as contas apresentadas pelos administradores e demonstrações financeiras; avalia o desempenho dos auditores externos e internos; estabelece procedimentos para o recebimento, a guarda e o tratamento de reclamações no âmbito do Canal de Comunicação e Denúncia da EDP no Brasil. O comitê é presidido pelo conselheiro independente Francisco Carlos Coutinho Pitella e conta com a participação de Nuno Maria Pestana de Almeida Alves e Pedro Sampaio Malan. Em 2010, o comitê realizou 5 (cinco) reuniões.
Comitê de Remuneração: assessora o Conselho nas decisões sobre políticas de remuneração da EDP no Brasil e de suas controladas. Tem dois membros indicados pelo controlador - António Luis Guerra Nunes Mexia (presidente) e Nuno Maria Pestana de Almeida Alves - e um terceiro membro independente (Pedro Sampaio Malan). Em 2010, o comitê reuniu-se 2 (duas) vezes.
Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa: zela pela perenidade da organização, com visão sustentável de longo prazo e considerando possíveis mudanças sociais e ambientais; assegura a adoção das melhores práticas de governança corporativa e o respeito a princípios éticos, para aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital a custos mais baixos e, assim, contribuir para o fortalecimento do Grupo; é responsável pela criação do processo de autoavaliação do Conselho de Administração, introduzido em 2010. O comitê é presidido pelo membro independente Pedro Sampaio Malan e tem a participação de Ana Maria Machado Fernandes e Modesto Souza Barros Carvalhosa. Em 2010, o comitê reuniu-se 2 (duas) vezes.
Os currículos dos conselheiros podem ser encontrados em nosso website www.edpbr.com.br.

DIRETORIA-EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por quatro membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos. É encarregada de administrar os negócios e adotar os atos necessários ou convenientes, bem como executar as deliberações do Conselho de Administração.
Os quatro integrantes da atual Diretoria foram reeleitos para um mandato de três anos (em vigor até dezembro de 2014, com possibilidade de reeleição).
Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta pelos seguintes membros:
Diretor-presidente: *António Manuel Barreto Pita de Abreu*
Diretor vice-presidente de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Gestão: *Miguel Dias Amaro*
Diretor vice-presidente de Geração e Comercialização: *Luiz Otavio Assis Henriques*
Diretor vice-presidente de Distribuição: *Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas*
Os currículos dos diretores podem ser encontrados em nosso website www.edpbr.com.br.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Reconhecida como uma das 20 empresas-modelo em responsabilidade corporativa, a EDP no Brasil integrou pelo terceiro ano consecutivo o Guia Exame de Sustentabilidade. Também garantiu, pela quinta vez, a permanência de suas ações no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, da BM&FBovespa.
O Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia segue as diretrizes G3 da Global Reporting Initiative (GRI). A edição de 2009 garantiu mais uma vez o A+, nível mais alto de aplicação da GRI e o grande destaque foi sua colocação no Top 10 do ranking organizado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) em conjunto com a consultoria de estratégia SustainAbility, que reconhece a excelência na produção de relatórios de sustentabilidade. A empresa ficou na quarta posição no ranking geral e foi a primeira colocada entre as companhias do setor elétrico.

INSTITUTO EDP

O apoio a ações de educação e desenvolvimento local centraliza o investimento social externo da EDP no Brasil e faz parte dos princípios de desenvolvimento sustentável assumidos pela companhia, integrando uma política corporativa específica sobre esse tema. Em todas as iniciativas, busca-se reforçar o exercício da cidadania e estimular os beneficiados a decidirem os próprios destinos, sempre respeitando sua cultura, seus valores e instituições.
Em 2010, os investimentos em projetos de caráter social, cultural e ambiental somaram R$ 4,0 milhões, sendo R$ 2,0 milhões por meio de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

recursos de incentivo fiscal, como a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura, entre outras. Os projetos sociais apoiados pelo grupo são coordenados pelo Instituto EDP e selecionados via edital público, o que garante a seriedade e transparência do processo.

ESTRATÉGIA E GESTÃO EMPRESARIAL

Alinhado aos Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo EDP no mundo, o objetivo em 2010 foi o aperfeiçoamento da estratégia em torno do eixo:

• Crescimento orientado: exigência de patamar mínimo de rentabilidade
• Risco controlado: manutenção de baixos níveis de risco operacional e financeiro
• Eficiência superior: controle rigoroso do orçamento

O atendimento às novas conformações de mercado direcionou o foco para as pequenas e médias hidrelétricas; à inovação nas redes e nos processos da distribuição para atender a mudanças regulatórias; à distribuição equilibrada de EBITDA geração/EBITDA distribuição; à consolidação da posição no mercado livre e ao reforço das práticas de sustentabilidade no relacionamento com os públicos de interesse.

Base para a concretização da estratégia, 2010 consolidou o Programa Vencer da EDP no Brasil como plataforma de preparação da empresa para um ciclo de inovação e desenvolvimento a partir da maximização do potencial das pessoas.

Lançado em 2009 com a definição de cinco comportamentos essenciais e dez regras de ouro esperados do colaborador EDP no Brasil, o Vencer percorreu 2010 aprofundando os projetos âncoras que alicerçam os propósitos da empresa rumo ao alcance das metas compromissadas com seus *stakeholders*.

Os dez projetos EDP+, que tiveram execução continuada em 2010, repercutiram em revisões e mudanças no incremento de rotinas e processos, com novas visões e rupturas na forma de realizar as operações. Esse aprendizado contribuiu para a criação e implementação de idéias, como o EDP 2020 e a Bolsa de Inovação, geridos dentro do EDP+Inovação. Outros projetos que trouxe frutos foram o +Processos, com o redesenho de estrutura organizacional e revisão e/ou criação de novos processos. O sistema normativo foi revisitado e recebeu flexibilidade, atendendo à exigente dinâmica do ambiente empresarial.

O EDP+Sustentável segue sua trajetória de inserir a sustentabilidade no dia a dia dos negócios, além de consolidar mapa estratégico transversal sobre o tema, com o acompanhamento da performance de indicadores que, no seu consolidado, perfazem uma das cinco metas corporativas do Grupo EDP no Brasil, presentes na remuneração variável da diretoria, gestores e colaboradores desde 2008.

Outro avanço ocorreu com o início da sistematização dos indicadores sociais e ambientais em plataforma tecnológica, utilizando software de gestão de processos, que permitirá base de dados única para todas as informações das empresas da EDP no Brasil, facilitando a coleta de dados, rastreamento e seu asseguramento. O projeto está em desenvolvimento e tem sua conclusão prevista para 2012.

O Sistema de Gestão Ambiental mantém a continuidade do plano de certificação dos ativos na norma ambiental ISO 14001 e de Saúde e Segurança OHSAS 18001. Em 2010, três subestações da EDP Bandeirante e a geradora Investco obtiveram sua certificação. Duas PCHs e a geradora Enerpeixe conquistaram a recertificação dos seus ativos. Na norma de qualidade ISO 9001, o processo de apuração dos indicadores de qualidade técnicos da EDP Escelsa e EDP Bandeirante recebeu pelo 3º ano consecutivo a validação da auditoria certificadora, além do Programa de Eficiência Energética das distribuidoras da EDP no Brasil. A Enerpeixe também conquistou em 2010 a certificação na norma ISO 9001.

Em 2010, o processo de diálogo com os públicos de interesse da EDP no Brasil recebeu asseguração da AA 1000, norma internacional que rege princípios e procedimentos a serem adotados nessa interação. Em constante aperfeiçoamento, canais de comunicação foram potencializados em 2010 e novos formatos empreendidos para engajar os *stakeholders* nos compromissos e valores da EDP. Faz parte desse grupo, colaboradores, fornecedores, clientes, comunidades do entorno, representantes da Administração Pública em todas as esferas, entidades sem fins lucrativos, ONGs, entre outros, que fizeram parte e permanecem como protagonistas nos projetos propostos pela empresa para 2011.

CLIENTES COMO PRIORIDADE

O compromisso número um da EDP é com seus clientes. Isso inclui colocar-se no lugar deles nas tomadas de decisão, ouvi-los e responder às suas demandas de forma simples e transparente e surpreendê-los, antecipando as suas necessidades. Esse posicionamento foi reforçado em 2010 na definição do plano estratégico do negócio Distribuição, que estabeleceu o relacionamento com os seus clientes como a prioridade das empresas EDP Bandeirante e EDP Escelsa.

Projeto +Cliente

Todas as iniciativas de relacionamento com os clientes são abrigadas no +Cliente, um dos 10 projetos que integram o programa de transformação Vencer, aplicado desde 2009 como um conjunto de ações destinadas a criar um novo modelo organizacional. Seu objetivo é assegurar a melhoria constante nos processos de atendimento, comerciais e técnicos e inclui ações de divulgação, melhoria de cadastro, pesquisa com clientes sobre diversos aspectos e avaliação dos atendentes.

Em 2010, alinhado a esse projeto, surgiu o Programa Sorriso, que tem como objetivo capacitar e desenvolver os profissionais de atendimento ao cliente das lojas da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa, tornando o atendimento mais rápido, eficiente e amigável. Nos eventos de divulgação os atendentes receberam treinamentos para enfrentar, com mais desenvoltura, diferentes situações do dia a dia, além de dicas de apresentação pessoal feminina e masculina.

GESTÃO DE PESSOAS

A gestão do capital humano é um dos aspectos considerados mais estratégicos pela EDP no Brasil para alcançar um dos três pilares que são o objetivo de sua atuação: a eficiência superior. Por essa razão, representa um dos ativos intangíveis da companhia e um dos princípios do desenvolvimento sustentável estabelecidos mundialmente pelo Grupo EDP. O compromisso com as pessoas determina a valorização do trabalho em equipe, o desenvolvimento das competências e do mérito e um modelo que equilibre vida pessoal e profissional.

A convicção é que trabalhar com as pessoas envolve valores humanos, condutas e ações comportamentais, atendendo às demandas do negócio, o que requer muito esforço para proporcionar o melhor resultado para a empresa e colaboradores.

As ações em 2010 buscaram o desenvolvimento das pessoas sob a ótica dos comportamentos essenciais e das regras de ouro da cultura organizacional, que integram o Compromisso da Gestão da EDP no Brasil e servem de inspiração para todos os colaboradores. Realizadas em consonância com o Programa Vencer - conjunto de iniciativas em vigor desde 2009 para tornar a empresa mais competitiva e preparada para os desafios do futuro, concentraram-se no Reforço Vencer, que mantém a disseminação desses valores entre os colaboradores.

Com a modernização do site do programa mantido na intranet, foi lançado um concurso para indicação, pelos colegas, de pessoas que são exemplo dos cinco comportamentos essenciais. A primeira etapa ("espírito contagiante de equipe", na primeira quinzena de agosto) contou com mais de 600 indicações.

Os "energizadores" do Programa Vencer, colaboradores que usam parte do tempo de trabalho para disseminar a cultura EDP e divulgar novos projetos, continuaram sua atuação em 2010, reunindo-se com a liderança da gestão do capital humano e o presidente da *holding* para conhecer os novos programas.

Em dezembro de 2010, a força de trabalho da EDP no Brasil era composta por 2.431 colaboradores.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

O investimento em desenvolvimento de pessoas totalizou R$ 4,1 milhões em 2010.

Realizado pelo terceiro ano consecutivo, o ciclo de avaliação de desempenho, com análise de 360º, abrangeu 100% dos empregados ativos até 31 de julho. Qualitativa, a iniciativa inclui autoavaliação, avaliação do gestor, de pares e subordinados, feitas pela intranet ou pela internet. A partir dos resultados são traçados planos individuais de desenvolvimento.

O Plano de Sucessão, iniciado em 2009, identificou a disponibilidade interna de colaboradores prontos para assumir posições de liderança ou funções críticas. O plano foi atualizado no ano de 2010 e seus reflexos já podem ser vistos com 45% de aproveitamento interno nos cargos de liderança. Os colaboradores mais jovens ingressam por meio do programa de estágios On Top, que seleciona estudantes de diferentes áreas - em 2010, 95 estagiários foram contratados através desta iniciativa. Internamente, o Programa Jovens de Elevado Potencial foi 100% reformulado para o modelo Energizing Development Program, que contou com 85 candidatos e 22 finalistas aprovados.

Para ajudar os colaboradores a organizarem suas trajetórias profissionais, o Rotas de Carreira foi disponibilizado para todos pela intranet, e seus resultados já podem ser vistos, com o índice de 28% de aproveitamento interno no ano de 2010.

O Programa de Desenvolvimento de Liderança, baseado nos pilares desenvolvimento, alinhamento e atualização, foi composto por ações específicas para cada nível de gestão.

O Programa de Desenvolvimento dos Gestores Operacionais seguiu de julho a dezembro, com o objetivo de capacitação, formação e desenvolvimento, passando por temas como Gestão de Pessoas e Processos. Mais 5 Gestores Executivos participaram do Programa de Desenvolvimentos de Executivos da Fundação Dom Cabral, instituição que contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade por meio da educação e capacitação. E também tivemos dois diretores que participaram do AMP/IESE (Advanced Management Program).

Integrando os pilares do Programa de Desenvolvimento de Liderança, tiveram continuidade os encontros denominados Mesa Redonda, em que executivos do Grupo EDP reúnem-se a cada três meses com o presidente da empresa. Foi implantado o Ciclo de Palestras EDP 2020 - Saber em Foco, com a realização de 6 palestras e artigos em 2010.

Em agosto, foi lançado o Programa de Gestão do Conhecimento, criando mecanismos para o compartilhamento de informações pelos especialistas seniores. A primeira etapa, de *coaching* técnico, está sendo realizada como projeto-piloto na Geração - outras unidades participarão do programa a partir de 2011.

Outras iniciativas de formação, como a política de subsídio a cursos de idiomas e a participação de empregados da EDP no Brasil na universidade corporativa em Portugal, mantiveram-se durante o ano.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança estabelece ações para minimizar riscos e acidentes e promover a saúde de colaboradores e contratados de terceiros. Entre elas, destacam-se campanhas de conscientização, treinamentos, visitas técnicas e iniciativas como o Rodeio de Eletricistas, tradicional evento do setor que incentiva a segurança no trabalho.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Inovação como destaque

Para a EDP no Brasil, há uma equivalência direta entre os objetivos da sustentabilidade e da inovação. Nesse sentido, em 2010 foi consolidada a Diretoria de Estratégia de Inovação e criado o Time de Inovação, encarregado de multiplicar iniciativas, fortalecer a disseminação da cultura e do olhar inovador com o qual os colaboradores identificam oportunidades em processos cotidianos. O time é formado por representantes das principais áreas de negócio e de apoio, o que propicia a circulação de informações sobre as iniciativas adotadas.

Para promover o envolvimento de todo o grupo, ocorreram seminários, cursos de capacitação, ferramentas virtuais abertas ao público interno e jornadas técnicas. Os recursos aplicados em 2010 foram dedicados tanto a ações disruptivas quanto a desenvolvimentos incrementais na Organização, resultando em iniciativas práticas e que trouxeram benefícios para a empresa.

Essas iniciativas incluem uma estrutura alinhada às determinações regulatórias que estabelecem a obrigatoriedade de destinar parte da receita operacional líquida a projetos de pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética. As distribuidoras de energia elétrica destinam 0,2% para pesquisa e desenvolvimento e 0,5% à eficiência energética; as geradoras aplicam 0,4% em pesquisa e desenvolvimento. Os resultados desses investimentos são divulgados à comunidade científica e às demais concessionárias, disseminando assim o conhecimento adquirido.

Distribuição - Para desenvolver novas tecnologias, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para a produção tecnológica é orientado a negócios, melhorando processos empresariais, aumentando receita, elevando a responsabilidade social e preservando o meio ambiente. Com isso, o sistema elétrico ganha segurança, qualidade e confiabilidade, garantindo-se seu suprimento e proporcionando à sociedade facilidade de acesso à energia com preços mais acessíveis. Os destaques de 2010 ficaram por conta das pesquisas em mobilidade elétrica, telemedição e mudanças climáticas. Ações com energias renováveis visando à eficiência energética se destacaram, bem como a elaboração do plano da Cidade Inteligente, com rede interligada e telemedição, que deve ser posto em prática em 2011. No ano, tiveram início 15 projetos.

Geração - As empresas investiram em diversos temas, que vão desde segurança das operações nas usinas até o desenvolvimento de novas fontes de energia, como a solar fotovoltaica. No ano, a principal preocupação foi desenvolver projetos relacionados ao meio ambiente, com foco em melhorias simultâneas para a empresa e para a sociedade ribeirinha dos reservatórios das usinas. Com foco no desenvolvimento de novos negócios de geração, houve investimento em novas fontes de energia limpa, como forma de minimizar ou evitar os impactos no meio ambiente. Em 2010, foram iniciados 11 projetos em diversos campos de atuação. As empresas de geração não concluíram nenhum projeto.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A promoção de atividades de eficiência energética assegura a melhor utilização da energia elétrica e integra o Programa de Eficiência Energética, que determina às distribuidoras de energia a obrigatoriedade de investirem parte de sua receita em projetos dessa natureza. Esses investimentos totalizaram R$ 25 milhões em 2010, com economia de 22.358 MWh/ano, o equivalente ao consumo médio anual de 9,3 mil famílias.

A EDP enfatiza iniciativas que favoreçam consumidores de baixa renda e entidades sem fins lucrativos, reunidas nos programas Boa Energia na Comunidade e Boa Energia Solar. Esses programas atuam em favor do meio ambiente, pelo estímulo ao uso de fontes alternativas de energia e redução de consumo, promovem mais segurança no uso e beneficiam consumidores e instituições de saúde com menores custos, com efeito positivo sobre o nível de inadimplência. Projetos de modernização da iluminação pública, realizados por meio do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), receberam investimentos de R$ 4 milhões no ano de 2010, com a troca de aproximadamente 10.203 pontos de iluminação pública e redução de demanda e custos de energia para prefeituras municipais.

No Espírito Santo, a atuação do programa Boa Energia na Comunidade contemplou cerca de 46 mil unidades consumidoras, com aumento no número de reuniões com a comunidade e palestras sobre eficiência energética. Por meio de questionários aplicados pela ONG Ideaas, são selecionadas residências para receber benefícios da iniciativa, com a doação de equipamentos adequados para a instalação regular de energia. No ciclo 2009/2010, representaram 9 mil padrões, 6.680 kits de instalação (fios, disjuntores, tomadas), 127 mil lâmpadas eficientes, com investimentos de R$ 8 milhões. Há ainda sorteio e doação de geladeiras para moradores cujos equipamentos estejam em situação muito precária.

Três iniciativas se destacaram em São Paulo, área de atuação da EDP Bandeirante. A melhoria dos sistemas de iluminação de 3 entidades beneficentes, com doação de equipamentos e mão de obra para a substituição de lâmpadas, luminárias e reatores ineficientes, reduziram os gastos com energia. Os sistemas semafóricos de Guarulhos, Mogi das Cruzes e São José dos Campos contaram com a substituição de 10.219 lâmpadas incandescentes, de baixa eficiência, por lâmpadas LED de alta eficiência, com economia 2.607 MWh/ano, que representa o consumo médio anual de 1.086 unidades residenciais.

Em parceria com a companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), a EDP Bandeirante está realizando melhorias em 2.478 residências de baixo poder aquisitivo nos municípios de Pindamonhangaba e Mogi das Cruzes. O programa Boa Energia Solar incluiu a instalação de painéis solares em edifícios de apartamentos para aquecimento de água, a substituição das lâmpadas e chuveiros e ações de conscientização. Os investimentos somaram R$ 13,3 milhões e a redução de consumo prevista é de 1.290 MWh/ano.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A gestão ambiental da EDP no Brasil está alinhada aos seus oito princípios de desenvolvimento sustentável e busca, por meio de projetos e iniciativas inovadoras, mitigar os impactos das atividades das empresas controladas. São desenvolvidas ações de conservação da natureza, com destaque para a biodiversidade, que em 2010 ganhou política corporativa específica.

Nesse contexto, em 2010, a companhia estabeleceu parcerias com universidades para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas à identificação de melhores práticas de preservação ambiental. Houve continuidade do processo de adequação dos ativos e instalações para as certificações de qualidade ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (saúde e segurança).

Ações socioambientais da EDP Bandeirante receberam destaque no Relatório de Sustentabilidade 2009 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que declarou ser a empresa um exemplo a seguir nas práticas de sustentabilidade. Com isso, o sistema de gestão ambiental de saúde e segurança e as soluções para mitigar os impactos ambientais serão utilizados como exemplo para outras empresas que contarão com o apoio do BID para implantar projetos na área.

Os investimentos de caráter ambiental totalizaram R$ 28,7 milhões, com ênfase em aspectos de biodiversidade (proteção de paisagem, monitoramento de fauna e flora, entre outros).

Entre os projetos mais importantes, destacam-se:

• **Programa Econnosco:** criado em 2009, com o objetivo de estimular o uso consciente dos recursos naturais pelos colaboradores da EDP, registrou em 2010 novas ações de incentivo à redução do consumo e geração de resíduos. Os 50 embaixadores do projeto - colaboradores que atuam na disseminação das iniciativas - participaram de oficinas realizadas pelo Instituto EDP em parceria com o Instituto Akatu. Elas abordaram os temas: poder transformador do consumidor; importância da reciclagem; consumo consciente de água, papel, energia e combustíveis; e gases de efeito estufa que causam o aquecimento global.

• **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto**: conta atualmente com cinco projetos registrados. Consciente da importância e amplitude das mudanças climáticas, a EDP participa ativamente em vários fóruns com o objetivo de contribuir na construção de um sistema internacional eficaz para o combate às alterações globais do clima.

No primeiro semestre de 2010, a empresa vendeu 25 mil toneladas de créditos de carbono no mercado voluntário. Comercializados com a empresa suíça First Climate, os créditos foram obtidos por meio da repotenciação da UHE Mascarenhas, que evitará a emissão média de 50 mil toneladas de CO2. No final de 2010 a EDP recebeu a certificação dos primeiros créditos emitidos pelas Nações Unidas do projeto da PCH de São João. Os recursos obtidos com a negociação de créditos de carbono são integralmente destinados a projetos sociais apoiados ou desenvolvidos pelo Instituto EDP.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Guia Exame de Sustentabilidade: Reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo, como uma das 20 empresas-modelo em sustentabilidade no país. O guia da revista *Exame* avalia as atividades empresariais sob os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

***Ranking* Capital Aberto**: O *ranking*, promovido pela revista *Capital Aberto*, reconhece As Melhores Companhias para os Acionistas - a EDP esteve entre as nove vencedoras de 2010, ficando em segundo lugar na categoria de empresas com valor de mercado entre R$ 5 bilhões e R$ 15 bilhões e obteve nota máxima em governança corporativa.

Personalidade do Ano - O presidente da EDP no Brasil, António Pita de Abreu, recebeu o prêmio de Personalidade do Ano, entregue pela Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil-São Paulo. A escolha se deu por meio de uma eleição entre os 800 empresários e executivos associados à Câmara. Na entrega da premiação a entidade homenageou o então presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, por seu empenho no crescimento econômico do País.

Rumo à Credibilidade 2010: Melhor colocada entre as companhias do setor elétrico no Top 10 do *ranking* organizado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) em conjunto com a consultoria de estratégia SustainAbility que reconhece a excelência na produção de relatórios de sustentabilidade. A empresa ficou na quarta posição no *ranking* geral.

Prêmio ABT: O Projeto Letras de Luz, parceria da Fundação Victor Civita com o Instituto EDP, recebeu troféu de ouro na categoria Responsabilidade Social na décima edição do Prêmio ABT. A premiação tem como objetivo distinguir e reconhecer anualmente as melhores práticas de relacionamento com o cliente.

As 500 melhores empresas do Brasil: Primeiro lugar do setor elétrico em Inovação e Qualidade, quarto lugar em Governança Corporativa e quinto lugar em Sustentabilidade Financeira na avaliação feita anualmente pela revista *Istoé Dinheiro* em parceria com a Trevisan Consultoria.

Programa Brasileiro GHG Protocol: Reconhecida com o Selo Ouro no inventário de emissões de gases de efeito estufa do ano de 2009.

Prêmio Sodexo Vida Profissional: O Programa Conciliar recebeu prêmio na categoria Qualidade de Vida. Focado na pesquisa e divulgação das melhores práticas empresariais na área de recursos humanos, o prêmio tem seu processo de avaliação realizado pela Fundação Getulio Vargas.

Prêmio EcoFrotas: Recebido na categoria Excelência em Gestão de Manutenção pelo empenho em relação à frota das distribuidoras, que apresentou o menor custo por quilômetro rodado e a maior disponibilidade.

Prêmio Aberje 2010: a TV ON, canal institucional do Grupo EDP venceu na categoria Mídia Audiovisual, da região São Paulo, na premiação promovida pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. O prêmio destaca iniciativas nas categorias Gestão de Comunicação e Relacionamento, Mídias e Pequenas e Médias Organizações.

***Ranking Latin America's Best Investor Relations*:** Pesquisa realizada pela revista *Institutional Investor* junto a analistas de mercado, reconhece o CFO Miguel Amaro como o melhor do setor elétrico, segundo analistas de *sell side*, e a Gestora Executiva Maytê Albuquerque como a terceira melhor profissional de RI do setor elétrico, segundo analistas de *sell side* e *buy side*.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Companhia informa que os serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes foram apenas aqueles relacionados à prestação de serviços de auditoria independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Estas foram preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), conforme requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007. Resultados históricos anteriores ao exercício de 2009, eventualmente mencionados ao longo deste relatório da adminsitração, não contemplam os ajustes instituídos pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece a todos que trabalharam e contribuíram para que a EDP Energias do Brasil alcançasse uma posição de destaque no cenário nacional. Em especial, nosso reconhecimento pela confiança dos acionistas, pelo empenho e competência dos colaboradores, pelo apoio e estímulo dos clientes, fornecedores, parceiros e demais *stakeholders*.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009 Ajustado	Controladora 01/01/2009 Ajustado	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 Ajustado	Consolidado 01/01/2009 Ajustado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	285.812	233.440	79.443	1.126.449	1.102.022	499.882
Títulos a receber	8	1.121			8.659	5.999	
Ativo financeiro indenizável	17				823	823	823
Consumidores e concessionárias	7				888.806	901.781	725.432
Impostos e contribuições sociais	10	85.966	75.036	78.403	540.314	419.305	373.673
Dividendos a receber	29	169.312	136.108	150.109			
Estoques	2.2.c				28.112	13.199	10.098
Cauções e depósitos vinculados	13	222	2.168	2.080	62.898	69.587	76.936
Despesas pagas antecipadamente	9	190	4	48	5.254	2.615	8.407
Ativos financeiros disponíveis para venda	36	40.801	39.086	37.500	40.801	39.086	37.500
Outros créditos	15	1.512	1.450	3.165	172.561	159.148	142.411
		584.936	**487.292**	**350.748**	**2.874.677**	**2.713.565**	**1.875.162**
Não circulante							
Títulos a receber	8	21.506	23.380	20.378	18.755	21.938	18
Ativo financeiro indenizável	17				397.324	325.262	248.303
Consumidores e concessionárias	7				63.733	64.862	107.981
Impostos e contribuições sociais	10				35.933	31.078	31.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	9.784			778.680	748.285	654.103
Partes relacionadas	12	116.622	175.871	144.087			22.104
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	14	4.075	69.217	42.740	458		600
Cauções e depósitos vinculados	13	8.693	5.122	2.944	239.669	130.797	153.632
Despesas pagas antecipadamente	9				937	1.064	2.608
Outros créditos	15	15.759	51.992	7.227	32.379	49.937	112.275
		176.439	**325.582**	**217.376**	**1.567.868**	**1.373.223**	**1.332.708**
Investimentos	16	3.771.044	3.455.750	2.949.106	37.271	30.935	10.391
Imobilizado	18	1.894	2.038	1.993	5.303.587	4.803.780	4.523.469
Intangível	19	266.852	284.371	454.845	3.026.712	2.994.969	3.138.800
		4.039.790	**3.742.159**	**3.405.944**	**8.367.570**	**7.829.684**	**7.672.659**
Total do ativo		**4.801.165**	**4.555.033**	**3.974.068**	**12.810.115**	**11.916.472**	**10.880.529**

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009 Ajustado	Controladora 01/01/2009 Ajustado	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 Ajustado	Consolidado 01/01/2009 Ajustado
Circulante							
Fornecedores	20	3.370	10.416	13.093	626.381	508.056	456.679
Impostos e contribuições sociais	10	51.659	31.106	15.612	609.891	454.459	369.229
Dividendos	29	100.822	75.391	74.118	191.142	144.618	159.415
Debêntures	21				231.730	210.029	218.842
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	22			257.700	375.701	572.662	869.785
Benefícios pós-emprego		3			27.611	27.181	30.871
Obrigações estimadas com pessoal	24	4.774	4.171	4.139	50.450	48.828	45.327
Encargos regulamentares e setoriais	25				225.380	156.561	157.672
Uso do bem público	26				19.440	17.280	17.105
Provisões	27	1.318	2.208		30.275	19.647	13.602
Outras contas a pagar	15	4.392		2.208	137.410	165.967	157.070
		166.338	**123.292**	**366.870**	**2.525.411**	**2.325.289**	**2.495.597**
Não circulante							
Fornecedores	20				915		
Impostos e contribuições sociais	10	32.295	34.146		137.853	142.163	34.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	1.122			289.003	261.020	248.444
Debêntures	21				637.593	453.155	655.786
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	22				2.140.882	1.957.440	1.406.818
Benefícios pós-emprego					189.228	130.788	140.636
Partes relacionadas	12	189	7.024	510			
Encargos regulamentares e setoriais	25				12.913	14.939	2.847
Uso do bem público	26				215.764	205.564	207.677
Provisões	27	26.912	24.469	64.396	153.566	141.099	267.260
Provisão para passivo a descoberto	16	19.784	8.452	54.172	12.847		51.383
Reserva para reversão e amortização	2.2.r				17.248	17.248	17.248
Outras contas a pagar	15	47	62	26	21.772	45.935	25.003
		80.349	**74.153**	**119.104**	**3.829.584**	**3.369.351**	**3.057.553**
Patrimônio Líquido	28						
Capital social		3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716
Reservas de capital		95.598	96.656	35.348	95.598	96.656	35.348
Reservas de lucros		1.386.620	1.243.047	842.632	1.386.620	1.243.047	842.632
Ajustes de avaliação patrimonial		(103.842)	(50.095)	(21.472)	(103.842)	(50.095)	(21.472)
Ações em tesouraria		(6.614)	(6.614)	(372.450)	(6.614)	(6.614)	(372.450)
Prejuízos acumulados			(108.122)	(178.679)		(102.807)	(174.674)
		4.554.478	**4.357.588**	**3.488.095**	**4.554.478**	**4.362.903**	**3.492.100**
Participações não controladores					1.900.643	1.858.929	1.835.280
Total do patrimônio líquido e participações não controladores		4.554.478	4.357.588	3.488.095	6.455.121	6.221.832	5.327.380
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.801.165**	**4.555.033**	**3.974.068**	**12.810.115**	**11.916.472**	**10.880.529**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2010	Controladora 2009 Ajustado	Consolidado 2010	Consolidado 2009 Ajustado
Receita operacional líquida	30			**5.034.316**	**4.621.702**
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda				(2.096.794)	(1.866.655)
Encargos de uso da rede elétrica				(601.426)	(473.654)
	31			**(2.698.220)**	**(2.340.309)**
Custo de operação					
Pessoal				(151.934)	(146.521)
Materiais e serviços de terceiros				(203.066)	(166.619)
Depreciações e amortizações				(276.203)	(257.197)
Outros custos de operação				(30.093)	(28.123)
	31			**(661.296)**	**(598.460)**
				(3.359.516)	**(2.938.769)**
Custo do serviço prestado a terceiros	31			(6.050)	(2.918)
Lucro operacional bruto				**1.668.750**	**1.680.015**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(2.132)		(80.252)	(41.986)
Despesas gerais e administrativas		(65.960)	(65.372)	(262.048)	(321.647)
Depreciações e amortizações		(17.993)	(19.920)	(81.775)	(76.909)
Outras despesas operacionais		609	(22.220)	(52.657)	(77.307)
	31	**(85.476)**	**(107.512)**	**(476.732)**	**(517.849)**
Resultado antes do Resultado Financeiro, das participações societárias e tributos		**(85.476)**	**(107.512)**	**1.192.018**	**1.162.166**
Resultado das participações societárias	16	673.282	708.248	(1.837)	(407)
Receitas financeiras		26.428	94.324	337.972	296.558
Despesas financeiras		(26.760)	(48.048)	(514.985)	(378.570)
Resultado financeiro	32	**(332)**	**46.276**	**(177.013)**	**(82.012)**
Outras receitas		6.903	52.345	12.474	55.449
Outras despesas		(13.173)	(2.092)	(39.937)	(28.128)
Outros resultados		**(6.270)**	**50.253**	**(27.463)**	**27.321**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33	**581.204**	**697.265**	**985.705**	**1.107.068**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.115)	(2.881)	(229.254)	(196.799)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.784		(19.810)	(51.953)
	33	**6.669**	**(2.881)**	**(249.064)**	**(248.752)**
Lucro líquido antes da participação dos não controladores e partes beneficiárias		**587.873**	**694.384**	**736.641**	**858.316**
Participações dos não controladores				(136.926)	(146.850)
Partes beneficiárias				(17.157)	(15.772)
Lucro líquido do exercício		**587.873**	**694.384**	**582.558**	**695.694**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R$		**3.708,39**	**4.380,28**	**3.674,87**	**4.388,54**
Quanridade de ações		**158.805**	**158.805**	**158.805**	**158.805**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADCIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2010	Controladora 2009 Ajustado	Consolidado 2010	Consolidado 2009 Ajustado
Geração do valor adicionado	**6.903**	**50.253**	**7.674.464**	**7.032.375**
Receita operacional			7.738.065	7.013.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(76.075)	(36.682)
Outras receitas	6.903	50.253	12.474	55.449
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(56.048)**	**(63.529)**	**(3.430.691)**	**(3.052.660)**
Custos da energia comprada			(2.286.978)	(2.038.331)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			(652.876)	(517.842)
Materiais	(967)	(617)	(26.635)	(29.636)
Serviços de terceiros	(26.839)	(28.667)	(322.117)	(284.653)
Outros custos operacionais	(28.242)	(34.245)	(142.085)	(182.198)
Valor adicionado bruto	**(49.145)**	**(13.276)**	**4.243.773**	**3.979.715**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(17.993)	(19.920)	(357.978)	(334.106)
Valor adicionado líquido produzido	**(67.138)**	**(33.196)**	**3.885.795**	**3.645.609**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	26.428	94.324	337.972	270.927
Participações dos não controladores			(136.926)	(146.850)
Resultado da equivalência patrimonial	673.282	708.248	(1.837)	(407)
Valor adicionado total a distribuir	**632.572**	**769.376**	**4.085.004**	**3.769.279**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	14.070	12.437	154.514	157.759
Benefícios	5.883	7.076	51.397	44.280
FGTS	1.674	1.770	18.026	20.961
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	8.092	16.655	1.373.148	1.265.703
Estaduais			1.373.320	1.223.443
Municipais			5.697	4.687
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	11.999	34.275	495.632	332.149
Aluguéis	2.981	2.779	13.555	8.831
Remuneração de capital próprio				
Dividendos e juros sobre capital próprio	113.941	74.079	(135.577)	(210.580)
Partes beneficiárias			17.157	15.772
	158.640	**149.071**	**3.366.869**	**2.863.005**
Lucros retidos	473.932	620.305	718.135	906.274
	632.572	**769.376**	**4.085.004**	**3.769.279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Provisão para AFAC (nota 2.3)	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	3.182.716	35.348	693.299	(372.450)			**3.538.913**	**4.005**	1.835.280	5.378.198
Ajuste adoção das novas práticas					(21.472)	(178.679)	**(200.151)**			(200.151)
Dividendos adicionais propostos			149.333				**149.333**			149.333
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (*Ajustado*)	3.182.716	35.348	842.632	(372.450)	(21.472)	(178.679)	3.488.095	4.005	1.835.280	**5.327.380**
Alienação de Ações Tesouraria		61.308		365.836			**427.144**			427.144
Dividendo adicional aprovado em 08/04/2009			(149.333)				(149.333)			(149.333)
Lucro líquido do exercício						694.384	694.384	1.310	146.850	842.544
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal			31.192			(31.192)	**–**			–
Reserva de retenção de lucros			296.318			(296.318)	**–**			–
Dividendos adicionais propostos			222.238			(296.317)	(74.079)		(123.201)	(197.280)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego					2.357		**2.357**			2.357
Ativos financeiros disponíveis para venda					1.585		**1.585**			1.585
Hedge de fluxos de caixa					(48.126)		(48.126)			(48.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					15.561		**15.561**			15.561
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (*Ajustado*)	**3.182.716**	**96.656**	**1.243.047**	**(6.614)**	**(50.095)**	**(108.122)**	**4.357.588**	**5.315**	**1.858.929**	**6.221.832**
Reversão de dividendos		(1.058)					**(1.058)**			(1.058)
Dividendo adicional aprovado em 09/04/2010			(222.238)				(222.238)			(222.238)
Lucro líquido do exercício						587.873	**587.583**	(5.315)	136.926	719.484
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal			23.987			(23.987)	**–**			–
Reserva de retenção de lucros			341.824			(341.824)	**–**			–
Dividendos intermediários (JSCP)						(106.000)	(106.000)			(106.000)
Dividendos propostos						(7.940)	(7.940)		(95.212)	(103.152)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego					(84.320)		(84.320)			(84.320)
Ativos financeiros disponíveis para venda					1.716		1.716			1.716
Hedge de fluxos de caixa					1.985		1.985			1.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos					26.872		26.872			26.872
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**3.182.716**	**95.598**	**1.386.620**	**(6.614)**	**(103.842)**		**4.554.478**	**–**	**1.900.643**	**6.455.121**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 *Ajustado*	2010	2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	587.873	694.384	582.558	695.694
Participação dos não controladores no resultado			136.926	146.850
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades				
Consumidores e concessionárias			67.462	39.891
Ativo financeiro indenizável			661	484
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(9.784)		19.810	51.953
Impostos e contribuições sociais compensáveis			92	1.725
Depreciações e amortizações	17.993	19.920	357.978	334.106
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	323	345	41.057	41.727
Despesas pagas antecipadamente			(764)	1.542
Fornecedores			15.382	31.916
Encargos e variações monetárias			18.303	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		29.244	382.122	222.306
Uso do bem público			(6.406)	(909)
Benefícios pós-emprego - CVM nº 371			(4.937)	(14.509)
Provisões para contingências	9.221	26.361	30.709	65.193
Licenças ambientais			3.109	
Atualização monetária recebíveis	753	1.232	753	1.232
Partes beneficiárias			17.157	15.772
Participações societárias	(673.283)	(708.248)	1.837	407
Perda com investimentos	12.847		12.847	
Baixa/provisão p/perdas ativo não monetário	(5.315)	(49.066)		(46.504)
Provisão para passivo a descoberto		(1.512)		(1.512)
Encargos regulamentares e setoriais			47.837	44.545
Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre outros créditos		(74.764)		(74.865)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(30.509)	32.536
Impostos e contribuições sociais-atualização monetária			24.573	
Outros			1.114	1.149
	(59.372)	**(62.104)**	**1.719.671**	**1.590.727**
(Aumento) diminuição de ativos				
Consumidores e concessionárias			(27.175)	(222.689)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(10.930)	3.367	(122.457)	(35.975)
Impostos e contribuições sociais diferidos				694
Estoques			(16.205)	(5.288)
Cauções e depósitos vinculados	(1.625)	(2.266)	(71.673)	(2.472)
Despesas pagas antecipadamente	(186)	44	(1.748)	4.717
Contas a receber de controladas				
Outros créditos	11.340	(10.797)	(423)	(45.710)
Rendas a receber			4.040	
Devedores diversos			(1.244)	874
Ordem de dispêndios a reembolsar				(21)
Outros				560
	(1.401)	**(9.652)**	**(236.885)**	**(305.310)**
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	(7.046)	(2.676)	74.537	90.844
Impostos e contribuições sociais correntes	19.824	(16.648)	98.442	(3.718)
Impostos e contribuições sociais diferidos	(1.121)		(1.121)	
Devolução tarifária			147	
Obrigações estimadas com pessoal	603	26	812	3.174
Provisões para contingências	(7.668)		(31.031)	(15.621)
Outras obrigações	4.379	(6.206)	(29.078)	(19.981)
Encargos regulamentares e setoriais				(1.351)
	8.971	**(25.504)**	**112.708**	**53.347**
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(51.802)**	**(97.260)**	**1.595.494**	**1.338.765**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria	(1.058)	427.144	(1.058)	427.144
Baixas (adições) ao investimento	(5.000)	(204.395)	(4.850)	(52.364)
Aumento de capital	(112.221)			
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(655)	(950)	(986.598)	(757.013)
Recebiveis ao imobilizado tangível e intangível				2.984
Dividendos recebidos	456.738	490.342		
Alienação da ESC90		94.624		94.624
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**337.804**	**806.765**	**(992.506)**	**(284.625)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	77.117	(46.424)		
AFACs				30.354
Redução no capital			(24.007)	
Dividendos pagos	(310.747)	(222.140)	(364.926)	(292.870)
Empréstimos e financiamentos e debêntures - ingressos			812.468	1.156.644
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos		(286.944)	(1.002.101)	(1.346.128)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(233.630)**	**(555.508)**	**(578.565)**	**(452.000)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**52.372**	**153.997**	**24.423**	**602.140**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	285.812	233.440	1.126.445	1.102.022
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	233.440	79.443	1.102.022	499.882
	52.372	**153.997**	**24.423**	**602.140**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 *Ajustado*	2010	2009 *Ajustado*
Lucro líquido do exercício	587.873	694.384	582.558	695.694
Outros Resultados Abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(84.320)	2.357	(84.320)	2.357
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.716	1.585	1.716	1.585
Hedge de fluxos de caixa	1.985	(48.126)	1.985	(48.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.872	15.561	26.872	15.561
Resultado Abrangente do Exercício	**534.126**	**665.761**	**528.811**	**667.071**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicados)

1 - Contexto operacional

A EDP Energias do Brasil S.A. (Companhia ou Energias do Brasil ou Controladora), Companhia de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no Estado de São Paulo tem como objeto social participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e em suas diversas formas e modalidades.

		% Participação					
		31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
Empresas	**Consolidação**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Distribuição							
Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante)	integral	100		100		100	
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)	integral	100		100		100	
Geração							
Energest S.A. (Energest)	integral	100		100		100	
Castelo Energética S.A. (CESA)	integral		100		100		100
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	integral		51		51		51
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal)	integral		100		100		100
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	integral		100		100		100
EDP Lajeado Energia S.A. (EDP Lajeado)	integral (*)					59,93	
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	integral	55,86		55,86		47,23	53,69
Tocantins Energia S.A. (Tocantins)	integral a partir de 01/09/2008 (*)					50,88	
Ipueiras Energia S.A. (Ipueiras)	integral	100		100			50,88
Investco S.A. (Investco)	integral		40,78		40,78	4,53	39,50
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	integral	60		60		60	
Enernova S.A. (Enernova)	integral			100		100	
Terra Verde Bioenergia Participações S.A. (Terra Verde)	integral	92		92		92	
EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis)	por equivalência patrimonial	45			45		45
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	proporcional	50		50		50	
Central Nacional da Energia Eólica S.A. (Cenaeel)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45		45		
Elebrás Projetos Ltda.	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45		45		
Comercialização							
Enertrade Comercialização e serviços de Energia S.A. (Enertrade)	integral	100		100		100	
Transmissão							
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	integral		100		100		100
Outras							
Enercouto S.A. (Enercouto)	integral	100		100		100	
Escelsa Participações S.A. (Escelsapar)	integral	100		100		100	
Omega Engenharia e Assessoria Ltda. (Omega)	integral	100					

(*) Imcorporação das empresas EDP Lajeado e Tocantins na Lajeado Enegia em 30/11/2009

1.1 - Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões autorizações/permissões de geração, distribuição e de transmissão de energia:

		Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão/ Autorização/ Registro	
Empresa	**Estado**	**(MWm) (*)**	**(MWm) (*)**	**Início**	**Término**
Energest	ES	231,90	145,91	17/07/1995	14/07/2025
CESA	ES	67,64	36,30	17/07/1995	19/05/2029
Pantanal	MS	52,76	35,55	04/12/1997	23/12/2029
Costa Rica	MS	16,00	12,28	05/11/2001	05/11/2031
Santa Fé	ES	29,00	26,10	13/11/2001	13/11/2031
Porto Pecém	CE	720,27	631,00	01/07/2008	01/07/2043
Enerpeixe	TO	452,00	271,00	07/11/2001	07/11/2036
Investco	TO	902,50	526,60	15/01/1998	15/01/2033
Terra Verde	SC	140,00		25/06/2009	25/06/2039
Evrecy	ES/MG			17/07/1995	17/07/2025
Bandeirante	SP			23/10/1998	23/10/2028
Escelsa	ES			17/07/1995	17/07/2025
Cenaeel	SC	13,80	2,97	12/08/2002	11/12/2032
Elebrás	RS	151,00	55,45	28/08/2010	28/08/2032

(*) não auditado

1.2 - Reorganização societária

Transferência do investimento da EDP Renováveis detido pela Enernova para a Companhia

Em 24 de setembro de 2010 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, onde foi aprovada a redução de capital da Enernova, no montante de R$19.446, mediante o cancelamento de 538 ações ordinárias de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

titularidade da Companhia. A título de restituição do valor correspondente à redução do capital social da Enernova, foi transferido o investimento detido pela Enernova para a Companhia.

Incorporação Enernova em Ipueiras

Em 31 de dezembro de 2010 foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária que aprovou a incorporação da controlada Enernova na controlada Ipueiras.

2. Práticas contábeis

2.1. - Base de apresentação

2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia adota a totalidade das IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2009.

A nota "Transição das práticas contábeis para IFRS", detalha os principais efeitos da transição para IFRS face às práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao balanço patrimonial na data de transição de 1º de janeiro de 2009.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a totalidade das IFRS requero uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota 2.2.v. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pelas reavaliações das combinações de negócios.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 18 de fevereiro de 2011, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da EDP-Energias do Brasil S.A. e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, detalhadas na nota 1, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis são uniformes.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

2.1.2. Demonstrações financeiras da controladora

As demonstrações financeiras da controladora estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1° de janeiro de 2010.

2.1.3. Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008.

As demonstrações financeiras de 2009 da controladora estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

As demonstrações financeiras de 2009 na posição consolidada, conforme estabelecido na Deliberação CVM 609/09 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), foram adequadas às normas internacionais de contabilidade, com implantação retroativa a 1° de janeiro de 2009. Dessa forma, as demonstrações financeiras, anteriormente divulgadas, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

As demonstrações financeiras da controladora estão sendo, portanto, apresentadas em conformidade com as normatizações contábeis emitidas pelo CPC em 2009 e 2010 e as demonstrações financeiras na posição consolidada estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB em 2009 e 2010. A aplicação deste conjunto de normas em nível da controladora não resultou em diferenças quando comparado com a posição consolidada.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

b) Contas a receber

- **Consumidores e concessionárias (Nota 7)**

  As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, e compreendem:

  (i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias distribuidoras e empresas de comercialização de energia livre, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

  (ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 7.4);

  (iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 7.2);

  (iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:Residencial há mais de 90 dias, Comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

  Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. A provisão constituída é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

- **Ativo financeiro indenizável (Nota 17)**

  As controladas Bandeirante, Escelsa e Evrecy reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. Estes ativos são mantidos ao custo amortizável e são remunerados via tarifa pela taxa média de remuneração do investimento.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Investimentos (Nota 16)

Nas demonstrações financeiras da controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 1° de janeiro de 2009 data da transição para as IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada por resultados do exercício. A participação dos acionistas não controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional das controladas pelos quais se aufere uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

e) Ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente (Notas 17, 18 e 19)

Os ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente estão sendo apresentados nos grupos de ativo financeiro indenizável e intangível, devido a implementação dos CPCs e estão abaixo descritos:

Ativos vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, e inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão

Até 31 de dezembro de 2009, foram efetuadas baixas na rubrica Obrigações vinculadas à concessão na proporção dos bens desativados ou alienados e também em função da taxa média de depreciação dos ativos de distribuição, correspondentes aos empreendimentos que tivessem sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros e posteriormente cedidos à Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2010, cumprindo com o disposto na Resolução Normativa ANEEL n° 396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia suspendeu o registro das baixas correspondentes aos bens desativados.

f) Imobilizado (Nota 18)

São registrados em Imobilizado todos os ativos tangíveis das geradoras e apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão das distribuidoras e da transmissora. São contabilizados pelo: i) custos de aquisição, acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra; ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, incluindo encargos financeiros; iii) nas geradoras térmicas e eólicas, pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado; iv) deduzidos da depreciação acumulada e perdas na redução ao valor recuperável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo, reconhecido via resultado do exercício, baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e esta indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há lugar a indenização no final da concessão, geração térmica e eólica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas às taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 577 de 5 de junho de 2009, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

A Companhia e suas controladas de geração e comercialização optaram por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído, por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27 (IAS 16), eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos.

g) Ativo intangível (Nota 19)

Os ativos intangíveis compreendem:

- Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito das concessionárias de cobrar dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.
- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Enerpeixe e Investco, em contrapartida a pagamentos mensais ao Governo Federal, conforme contrato assinado entre as partes. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.
- Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas Bandeirante, Escelsa e Lajeado Energia, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM n° 319/99 e n° 349/99 e, conforme determinação da ANEEL está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das Companhias.
- Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios: é registrado por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado deste negócio.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valorque substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento do inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores (Nota 20)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

l) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 21 e 22)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

m) Provisões Contingências (Nota 27.1)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Desmantelamento (Nota 27)

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas, com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

(n) Uso do bem público (Nota 26)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado aos custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícito no projeto.

o) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

p) Imposto de renda e contribuição social (Notas 10, 11 e 33)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados, nas controladas indiretas Costa Rica, Pantanal, Santa Fé e Evrecy com base nos resultados tributáveis presumidos, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente e, na controladora e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM n° 273, de 20 de agosto de 1998, Instrução CVM n° 371, de 27 de junho de 2002 e Deliberação CVM 599, de 15 de setembro de 2009, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP n° 449/08 (convertida na Lei n° 11.941/09).

q) Benefícios pós-emprego (Nota 23)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas estão descritas nas notas 23.1, 23.2, 23.3 e 23.4. Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM n° 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial.

r) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal n° 41.019/57), aplicado pela controlada Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a., pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

s) Capital social (Nota 28)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria e são reconhecidas como uma dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os lucros acumulados.

t) Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 29)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

u) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, que estão reconhecidos no resultado.

v) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia e das suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 2.2.q.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Perda ou ganho de receita - baixa renda; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; Planos de benefícios pós-emprego; e Análise de redução ao valor recuperável dos ativos.

w) Instrumentos financeiros (Nota 34)

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, caixa e equivalentes de caixa, cauções e depósitos vinculados, contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, assim como contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito, são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia e/ou suas controladas em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e/ou suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são contratos que possuem as seguintes características:

a) Seu valor se altera em função das variações de mercado que influenciam taxas de juros, cotações de câmbios, preços de *commodities*, etc;

b) Não necessita de investimento inicial líquido ou o investimento inicial é bem inferior ao que seria exigido para contratos similares no mercado;

c) Sempre será liquidado em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

Contabilidade de cobertura (*hedge accounting*)

A Companhia e suas controladas, adicionalmente aos procedimentos adotados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, passaram a qualificar determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adaptado e para isso os seguintes requisitos foram atendidos:

i) para a data de início da relação, há documentação formal da cobertura;

ii) há expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;

iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;

iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e

v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

A Companhia e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros, variação cambial e financiamentos. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do período, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos períodos em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia e suas controladas executam testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e mostrando que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

Desreconhecimento

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

x) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

y) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

z) Combinação de Negócios e Ágio (Nota 4)

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo valor justo dos ativos, instrumentos de patrimônio e passivos incorridos ou assumidos na data de troca. Ativos identificáveis adquiridos e passivos e contingências assumidas na combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição, independente do grau da participação minoritária.

O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida.

O ágio não deve ser amortizado e deve ser objeto de análise de recuperação anualmente.

O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente, quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

aa) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

ab) Contratos de concessão

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM n° 611 de 22 de dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de 1 de janeiro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A ICPC0 1 é aplicável aos contratos de concessão público privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como os contratos de concessão das empresas distribuidoras e da transmissora do Grupo EDP Energias do Brasil têm tais características, então esta interpretação é aplicável. Já os contratos das empresas geradoras do Grupo apresentam características distintas, portanto, a interpretação não é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Na transmissão aplica-se o modelo financeiro por ser remunerada pelo Poder Concedente, via distribuidoras de energia, tanto pelos serviços de construção da infraestrutura da concessão como pela disponibilização do sistema de transmissão para uso da rede básica.

Na distribuição aplica-se o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

ac) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 (IAS 33).

2.3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a Energias do Brasil e suas controladas (conforme descrito na Nota 1).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados;
- As combinações de negócios foram consideradas desde setembro de 2008, determinando o custo de aquisição, reconhecendo e mensurando todos os ativos e passivos assumidos, bem como participações de não controladores, reconhecendo e mensurando o ágio por rentabilidade futura, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um proveito é reconhecido nos resultados do período.
- A controlada em conjunto Porto do Pecém está sendo consolidada pelo método proporcional a partir de 14 de outubro de 2008.

A conciliação do Resultado do exercício e do Patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	31/12/2010	
	Patrimônio Líquido	**Lucro Líquido**
Controladora	4.554.478	587.873
Provisão AFAC Enercouto (*)		(5.315)
Consolidado	**4.554.478**	**582.558**

(*) Refere-se à reversão da provisão para perda do adiantamento para futuro aumento de capital na Enercouto.

2.4. Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo (Nota 38).

2.5. Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

Normas e Interpretações ainda não vigentes

IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)

A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2013. A Companhia ainda não concluiu sua avaliação quanto ao efeito da adoção desta interpretação.

IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo

Esta alteração visa corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o beneficio de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.6. Investimentos em controlada em conjunto - Porto do Pecém

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, da controlada em conjunto em fase pré-operacional Porto do Pecém, é apresentado a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2010 - resumido				Demonstração do resultado em 31/12/2010 - resumida	
Ativo		**Passivo**			
Circulante	138.976	Circulante	227.232	Despesas operacionais	(13.292)
Realizável a longo prazo	232.800	Não circulante	1.929.800	Resultado financeiro líquido	(111.381)
Imobilizado	2.257.506	Patrimônio Líquido	472.250	Outros Resultados	(1.195)
				IPJR e CSLL	42.806
Total	**2.629.282**	**Total**	**2.629.282**		**(83.062)**

3. Transição para as IFRS

3.1. Fundamentação da transição para as IFRS

3.1.1. Aplicação do CPC 37

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 37, conforme descrito na nota 2. Anteriormente, as demonstrações financeiras apresentadas até 31 de dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis em vigor naquela data e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição de 1º de janeiro de 2009.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC 37, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa do IFRS.

3.1.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhida pela Companhia

Em sua demonstração consolidada a Companhia adotou a utilização da seguinte isenção opcional de aplicação retrospectiva completa:

a) Na combinação de negócios, a Companhia utilizou a isenção do CPC 37 e aplicou o CPC 15/IFRS 3 (R) para aquisições a partir de Setembro de 2008, data da troca de controle acionário da Enersul pela Lajeado.

b) Imobilizado mantido ao custo histórico (nota 2.2.f).

3.2. Explicação sobre transição para CPC (controladora) e IFRS (consolidado)

3.2.1. Conciliação do balanço patrimonial da controladora (CPC) e do consolidado (IFRS) em 1º de janeiro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Ativo	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao IFRS**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	79.443		79.443	499.882		499.882
Ativo financeiro indenizável			–		823	823
Consumidores e concessionárias			–	756.801	(31.369)	725.432
Impostos e contribuições sociais	78.403		78.403	360.918	12.755	373.673
Imposto de renda e contribuição social diferidos			–	126.221	(126.221)	–
Dividendos a receber	476.553	(326.444)	150.109			–
Estoques			–	10.098		10.098
Cauções e depósitos vinculados	2.080		2.080	76.936		76.936
Despesas pagas antecipadamente	48		48	8.407		8.407
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"			–	116.596	(116.596)	–
Rendas a receber			–	22.500	(22.500)	
Ativos financeiros disponíveis para venda		37.500	37.500		37.500	37.500
Outros créditos	3.244	(79)	3.165	144.645	(2.234)	142.411
	639.771	**(289.023)**	**350.748**	**2.123.004**	**(247.842)**	**1.875.162**
Não Circulante						
Títulos a receber		20.378	20.378	18		18
Ativo financeiro indenizável			–		248.303	248.303
Consumidores e concessionárias			–	123.226	(15.245)	107.981
Impostos e contribuições sociais			–	31.084		31.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos			–	412.374	241.729	654.103
Partes relacionadas	144.087		144.087	22.104		22.104
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	42.740		42.740	600		600
Cauções e depósitos vinculados	2.944		2.944	153.632		153.632
Despesas pagas antecipadamente			–	2.608		2.608
Conta de compensação de custos da parcela "A"			–	94.563	(94.563)	–
Outros Créditos	7.227		7.227	112.275		112.275
	196.998	**20.378**	**217.376**	**952.484**	**380.224**	**1.332.708**
Investimentos	2.845.078	104.028	2.949.106	42.103	(31.712)	(10.391)
Imobilizado	1.993		1.993	6.003.885	(1.480.416)	4.523.469
Intangível	490.458	(35.613)	454.845	1.348.455	1.790.345	3.138.800
	3.337.529	**68.415**	**3.405.944**	**7.394.443**	**278.216**	**7.672.659**
Total do ativo	**4.174.298**	**(200.230)**	**3.974.068**	**10.469.931**	**410.598**	**10.880.529**

	Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	**Anterior -mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao IFRS**
Circulante						
Fornecedores	13.093		13.093	456.679		456.679
Impostos e contribuições sociais	15.612		15.612	401.968	(32.739)	369.229
Imposto e contribuição social diferidas			–	1.969	(1.969)	–
Dividendos	223.451	(149.333)	74.118	313.118	(153.703)	159.413
Debêntures			–	218.504	338	218.842
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	257.700		257.700	869.785		869.785
Benefícios pós-emprego			–	30.871		30.871
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"			–	64.693	(64.693)	–
Obrigações estimadas com pessoal	4.218	(79)	4.139	47.562	(2.235)	45.327
Encargos regulamentares e setoriais			–	157.672		157.672
Uso do bem público			–		17.105	17.105
Provisões			–	5.255	8.347	13.602
Outras contas a pagar	2.208		2.208	169.426	(12.356)	157.070
	516.282	**(149.412)**	**366.870**	**2.737.502**	**(241.905)**	**2.495.597**
Não circulante						
Impostos e contribuições sociais			–	34.451		34.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos			–		248.444	248.444
Debêntures			–	654.180	1.606	655.786
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			–	1.355.008	51.810	1.406.818
Benefícios pós-emprego			–	108.102	32.534	140.636
Conta de compensação de custos da Parcela "A"			–	18.430	(18.430)	–
Partes relacionadas	510		510			–
Encargos regulamentares e setoriais			–	2.847		2.847
Uso do bem público			–		207.677	207.677
Provisões	64.396		64.396	263.295	3.965	267.260
Provisão para passivo a descoberto	54.172		54.172	51.383		51.383
Reserva para reversão e amortização				17.248		17.248
Outras contas a pagar	25	1	26	71.317	(46.314)	25.003
	119.103	**1**	**119.104**	**2.576.261**	**481.292**	**3.057.553**
Patrimônio líquido						
Capital social	3.182.716		3.182.716	3.182.716		3.182.716
Reservas de capital	35.348		35.348	35.348		35.348
Reservas de lucros	693.299	149.333	842.632	693.299	149.333	842.632
Ajustes de avaliação patrimonial		(21.472)	(21.472)		(21.472)	(21.472)
Ações em tesouraria	(372.450)		(372.450)	(372.450)		(372.450)
Prejuízos acumulados		(178.679)	(178.679)	4.005	(178.679)	(174.674)
	3.538.913	**(50.818)**	**3.488.095**	**3.542.918**	**(50.818)**	**3.492.100**
Participações dos não controladores			–	1.613.250	222.030	1.835.280
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.174.298**	**(200.230)**	**3.974.068**	**10.469.931**	**410.598**	**10.880.529**

3.2.2 - Conciliação do balanço patrimonial da controladora (CPC) e consolidado (IFRS) em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Ativo	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao IFRS**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	233.440		233.440	1.102.022		1.102.022
Títulos a receber					5.999	5.999
Ativo financeiro indenizável				–	823	823
Consumidores e concessionárias			–	988.505	(86.724)	901.781
Impostos e contribuições sociais	75.036		75.036	413.567	5.738	419.305
Imposto de renda e contribuição social diferidos			–	128.495	(128.495)	–
Dividendos a receber	459.317	(323.208)	136.108			
Estoques			–	13.199		13.199
Cauções e depósitos vinculados	2.168		2.168	69.587		69.587
Despesas pagas antecipadamente	4		4	2.615		2.615
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"			–	113.722	(113.722)	–
Ativos financeiros disponíveis para venda	39.086		39.086	39.086		39.086
Outros créditos	883	566	1.450	166.891	(7.743)	159.148
	809.934	**(322.642)**	**487.292**	**3.037.689**	**(324.124)**	**2.713.565**
Não Circulante						
Títulos a receber		23.380	23.380		21.938	21.938
Ativo financeiro indenizável			–		325.262	325.262
Consumidores e concessionárias			–	94.431	(29.569)	64.862
Impostos e contribuições sociais			–	31.078		31.078
Imposto de renda e contribuição social diferidos			–	507.351	240.934	748.285
Partes relacionadas	175.871		175.871			–
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	69.217		69.217			–
Cauções e depósitos vinculados	5.122		5.122	130.797		130.797
Despesas pagas antecipadamente			–	1.064		1.064
Conta de compensação de custos da Parcela "A"			–	43.608	(43.608)	–
Outros créditos	51.993		51.993	71.875	(21.938)	49.937
	302.203	**23.380**	**325.583**	**880.204**	**493.019**	**1.373.223**
Investimentos	3.251.806	203.944	3.455.750	24.032	6.903	30.935
Imobilizado	2.038		2.038	6.416.645	(1.612.865)	4.803.780
Intangível	318.500	(34.129)	284.371	1.168.909	1.826.060	2.994.969
Diferido			–	126	(126)	–
	3.572.344	**169.815**	**3.742.159**	**7.609.712**	**219.972**	**7.829.684**
Total do ativo	**4.684.481**	**(129.448)**	**4.555.033**	**11.527.605**	**388.867**	**11.916.472**

	Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao IFRS**
Circulante						
Fornecedores	10.416		10.416	530.414	(22.358)	508.056
Encargos de dívidas			–	24.522	(24.522)	–
Impostos e contribuições sociais	31.106		31.106	464.470	(10.011)	454.459
Dividendos	297.629	(222.238)	75.391	391.888	(247.270)	144.618
Debêntures			–	209.331	698	210.029
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			–	548.140	24.522	572.662
Benefícios pós-emprego			–	27.181		27.181
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"			–	47.592	(47.592)	–
Devolução tarifária			–	37.186	(37.186)	–
Obrigações estimadas com pessoal	4.245	(74)	4.171	51.211	(2.383)	48.828
Encargos regulamentares e setoriais			–	156.882	(321)	156.561
Uso do bem público			–		17.280	17.280
Provisões	2.208		2.208	7.627	12.020	19.647
Outras contas a pagar			–	174.438	(8.471)	165.967
	345.604	**(222.312)**	**123.292**	**2.670.882**	**(345.594)**	**2.325.288**
Não circulante						
Encargos de dívidas			–	1.329	(1.329)	–
Impostos e contribuições sociais	34.146		34.146	142.163		142.163
Imposto de renda e contribuição social diferidos			–	15.546	245.474	261.020
Debêntures			–	451.929	1.226	453.155
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			–	1.903.076	54.364	1.957.440
Benefícios pós-emprego			–	104.017	26.771	130.788
Conta de compensação de custos da Parcela "A"			–	58.384	(58.384)	–
Partes relacionadas	7.024		7.024			–
Encargos regulamentares e setoriais			–	14.939		14.939
Uso do bem público			–		205.564	205.564
Provisões	24.469		24.469	136.899	4.200	141.099
Provisão para passivo a descoberto	9.787	(1.335)	8.452			–
Reserva para reversão e amortização			–	17.248		17.248
Outras contas a pagar	62		62	101.398	(55.463)	45.935
	75.488	**(1.335)**	**74.153**	**2.946.928**	**422.423**	**3.369.351**
Patrimônio Líquido						
Capital social	3.182.716		3.182.716	3.182.716		3.182.716
Reservas de capital	96.656		96.656	96.656		96.656
Reservas de lucros	1.020.809	222.238	1.243.047	1.020.809	222.238	1.243.047
Ajustes de avaliação patrimonial	(30.178)	(19.917)	(50.095)	(30.178)	(19.917)	(50.095)
Ações em tesouraria	(6.614)		(6.614)	(6.614)		(6.614)
Lucros (prejuízos) acumulados		(108.122)	(108.122)	5.315	(108.122)	(102.807)
	4.263.389	**94.199**	**4.357.588**	**4.268.704**	**94.199**	**4.362.903**
Participações dos não controladores				1.641.091	217.839	1.858.930
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.684.481**	**(129.448)**	**4.555.033**	**11.527.605**	**388.867**	**11.916.472**

3.2.3 - Conciliação da demonstração do resultado da controladora (CPC) e consolidado (IFRS) em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	Anterior-mente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC	Anterior-mente publicado	Ajustes	Ajustado ao IFRS
Resultado						
Receita operacional líquida			**–**	**4.648.348**	**26.645**	**4.621.702**
Custo do serviço de energia elétrica			**–**			
Custo com energia elétrica			**–**			
Energia elétrica comprada para revenda			–	(1.924.113)	(57.458)	(1.866.655)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			–	(511.641)	(37.987)	(473.654)
			–	**(2.435.754)**	**(95.445)**	**(2.340.309)**
Custo de operação						
Pessoal			–	(146.210)	311	(146.521)
Materiais e serviços de terceiros			–	(166.608)	11	(166.619)
Depreciações e amortizações			–	(251.507)	5.690	(257.197)
Outros custos de operação			–	(28.112)	11	(28.123)
			–	**(592.437)**	**6.023**	**(598.460)**
			–	**(3.028.191)**	**(89.422)**	**(2.938.769)**
Custo do serviço prestado a terceiros			**–**	**(2.918)**		**(2.918)**
Lucro operacional bruto			**–**	**1.617.239**	**(62.777)**	**1.680.015**
Despesas operacionais						
Despesas com vendas			–	(41.986)		(41.986)
Despesas gerais e administrativas	(65.372)		(65.372)	(322.028)	(381)	(321.647)
Depreciações e amortizações	(21.770)	1.850	(19.920)	(52.453)	24.456	(76.909)
Outras despesas operacionais	(22.220)		(22.220)	(85.814)	(8.507)	(77.307)
	(109.362)	**1.850**	**(107.512)**	**(502.281)**	**15.568**	**(517.849)**
Resultado do serviço	**(109.362)**	**1.850**	**(107.512)**	**1.114.958**	**(47.209)**	**1.162.166**
Resultado das participações societárias	**638.309**	**69.939**	**708.248**	**(1.742)**	**(1.335)**	**(407)**
Receitas financeiras	244.465	(150.141)	94.324	279.275	(17.283)	296.538
Despesas financeiras	(196.957)	148.909	(48.048)	(394.195)	(15.625)	(378.570)
Resultado financeiro	**47.508**	**(1.232)**	**46.276**	**(114.920)**	**(32.908)**	**(82.012)**
Outras receitas	52.345		52.345	55.449		55.449
Outras despesas	(2.092)		(2.092)	(28.127)		(28.127)
Outros resultados	**50.253**		**50.253**	**27.322**		**27.322**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**626.708**	**70.557**	**697.265**	**1.025.617**	**(81.452)**	**1.107.069**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.881)		(2.881)	(163.928)	32.871	(196.799)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–		–	(60.514)	(8.560)	(51.953)
	(2.881)		**(2.881)**	**(224.441)**	**24.311**	**(248.752)**
Lucro líquido antes da participação dos não controladores e partes beneficiárias	**623.827**	**70.557**	**694.384**	**801.176**	**(57.141)**	**858.317**
Participações dos não controladores			–	(160.267)	(13.417)	(146.850)
Partes Beneficiárias			–	(15.772)		(15.772)
Lucro líquido do exercício	**623.827**	**70.557**	**694.384**	**625.137**	**(70.558)**	**695.695**
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R$	**3.935,20**		**4.380,28**	**3.943,46**		**4.388,55**

Descrição das principais diferenças na adoção das IFRS e CPC's que afetaram as demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

Ativo

Circulante e Não circulante

Consumidores e Concessionárias: baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir a estrutura conceitual do CPC.

Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Rendas a receber: reclassificação para consumidores e concessionárias.

Ativos disponíveis para venda: reconhecimento das ações da Denerge, conforme CPC 39 / IAS 32.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajuste do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32/IAS 12.

Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios por não poderem ser reconhecidos por não cumprirem com os conceitos básicos de reconhecimento de ativos conforme estrutura conceitual dos CPCs/ *Framework* IFRS.

Ativo financeiro indenizável: (i) reclassificação pelo custo da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de distribuição que terá seu valor recuperado por reembolso pelo Poder Concedente ao final do prazo da concessão por conta da adoção da ICPC 01/IFRIC 12; (ii) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20/IAS 23.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33/IAS 19.

Investimentos: (i) baixa do deságio que a Energias do Brasil tinha registrado por conta da aquisição da Escelsa e do deságio referente a aquisição da Investco pela EDP Lajeado (a EDP Lajeado foi incorporada pela Lajeado Energia em setembro de 2009) por conta da adoção do CPC 18/IAS 28, que determina que os deságios sejam reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos, (ii) reclassificação de alguns itens do ativo imobilizado que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28/IAS 40, e (iii) ajuste do resultado do cálculo de equivalência patrimonial do investimento na Lajeado, e Energias do Brasil devido a alteração do valor dos investimentos por conta da adoção CPC 15/IFRS 3.

Imobilizado: ajustes referentes a: (i) baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia e capitalização dos custos de desmontagem e remoção dos ativos das empresas de geração não hídricas devido a aplicação do CPC 27/IAS 16; (ii) reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de distribuição e transmissão de energia entre ativo intangível e/ou ativo financeiro, por conta da adoção da ICPC 01/IFRIC 12; (iii) reclassificação de alguns itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28/IAS 40 para a rubrica de Investimentos; (iv) reclassificação dos itens que atendem a definição do CPC 31; e (v) alocação do ágio como mais valia do imobilizado por conta da aplicação do CPC 15/IFRS 3, nas aquisições das empresas Lajeado e Investco.

Intangível: ajustes referentes a: (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25/IAS 37; (ii) reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de uso do bem público das empresas Enerpeixe S.A. e Investco S.A. por contrapartida da adoção do CPC 38/IAS 39, (iii) reclassificação da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de distribuição que terá seu valor recuperado pela cobrança de tarifa por conta da adoção da ICPC 01/IFRIC 12; (iv) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20/IAS 23; e (v) alocação do ágio como um direito de concessão (exploração da área de concessão para a venda de energia) por conta da aplicação do CPC 15/IFRS 3, nas aquisições das empresas Lajeado e Investco e (vi) reconhecimento de ágio por rentabilidade futura por conta da aquisição das empresas Lajeado. e Investco, depois de efetuados os registros dos valores justos do imobilizado e intangível dessas empresas, devido a aplicação do CPC 15/IFRS 3.

Diferido: baixa de despesas pré-operacionais.

Passivo

Circulante e Não circulante

Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: (i) reapuração do saldo por conta da implementação dos CPCs aplicáveis aos exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2010, com efeito comparativo ao exercício de 2009 e (ii) ajuste do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32/IAS 12.

Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios por não poderem ser reconhecidos por não cumprirem com os conceitos básicos de reconhecimento de passivos conforme estrutura conceitual dos CPCs/*Framework* IFRS.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas Provisões por conta da adoção do CPC 33/IAS 19.

Dividendos: Reclassificação para o patrimônio líquido da parcela refente ao excedente do dividendo minímo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida: reclassificação, a valor justo, das remunerações de curto prazo das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão Investco SA por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39/IAS 32.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25/IAS 37.

Uso do Bem Público: reconhecimento dos pagamentos por conta dos contratos de concessão de uso do bem público das empresas Enerpeixe e Investco por cumprirem com as definições de reconhecimento do CPC 38/IAS 39.

Benefícios pós-emprego: Os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no exercício em que ocorrem de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33/IAS 19.

Patrimônio Líquido

Capital Social: reclassificação, a valor justo, das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão Investco por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39/IAS 32.

Reservas de lucros: Reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo minímo obrigatório, por conta da adoçaõ do ICPC 08.

Lucros e Prejuízos Acumulados: Os ajustes efetuados referem-se principalmentes a: (i) constituição da remuneração de longo prazo das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão Investco por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39/IFRS 7; (ii) inclui as baixas dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs; (iii) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20/IAS 23, (iv) estorno da variação cambial e gastos administrativos referente a aplicação do CPC 27/IAS 16; (v) efeito da atualização financeira da provisão referente à UBP (uso do bem público) e amortização do ativo intangível relativo associado, em virtude da aplicação do CPC 25/IAS 37; e (vi) reconhecimento de imposto de renda diferido ativo e passivo em contra partida dos ajustes descritos.

Ajustes de avaliação patrimonial: Os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente nessa rubica, de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33/IAS 19.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) capitalização de juros e amortização do intangível correspondente referente a aplicação do CPC 20/IAS 23; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25/IAS 37; e (iii) baixa dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs; (iv) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos de geração de energia devido a aplicação do CPC 27/IAS 16; (v) Reclassificação do saldo da rubrica Depreciação/Amortização para rubrica de Receita de disponibilização do sistema de transmissão devido a adoção do ICPC 01/IFRIC 12; (vi) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38/IAS 39; (vii) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais; (viii) reclassificação dos ganhos e perdas atuariais para o patrimônio líquido por conta da adoção do CPC 33/IAS 19; (ix) reconhecimento por equivalência patrimonial dos ajustes da EDP Renováveis.

4. Combinação de negócios

Em setembro de 2008, a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Enersul pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia nas empresas Lajeado Energia e Investco, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil nas empresas Lajeado e Tocantins Energia. Com esta transação, a Energias do Brasil passou a exercer o controle da Investco, da Lajeado e da Tocantins, cumprindo com a orientação estratégica da Companhia de crescimento no setor de geração de energia elétrica, assegurando a posição de acionista controlador e gestor da Investco, sociedade exploradora do AHE Luís Eduardo Magalhães, com capacidade instalada de 902,5MW. A Lajeado detém 73% do capital votante da Investco. De acordo com o IFRS 3 esta transação foi reconhecida através do método de aquisição. O custo da entidade adquirido é atribuído aos ativos líquidos adquiridos, incluindo ativos intangíveis identificáveis, passivos e passivos contingentes assumidos com base em seu valor justo estimado na data da aquisição.

	Investco	Lajeado	Tocantins	Total
Ativo circulante	73.651	86.173	27.451	187.275
Ativo não circulante	17.603	48.216	20.243	86.062
Imobilizado	1.920.993			1.920.993
Intangível	26.994	987.588		1.014.582
Investimentos	2.039.241	554.810	131.388	686.198
Total ativos adquiridos	**2.039.242**	**1.676.786**	**179.083**	**3.895.111**
Passivo circulante	172.305	106.762	6.429	285.496
Passivo não circulante	643.656	52.060		695.716
Passivos assumidos	**815.961**	**158.822**	**6.429**	**981.212**
Ativos líquidos (passivos)	**1.223.280**	**1.517.965**	**172.653**	**2.913.898**
Partes beneficiárias		(266.798)		(266.798)
Eliminação dos investimentos		(554.758)	(131.388)	(686.146)
Total das exclusões	**–**	**(821.556)**	**(131.388)**	**(952.944)**
Ativos líquidos	**1.223.281**	**696.409**	**41.265**	**1.960.954**
Participação adquirida	24,35%	53,69%	50,88%	
Ativos líquidos adquiridos	**297.859**	**373.914**	**20.996**	**692.769**
Custo de aquisição				737.215
Outros custos de aquisição				6.547
Preço das ações preferenciais da Investco (instrumento financeiro)				(8.700)
Total do custo de aquisição				**735.062**
Ágio				**42.293**

Ágio de expectativa de resultados futuros, sem vida útil definida, sujeito a análise de recuperação anualmente e sem efeitos fiscais.

5. Revisão tarifária periódica e Reajuste tarifário

Primeira revisão tarifária periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008/ANEEL (decorrente da segregação das atividades de transmissão da Escelsa), celebrado em 14 de novembro de 2008 com a CESA estabelece a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica da transmissora e ciclo revisional de 4 anos. Nesta Primeira Revisão Tarifária Periódica toda a base de ativos foi reavaliada, nos termos da Resolução Normativa ANEEL 338/2008.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008 - ANEEL, celebrado em 13 de outubro de 2009, formaliza a transferência da Concessão de Transmissão da CESA para a Evrecy.

Na 21ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL em 8 de junho de 2010, foi aprovado o resultado final da Primeira Revisão Tarifária Periódica da Evrecy, retroativo a 1º de julho de 2009, constante da Nota Técnica nº 181/2010-SRE/ANEEL.

O índice de reposicionamento tarifário foi de -10,32%, reduzindo a Receita Anual de Permitida - RAP de R$7.848 para R$7.039 para o ano tarifário de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

A parcela de ajuste final da Evrecy para o ciclo julho/2010 a junho/2011, já considerando os ajustes dos componentes financeiros externos à revisão conforme citado no item 57 da Nota Técnica 181/2010-SRE/ANEEL, foi de R$294 registrados no passivo circulante a qual está sendo amortizada em 12 parcelas a partir de julho de 2010.

O fator que mais contribuiu para a redução da RAP da Evrecy foi o recálculo do WACC que foi reduzido pela ANEEL de 9,18% a.a. para 7,24% a.a. Esta redução do WACC foi aplicada a todas as transmissoras que passaram pelo processo de revisão tarifária em 2010.

Revisão tarifária periódica de 2010 - Escelsa

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em reunião pública de Diretoria ocorrida em 4 de agosto de 2010, aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 7,19% para o período 7 de agosto de 2010 a 6 de agosto de 2011, englobando todas as classes de consumo. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste médio nas tarifas de energia elétrica será de 0,21%.

As principais alterações introduzidas são: (i) Empresa de Referência passa de R$209.800 para R$269.300; (ii) componente Xe, do Fator X, passa de 0,00% para 0,95% a ser utilizado nos reajuste tarifários de Agosto/2011 e Agosto/2012; e (iii) Base de Remuneração Regulatória Líquida de R$952.500 para R$1.297.100.

A realização da Revisão Tarifária Periódica - RTP está prevista no Contrato de Concessão e considera as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares, no contexto nacional e internacional, e os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes - para um dado nível de qualidade do serviço - e com uma remuneração justa e adequada sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de produtividade para o período tarifário seguinte.

As novas tarifas a serem praticadas pela Escelsa, já incorporam os efeitos da nova metodologia proposta no Termo de Aditivo aprovado pela ANEEL em Reunião Pública de Diretoria do dia 2 de fevereiro de 2010.

Reajuste tarifário de 2010 - Bandeirante

A Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria, ocorrida em 5 de outubro de 2010, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 10,70%, a ser aplicado às tarifas da Companhia, para o período de 23 de outubro de 2010 a 22 de outubro de 2011, sendo 10,25% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 0,45% referentes aos componentes financeiros pertinentes. O reajuste médio a ser percebido pelos consumidores será de 7,91%.

A realização da Revisão Tarifária Periódica - RTP está prevista no Contrato de Concessão e considera as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares, no contexto nacional e internacional, e os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes - para um dado nível de qualidade do serviço - e com uma remuneração justa e adequada sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de produtividade para o período tarifário seguinte.

As novas tarifas a serem praticadas pela Companhia, já incorporam os efeitos da nova metodologia proposta no Termo de Aditivo aprovado pela ANEEL em Reunião Pública de Diretoria do dia 2 de fevereiro de 2010.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	59.450	29.595	265.231	292.711
Aplicações financeiras renda fixa	226.362	203.845	861.218	809.311
Total	**285.812**	**233.440**	**1.126.449**	**1.102.022**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 104,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 34.

7. Consumidores e concessionárias

	Consolidado						
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
							Ajustado
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento a consumidores finais							
Fornecimento faturado							
Residencial	98.858	95.867	25.270	219.995	(35.071)	184.924	182.322
Industrial	28.054	22.560	13.365	63.979	(13.718)	50.261	67.629
Comércio, serviços e outras atividades	39.823	23.588	15.249	78.660	(16.374)	62.286	67.353
Rural	8.839	7.039	3.650	19.528	(1.332)	18.196	21.655
Poder público							
Federal	4.597	234	83	4.914	(13)	4.901	5.142
Estadual	5.565	413	434	6.412	(343)	6.069	6.185
Municipal	6.126	2.760	5.137	14.023	(684)	13.339	12.238
Iluminação pública	7.547	4.741	9.183	21.471	(1.000)	20.471	15.530
Serviço público	8.489	1.617	16.058	26.164	(64)	26.100	26.332
Clientes livres	29.219	773		29.992		29.992	7.554
Fornecimento não faturado	249.377			249.377		249.377	245.852
Parcelamentos de débitos	40.644	8.042	42.666	91.352	(41.133)	50.219	55.088
(+) Ajuste a valor presente	1.285			1.285		1.285	1.881
Outros créditos	28.578			28.578		28.578	28.615
	557.001	**167.634**	**131.095**	**855.730**	**(109.732)**	**745.998**	**743.376**
Concessionárias							
Suprimento - convencional	95.318	9	36.443	131.770	(36.537)	95.233	159.429
Energia de curto prazo	27.646			27.646		27.646	5.271
Encargos de uso da rede elétrica	8.229			8.229		8.229	10.671
Outros	11.700			11.700		11.700	(16.966)
	142.893	**9**	**36.443**	**179.345**	**(36.537)**	**142.808**	**158.405**
Total circulante	**699.894**	**167.643**	**167.538**	**1.035.075**	**(146.269)**	**888.806**	**901.781**
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	6.418			6.418		6.418	6.929
Comércio, serviços e outras atividades	54			54		54	54
Municipal	3			3		3	3
Parcelamentos de débitos	50.544			50.544		50.544	55.470
(–) Ajuste a valor presente	**(13.455)**			**(13.455)**		**(13.455)**	**(17.763)**
	43.564	**–**	**–**	**43.564**	**–**	**43.564**	**44.693**
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	5			5	(5)	–	
Energia de curto prazo	12.754		836	13.590	(13.590)	–	
Piratininga	20.169			20.169		20.169	20.169
	32.928	**–**	**836**	**33.764**	**(13.595)**	**20.169**	**20.169**
Total não circulante	**76.492**	**–**	**836**	**77.328**	**(13.595)**	**63.733**	**64.862**

7.1 - Energia de Curto Prazo

Refere-se, principalmente, às transações de venda de energia, realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo das controladas distribuidoras está sujeita a modificação, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

7.2 - Concessionária - Piratininga

Os valores de R$20.169 (R$20.169 em 2009) no Ativo não circulante e de R$19.335 (R$19.335 em 2009) no Passivo circulante e não circulante (Nota 15), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante, realizada em 1° de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão. Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

7.3 - Concessionárias - Suprimento convencional

O saldo de Suprimento de energia inclui valores faturados contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vencidas e a vencer, no total de R$39.266 em 31 de dezembro de 2010 (R$57.258 em 2009), sendo que desse montante R$35.923 (R$27.684 em 2009) refere-se a um direito obtido por sentença arbitral de 19 de março de 2009, em resposta aos processos n°s 03/2005 e 04/2006, emitida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. Esta sentença arbitral reconheceu que a AMPLA não cumpriu com o preço definido no contrato de compra e venda de energia celebrado entre as partes, para o período de 15 de novembro de 2003 até 28 de agosto de 2006.

Não tendo a AMPLA reconhecido os efeitos da sentença arbitral, decidiu a controlada Enertrade manter a provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD no montante de R$35.923, correspondente ao valor em discussão.

7.4 - Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração do investimento aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é de 15,07% a.a., afetando positivamente o resultado do exercício em R$3.713 (negativamente em R$1.119 em 2009).

8. Títulos a receber

Controladora - O montante de R$22.627 (R$23.380 em 2009) referem-se as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" de emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8° do Estatuto Social da referida controlada, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato de a controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Consolidado - O montante de R$19.500 (R$8.576 em 2009) refere-se ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia S.A. e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL através dos Ofícios n°s 467/2000-SFF/ANEEL. O montante de R$7.914 (R$19.361 em 2009) refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia S.A. e a Caiuá Distribuição de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL através do despacho n° 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007.

9. Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Prêmio de seguros	31	4	4.548	2.615	937	1.064
Outros	159		706			
Total	**190**	**4**	**5.254**	**2.615**	**937**	**1.064**

10. Impostos e contribuições sociais

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	58.553	43.791			330.787	225.152		
ICMS	5	132			35.241	36.827	29.679	28.383
PIS e COFINS	235	235			50.145	43.238		
PIS e COFINS - COSIT 27					91.481	75.730		
IRRF sobre juros s/capital próprio	25.138	23.630			25.138	23.630		
Outros	2.035	7.248			7.522	14.728	6.254	2.695
Total	**85.966**	**75.036**	**–**	**–**	**540.314**	**419.305**	**35.933**	**31.078**
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	69	2.987			207.222	134.231		
ICMS sobre diferencial de aliquota	5	5			40	415		
ICMS					174.371	142.927		
PIS e COFINS	14.761	12.776			89.336	82.637		
ISS					840	662		
PIS, COFINS e CS sobre serviços prestados por terceiros					205	18		
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros					73	38		
IRRF sobre juros s/capital próprio	14.576				47.160	31.104		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	21.530	14.634	32.295	34.146	72.285	45.910	108.425	107.124
Parcelamento de impostos - PAEX					6.127	5.326	29.428	35.039
Outros	718	704			12.232	11.191		
Total	**51.659**	**31.106**	**32.295**	**34.146**	**609.891**	**454.459**	**137.853**	**142.163**

10.1 - Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória n° 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa n° 199, de 12 de setembro de 2002, as distribuidoras de energia elétrica, como agentes integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceram a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

10.2 - PIS e COFINS COSIT 27

Distribuidoras

O saldo de R$78.055 (R$75.730 em 2009) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu, inicialmente, no Passivo circulante na rubrica Outras obrigações, igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão na alíquota efetiva de PIS/COFINS a ser cobrada no futuro (Nota 15).

No exercício de 2011 será realizada a compensação do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil. A devolução aos consumidores teve início em novembro de 2010 para a controlada Bandeirante e dezembro de 2010 para a controlada Escelsa, através da redução da alíquota efetiva de PIS/COFINS, no montante de R$10.217.

Geradoras - Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei 10.833/03 dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/07, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos, para máquina e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.955/2004, 5.173/2004, 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Com base nesta instrução a controlada direta Energest e as controladas indiretas, CESA e Investco registraram em 31 de dezembro de 2010, o montante de R$13.426.

10.3 - IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, às alíquotas de 15% e 25%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre Capital Próprio, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, conforme legislação.

10.4 - Parcelamento de impostos Lei nº 11.941/09 - PAEX

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09, assim como das controladas Bandeirante, Escelsa, Energest e Enertrade, o que gerou uma redução de passivos contingentes (Nota 27), relativos a processos de natureza tributária na esfera federal. Parcelamento Excepcional - PAEX - A controlada Lajeado aderiu, em setembro de 2006, ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 130 parcelas mensais e sucessivas (SRF/PGFN), corrigidas pela TJLP para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e em 120 parcelas mensais e sucessivas (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa), corrigidas pela SELIC para os débitos com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. O débito consolidado em 130 parcelas mensais, de acordo com o disposto no artigo 1º da medida provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, está sendo pago desde setembro de 2006. Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP. O saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Passivos				
Imposto de Renda e contribuição social			67.443	53.942
PIS/COFINS	49.146	45.362	115.735	111.443
INSS			26.006	21.926
Outros	4.679	3.418	7.081	6.088
Total	**53.825**	**48.780**	**216.265**	**193.399**

Do montante total da adesão, ao parcelamento de imposoto pela Lei 11941/2009, parte será amortizada por meio de compensação com recursos de depósitos judiciais no montante de R$73.332 (R$73.332 em 2009) e parte com créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no valor de R$44.309 (R$44.309 em 2009), sendo o restante liquidado em 30 parcelas.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.1. Ativo - Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, das controladas Bandeirante, Escelsa, Enertrade, Energest e Lajeado, no prazo máximo de 10 anos.

	Controladora Não circulante		Consolidado Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
				Ajustado
IRPJ sobre prejuízos fiscais			100.447	134.365
CSLL sobre base negativa	2.590		46.627	58.852
IRPJ e CSLL sobre demais adições temporárias			153	60
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias			112.471	107.792
IRPJ e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP			22.277	22.956
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio			249.136	265.997
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT			247.569	158.263
Total	**2.590**		**778.680**	**748.285**

	Controladora 31/12/2010			
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
Prejuízos fiscais	28.777	7.194		7.194
Base negativa da contribuição social	28.777		2.590	2.590
		7.194	**2.590**	**9.784**
Total Ativos Diferidos		**7.194**	**2.590**	**9.784**

	Consolidado 31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total**
Prejuízos Fiscais	485.777	121.444		121.444	141.854
Base Negativa da Contribuição Social	602.060		54.186	54.186	61.548
		121.444	**54.186**	**175.630**	**203.402**
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	145.009	36.252	13.051	49.303	38.522
Benefício pós-emprego	30.742	7.686	2.767	10.453	14.558
Provisão para riscos tributários,cíveis e trabalhistas	138.721	34.680	12.481	47.161	45.990
Provisão para Resultados de SWAP	191.102	47.776	17.199	64.975	39.396
Provisão para Perdas em Estoques	53.224	13.306	4.791	18.097	17.633
Provisão para bônus empregados	(38)	(10)	(3)	(13)	552
Total diferenças temporárias		**139.690**	**50.286**	**189.975**	**156.650**

	Consolidado				
	31/12/2010				31/12/2009
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Benefícios pós-emprego - PSAP	65.522	**16.380**	**5.897**	**22.277**	**22.956**
Ágio incorporado	732.753	**183.189**	**65.948**	**249.137**	**265.997**
Diferenças Temporárias - RTT					
Consumidores - ajuste a valor presente	12.169	3.042	1.097	4.139	5.400
Encargos Financeiros - Recouponing	2.225	556	200	756	1.434
Emprést. e Financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	20	5	2	7	(139)
Imobilizado em Serviços - Intangíveis	34	9	3	12	67
Amortização/Depreciação Mais Valia - CPC 15	66.954	16.738	6.026	22.764	12.790
Licenças Ambientais - CPC 25	1.157	290	104	394	299
Uso do Bem Público - CPC 25	202.641	50.660	18.237	68.897	70.591
Instrumentos financeiros - CPC 39	16.955	4.239	1.526	5.765	(1.830)
Benefícios a empregados - CPC 33	114.497	28.624	10.303	38.927	10.668
Total diferenças temporárias - RTT		**104.163**	**37.498**	**141.661**	**99.280**
Total Ativo Diferido		**564.866**	**213.815**	**778.680**	**748.285**

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, computados de acordo com as disposições da Deliberação CVM n° 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Não circulante
114.634	254.323	150.767	72.826	94.620	34.580	56.930	778.680

As Administrações da Companhia e de suas controladas elaboraram, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e, para as controladas Bandeirante, Escelsa e Enerpeixe, conforme requerido pela Instrução CVM n° 371, de 27 de junho de 2002, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 14 de fevereiro de 2011 e em 16 de fevereiro de 2011 para a controlada Investco. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Projeção de resultados tributáveis futuros - As projeções de resultados tributáveis futuros indicam que as controladas Bandeirante e Escelsa apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos em 31 de dezembro de 2010 relacionados ao PSAP e Agio, mencionados nas notas 11.1.2 e 11.1.3, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2032, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados. O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

O crédito fiscal do ágio é proveniente: a) na controlada Bandeirante, da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante. b) na controlada Escelsa, da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da controladora Energias do Brasil, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da Escelsa. c) na controlada Lajeado, da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Companhia. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM n°s 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das companhias, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R$6.034 para a controlada Bandeirante até o ano de 2027, de R$1.974 para a controlada Escelsa até o ano de 2025 e de R$5.316 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

11.2 Passivo

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Imposto de renda	825	212.502	191.926
Contribuição social	297	76.501	69.094
Total	**1.122**	**289.003**	**261.020**
Não circulante	1.122	289.003	261.020
Total	**1.122**	**289.003**	**261.020**

	Controladora				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias					
MTM Ações DENERGE	(3.300)	(825)	(297)	(1.122)	
Total diferenças temporárias		(825)	(297)	(1.122)	
Total Passivo Diferido		**(825)**	**(297)**	**(1.122)**	**–**

	Consolidado				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias					
MTM Ações DENERGE	(3.300)	(825)	(297)	(1.122)	
Total diferenças temporárias		(825)	(297)	(1.122)	
Diferenças Temporárias - RTT					
Mais Valia - CPC 15	(586.117)	(146.529)	(52.751)	(199.280)	(199.280)
Licenças Ambientais - CPC 25	(233)	(58)	(21)	(79)	(65)
Uso do Bem Público - CPC 25	(128.668)	(32.167)	(11.580)	(43.747)	(45.435)
Instrumentos financeiros - CPC 39	(131.690)	(32.923)	(11.852)	(44.775)	(15.546)
Benefícios a empregados - CPC 33					(694)
Total diferenças temporárias - RTT		(211.677)	(76.204)	(287.881)	(261.020)
Total Passivos Diferidos		**(212.502)**	**(76.501)**	**(289.003)**	**(261.020)**

A mutação do Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício, foi registrado em contrapartida a crédito do Patrimônio líquido no montante de R$22.881 e a débito do Resultado do exercício no montante de R$19.230, respectivamente.

12. Partes relacionadas

				Controladora					
				Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício em	
Objeto do contrato	**Contraparte**	**Data da transação**	**Período de duração**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**2010**	**2009**
Partes relacionadas									
Alienação total das quotas da Empresa	ESC90	30/06/2009	30/06/2009						79.780
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011	1	243	177	399		
	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				3		
	Enertrade	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011			12			
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		351		28		
Instrumento particular de assunção de dívida sobre a venda dos ativos da incorporada Tocantins Energia para a Eletronorte	Lajeado Energia	28/05/2009	28/05/2009 a 26/02/2010				6.594	(9)	
Contrato de mútuo - 100% do CDI	Bandeirante	15/06/2009	15/06/2009 a 15/09/2009						10
Contrato de mútuo - 100% do CDI	Cesa	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011	95.676	87.440			4.912	4.592
Contrato de mútuo - 100% do CDI	Energest	29/12/2006	29/12/2006 a 29/12/2011	2	59.989			2.342	1.650
Contrato de mútuo - 100% do CDI	Enertrade	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2010		20.588			195	199
Contrato de mútuo - 100% do CDI	Investco	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012	4.895	4.355			389	
Contrato de mútuo - 100% do CDI	Terra Verde Bioenergia	01/01/2010	01/01/2010 a 25/12/2012	5.637					
Contrato de mútuo - 100% do CDI	Escelsapar	27/06/2005	27/06/2005 a 30/11/2012	3.713	2.900				165
Contrato de mútuo - 100% do CDI	Ipueiras	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011	51	5				
Venda de ativos	Terra Verde Bioenergia	15/01/2010	15/01/2010 a 15/01/2014	6.647					
			Total	**116.622**	**175.871**	**189**	**7.024**	**7.829**	**86.396**

		Consolidado		
Objeto do contrato	**Contraparte**	**Data da transação**	**Período de duração**	**Receitas no exercício de 2009**
Partes relacionadas				
Alienação total das quotas da Empresa	ESC90	30/06/2009	30/06/2009	79.780
			Total	**79.780**

12.1 - Remuneração dos administradores

12.1.1 - Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

(i) Proporção de cada elemento na remuneração total, referente no exercício de 2010:

Conselho de Administração
Remuneração Fixa: 100%
Diretoria
Remuneração Fixa: 80%
Remuneração Variável: 20%
Conselho Fiscal
Não se aplica

12.1.2 - Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010:

	Controladora		
2010	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Número de membros	8	4	**12**
Remuneração fixa anual (em R$)	550.000	1.721.519	**2.271.519**
Salário ou pró-labore	550.000	1.721.519	**2.271.519**
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	**n/a**
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	**n/a**
Outros	n/a	n/a	**n/a**
Remuneração Variável (em R$)	n/a	585.000	**585.000**
Bônus	n/a	585.000	**n/a**
Participação nos resultados	n/a	n/a	**n/a**
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	**n/a**

	Consolidado		
2010	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Comissões	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração, por órgão	**550.000**	**2.306.519**	**2.856.519**

(n/a) = Não Aplicável

12.1.3 - Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2010

	Controladora	
2010	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Número de membros	8	4
Valor da maior remuneração individual (em R$)	135.000	1.063.333
Valor da menor remuneração individual (em R$)	90.000	197.426
Valor médio de remuneração individual (em R$)	103.750	576.630

Dos 8 Conselheiros de Administração da Companhia, apenas 4 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 9 de abril de 2010, o valor da remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês e da Diretoria, de até R$3.860, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

13. Cauções e depósitos vinculados

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Depósitos judiciais	27		2.168	8.693	5.122	35	2.203	230.337	117.735
Cauções e depósitos vinculados	34.2	222				62.863	67.384	9.332	13.062
Total		**222**	**2.168**	**8.693**	**5.122**	**62.898**	**69.587**	**239.669**	**130.797**

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da controlada Enerpeixe, R$47.575 (2009 - R$54.070), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iii) da nota 22.3 e das operações de energia de curto prazo na CCEE. O montante de R$230.337, referente aos depósitos judiciais consolidados está relacionado com as seguintes notas 10.4, 27.1.1, 27.2, 27.3.

14. Adiantamentos para futuros aumentos de capital

	Controladora		Consolidado
	Ativo		Ativo
	Não circulante		Não circulante
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**
Energest		35.040	
Enercouto	500		
Enernova		31.077	
Ipueiras	17		
Terra Verde	3.100	3.100	
EDP Renováveis	458		458
Total	**4.075**	**69.217**	**458**

15. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
			Ajustado		***Ajustado***		***Ajustado***		***Ajustado***
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos a empregados		15	24			766	760		
Adiantamentos a fornecedores			53		13.350	844	1.248		13.350
Créditos a receber - clientes						167	167		
Modicidade tarifária - baixa renda	15.1					43.872	61.791		
Dispêndios a reembolsar		42	34			11.080	10.402		
Programa eficiência energética						420	3.568	857	1.520
RGR a compensar							777		
Bens destinados à alienação								15	15
Desativação em curso			16				110		
Serviços em curso	15.2	3	683			79.279	47.741		
Serviços prestados a terceiros		62				8.948	5.394	11.149	14.449
Tributos e consignações sobre folha							1.809		
Desativações e alienações em curso		8				19.596	14.094		69
Compartilhamento de infraestrutura						1.126	1.138		
Instrumentos financeiros derivativos						400			
Adiantamento UTE Resende e Norte Capixaba				7.158	6.844				7.158
Redução de capital					24.887				
Outros	15.3	1.382	640	8.601	6.911	6.063	10.149	13.200	13.690
Total		**1.512**	**1.450**	**15.759**	**51.992**	**172.561**	**159.148**	**32.379**	**49.937**

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Outras contas a pagar - Passivo									
Adiantamentos recebidos alienação de bens e direitos						11.004	10.037		
Contribuição de iluminação pública						13.593	11.798		
Valores a pagar à Piratininga						382	382	18.953	18.953
Credores diversos - consumidores						13.532	14.636		
Credores diversos - concessionárias						4.161	4.161		
Folha de pagamento		422				4.743	4.702		
Modicidade tarifária - baixa renda						15.200	22.804		
Cessão de créditos de ICMS						1.267	2.390		
Juros sobre empréstimo compulsório						358	373		
Arrecadação de terceiros a repassar						3.811	7.676		
Valores a pagar TVs a cabo e telefonia						2.985	2.398		
Devolução tarifária COSIT 27	10.2					56.878	75.730		
Redução de capital									24.007
Outras		3.970		47	62	9.496	8.880	2.819	2.975
Total		**4.392**		**47**	**62**	**137.410**	**165.967**	**21.772**	**45.935**

15.1 - Modicidade tarifária - baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial.

Em atendimento ao Termo de Notificação nº 1.091, de 18 de novembro de 2005 da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, em que o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade baixa renda, a Companhia registrou no exercício de 2008 o montante de R$47.640 referente a valores a devolver aos consumidores das tarifas cobradas a maior.

Considerando-se que a legislação e regulamentação dessa matéria preveem o ressarcimento desses valores através do mecanismo da subvenção econômica, no mesmo momento foi registrado um ativo a receber em igual montante, ambos, em contrapartida à receita operacional.

O montante total devolvido aos consumidores até 31 de dezembro de 2010 é de R$ 27.277 (R$24.836 em 2009).

A Companhia efetuou a revisão da base de enquadramento e em decorrência dessa nova base a posição inicial passou a ser de R$29.698. Nesse exercício foi registrado o valor de R$12.779 a débito de Despesas operacionais.

No caso de clientes inativos estão sendo tomadas as medidas para identificar a sua localização e efetuar a devolução.

O saldo em 31 de dezembro de 2010, da controlada Escelsa, no montante de R$12.780, corresponde às estimativas dos períodos de março a abril de 2010 e de agosto a dezembro de 2010.

15.2 - Serviços em curso

Referem-se aos custos dos serviços prestados pelas controladas a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso.

15.3. Outros créditos - ativo não circulante

Referem-se, a valores a receber da permuta das ações de controle da Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A. no montante de R$7.591.

16. Investimentos

16.1. Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora								% Participação direta	
	Saldos em 31/12/2009 Ajustado	Adições Incorporações	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Ajuste Avaliação patrimonial	Provisão para perdas	Transferência Passivo a Descoberto	Saldos em 31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Bandeirante	815.089		278.238	(239.688)	(33.367)			820.272	100	100
Escelsa	774.465		178.567	(120.665)	(22.284)			810.083	100	100
Lajeado Energia	643.789		78.010	(75.426)				646.373	56	56
Enercouto		5.315	(74)				(497)	4.744		100
Enerpeixe	662.548		70.982	(12.000)				721.530	60	60
Energest	283.935	95.331	96.204	(19.197)				456.273	100	100
Enertrade	50.698		16.734	(22.965)				44.467	100	100
Ipueiras	1		(48)				47	–		100
Porto do Pecém	224.906	51.440	(41.531)		1.310			236.125	50	50
EDP Renováveis		25.188	(769)				1.335	25.754		45
Omega		130	(26)					104		100
Outros	320	4.999						5.319		
Total	**3.455.751**	**182.403**	**676.287**	**(489.941)**	**(54.341)**	**–**	**885**	**3.771.044**		
Passivo a Descoberto										
Enernova (*)	4.194	(5.404)	1.095				115	–	100	
Escelsapar	2.382		(1.597)					785	100	100
Enercouto	470		27				(497)	–	100	100
Ipueiras							1.267	1.267		100
Terra Verde	1.406		3.479			12.847		17.732	92	92
Total	**8.452**	**(5.404)**	**3.004**	**–**	**–**	**12.847**	**885**	**19.784**		

(*) A Enernova foi incorporada pela Ipueiras em 31 de dezembro de 2010.

O montante de R$2.418 registrado em outros refere-se a ativos de propriedade para investimento.

Ecelsapar

A Ecelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R$785 (R$2.382 em 2009).

Terra Verde

A Terra Verde possui provisão para passivo a descoberto no valor de R$4.885 (R$1.406 em 2009), sendo que R$131 se refere a lucro não realizado.

Em 14 de setembro de 2010, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia manifestou o seu interesse em descontinuar a sua participação no projeto Terra Verde em caráter definitivo, com a consequente dissolução da sociedade com a acionista Investimento Verde, proposta esta que não foi aceita. Diante do fato mencionado, a Companhia entrou com o processo nº 5830020101846178 na 3ª Vara Cível da capital de São Paulo em 20 de setembro de 2010, solicitando a dissolução total da sociedade. Para fazer face a eventuais gastos com a dissolução da sociedade foi constituída uma provisão para perda com investimento, no montante de R$12.847, registrada no passivo.

Ipueiras

A Ipueiras possui provisão com passivo a descoberto no valor de R$1.267.

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/2009 Ajustado	Adições	Baixas	Equivalência Patrimonial	Incorporação	Saldos em 31/12/2010
Energias do Brasil						
EDP Renováveis		5.742		(769)	20.781	25.754
Outros	320	5.000				5.320
Lajeado						
Outros	205		(150)			55
Omega						
Outros		520				520
Enernova						
EDP Renováveis	21.849			(1.068)	(20.781)	–
Outros Investimentos						
Enercouto	1.271					1.271
Bandeirante	3.262		(207)			3.055
Escelsa	4.028		(2.732)			1.296
Total	**30.935**	**11.262**	**(3.089)**	**(1.837)**	**–**	**37.271**

16.2. Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia				Patrimônio líquido das controladas		Resultado acumulado das controladas	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010		31/12/2009					
Companhia	Ordinárias/ Quotas	Ordinárias/ Quotas	Capital social Integralizado	Capital Votante	Capital social Integralizado	Capital Votante	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Energias do Brasil										
Bandeirante	39.091.735	39.091.735	100	100	100	100	820.271	815.089	278.238	279.828
EDP Lajeado (i)										(202.509)
Enercouto	1	1	100	100	100	100	4.745	(469)	(101)	(52)
Energest	1.000.572	1.000.572	100	100	100	100	456.272	283.934	96.203	70.928
Enernova	1	1	100	100	100	100	474	(5.529)	599	(3.765)
Enerpeixe	465.165	465.165	60	60	60	60	1.202.549	1.104.247	118.302	121.464
Enertrade	26.217	26.217	100	100	100	100	44.466	50.698	16.734	25.043
Escelsa	5.876	5.876	100	100	100	100	810.083	774.465	178.567	155.223
Escelsapar	10	10	100	100	100	100	(785)	(2.382)	1.597	(440)
Ipueiras	14.722	14.722	100	100	100	100	(47)	1	(48)	(4)
Lajeado	113.690	113.690	56	100	56	100	1.522.223	1.502.833	154.412	109.054
Porto do Pécem	99.856	99.856	50	50	50	50	236.125	224.905	(41.531)	36.794
Terra Verde			92	92	92	92	(5.167)	(1.528)	(3.639)	(1.518)
EDP Renováveis (ii)	50.281		45	45			65.398		4.082	

(i) As controladas EDP Lajeado e Tocantins foram incorporadas na Lajeado em 30 de novembro de 2009;

(ii) O total é de 100 ações.

17. Ativo financeiro indenizável

As controladas diretas Bandeirante, Escelsa e a controlada indireta Evrecy possuem saldo de R$397.324 (R$325.262 em 2009) referente a crédito a receber do poder concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros refletem o saldo remanescente do ativo intangível não amortização após o final do prazo de concessão. São calculados com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. O registro contábil desse ativo financeiro foi em contrapartida do ativo não circulante na rubrica Intangível.

18. Imobilizado

	Controladora					Consolidado				
		31/12/2010			31/12/2009		31/12/2010			31/12/2009
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido *Ajustado*
Imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos				–			164.614		164.614	164.616
Reservatórios, barragens e adutoras				–		2,34	1.974.131	(249.028)	1.725.103	1.723.986
Edificações, obras civis e benfeitorias				–		3,49	776.650	(144.557)	632.093	646.294
Máquinas e equipamentos				–		4,88	1.676.428	(296.371)	1.380.057	1.387.015
Veículos				–		20,00	4.045	(2.354)	1.691	1.408
Móveis e utensílios				–		10,00	2.120	375	2.495	2.034
Outros				–						
		–	–	–	–		**4.597.988**	**(691.935)**	**3.906.053**	**3.925.353**
Transmissão										
Terrenos				–			1		1	1
Edificações, obras civis e benfeitorias				–		4,00	96	(45)	51	53
Máquinas e equipamentos				–		3,45	48.498	(11.592)	36.906	38.390
				–			**48.595**	**(11.637)**	**36.958**	**38.444**
Administração										
Terrenos				–			101		101	
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,00	8	(3)	5	5	4,75	164	(30)	134	140
Máquinas e equipamentos	10,00	967	(517)	450	331	10,00	4.004	(1.663)	2.341	2.150
Veículos	20,00	817	(350)	467	188	20,00	2.769	(876)	1.893	1.066
Móveis e utensílios	10,00	1.575	(864)	711	861		3.175	(1.538)	1.637	1.889
		3.367	**(1.734)**	**1.633**	**1.385**		**10.213**	**(4.107)**	**6.106**	**5.245**
Atividades não vinculadas à concessão										
Terrenos							273		273	273
Máquinas e equipamentos						10,00	17	(17)		
Móveis e utensílios				–		10,00	370	(197)	173	216
		–	–	–	–		**660**	**(214)**	**446**	**489**
Total do Imobilizado em serviço		**3.367**	**(1.734)**	**1.633**	**1.385**		**4.657.456**	**(707.893)**	**3.949.563**	**3.969.531**
Imobilizado em curso										
Geração				–			1.353.548		1.353.548	832.667
Transmissão				–			3		3	283
Administração		261		261	653		473		473	1.299
Total do imobilizado em curso		**261**	**–**	**261**	**653**		**1.354.024**	**–**	**1.354.024**	**834.249**
Total imobilizado		**3.628**	**(1.734)**	**1.894**	**2.038**		**6.011.480**	**(707.893)**	**5.303.587**	**4.803.780**

O imobilizado em curso refere-se basicamente aos investimentos na UTE Porto do Pecém, no montante de R$1.127.544 e a repotenciação das PCHs Mascarenhas, Rio Bonito e Suiça, que totalizam R$157.787.
O saldo correspondente aos montantes da rubrica de Transmissão refere-se a itens do Imobilizado em serviço da geradora de Costa Rica.
A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido 31/12/2009	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civís e benfeitorias	5		326	(2)	(324)	5
Máquinas e equipamentos	331		182	(63)		450
Veículos	188		392	(112)	(1)	467
Móveis e utensílios	861			(150)		711
Total do Imobilizado em serviço	**1.385**	**–**	**900**	**(327)**	**(325)**	**1.633**
Total do Imobilizado em curso	**653**	**509**	**(900)**		**(1)**	**261**
Total do Imobilizado	**2.038**	**509**	**–**	**(327)**	**(326)**	**1.894**

	Consolidado						
	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferênciapara imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2010
Imobilizado em serviço							
Terrenos	164.889	101					164.990
Reservatórios, barragens e adutoras	1.723.987	18.876	23.021	(40.780)			1.725.104
Edificações, obras civís e benfeitorias	646.486	1	3.248	(16.884)	(576)		632.275
Máquinas e equipamentos	1.427.558	4.740	42.502	(53.641)	(1.854)		1.419.305
Veículos	2.473	44	2.309	(966)	(277)		3.583
Móveis e utensílios	4.138	17	351	(107)	(93)		4.306
Total do Imobilizado em serviço	**3.969.531**	**23.779**	**71.431**	**(112.378)**	**(2.800)**	**–**	**3.949.563**
Total do Imobilizado em curso	**834.249**	**600.841**	**(71.622)**		**(12.849)**	**3.405**	**1.354.024**
Total do Imobilizado	**4.803.780**	**624.620**	**(191)**	**(112.378)**	**(15.649)**	**3.405**	**5.303.587**

As reclassificações, no montante de R$3.405 do quadro acima, refere-se ao reembolso da compra de ativos da SPE Couto Magalhães, no montante de R$72, totalizando um débito de R$3.477, o qual foi recebido do intangível.

19. Intangível

	Controladora					Consolidado				
		31/12/2010			31/12/2009		31/12/2010			31/12/2009
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido *Ajustado*	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido *Ajustado*
Intangível em serviço										
Distribuição										
Software						20,00	5	(1)	4	
Direito de concessão - Infraestrutura							3.885.287	(2.144.330)	1.740.957	1.712.633
		–	–	–	–		**3.885.292**	**(2.144.331)**	**1.740.961**	**1.712.633**
Geração										
Software				–		13,96	3.845	(1.836)	2.009	2.192
Servidão permanente				–			487		487	310
Direito de concessão - Licenças ambientais				–			3.855	(1.069)	2.786	562
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP				–			171.561	(28.641)	142.920	148.534
Direito de concessão - Outros (nota 19.1)				–			561.100	(39.727)	521.373	561.975
		–	–	–	–		**740.848**	**(71.273)**	**669.575**	**713.573**
Administração										
Software	4,35	2.161	(1.911)	250	190	11,68	4.575	(3.362)	1.213	616
Direito de concessão - Outros (nota 19.1)		303.563	(37.391)	266.172	283.775		303.563	(37.391)	266.172	283.775
		305.724	**(39.302)**	**266.422**	**283.965**		**308.138**	**(40.753)**	**267.385**	**284.391**
Total do intangível em serviço	**4,35**	**305.724**	**(39.302)**	**266.422**	**283.965**		**4.934.278**	**(2.256.357)**	**2.677.921**	**2.710.597**
Intangível em curso										
Distribuição				–			274.556		274.556	213.365
Geração				–			30.667		30.667	27.318
Administração		430		430	406		1.275		1.275	1.396
Total do Intangível em curso		**430**		**430**	**406**		**306.498**	**–**	**306.498**	**242.079**
Ágio										
Lajeado Energia e Investco							42.293		42.293	42.293
							42.293		42.293	42.293
Total intangível		**306.154**	**(39.302)**	**266.852**	**284.371**		**5.283.069**	**(2.256.357)**	**3.026.712**	**2.994.969**

A movimentação do Intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência e intangível em serviço	Amortização	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço						
Direito de concessão Licenças ambientais	190		151	(91)		250
Direito de concessão - Outros	283.775			(17.574)	(29)	266.172
Intangível em curso	406	146	(151)		29	430
	284.371	**146**	**–**	**(17.665)**	**–**	**266.852**

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência e intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço							
Software	2.618	2	1.261	(743)	(1)	(161)	2.976
Servidão permanente	310		16			161	487
Direito de concessão - Licenças ambientais	752	166	2.898	(780)			3.036
Direito de concessão - Infraestrutura	1.712.633	2.311	231.846	(187.421)	(29.794)	11.382	1.740.957
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	148.534			(5.613)	(1)		142.920
Direito de concessão - Outros	845.750			(58.176)		(29)	787.545
Intangível em curso	242.079	385.296	(317.800)		(1.624)	(1.453)	306.498
Ágio	42.293						42.293
Total Intangível	**2.994.969**	**387.775**	**(81.779)**	**(252.733)**	**(31.420)**	**9.900**	**3.026.712**

As reclassificações, no montante de R$9.900 no quadro acima, estão impactadas pela transferência a crédito de ativos intagíveis por contrapartida do ativo financeiro indenizável, conforme ICPC01, no montante de R$14.277, e reembolso referente a compra de ativos da SPE Couto Magalhães, no montante de R$900, totalizando um crédito de R$3.477, o qual foi transferido do intangível para o imobilizado.
A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis.
O valor recuperável do ágio das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologia de avaliação, suportados em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos: **Unidades geradoras de caixa:** Bandeirante, Escelsa, Energest, Enertrade, Enerpeixe, Lajeado e Investco. Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - equity value; **Determinação dos fluxos de caixa:** volume de produção e consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão; Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão; **Taxa de crescimento fluxo de caixa:** Geração - evolução do preço; Distribuição - 4,2% a 4,5%; **Taxa de desconto utilizada (líquido dos impostos):** taxa média da remuneração do investimento - Geração 8,1%, Distribuição 9,2% e Comercialização 9,4%. O teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

19.1 - Direito de Concessão - Outros

	31/12/2010					
	Controladora			Consolidado		
	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
Bandeirante	38.143	(12.269)	25.874	38.143	(12.269)	25.874
Lajeado	244.620	(20.793)	223.827	538.082	(31.027)	507.055
Enerpeixe	3.837	(838)	2.999	3.837	(838)	2.999
Porto do Pecém	3.590		3.590	3.590		3.590
Pantanal	13.373	(3.491)	9.882	13.373	(3.491)	9.882
Energias do Brasil			–	256.408	(28.422)	227.986
Investco				11.230	(1.071)	10.159
Total	**303.563**	**(37.391)**	**266.172**	**864.663**	**(77.118)**	**787.545**

19.2 - Capitalização de encargos de dívidas

As controladas Bandeirante e Escelsa procederam neste exercício a capitalização de encargos financeiros no montante de R$29.558, retroativos a 1 de janeiro de 2009, tendo sido registrado o valor de R$16.231 relativos ao exercício de 2009 a crédito do Patrimônio líquido na rubrica de Lucros acumulados e R$13.327 a crédito de Despesas financeiras relativos ao exercício de 2010. A taxa média anual utilizada para capitalização dos encargos foi de 9,81%.

20. Fornecedores

		Controladora		Consolidado		
		Circulante		Circulante		Não circulante
	Nota	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica				264.695	236.391	
Energia livre	20.1			52.798	37.416	
CCEE (compra de energia de curto prazo)				21.250	2.690	
Encargos de uso da rede elétrica				59.160	55.871	
Encargos de serviços de sistema				9.546	587	
Materiais e serviços		3.370	10.416	218.932	175.101	915
Total		**3.370**	**10.416**	**626.381**	**508.056**	**915**

20.1. Energia livre

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela Taxa SELIC mensal a ser liquidado até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia, encontra-se suspenso, neste momento, por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado nos autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$15.381 em contrapartida a despesa financeira. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$52.798 (R$37.416 em 2009).

21. Debêntures

	Data		Características das emissões				
					Quantidade		
Emissora	Emissão	Liquidação	Frequência	Série	de títulos	Remuneração	Montante
Bandeirante	01/03/2006	01/03/2011	3ª	Única	25.000	104,4% do CDI	250.000
Bandeirante	01/07/2010	30/06/2016	4ª	Única	39.000	100% do CDI + 1,5%	390.000
Escelsa	01/06/2006	01/06/2011	1ª	Única	26.400	104,4% do CDI	264.000
Escelsa	02/07/2007	02/07/2014	2ª	Única	25.000	105,0% do CDI	250.000
Investco	01/11/2001	01/11/2011	1ª	Única	25.000	10,50% do IGPM	264.791

21.1 - Emissora Bandeirante

3ª emissão de debêntures

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 25 mil debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000, com prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de março de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de março de 2011. A colocação foi concluída em 7 de abril de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de setembro de 2006 e o último em 1º de março de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento; (ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração acrescido de caixa no início do período de apuração acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento); (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal; (iv) pedido de auto-falência formulado pela Emissora; (v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta; (vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e (vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

4ª emissão de debêntures

Em 1º de julho de 2010 foi promovida a quarta emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 39 mil debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$390.000, com prazo de vigência de 6 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 4 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de julho de 2016, sendo a primeira amortização em 1º de julho de 2014.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% ao ano, com base em 252 dias úteis (Acréscimo sobre a Taxa DI), conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, imediatamente, após a primeira Data de Amortização das Debêntures, ao Saldo do Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na Escritura de Emissão. O pagamento da Remuneração será feito semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 1º dos meses de janeiro e julho de cada ano, até a Data de Vencimento.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento; (ii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo ultrapasse R$40.000.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão; (iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404/76; (iv) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e (v) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

21.2 - Emissora Escelsa

1ª emissão de debêntures

Em 1º de junho de 2006, foi promovida a primeira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 26.400 debêntures, ao valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$264.000 e prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de junho de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de junho de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de junho de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de junho de 2011. A colocação foi concluída em 5 de julho de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último em 1º de junho de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros, diversificação das fontes de financiamentos, investimentos para o ano de 2006 e recomposição de caixa para capital de giro.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento; (ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento); (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal; (iv) falência formulado pela Emissora; (v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta; (vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e (vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

2ª emissão de debêntures

Em 2 de julho de 2007 foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000 com prazo de vigência de 7 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 1/3 em 2 de julho de 2013 e a terceira, de 1/3, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,0% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de janeiro de 2008 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos Sênior Notes emitidos pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.

O contrato apresenta cláusulas prevendo rescisão nas mesmas hipóteses já descritas acima para a primeira emissão.

21.3 - Emissora - Investco

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Investico e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de até 10 dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período tde remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios préfixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando-o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;

b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;

c) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);

d) liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);

e) não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em trinta dias, contados da data do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;

f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de suas controladas de valor superior a R$5.000;

g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na Escritura;

h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má-fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;

i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contatos da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário", ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e

j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

21.4 - Em 31 de dezembro de 2010, as controladas encontram-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

21.5 - A mutação das debêntures do exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferência	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante									
Debêntures	210.029		(208.671)	(56.935)	77.358	202.801	1.012	6.136	231.730
	210.029	**–**	**(208.671)**	**(56.935)**	**77.358**	**202.801**	**1.012**	**6.136**	**231.730**
Não circulante									
Debêntures	453.155	387.186				(202.801)	(274)	327	637.593
	453.155	**387.186**	**–**	**–**	**–**	**(202.801)**	**(274)**	**327**	**637.593**

21.6 - Vencimento das parcelas do não circulante:

Ano	Valor	Ano	Valor
2012	83.098	2015	155.197
2013	83.189	2016	155.411
2014	160.698	**Total**	**637.593**

22. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

			Consolidado							
			31/12/2010				31/12/2009			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	
	Empresa	Custo da dívida	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira										
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Bandeirante	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial	84		10.801	2.711	154		11.287	14.120
Amortização do custo da transação	Bandeirante	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial			(1.438)	(240)			(1.438)	(1.678)
Banco Santander Brasil S.A.	Energest	4,81% + variação cambial								
BNDES	Energest	UMBNDES + 3,50% a.a.					2		292	
Banco Santander Brasil S.A.	CESA	4,81% + variação cambial								
BNDES	CESA	UMBNDES + 4,50% a.a.	2		299	174	2		311	493
BNDES	Pantanal	UMBNDES + 4,50% a.a.	2		270	158	3		281	445
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Porto do Pecém	Libor + 3% a.a. a 3,50% a.a.	1.213			258.917	1.063			213.204
Custo de Captação	Porto do Pecém					(7.294)				
			1.301	**–**	**9.932**	**254.426**	**1.224**	**–**	**10.733**	**226.584**
Moeda nacional										
Eletrobrás	Bandeirante	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a (tx.adm.)			4.775	17.252			2.571	12.327
Cédula de Crédito Bancário	Bandeirante	105% do CDI	492		20.400	40.800	482		20.400	61.200
Juros s/fundo reversão	Bandeirante	5% a.a.					73			
BNDES FINAME	Bandeirante	de 4% a 5% a.a. acima da TJLP					5		1.015	
BNDES - Banco do Brasil	Bandeirante	3,3% a.a. acima da TJLP	82		5.937	14.842	106		5.936	20.778
BNDES - Banco Santander	Bandeirante	3,3% a.a. acima da TJLP	82		5.937	14.842	106		5.937	20.778
BNDES - BB/CALC	Bandeirante	de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP	725		8.396	77.968	170			86.364
BNDES - BB/CALC	Escelsa	de 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e 4,5% a.a. fixo	937		10.090	93.700	199			103.790
HSBC - Notas Promissórias	Bandeirante	CDI + 1,3% a.a.					13.178		230.000	
(–) BNDES-CALC - Custos de transação	Escelsa				(44)	(112)			(29)	(183)
Eletrobrás	Escelsa	5% a.a. + 1% a.a. (tx. adm.)			10.800	88.286	110		11.242	96.112
Cédula de Crédito Bancário	Escelsa	105% do CDI	1.390		8.080	24.240	1.402		8.080	32.320
Nota de Crédito Comercial	Escelsa	100% do CDI	372	6.621	7.000	124.500				
(–) Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação	Escelsa				(437)	(1.323)				
BNDES	Escelsa	4,8% a.a. acima da TJLP					21		3.280	
BNDES - Banco do Brasil	Escelsa	3,3% a.a. acima da TJLP	77		5.545	13.862	99		5.545	19.407
BNDES - Banco Santander	Escelsa	3,3% a.a. acima da TJLP	77		5.545	13.862	99		5.545	19.407
Cédula de Crédito Bancário	Energest	106,6% do CDI	1.904		10.666	37.333	1.552			48.000
BNDES	Energest	3,50% a.a. acima da TJLP					30		3.294	
Santander - CDI	Energest	113,50% do CDI	1.982		21.355		669		21.354	
BNDES	CESA	4,50% a.a. acima da TJLP	80		6.692	18.156	47		4.189	6.284
Santander - CDI	CESA	113,50% do CDI	1.101		11.864		371		11.864	
BNDES	Pantanal	4,50% a.a. acima da TJLP	25		3.788	1.893	42		3.788	5.681
Eletrobrás	Costa rica	5,00% + 1,50% a.a. (tx adm.)			584	1.129			535	1.641
BNDES	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	1.276		56.454	230.518	1.528		56.454	286.971
Banco Itau	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	389		17.220	70.316	466		17.220	87.536
Bradesco	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	325		14.350	58.596	388		14.350	72.947
Unibanco	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	260		11.480	46.877	311		11.480	58.357
Banco do Brasil	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	324		14.350	58.595	388		14.350	72.945
BNDES	Porto do Pecém	2,77% a.a. acima da TJLP		2.105		581.081		1.329		346.810
Custo de Captação	Porto do Pecém					(13.987)				
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	1,90% a.a. acima da TJLP	253		5.679	69.091	634		4.032	62.380
Ações Recebíveis Cumulativas	Investco	3,0% a.a.			4.014	76.861				83.567
Cédula de Crédito Bancário	Investco	106% do CDI	9		10.000					
Banco da Amazônia	Investco	11,5% a.a	4		637		247		7.632	636
BNDES	Investco	4,00% a.a. acima da TJLP	390		51.082	18.654	575		46.745	67.643
Leasing - Safra S.A.	Investco	CDI + 1,45% a.a.			17				69	17
			12.556	**8.726**	**332.256**	**1.777.832**	**23.298**	**1.329**	**516.878**	**1.673.715**
Resultado dos ***Swaps***										
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Bandeirante	de 97,94% a 118,94% do CDI			10.946	2.345			10.610	10.994
Citibank	Porto do Pecém	USD 1,8138			8.350	97.523			8.383	44.703
Pactual	Porto do Pecém	EUR/USD 1,4040; EUR/R$ 2,73; USD/R$ 1,9678			360	30			1.536	116
			–	**–**	**19.656**	**99.898**	**–**	**–**	**20.529**	**55.813**
Total			**13.857**	**8.726**	**361.844**	**2.132.156**	**24.522**	**1.329**	**548.140**	**1.956.112**

22.1 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Bandeirante

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

(i) Tranche "A" - US$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,38% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

(ii) Tranche "B" - US$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge,* junto ao Banco JP Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento. Essa operação financeira está valorizada pelo valor justo, conforme descrito na nota 35 (Instrumentos financeiros).

Eletrobrás

Programa Reluz

(i) Contrato ECF 2617/07, firmado em 9 de abril de 2007. Linha de crédito no valor de R$608 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$61 e R$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Contrato ECF 2656/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R$3.911 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R$391 e R$3.203 em 18 de junho de 2008 e 17 de fevereiro de 2009 respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iii) Contrato ECF 2657/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R$10.036 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R$1.004 e R$8.915 em 17 de fevereiro de 2009 e 16 de abril de 2010, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de abril de 2010 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2010 e a última em 30 de abril de 2015. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iv) Contrato ECF 2658/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R$2.946 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R$295 e R$2.154 em 18 de junho de 2008 e 17 de fevereiro de 2009 respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Programa Luz para Todos

(i) 1ª etapa - Contrato ECFS 019/04 - Linha de crédito no valor de R$11.523, a título de financiamento RGR, e R$1.773 a título de subvenção econômica. Contrato firmado em 28 de maio de 2004, sendo que foram liberados recursos no montante de R$1.152 em 2004, R$2.305 em 2005, R$3.623 em 2006, R$2.262 em 2010, totalizando R$9.342 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R$177 em 2004, R$355 em 2005, R$557 em 2006, totalizando R$1.089. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) 2ª etapa - Contrato ECFS 184/07 - Linha de crédito no valor de R$12.359, a título de financiamento RGR, não há valores a título de subvenção econômica. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que foram liberados recursos no montante de R$3.708 em 2007. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R$102.000, sendo R$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a 1ª em 05 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

BNDES contrato n° 88.425/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES contrato n° 88.425/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES/CALC - Aprovado em dezembro de 2008, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, no montante de R$153.283, com a finalidade de implantação do Programa de Investimentos 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. A 1ª liberação efetuada para a Companhia de R$86.364 ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

HSBC - Notas Promissórias - Em 07 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Bandeirante aprovou a contratação de linha de financiamento de curto prazo, materializada pela emissão de Nota Promissória. As Notas Promissórias foram emitidas de forma cartular e ficarão depositadas no Banco Bradesco S.A. A remuneração corresponde à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, capitalizada de um *spread* correspondente a 1,30% a.a. O valor de cada nota corresponde a R$1.000 e foram emitidas 230 notas totalizando o montante de R$230.000. A remuneração acrescida do valor de

principal foi liquidada em 31 de maio de 2010 em uma única parcela.

22.2 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Escelsa

BNDES

(i) Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco Alfa, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R$17.320. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,8% a.a. + TJLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 15 de setembro de 2010.

(ii) BNDES contrato n° 88.426/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta / EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

(iii) BNDES contrato n° 88.426 / Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008 no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta / EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

(iv) BNDES/CALC - Aprovado em dezembro de 2008, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, no montante de R$164.091, com a finalidade de implantação do Programa de Investimentos 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. A 1ª liberação efetuada para a Escelsa de R$103,8 milhões ocorreu em 23 de dezembro de 2009 sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010, trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R$40.400, sendo R$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R$20.200 junto ao Banco Santander S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a primeira em 09 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014, e juros semestrais vencíveis a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas as instituições financeiras.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial - Contrato firmado em 24 de junho de 2010, no valor de R$135.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 28 de junho de 2010. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em 10 parcelas semestrais, sendo a primeira em 29 de novembro de 2010 e a última em 29 de maio de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta / EBITDA em índice não superior a 3,5, calculados semestralmente.

Eletrobrás

Programa Luz para Todos

(i) 1ª etapa - Contrato ECFS 031/04 - Linha de crédito no valor de R$30.968, a título de financiamento RGR, R$4.764 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R$4.764 a título de subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que foram liberados a título de financiamento recursos no montante de R$9.290 em 2004, R$6.194 em 2005, R$4.150 em 2006, R$3.095 em 2008, totalizando R$22.729 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R$2.230 em 2004, R$4.417 em 2005, R$638 em 2006, R$169 em 2008, totalizando R$7.454. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(ii) 2ª etapa - Contrato ECFS 106/05 - Linha de crédito no valor de R$50.304, a título de financiamento RGR, R$7.739 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R$7.739 a título de subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que foram liberados a título de financiamento recursos no montante de R$15.091 em 2006, R$20.122 em 2007 e R$1.900 em 2010 totalizando R$37.113 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R$5.522 em 2006, R$6.096 em 2007 e R$415 em 2008 totalizando R$12.033. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a, pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iii) 3ª etapa - Contrato ECFS 181/07 - Linha de crédito no valor de R$75.764, a título de financiamento RGR e R$10.102 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que foram liberados recursos a título de financiamento no montante de R$42.933 em 2008. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2008. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2010 até 30 de março de 2020 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iv) 4ª etapa - Contrato ECFS 258/09 - Linha de crédito no valor de R$56.737, a título de financiamento RGR e R$ 7.565 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 28 de agosto de 2009, sendo que foram liberados a título de financiamento recursos no montante de R$17.021 em 2009 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R$2.270 em 2009. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de janeiro de 2010. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de janeiro de 2012 até 30 de dezembro de 2021 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

Programa Reluz

(i) Contrato ECF 2313/04, firmado em 6 de julho de 2004. Linha de crédito no valor de R$2.647 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$265, R$476, R$529 e R$838 em 14 de outubro de 2004, 24 de maio de 2005, 08 de setembro de 2005 e 04 de setembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2004. O saldo devedor será pago em 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 28 de fevereiro de 2006 e a última em 28 de fevereiro de 2010. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 28 de fevereiro de 2010.

(ii) Contrato ECF 2314/04, firmado em 6 de julho de 2004. Linha de crédito no valor de R$8.823 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$882, R$2.972, R$1.323 e R$2.175, em 14 de outubro de 2004, 24 de maio de 2005, 08 de setembro de 2005 e 04 de setembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de janeiro de 2005 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 28 de fevereiro de 2005 e a última em 30 de janeiro de 2011. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iii) Contrato ECF 2472/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R$306 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$31 em 11 de outubro de 2007. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de julho de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de outubro de 2008 e a última em 30 de outubro de 2011. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iv) Contrato ECF 2488/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R$261 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$26 e R$188 em 11 de outubro de 2007 e 11 de novembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de novembro de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(v) Contrato ECF 2500/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R$380 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$38 e R$256, em 11 de outubro de 2007 e 11 de novembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de novembro de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(vi) Contrato ECF 2481/05, firmado em 30 de setembro de 2008. Linha de crédito no valor de R$1.230 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$123 e R$801, em 29 de dezembro de 2009 e 21 de maio de 2010, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 30 de dezembro de 2011 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2012 e a última em 30 de dezembro de 2016. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

22.3 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Enerpeixe

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R$670.000, aprovado nos termos da decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R$335.000 diretamente e R$335.000 através de agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

	Parcela direta	Parcela indireta					
Subcrédito	BNDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	Total da parcela indireta	Total
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662
	335.000	**100.500**	**83.750**	**83.750**	**67.000**	**335.000**	**670.000**

As principais condições do financiamento são:

(i) Amortização:
  a) Para os subcréditos "A" e "C", 12 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2007 e a última em 15 de fevereiro de 2008, já liquidados;
  b) Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

(ii) Encargos:
  a) Para os subcréditos "A" e "C", taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da controladora indireta EDP - Energias de Portugal;
  b) Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal; e
  c) Os *spreads* acima mencionados poderão ser de 6% a.a. a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal, o que poderá ocorrer a partir de janeiro de 2008 somente por solicitação da Enerpeixe e da Companhia. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% a.a., caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3.
  O índice de cobertura do serviço da dívida é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, com medições semestrais em junho e dezembro.

(iii) Garantias e obrigações:
  a) Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela Companhia;
  b) Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
    • Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às Companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT;
    • As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.
  c) Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização, juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; e
  d) Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal, regida pelas leis portuguesas.
  Em 31 de dezembro de 2010, as cláusulas restritivas desses contratos encontraram-se em pleno atendimento.

22.4 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Investco

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002, e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. As operações estabelecem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 31 de dezembro de 2010.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R$18.937.

Este contrato não possui cláusula contratual restritiva (*covenants*).

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

Cédula de Crédito Bancário

Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

22.5 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Castelo Energética S.A. - CESA e Pantanal Energética Ltda.

BNDES (moeda estrangeira) - Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$9.266. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da UMBNDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest na Companhia. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da Companhia para a Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

BNDES (moeda nacional) - Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$30.014 e de R$17.565 em 2004 e R$5.635 em 2007. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de junho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações

ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest na Companhia. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da Companhia para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Banco Santander Brasil S.A. - Contrato nº 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009 no valor de R$11.864, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP - Energias do Brasil S.A. como Interveniente Garantidor. Esta operação, através de aditamentos, teve suas liquidações prorrogadas e seu vencimento foi repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 09 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 09 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original.

BNDES - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R$25.404. A 1ª liberação efetuada para a Companhia foi de R$4.863, que ocorreu em 22 de abril de 2010 e a 2ª liberação foi de R$15.141, que ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 97 e 96 meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros que variam de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato.

22.6 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energest

BNDES - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R$24.102. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,5% a.a. acrescido da variação da TJLP (moeda nacional) e de 3,5% a.a. acrescido da variação da UMBNDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária. Esta operação estabelece *covenant* da relação EBITDA/dívida financeira líquida, atendido até este momento.

Repasse de recursos captados em reais no exterior - contrato junto ao Banco Santander S.A., nº 231006029, firmado em 12 de fevereiro de 2009, no valor de R$21.355, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia aval em nota promissória e EDP - Energias do Brasil S.A. como Interveniente Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 09 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 09 de março de 2011, com manutenção das cláusulas de condições do contrato original e taxa de 113,50% do CDI.

Cédulas de Crédito Bancário - Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R$48.000, junto ao Banco do Brasil S.A. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última em 20 de fevereiro de 2015 e juros semestrais vencíveis a partir de 20 de agosto de 2008 a 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida líquida / EBITDA em índice não superior a 3,5.

22.7 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Costa Rica

Eletrobrás - Financiamento ECF1.568/97 - Contrato assinado pela Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória. Contrato repassado para a Costa Rica Energética, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor".

22.8 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida de Santa Fé Energia S.A.

BNDES - Contrato firmado em maio de 2009, com repasse de recursos pelo Banco do Brasil. No dia 29 de maio de 2009 foram liberados recursos no montante de R$64.000 e em 27 de abril de 2010 foram liberados o saldo remanescente deste contrato no valor de R$11.633. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1,9% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2010, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de fevereiro de 2024. A garantia pactuada prevê o penhor de ações da beneficiária em 100% a favor do Agente Financeiro. Esta operação estabelece *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2 vezes, atendido até este momento.

22.9 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da controlada em conjunto Porto do Pecém

BNDES - Contrato firmado em julho de 2009. Em outubro de 2009, ocorreu a 1ª liberação no valor de R$700 milhões. Em julho de 2010, ocorreu a 2ª liberação no valor de R$260 milhões. Os montantes liberados permitiram a quitação dos empréstimosponte em reais e ainda cobrirá os desembolsos previstos na implantação do empreendimento. O contrato de financiamento com o BNDES prevê um empréstimo no valor de R$1,4 bilhão nominais, excluindo juros durante a construção, com prazo total de 17 anos, dos quais 14 anos de amortização, e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo contratado é de TJLP + 2,77% a.a. Durante a fase de construção os juros serão capitalizados.

BID - Contrato firmado em julho de 2009. A 1ª liberação ocorreu em outubro de 2009 no valor de US$260 milhões. A 2ª liberação ocorreu em agosto de 2010 no valor de US$50 milhões. O contrato de financiamento com o BID prevê um A Loan no montante total de US$147 milhões, e B Loan no montante total de US$180 milhões, com prazo total de 17 anos no A Loan e 13 anos no B Loan, com carência para pagamento de principal e juros até julho de 2012. As taxas iniciais do A Loan e B Loan são Libor + 350 bps e Libor + 300 bps, respectivamente, com *step ups* ao longo do período. O referido empréstimo de longo prazo em USD, por sua vez, já foi objeto de contratação tanto de *hedge* cambial quanto de *swap* de taxa de juros (de Libor para taxa fixa). O consórcio de *B-lenders* é composto pelos bancos Millenium BCP, Caixa Geral de Depósitos e Calyon.

Em 31 de dezembro de 2010 a cláusula restritiva operacional (*covenants*), referente ao contrato de serviço para tratamento de águas residuais, englobada no contrato de financiamento com o BID que encontrase em descumprimento. A controlada Porto do Pecém, obteve uma prorrogação do prazo até 31 de março de 2011, para eliminar esta restrição.

As demais cláusulas restritivas encontram-se devidamente cumpridas nessa data.

Resultado dos *swaps*

Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 17 de outubro de 2007, no valor total de US$639,918,000, com vencimentos entre janeiro de 2008 e outubro de 2012, com a paridade inicial contratada de R$/USD1,8138. Tendo em vista liquidações antecipadas e vencidas até 31 de dezembro de 2010, o *notional* em aberto nesta data-base é de USD330.592.716.

Operação de proteção junto aos Bancos Citibank e BTG Pactual de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de EUR$26.059.929,27, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de EUR/USD 1,4040. Tendo em vista liquidações vencidas até 31 de dezembro de 2010, o *notional* em aberto nesta data-base é de USD3,667,242.

Operação de proteção junto aos Bancos HSBC e BTG Pactual de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 1º de julho de 2009, no valor total de EUR10.134.416,94, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de EUR/R$2,7300. Tendo em vista liquidações vencidas até 31 de dezembro de 2010, o *notional* em aberto nesta data-base é de USD1,014,692.

Operação de proteção junto aos Bancos Citibank e BTG Pactual de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de USD106,592,30.70, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de USD/R$1,9678.

Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF (Non Deliverable Forwards), firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de USD56,162,599.70, com vencimentos entre julho de 2009 e novembro de 2011, com a paridade inicial contratada de USD/R$1,9678. Tendo em vista liquidações vencidas até 31 de dezembro de 2010, o nocional em aberto neste data-base é de USD28.650.392.

Operação de *Swap* junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de USD140,521,000, com início em 02 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2024, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do USD acrescido de 5,82% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de LIBOR.

Operação de *Swap* junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de USD186,479,000, com início em 02 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2021, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do USD acrescido de 5,79% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de LIBOR.

Operação de Swap junto ao Banco Citibank, para a cobertura dos juros capitalizados durante a construção da usina Porto do Pecém referentes ao financiamento junto ao BID, contratado em 02 de julho de 2009, no valor de USD1,249.288,739 (montante referente ao saldo acumulado previsto para 4 tranches do financiamento do BID, sendo a exposição aproximada de USD36,000,000), com início em 16 de novembro de 2009 e vencimento final em 16 de novembro 2011, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do USD acrescida de 2,085% a.a. e o Banco paga na ponta ativa 100% de LIBOR.

22.10 - Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

	Consolidado		
	Tipo de moeda		
Vencimento	**Nacional**	**Estrangeira**	**Total**
Circulante			
2011	344.812	30.889	375.701
	344.812	**30.889**	**375.701**
Não circulante			
2012	307.603	75.848	383.451
2013	283.704	14.087	297.791
2014	249.775	15.336	265.111
2015	326.684	16.720	343.405
2016	104.765	17.970	122.735
2017	73.616	19.489	93.105
2018	57.990	21.228	79.218
2019	54.655	22.857	77.512
Após 2019	334.458	144.096	478.555
	1.793.251	**347.632**	**2.140.882**
Total	**2.138.063**	**378.521**	**2.516.583**

A mutação dos empréstimos e financiamentos do exercício é a seguinte:

Consolidado											
Valor líquido 31/12/2009	**Ingressos**	**Pagamentos de principal**	**Pagamentos de juros**	**Juros provisionados**	**Juros capitalizados**	**Transferência**	**Ajuste a valor de mercado**	**Ajuste a valor presente**	**Custos de transação**	**Variação monetária e cambial**	**Valor líquido 31/12/2010**
Circulante											
Empréstimos, financiamentos e encargos											
552.135	13.240	(505.399)	(164.641)	157.570	(1.376)	305.221			239	(943)	356.046
Swaps											
20.527		(18.314)	(3.422)	1.991		9.365	8.995			513	19.655
572.662	**13.240**	**(523.713)**	**(168.063)**	**159.561**	**(1.376)**	**314.586**	**8.995**	**–**	**239**	**(430)**	**375.701**
Não circulante											
Empréstimos, financiamentos e encargos											
1.901.627	412.042			39.673	1.143	(305.221)		(262)	3.930	(11.947)	2.040.985
Swaps											
55.813		(44.820)		723		(9.365)	97.698			(152)	99.897
1.957.440	**412.042**	**(44.820)**	**–**	**40.396**	**1.143**	**(314.586)**	**97.698**	**(262)**	**3.930**	**(12.099)**	**2.140.882**

23. Benefícios pós-emprego

	Consolidado			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
Bandeirante	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
BSPS - Reservas a amortizar	19.245	14.121	93.998	61.918
Programas assistenciais		6.890	6.867	
Escelsa				
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	582	582	2.646	2.543
Assistência médica e seguro de vida	7.780	5.588	85.717	66.327
EDP - Energias do Brasil				
Previdência privada	3			
Evrecy				
Previdência privada - ENERPREV	1			
	27.611	**27.181**	**189.228**	**130.788**

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2010, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 33.

De acordo com o normativo CPC 33 - Benefícios a Empregados, as obrigações futuras sob a forma de benefício definido, assumidas pelas empresas, devem ser reconhecidas no passivo líquidas dos fundos constituídos. As controladas Bandeirante, Escelsa e Energest, contrataram atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos benefícios definidos.

23.1 - Bandeirante

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
				Ajustado
BSPS - Reservas a amortizar	19.245	14.121	93.998	61.918
Programas assistenciais		6.890	6.867	
	19.245	**21.011**	**100.865**	**61.918**

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício Definido e Contribuição Variável", sob gestão da Fundação Cesp, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia.

Este plano encontra-se em processo de transferência de gestão para EnerPrev que será concretizada no primeiro semestre de 2011, conforme Portaria nº 670, de 03 de setembro de 2010, publicada no DOU - Diário Oficial da União em 06 de setembro de 2010. O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R$113.243, apurado em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. Parte do compromisso está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

- Plano BD - Vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição Definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício Definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na conciliação dos ativos e obrigações do plano com o passivo de Benefício Definido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	2010			2009		
	Valor presente das obrigações do plano	**Valor justo dos ativos do plano**	**(Passivo) reconhecido**	**Valor presente das obrigações do plano**	**Valor justo dos ativos do plano**	**(Passivo) reconhecido**
Saldo inicial	(430.120)	354.080	(76.040)	(422.199)	312.153	(110.046)
Custo do serviço corrente	1.664		1.664	1.625		1.625
Custo dos juros	(47.185)		(47.185)	(46.591)		(46.591)
Rendimento esperado dos ativos		40.638	40.638		45.603	45.603
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(32.761)	(17.794)	(50.555)	16.553		16.553
Contribuições pagas pelos empregados	(2.033)	2.033	–	(2.121)	2.121	–
Contribuições pagas pela empresa		18.234	18.234	–	16.816	16.816
Benefícios pagos pelo plano	23.996	(23.996)		22.613	(22.613)	
Saldo final	**(486.439)**	**373.195**	**(113.244)**	**(430.120)**	**354.080**	**(76.040)**

As contribuições da controlada Bandeirante esperadas para este plano para o ano de 2011 são de R$19.246.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2010 e 2009 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2010	**2009**
Custo do serviço corrente	1.064	983
Custo dos juros	47.185	46.591
Rendimento esperado dos ativos	(40.638)	(34.749)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.728)	(2.608)
Total	**4.883**	**10.217**

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2010 da perda atuarial é de R$48.513 (R$2.042 de ganho atuarial em 31 de dezembro de 2009). Abaixo está apresentado a análise histórica de ajustes decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	17.794	(10.854)	16.490	35.402	12.413
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	4,77%	3,07%	5,28%	12,15%	5,52%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	32.761	(16.553)	(9.382)	13.888	19.147
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	6,73%	3,85%	2,22%	3,42%	4,89%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(486.439)	(430.120)	(422.199)	(406.171)	(391.882)
Valor justo dos ativos	373.195	354.080	312.153	291.471	224.990
Situação do plano	**(113.244)**	**(76.040)**	**(110.046)**	**(114.700)**	**(166.892)**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Alocação %
Títulos de dívida	84,00%
Ações	12,45%
Imóveis	0,37%
Outros	3,18%
Total	**100%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2010		2009	
Classe de ativo	Expectativa de alocação	Expectativa de retorno	Expectativa de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	11,20%	81,04%	10,75%
Ações	14,40%	13,29%	14,01%	13,25%
Imóveis	0,60%	11,20%	4,95%	10,75%
Outros	2,60%	10,77%	0,00%	0,00%
Total	**100%**	**11,49%**	**100%**	**11,00%**

O retorno real dos ativos do plano, no exercício, foi de R$22.843, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$40.638, ocasionando assim uma perda atuarial de R$17.794.

Apresenta-se a seguir, a demonstração do número de participantes do Plano:

	2010	2009
Participantes ativos	829	893
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	132	131
Aposentados e pensionistas	572	531
	704	**662**
Total	**1.533**	**1.555**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2010	2009
Taxa de desconto	10,75% a.a.	11,20% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49% a.a.	11,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social - e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

23.2 - Escelsa

A controlada Escelsa mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo à Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

23.2.1 - Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc, o Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano. Além deste, o PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A., onde o Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano. Na qualidade de Patrocinadora, a controlada Escelsa contribuiu no exercício com R$314 (R$163 em 2009). Esse plano tem a adesão de 159 colaboradores.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2010			2009		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(132.626)	200.084	67.458	(120.453)	187.553	67.100
Custo do serviço corrente	(217)		(217)	(262)		(262)
Custo dos juros	(14.194)		(14.194)	(12.929)		(12.929)
Rendimento esperado dos ativos		22.312	22.312		22.450	22.450
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(7.782)	28.137	20.355	(9.016)		(9.016)
Contribuições pagas pela empresa		144	144		115	115
Contribuições pagas pelos empregados	(166)	166		(116)	116	
Benefícios pagos pelo plano	11.771	(11.771)		10.150	(10.150)	
Saldo final	**(143.214)**	**239.072**	**95.858**	**(132.626)**	**200.084**	**67.458**

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Beneficio Definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a controlada Escelsa contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(28.137)	(1.972)	19.700	(8.562)	(5.171)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-11,77%	-0,99%	10,50%	-3,90%	-2,60%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	7.782	9.016	(8.448)	12.582	10.766
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	5,43%	6,80%	-7,01%	10,11%	9,00%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações sem cobertura	(143.214)	(132.626)	(120.453)	(124.413)	(119.591)
Valor justo dos ativos	239.072	200.084	187.553	219.500	198.889
Situação do plano	**95.858**	**67.458**	**67.100**	**95.087**	**79.298**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Títulos de dívida	46,38%
Ações	52,06%
Imóveis	0,58%
Outros	0,98%
Total	**100%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2010		2009	
Classe de ativo	Expectativa de alocação	Expectativa de retorno	Expectativa de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	11,20%	70,00%	10,75%
Ações	14,40%	13,29%	20,00%	13,25%
Imóveis	0,60%	11,20%	10,00%	10,75%
Outros	2,60%	10,77%		
Total	**100,00%**	**11,49%**	**100,00%**	**11,25%**

O retorno real dos ativos do plano, no exercício, foi de R$50.449, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$22.312, ocasionando assim um ganho atuarial de R$28.137.

Apresenta-se a seguir, a demonstração do número de participantes do Plano:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos	3	845	3	879
Com benefícios diferidos		11		10
Aposentados e pensionistas	726	207	730	204
Total	**729**	**1.063**	**733**	**1.093**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2010	
Econômicas	**Plano I**	**Plano II**
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49% a.a.	11,49% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

	2009	
Econômicas	**Plano I**	**Plano II**
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,25% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

23.2.2 - Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados

	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Auxilio Incentivo a aposentadoria - AIA	582	582	2.646	2.543
Assistência médica e seguro de vida	7.780	5.588	85.717	66.327
	8.362	**6.170**	**88.363**	**68.870**

Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

	2010	2009
	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente das obrigações do plano
Saldo inicial do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	(75.040)	(55.428)
Custo do serviço corrente	(425)	(572)
Custo dos juros	(8.059)	(5.998)
Custo do serviço passado	(2.663)	
Custo especial por término de benefício	11.202	
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(33.765)	(25.182)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	12.025	12.140
Saldo final do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	**(96.725)**	**(75.040)**
Custo do serviço passado não reconhecido	(30.429)	
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	**(127.154)**	**(75.040)**

As contribuições esperadas da controlada Escelsa para estes benefícios para o ano de 2011 são de R$8.362.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2010 e 2009 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	425	572
Custo dos juros	8.059	5.998
Custo do serviço passado	2.663	
Custo especial por término de benefício	(11.202)	
Total	**(55)**	**6.570**

Os ganhos e (perdas) atuariais são registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de (R$65.984) [(R$32.219) em 31 de dezembro de 2009]. Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	33.765	25.182	(10.884)	1.601	(138)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	26,55%	33,56%	(19,64%)	2,42%	(1,94%)
Situação do plano					
Valor presente das obrigações totalmente descobertos	(127.154)	(75.040)	(55.428)	(66.045)	(7.131)
Situação do plano	**(127.154)**	**(75.040)**	**(55.428)**	**(66.045)**	**(7.131)**

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício Definido	118.051	132.013	106.245
Custo dos juros	6.342	6.915	5.839

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2010			
Econômicas	**AIA**	**Assistência médica**	**Seguro de vida**	**Outros benefícios a aposentados**
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,5% a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2019	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade			n/a	

	2009			
Econômicas	**AIA**	**Assistência médica**	**Seguro de vida**	**Outros benefícios a aposentados**
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,20% a.a.	11,20% a.a.	11,20% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,5% a.a. em 2010, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade			n/a	

23.3 - Energest

A controlada Energest mantém atualmente os seguintes planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, administrados pelas entidades a saber:

A controlada Energest possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

(i) Patrocinadora de planos de suplementação de aposentadoria e pensões; e

(ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência médica e Outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

23.3.1 - Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

A controladora Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ("ESCELSOS") e pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2010			2009		
	Valor presente das obrigações do plano	**Valor justo dos ativos do plano**	**Restrição de reconhecimento de ativo**	**Valor presente das obrigações do plano**	**Valor justo dos ativos do plano**	**Restrição de reconhecimento de ativo**
Saldo inicial	(1.340)	2.782	(1.442)	(850)	2.469	1.619
Custo do serviço corrente	(25)		25	133		133
Custo dos juros	(144)		144	(92)		(92)
Rendimento esperado dos ativos		(615)	615		398	398
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	459		(459)	(622)		(622)
Contribuições pagas pela empresa		5	(5)		2	2
Contribuições pagas pelos empregados	(7)	7		(2)	2	
Contribuições pagas pela empresa		7	(7)		4	4
Benefícios pagos pelo plano	71	(71)		93	(93)	
Saldo final	**(986)**	**2.115**	**(1.129)**	**(1.340)**	**2.782**	**1.442**

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2007**	**31/12/2006**
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	930	(130)	(182)	(515)	(113)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	43,97%	-4,67%	-7,37%	-46,23%	-24,41%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	(489)	622	182	37	46
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-49,59%	46,42%	21,41%	19,27%	40,35%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações sem cobertura	(986)	(1.340)	(850)	(192)	(114)
Valor justo dos ativos	2.115	2.782	2.469	1.114	463
Situação do plano	**1.129**	**1.442**	**1.619**	**922**	**349**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Títulos de dívida	88,33%
Ações	9,19%
Imóveis	0,82%
Outros	1,66%
Total	**100,00%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2010		2009	
Classe de ativo	**Expectativa de alocação**	**Expectativa de retorno**	**Expectativa de alocação**	**Expectativa de retorno**
Expectativa de retorno				
Títulos de dívida	70,00%	10,75%	82,40%	11,20%
Ações	20,00%	13,25%	14,40%	13,29%
Imóveis	10,00%	10,75%	0,60%	11,20%
Outros	0,00%	0,00%	2,60%	10,77%
Total	**100,00%**	**11,25%**	**100,00%**	**11,49%**

O retorno real dos ativos do plano, no exercício, foi de (R$615), face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$315, ocasionando assim uma perda atuarial de R$930.

Apresenta-se a seguir, a demonstração do número de participantes do plano:

	Plano I	**Plano II**	**Total**
Participantes ativos	3	879	882
Participantes assistidos			–
Com benefícios diferidos	0	10	10
Aposentados e pensionistas	730	204	934
Total	**733**	**1.093**	**1.826**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2010	
Econômicas	**Plano I**	**Plano II**
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de - Benefícios

	2009	
Econômicas	**Plano I**	**Plano II**
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

23.3.2 - Auxílio incentivo a aposentadoria, assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 21.3, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

Assistência médica, e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da controlada Energest; e

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou uma obrigação presente para estes planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos:

	2010
	Valor presente das obrigações do plano
Custo do serviço passado não reconhecido	1.651
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	**1.651**

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o ano de 2011 são de R$9.

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	**Pressupostos centrais**	**Variação nas taxas de tendência dos custos médicos**	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	1.567	1.840	1.343

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2010	
Econômicas	**Assistência médica**	**Outros benefícios a aposentadoria**
Taxa de desconto	11,25% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

	2009	
Econômicas	**Assistência médica**	**Outros benefícios a aposentadoria**
Taxa de desconto	11,25% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e deplanos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

23.4 - EnerPrev - Planos de pensão do tipo Contribuição Definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi criada no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano próprio e um privado através do Bradesco Vida e Previdência S.A. de benefícios do tipo Contribuição Definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as Patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadoras deste tipo de planos, as Companhias do Grupo Energias do Brasil contribuíram no exercício com o montante de R$1.662 (R$983 em 2009).

23.5 - EDP Renováveis, Enerpeixe e Evrecy

No primeiro semestre de 2010, foram autorizadas as aplicações dos planos de benefícios administrados pela Enerprev para a controlada direta Enerpeixe e as controladas indiretas EDP Renováveis e Evrecy.

24. Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
		Ajustado		***Ajustado***
Folha de pagamento	3.020	3.869	41.384	42.607
PIS/COFINS				
IR/CSLL			64	
INSS e FGTS	1.754	302	9.002	6.221
Total	**4.774**	**4.171**	**50.450**	**48.828**

Na rubrica folha de pagamento estão contempladas, basicamente, as provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados.

25. Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		**Não circulante**	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Quota de reserva global de reversão - RGR	12.022	2.929		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	24.185	4.114		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	16.188	16.443		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	6.569	5.820		
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)	31.860	31.952		
Pesquisa e desenvolvimento	58.929	40.488	9.584	11.511
Programa de eficiência energética	74.489	52.879	3.329	3.428
Uso de Bem Público - UBP - Direito de outorga		1.135		
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.138	801		
Total	**225.380**	**156.561**	**12.913**	**14.939**

25.1 - Pesquisa e desenvolvimento ("P&D") e Programa de eficiência energética ("PEE")

Os gastos com P&D e PEE efetuados pelas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008 respectivamente. As controladas tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente por competência o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

25.2 - Outros encargos

A lei nº 12.911 de 09 de dezembro de 2009, regulamentada pelos Ofícios circulares nºs 965/2010 - SFF/ANEEL e 648/2010 - SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento a Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

26. Uso de Bem Público

As controladas Enerpeixe e Investco, como retribuição pela outorga a elas concedidas para exploração dos potenciais hidrelétricos das usinas Peixe Angical e Lajeado, respectivamente, pagam à União ao longo do prazo de vigência dos contratos de concessões e enquanto os estiverem explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do montante anual definido nos contratos de concessões, atualizados anualmente com

base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro para a Enerpeixe e dezembro para a Investco.

De acordo com o CPC 38 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 19) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implicíta no projeto.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	17.280	205.564
Ingressos		
Ajuste a Valor Presente	(1.446)	
Encargos e atualizações monetárias	11.838	18.247
Amortizações	(16.279)	
Transferência para o circulante	8.047	(8.047)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	19.440	215.764

27. Provisões - Circulante e Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado		*Ajustado*
Provisões Cíveis, Fiscais, Trabalhistas e Outros	28.230	26.677	149.944	148.016
Licenças Ambientais			32.147	11.124
Desmantelamento			1.750	1.606
Total	**28.230**	**26.677**	**183.841**	**160.746**
Circulante	1.318	2.208	30.275	19.647
Não Circulante	26.912	24.469	153.566	141.099
	28.230	**26.677**	**183.841**	**160.746**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

27.1 - Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - Circulante e Não circulante

27.1.1 - Risco de perda provável

As Administrações da Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Controladora

		Passivo					Ativo	
		Saldo em		Baixas		Saldo em	Depósito Judicial	
	Instâncias	31/12/2009	Adições	Pgtos	Reversões	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª		157	(144)	(5)	8	5	486
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm	2.249			(2.249)			4.724
Outros		24.428	16.589	(7.524)	(5.271)	28.222		2.080
Total		**26.677**	**16.746**	**(7.668)**	**(7.525)**	**28.230**	**5**	**7.290**
Circulante		2.208				1.318		
Não circulante		24.469				26.912		
Total		**26.677**				**28.230**		

Consolidado

		Passivo					Ativo	
		Saldo em		Baixas		Saldo em	Depósito Judicial	
	Instâncias	31/12/2009	Adições	Pgtos	Reversões	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	46.506	28.744	(9.018)	(21.257)	44.975	18.067	7.529
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm	66.189	20.785	(9.194)	(11.624)	66.156	24.154	10.441
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm	10.893	10.246	(6.526)	(4.022)	10.591	3.995	5.227
Outros		24.428	16.589	(7.524)	(5.271)	28.222		8.836
Total		**148.016**	**76.364**	**(32.262)**	**(42.174)**	**149.944**	**46.216**	**32.033**
Circulante		11.117				9.159		
Não circulante		136.899				140.785		
Total		**148.016**				**149.944**		

Em 31 de dezembro de 2010, foi efetuada uma reclassificação de saldos de 31 de dezembro de 2009, para melhor comparabilidade, no montante de R$2.208 do passivo não circulante para o passivo circulante na conta de outros referente a permuta das ações de controle da Enersul com ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede e de R$1.282 relativo a provisão de penalidades por interrupções de fornecimento, anteriormente apresentado em outras obrigações no passivo circulante, na controlada Escelsa.

27.1.2 - Trabalhistas

Bandeirante

Contempla ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2010 é de R$16.039 (R$18.718 em 2009).

Escelsa, Energest, CESA, Investco, Escelsapar e EDP

Diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2010 é de R$28.936 (R$27.788 em 2009).

27.1.3 - Cíveis

Bandeirante

Referem-se principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$40.260 (R$41.814 em 2009).

Enertrade

Ação ajuizada pela Enertrade, questionando a constitucionalidade do pagamento do encargo Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2010 é de R$3.786 (R$3.589 em 2009).

27.1.4 - Outros

Refere-se principalmente aos compromissos pactuados no processo de permuta das ações de controle da Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., relativos às ações judiciais de diversas naturezas movidas contra Enersul cujos fatos geradores foram originados em períodos que o controle da Enersul era exercido pela Companhia.

27.2 - Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

		Ativo				Ativo	
		Depósito judicial	Consolidado			Depósito judicial	
	Instâncias	Controladora 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009		31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	688	394	70.328	47.789	4.416	5.171
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm			180.168	104.631	61.685	166
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm	51.878	4.123	382.891	100.127	11.272	17.645
Outros		55.553		59.284			
Total		**108.119**	**4.517**	**692.671**	**252.547**	**77.373**	**22.982**

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

27.2.1 - Cíveis

Investco

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R$69.576 (R$62.213 em 2009).

Por serem em número considerável, não se torna exeqüível a identificação da instância em que cada uma se encontra.

Bandeirante

Na esfera Cível, a controlada Bandeirante é parte no processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das portarias 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R$60.951. Atualmente o processo encontrase em grau de recurso.

Escelsa

Majoração de tarifa Ação ordinária, relativo a majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, em discussão na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2010, esse processo totaliza o montante de R$1.731 (R$11.597 em 2009).

27.2.2 - Fiscais

Energias do Brasil

A controladora possui discussões administrativas relativas ao não reconhecimento pela Receita Federal de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S/A.), que totalizam R$ 49.638.

Bandeirante

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destacase a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela controlada Bandeirante no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R$88.281. A controlada Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofreu um acréscimo expressivo no último ano em razão dos novos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/2009 e Resolução SF nº 98/2010.

A controlada Bandeirante possui outras contingências fiscais no montante aproximado de R$90.772, referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, como consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE).

Escelsa

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados à título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações importam em R$8.685 e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A controlada Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R$6.904 e aguardam decisão em primeira instância.

A controlada Escelsa possui ainda discussões administrativas relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como decorrentes de recolhimento a maior e saldo negativo de IRPJ e CSLL, que somam R$57.241.

Enertrade

A comercializadora discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito no montante integral de R$13.963 está garantido por fiança bancária. O processo aguarda sentenciamento.

Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. Esses processos somam R$9.772 em 31 de dezembro de 2010.

Baseada na posição de seus assessores jurídicos que consideram as perdas como possíveis, nenhuma provisão para essas contingências foi constituída.

27.2.3. Outros

Refere-se a contingência descrita na nota 27.1.4

27.3 - Risco de perda remota

Adicionalmente, nas controladas Bandeirante, Escelsa, CESA, Escelsapar, Enetrade, Investco, Lajeado existem processos de natureza trabalhista, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações os saldos de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010 foi de R$33.416.

28. Patrimônio Líquido

28.1 - Capital social

O Capital social da Companhia é de R$3.182.716, totalmente subscrito, representado por 158.805.204 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 de ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

	31/12/2010		31/12/2009		
Acionista	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	Acionista controlador
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1) (2)	38.234.188	24,08	38.234.188	24,08	sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc. Unipessoal Ltda. (1) (2)	24.928.914	15,70	24.928.914	15,70	sim
EDP Energias de Portugal, S.A. (1) (2)	39.739.013	25,02	39.739.013	25,02	sim
Electricidade de Portugal Internacional, SGPS, S.A.					sim
Herald Securities INC. (2)					sim
Ações em tesouraria	280.225	0,18	280.225	0,18	
Outros (3)	55.622.864	35,02	55.622.864	35,02	
Total	**158.805.204**	**100**	**158.805.204**	**100**	

(1) acionista com mais de 5% de ações com direito a voto.
(2) Empresa de controle estrangeiro.
(3) Há 55.622.864 ações em circulação do total de 158.805.204, ou seja, cerca de 35,02% do total de ações.

As ações em tesouraria não tem direitos patrimoniais.

Há 17 ações em poder do Conselho de Administração.

Desde a Oferta Pública Inicial ocorrida em 13 de julho de 2005 o Conselho Fiscal não foi constituído.

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	102.902.115	64,80	102.902.115	64,80
Quantidade de ações participação recíproca				
Quantidade de ações tesouraria	280.225	0,18	280.225	0,18
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	17		17	
Total de ações que não estão em circulação	**103.182.357**		**103.182.357**	
Total de ações	**158.805.204**		**158.805.204**	
Total de ações em circulação	**55.622.847**	**35,02**	**55.622.847**	**35,02**

28.2 - Destinação do lucro

A política de dividendos da Companhia, conforme deliberação pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, estabelece o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro liquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	587.873
Lucro líquido ajustado	587.873
Ajuste de exercícios anteriores - Lei nº 11.638/07	(108.122)
Lucro líquido ajustado	479.751
Constituição da reserva legal - 5%	(23.987)
	455.764
Destinação do lucro:	
Dividendos	**113.941**
Dividendos intermediários - JCP	106.000
Dividendos complementares	7.941
Constituição da reserva de retenção de lucros	341.823
Quantidade de ações	158.805.204
Dividendos por ação - JCP - R$	0,667484
Dividendos por ação - complementar - R$	0,050005

28.3 - Reservas

	31/12/2010	31/12/2009
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	95.598	96.656
	95.598	**96.656**
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
(Perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	(114.497)	(30.177)
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.301	1.585
Hedge de fluxos de caixa	(30.453)	(31.763)
IR/CS Diferido	37.807	10.260
	(103.842)	**(50.095)**
Reservas de lucros		
Legal	134.322	111.951
Retenção de lucros	1.252.298	1.131.096
	1.386.620	**1.243.047**
Total	**1.378.376**	**1.289.608**

Descrição da natureza das reservas de capital:

- Ágio na incorporação de sociedade controladora referente a restruturação societária realizada no exercício de 2005 no montante de R$35.348; e
- Resultado na alienação de ações em tesouraria em 2009 no montante de R$60.251.

28.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

29. Dividendos - Ativos e Passivos

	Controladora				Consolidado	
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Bandeirante	61.614	51.439				
Escelsa	36.980	34.637				
Energest	16.892	15.550				
Enertrade	3.896	5.969				
Enerpeixe	10.200	12.012				
Investco					12.197	11.282
Lajeado	39.730	16.501				
Acionistas - Energias do Brasil			100.822	75.391	100.822	75.391
Eletrobrás					70.573	49.187
Governo de Tocantins					750	750
Furnas Centrais Elétricas S.A.					6.800	8.008
Total	**169.312**	**136.108**	**100.822**	**75.391**	**191.142**	**144.618**

30. Receita operacional líquida

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R$	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009 Ajustado
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	2.342.008	2.282.266	4.893.569	4.704.227	2.055.588	1.906.291
Industrial	21.941	20.876	4.290.504	3.906.217	1.344.924	1.226.847
Comércio, serviços e outras atividades	193.808	191.440	2.897.925	2.781.321	1.104.002	1.049.630
Rural	160.201	150.226	660.799	609.038	147.924	126.068
Poder público	17.855	18.461	513.891	499.958	194.401	186.798
Iluminação pública	2.228	2.145	521.232	513.244	114.613	110.640
Serviço público	2.304	2.197	433.464	412.245	117.524	111.607
Consumo próprio	261	253	13.836	13.695		
Total do fornecimento faturado	2.740.606	2.667.864	14.225.221	13.439.945	5.078.976	4.717.881
(–) ICMS						
Residencial					(462.368)	(430.096)
Industrial					(257.974)	(241.566)
Comércio, serviços e outras atividades					(229.756)	(218.438)
Rural					(19.043)	(8.582)
Poder público					(28.655)	(27.298)
Iluminação pública					(23.965)	(23.091)
Serviço público					(25.104)	(24.006)
					(1.046.865)	(973.077)
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					4.032.111	3.744.804
Fornecimento não faturado					(21.319)	56.252
Fornecimento faturado clientes livres					387.317	417.581
(–) ICMS s/fornecimento faturado clientes livres					(40.573)	(57.831)
Modicidade tarifária - baixa renda					25.299	24.096
Suprimento de energia elétrica	3	3	9.020.954	8.226.810	579.782	561.476
Suprimento comercialização					430.165	364.504
ECE e EAEEE					(6)	(14)
					5.392.776	5.110.868
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição clientes cativos					(2.616.278)	(2.580.193)
(–) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição clientes cativos					550.937	536.545
Total fornecimento de energia elétrica					3.327.435	3.067.220
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	120	107	9.034.008	7.423.297	918.956	694.657
(–) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição outros					(286.214)	(191.478)
Tarifa de uso do sistema de distribuição clientes cativos					2.616.278	2.580.193
(–) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição clientes cativos					(550.937)	(536.545)
					2.698.083	2.546.827
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					147.777	37.841
Serviços taxados e outros					191.118	139.334
Total outras receitas operacionais					338.895	177.175
					6.364.413	5.791.222
(–) Deduções da receita						
PEE e P&D					(45.922)	(42.653)
Outros encargos					(44.634)	(34.270)
CCC					(221.389)	(169.833)
CDE					(194.264)	(197.311)
RGR					(43.595)	(41.890)
PIS/COFINS					(779.572)	(680.719)
ICMS						(2.332)
ISS					(721)	(512)
					(1.330.097)	(1.169.520)
Total	**2.740.729**	**2.667.974**	**32.280.183**	**29.090.052**	**5.034.316**	**4.621.702**

(*) Não auditado pelos auditores independentes

31. Gastos operacionais

	Controladora				
	Despesas operacionais			2010	2009
	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		21.627		21.627	21.283
Material		967		967	617
Serviços de terceiros		26.839		26.839	28.667
Depreciação e amortização		17.993		17.993	19.920
Provisões para contingências			(609)	(609)	22.220
Aluguéis e arrendamentos		2.981		2.981	2.779
Outras	2.132	13.546		15.678	12.026
Total	**2.132**	**83.953**	**(609)**	**85.476**	**107.512**

	Consolidado							
	Custo do serviço			Despesas operacionais			2010	2009
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis								Ajustado
Energia elétrica comprada para revenda								
Itaipu	391.340						391.340	454.213
Leilão	974.377						974.377	711.812
PROINFA	69.135						69.135	60.643
Contratos bilaterais	777.460						777.460	800.746
Energia de curto prazo CCEE	67.184						67.184	68.319
Outros supridores	81.717						81.717	21.978
Encargo de uso e conexão	561.010						561.010	502.340
Encargo CCEE	95.423						95.423	20.315
Programa de eficiência energética								272
PIS/COFINS	(319.426)						(319.426)	(300.057)
Taxa de fiscalização						12.631	12.631	11.587
Compensações financeiras						30.491	30.491	27.567
	2.698.220					43.122	2.741.342	2.379.735
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		151.934	442		114.085	219	266.680	261.586
Material		16.021	1.596		4.686	13	22.316	24.236
Serviços de terceiros		187.045	3.547	139	133.518	250	324.499	284.653
Depreciação e amortização		276.203			81.775		357.978	334.106
Provisão p/créd. liq. duvidosa/ perdas líquidas				76.911			76.911	36.682
Provisões para contingências						6.521	6.521	34.858
Aluguéis e arrendamentos		746	7		8.607	209	9.569	8.833
PIS/COFINS		(2.043)			(33.021)		(35.064)	
Outras		31.390	458	3.202	34.173	2.323	71.546	94.847
		661.296	6.050	80.252	343.823	9.535	1.100.956	1.079.801
Total	**2.698.220**	**661.296**	**6.050**	**80.252**	**343.823**	**52.657**	**3.842.298**	**3.459.536**

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 Ajustado	2010	2009 Ajustado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	10.098	3.731	65.791	29.091
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(7)		(7)	(27)
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida			76.379	78.995
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada			1.992	
Atualização monetária depósitos judiciais REFIS			33.417	
Variações monetárias moeda nacional	1.656		10.032	(3.774)
Variações monetárias moeda estrangeira		4	16.325	62.764
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	5.179	5.385	27.553	10.080
Descontos obtidos			9	12
Ajustes a valor presente	753	(4.281)	87.675	(5.185)
Outras receitas financeiras	8.749	89.485	18.806	120.835
Ganho na alienação de títulos cambiais				3.767
	26.428	94.324	337.972	296.558
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos	(6.606)		(6.606)	
Encargos de dívidas	(779)	(29.858)	(226.822)	(259.786)
Variações monetárias moeda nacional	(4.592)		(17.156)	(14.351)
Variações monetárias moeda estrangeira		(2)	(52)	13.083
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais		(13.774)	(11.225)	(33.941)
Operações de *swap* e *hedge*			(18.162)	(16.629)
Selic - energia livre			(14.452)	(32.033)
Atualização monetária REFIS			(22.512)	
Marcação a mercado - MTM			(52.960)	(9.511)
Ajustes a valor presente			(88.894)	(1.201)
Atualização monetária contratos de mútuo			(11.752)	
Outras despesas financeiras	(14.783)	(4.414)	(44.392)	(24.201)
	(26.760)	**(48.048)**	**(514.985)**	**(378570)**
Total	**(332)**	**46.276**	**(177.013)**	**(82.012)**

33. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	581.204	697.265	581.204	697.265	985.705	1.107.069	985.705	1.107.069
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(145.301)	(174.316)	(52.308)	(62.754)	(246.426)	(276.767)	(88.713)	(99.636)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(33)	(89)	(12)	(32)	(817)	(1.485)	(294)	(536)
Depreciação						724		260
Perdas indedutíveis					(2.709)	(387)	(975)	(139)
Multas indedutíveis	(1)	(1)			(82)	(23)	(29)	(8)
Despesas Indedutíveis	(52)	547	(19)	197	(223)	165	(80)	60
Gratificações a administradores	(125)	(604)	(45)	(217)	(534)	(642)	(193)	(230)
Pesquisa e desenvolvimento					1.472	660	530	207
Provisão para devedores duvidosos					(209)	(63)	(75)	(23)
Resultados de equivalência patrimonial	168.321	176.714	60.595	63.617		103		36
Programa REFIS		3.130		1.127		16.790		6.044
Juros sobre o capital próprio	(13.396)	(37.227)	(4.823)	(13.401)	39.177	12.706	14.103	4.575
Outras					(1.777)	15.303	(641)	5.510
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(9.413)	29.727	(3.389)	10.701	(14.454)	23.018	(5.204)	8.775
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	4.176		2.494		12.165	(2.767)	1.253	1.170
Ajuste lucro presumido					10.545	9.444	3.594	3.265
Incentivos fiscais					24			
Adicional IR					288	298		
PAT					299	314		
Lei Rouanet					1.439	2.063		
Desporto						441		
FIA					315	190		
SUDENE					29.167	21.833		
Despesa de IRPJ e CSLL	**4.176**	**(2.119)**	**2.493**	**(762)**	**(172.340)**	**(178.082)**	**(76.724)**	**(70.670)**
Alíquota efetiva	-0,72%	0,30%	-0,43%	0,11%	17,48%	16,09%	7,78%	6,38%

34. Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

34.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

34.2 - Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	285.812	233.440	285.812	233.440
Títulos a receber	1.121	-	1.121	-
Cauções e depósitos vinculados	222		222	
Ativos disponíveis para a venda				
Ações Denerge	40.801	39.086	40.801	39.086
Não circulante				
Títulos a receber	21.506	23.380	21.506	23.380
Partes relacionadas	116.622	175.871	116.622	175.871
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.370	10.416	3.370	10.416
Não circulante				
Partes relacionadas	189	7.024	189	7.024

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.126.449	1.102.022	1.126.449	1.102.022
Ativo financeiro indenizável	823	823	823	823
Títulos a receber	8.659	5.999	8.659	5.999
Consumidores e concessionárias	888.806	901.781	888.806	901.781
Cauções e depósitos vinculados	62.863	67.384	62.863	67.384
Ativos disponíveis para a venda				
Ações Denerge	40.801	39.086	40.801	39.086
Outros créditos - Derivativos	400		400	
Não circulante				
Títulos a receber	18.755	21.938	18.755	21.938
Ativo financeiro indenizável	397.324	325.262	397.324	325.262
Consumidores e concessionárias	63.733	64.862	63.733	64.862
Cauções e depósitos vinculados	9.332	13.062	9.332	13.062

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	626.381	508.056	626.381	508.056
Debêntures	243.015	217.013	231.730	210.029
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	342.037	517.742	356.045	552.133
Derivativos	19.656	20.529	19.656	20.529
Encargos regulamentares e setoriais	225.380	156.561	225.380	156.561
Uso do bem público	19.440	17.280	19.440	17.280
Não circulante				
Fornecedores	915		915	
Debêntures	668.644	468.222	637.593	453.155
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2.108.264	1.784.074	2.040.983	1.901.627
Derivativos	99.899	55.813	99.899	55.813
Encargos regulamentares e setoriais	12.913	14.939	12.913	14.939
Uso do bem público	215.764	205.564	215.764	205.564

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado.

	Controladora 31/12/2010				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		285.812			285.812
Títulos a receber	22.627				22.627
Cauções e depósitos vinculados			222		222
Ações Denerge				40.801	40.801
Partes relacionadas	116.622				116.622
	139.249	**285.812**	**222**	**40.801**	**466.084**

	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	3.370	3.370
Partes relacionadas	189	189
	3.559	**3.559**

	31/12/2009				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		233.440			233.440
Títulos a receber	23.380				23.380
Ações Denerge				39.086	39.086
Partes relacionadas	175.871				175.871
	199.251	**233.440**		**39.086**	**471.777**

	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	10.416	10.416
Partes relacionadas	7.024	7.024
	17.440	**17.440**

	Consolidado 31/12/2010				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		1.126.449			1.126.449
Títulos a receber	27.414				27.414
Ativo financeiro indenizável	398.147				398.147
Consumidores e concessionárias	952.539				952.539
Cauções e depósitos vinculados			72.195		72.195
Ações Denerge				40.801	40.801
Outros créditos		400			400
	1.378.100	**1.126.849**	**72.195**	**40.801**	**2.617.945**

	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores		627.296	627.296
Debêntures		869.323	869.323
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		2.397.029	2.397.029
Derivativos	119.555		119.555
Encargos regulamentares e setoriais		254.363	254.363
Uso do bem público		219.134	219.134
	119.555	**4.367.145**	**4.486.700**

	Consolidado 31/12/2009				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		1.102.022			1.102.022
Títulos a receber	27.937				27.937
Ativo financeiro indenizável	326.085				326.085
Consumidores e concessionárias	966.643				966.643
Cauções e depósitos vinculados			80.446		80.446
Ações Denerge				39.086	39.086
	1.320.665	**1.102.022**	**80.446**	**39.086**	**2.542.219**

	Consolidado 31/12/2009		
Passivos financeiros	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores		508.056	508.056
Debêntures		663.184	663.184
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		2.453.760	2.453.760
Derivativos	76.342		76.342
Encargos regulamentares e setoriais		171.500	171.500
Uso do bem público		222.844	222.844
	76.342	**4.019.344**	**4.095.686**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia: (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora			
		Mensuração do valor justo		
	31/12/2010	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	285.812		285.812	
Ativos disponíveis para a venda				
Ações Denerge	40.801		40.801	
	326.613	**–**	**326.613**	**–**

	Consolidado			
		Mensuração do valor justo		
	31/12/2010	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.126.449		1.126.449	
Ações Denerge	40.801		40.801	
Outros créditos - derivativos	400		400	
Passivos financeiros				
Circulante				
Derivativos	19.656		19.656	
Não circulante				
Derivativos	99.899		99.899	
	1.287.205	**–**	**1.287.205**	**–**

34.3 - Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 22, possuem como contraparte o BID, BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, CDI, IGP-M e variações no Dólar e Euro.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos ao IGP-M, a TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa Selic, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas especificamente para a Companhia Dólar e Euro são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, que em uma economia onde a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* para controlar todas as exposições a variação cambial para essas obrigações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

34.3.1 - Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Consolidado				
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Operação	**Risco**					
Ativos financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	52.382	65.478	78.573	39.287	26.191
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.622	2.028	2.433	1.217	811
Passivos financeiros						
BID	US$	903	1.129	1.355	677	452
Empréstimos e financiamentos						
BNDES e CALC	TJLP	147.410	184.263	221.115	110.558	73.705
Debêntures	CDI	302.180	377.725	453.270	226.635	151.090
Debêntures	IGP-M	1.444	1.805	2.166	1.083	722
Cédula de crédito bancário	CDI	19.952	24.940	29.928	14.964	9.976
Nota de crédito comercial	CDI	48.570	60.713	72.855	36.428	24.285
Swap - Ponta Passiva - BID	CDI	738	923	1.107	554	369
Swap - Ponta Passiva - NDF	USD	68.392	85.490	102.588	51.294	34.196
Swap - Ponta Passiva - NDF	EUR	391	489	587	293	196
Swap - Ponta Passiva - (i)	Libor	33.640	42.050	50.460	25.230	16.820
Swap - Ponta Passiva - (ii)	Libor	3.841	4.801	5.762	2.881	1.921

Valor de referência

CDI - 10,0%
TJLP - 6,0%
US$ - R$1,6662
EUR - R$2,2280
Libor - 0,45400%
IGP-M - 5,0%

34.4 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 22.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 21. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude. O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

	Consolidado 31/12/2010				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2012 até 2014**	**Vencimentos de 2015 até 2016**	**Vencimentos acima de 2016**
Debêntures	869.323	231.730	326.985	310.608	
Empréstimos e financiamentos	2.516.583	354.195	949.889	467.953	744.546
Derivativos	119.555	72.234	13.681		33.640
	3.385.906	**658.159**	**1.290.555**	**778.561**	**778.186**

	31/12/2009				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2010**	**Vencimentos de 2011 até 2013**	**Vencimentos de 2014 até 2015**	**Vencimentos acima de 2015**
Debêntures	661.260	209.331	368.820	83.109	
Empréstimos e financiamentos	2.530.102	577.209	898.290	446.479	608.124
Derivativos	74.190		58.598		15.592
	3.191.362	**786.540**	**1.325.708**	**529.588**	**623.716**

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 6) e Consumidores e concessionárias (nota explicativa 7). A posição em 31 de dezembro de 2010 em Caixa temos um montante disponível imediatamente e Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de até 90 dias que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota explicativa 7 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

34.5 - Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativos dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores para as controladas Bandeirante e Escelsa, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada é a fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, podemos levar em face a composição de 14,31% de estimativas de não realização dos créditos conforme Nota 7.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes, anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, call centers, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

34.6 - Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A controlada Enertrade durante o exercício realizou uma operação de venda de um contrato de opção de compra de energia elétrica, o contrato prevê suprimento até 31 de dezembro de 2011 a um preço por MWh mais atrativo ou, em caso de não exercício da opção a contraparte deverá quitar a Companhia o prêmio resultante proporcional ao período de suprimento restante. O prêmio total do contrato foi reconhecido integralmente nos resultados financeiros da Companhia.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia, foram registradas no resultado, para as movimentações da controlada compartilhada Porto do Pecém com a contabilidade de cobertura (hedge accounting), os valores são demonstrado no Patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros qualificados para a contabilidade de cobertura de hedge de fluxo de caixa foram eleitos pela efetividade de cobertura observada na contratação. Os valores expressam a proporcionalidade na controlada compartilhada em 50% ao total do investimento.

A operação de hedge qualificada para a contabilidade de cobertura é constituída pela compra de uma NDF no valor de US$327.000 vencendo em 1º de outubro de 2012, com a finalidade de cobrir o pagamento de dívida em dólares junto ao BID. As alterações no valor justo do instrumento derivativo de proteção designado como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em reserva patrimonial.

Todas as operações de hedge de fluxo de caixa são controlada em conjunto Porto do Pecém, enquanto os swaps são da controlada Bandeirante. Os derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2010 estão registrados contabilmente pelo seu valor de mercado.

O valor de mercado dos derivativos da Companhia são observados mensalmente junto as contrapartes da operação.

	31/12/10		31/12/10
	Hedge de fluxo de caixa		*SWAP*
Ativo		**Ativo**	
Var. USD + Libor	153.799	Libor + 4,375 % a.a.	5.477
Var. USD + Libor	115.895	Libor + 4,375 % a.a.	2.055
Var. USD + Libor	543.136	Libor + 4,375 % a.a.	3.439
USD	274.368	Libor + 4,375 % a.a.	2.751
EUR	1.896		
EUR	737		
	1.089.831		13.722
Passivo		**Passivo**	
Var. USD + 5,79% a.a.	171.934	104,69% do CDI	11.973
Var. USD + 5,82% a.a.	131.399	118,94% do CDI	4.036
Var. USD + 2,0895% a.a.	546.978	109,70% do CDI	6.442
R$	342.761	109,50% do CDI	4.562
USD	2.026		
R$	997		
	1.196.095		27.013
Total	(106.264)	Total	(13.291)

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas da Companhia em 2010 são:

Consolidado					
Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos					
		31/12/2010		31/12/2009	
	Controlada	Resultado financeiro	Patrimônio líquido	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Derivativos com propósito de proteção					
Riscos cambiais	Energest			779	
Riscos cambiais	CESA			433	
Riscos cambiais	Porto do Pecém	67.780	30.453	10.562	31.764
Riscos cambiais	Bandeirante	3.504		14.366	
		71.284	30.453	26.140	31.764

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

Vencimento	Swap líquido
2011	(72.234)
2012	(13.681)
Após 2012	(33.640)
Receber/(pagar)	(119.555)

Em atendimento a Instrução CVM nº475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Consolidado													
			Início			Nocional USD/EUR		Nocional R$/USD		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
Descrição	Controlada	Contraparte	Vencimento	Posição		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativo	Enetrade	Bio Energias	23/04/2010	Contrato de opção de compra		-	-	-	-	400	-	400	-
Passivo			31/12/2011	de energia elétrica		-		-	-		-	-	-
										400	-	400	-
Ativo	Energest S/A	Banco Santander S/A	14/03/2008	USD + 4,81% a.a.		-	-	-	-	-	-	-	(411)
Passivo			12/02/2009	111,90% do CDI						-	-	-	368
										-	-	-	(779)
Ativo	Castelo Energética S/A	Banco Santander S/A	14/03/2008	USD + 4,81% a.a.			-	-	-	-	-	-	(249)
Passivo			12/02/2009	111,90% do CDI						-	-	-	184
										-	-	-	(433)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	19/03/2004	Libor + 4,00 % aa		-	-	-	-	-	-	-	(60)
Passivo			13/02/2009	97,94% do CDI						-	-	-	139
										-	-	-	(199)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	19/03/2004	Libor + 4,375 % aa		3.244	5.837	5.405	10.163	5.477	10.531	242	(3.594)
Passivo			14/02/2012	104,69% do CDI						11.973	21.151	1.755	1.973
										(6.496)	(10.620)	(1.513)	(5.567)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	14/12/2004	Libor + 4,00 % aa		-	-	-	-	-	-	-	(22)
Passivo			13/02/2009	118,94% do CDI						-	-	-	49
										-	-	-	(71)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	14/12/2004	Libor + 4,375 % aa		1.216	2.189	2.026	3.811	2.055	3.950	91	(1.347)
Passivo			14/02/2012	118,94% do CDI						4.036	7.200	659	993
										(1.981)	(3.250)	(568)	(2.340)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	05/04/2006	Libor + 4,00 % aa		-	-	-	-	-	-	-	(37)
Passivo			13/02/2009	106,30% do CDI						-	-	-	77
										-	-	-	(114)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	05/04/2006	Libor + 4,375 % aa		2.027	3.648	3.377	6.352	3.439	6.621	152	(2.246)
Passivo			14/02/2012	109,70% do CDI						6.442	11.483	994	1.160
										(3.003)	(4.862)	(842)	(3.406)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	05/04/2006	Libor + 4,375 % aa		1.622	2.918	2.703	5.081	2.751	5.297	121	(1.797)
Passivo			14/02/2012	109,50% do CDI						4.562	8.169	702	765
										(1.811)	(2.872)	(581)	(2.562)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	05/04/2006	Libor + 4,00 % aa		-	-	-	-	-	-	-	(30)
Passivo			13/02/2009	98,00% do CDI						-	-	-	58
										-	-	-	(88)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	28/07/2004	USD		-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo			02/01/2009	71,60% do CDI						-	-	-	1
										-	-	-	(1)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco JP Morgan	11/07/2005	EURO		-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo			02/01/2009	59,80% do CDI						-	-	-	4
										-	-	-	(4)
Ativo	Bandeirante Energia S/A	Banco Citibank	11/02/2005	USD		-	-	-	-	-	-	-	(6)
Passivo			28/01/2009	79,94% do CDI						-	-	-	8
										-	-	-	(14)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	Var. USD + Libor		93.240	93.240	155.356	155.356	153.799	157.482		
Passivo			01/10/2021	Var. USD + 5,79% a.a.						171.935	165.934	11.568	22.523
										(18.136)	(8.452)	(11.568)	(22.523)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	Var. USD + Libor		70.261	70.261	117.069	117.069	115.895	118.806		
Passivo			01/10/2024	Var. USD + 5,82% a.a.						131.399	125.944	9.889	19.021
										(15.504)	(7.138)	(9.889)	(19.021)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	16/11/2009	100% Libor		326.077	140.408	543.309	233.948	543.137	7.692		
Passivo			16/11/2011	100% USD + 2,0895% a.a.						546.978	11.404	2.450	9.892
										(3.841)	(3.712)	(2.450)	(9.892)
NDF													
Comprada	Porto do Pecém (i)	Banco Citibank	17/10/2007	USD		179.764	195.505	299.523	325.750	274.368	305.062		4.104
Vendida			16/11/2011	USD						342.761	338.345	43.624	11.356
										(68.393)	(33.283)	(43.624)	(7.252)
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	30/06/2009	EUR			10.959	-	18.260	-	11.285		24.576
Vendida			16/01/2012	R$						-	10.959		11.973
										-	326	-	12.603
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30/06/2009	EUR		857	17.726	1.909	29.535	1.896	17.904		39.752
Vendida			16/01/2012	USD						2.026	17.726	83	19.367
										(130)	178	(83)	20.385
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30/06/2009	EUR		333	13.164	742	21.934	737	36.887		29.521
Vendida			16/01/2012	R$						997	38.539	166	14.383
										(260)	(1.652)	(166)	15.138

34.7 - Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2010	2009
Total dos Empréstimos e Debêntures (Notas 21 e 22)	3.385.906	3.193.286
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.126.449)	(1.102.022)
Dívida líquida	2.259.457	2.091.264
Total do Patrimônio líquido	6.455.121	6.221.832
Total do capital	8.714.578	8.313.096
Índice de alavancagem financeira - %	**25,93**	**25,16**

35. Compromissos

Na Reunião do Conselho de Administração nº 142, de 28 de outubro de 2009, foi deliberada e aprovada a outorga de fiança pela Companhia no valor total de R$115 milhões, tendo como beneficiárias as companhias Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A. (ambas do Grupo Rede), para garantia das obrigações até então suportadas pelo Grupo Rede decorrentes da permuta de ativos celebrada entre a Companhia e o Grupo Rede, com prazo de validade até (i) a substituição integral das garantias outorgadas pelo Grupo Rede, ou (ii) a emissão de carta fiança bancária em favor do Grupo Rede, o que ocorrer primeiro.

36 - Ativos financeiros disponíveis para venda

Refere-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondente a 3,16% do total de ações da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito dessa negociação, a Companhia terá a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A., em um período de até dois anos, ao preço de eventual oferta pública ou exercer a opção de converter as ações em um ano ao preço unitário de R$5,68 se a oferta pública não ocorrer. Estes ativos encontram-se marcados a mercado em 31 de dezembro de 2010.

37. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Consolidado 31/12/2010
Subestações	2.325.539
Usinas	991.413
Almoxarifados	32.029
Prédios e conteúdos (próprios)	35.518
Prédios e conteúdos (terceiros)	65.513
Responsabilidade civil	167.600
Transportes (materiais)	17.500
Transportes (veículos)	13.350
Acidentes pessoais	626.712

38. Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

38.1 - Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

	Consolidado - 2010						
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Eliminações	2010
Receita operacional líquida	**3.762.738**	**1.004.121**	**6.223**	**741.414**	**–**	**(480.180)**	**5.034.316**
Custo do serviço de energia elétrica							
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(1.796.829)	(56.020)		(697.466)		453.521	(2.096.794)
Encargos de uso da rede elétrica	(543.948)	(83.837)				26.359	(601.426)
	(2.340.777)	(139.857)	–	(697.466)	–	479.880	(2.698.220)
Custo de operação							
Pessoal	(128.725)	(19.613)	(688)	(2.908)			(151.934)
Materiais e serviços de terceiros	(173.432)	(26.811)	(567)	(2.556)		300	(203.066)
Depreciações e amortizações	(173.309)	(102.839)		(55)			(276.203)
Outros custos de operação	(26.434)	(1.333)	(66)	(2.260)			(30.093)
	(501.900)	(150.596)	(1.321)	(7.779)	–	300	(661.296)
	(2.842.677)	(290.453)	(1.321)	(705.245)	–	480.180	(3.359.516)
Custo do serviço prestado a terceiros	**(3.785)**	**(2.174)**		**(91)**	**–**	**–**	**(6.050)**
Lucro operacional bruto	**916.276**	**711.494**	**4.902**	**36.078**	**–**	**–**	**1.668.750**
Despesas operacionais							
Despesas com vendas	(69.566)	(1.638)		(6.916)	(2.132)		(80.252)
Despesas gerais e administrativas	(146.722)	(42.407)	(199)	(6.708)	(66.012)		(262.048)
Depreciações e amortizações	(14.134)	(49.539)		(109)	(17.993)		(81.775)
Outras despesas operacionais	(18.380)	(36.948)	(45)		2.716		(52.657)
	(248.802)	(130.532)	(244)	(13.733)	(83.421)	–	(476.732)
Resultado do serviço	**667.474**	**580.962**	**4.658**	**22.345**	**(83.421)**	**–**	**1.192.018**
Resultado das participações societárias	**–**	**3.479**	**–**	**–**	**673.282**	**(678.598)**	**(1.837)**
Receitas financeiras	190.023	126.822	188	2.940	26.429	(8.430)	337.972
Despesas financeiras	(190.887)	(304.478)	(6)	(777)	(27.267)	8.430	(514.985)
Resultado financeiro	**(864)**	**(177.656)**	**182**	**2.163**	**(838)**	**–**	**(177.013)**
Outras receitas	3.753	1.776		42	6.903		12.474
Outras despesas	(18.154)	(3.238)		(57)	(13.173)	(5.315)	(39.937)
Outros resultados	**(14.401)**	**(1.462)**	**–**	**(15)**	**(6.270)**	**(5.315)**	**(27.463)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**652.209**	**405.323**	**4.840**	**24.493**	**582.753**	**(683.913)**	**985.705**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(132.951)	(83.179)	(293)	(9.716)	(3.115)		(229.254)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(62.453)	30.902		1.957	9.784		(19.810)
	(195.404)	(52.277)	(293)	(7.759)	6.669	–	(249.064)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores e partes beneficiárias	**456.805**	**353.046**	**4.547**	**16.734**	**589.422**	**(683.913)**	**736.641**
Participações dos não controladores		(21.237)				(115.689)	(136.926)
Partes beneficiárias		(17.157)					(17.157)
Lucro líquido do exercício	**456.805**	**314.652**	**4.547**	**16.734**	**589.422**	**(799.602)**	**582.558**
Outras informações							
Ativo circulante	1.802.192	604.189	10.013	115.158	586.058	(242.933)	2.874.677
Ativo não circulante	1.126.863	368.548	19.425	18.128	180.658	(144.429)	1.569.193
Investimentos	4.347	51.118			3.771.044	(3.746.945)	79.564
Imobilizado	446	5.300.563		684	1.894		5.303.587
Intangível e Diferido	2.015.513	701.096		958	266.852		2.984.419
Passivo circulante	1.732.693	781.878	1.777	85.895	166.347	(243.179)	2.525.411
Passivo não circulante	1.586.314	2.303.311	53	4.567	86.513	(149.849)	3.830.909
Patrimônio líquido e não controladores	1.630.354	3.940.326	27.608	44.466	4.553.646	(3.741.279)	6.455.121

	Consolidado - 2009						
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Outros	Eliminações	2009
Receita operacional líquida	**3.446.206**	**979.133**	**4.223**	**763.231**	**–**	**(571.091)**	**4.621.702**
Custo do serviço de energia elétrica							
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(1.620.182)	(39.612)		(750.540)		543.679	(1.866.655)
Encargos de uso da rede elétrica	(421.177)	(78.266)				25.789	(473.654)
	(2.041.359)	(117.878)	–	(750.540)	–	569.468	(2.340.309)
Custo de operação							
Pessoal	(125.000)	(18.241)	(311)	(2.969)			(146.521)
Materiais e serviços de terceiros	(138.883)	(27.894)	(11)	(1.454)		1.623	(166.619)
Depreciações e amortizações	(161.056)	(96.126)		(15)			(257.197)
Outros custos de operação	(22.905)	(3.649)	(11)	(1.558)			(28.123)
	(447.844)	(145.910)	(333)	(5.996)	–	1.623	(598.460)
	(2.489.203)	(263.788)	(333)	(756.536)	–	571.091	(2.938.769)
Custo do serviço prestado a terceiros	**(2.918)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.918)**
Lucro operacional bruto	**954.085**	**715.345**	**3.890**	**6.695**	**–**	**–**	**1.680.015**
Despesas operacionais							
Despesas com vendas	(75.944)	(2.096)		36.054			(41.986)
Despesas gerais e administrativas	(196.585)	(52.325)	(22)	(7.289)	(65.426)		(321.647)
Depreciações e amortizações	(13.028)	(43.761)		(200)	(19.920)		(76.909)
Outras despesas operacionais	(21.641)	(33.229)	(15)		(22.422)		(77.307)
	(307.198)	(131.411)	(37)	28.565	(107.768)	–	(517.849)
Resultado do serviço	**646.887**	**583.934**	**3.853**	**35.260**	**(107.768)**	**–**	**1.162.166**
Resultado das participações societárias	**–**	**12.483**	**–**	**–**	**708.248**	**(721.138)**	**(407)**
Receitas financeiras	116.561	100.727		2.852	94.326	(17.908)	296.558
Despesas financeiras	(163.338)	(184.049)	(3)	(850)	(48.238)	17.908	(378.570)
Resultado financeiro	**(46.777)**	**(83.322)**	**(3)**	**2.002**	**46.088**	**–**	**(82.012)**
Outras receitas	3.015	77		12	52.345		55.449
Outras despesas	(12.885)	(14.460)			(2.092)	1.309	(28.128)
Outros resultados	**(9.870)**	**(14.383)**	**–**	**12**	**50.253**	**1.309**	**27.321**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**590.240**	**498.712**	**3.850**	**37.274**	**696.821**	**(719.829)**	**1.107.068**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(98.337)	(95.192)	(177)	(212)	(2.881)		(196.799)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(56.852)	16.918		(12.019)			(51.953)
	(155.189)	(78.274)	(177)	(12.231)	(2.881)	–	(248.752)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores e partes beneficiárias	**435.051**	**420.438**	**3.673**	**25.043**	**693.940**	**(719.829)**	**858.316**
Participações dos não controladores		5.482				(152.332)	(146.850)
Partes beneficiárias		(15.772)					(15.772)
Lucro líquido do exercício	**435.051**	**410.148**	**3.673**	**25.043**	**693.940**	**(872.161)**	**695.694**
Outras Informações							
Ativo circulante	1.613.751	690.324	5.321	151.763	488.400	(235.995)	2.713.565
Ativo não circulante	991.481	325.600	20.086	16.159	329.789	(304.510)	1.378.606
Investimentos	7.290	63.013			3.455.750	(3.452.825)	73.228
Imobilizado	489	4.800.493		760	2.038		4.803.780
Intangível e Diferido	1.925.998	741.208		1.009	284.374		2.952.589
Passivo circulante	1.676.924	665.462	1.149	93.989	123.301	(235.537)	2.325.289
Passivo não circulante	1.272.531	2.312.638	93	25.004	81.843	(317.462)	3.374.647
Patrimônio líquido e não controladores	1.589.554	3.642.540	24.165	50.698	4.355.207	(3.440.330)	6.221.834

39. Eventos Subsequentes

Em 14 de janeiro de 2011, a controlada indireta Elebrás assinou junto ao Banco do Brasil o primeiro aditivo do contrato de financiamento "ponte" para o Projeto eólico de Tramandaí, onde a Companhia se torna fiadora e principal pagadora, para alterar (i) o valor do crédito para R$307.000; (ii) o vencimento do contrato para 30 de junho de 2011; (iii) a incidência de juros para 108% do CDI sobre o saldo desembolsado; (iv) a incidência de juros de 109% para os valores desembolsados de 14 de janeiro de 2011 a 4 de fevereiro de 2011; e (v) a incidência de encargos financeiros correspondentes ao percentual do CDI, negociado de comum acordo entre as partes. Em 17 de janeiro de 2011, foi assinado o segundo aditivo para alterar a data de vencimento dos encargos para 16 de junho de 2011 com taxa a 108% do CDI.

Em 24 de janeiro de 2011, a controlada direta EDP Renováveis Brasil assinou, junto ao Banco do Brasil, o contrato de financiamento no montante de R$80.000, no qual a Companhia se torna fiadora e principal pagadora, com vencimento em 30 de junho de 2011, e incidência de juros de (i) 110% do CDI para os valores liberados até 31 de março de 2011 e (ii) ao percentual do CDI negociado de comum acordo entre as partes para os valores liberados a partir de 1º de abril de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO LUIS GUERRA NUNES MEXIA
Presidente

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Vice-Presidente

Conselheiros

NUNO MARIA PESTANA DE ALMEIDA ALVES
ANA MARIA MACHADO FERNANDES
FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS
PEDRO SAMPAIO MALAN
MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA
FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA

DIRETORIA

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Diretor Presidente

MIGUEL DIAS AMARO
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e de Controle de Gestão

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração e de Comercialização

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Vice-Presidente de Distribuição

FABIANA BUENO HERNANDEZ
Gestora Operacional de Consolidação Contábil
Contadora - CRC 1SP224652/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
EDP - Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **EDP - Energias do Brasil S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Energias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EDP - Energias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EDP - Energias do Brasil S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Bandeirante Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.302.100/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O ano de 2010 foi marcante para a EDP Bandeirante, ano em que honramos nossos compromissos junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, atuando de forma sustentável e com foco na execução e obtenção de resultados.

O consumo de energia elétrica em 2010 evidenciou a retomada do crescimento da economia, com aumento de renda e queda do desemprego. A evolução econômica do estado de São Paulo seguiu o comportamento do país e cresceu 7,8%, na mesma base de comparação, segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. O segmento industrial destacou-se devido à forte recuperação no período pós-crise, em que as maiores contribuições vieram da metalurgia, produtos de metal, borracha e plástico.

O lucro líquido alcançado foi de R$ 278,24 milhões, resultado consistente em relação ao ano anterior. A receita operacional líquida cresceu 8,0%, atingindo R$ 2.259,25 milhões e o EBITDA do período foi de R$ 498,53 milhões, representando um aumento de 2,6% em relação ao resultado obtido no ano anterior.

No que diz respeito aos aspectos internos, destaca-se o aumento da energia vendida pela EDP Bandeirante que, em 2010, atingiu o montante de 9.038 GWh, o que representa um acréscimo de 5,3% em relação ao ano anterior. Nas classes residencial, comercial, industrial e rural verificou-se um aumento significativo no fornecimento de energia elétrica de 3,0%, 3,4%, 9,3% e 13,0%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A energia distribuída aos clientes livres teve crescimento de 12,0%. No total, a energia distribuída atingiu o montante de 14.310 GWh, com crescimento de 7,7%.

Os investimentos da Companhia totalizaram R$ 188,9 milhões - o maior valor desde a privatização da Companhia - demonstrando o comprometimento da EDP Bandeirante com o desenvolvimento da região do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte. Além de investimentos na expansão da rede elétrica, no melhoramento de linhas e redes de distribuição e no combate às perdas não técnicas, vale ressaltar a ampliação de 05 subestações, a construção da Subestação Pedreira em Itaquaquecetuba e o acréscimo de aproximadamente 1.401 km de redes de distribuição.

Todavia, no que tange os indicadores técnicos que medem a continuidade no fornecimento de energia, DEC e FEC, registramos uma degradação em nossos resultados médios do ano, pois a área de concessão da EDP Bandeirante foi severamente atingida por adversas condições metereológicas no Estado de São Paulo, principalmente no primeiro trimestre de 2010, com registro de inúmeras situações de emergência, culminando com estado de calamidade pública em alguns municípios.

As perdas totais tiveram uma redução de 0,09 p.p., passando de 11,18% em 2009 para 11,09%, em 2010. A melhora deste indicador se deve a redução das perdas não técnicas em 0,38 p.p., resultado do Programa Integrado de Combate às Perdas.

Em 2010, a EDP Bandeirante destacou-se também na área de Inovação, lançando à primeira rede de recarga de veículos elétricos, com 10 postos de abastecimento nas cidades de São José dos Campos, Mogi das Cruzes e Guarulhos, dedicados a utilização de 45 bicicletas doadas a entidades municipais e de segurança pública.

Ainda com o foco no conforto, segurança e qualidade de vida dos clientes, a EDP Bandeirante deu continuidade aos projetos no âmbito do Programa Eficiência Energética. Destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades de baixa renda. O projeto, que existe desde 2006, já atendeu mais de 166 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações na educação e orientação ao uso racional e consumo consciente de energia.

Os investimentos sociais externos tiveram continuidade e promoveram a inclusão e o desenvolvimento das comunidades dos 28 municípios que compõem a área de concessão da Empresa. Com foco na educação, desenvolvimento local, cultura e esporte, foram investidos cerca de R$ 1,4 milhão, com mais de 80 mil pessoas beneficiadas diretamente.

Em 2010, a EDP Bandeirante atingiu um índice de satisfação de 76,8%, destacando-se no ISG (Índice de Satisfação Geral), avaliado em 79,5%, valor acima da média ABRADEE.

A EDP Bandeirante, em 2010, recebeu o Título de Reconhecimento de Mérito - do Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica - resultado da participação da distribuidora no Projeto Gestão Energética Municipal, desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. A EDP Bandeirante também foi contemplada com medalha de prata na categoria Grandes Empresas no Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão (PPQG), pelo grau de maturidade das suas práticas de gestão e pelos resultados apresentados.

Em suma, no ano de 2010, a EDP Bandeirante reforçou o seu plano de investimentos, conferindo maior solidez ao sistema elétrico e melhorando a qualidade do serviço prestado.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo.

Nossos desafios terão continuidade em 2011 e, por isso, manteremos a política de rígida gestão financeira, sem abrir mão da qualidade e segurança dos serviços prestados, empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente do Conselho de Administração

Conselho de Administração
Presidente: António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro: Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro: Miguel Dias Amaro
Conselheiro: Leandro da Silva Netto
Conselheiro: Pompeu Freire de Mesquita

Diretoria
Diretor Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Técnico e de Ambiente: Francisco Alfredo Fernandes
Diretor Comercial: Michel Nunes Itkes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor de Regulação: Donato da Silva Filho
Diretor de Sustentabilidade: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

2. CENÁRIO MACRO ECONÔMICO

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou um crescimento de 8,4% no período de janeiro a dezembro de 2010 em relação à igual período de 2009. Na mesma base de comparação, as atividades da Indústria, Serviços e Agropecuária tiveram aumento de 12,3%, 5,7% e 7,8%, respectivamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em consonância com o cenário brasileiro, em 2010 o PIB paulista continuou a trajetória de crescimento iniciado no segundo trimestre de 2009 registrando uma variação positiva de 8,5% no acumulado até o terceiro trimestre de 2010 (segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE). Conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), as exportações do estado aumentaram 23,4% em relação a 2009, enquanto que as importações cresceram 34,2%, impactando no saldo da balança comercial, que ficou negativo. O desequilíbrio da balança foi devido, principalmente, à importação de derivados de petróleo, em especial óleo diesel, além das importações de automóveis e querosene de aviação.

As operações de crédito do sistema financeiro nacional cresceram 20,5% em 2010, representando 46,6% do PIB brasileiro, segundo o Banco Central (BC). Os financiamentos de habitação lideraram a expansão dos empréstimos, seguidos pelo setor de comércio. A produção industrial do estado de São Paulo avançou 10,9% até novembro de 2010 sobre o mesmo período de 2009, que por sua vez havia apresentado variação negativa de 10,4% sobre o período anterior, segundo IBGE. Com este resultado, o nível de produção em 2010 já se aproxima do patamar de 2008, anterior à crise econômica.

O ano registrou ainda um nível de ocupação empregatícia formal na região metropolitana de São Paulo de 4,1%, crescimento superior à média anual da década (2,2%). A geração de postos de trabalho (370 mil) foi superior à expansão da População Economicamente Ativa (PEA), de acordo com a SEADE.

3. A EDP BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A EDP Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante), Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba. Em 2010 foram distribuídos 14.309 GWh a um total de 1,503 milhões de clientes faturados, representando um aumento de 7,7% da energia distribuída em relação a 2009.

4. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	Unidade	Dez/10	Saldos Dez/09 *Ajustado*	Var. %
Financeiros				
Ativo Total	R$ mil	2.656.839	2.406.426	10,4
Patrimônio Líquido	R$ mil	820.271	815.089	0,6
Dívida Líquida (1)	R$ mil	370.899	358.933	3,3
Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido	vezes	0,5	0,4	0,1
Dívida Líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,7	0,7	0,0

Descrição	Unidade	2010	Janeiro - Dezembro 2009 *Ajustado*	Var. %
Resultados				
Receita Bruta	R$ mil	3.701.617	3.338.999	10,9
Receita Líquida	R$ mil	2.259.256	2.092.228	8,0
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R$ mil	1.844.836	1.690.610	9,1
Resultado do Serviço (EBIT)	R$ mil	414.420	401.618	3,2
EBITDA (2)	R$ mil	498.531	485.750	2,6
Resultado Financeiro	R$ mil	3.938	(4.761)	(182,7)
Outros Resultados	R$ mil	(12.775)	(6.566)	94,6
Resultado antes de Impostos	R$ mil	405.583	390.291	3,9
Lucro Líquido	R$ mil	278.238	279.828	(0,6)
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/Rec. Líquida)	%	22,1%	23,2%	-1,1 p.p.
Margem Líquida (Lucro Líq./Rec. Líquida)	%	12,3%	13,4%	-1,1 p.p.

Descrição	Unidade	2010	Janeiro - Dezembro 2009 *Ajustado*	Var. %
Operacionais				
Energia Distribuída	MWh	14.309.783	13.291.676	7,7
Energia Vendida a Clientes Finais	MWh	8.999.497	8.547.077	5,3
Residencial	MWh	3.081.059	2.992.589	3,0
Industrial	MWh	3.226.408	2.951.238	9,3
Comercial	MWh	1.754.278	1.696.831	3,4
Rural	MWh	81.260	71.927	13,0
Outros	MWh	856.492	834.492	2,6
Suprimento e Outras Concessionárias	MWh	34.005	32.878	3,4
Consumo Próprio	MWh	4.709	4.701	0,2
Energia em Trânsito	MWh	5.271.572	4.707.020	12,0
Investimentos Líquidos (3)	R$ mil	188.948	137.603	37,3
Número de Clientes Finais	mil	1.502.998	1.482.523	1,4
Número de Colaboradores (4)	Unidade	1.074	1.058	1,5
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	13.324	12.563	6,1
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	12,18	12,77	(4,6)
Freqüência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	7,05	6,43	9,6

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários
(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional
(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais
(4) Considera quantidade de colaboradores + diretores estatutários
(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

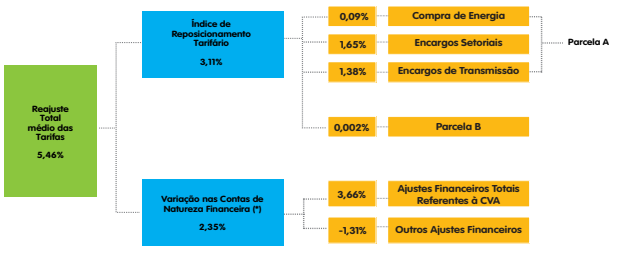
As metodologias aplicáveis aos cálculos tarifários das concessionárias de distribuição do serviço público de energia elétrica e que passarão pelo 3º Ciclo de Revisão Tarifária periódica a partir de 2011, estão sendo discutidas no âmbito da Audiência Pública, AP 040/2010, com período de contribuições finalizado em 10 de janeiro de 2011, dentre as principais alterações propostas na correspondente nota técnica pelo Regulador destaca-se a alteração da atual taxa de remuneração do capital investido baseada nos ativos em operação constantes da Base de remuneração regulatória, que atualmente é de 15,07% ao ano e passará a ser de 10,83 % ao ano. A Companhia passará pelo referido processo em 23 de outubro de 2011 e está participando de foros e analisando os possíveis efeitos e impactos dessa AP nas suas demonstrações financeiras.

Além das metodologias a serem empregadas para a definição do nível tarifário, também se encontra em discussão pública a revisão das taxas de depreciação (Audiência Pública nº 121/2010), base para definição da parcela de reintegração regulatória e que compõe a base de cálculo das tarifas de energia elétrica. As estimativas médias feitas pelo órgão regulador com base em amostra efetuada em diversas concessionárias são de que haverá uma elevação nas vidas úteis desses ativos de aproximadamente 4 anos, passando dos atuais 22 anos para 26 anos.

O reajuste médio anual das tarifas da Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante), homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória 1072, de 05 de outubro de 2010, foi de 10,70%, para o período compreendido entre 23 de outubro de 2010 e 22 de outubro de 2011, sendo 10,25% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 0,45% referentes aos componentes financeiros pertinentes, que, computado o efeito dos itens financeiros retirados da base, correspondem a um efeito médio de 7,91% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Na composição do reajuste médio da EDP Bandeirante destacam-se a compra de energia, os encargos setoriais, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:

EDP BANDEIRANTE: Decomposição do Índice de Reajuste Tarifário de 2009



* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

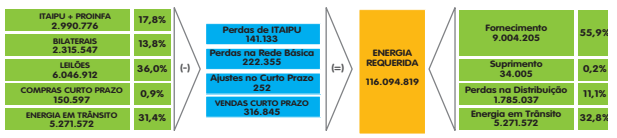
6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Balanço Energético (MWh)

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 16.095 GWh, apresentando um aumento de 7,6% em relação a 2009.

continua

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010



6.2 Compra de Energia

A energia requerida pela EDP Bandeirante em 2010 foi de 11.504 GWh superior 8,5% à verificada em 2009. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfa representam 17,8%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 36,0%, os Contratos Bilaterais 13,8% e o Curto Prazo 0,9%.

6.3 Energia Distribuída

A energia distribuída pela EDP Bandeirante apresentou uma elevação de 7,7% no período analisado, totalizando 14.309,78 GWh acumulados no período findo em 31 de dezembro de 2010.

	Janeiro - Dezembro			
Receita Operacional	**MWh**		**R$ Mil**	
Líquida	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Fornecimento				
Residencial	3.081.059	2.992.589	985.322	922.292
Industrial	3.226.408	2.951.238	798.336	725.911
Comercial	1.754.278	1.696.831	504.504	481.602
Rural	81.260	71.927	16.909	15.987
Outros [1]	856.492	834.492	193.897	188.615
(–) Transf. para Energia Trânsito [2]			(1.182.057)	(1.189.080)
Energia Forn. Clientes Finais	**8.999.497**	**8.547.077**	**1.316.911**	**1.145.327**
Suprimento Convencional	34.005	32.878	1.788	1.482
(+) Transf. de Forn. Clientes Finais [2]			1.182.057	1.189.080
Energia em Trânsito	5.271.572	4.707.020	387.954	296.130
Consumo Próprio	4.709	4.701		
Total Energia Distribuída	**14.309.783**	**13.291.676**	**2.888.710**	**2.632.019**
Fornecimento não Faturado [3]			(10.231)	41.840
Outras Receitas			67.144	11.738
(–) Deduções à Receita Operacional			(686.367)	(593.369)
Receita Operacional Líquida	**14.309.783**	**13.291.676**	**2.259.256**	**2.092.228**

[1] Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

[2] Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais

[3] Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita.

A classe Residencial apresentou crescimento de 3,0% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo crescimento de 1,5% na base de clientes e maior consumo unitário.

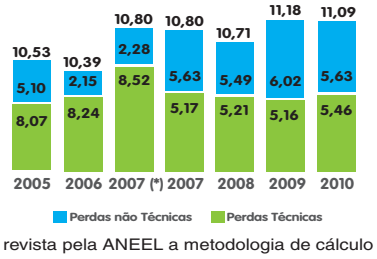
Na classe Industrial, verificou-se um crescimento de 9,3% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete, principalmente, a recuperação da crise mundial. A classe Comercial apresentou crescimento de 3,4% no fornecimento de energia (MWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe Rural apresentou um crescimento de 13,0% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, mesmo apresentando um decrescimento de 0,8% da base de clientes. As demais classes apresentaram um crescimento de 2,6% no fornecimento de energia (MWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

6.4 Perdas Técnicas e Não Técnicas

A ANEEL determina, para cada ano de um período tarifário, o nível máximo de perdas a ser admitido sobre a energia injetada no sistema de distribuição da EDP Bandeirante. Essa determinação pode ser feita mediante a fixação de um valor único para todo o período tarifário ou pela definição de uma "trajetória" ou curva decrescente.

Após incorporar os aprimoramentos metodológicos estabelecidos na Resolução Normativa nº 338/2008, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica, os resultados da segunda revisão tarifária da EDP Bandeirante foram alterados, determinando como trajetória para o período 2009/2010 de 5,04% de Perdas Técnicas, em relação a energia injetada desconsiderando o consumo dos clientes atendidos no nível tarifário A1, e 17,99% para Perdas Não Técnicas, em relação ao mercado faturado de baixa tensão. Para o período 2010/2011 foram estipulados os mesmos valores de 5,04%, para Perdas Técnicas, e 16,12% para Perdas Não Técnicas. Com relação aos valores verificados, constatou-se um acréscimo de 0,30 p.p, nas Perdas Técnicas, bem como um decréscimo de 0,39 p.p nas Perdas não Técnicas em relação a 2009, em função da retomada do crescimento econômico.



(*) Em 2007 foi revista pela ANEEL a metodologia de cálculo das perdas

6.5 Combate às Perdas Não Técnicas

A EDP Bandeirante vive um contexto regulatório de crescente pressão em torno do tema perdas comerciais, pois configura-se como um dos principais tópicos da agenda da ANEEL, tendo sido implementadas um conjunto de medidas traduzidas em metas mais exigentes para as Distribuidoras.

Diante deste contexto, o Planejamento Estratégico 2010-2012, estabeleceu um incremento no Programa de Combate às Perdas, cujas principais ações foram implantadas em 2010, o que resultou na redução das perdas não técnicas em comparação ao ano de 2009. Destacam-se destas ações a regularização de 13,3 mil ligações clandestinas, a substituição de 34 mil medidores e a realização de 86,5 mil inspeções em unidades consumidoras com a identificação de 7.970 irregularidades, com uma recuperação efetiva de 30,5 GWh.

Outros investimos foram realizados em ações que contribuíram para a redução das perdas não técnicas: a implantação de leitura remota em 100% dos clientes do grupo A; a exteriorização da medição de 121 instalações de média tensão com a finalidade de fiscalização e a concretização do Projeto Boa Energia Solar, que prevê a eficientização energética em 1680 apartamentos, em parceria com a CDHU, caracterizando-se como projeto pioneiro em condomínios verticais, em âmbito nacional, já em fase de conclusão.

Diante do desafio em atender a trajetória estabelecida pelo Regulador, iniciou-se o Projeto de Revenue Assurance, com a contratação de consultoria especializada para desenvolver e aperfeiçoar modelo de gestão de perdas com base em melhores práticas e definição de processos e ações inovadoras e plano de ação para captura de valor.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Bandeirante oferece uma estrutura de atendimento segmentada de acordo com o nível de tensão e classe tais como baixa tensão, média e alta tensão e entidades Municipais, Federais e Estaduais entre outros. Oferecendo diversos canais de relacionamento com o cliente tais como *Call Center,* Lojas de Atendimento Presencial, Internet, atendimento aos Grandes Clientes e atendimento ao Poder Público.

Para isso a EDP Bandeirante conta uma moderna Central de Atendimento Telefônico *(Call Center),* em conformidade com as exigências do órgão regulador ANEEL e ao decreto 6.523 de 2008 - Lei do SAC, com infraestrutura e parque tecnológico de ponta dedicada para melhor atender seus clientes de baixa e média. Essa Central está estruturada para atendimentos emergências e comerciais, com opção de atendimento humano e eletrônico, em 2010, 2.788 mil clientes utilizaram este canal. Disponibiliza uma Agência Virtual que possibilita aos clientes à solicitação de serviços, consultas e utilidades, registrando um total de 7.119 mil consultas e serviços.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Bandeirante está presente em 26 Municípios da sua área de concessão, com uma estrutura composta por 25 lojas de atendimento presencial, que por sua vez atenderam 1.257 mil. Para os clientes de média e alta tensão, além do atendimento telefônico e internet, o relacionamento é realizado através de Gestores de Clientes, que atendem presencialmente 2,2 mil clientes por ano.

As Entidades Municipais, Estaduais e Federais contam com uma estrutura exclusiva para atendimento, com opção de atendimento telefônico, eletrônico, presencial, com a realização de 8,7 mil serviços atendidos em 2010. A Ouvidoria da EDP Bandeirante é responsável por acolher as reclamações, elogios, sugestões e críticas dos clientes com garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações além da atribuição de instância administrativa de recursos, como ainda estabelecer a intermediação com os Órgãos Regulamentares ARSESP e ANEEL.

Para o atendimento aos Procons e demais órgãos de Defesa do Consumidor, também é oferecida estrutura exclusiva de atendimento com um *Call Center* gratuito, localizado em Mogi das Cruzes, bem como as providências e respostas referentes às reclamações formais e processos administrativos. A empresa, com o objetivo de oferecer maior comodidade aos clientes no pagamento de sua fatura de energia elétrica, disponibiliza, além dos pagamentos eletrônicos (internet, débito automático, auto pagamento), 1.046 pontos de pagamento, distribuídos em agentes lotéricos, bancos e correspondentes bancários.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADEE

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a EDP Bandeirante participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes. Em 2010, a EDP Bandeirante atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 76,8%. O ponto da pesquisa a destacar é o ISG - Índice de Satisfação Geral avaliado em 79,5%, ficando acima da média ABRADEE (78,0%).

8. INVESTIMENTOS

Os investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R$ 188,95 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento, entretanto estão sendo considerados R$ 11,45 milhões relativos aos juros financeiros para atendimentos as normas de contabilização internacional (IFRS).

	Janeiro - Dezembro		
	2010	**2009**	**Var.**
Investimento - R$ Mil			**R$ Mil**
Expansão de Rede	125.498	66.267	59.231
Melhoramento da Rede	50.780	52.136	(1.356)
Universalização	7.003	10.809	(3.806)
Telecom., Informática e Outros	21.153	18.353	2.800
Subtotal	**204.434**	**147.565**	**56.869**
(–) Obrigações Especiais [1]	(15.486)	(9.962)	(5.524)
Investimento Líquido	**188.948**	**137.603**	**51.345**

[1] Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos.

8.1 Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento a demanda de mercado foram investidos R$ 125,5 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição, visando à ligação de novos clientes e à instalação de sistemas de medição. Vale destacar que, deste montante, R$ 46,3 milhões, foram destinados a construção de novas subestações e linhas além da ampliação e recapacitação de ativos dessa natureza. No que tange a novas subestações foi concluída a SE Pedreira (66 MVA), e iniciadas a construção de quatro novas Subestações de distribuição: Satélite (120 MVA), Kida Macedo (40 MVA), Jardim (40 MVA) e Araretama (40 MVA), que atenderão as regiões de Itaquaquecetuba, Guarulhos e Taubaté/Pindamonhangaba, respectivamente.

Neste ano concluíram-se as ampliações/remodelações das subestações Suzano, Guararema, Caraguatatuba, Massaguaçu, Vale do Sol e José Centro. Foi recapacitado o RAE (Ramal Aéreo de Subestação) César de Souza, propiciando o aumento da Potência de cada circuito de 46 MVA para 120 MVA, permitindo suprir toda a carga com um único circuito. Nessa obra, que está localizada em Área de Preservação Permanente (APP), foi utilizado o cabo ACCR (Cabo de Alumínio com Reforço de Cerâmica) que possibilitou a substituição dos originais aproveitando as estruturas das torres existentes evitando impactos ambientais.

8.2 Melhoramento da Rede

Os investimentos em melhoramento de redes totalizaram R$ 50,8 milhões, que foram aplicados, principalmente, na substituição de equipamentos e medidores obsoletos, no recondutoramento de redes em final de vida útil e em ações de combate às perdas não técnicas. Tais medidas propiciam a modernização do sistema elétrico, com melhoria de qualidade do fornecimento de energia elétrica.

8.3 Universalização

Os investimentos na Universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica totalizaram R$ 7,0 milhões, que foram destinados à ligação, dos clientes da área urbana e rural com demanda inferior a 50 kW, dentre os quais estão aqueles abrangidos pelo Programa Luz para Todos. Neste Programa, a EDP Bandeirante somou esforços, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua.

8.4 Tecnologia da Informação

Foram investidos o total de R$ 3,8 milhões, sendo que R$ 1,0 milhão refere-se às aquisições de *Hardwares* e *Softwares* necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações que visa à otimização e organização dos processos da organização. Além de diminuindo o risco de indisponibilidades e falhas por obsolescência. Além de R$ 2,8 milhões referente aos projetos necessários para atender as obrigações Fiscais, Legais e Órgãos Regulatórios. O principal projeto investido refere-se à Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS para atender a homologação da nova resolução normativa ANEEL nº 414/2010 que trata da revisão da Resolução Normativa ANEEL nº 456/2000 que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. A revisão também incorpora regras afins contidas em várias resoluções da ANEEL, como as resoluções nº 457/2000, nº 615/2002, nº 258/2003, nº 61/2004, nº 207/2006, nº 250/2007, nº 363/2009, nº 373/2009 e nº 384/2009, entre outras.

8.5 Automação e Telecomunicações Operativas

Os investimentos em Automação e Telecomunicações totalizaram R$ 5,9 milhões e destaca-se, entre as diversas ações, a implantação de novos sites de Telecomunicações, que fazem parte da Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade, interligando via rádio digital o COS com o site de contingência em São José dos Campos - COR e diversas subestações, permitindo o início da operação das comunicações de dados entre o Sistema SCADA e os Sistemas de Comando e Controle das Subestações. No Sistema PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia, que é a plataforma para interface e processamento avançado de tele supervisão e telecontrole de Religadores Automáticos da rede de média tensão, pequenas subestações e chaves de alta tensão no circuito de 138 kV, foi ampliado o investimento em R$ 2,1 milhões, para o atendimento a implantação de microrremotas celulares nas Subestações e transporte de dados do sistema CAE local, integrado a Base de Dados do Sistema PLATOE GRID, com grandezas elétricas de oscilografia, *power quality,* SAG, SWEL e eventos. No Sistema RTDAC - Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade de Rádio Digital também passou a cobrir, em 2010, os sites de Lorena e Poá. Para a melhoria contínua do processo operativo foi desenvolvido o sistema SDM - Sistema de Despacho Móvel, para utilização pela equipe de Linhas de Transmissão, que permite o envio de ordens de serviço às viaturas, de forma digital, através de comunicação via rádio VHF; na eventualidade da impossibilidade de comunicação via rádio, a cobertura se dá via GPRS. Esse sistema tem como prioritário a utilização das equipes pelo COS, visando o atendimento às ocorrências em tempo real, contudo a ferramenta será implantada com o despacho das viaturas pelas equipes de Planejamento da Manutenção, enviado o roteiro das vistorias e através do palm envio das ordens com as informações dos resultados auferidos.

A rede de MT teve a incorporação de 34 sistemas de Transferências Automáticas de carga entre alimentadores, telecomandas e telesupervisionadas através do Sistema PLATOE/SCADA, totalizando 40 Transferências Automáticas. Desta forma 240 mil clientes são atendidos pelas Transferências Automáticas, beneficiando 14,47% da base de clientes da EDP Bandeirante.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho de qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores técnicos que medem a continuidade no fornecimento de energia, DEC e FEC, são influenciados pelas condições climáticas. A área de concessão da EDP Bandeirante foi severamente atingida por temporais no primeiro trimestre de 2010, da mesma forma que parte do Estado de São Paulo, com o registro de situações de emergência e de estado de calamidade pública em diversos municípios.

	Unidade	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**
DEC	Horas	9,02	8,82	9.60	11,34	12,77	12,18
FEC	Vezes	6,14	5,51	5,91	6,30	6,43	7,05

DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano)

FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas

Descrição	2010	2009	Var. %
Subestações			
Quantidade	**59**	**59**	**–**
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	**3.261**	**3.130**	**4,2**
Redes de Distribuição - Própria (Km)	**26.631**	**25.230**	**5,6**
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	923	894	3,2
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 KV)	13.482	13.327	1,2
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 KV)	12.226	11.009	11,1
Transformador de Distribuição - Próprias (Quantidade)	**56.797**	**55.295**	**2,7**
Transformador de Distribuição - Urbano	41.354	40.429	2,3
Transformador de Distribuição - Rural	15.393	14.816	3,9
Transformador de Distribuição - Subterrâneo	50	50	
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	**2.968**	**2.873**	**3,3**
Potência Instalada na Distribuição - Urbano	2.580	2.502	3,1
Potência Instalada na Distribuição - Rural	362	345	4,9
Potência Instalada na Distribuição - Subterrâneo	26	26	
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade (Km)	**521.228**	**515.246**	**1,2**
Postes em Redes de Distribuição - Urbano	395.388	392.376	0,8
Postes em Redes de Distribuição - Rural	125.840	122.870	2,4
Iluminação Pública			
Lâmpadas - Unidades (de Propriedade da Empresa)	276.131	271.108	1,9
Lâmpadas - Unidades (de Propriedade dos Municípios)	63.511	63.327	0,3
Redes BT - Km (menor que 1 KV)	2.394	2.026	18,2

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2010, foram concluídos 3 projetos de P&D e iniciados outros 15, totalizando assim 38 projetos em execução, com investimentos da ordem de R$ 3,9 milhões. Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Bandeirante destaca o projeto *ClimaGrid*, o qual pretende avaliar as influências das variáveis climáticas nas ocorrências nas redes de distribuição, além de estar participando de quatro projetos relacionados às chamadas estratégicas da ANEEL, projetos estes que trazem temas de grande relevância ao setor elétrico nacional, e exigem um grande esforço conjunto e coordenado de várias empresas do setor.

A maioria dos resultados obtidos nos projetos de P&D foi divulgada à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas. Internamente, buscou-se disseminar o conhecimento obtido através da realização de seminários internos e cursos de capacitação aos colaboradores.

10.2 Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Bandeirante, em 2010, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE, aprovados pela ANEEL para o ciclo 2006/2007, PEE 2008, PEE 2009 e PEE 2010, totalizando assim 11 projetos em execução, com investimentos da ordem de R$ 30,3 milhões. Dentre esses projetos destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades de baixa renda, que tem contribuído de maneira determinante para a redução das instalações clandestinas e irregulares, comuns em áreas carentes. De out/09 até dez/10 (PEE 2009), foram atendidas mais de 30 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações de educação, orientação e fornecimento gratuito de 120 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de economia. No segundo semestre de 2010, iniciou-se a execução de mais um Projeto de Eficiência Energética em Conjuntos Habitacionais de Baixa Renda, localizados no município de Pindamonhangaba, que preveem a substituição dos chuveiros elétricos, utilizados nas residências de 798 famílias, por a alternativa de aquecimento solar e doação de lâmpadas econômicas, com a execução de mais esse projeto atingimos a marca de 2.478 unidades consumidoras beneficiadas neste programa.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE - R$ Mil	Janeiro - Dezembro 2010	2009 *Ajustado*	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.701.617	3.338.999	10,9
(–) Deduções à Receita Operacional	(1.442.361)	(1.246.771)	15,7
(=) Receita Operacional Líquida	**2.259.256**	**2.092.228**	**8,0**
(–) Despesas Operacionais:	**1.844.836**	**1.690.610**	**9,1**
Gerenciáveis	**377.399**	**395.916**	**(4,7)**
Pessoal e Adm./ Entidades de Previdência Privada	102.836	110.542	(7,0)
Material	10.093	9.187	9,9
Serviços de Terceiros	121.545	105.480	15,2
Depreciação e Amortização	84.111	84.132	0,0
Provisão p/Créd. Liq. Duvidosa/ Perdas Líquidas	38.585	47.649	(19,0)
Provisões para Contingências	3.090	9.700	(68,1)
Aluguéis e Arrendamentos	(7.714)	1.627	(574,1)
Outras	24.853	27.599	(9,9)
Não Gerenciáveis	**1.467.437**	**1.294.694**	**13,3**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.072.075	970.497	10,5
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	389.731	319.008	22,2
Taxa de Fiscalização e Programa Efic. Energética	5.631	5.189	8,5
(=) Resultado do Serviço	**414.420**	**401.618**	**3,2**
Margem do EBIT - %	**18,3%**	**19,2%**	**-0,9 p.p.**
EBITDA	**498.531**	**485.750**	**2,6**
Margem do EBITDA - %	**22,1%**	**23,2%**	**-1,1 p.p.**

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 8,0% no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 2.259,26 milhões. A elevação verificada de R$ 167,03 milhões pode ser decomposta da seguinte forma: i) crescimento de R$ 362,62 milhões da receita bruta, devido ao aumento do fornecimento de energia dos clientes cativos, uso do sistema da rede e suprimentos sendo a variação de R$ 307,21 milhões e R$ 55,41 milhões de outras receitas;

ii) aumento das deduções da receita operacional em R$ 195,59 milhões, sendo a principal variação dos impostos e contribuições de R$ 150,05 milhões e outras deduções em R$ 45,54 milhões.

A receita de fornecimento a clientes finais (líquida de ICMS) apresentou um incremento de 15,0% no período findo em 31 de dezembro de 2010, atingindo R$ 1.316,91 milhões, já contemplando a dedução de R$ 1.182,06 milhões de receita de uso das instalações. Já a receita considerando os clientes finais (clientes cativos) e a energia em trânsito (clientes livres) e suprimentos, totalizou R$ 1.571,80 milhões, apresentando um aumento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As Despesas Operacionais totalizaram R$ 1.844,84 milhões no período acumulado até 31 de dezembro de 2010, superiores em 9,1% aos verificados no mesmo período do ano anterior. As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Bandeirante, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, reduziram em 2010, R$ 18,52 milhões, correspondente a -4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as despesas operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" - CVA. As despesas não gerenciáveis totalizaram no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 o montante de R$ 1.467,44 milhões, superior em 13,3% ao praticado no mesmo período do ano anterior.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R$ 414,42 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2010, superior em 3,2% ao obtido em igual período no ano anterior. Verificou-se um aumento da margem líquida de 12,3% no período findo em 31 de dezembro de 2010 versus 13,4% no período findo em 31 de dezembro de 2009. O EBITDA do período foi de R$ 498,53 milhões, superior em 2,6% ao obtido no mesmo período do ano anterior, entretanto a margem EBITDA de 23,2% em 2009 para 22,1% no período acumulado até 31 de dezembro de 2010, devido ao aumento das Deduções à Receita (15,7%) terem sido maior que o crescimento da Receita Bruta (10,9%).

O Resultado Financeiro do período acumulado até 31 de dezembro de 2010, R$ 3,94 milhões positivos, apresentou uma variação positiva de R$ 8,70 milhões em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento das receitas financeiras em R$ 41,73 milhões, porém houve também aumento das despesas financeiras em R$ 33,03 milhões. No período acumulado até 31 de dezembro de 2010, a EDP Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R$ 278,24 milhões, inferior em 0,6% ao registrado em igual período do ano anterior, devido a reversão dos juros sobre capital próprio menor em 5,0% que em 2009.

11.1 Endividamento

Endividamento - R$ Mil	Dez/10	Saldo em Dez/09 *Ajustado*	Var. %
Dívida Bancária [1]	734.985	696.664	5,5
(–) Disponibilidades	(364.086)	(337.731)	7,8
(=) Dívida Bancária Líquida	**370.899**	**358.933**	**3,3**

[1] Inclui Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de "Swap"

Em 31 de dezembro de 2010, a EDP Bandeirante apresentou um endividamento bancário de R$ 734,98 milhões, fechando o ano de 2010 em 5,5% superior com relação ao mesmo período de 2009.

A dívida bancária da EDP Bandeirante em 31 de dezembro de 2010 foi composta por R$ 497,25 milhões de debêntures, R$ 154,02 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES e outros bancos) e de R$ 83,72 milhões de financiamentos junto à Eletrobras e outros financiamentos (Cédula de Crédito Bancário). Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida representou 0,7 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (0,7 vezes em frente a 2009).

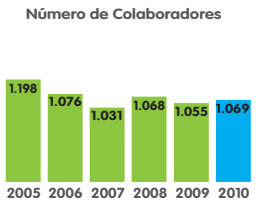
12. GESTÃO DE PESSOAS

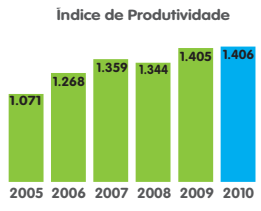
Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Bandeirante, durante o ano de 2010 realizamos ações baseadas nos três pilares do Programa de Desenvolvimento de Liderança: desenvolvimento, alinhamento e atualização. Com objetivo de promover a cultura organizacional da EDP, reestruturamos o programa de integração para novos colaboradores e lançamos o Projeto "Reforço Vencer", com o objetivo de aprofundar os conhecimentos dos colaboradores sobre os 5 comportamentos. Adicionalmente, reforçamos a nossa "Gestão de Ética" através do lançamento do treinamento *e-learning* sobre o tema e a entrega do Código de Ética para todos os colaboradores.

No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, entre outros. Asseguramos nossa estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, revisamos nossa Política de Cargos e Salários e aplicamos nossa política de mérito.

12.1 Força de Trabalho

Em 2010 o índice de produtividade atingindo o número de 1.406 clientes por empregado, finalizando o ano com um quadro de pessoal de 1.069 colaboradores e 5 diretores estatutários, totalizando 1.074.





12.2 Programa de Benefícios

A EDP Bandeirante dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

12.3 Capacitação e Desenvolvimento

Investimentos na ordem de R$ 0,54 milhões foram realizados pela Companhia em capacitação, desenvolvimento, atualização dos colaboradores, correspondendo a 34 horas de treinamento, com média de 57 horas por colaborador.

No decorrer do ano, 41 colaboradores foram contemplados com o Programa de Incentivo à Educação Formal, programa realizado desde 2001, que disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao auto desenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão

Implantamos o sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de sua carreira na EDP. Criamos oportunidades internas aos nossos colaboradores, alcançando 32% das posições preenchidas por meio de recrutamento e aproveitamento interno.

12.5 Segurança no Trabalho

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Bandeirante a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.

(ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2010 as taxas de frequência e gravidade da EDP Bandeirante foram de 1,38 e 9 respectivamente, ao mesmo tempo que as prestadoras de serviços, registraram taxas de frequência e gravidade de 6,47 e 2.213 respectivamente. A Certificação OHSAS (*Occupational Health and Safety Assessment Series*) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação de Estações foi realizada no mês de Março de 2010 seguida pela recertificação em Dezembro de 2010, resultado da auditoria realizada no ano de 2009 na EDP Bandeirante.

Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis é o princípio orientador em se tratando de saúde. Assim, além de exames periódicos, *check up's* (abrangem executivos), visitas técnicas, monitoramentos de dislipidemias, colesterol, hipertensão e diabetes, foram realizadas, em 2010, campanhas de vacinação antigripal, de hepatite, doação de sangue, além de disseminação frequente de boletins relacionados a saúde.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

A EDP Bandeirante manteve a continuidade das ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos. Orientada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e por sua Política de Sustentabilidade, as iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais, visando o aprofundamento do diálogo, estabelecimento de parcerias e criação de valor compartilhado.

Em 2010, os programas socioculturais promovidos e apoiados pela Companhia receberam investimento de R$ 1,4 milhões e beneficiaram mais de 80 mil pessoas. O programa EDP Solidária apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto à aproximadamente 12.277 pessoas. Com o EDP Cultura, fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando peças teatrais e espetáculos culturais. Já o Programa EDP nas Escolas beneficiou, com a entrega de kits escolares e higiene bucal, 5.480 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de 11 escolas públicas municipais. O Projeto Letras de Luz, cujo objetivo é incentivar o hábito e o gosto pela leitura, alcançou o número de 31.000 beneficiados.

A implementação dessas atividades contou com a participação do grupo de voluntários da EDP Bandeirante, que dedicou seu tempo livre para a promoção da inclusão e da cultura nas comunidades. As práticas de excelência em responsabilidade social corporativa da EDP Bandeirante foram fundamentais para a permanência da EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) pelo quinto ano consecutivo.

13.2 Meio Ambiente

Os gastos de natureza ambiental em 2010 da EDP Bandeirante foram de R$ 3,8 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas. A instalação de 281 km de redes protegidas de distribuição de energia elétrica em 2010 nos municípios de concessão da Companhia proporciona melhor desempenho do sistema e uma convivência mais harmoniosa com a vegetação em áreas urbanizadas, reduzindo a necessidade de supressão e contribuindo diretamente para a paisagem.

Destaca-se também a realização de convênios com prefeituras para a melhoria da qualidade das técnicas de poda utilizadas pela empresa e sua regulamentação junto aos órgãos municipais visando diminuir a interrupção do fornecimento de energia elétrica. Como projeto-piloto, a EDP Bandeirante assinou Convênios de biodiversidade com as prefeituras de Guaratinguetá, Caçapava e Guararema, disponibilizando desde equipamentos para o melhor funcionamento dos viveiros municipais até sementes para produção de mudas de espécies florestais nativas objetivando incrementar a biodiversidade local.

Por fim, visando à prevenção de passivos ambientais, a EDP Bandeirante continua com seu programa de monitoramento de solos e águas subterrâneas em todas as suas instalações, bem como campanhas periódicas de medição de ruídos em subestações.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2010, a EDP Bandeirante foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu, e recebeu prêmios e destaques atestando a qualidade de sua gestão empresarial:

Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica: O projeto de eficiência energética realizado pela EDP Bandeirante com a Prefeitura de Guarulhos recebeu o título de Reconhecimento de Mérito na categoria Gestão Energética Municipal do prêmio atribuído pela Eletrobras, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão: Recebido pela EDP Bandeirante em sua primeira participação, o prêmio é organizado pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão (IPEG) e distingue os melhores sistemas e práticas de gestão do mercado. A EDP Bandeirante recebeu medalha de prata na categoria Grandes Empresas, pelo grau de maturidade das suas práticas de gestão e resultados apresentados.

Reconhecimento no Relatório de Sustentabilidade do BID 2009: As ações socioambientais praticadas pela EDP Bandeirante foram destaque no citado relatório que cita ainda em seu artigo o programa Energia na Comunidade, o prêmio Eloy Chaves de segurança do trabalho, o ISE Bovespa e a recente conquista do certificado ISO 14001. A EDP Bandeirante certificou as subestações Dutra (Guarulhos), Maresias (Litoral Norte) e Vale do Sol (São José dos Campos), na ISO 14001, e a área de Operação e Manutenção de Estações na OHSAS 18001.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

15. BALANÇO SOCIAL - (MODELO IBASE)

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (Mil reais)	2009 Valor (Mil reais)[1]
Receita Líquida (RL)	2.259.256	2.092.228
Resultado Operacional (RO)	405.583	390.291
Folha de pagamento bruta (FPB)	95.215	92.608

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.177	7,54%	0,32%	7.131	7,70%	0,34%
Encargos sociais compulsórios	23.751	24,94%	1,05%	27.335	29,52%	1,31%
Previdência privada	4.997	5,25%	0,22%	17.363	18,75%	0,83%
Saúde	7.395	7,77%	0,33%	10.404	11,23%	0,50%
Segurança e saúde no trabalho	987	1,04%	0,04%		0,00%	0,00%
Educação	278	0,29%	0,01%		0,00%	0,00%
Cultura		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.502	1,58%	0,07%	1.896	2,05%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	107	0,11%	0,00%	180	0,19%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	8.291	8,71%	0,37%	12.896	13,93%	0,62%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Outros	1.183	1,24%	0,05%	1.070	1,16%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	**55.668**	**58,47%**	**2,46%**	**78.275**	**84,52%**	**3,74%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	452	0,11%	0,02%	917	0,23%	0,04%
Cultura	731	0,18%	0,03%	2.401	0,62%	0,11%
Saúde e Saneamento	80	0,02%	0,00%	80	0,02%	0,00%
Esporte		0,00%	0,00%	173	0,04%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Outros	119	0,03%	0,01%	257	0,07%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**1.382**	**0,34%**	**0,06%**	**3.827**	**0,98%**	**0,18%**
Tributos (excluídos encargos sociais)[1]	1.399.061	344,95%	61,93%	1.218.837	312,29%	58,26%
Total - Indicadores sociais externos	**1.400.443**	**345,29%**	**61,99%**	**1.222.664**	**313,27%**	**58,44%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	3.896	0,96%	0,17%	5.433	1,39%	0,26%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**3.896**	**0,96%**	**0,17%**	**5.433**	**1,39%**	**0,26%**

Quanto ao Estabelecimento de "Metas Anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	( ) não possui metas	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75%	(X) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75%	(X) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período[2]	1.074	1.055
Nº de admissões durante o período	121	84
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.390	1.528
Nº de estagiários(as)	67	61
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	303	290
Nº de mulheres que trabalham na empresa	254	251
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,9%	26,0%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (*)	122	120
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,6%	8,0%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	38	17

6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor **remuneração** na empresa	57,20			57,00		
Número total de acidentes de trabalho	21					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 77.023	no Procon 2.191	na Justiça 1.393	na Empresa 67.761	no Procon 2.041	na Justiça 1.288
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 83,8%	no Procon 99,82%	na Justiça 24%	na Empresa 88%	no Procon 99,85%	na Justiça 25,2%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2010: 1.879.541**			**Em 2009[1]: 1.675.199**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	75% governo 4% acionistas	5% colaboradores(as) 5% terceiros	11% retido	74% governo 3% acionistas	6% colaboradores(as) 4% terceiros	13% retido

7 - Outras Informações

(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.
(1) Reajustados de acordo com a norma IFRS (Receita Líquida, Resultado Operacional, Tributos e DVA 2009).
(2) Em 2010 está sendo considerado a quantidade de colaboradores e diretores estatutários.
Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
Informações não auditadas.
Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

16. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS - Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010

No processo de convergência das normas internacionais de contabilidade destaca-se a aplicação da interpretação IFRIC 12 - Service Concession Arrangements, referente à contabilização das concessões de serviço público (correlacionada à interpretação técnica brasileira ICPC 01 - Contratos de Concessão), bem como o não reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios, por não se enquadrarem ao IASB Framework (CPC - Estrutura Conceitual). A ANEEL considera que estes ajustes não representam o negócio das concessionárias e, portanto, editou a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, instituindo, assim, a contabilidade regulatória.
Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, segue abaixo a conciliação entre a demonstração financeira societária x regulatória.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2010			2009		
	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)
ATIVO						
Circulante						
Consumidores e concessionárias	430.004	5.073	435.077	417.970	27.658	445.628
Despesas pagas antecipadamente	1.097	58.316	59.413	619	69.580	70.199
Outros ativos circulantes não afetados	672.075		672.075	572.815		572.815
	1.103.176	**63.389**	**1.166.565**	**991.404**	**97.238**	**1.088.642**
Não Circulante						
Ativo financeiro indenizável	135.379	(135.379)		126.195	(126.195)	
Consumidores e concessionárias	48.860	2.548	51.408	51.343	10.354	61.697
Despesas pagas antecipadamente		74.189	74.189		25.508	25.508
Outros ativos não circulantes não afetados	357.805		357.805	302.524		302.524
	542.044	**(58.642)**	**483.402**	**480.062**	**(90.333)**	**389.729**
Investimentos	3.053		3.053	3.262		3.262
Imobilizado	173	1.108.365	1.108.538	216	1.014.982	1.015.198
Intangível	1.008.393	(972.986)	35.407	931.482	(888.787)	42.695
	1.011.619	**135.379**	**1.146.998**	**934.960**	**126.195**	**1.061.155**
Total do ativo	**2.656.839**	**140.126**	**2.796.965**	**2.406.426**	**133.100**	**2.539.526**

(*) não auditado

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2010			2009		
	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante						
Passivos regulatórios		75.010	75.010		52.534	52.534
Outros passivos circulantes não afetados	1.029.121		1.029.121	1.073.003		1.073.003
	1.029.121	**75.010**	**1.104.131**	**1.073.003**	**52.534**	**1.125.537**
Não Circulante						
Passivos regulatórios		51.348	51.348		78.312	78.312
Outros passivos não circulantes não afetados	807.447		807.447	518.334		518.334
	807.447	**51.348**	**858.795**	**518.334**	**78.312**	**596.646**
Patrimônio Líquido						
Capital social	254.628		254.628	254.628		254.628
Reservas de capital	334.728		334.728	334.728		334.728
Reservas de lucros	262.934	13.768	276.702	219.128		219.128
Ajustes de avaliação patrimonial	(32.019)		(32.019)	1.348		1.348
Lucros acumulados				5.257	2.254	7.511
	820.271	**13.768**	**834.039**	**815.089**	**2.254**	**817.343**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.656.839**	**140.126**	**2.796.965**	**2.406.426**	**133.100**	**2.539.526**

(*) não auditado

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2010			2009		
	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)
Receita Operacional	**3.701.617**	**(30.486)**	**3.671.131**	**3.338.999**	**(19.645)**	**3.319.354**
Dedução da Receita Operacional						
Encargos do consumidor	(337.478)	2.496	(334.982)	(291.934)	1.268	(290.666)
Impostos e contribuições sobre a receita	(1.104.883)		(1.104.883)	(954.837)		(954.837)
	(1.442.361)	**2.496**	**(1.439.865)**	**(1.246.771)**	**1.268**	**(1.245.503)**
Receita operacional líquida	**2.259.256**	**(27.990)**	**2.231.266**	**2.092.228**	**(18.377)**	**2.073.851**
Custo com energia elétrica	(1.461.806)	45.456	(1.416.350)	(1.289.506)	(22.144)	(1.311.649)
Custo de operação	(236.341)		(236.341)	(213.724)		(213.724)
Custo do serviço prestado a terceiros	(2.429)		(2.429)	(1.583)		(1.583)
Despesas operacionais	(144.260)	767	(143.493)	(185.798)	(646)	(186.444)
Resultado do serviço	**414.420**	**18.233**	**432.653**	**401.618**	**(41.167)**	**360.451**
Resultado financeiro	3.938	(6.720)	(2.782)	(4.761)	(10.735)	(15.496)
Outros resultados	(12.775)		(12.775)	(6.566)		(6.566)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**405.583**	**11.513**	**417.096**	**390.291**	**(51.902)**	**338.389**
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(127.345)		(127.345)	(110.463)		(110.463)
Lucro líquido do exercício	**278.238**	**11.513**	**289.751**	**279.828**	**(51.902)**	**227.926**

(*) não auditado

17. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Bandeirante informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010.

19. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Bandeirante registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Bandeirante.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Ajustado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	364.086	337.731	129.091
Consumidores e concessionárias	6	430.004	417.970	331.543
Impostos e contribuições sociais	8	199.542	141.332	102.988
Estoques		15.436	8.792	4.461
Cauções e depósitos vinculados	11	362	1.610	14.152
Despesas pagas antecipadamente	7	1.097	619	464
Outros créditos	12	92.649	83.350	68.726
		1.103.176	**991.404**	**651.425**
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	13	135.379	126.195	94.250
Consumidores e concessionárias	6	48.860	51.343	97.156
Impostos e contribuições sociais	8	19.481	16.791	18.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	209.117	237.640	296.220
Partes relacionadas	10	963	2.045	1.961
Cauções e depósitos vinculados	11	115.798	30.302	48.270
Despesas pagas antecipadamente	7			1
Outros Créditos	12	12.446	15.746	9.825
		542.044	**480.062**	**566.208**
Investimentos	2.3.d	3.053	3.262	3.475
Imobilizado	14	173	216	271
Intangível	15	1.008.393	931.482	914.229
		1.011.619	**934.960**	**917.975**
Total do ativo		**2.656.839**	**2.406.426**	**2.135.608**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	16	302.629	238.234	208.741
Impostos e contribuições sociais	8	265.584	194.247	120.069
Dividendos	23.2	61.614	51.439	40.835
Debêntures	17	109.245	87.892	94.364
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	67.219	300.592	76.339
Benefícios pós-emprego	19	19.245	21.011	27.036
Obrigações estimadas com pessoal	20	20.920	20.970	19.762
Encargos regulamentares e setoriais	21	98.061	62.745	64.785
Provisões	22	6.572	7.630	5.255
Outras contas a pagar	12	78.032	88.243	100.457
		1.029.121	**1.073.003**	**757.643**
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais	8	34.291	36.194	
Impostos e contribuições sociais diferidos			694	
Debêntures	17	388.001	83.297	166.384
Empréstimos e financiamentos	18	170.520	224.883	187.501
Benefícios pós-emprego	19	100.865	61.918	89.043
Partes relacionadas	10	15	534	619
Encargos regulamentares e setoriais	21	7.064	4.961	586
Provisões	22	69.410	68.254	123.095
Reserva para reversão e amortização	2.3.p	17.248	17.248	17.248
Outras contas a pagar	12	20.033	20.351	19.444
		807.447	**518.334**	**603.920**
Patrimônio líquido				
Capital social	23.1	254.628	254.628	254.628
Reservas de capital	23.3	334.728	334.728	334.728
Reservas de lucros	23.3	262.934	219.128	234.095
Ajustes de avaliação patrimonial	23.3	(32.019)	1.348	(16.741)
Lucros (Prejuízos) acumulados			5.257	(32.665)
		820.271	**815.089**	**774.045**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.656.839**	**2.406.426**	**2.135.608**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009 Ajustado
Receita operacional líquida	24	**2.259.256**	**2.092.228**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.103.439)	(1.000.843)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(358.367)	(288.662)
	25	**(1.461.806)**	**(1.289.505)**
Custo de operação			
Pessoal		(63.449)	(65.470)
Materiais e serviços de terceiros		(81.395)	(59.153)
Depreciações e amortizações		(73.205)	(74.042)
Outros custos de operação		(18.292)	(15.059)
	25	**(236.341)**	**(213.724)**
		(1.698.147)	**(1.503.229)**
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(2.429)	(1.583)
Lucro operacional bruto		**558.680**	**587.416**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	25	(38.669)	(49.951)
Despesas gerais e administrativas	25	(86.435)	(110.199)
Depreciações e amortizações	25	(10.906)	(10.090)
Outras despesas operacionais	25	(8.250)	(15.558)
		(144.260)	**(185.798)**
Resultado do serviço		**414.420**	**401.618**
Receitas financeiras	26	101.330	59.601
Despesas financeiras	26	(97.392)	(64.362)
Resultado financeiro		**3.938**	**(4.761)**
Outras receitas		1.502	2.973
Outras despesas		(14.277)	(9.539)
Outros resultados		**(12.775)**	**(6.566)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**405.583**	**390.291**
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(82.433)	(65.842)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(44.912)	(44.621)
		(127.345)	**(110.463)**
Lucro líquido do exercício		**278.238**	**279.828**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		7,12	7,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2010	2009 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	278.238	279.828
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	34.212	50.415
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	44.912	44.620
Depreciações e amortizações	84.111	84.132
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	18.997	8.771
Fornecedores	11.414	14.303
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	68.527	56.903
Benefícios pós-emprego	(4.883)	(10.217)
Provisões para contingências	13.567	4.076
Encargos regulamentares e setoriais	25.233	23.102
Cauções e depósitos vinculados - atualização monetária	(14.861)	14.637
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	7.506	
Outros	(471)	670
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(43.763)	(91.029)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(62.857)	(36.610)
Impostos e contribuições sociais diferidos		694
Estoques	(6.173)	(5.001)
Cauções e depósitos vinculados	(69.387)	15.873
Despesas pagas antecipadamente	(478)	(154)
Outros créditos	(5.999)	(20.547)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	52.981	15.190
Impostos e contribuições sociais correntes	58.273	57.293
Obrigações estimadas com pessoal	(50)	1.208
Provisões para contingências	(13.472)	(4.858)
Outras obrigações	(6.834)	(27.598)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**468.743**	**475.701**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(188.948)	(141.810)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(188.948)**	**(141.810)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	563	(169)
Dividendos pagos	(223.797)	(240.255)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - ingressos	399.528	340.562
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(429.734)	(225.389)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(253.440)**	**(125.251)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**26.355**	**208.640**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	364.086	337.731
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	337.731	129.091
	26.355	**208.640**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2010	2009 Ajustado
Geração do valor adicionado	**3.664.534**	**3.294.323**
Receita operacional	3.701.617	3.338.999
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(38.585)	(47.649)
Outras receitas	1.502	2.973
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.802.212)**	**(1.594.593)**
Custos da energia comprada	(1.226.565)	(1.102.977)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(389.731)	(319.008)
Materiais	(10.093)	(9.187)
Serviços de terceiros	(121.545)	(105.480)
Outros custos operacionais	(54.278)	(57.941)
Valor adicionado bruto	**1.862.322**	**1.699.730**
Depreciações e amortizações	(84.111)	(84.132)
Valor adicionado líquido produzido	**1.778.211**	**1.615.598**
Receitas financeiras	101.330	59.601
Valor adicionado total a distribuir	**1.879.541**	**1.675.199**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	55.451	67.800
Benefícios	21.382	15.408
FGTS	7.694	9.876
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	657.105	579.218
Estaduais	756.533	653.909
Municipais	3.733	3.169
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	97.392	64.364
Aluguéis	2.013	1.627
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	38.104	40.090
Dividendos	29.227	17.363
	1.668.634	**1.452.824**
Lucros retidos	210.907	222.375
	1.879.541	**1.675.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção das novas práticas	**254.628**	**334.728**	**90.675**			**680.031**
Ajuste adoção das novas práticas				(16.741)	(32.665)	(49.406)
Dividendo adicional proposto			143.420			143.420
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (*Ajustado*)	**254.628**	**334.728**	**234.095**	**(16.741)**	**(32.665)**	**774.045**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2009			(143.420)			(143.420)
Reversão de reserva para distribuição de dividendos - AGE de 03/06/2009 e 16/09/2009			(56.000)			(56.000)
Lucro líquido do exercício					279.828	279.828
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			12.095		(12.095)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(40.090)	(40.090)
Dividendos propostos					(17.363)	(17.363)
Dividendo adicional proposto			172.358		(172.358)	–
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				27.408		27.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(9.319)		(9.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (*Ajustado*)	**254.628**	**334.728**	**219.128**	**1.348**	**5.257**	**815.089**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2010			(172.358)			(172.358)
Lucro líquido do exercício					278.238	278.238
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			14.174		(14.174)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(38.104)	(38.104)
Dividendos propostos					(29.227)	(29.227)
Dividendo adicional proposto			201.990		(201.990)	–
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(50.556)		(50.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				17.189		17.189
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**254.628**	**334.728**	**262.934**	**(32.019)**	**–**	**820.271**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou Bandeirante), Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/1998 - ANEEL pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 26 de fevereiro de 2010 a Companhia assinou o Quarto Termo Aditivo ao contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 202/1998 proposto pela ANEEL, alterando os procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando a neutralidade dos Encargos Setoriais da Parcela "A" da Receita Anual da Companhia a partir dos reajustes tarifários anuais de 2010.

2. Práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e legislação específica emanada pela ANEEL.

De acordo com o item nº 10 do CPC 26 a Companhia optou por apresentar os resultados abrangentes nas Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Consumidores e concessionárias (Nota 6)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 26);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 13)

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Investimentos

Inclui os investimentos em terrenos e imóveis, avaliados ao custo de aquisição, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufere uma renda.

e) Imobilizado (Nota 14)

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

f) Ativo intangível (Nota 15)

O ativo intangível compreende:

• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

• Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 16)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

k) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 18)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, e para os empréstimos em moeda estrangeira que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

l) Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 27)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis, segundo a legislação vigente, de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

o) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 19.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial.

p) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

q) Capital social (Nota 23.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

r) Dividendos (Nota 23.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge,* que estão reconhecidos no resultado.

t) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 2.3.o.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Perda ou ganho de receita - baixa renda; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; e Planos de benefícios pós-emprego.

u) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros de derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação *(trade date)* pelo seu valor justo. Subsequentemente, este valor justo é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período. O reconhecimento das variações de valor justo destes derivativos, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

v) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

x) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

y) Contratos de concessão

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A ICPC 01 é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplicam-se os dois modelos.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 e 2010 na data de transição

3.1. Reconciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	129.091		129.091
Consumidores e concessionárias	347.271	(15.728)	331.543
Impostos e contribuições sociais	97.966	5.022	102.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79.022	(79.022)	–
Estoques	4.461		4.461
Cauções e depósitos vinculados	14.152		14.152
Despesas pagas antecipadamente	464		464
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	64.555	(64.555)	–
Outros créditos	69.720	(994)	68.726
	806.702	**(155.277)**	**651.425**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável		94.250	94.250
Consumidores e concessionárias	101.419	(4.263)	97.156
Impostos e contribuições sociais	18.525		18.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	203.526	92.694	296.220
Partes relacionadas	1.961		1.961
Cauções e depósitos vinculados	48.270		48.270
Despesas pagas antecipadamente	1		1
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	48.237	(48.237)	–
Outros créditos	9.825		9.825
	431.764	**134.444**	**566.208**
Investimentos	681	2.794	3.475
Imobilizado	955.212	(954.941)	271
Intangível	56.332	857.897	914.229
	1.012.225	**(94.250)**	**917.975**
Total do ativo	**2.250.691**	**(115.083)**	**2.135.608**

Passivo e Patrimônio Líquido	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	208.741		208.741
Impostos e contribuições sociais	131.848	(11.779)	120.069
Dividendos	184.255	(143.420)	40.835
Debêntures	94.316	48	94.364
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	76.339		76.339
Benefícios pós-emprego	27.036		27.036
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	53.408	(53.408)	–
Obrigações estimadas com pessoal	20.756	(994)	19.762
Encargos regulamentares e setoriais	64.785		64.785
Provisões	5.255		5.255
Outras contas a pagar	104.649	(4.192)	100.457
	971.388	**(213.745)**	**757.643**
Não circulante			
Debêntures	166.075	309	166.384
Empréstimos e financiamentos	187.501		187.501
Benefícios pós-emprego	63.678	25.365	89.043
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	7.572	(7.572)	–
Partes relacionadas	619		619
Encargos regulamentares e setoriais	586		586
Provisões	123.095		123.095
Reserva para reversão e amortização	17.248		17.248
Outras contas a pagar	32.898	(13.454)	19.444
	599.272	**4.648**	**603.920**
Patrimônio Líquido			
Capital social	254.628		254.628
Reservas de capital	334.728		334.728
Reservas de lucros	90.675	143.420	234.095
Ajustes de avaliação patrimonial		(16.741)	(16.741)
Prejuízos acumulados		(32.665)	(32.665)
	680.031	**94.014**	**774.045**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.250.691**	**(115.083)**	**2.135.608**

3.2. Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	337.731		337.731
Consumidores e concessionárias	445.628	(27.658)	417.970
Impostos e contribuições sociais	140.120	1.212	141.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.456	(70.456)	–
Estoques	8.792		8.792
Cauções e depósitos vinculados	1.610		1.610
Despesas pagas antecipadamente	619		619
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	69.580	(69.580)	–
Outros créditos	84.170	(820)	83.350
	1.158.706	**(167.302)**	**991.404**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável		126.195	126.195
Consumidores e concessionárias	61.697	(10.354)	51.343
Impostos e contribuições sociais	16.791		16.791
Imposto de renda e contribuição social diferidos	167.471	70.169	237.640
Partes relacionadas	2.045		2.045
Cauções e depósitos vinculados	30.302		30.302
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	25.508	(25.508)	–
Outros créditos	15.746		15.746
	319.560	**160.502**	**480.062**
Investimentos	681	2.581	3.262
Imobilizado	1.013.602	(1.013.386)	216
Intangível	42.695	888.787	931.482
	1.056.978	**(122.018)**	**934.960**
Total do ativo	**2.535.244**	**(128.818)**	**2.406.426**

Passivo e Patrimônio Líquido	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	238.234		238.234
Impostos e contribuições sociais	193.580	667	194.247
Dividendos	223.797	(172.358)	51.439
Debêntures	87.632	260	87.892
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	300.592		300.592
Benefícios pós-emprego	21.011		21.011
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	23.299	(23.299)	–
Devolução tarifária	28.090	(28.090)	–
Obrigações estimadas com pessoal	21.790	(820)	20.970
Encargos regulamentares e setoriais	62.745		62.745
Provisões	7.627	3	7.630
Outras contas a pagar	89.389	(1.146)	88.243
	1.297.786	**(224.783)**	**1.073.003**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	36.194		36.194
Impostos e contribuições sociais diferidos		694	694
Debêntures	83.248	49	83.297
Empréstimos e financiamentos	224.883		224.883
Benefícios pós-emprego	67.366	(5.448)	61.918
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	53.879	(53.879)	–
Partes relacionadas	534		534
Encargos regulamentares e setoriais	4.961		4.961
Provisões	68.235	19	68.254
Reserva para reversão e amortização	17.248		17.248
Outras contas a pagar	44.784	(24.433)	20.351
	601.332	**(82.998)**	**518.334**
Patrimônio líquido			
Capital social	254.628		254.628
Reservas de capital	334.728		334.728
Reservas de lucros	46.770	172.358	219.128
Ajustes de avaliação patrimonial		1.348	1.348
Lucros acumulados		5.257	5.257
	636.126	**178.963**	**815.089**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.535.244**	**(128.818)**	**2.406.426**

3.3. Reconciliação da demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	**2.099.349**	**(7.121)**	**2.092.228**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(1.013.607)	12.764	(1.000.843)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(320.398)	31.736	(288.662)
	(1.334.005)	**44.500**	**(1.289.505)**
Custo de operação			
Pessoal	(65.470)		(65.470)
Materiais e serviços de terceiros	(59.153)		(59.153)
Depreciações e amortizações	(74.042)		(74.042)
Outros custos de operação	(15.059)		(15.059)
	(213.724)	**–**	**(213.724)**
	(1.547.729)	**44.500**	**(1.503.229)**
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.583)		(1.583)
Lucro operacional bruto	**550.037**	**37.379**	**587.416**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(49.951)		(49.951)
Despesas gerais e administrativas	(113.614)	3.415	(110.199)
Depreciações e amortizações	(10.037)	(53)	(10.090)
Outras despesas operacionais	(15.537)	(21)	(15.558)
	(189.139)	**3.341**	**(185.798)**
Resultado do serviço	**360.898**	**40.720**	**401.618**
Receitas financeiras	49.389	10.212	59.601
Despesas financeiras	(69.133)	4.771	(64.362)
Resultado financeiro	**(19.744)**	**14.983**	**(4.761)**
Outras receitas	2.973		2.973
Outras despesas	(9.539)		(9.539)
Outros resultados	**(6.566)**	**–**	**(6.566)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**334.588**	**55.703**	**390.291**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(48.061)	(17.781)	(65.842)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(44.621)		(44.621)
	(92.682)	**(17.781)**	**(110.463)**
Lucro líquido do exercício	**241.906**	**37.922**	**279.828**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não Circulante

Consumidores e Concessionárias: baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir a estrutura conceitual dos CPCs.

Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: reclassificação do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32 e impactos decorrentes da adoção dos demais CPCs.

Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias passando a retificar a rubrica de Obrigações estimadas com pessoal, em atendimento à adoção do CPC 33.

Ativo financeiro indenizável: reclassificação por conta da adoção da ICPC 01, da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão que terá seu valor recuperado por reembolso pelo Poder Concedente ao final do prazo da concessão.

Investimentos: reclassificação de itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28.

Imobilizado: (i) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20; (ii) reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão para ativo intangível e ativo financeiro indenizável, em decorrência da adoção da ICPC 01; e (iii) reclassificação de alguns itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28.

Intangível: (i) reconhecimento das licenças de operação pela adoção do CPC 25 e (ii) reclassificação da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão que terá seu valor recuperado pela cobrança de tarifa por conta da adoção da ICPC 01.

Passivo

Circulante e Não Circulante

Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Dividendos: reclassificação para o patrimômio líquido da parcela refente ao excedente do dividendo minímo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Debêntures: O método de amortização dos custos antecipados era considerado de forma linear e passou a acompanhar a curva de amortização da captação a qual se referem.

Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Devolução tarifária: baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias, anteriormente classificados na rubrica de Outros Créditos, passando a retificar essa rubrica, em decorrência da adoção do CPC 33.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: incidência dos tributos sobre os ajustes efetuados pelo CPC 33.

Benefícios pós-emprego: os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido, na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial, no exercício em que ocorrem de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33.

Outras contas a pagar: baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Patrimônio Líquido

Reservas de lucros: reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo minímo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Ajustes de avaliação patrimonial: os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente nessa rubica, de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33.

Lucros acumulados: (i) inclui as baixas dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs; e (ii) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) capitalização de juros e amortização do intangível correspondente referente a aplicação do CPC 20; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; e (iii) baixa dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

4. Reajuste tarifário de 2010

A ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria, ocorrida em 5 de outubro de 2010, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 10,70%, a ser aplicado às tarifas da Companhia, para o período de 23 de outubro de 2010 a 22 de outubro de 2011, sendo 10,25% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 0,45% referentes aos componentes financeiros pertinentes. O reajuste médio percebido pelos consumidores é de 7,91%.

A realização da Revisão Tarifária Periódica - RTP está prevista no Contrato de Concessão e considera as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares, no contexto nacional e internacional, e os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes - para um dado nível de qualidade do serviço - e com uma remuneração justa e adequada sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de produtividade para o período tarifário seguinte.

As novas tarifas praticadas pela Companhia, já incorporam os efeitos da nova metodologia proposta no Termo de Aditivo aprovado pela ANEEL em Reunião Pública de Diretoria do dia 2 de fevereiro de 2010.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	107.460	155.915
Aplicações financeiras - renda fixa	256.626	181.816
Total	**364.086**	**337.731**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6. Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009 *Ajustado*
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	63.084	56.586	17.902	137.572	(27.283)	110.289	106.171
Industrial	7.858	12.513	11.039	31.410	(11.352)	20.058	36.960
Comércio, serviços e outras atividades	10.729	12.512	12.557	35.798	(13.361)	22.437	26.528
Rural	700	414	305	1.419	(168)	1.251	1.235
Poder público							
Federal	2.605	153	67	2.825	(13)	2.812	2.885
Estadual	2.697	204	369	3.270	(304)	2.966	3.196
Municipal	2.031	1.141	4.913	8.085	(537)	7.548	5.940
Iluminação pública	2.993	3.187	8.873	15.053	(900)	14.153	10.478
Serviço público	3.899	1.210	14.487	19.596	(43)	19.553	20.611
Fornecimento não faturado	171.128			171.128		171.128	157.730
Parcelamentos de débitos	28.019	2.856	14.047	44.922	(3.662)	41.260	33.540
(–) Ajuste a valor presente	1.502			1.502		1.502	2.106
	297.245	**90.776**	**84.559**	**472.580**	**(57.623)**	**414.957**	**407.380**
Concessionárias							
Energia de curto prazo	3.938			3.938		3.938	
Encargos de uso da rede elétrica	4.000			4.000		4.000	5.202
Outros	7.109			7.109		7.109	5.388
	15.047	**–**	**–**	**15.047**	**–**	**15.047**	**10.590**
Total Circulante	**312.292**	**90.776**	**84.559**	**487.627**	**(57.623)**	**430.004**	**417.970**
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	6.418			6.418		6.418	6.929
Comércio, serviços e outras atividades	54			54		54	54
Poder público							
Municipal	3			3		3	3

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
							Ajustado
Parcelamentos de débitos	32.303			32.303		32.303	37.216
(–) Ajuste a valor presente	(10.087)			(10.087)		(10.087)	(13.028)
	28.691	**–**	**–**	**28.691**	**–**	**28.691**	**31.174**
Concessionárias							
Energia de curto prazo	11.141			11.141	(11.141)	–	–
Piratininga	20.169			20.169		20.169	20.169
	31.310	**–**	**–**	**31.310**	**(11.141)**	**20.169**	**20.169**
Total Não circulante	**60.001**	**–**	**–**	**60.001**	**(11.141)**	**48.860**	**51.343**

6.1. Energia de Curto Prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2. Concessionária - Piratininga

Os valores de R$20.169 em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 no Ativo Não circulante e de R$19.335 em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 no Passivo circulante e não circulante (Nota 12), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante, realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

6.3. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 a taxa é de 15,07%a.a., afetando positivamente o resultado do exercício em R$2.337 (negativamente em R$2.790 em 2009).

7. Despesas pagas antecipadamente

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Prêmio de seguros	943	619
Outros	154	
Total	**1.097**	**619**

8. Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado		*Ajustado*
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	113.634	72.097		
ICMS	21.770	22.113	19.481	16.791
PIS e COFINS	23.452	15.784		
PIS e COFINS - COSIT 27 (Nota 12)	40.614	29.110		
Outros	72	2.228		
Total	**199.542**	**141.332**	**19.481**	**16.791**
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	80.572	48.757		
ICMS	119.091	91.514		
PIS e COFINS	32.881	28.698		
IRRF sobre juros s/capital próprio	5.716	6.014		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	22.860	15.512	34.291	36.194
Outros	4.464	3.752		
Total	**265.584**	**194.247**	**34.291**	**36.194**

8.1. PIS e COFINS - COSIT 27

O saldo de R$40.614 (R$29.110 em 2009) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu inicialmente um Passivo circulante de igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão reduzindo a alíquota efetiva do PIS e da COFINS a ser cobrada no futuro (Nota 12).

No exercício de 2011 será realizada a compensação do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil. A devolução através da redução da alíquota efetiva do PIS e da COFINS aos consumidores teve início em novembro de 2010, no montante de R$8.378.

8.2. Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes, relativos a processos de natureza tributária na esfera federal.

Composição - Passivo	31/12/2010	31/12/2009
Imposto de renda e contribuição social	10.533	7.378
PIS/COFINS	46.618	44.328
Total	**57.151**	**51.706**

Do montante total desta adesão, parte será amortizada através de compensação com recursos de depósitos judiciais no montante de R$9.619 e parte com créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no valor de R$8.690, sendo o restante liquidado em 30 parcelas.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

	Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado
IRPJ sobre prejuízos fiscais	3.418	29.860
CSLL sobre base negativa	5.272	14.800
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias	55.403	56.421
IRPJ e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP	22.277	22.956
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	102.570	108.879
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	20.177	4.724
Total	**209.117**	**237.640**

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Não circulante
53.055	87.337	48.036	7.700	7.979	4.945	65	209.117

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

9.1. Composição e base de cálculo

	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total**
Prejuízos Fiscais	13.670	3.418		3.418	29.860
Base Negativa da Contribuição Social	58.572		5.272	5.272	14.800
		3.418	**5.272**	**8.690**	**44.660**
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.824	17.706	6.374	24.080	22.738
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	78.694	19.674	7.082	26.756	25.674
Provisão para Resultados de *swap*	13.271	3.318	1.194	4.512	7.487
Provisão para Perdas em Estoques	199	50	18	68	228
Provisão para bônus empregados	(38)	(10)	(3)	(13)	294
Total diferenças temporárias		**40.738**	**14.665**	**55.403**	**56.421**
Benefícios pós-emprego - PSAP	65.522	16.380	5.897	22.277	22.956
Ágio incorporado	301.678	75.419	27.151	102.570	108.879
Diferenças Temporárias - RTT					
Consumidores - ajuste a valor presente	8.585	2.146	774	2.920	3.714
Encargos Financeiros - *Recouponing*	2.225	556	200	756	1.434
Emprést. e Financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	20	5	2	7	(139)
Imobilizado em Serviços - Intangíveis					3
Benefícios a empregados - CPC 33	48.511	12.128	4.366	16.494	(288)
Total diferenças temporárias - RTT	**–**	**14.835**	**5.342**	**20.177**	**4.724**
Total Ativos/Passivos Diferidos	**–**	**150.790**	**58.327**	**209.117**	**237.640**

A mutação do Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício, foi registrado em contrapartida a crédito do Patrimônio líquido no montante de R$16.389 e a débito do Resultado do exercício no montante de R$44.912, respectivamente.

9.2. O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

9.3. O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo na aquisição de ações da Bandeirante, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$6.034 até o ano de 2027 (Nota 15.2).

9.4. A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 9.1 e 9.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e coligadas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão apresentados como segue:

					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	**Contraparte**	**Data da transação**	**Período de duração**	**Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**2010**	**2009**
Outros Créditos										
Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado	Enerpeixe	01/01/2007	Não existe data para liquidação do saldo		162	162				
					162	**162**	**–**	**–**	**–**	**–**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		177	399	1	243		
	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		159	385				
	Enertrade	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		32	109				
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		120	677	14	263		
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada	Enerpeixe	01/07/2007	Não existe data para liquidação do saldo		475	475				
Compra de energia elétrica	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038					28		
					963	**2.045**	**15**	**534**	**–**	**–**
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	CESA	30/11/2009	30/11/2009 a 23/10/2028							(34)
	Evercy	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025				15	11	(107)	(54)
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	15/06/2009	15/06/2009 a 15/09/2009							(10)
Contrato de mútuo 104% do CDI	Escelsa	29/05/2009	29/05/2009 a 29/08/2009							1.865
Compra de energia elétrica	Enerpeixe	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	161,23			19.340	18.453	(139.927)	(143.284)
	Enerpeixe	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	152,59			6.826	6.761	(52.119)	(52.498)
	EDP Lajeado	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013							(12.368)
	Energest	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	74,28			63	90	(590)	(682)
	Energest	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	83,41			62	68	(441)	(510)
	Energest	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	99,64			62	67	(438)	(505)
	Energest	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	143,01			22	22	(155)	(163)
	Enertrade	27/02/2008	01/03/2009 a 31/12/2009					7.473		(57.801)
	Investco	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	118,04			133	130	(1.285)	(1.538)
	Investco	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032				15	15	(166)	(171)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	Ativo 31/12/2010	Ativo 31/12/2009	Passivo 31/12/2010	Passivo 31/12/2009	Receitas (despesas) no exercício 2010	Receitas (despesas) no exercício 2009
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Investco	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04			4	3	(40)	(41)
	Lajeado Energia	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	118,04			9.785	7.060	(14.159)	(3.157)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	141,78			2	31	(15)	(14)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	143,01			9	143	(67)	(64)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	133,17			29	470	(219)	(210)
	Santa Fé	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	151,79			46	45	(322)	(340)
					–	–	**36.413**	**40.842**	**(210.050)**	**(271.579)**
				Total	**1.125**	**2.207**	**36.428**	**41.376**	**(210.050)**	**(271.579)**

10.1. Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP Energias do Brasil S.A.

10.2. Remuneração dos administradores

10.2.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês:

Proporção de cada elemento na remuneração total no exercício de 2010.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 71%

Remuneração Variável: 29%

Conselho Fiscal

Não se aplica

10.2.2. Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	6	5	11
Remuneração fixa anual (em R$)	**29.040**	**1.415.600**	**1.444.640**
Salário ou pró-labore	29.040	1.415.600	1.444.640
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R$)	**n/a**	**590.426**	**590.426**
Bônus	n/a	590.426	590.426
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração, por órgão	**29.040**	**2.006.026**	**2.035.066**

* (n/a) = Não aplicável

Obs.: Dos 5 diretores estatutários, 1 foi desligado em Agosto/2010.

10.2.3. Remuneração Média do Conselho de Administração e da Diretoria no exercício de 2010:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	5
Valor da maior remuneração individual (em R$)	n/a	735.246
Valor da menor remuneração individual (em R$)	n/a	73.112
Valor médio de remuneração individual (em R$)	n/a	286.575

Dos 6 Conselheiros de Administração da Companhia, apenas 1 é remunerado.

11. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009	Não circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2009
Depósitos judiciais	8.2 e 22			115.442	30.283
Cauções e depósitos vinculados		362	1.610	356	19
Total		**362**	**1.610**	**115.798**	**30.302**

12. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009 *Ajustado*	Não circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2009 *Ajustado*
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	256	316		
Adiantamentos a fornecedores	16			
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 12.1)	31.092	49.001		
Dispêndios a reembolsar	5.313	5.234		
RGR a compensar		715		
Serviços em curso (Nota 12.2)	39.056	18.033		
Serviços prestados a terceiros	3.132	851	11.149	14.449
Desativações e alienações em curso	11.310	5.926		
Compartilhamento de infraestrutura	1.126	1.138		
Outros	1.348	2.136	1.297	1.297
Total	**92.649**	**83.350**	**12.446**	**15.746**
Outras contas a pagar - Passivo				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos	11.004	9.753		
Contribuição de iluminação pública	1.541	921		
Valores a pagar à CPFL - Piratininga	382	382	18.953	18.953
Credores diversos - consumidores	8.600	9.688		
Credores diversos - concessionárias	4.161	4.161		
Folha de pagamento	1.581	1.612		
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 12.1)	15.200	22.804		
Cessão de créditos de ICMS	1.267	2.390		
Valores a pagar TVs a cabo e telefonia	2.985	2.398		
Devolução PIS/ COFINS COSIT 27 (Nota 8.1)	25.108	29.110		
Outras	6.203	5.024	1.080	1.398
Total	**78.032**	**88.243**	**20.033**	**20.351**

12.1. Modicidade tarifária - baixa renda

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial da Companhia.

Em atendimento ao Termo de Notificação nº 1.091, de 18 de novembro de 2005 da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, em que o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade baixa renda, a Companhia registrou no exercício de 2008 o montante de R$47.640 referente a valores a devolver aos consumidores das tarifas cobradas a maior.

Considerando-se que a legislação e regulamentação dessa matéria preveem o ressarcimento desses valores através do mecanismo da subvenção econômica, no mesmo momento foi registro um ativo a receber em igual montante, ambos, em contrapartida à receita operacional.

O montante total devolvido aos consumidores até 31 de dezembro de 2010 é de R$27.277 (R$24.836 até 31 de dezembro de 2009).

A Companhia efetuou a revisão da base de enquadramento e em decorrência dessa nova base a posição inicial passou a ser de R$29.698. Nesse exercício foi registrado o valor de R$12.779 a débito de Despesas operacionais.

No caso de clientes inativos estão sendo tomadas as medidas para identificar a sua localização e efetuar a devolução.

12.2. Serviços em curso

Referem-se aos custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso.

13. Ativo financeiro indenizável

O saldo de R$135.379 em 31 de dezembro de 2010 (R$126.195 em 2009) refere-se a crédito a receber do poder concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros refletem o saldo remanescente do ativo intangível não amortizável após o final do prazo de concessão e são calculados com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão, que serão reversíveis no final da concessão. O registro contábil desse ativo financeiro foi em contrapartida do ativo não circulante na rubrica Intangível.

14. Imobilizado

Referem-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão, e o saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$173 (R$216 em 2009). No exercício o valor da depreciação foi de R$22 e baixas de R$21.

15. Intangível

	31/12/2010 Custo histórico	31/12/2010 Amortização acumulada	31/12/2010 Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido *Ajustado*
Direito de concessão - Infraestrutura				
Em serviço	2.087.121	(1.256.938)	830.183	822.001
Em curso	178.210		178.210	109.481
Atividades não vinculadas à concessão				
Ágio na incorporação de sociedade controladora	460.584		460.584	460.584
(–) Provisão para manutenção de dividendos	(460.584)		(460.584)	(460.584)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	158.906		158.906	140.354
(–) Amortização acumulada do ágio	(158.906)		(158.906)	(140.354)
	2.265.331	**(1.256.938)**	**1.008.393**	**931.482**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Ingresso	Transferência Intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclas.	Valor líquido 31/12/2010
Intangível em serviço							
Direito de concessão - Infraestrutura	822.001		105.339	(84.089)	(18.866)	5.798	830.183
Intangível em curso							
Direito de concessão - Infraestrutura	109.481	188.948	(120.088)		(131)		178.210
	931.482	**188.948**	**(14.749)**	**(84.089)**	**(18.997)**	**5.798**	**1.008.393**

15.1. Capitalização de encargos de dívidas

A Companhia procedeu a capitalização de encargos financeiros no montante de R$11.452, retroativos a 1º de janeiro de 2009, tendo sido registrado o valor de R$4.207 relativos ao exercício de 2009 a crédito do Patrimônio líquido na rubrica de Lucros acumulados e R$7.245 relativos ao exercício de 2010 a crédito de Despesas financeiras.

15.2. Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão e é amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade e o prazo de concessão da Companhia, cujo teste de recuperação efetuado de acordo com o CPC 01, no exercício de 2010 não indicou perda de valor a ser reconhecida (Nota 9.3).

16. Fornecedores

	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	161.559	138.927
Energia livre (Nota 16.1)	26.388	14.974
CCEE (compra de energia de curto prazo)	10.721	423
Encargos de uso da rede elétrica	43.013	41.154
Encargos de serviços de sistema	5.543	343
Materiais e serviços	55.405	42.413
Total	**302.629**	**238.234**

16.1. Energia livre

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela Taxa SELIC mensal a ser liquidado até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia, encontra-se suspenso por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado nos autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$11.414 em contrapartida a despesa financeira (R$14.420 em 2009). O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$26.388 (R$ 14.974 em 2009).

17. Debêntures

3ª emissão de debêntures

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 25 mil debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000, com prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de março de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de março de 2011. A colocação foi concluída em 7 de abril de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de setembro de 2006 e o último em 1º de março de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento;

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração acrescido de caixa no início do período de apuração acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);

(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;

(iv) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;

(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

4ª emissão de debêntures

Em 1º de julho de 2010 foi promovida a quarta emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 39 mil debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000.00, com subscrição integral no valor total de R$390.000, com prazo de vigência de 6 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 4 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de julho de 2016, sendo a primeira amortização em 1º de julho de 2014.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% ao ano, com base em 252 dias úteis (Acréscimo sobre a Taxa DI), conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário e, imediatamente, após a primeira Data de Amortização das Debêntures, ao Saldo do Valor Nominal Unitário e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na Escritura de Emissão. O pagamento da Remuneração será feito semestralmente a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 1º dos meses de janeiro e julho de cada ano, até a Data de Vencimento.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;

(ii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo ultrapasse R$40.000.000,00, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404;

(iv) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e

(v) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2014	77.393
2015	155.197
2016	155.411
Total	**388.001**

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionado	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2010
	Ajustado							
Circulante	87.892		(83.333)	(11.294)	32.983	82.482	515	109.245
	87.892	**–**	**(83.333)**	**(11.294)**	**32.983**	**82.482**	**515**	**109.245**
Não circulante	83.297	387.186				(82.482)		388.001
	83.297	**387.186**	**–**	**–**	**–**	**(82.482)**	**–**	**388.001**

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2010			31/12/2009		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial	84	10.801	2.711	154	11.287	14.120
(–) BID - Amortização do custo da transação			(1.438)	(240)		(1.438)	(1.678)
		84	**9.363**	**2.471**	**154**	**9.849**	**12.442**
Moeda nacional							
Eletrobrás	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a (tx. adm.)		4.775	17.252		2.571	12.327
Cédula de Crédito Bancário	105% do CDI	492	20.400	40.800	482	20.400	61.200
Juros s/fundo reversão	5% a.a.				73		
BNDES FINAME	de 4% a 5% a.a. acima da TJLP				5	1.015	
BNDES - Banco do Brasil	3,3% a.a. acima da TJLP	82	5.937	14.842	106	5.936	20.778
BNDES - Banco Santander	3,3% a.a. acima da TJLP	82	5.937	14.842	106	5.937	20.778
BNDES - BB/CALC	de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP	725	8.396	77.968	170		86.364
HSBC - Notas Promissórias	CDI + 1,3% a.a.				13.178	230.000	
		1.381	**45.445**	**165.704**	**14.120**	**265.859**	**201.447**
Resultado dos *Swaps*							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	de 97,94% a 118,94% do CDI		10.946	2.345		10.610	10.994
		–	**10.946**	**2.345**	**–**	**10.610**	**10.994**
Total		**1.465**	**65.754**	**170.520**	**14.274**	**286.318**	**224.883**

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

(i) Tranche "A" - US$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,38% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

(ii) Tranche "B" - US$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco JP Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento. Essa operação financeira está valorizada pelo valor justo, conforme descrito na nota 28 (Instrumentos financeiros).

Eletrobrás

Programa Reluz

(i) Contrato ECF 2617/07, firmado em 9 de abril de 2007. Linha de crédito no valor de R$608 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$61 e R$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Contrato ECF 2656/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R$3.911 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R$391 e R$3.203 em 18 de junho de 2008 e 17 de fevereiro de 2009, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iii) Contrato ECF 2657/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R$10.036 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R$1.004 e R$8.915 em 17 de fevereiro de 2009 e 16 de abril de 2010, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de abril de 2010 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2010 e a última em 30 de abril de 2015. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iv) Contrato ECF 2658/07, firmado em 12 de dezembro de 2007. Linha de crédito no valor de R$2.946 a título de financiamento. Foram liberados recursos nos valores de R$295 e R$2.154 em 18 de junho de 2008 e 17 de fevereiro de 2009, respectivamente. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Programa Luz para Todos

(i) 1ª etapa - Contrato ECFS 019/04 - Linha de crédito no valor de R$11.523, a título de financiamento RGR, e R$1.773 a título de subvenção econômica. Contrato firmado em 28 de maio de 2004, sendo que foram liberados recursos no montante de R$1.152 em 2004, R$2.305 em 2005, R$3.623 em 2006, R$2.262 em 2010, totalizando R$9.342 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R$177 em 2004, R$355 em 2005, R$557 em 2006, totalizando R$1.089. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) 2ª etapa - Contrato ECFS 184/07 - Linha de crédito no valor de R$12.359, a título de financiamento RGR, não há valores a título de subvenção econômica. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que foram liberados recursos no montante de R$3.708 em 2007. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R$102.000, sendo R$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES/CALC - Aprovado em dezembro de 2008, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, no montante de R$153.283, com a finalidade de implantação do Programa de Investimentos 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. A 1ª liberação efetuada para a Companhia de R$86.364 ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

HSBC - Notas Promissórias - Em 7 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Bandeirante aprovou a contratação de linha de financiamento de curto prazo, materializada pela emissão de Nota Promissória. As Notas promissórias foram emitidas de forma cartular e ficarão depositadas no Banco Bradesco S.A. A remuneração corresponde à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DIs) de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, capitalizada de um *spread* correspondente a 1,30% a.a. O valor de cada nota corresponde a R$1.000 e foram emitidas 230 notas totalizando o montante de R$230.000. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 31 de maio de 2010 em uma única parcela.

Vencimento das parcelas do Circulante e não circulante (principal e encargos):

	Tipo de moeda		
Vencimento	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2011	46.826	20.393	67.219
	46.826	**20.393**	**67.219**
Não circulante			
2012	51.444	4.816	56.260
2013	51.360		51.360
2014	23.969		23.969
2015	16.497		16.497
2016	15.386		15.386
2017	6.337		6.337
2018	402		402
2019	309		309
	165.704	**4.816**	**170.520**
Total	**212.530**	**25.209**	**237.739**

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

Circulante	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Custos de transação	Variação monetária cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	289.982	1.165	(280.063)	(43.227)	30.443	(17)	57.738		720	(468)	56.273
Swaps	10.610		(8.395)	(3.422)	1.991		9.365	284		513	10.946
	300.592	**1.165**	**(288.458)**	**(46.649)**	**32.434**	**(17)**	**67.103**	**284**	**720**	**45**	**67.219**
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	213.889	11.177				17	(57.738)		720	110	168.175
Swaps	10.994				723		(9.365)	145		(152)	2.345
	224.883	**11.177**	–	–	**723**	**17**	**(67.103)**	**145**	**720**	**(42)**	**170.520**

19. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, como segue:

19.1 PSAP/Bandeirante

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
BSPS - Reservas a amortizar	19.245	14.121	93.998	61.918
Programas assistenciais		6.890	6.867	
	19.245	**21.011**	**100.865**	**61.918**

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", sob gestão da Fundação Cesp, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia.

Este plano encontra-se em processo de transferência de gestão para EnerPrev que será concretizada no primeiro semestre de 2011, conforme Portaria nº 670, de 3 de setembro de 2010, publicada no DOU-Diário Oficial da União em 6 de setembro de 2010. O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R$113.243, apurado em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. Parte do compromisso está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

• Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição Definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício Definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na conciliação dos ativos e obrigações do plano com o passivo de benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2010			2009		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial	**(430.120)**	**354.080**	**(76.040)**	**(422.199)**	**312.153**	**(110.046)**
Custo do serviço corrente	1.664		1.664	1.625		1.625
Custo dos juros	(47.185)		(47.185)	(46.591)		(46.591)
Rendimento esperado dos ativos		40.638	40.638		45.603	45.603
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(32.761)	(17.794)	(50.555)	16.553		16.553
Contribuições pagas pelos empregados	(2.033)	2.033	–	(2.121)	2.121	–
Contribuições pagas pela empresa		18.234	18.234		16.816	16.816
Benefícios pagos pelo plano	23.996	(23.996)	–	22.613	(22.613)	–
Saldo final	**(486.439)**	**373.195**	**(113.244)**	**(430.120)**	**354.080**	**(76.040)**

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o ano de 2011 são de R$19.246.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2010 e 2009 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	1.064	983
Custo dos juros	47.185	46.591
Rendimento esperado dos ativos	(40.638)	(34.749)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.728)	(2.608)
Total	**4.883**	**10.217**

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC nº 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2010 da perda atuarial é de R$48.513 (R$2.042 de ganho atuarial em 31 de dezembro de 2009). Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	17.794	(10.854)	16.490	35.402	12.413
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	4,77%	3,07%	5,28%	12,15%	5,52%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	32.761	(16.553)	(9.382)	13.888	19.147
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	6,73%	3,85%	2,22%	3,42%	4,89%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(486.439)	(430.120)	(422.199)	(406.171)	(391.882)
Valor justo dos ativos	373.195	354.080	312.153	291.471	224.990
Situação do plano	**(113.244)**	**(76.040)**	**(110.046)**	**(114.700)**	**(166.892)**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Alocação %
Títulos de dívida	84,00%
Ações	12,45%
Imóveis	0,37%
Outros	3,18%
Total	**100,00%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2010		2009	
Classe de ativo	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	11,20%	81,04%	10,75%
Ações	14,40%	13,29%	14,01%	13,25%
Imóveis	0,60%	11,20%	4,95%	10,75%
Outros	2,60%	10,77%	0,00%	0,00%
Total	**100%**	**11,49%**	**100%**	**11,00%**

O retorno real dos ativos do plano, no exercício, foi de R$22.844, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$40.638, ocasionando assim uma perda atuarial de R$17.794.

Apresenta-se a seguir, a demonstração do número de participantes do Plano:

	2010	2009
Participantes ativos	829	893
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	132	131
Aposentados e pensionistas	572	531
	704	**662**
Total	**1.533**	**1.555**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2010	2009
Econômicas		
Taxa de desconto	10,75% a.a.	11,20% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49% a.a.	11,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

19.2. EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", sob gestão da EnerPrev e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$413 (R$234 no exercício de 2009).

Esse plano tem a adesão de 190 colaboradores.

20. Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Folha de pagamento	17.809	18.225
INSS e FGTS	3.111	2.745
Total	**20.920**	**20.970**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

21. Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quota de reserva global de reversão - RGR	3.562	1.387		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	15.852	2.614		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	10.536	10.437		
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)	3.149	3.313		
Pesquisa e desenvolvimento	24.380	15.540	3.974	3.900
Programa de eficiência energética	40.075	28.997	3.090	1.061
Taxa de fiscalização - ANEEL	507	457		
Total	**98.061**	**62.745**	**7.064**	**4.961**

21.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008, respectivamente. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

21.2 Outros encargos

A Lei nº 12.911 de 9 de dezembro de 2009, regulamentada pelos Ofícios circulares nºs 965/2010-SFF/ANEEL e 648/2010-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida utlizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional (Nota 24).

22. Provisões

	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	75.957	75.862
Licenças ambientais	25	22
Total	**75.982**	**75.884**
Circulante	6.572	7.630
Não circulante	69.410	68.254
	75.982	**75.884**

22.1. Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - Circulante e não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

22.1.1. Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo					Ativo	
				Baixas			Depósito Judicial	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2009	Adições	Pagtos.	Reversões	Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	18.718	12.359	(7.515)	(7.523)	16.039	1.000	1.061
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.	52.531	11.895	(5.957)	(6.582)	51.887	17.542	8.710
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm.	4.613	3.424		(6)	8.031		
Total		**75.862**	**27.678**	**(13.472)**	**(14.111)**	**75.957**	**18.542**	**9.771**
Circulante		7.627				6.547		
Não circulante		68.235				69.410	18.542	9.771
Total		**75.862**				**75.957**	**18.542**	**9.771**

22.1.2 Trabalhistas

Contempla ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

22.1.3 Cíveis

Referem-se principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$40.260 (R$41.814 em 2009).

22.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito Judicial	
	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	24.140	6.257	461	236
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.	76.444	5.412	61.048	28
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm.	206.369	63.200	4.015	
Total		**306.953**	**74.869**	**65.524**	**264**

Dentre as principais causas com risco de perda avalizadas como possível, destacamos as seguintes ações:

22.2.1 Cíveis

Na esfera Cível, a Companhia é parte no processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das portarias 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R$60.951. Atualmente o processo encontra-se em grau de recurso.

22.2.2 Fiscais

A Companhia reavaliou os riscos dos processos fiscais e parte das ações anteriormente classificadas como risco remoto passaram a ser classificados como risco possível.

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R$88.281. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofreu um acréscimo expressivo no último ano em razão dos novos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/2009 e Resolução SF nº 98/2010.

A Companhia possui outras contingências fiscais no montante aproximado de R$90.772, referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, como consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE).

22.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010 é de R$21.757 (R$7.514 em 2009).

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social de R$254.628 em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Energias do Brasil S.A. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	278.238
Ajuste de exercícios anteriores	5.257
Lucro líquido ajustado	**283.495**
Constituição da reserva legal - 5%	(14.174)
	269.321
Destinação do lucro:	
Dividendos	67.331
Dividendos intermediários - JSCP	38.104
Dividendos - Energias do Brasil	29.227
Dividendo adicional proposto	201.990
Quantidade de ações - mil	39.091.735
Dividendos por ação - JSCP	0,000975
Dividendos complementares por ação ordinária	0,000748

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$38.104, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

23.3 Reservas

	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Reservas de capital		
Doações e subvenções para investimento	177.342	177.342
Incentivos fiscais	787	787
Ágio na incorporação de sociedade controladora	156.599	156.599
Total	**334.728**	**334.728**
Ajustes de avaliação patrimonial		
Perda/Ganho atuarial com benefícios pós-emprego	(48.513)	2.042
IRPJ/CSLL Diferido	16.494	(694)
	(32.019)	**1.348**
Reservas de lucros		
Legal	49.389	35.215
Retenção de lucros	11.555	11.555
Dividendo adicional proposto	201.990	172.358
Total	**262.934**	**219.128**
	565.643	**555.204**

23.3.1 Reservas de capital - Doações e subvenções para investimento

Constituída originalmente na Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., tendo sido vertidas na proporção do patrimônio líquido no processo de cisão realizada pela referida antecessora, ocorrido a partir de 1º janeiro de 1998, e que deu origem ao início das operações da Companhia.

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por:

(i) Despesa de remuneração das imobilizações em curso

Decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso, com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e, principalmente, através da Portaria DNAEE 250/85, de 12 de dezembro de 1985, tendo sido registrada em contrapartida a rubrica de Reservas de capital no patrimônio líquido; e

(ii) Conta de resultados a compensar - CRC.

A Conta de resultados a compensar teve origem na contabilização de crédito relativo aos efeitos do reconhecimento ao direito da compensação dos déficits de remuneração setorial mínima assegurada, e que foi reconhecida quando da mudança do regime de remuneração das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, que substituiu o regime do custo do serviço para o atual modelo de remuneração e controle pelos preços. Com amparo na Lei 8.631 de 4 de março de 1993, essa contabilização foi efetuada em contrapartida a rubrica de Reservas de capital no Patrimônio líquido.

23.3.2 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

23.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

24. Receita operacional líquida

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R$	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009 *Ajustado*
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	1.377.830	1.357.429	3.081.059	2.992.589	1.231.813	1.159.217
Industrial	10.721	10.088	3.226.408	2.951.238	971.829	883.954
Comércio, serviços e outras atividades	94.672	94.536	1.754.278	1.696.831	613.100	586.316
Rural	8.159	8.224	81.260	71.927	17.554	16.637
Poder público	8.339	9.101	294.409	289.023	100.276	97.776
Iluminação pública	1.884	1.804	302.090	297.079	65.189	63.660
Serviço público	1.210	1.173	259.993	248.390	64.803	62.780
Consumo próprio	99	93	4.709	4.701		
Total do fornecimento faturado	**1.502.914**	**1.482.448**	**9.004.206**	**8.551.778**	**3.064.564**	**2.870.340**
(–) ICMS						
Residencial					(246.491)	(236.925)
Industrial					(173.493)	(158.043)
Comércio, serviços e outras atividades					(108.596)	(104.714)
Rural					(645)	(650)
Poder público					(12.758)	(12.323)
Iluminação pública					(11.610)	(11.347)
Serviço público					(12.003)	(11.931)
					(565.596)	**(535.933)**
Total do fornecimento faturado líquido de ICMS					**2.498.968**	**2.334.407**
Fornecimento não faturado					(12.595)	39.263
Modicidade tarifária - baixa renda					2.370	2.588
Suprimento de energia elétrica	2	2	34.005	32.878	1.788	1.482
ECE e EAEEE					(6)	(11)
					2.490.525	**2.377.729**
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(1.454.120)	(1.463.027)
(–) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					272.063	273.947
Total fornecimento de energia elétrica					**1.308.468**	**1.188.649**
Disponibilização do sistema de distribuição						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	82	73	5.271.572	4.707.020	578.352	413.599
(–) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(190.398)	(117.469)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					1.454.120	1.463.027
(–) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(272.063)	(273.947)
					1.570.011	**1.485.210**
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					34.766	457
Serviços taxados e outros					32.378	11.281
Total outras receitas operacionais					**67.144**	**11.738**
					2.945.623	**2.685.597**
(–) Deduções da receita						
PEE e P&D					(22.711)	(20.731)
Outros encargos					(29.545)	(21.688)
CCC					(142.115)	(107.898)
CDE					(126.435)	(125.236)
RGR					(16.672)	(16.381)
PIS/COFINS					(348.692)	(301.187)
ISS					(197)	(248)
					(686.367)	**(593.369)**
Total	**1.502.998**	**1.482.523**	**14.309.783**	**13.291.676**	**2.259.256**	**2.092.228**

(*) Não auditado

25. Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais				
	Com energia eletrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	2010	2009 *Ajustado*
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Itaipu	243.179						243.179	282.929
Leilão	530.584						530.584	404.909
PROINFA	44.606						44.606	38.869
Contratos bilaterais	339.644						339.644	334.197
Energia de curto prazo - CCEE	3.682						3.682	34.274
Outros supridores	64.870						64.870	7.799
Encargo de uso e conexão	332.261						332.261	308.082
Encargo - CCEE	57.470						57.470	10.926
PIS/COFINS	(154.490)						(154.490)	(132.480)
Taxa de fiscalização						5.631	5.631	5.189
	1.461.806	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.631**	**1.467.437**	**1.294.694**
Gerenciáveis								
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		63.449	98		39.289		102.836	110.542
Material		7.969	866		1.258		10.093	9.187
Serviços de terceiros		73.426	1.446		46.673		121.545	105.480
Depreciação e amortização		73.205			10.906		84.111	84.132
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				38.585			38.585	47.649
Provisões para contingências						3.090	3.090	9.700
Aluguéis e arrendamentos		208			2.039		2.247	1.627
PIS/COFINS					(9.961)		(9.961)	
Outras		18.084	19	84	7.137	(471)	24.853	27.599
	–	**236.341**	**2.429**	**38.669**	**97.341**	**2.619**	**377.399**	**395.916**
Total	**1.461.806**	**236.341**	**2.429**	**38.669**	**97.341**	**8.250**	**1.844.836**	**1.690.610**

26. Resultado financeiro

	2010	2009 Ajustado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	25.020	3.785
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	41.681	47.106
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	1.992	
Atualização monetária depósitos judiciais REFIS	14.830	
Variações monetárias moeda nacional		(12.369)
Variações monetárias moeda estrangeira		2
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	8.389	930
Ajustes a valor presente	2.337	(2.790)
Outras receitas financeiras	7.081	22.937
	101.330	**59.601**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(57.589)	(48.629)
Variações monetárias moeda nacional	(3)	(77)
Variações monetárias moeda estrangeira	(72)	11.456
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(6.185)	7.888
Operações de *swap* e *hedge*	(3.075)	(15.473)
SELIC - Energia Livre	(11.414)	(14.420)
Atualização Monetária REFIS	(5.445)	
Marcação a mercado - MTM	(429)	1.107
Outras despesas financeiras	(13.180)	(6.214)
	(97.392)	**(64.362)**
Total	**3.938**	**(4.761)**

27. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009 Ajustado	2010	2009 Ajustado
Lucro antes do IRPJ e CSLL	405.583	390.291	405.583	390.291
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(101.396)**	**(97.573)**	**(36.502)**	**(35.126)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(276)	(482)	(99)	(174)
Perdas indedutíveis	(2.751)	(243)	(990)	(88)
Multas indedutíveis	(13)	(14)	(5)	(5)
Gratificações a administradores	(127)	(8)	(46)	(3)
Pesquisa e desenvolvimento	409	326	147	117
Programa REFIS		5.230		1.883
Juros sobre o capital próprio	9.526	10.023	3.429	3.608
Outras		643		225
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	396	30	88	11
Adicional IRPJ	24	24		
Programa de Alimentação do Trabalhador	156	158		
Incentivo Cultural e Artístico	560	802		
Doações a atividades de caráter Desportivo		173		
Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente	125			
Despesa de IRPJ e CSLL	**(93.367)**	**(80.911)**	**(33.978)**	**(29.552)**
Alíquota efetiva	23,02%	20,73%	8,38%	7,57%

28. Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2. Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	364.086	337.731	364.086	337.731
Consumidores e concessionárias	430.004	417.970	430.004	417.970
Cauções e depósitos vinculados	362	1.610	362	1.610
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	135.379	126.195	135.379	126.195
Consumidores e concessionárias	48.860	51.343	48.860	51.343
Partes relacionadas	963	2.045	963	2.045
Cauções e depósitos vinculados	356	19	356	19
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	302.629	238.234	302.629	238.234
Debêntures	114.390	88.282	109.245	87.892
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	53.037	293.757	56.273	289.982
Derivativos	10.946	10.610	10.946	10.610
Encargos regulamentares e setoriais	98.061	62.745	98.061	62.745
Não circulante				
Debêntures	406.275	83.666	388.001	83.297
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	159.967	216.713	168.175	213.889
Derivativos	2.345	10.994	2.345	10.994
Partes relacionadas	15	534	15	534
Encargos regulamentares e setoriais	7.064	4.961	7.064	4.961

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

31/12/2010

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		364.086		364.086
Consumidores e concessionárias	478.864			478.864
Cauções e depósitos vinculados			718	718
Ativo financeiro indenizável	135.379			135.379
Partes relacionadas	963			963
	615.206	**364.086**	**718**	**980.010**

Passivos financeiros	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores		302.629	302.629
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		224.448	224.448
Derivativos	13.291		13.291
Debêntures		497.246	497.246
Encargos regulamentares e setoriais		105.125	105.125
Partes relacionadas		15	15
	13.291	**1.129.463**	**1.142.754**

31/12/2009

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		337.731		337.731
Consumidores e concessionárias	469.313			469.313
Cauções e depósitos vinculados			1.629	1.629
Ativo financeiro indenizável	126.195			126.195
Partes relacionadas	2.045			2.045
	597.553	**337.731**	**1.629**	**936.913**

Passivos financeiros	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores		238.234	238.234
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		503.871	503.871
Derivativos	21.604		21.604
Debêntures		171.189	171.189
Encargos regulamentares e setoriais		67.706	67.706
Partes relacionadas		534	534
	21.604	**981.534**	**1.003.138**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	364.086	364.086
Passivos financeiros		
Circulante		
Derivativos	10.946	10.946
Não circulante		
Derivativos	2.345	2.345
	377.377	**377.377**

28.3. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 18, possuem como contraparte o BID, BNDES e a Eletrobrás. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, CDI e variações no Dólar.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa Selic, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas especificamente para a Companhia o Dólar são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, que em uma economia onde a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* para controlar todas as exposições a variação cambial para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1. Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicações Financeiras	CDI	17.947	22.434	26.921	13.460	8.974
Cauções e depósitos vinculados	CDI	110	138	165	83	55
Passivos financeiros						
BID	US$	903	1.129	1.355	677	452
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	31.738	39.673	47.607	23.804	15.869
Debêntures	CDI	233.898	292.373	350.847	175.424	116.949
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	13.214	16.518	19.821	9.911	6.607

Valor de referência

CDI - 10,0%

TJLP - 6,0%

US$ - R$1,6662

28.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 18.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa 18. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

	31/12/2010				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2012 até 2014**	**Vencimentos de 2015 até 2016**	**Vencimentos acima de 2016**
Debêntures	497.246	109.245	77.393	310.608	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	224.448	56.273	129.244	31.883	7.048
Derivativos	13.291	10.946	2.345		
	734.985	**176.464**	**208.982**	**342.491**	**7.048**

	31/12/2009				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2011 até 2013**	**Vencimentos de 2014 até 2015**	**Vencimentos acima de 2015**
Debêntures	171.189	87.892	83.297		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	503.871	289.982	154.276	37.382	22.231
Derivativos	21.604	10.610	10.994		
	696.664	**388.484**	**248.567**	**37.382**	**22.231**

28.5. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativos dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada é a fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, podemos levar em face a composição de 14,36% de estimativas de não realização dos créditos conforme Nota 6.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes, anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28.6. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia, foram registradas no resultado.

O valor de mercado dos derivativos da Companhia são observados mensalmente junto as contrapartes da operação.

Instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2010
	SWAP
Ativo	
Libor + 4,375 % aa	5.477
Libor + 4,375 % aa	2.055
Libor + 4,375 % aa	3.439
Libor + 4,375 % aa	2.751
	13.722
Passivo	
104,69% do CDI	11.973
118,94% do CDI	4.036
109,70% do CDI	6.442
109,50% do CDI	4.562
	27.013
Total	**(13.291)**

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas da Companhia em 2010 são:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2010 Resultado financeiro	31/12/2009 Resultado financeiro
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	(3.504)	(14.366)
	(3.504)	**(14.366)**

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

Vencimento	Derivativos líquido
2011	10.946
2012	2.345
Saldo a pagar	**13.291**

Em atendimento a Instrução CVM nº475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro:

					Nocional USD		Nocional R$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
Descrição	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Swap												
Ativo	Banco Citibank	19/03/2004	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa								(60)
Passivo				97,94% do CDI								139
											-	**(199)**
Ativo	Banco Citibank	19/03/2004	14/02/2012	Libor+4,375%aa	3.244	5.837	5.405	17.005	5.477	10.531	242	(3.594)
Passivo				104,69% do CDI					11.973	21.151	1.755	1.973
									(6.496)	**(10.620)**	**(1.513)**	**(5.567)**
Ativo	Banco Citibank	14/12/2004	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa								(22)
Passivo				118,94% do CDI								49
											-	**(71)**
Ativo	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor+4,375%aa	1.216	2.189	2.026	6.062	2.055	3.950	91	(1.347)
Passivo				118,94% do CDI					4.036	7.200	659	993
									(1.981)	**(3.250)**	**(568)**	**(2.340)**
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa								(37)
Passivo				106,30% do CDI								77
											-	**(114)**
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor+4,375%aa	2.027	3.648	3.377	10.524	3.439	6.621	152	(2.246)
Passivo				109,70% do CDI					6.442	11.483	994	1.160
									(3.003)	**(4.862)**	**(842)**	**(3.406)**
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor+4,375%aa	1.622	2.918	2.703	7.598	2.751	5.297	121	(1.797)
Passivo				109,50% do CDI					4.562	8.169	702	765
									(1.811)	**(2.872)**	**(581)**	**(2.562)**
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,00 % aa								(30)
Passivo				98,00% do CDI								58
									-	-	-	**(88)**
Ativo	Banco JP Morgan	28/07/2004	02/01/2009	USD								1
Passivo				71,60% do CDI								
									-	-	-	**(1)**
Ativo	Banco JP Morgan	11/07/2005	02/01/2009	EURO								4
Passivo				59,80% do CDI								
									-	-	-	**(4)**
Ativo	Banco Citibank	11/02/2005	28/01/2009	USD								(6)
Passivo				79,94% do CDI								8
									-	-	-	**(14)**
									(13.291)	**(21.604)**	**(3.504)**	**(14.366)**

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2010
Subestações	510.753
Prédios e conteúdos (próprios)	17.683
Prédios e conteúdos (terceiros)	44.947
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	269.644

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Vice-Presidente

Conselheiros

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
LEANDRO DA SILVA NETTO
MIGUEL DIAS AMARO
POMPEU FREIRE DE MESQUITA

DIRETORIA

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Presidente e Diretor de Sustentabilidade

MICHEL NUNES ITKES
Diretor Comercial

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

FRANCISCO ALFREDO FERNANDES
Diretor Técnico e de Meio Ambiente

DONATO DA SILVA FILHO
Diretor de Regulação

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137290/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Bandeirante Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Bandeirante Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bandeirante Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O ano de 2010 foi marcante para a EDP Escelsa, ano em que honramos nossos compromissos junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, atuando de forma sustentável e com foco na execução e obtenção de resultados.

O consumo de energia elétrica no ano de 2010 foi marcado pela retomada do crescimento da economia, com aumento de renda e queda do desemprego. A evolução econômica do Estado do Espírito Santo sobressaiu no contexto brasileiro, com crescimento de 12,6%, quando comparado com o ano anterior, segundo dados do Instituto Jones Santos Neves, com destaque para o segmento industrial devido à forte recuperação no período pós-crise. Os setores que mais contribuíram para o aumento do consumo de energia elétrica foram extração mineral, metalurgia, produtos de minerais não metálicos e produtos químicos.

O lucro líquido alcançado foi de R$ 178,6 milhões, representando um aumento de 15,0% em relação ao ano anterior. A receita operacional líquida cresceu 11,0%, atingindo 1.503,48 milhões e o EBITDA do período foi de R$ 356,38 milhões, representando um aumento de 6,3% em relação ao resultado obtido no ano anterior.

No que diz respeito aos aspectos internos, fruto do crescimento econômico do Estado do Espírito Santo, acima da média brasileira, destaca-se o aumento da energia vendida pela EDP Escelsa que, em 2010, atingiu o montante de 5.211,89 GWh, o que representa um acréscimo de 6,8% em relação ao ano anterior. Nas classes residencial, comercial, industrial e rural verificou-se um aumento significativo no fornecimento de energia elétrica de 5,9%, 5,5%, 11,4% e 7,9%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A energia distribuída aos clientes livres teve crescimento de 38,5%. No total, a energia distribuída atingiu o montante de 9.439,12 GWh, com crescimento de 17,7%.

A revisão tarifária periódica, que ocorreu em 07 de agosto de 2010, reposicionou as tarifas da EDP Escelsa em 7,19%. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste médio das tarifas de energia elétrica foi de 0,21%. Este percentual terá efeitos de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011.

Em 2010, os investimentos feitos pela EDP Escelsa totalizaram R$ 187,8 milhões, líquidos dos recursos recebidos a título de obrigações especiais, demonstrando o comprometimento da empresa com o desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo. Dentre estes, estão à construção de sete novas subestações e ampliações de outras oito, com a instalação de 247 MVA's no sistema, além de investimentos na expansão da rede elétrica, no melhoramento de linhas e redes de distribuição, no combate às perdas não técnicas e no Programa Luz para Todos.

Como consequência desses investimentos e das ações de manutenção preventiva realizadas no sistema de distribuição, os indicadores técnicos que medem a continuidade no fornecimento de energia, DEC e FEC, que representam a duração e a frequência do desligamento, respectivamente, melhoraram em relação ao ano anterior e apresentam resultados em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL.

As perdas totais tiveram uma redução expressiva de 1,53 p.p., passando de 15,54% em 2009 para 14,01%, em 2010, como resultado da implementação de um Plano Integrado de Combate às Perdas, que englobou todas as ações que contribuem para esse fim. As perdas não técnicas reduziram-se em 1,06 p.p., passando de 6,78% para 5,72% e as perdas técnicas reduziram-se 0,47 p.p., passando de 8,76% para 8,29%.

No âmbito do Programa de Eficiência Energética, destaca-se o Projeto Boa Energia na Comunidade implementada desde 2008, com o objetivo de aumentar a eficiência energética e promover o uso racional e seguro da energia elétrica, em residências de baixa renda. O Programa já atendeu mais de 210 bairros na Grande Vitória, dos quais 55 em 2010, com ações de regularização de ligações clandestinas, de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica e doação de lâmpadas fluorescentes eficientes.

A EDP Escelsa destacou-se também na área de Inovação, lançando a primeira rede de recarga de veículos elétricos do Brasil, com 10 postos de abastecimento em 05 localidades do Espírito Santo, dedicados a utilização de 45 bicicletas doadas à polícia militar.

No que diz respeito aos projetos sociais, destacam-se os investimentos socioculturais, os quais promoveram a inclusão de milhares de pessoas nos municípios que compreendem a área de atuação da EDP Escelsa. Com foco na educação, cultura, desenvolvimento local e assistência social, a empresa investiu cerca de R$ 1 milhão, incentivou a integração de colaboradores junto às comunidades, por meio de programa de voluntariado e implementou inúmeras campanhas de conscientização sobre o uso correto e seguro da energia elétrica. Merecem destaques os programas EDP nas Escolas, EDP Solidária, EDP Amiga da Criança, Letras de Luz e Formação de Jovens Eletricistas. Essa atuação garantiu, pelo décimo primeiro ano consecutivo, a conquista do selo Empresa Amiga da Criança, certificação da Fundação Abrinq.

Em 2010, a EDP Escelsa atingiu um índice de satisfação de 74,6%, destacando-se no ISG (Índice de Satisfação Geral), avaliado em 83,9%, valor acima da média ABRADEE.

A EDP Escelsa recebeu, em 2010, o troféu Ouro, pela terceira vez, no Prêmio Qualidade Espírito Santo, distinguindo a distribuidora como uma das empresas que alcançaram níveis de excelência de gestão. Também conquistou, no Prêmio Marcas de Valor, promovido pelo Jornal A Gazeta, a melhor pontuação no segmento de concessão de serviços públicos.

Em suma, no ano de 2010, a EDP Escelsa reforçou o seu plano de investimentos, conferindo maior solidez ao sistema elétrico, melhorando a qualidade do serviço prestado e o nível de perdas.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo.

Nossos desafios terão continuidade em 2011 e, por isso, manteremos a política de rígida gestão financeira, sem abrir mão da qualidade e segurança dos serviços prestados, empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente do Conselho de Administração

Conselho de Administração
Presidente: António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro: Agostinho Gonçalves Barreira
Conselheiro: Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro: Miguel Dias Amaro
Conselheiro: Dante Segundo Pancini Pola

Diretoria
Diretor Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Vice-Presidente Executivo: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Técnico e de Ambiente: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Comercial: Carlos Yoshio Motoki
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor de Regulação: Donato da Silva Filho
Diretor de Sustentabilidade: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A economia do Espírito Santo apresentou em 2010 índices de crescimento acima dos resgistrados no país. Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, o PIB capixaba cresceu 13,3% no acumulado até o terceiro trimestre de 2010, comparado ao mesmo período do ano anterior. Na mesma base de comparação a economia brasileira chegou a 8,4% de crescimento, segundo dados do IBGE.

A taxa de crescimento estadual entra em consonância com as registradas no período pré-crise, quando apresentava um crescimento médio de 14,8% a.a. Isso revela a recuperação da economia estadual mais intensa do que a média nacional. Uma explicação para esse padrão está no cenário macroeconômico favorável e nos fatores específicos da conjuntura estadual, como por exemplo, o aumento na participação das exportações de petróleo e gás na pauta comercial do Espírito Santo. Além do petróleo, continuam representativos e em grande crescimento as exportações de minério de ferro, produtos químicos e pedras ornamentais. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a balança comercial estadual encerrou 2010 positivamente em US$ 4,6 bilhões, sendo que as exportações cresceram 83,6% e importações 38,5%.

Segundo o IBGE, a produção industrial do Espírito Santo obteve um crescimento acumulado de 24,9% nos primeiros 11 meses de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, alcançando o primeiro lugar entre as taxas de desenvolvimento dos estados brasileiros e, inclusive, em relação à média de desenvolvimento nacional, que, por sua vez, atingiu um nível de crescimento acumulado de 11,1%. Com este resultado, o nível de produção de 2010 ultrapassou os patamares anteriores à crise. Em relação à evolução do emprego formal no Espírito Santo, o saldo líquido de postos de trabalho no acumulado até setembro de 2010 chegou a 35.054 empregos, 7,1% a mais que a média registrada no mesmo período entre 2006 e 2008, segundo o IBGE. Entre 2008 e 2009 a renda domiciliar per capita cresceu 3,9% no Espírito Santo, acima da média brasileira (1,4%) e acima da média do Sudeste (0,2%), de acordo com IJSN.

3. A EDP ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A EDP Escelsa, empresa de capital aberto, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de abril de 2005.

A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², aproximadamente 90% do Estado e a 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

4. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Dez/10	Saldos Dez/09 *Ajustado*	Var. %
Financeiros				
Ativo Total	R$ mil	2.292.522	2.132.583	7,5
Patrimônio Líquido	R$ mil	810.083	774.465	4,6
Dívida Líquida (1)	R$ mil	595.114	624.658	(4,7)
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,7	0,8	(0,1)
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	1,7	1,9	(0,2)

Descrição	unidade	Janeiro - Dezembro 2010	2009 *Ajustado*	Var. %
Resultados				
Receita Bruta	R$ mil	2.522.778	2.229.763	13,1
Receita Líquida	R$ mil	1.503.482	1.353.978	11,0
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R$ mil	1.250.428	1.108.709	12,8
Resultado do Serviço (EBIT)	R$ mil	253.054	245.269	3,2
EBITDA (2)	R$ mil	356.386	335.221	6,3
Resultado Financeiro	R$ mil	(4.802)	(42.016)	(88,6)
Outros Resultados	R$ mil	(1.626)	(3.304)	(50,8)
Resultado antes de Impostos	R$ mil	246.626	199.949	23,3
Lucro Líquido	R$ mil	178.567	155.223	15,0
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	23,7%	24,8%	-1,1 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	11,9%	11,5%	0,4 p.p.
Operacionais				
Energia Distribuída	MWh	9.439.119	8.021.491	17,7
Energia Vendida a Clientes Finais	MWh	5.211.888	4.879.173	6,8
Residencial	MWh	1.812.511	1.711.638	5,9
Industrial	MWh	1.064.096	954.979	11,4
Comercial	MWh	1.143.647	1.084.490	5,5
Rural	MWh	579.539	537.111	7,9
Outros	MWh	612.095	590.955	3,6
Suprimento e Outras Concessionárias	MWh	455.667	417.047	9,3
Consumo Próprio	MWh	9.128	8.994	1,5
Energia em Trânsito	MWh	3.762.436	2.716.277	38,5
Investimentos Líquidos (3)	R$ mil	187.825	183.513	2,3
Número de Clientes Finais	mil	1.237.731	1.185.451	4,4
Número de Colaboradores (4)	Unidade	966	956	1,0
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	9.771	8.391	16,5
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	8,95	11,44	(21,7)
Freqüência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,26	6,91	(9,4)

(1)Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários.
(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional.
(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais.
(4) Considera quantidade de colaboradores + diretores estatutários.
(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

Em 2010 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL procedeu à quinta Revisão Tarifária Periódica da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA (EDP Escelsa) para vigir no período de agosto de 2010 a julho de 2013, conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa 338/2008 e no Contrato de Concessão. Em 03 de agosto de 2010, através da Resolução Homologatória 1.039/2010, a ANEEL homologou de forma definitiva a quinta revisão tarifária periódica da EDP Escelsa, com um reposicionamento médio das tarifas em 7,19% para o período de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011. Em agosto de 2011 e agosto de 2012 estão previstos reajustes anuais das tarifas da EDP Escelsa, conforme Contrato de Concessão. No processo de revisão foram estabelecidos pela ANEEL os seguintes valores:

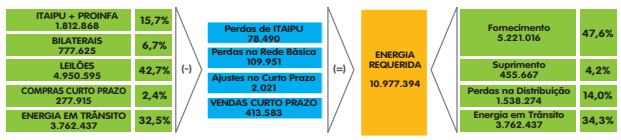
(i) Empresa de Referência: R$ 269,3 milhões.
(ii) Base de Remuneração Regulatória Líquida: R$ 1.297,1 milhões.
(iii) Componente Xe do Fator X: índice a ser utilizado no cálculo dos reajustes tarifários anuais de 2011 e 2012, de 0,95 %.

Considerando os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da EDP Escelsa, associados à recuperação da diferença de receita de reajustes anteriores, o reajuste médio anual tarifário resultou em um efeito médio de 0,21 % a ser percebido pelos consumidores cativos.

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Balanço Energético - MWh

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 10.977 GWh, apresentando um aumento de 15,6% em relação a 2009.



6.2 Compra de Energia

A energia requerida foi de 7.819 GWh, superior em 9,6% à de 2009. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representam 15,7%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 42,7%, os Contratos Bilaterais 6,7% e o Curto Prazo 2,4%.

6.3 Energia Distribuída

A energia distribuída pela EDP Escelsa apresentou uma elevação de 17,7% no período analisado, totalizando 9.439,12 GWh acumulados no período findo em 31 de dezembro de 2010.

Receita Operacional Líquida	Janeiro - Dezembro MWh 2010	MWh 2009	R$ Mil 2010	R$ Mil 2009
Fornecimento				
Residencial	1.812.511	1.711.638	607.898	553.903
Industrial	1.064.096	954.979	288.614	259.370
Comercial	1.143.647	1.084.490	369.742	349.590
Rural	579.539	537.111	111.972	101.499
Outros (1)	612.095	590.955	154.917	146.035
(–) Transf. para Energia Trânsito (2)			(883.284)	(854.568)
Energia Forn. Clientes Finais	**5.211.888**	**4.879.173**	**649.859**	**555.829**
Suprimento Convencional	455.667	417.047	59.496	41.716
(+) Transf. de Forn. Clientes Finais (2)			883.284	854.568
Energia em Trânsito	3.762.436	2.716.277	267.034	224.526
Consumo Próprio	9.128	8.994		
Total Energia Distribuída	**9.439.119**	**8.021.491**	**1.859.673**	**1.676.639**
Fornecimento não faturado (3)			14.205	38.494
Outras Receitas			71.815	3.477
(–) Deduções à receita operacional			(442.211)	(364.632)
Receita Operacional Líquida	**9.439.119**	**8.021.491**	**1.503.482**	**1.353.978**

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público
(2) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais
(3) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita

A classe Residencial apresentou crescimento de 5,9% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo crescimento de 4,3% na base de clientes e maior consumo unitário. Na classe Industrial, verificou-se um crescimento de 11,4% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete, principalmente, a recuperação da crise mundial.

A classe Comercial apresentou crescimento de 5,5% no fornecimento de energia (MWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

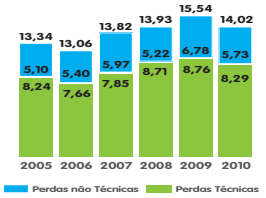
A classe Rural apresentou um crescimento de 7,9% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentando um crescimento de 7,1% da base de clientes. As demais classes apresentaram um crescimento de 3,6% no fornecimento de energia (MWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

6.4 Perdas Técnicas e não Técnicas

As perdas totais em 2010 foram de 14,02%, abaixo em 1,52 p.p em relação a 2009. E as perdas técnicas reduziram 0,47 p.p. passando de 8,76% para 8,29%. Para esta redução contribuíram os fortes investimentos realizados na expansão da rede. No ano de 2010, a EDP Escelsa investiu R$ 48,4 milhões na expansão do sistema elétrico para atendimento ao crescimento do mercado, com a construção de 7 novas subestações, ampliação de outras 8 subestações existentes, totalizando 247 MVA de capacidade instalada, 20 novos alimentadores, bem como a instalação de compensação reativa na rede de média tensão.

O nível de perdas foi também influenciado, positivamente, pela entrada em operação da Subestação Verona, da Rede Básica, na região noroeste do Estado e pela recuperação da energia distribuída aos clientes livres e, negativamente, pela ocorrência de inversão de fluxo, de origem sistêmica, originado pelos elevados despachos de geração térmica na área Rio de Janeiro, combinado com baixa geração hídrica registrada na região leste da área Minas Gerais, num cenário energético, com a região Sul/Sudeste exportando para a região Norte/Nordeste.

Como resultado dessa inversão sistêmica de fluxo, verificou-se, em regime normal de operação, o aumento considerável no carregamento das Linhas de Distribuição de 138 kV da EDP Escelsa que interligam a região da Grande Vitória com a região norte do Estado do Espírito Santo, provocando um aumento das perdas técnicas no sistema. A redução de perdas técnicas verificada em 2010 foi também influenciada pelos fortes investimentos realizados em 2009, na expansão do sistema para atendimento ao crescimento do mercado, totalizando R$ 48,3 milhões, com destaque para a instalação de 278 MVA de capacidade instalada nas subestações, mediante a construção de 3 novas subestações e ampliação de outras 9, complementada com a construção de 12 novos alimentadores. Importante destacar que, nos dois últimos anos, foram instalados 525 MVA de transformação nas subestações da EDP Escelsa, correspondendo a 19,3% da capacidade anteriormente instalada.



6.5 Combate às Perdas não Técnicas

O expressivo resultado alcançado na redução das perdas não técnicas da EDP Escelsa, de 6,78% em 2009, para 5,73% em 2010, decorreu do desenvolvimento e execução de um Plano de Recuperação de Perdas Não Técnicas formado por um conjunto de seis Programas, que sistematizou e integrou todas as ações que contribuíram para a redução das perdas não técnicas, decorrentes de fraude, furto, manipulação e falhas. Nesse plano destaca-se o Programa de Combate às Perdas que integrou as ações de investimentos, eficiência energética e de fiscalização, com aplicação de R$ 48,5 milhões, assim destinados, R$ 31,7 milhões em investimentos em Substituição de 53 mil medidores eletromecânicos, com índice de falha ou possibilidade de manipulação, por medidores eletrônicos, que já representam 298 mil medidores, 23,2% do atual parque de medidores da EDP Escelsa, instalação de 620 conjuntos de medição externa com telemedição em unidades consumidoras atendidas em média tensão, instalação de rede de distribuição isolada para dificultar a fraude, abrangendo 36 mil unidades consumidoras no ano e, nos últimos três anos,

continua

mais de 72 mil unidades foram abrangidas, dentro do programa de combate às fraudes, instalação de moderno Centro de Medição que, por meio de software e pessoal habilitado, monitora, em tempo real, as unidades consumidoras com telemedição, em toda área de concessão da EDP Escelsa, identificando irregularidades e despachando equipes de campo para verificação local.

Além de mais R$ 10,2 milhões em fiscalização sendo 179,5 mil inspeções em unidades consumidoras, mais 116 mil retiradas de ligações clandestinas, com remoção de 10 toneladas de fios e gambiarras. Foram custeados mais R$ 6,6 milhões aplicados em ações de eficiência energética, gerando 7 mil unidades consumidoras clandestinas e inativas regularizadas em 55 bairros da Grande Vitória, com ações para o uso eficiente e seguro de energia elétrica em 45 mil unidades consumidoras de baixa renda, totalizando 18,6 mil unidades consumidoras regularizadas nos últimos três anos, doação de 127 mil lâmpadas fluorescentes compactas, mais eficientes, em substituição de lâmpadas incandescentes, totalizando 442 mil lâmpadas doadas em três anos, doação de 6,7 mil kits composto de fios, tomadas, disjuntor, interruptores para instalação elétrica interna da moradia do beneficiário, num total de 14,6 mil kits em três anos e doação e instalação de 9 mil padrões de entrada, perfazendo 26,9 mil nos últimos três anos.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Escelsa tem diversos canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os clientes: *call center*, agências de atendimento presencial em 46 municípios, atendimento personalizado para os clientes de média e alta tensão e dos poderes públicos, internet e agentes comerciais. Além desses canais, há uma estrutura de Ouvidoria, que tem a atribuição de acolher as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações além da intermediação com a Ouvidoria da ANEEL e com os Órgãos de Defesa do Consumidor.

Para garantir um atendimento de qualidade a EDP Escelsa conta uma moderna Central de Atendimento Telefônico (*Call Center*), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana e está estruturada para atendimentos de emergências e comerciais, com opção de atendimento humano e eletrônico. Em 2010, foram 2,1 milhões de ligações por esse canal para se comunicar com a empresa.

A EDP Escelsa possui 46 agências de atendimento e 110 agentes comerciais distribuidos na área de concessão, além da disponibilização de serviços por meio da internet, que totalizaram 3,2 milhões de atendimentos. Para os clientes de média e alta tensão, além do atendimento telefônico personalizado e internet, o relacionamento é realizado também por Gestores de Clientes. Os órgãos públicos contam com uma estrutura de atendimento dedicada, com opção de atendimento telefônico, eletrônico ou presencial, o que torna mais ágil o processamento das demandas dos poderes públicos.

As necessidades desses clientes são identificadas através de visitas periódicas aos órgãos, permitindo a elaboração de projetos em parceria e o desenvolvimento de produtos e serviços específicos destinados a este segmento.

Para aprimorar o relacionamento com nossos clientes, em 2010 foram consolidados os procedimentos relativos ao Sistema Comercial SAP/CCS/CRM, modernizadas as agências de atendimento localizadas nos municípios de São Mateus, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Castelo, implantado novo *Call Center*, implementadas melhorias nos canais de relacionamento com os clientes de média e alta tensão e implantado o *Call Center* na Ouvidoria.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADEE

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Empresa participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes.

Em 2010, a EDP Escelsa atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 74,6%. O ponto da pesquisa a destacar é o ISG - índice de Satisfação Geral avaliado em 83,9%, ficando acima da média ABRADEE (78,0%).

8. INVESTIMENTOS

Os investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R$ 187,82 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento, entretanto estão sendo considerados R$ 12,68 milhões relativos aos juros financeiros para atendimentos as normas de contabilização internacional (IFRS).

	Janeiro - Dezembro		
Investimento - R$ Mil	**2010**	**2009**	**Var. R$ Mil**
Expansão de Rede	95.493	93.278	2.215
Melhoramento da Rede	30.397	46.302	(15.905)
Universalização	23.687	32.637	(8.950)
Telecom., Informática e Outros	65.023	49.214	15.809
Subtotal	**214.600**	**221.431**	**(6.831)**
(–) Obrigações Especiais (1)	(26.775)	(37.918)	11.143
Investimento Líquido	**187.825**	**183.513**	**4.312**

(1) Participação financeria de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união estado e municípios nos projetos de investimentos.

8.1 Expansão de Rede

Para atendimento da demanda do mercado, foram investidos R$ 95,5 milhões na expansão da rede elétrica, ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição. Destacam-se os investimentos para atender as seguintes regiões:

Na Grande Vitória, compreendendo a seguinte obra: Disponibilização do 2º transformador na subestação de Manguinhos com a adição de dois novos circuitos de 15 kV. Na região sul a substituição dos transformadores das subestações Piúma e Afonso Cláudio e a construção da nova subestação Vila Rica para assegurar o atendimento aos mercados de Piúma, Afonso Cláudio e Cachoeiro de Itapemirim. Na região norte, destacamos as novas subestações Nova Aimorés e Boa Esperança, a substituição dos transformadores das subestações Nova Venécia e Jaguaré e a elevação de tensão da SD Montanha. Tais obras vêm beneficiar o crescente mercado agropecuário e industrial na região.

8.2 Melhoramento de Rede

Os principais investimentos em melhoramento de linhas, subestações e redes de distribuição totalizaram R$ 30,4 milhões e consistiram na substituição de equipamentos, além do recondutoramento de redes em final de vida útil e reposição de neutro. Foram substituídos trechos de rede nua de média e baixa tensão para rede protegida e isolada, garantindo maior disponibilidade, preservação do meio ambiente e segurança.

8.3 Universalização

O Programa Luz para Todos, assinado em maio de 2004, Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado do Espírito Santo e a EDP Escelsa, com interveniências da Eletrobrás e ANEEL. Na área urbana foram realizados, de 2004 a 2010, atendimentos em todos os municípios da área de concessão. No mesmo período, na área rural, o Programa Luz para Todos atendeu a 49,6 mil novos clientes. Em 2010, no Programa Luz para Todos, foram investidos, na quarta tranche, R$ 23,7 milhões e realizadas 5,8 mil novas ligações, em cumprimento à meta acordada com o Ministério de Minas e Energia.

8.4 Tecnologia de Informação

Foram investidos o total de R$ 3,5 milhões, sendo que R$ 1,3 milhões referem-se às aquisições de Hardwares e Sofwtares necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações que visa à otimização e organização dos processos da organização. Além de diminuindo o risco de indisponibilidades e falhas por obsolescência. E ainda mais R$ 2,2 milhões referem-se aos projetos necessários para atender as obrigações Fiscais, Legais e Orgãos Regulatórios. O principal projeto investido refere-se à Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS da EDP Escelsa para atender a homologação da nova resolução normativa ANEEL nº 414/2010, que trata da revisão da Resolução Normativa ANEEL nº 456/2000 que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. A revisão também incorpora regras afins contidas em várias resoluções da ANEEL, como as resoluções nº 457/2000, nº 615/2002, nº 258/2003, nº 61/2004, nº 207/2006, nº 250/2007, nº 363/2009, nº 373/2009 e nº 384/2009, entre outras.

8.5 Automação e Telecomunicações Operativas

O investimento em automação, com substituição dos sistemas analógicos por digitais nas subestações da EDP Escelsa e a instalação de religadores na rede de Média Tensão e sua integração no SCADA, têm contribuído para a redução dos indicadores de qualidade DEC e FEC. Em 2010 foram adicionados 68 novos religadores telecomandados, totalizando 432 religadores telecomandados e telesupervisionados na rede Média Tensão. Foram, também, integradas ao Sistema de Supervisão e Controle sete novas subestações, totalizando 83 subestações telecomandadas e telesupervisionadas.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, que se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2010 registradas 8,95 horas e 6,26 interrupções, respectivamente.

	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DEC	**Horas**	11,83	8,30	11,52	10,67	11,44	8,95
FEC	**Vezes**	8,66	6,34	7,65	6,93	6,91	6,26

DEC = Duração equivalente de interrupções por clientes (horas - média cliente/ano)

FEC = Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano)

9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas da EDP Escelsa

Descrição	**2010**	**2009**	**Var. %**
Subestações			
Quantidade	**83**	**77**	**7,8**
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	**3.112**	**2.957**	**5,2**
Redes de Distribuição - Própria (Km)	**57.870**	**56.934**	**1,6**
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	2.211	2.707	(18,3)
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 KV)	47.073	45.833	2,7
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 kV)	8.586	8.394	2,3
Transformador de Distribuição - Próprias (Quantidade)	**84.853**	**78.389**	**8,2**
Transformador de Distribuição-Urbano	21.094	20.684	2,0
Transformador de Distribuição-Rural	63.759	57.705	10,5
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	**2.343**	**2.201**	**6,5**
Potência Instalada na Distribuição-Urbano	1.414	1.355	4,4
Potência Instalada na Distribuição-Rural	929	846	9,8
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	**584.511**	**506.380**	**15,4**
Postes em Redes de Distribuição	584.511	506.380	15,4

Os pontos de interligação do sistema elétrico da EDP Escelsa com a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional são: três com Furnas, através da transformação 345/138 kV nas localidades de Pitanga (ST Vitória), no município da Serra-ES; Areinha (ST Viana), no município de Viana-ES e Campos-RJ (ST Campos), compartilhada com a Ampla; uma com a Cesa em 230/138 kV na ST Mascarenhas-ES, compartilhada com a UHE Mascarenhas, da Energest e mais recentemente, em julho de 2010, entrou em operação, no município de Nova Venécia, a ST Verona 230/138 kV de propriedade da ETES, totalizando assim cinco pontos de conexão com a Rede Básica de transmissão.

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Foram concluídos 8 e iniciados 15 novos projetos de P&D, totalizando 21 projetos em andamento com investimentos da ordem de R$ 2,4 milhões. Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Escelsa destaca o projeto ClimaGrid, o qual pretende avaliar as influências das variáveis climáticas nas ocorrências nas redes de distribuição, além de estar participando de forma cooperada com outras distribuidoras de projetos relacionados às chamadas estratégicas da ANEEL, chamadas estas que trazem temas de grande relevância ao setor elétrico nacional e exigem um grande esforço conjunto e coordenado de várias Companhias do setor.

A maioria dos resultados obtidos nos projetos de P&D foi divulgada à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas. Internamente, buscou-se disseminar o conhecimento obtido através da realização de seminários internos e cursos de capacitação aos colaboradores.

10.2 Eficiência Energética

No ano de 2010 foi concluído o projeto beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, onde foram substituídos e modernizados 86 aparelhos de ar condicionado, 11 refrigeradores de quarto e 108 chuveiros elétricos que passaram a ser aquecidos por 79 coletores solares instalados para absorver calor e armazená-lo em 3 tanques de água. Já no programa, em andamento, Boa Energia na Comunidade, visando aumentar a eficiência energética em residências de baixa renda de 55 bairros da Grande Vitória, foi promovida ação de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, doação de 127,2 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO, troca de 414 geladeiras ineficientes por outras com selo PROCEL de economia de energia, doação de 8.919 padrões de entrada residenciais e 6.680 kits com materiais elétricos a serem utilizados nas instalações internas. Iniciamos ainda, ações em 10 hospitais beneficentes, e, um projeto de eficiência energética em unidade de bombeamento d'água da Companhia Espirito Santense de Saneamento - CESAN.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	Janeiro - Dezembro		
DRE - R$ Mil	**2010**	**2009** *Ajustado*	**Var. %**
Receita Operacional Bruta	2.522.778	2.229.763	*13,1*
(–) Deduções à Receita Operacional	(1.019.296)	(875.785)	*16,4*
(=) Receita Operacional Líquida	**1.503.482**	**1.353.978**	***11,0***
(–) Despesas Operacionais:	**1.250.428**	**1.108.709**	**12,8**
Gerenciáveis	**367.696**	**353.238**	***4,1***
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	93.400	86.241	*8,3*
Material	8.583	11.227	*(23,6)*
Serviços de terceiros	121.976	101.161	*20,6*
Depreciação e amortização	103.332	89.952	*14,9*
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas	30.299	24.208	*25,2*
Provisões para contingências	4.530	949	*377,3*
Aluguéis e Arrendamentos	(9.757)	1.007	*(1.068,9)*
Outras	15.333	38.493	*(60,2)*
Não gerenciáveis	**882.732**	**755.471**	***16,8***
Energia elétrica comprada para revenda	677.630	608.344	*11,4*
Encargo de uso do sist. de transm. e distribuição	201.341	143.510	*40,3*
Taxa de Fiscalização e Programa Efic. Energética	3.761	3.617	*4,0*
(=) Resultado do Serviço	**253.054**	**245.269**	***3,2***
Margem do EBIT - %	**16,8%**	**18,1%**	***-1,3 p.p.***
EBITDA	**356.386**	**335.221**	***6,3***
Margem do EBITDA - %	**23,7%**	**24,8%**	***-1,1 p.p.***

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 11,0% no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 1.503,48 milhões. A elevação verificada de R$ 149,50 milhões pode ser decomposta da seguinte forma: i) crescimento de R$ 293,02 milhões da receita bruta, devido ao aumento do fornecimento de energia dos clientes cativos, uso do sistema da rede e suprimentos sendo a variação de R$ 224,68 milhões e R$ 68,34 milhões de outras receitas; ii) aumento das deduções da receita operacional em R$ 143,51 milhões, sendo a principal variação dos impostos e contribuições de R$ 121,41 milhões e outras deduções em R$ 22,10 milhões.

A receita de fornecimento a clientes finais (líquida de ICMS) apresentou um incremento de 16,9% no período findo em 31 de dezembro de 2010, atingindo R$ 649,86 milhões, já contemplando a dedução de R$ 883,28 milhões de receita de uso das instalações. Já a receita considerando os clientes finais (clientes cativos) e a energia em trânsito (clientes livres) e suprimentos, totalizou R$ 1.209,81 milhões, apresentando um aumento de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. As Despesas Operacionais totalizaram R$ 1.250,43 milhões no período acumulado até 31 de dezembro de 2010, superiores em 12,8% aos verificados no mesmo período do ano anterior. As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Escelsa, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, cresceram em 2010 R$ 14,46 milhões, correspondente a 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as despesas operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" - CVA. As despesas não gerenciáveis totalizaram no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 o montante de R$ 882,73 milhões, superior em 16,8% ao praticado no mesmo período do ano anterior.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R$ 253,05 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2010, superior em 3,2% ao obtido em igual período no ano anterior. Verificou-se um aumento da margem líquida de 11,9% no período findo em 31 de dezembro de 2010 versus 11,5% no período findo em 31 de dezembro de 2009. O EBITDA do período foi de R$ 356,39 milhões, superior em 6,3% ao obtido no mesmo período do ano anterior, entretanto a Margem EBITDA de 24,8% em 2009 para 23,7% no período acumulado até 31 de dezembro de 2010, devido ao aumento das Deduções à Receita (16,4%) terem sido maior que o crescimento da Receita Bruta (13,1%).

O Resultado Financeiro do período acumulado até 31 de dezembro de 2010, R$ 4,8 milhões negativos, apresentou uma variação positiva de R$ 37,21 milhões em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento das receitas financeiras em R$ 31,73 milhões, porém houve também aumento das despesas financeiras em R$ 5,48 milhões. No período acumulado até 31 de dezembro de 2010, a EDP Escelsa apresentou um Lucro Líquido de R$ 178,57 milhões, superior em 15,0% ao registrado em igual período do ano anterior.

11.1 Endividamento

Endividamento - R$ Mil	**Dez/10**	**Saldo em Dez/09** *Ajustado*	**Var. %**
Dívida Bancária (1)	751.153	732.815	2,5
(–) Disponibilidades	(156.039)	(108.157)	44,3
(=) Dívida bancária líquida	**595.114**	**624.658**	**(4,7)**

(1) Inclui Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de "Swap"

Em 31 de dezembro de 2010, a EDP Escelsa apresentou um endividamento bancário de R$ 751,15 milhões, fechando o ano de 2010 2,5% superior com relação ao mesmo período de 2009. A dívida bancária da EDP Escelsa em 31 de dezembro de 2010 foi composta por R$ 338,08 milhões de debêntures, R$ 280,27 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES e outros bancos) e de R$ 132,80 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás e outros financiamentos (Cédula de Crédito Bancário).

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida representou 1,7 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,9 vezes em frente a 2009).

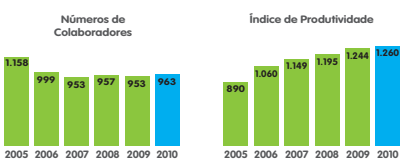
12. GESTÃO DE PESSOAS

Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Escelsa, durante o ano de 2010 realizamos ações baseadas nos três pilares do Programa de Desenvolvimento de Liderança: desenvolvimento, alinhamento e atualização. Com objetivo de promover a cultura organizacional da EDP, reestruturamos o programa de integração para novos colaboradores e lançamos o Projeto "Reforço Vencer", com o objetivo de aprofundar os conhecimentos dos colaboradores sobre os 5 comportamentos. Adicionalmente, reforçamos a nossa "Gestão de Ética" através do lançamento do treinamento e-learning sobre o tema e a entrega do Código de Ética para todos os colaboradores.

No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, entre outros. Asseguramos nossa estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, revisamos nossa Política de Cargos e Salários e aplicamos nossa política de mérito.

12.1 Força de Trabalho

O quadro de pessoal próprio da EDP Escelsa, ao final de 2010, era de 963 colaboradores e 3 diretores estatutários, totalizando 966. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.260, perante a 1.244 apresentado em 2009.



12.2 Programa de Benefícios

A EDP Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

12.3 Capacitação e Desenvolvimento

A empresa possui um programa de Incentivo à educação formal individual, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da EDP Escelsa, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação, técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e MBA. Em 2010, 73 foram contemplados com este benefício. Em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores foram realizadas 87.555 horas de treinamento, com média de 90,7 horas por colaborador. Para prestadores de serviço foram realizadas 14.588 horas de treinamentos. Nos cursos para comunidade foram formados 157 novos profissionais.

12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão

Implantamos o sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de sua carreira na EDP. Foram preenchidas 62 vagas, das quais 7,44% foram por Recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas de Especialista de Alta Performance e Jovem de Elevado Potencial, com aproveitamento de três Jovens de Elevado Potencial e um Especialista de Alta Performance, para o cargo de Gestor Operacional.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

12.5 Segurança no Trabalho

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.

(ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2010 foi dado um grande enfoque à segurança no trabalho, o que resultou no aumento de 68% na quantidade de inspeções realizadas, com um total de 4.473 inspeções e 87 reuniões específicas de segurança. Houve um ligeiro aumento em relação às taxas de freqüência e gravidade para a EDP Escelsa em relação a 2009, em que não houve registros destes índices, no ano de 2010 foram de 1,49 e de 14, respectivamente, ao tempo em que para as prestadoras de serviços, as taxas de freqüência e gravidade foram 4 e 1.479 respectivamente.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

A EDP Escelsa manteve a continuidade das ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos. Orientada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e por sua Política de Sustentabilidade, as iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais, visando o aprofundamento do diálogo, estabelecimento de parcerias e criação de valor compartilhado.

Em 2010, os programas socioculturais promovidos e apoiados pela Companhia receberam investimento de R$ 1 milhão e beneficiaram mais de 60 mil pessoas. O programa EDP Solidária apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto à aproximadamente 1.370 pessoas. Com o EDP Cultura, fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando peças teatrais e espetáculos culturais. Já o Programa EDP nas Escolas beneficiou, com a entrega de kit s escolares e higiene bucal, cerca de 2.100 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de 11 escolas públicas municipais. O Projeto Letras de Luz, cujo objetivo é incentivar o hábito e o gosto pela leitura, alcançou o número de 39 mil beneficiados.

A implementação dessas atividades contou com a participação do grupo de voluntários da EDP Escelsa, que dedicou seu tempo livre para a promoção da inclusão e da cultura nas comunidades. As práticas de excelência em responsabilidade social corporativa da EDP Escelsa foram fundamentais para a permanência da EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) pelo quinto ano consecutivo.

13.2 Meio Ambiente

Os gastos de natureza ambiental em 2010 da EDP Escelsa foram de R$ 8,9 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas.

Em 2010, a Companhia apoiou diversos eventos ambientais externos, merecendo destaque a XXI Feira do Verde em Vitória, a VIII Feira da Terra em Vila Velha, a VIII Caminhada Passos do Sagüi em Vila Velha. Também teve importante participação na Semana da Família, evento promovido pela Igreja Católica de Jardim Camburi em Vitória, com a apresentação da Palestra sobre Sustentabilidade e Família. Em comemoração ao Dia da Árvore, foram distribuídas aos colaboradores 900 mudas de espécies da flora silvestre do Espírito Santo.

Alinhada às diretrizes da Política de Biodiversidade da EDP e disposta a promover sua conservação, a EDP Escelsa iniciou as negociações para firmar Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, para a realização de reflorestamentos por intermédio do Banco de Áreas para Recuperação Florestal no Estado do Espírito Santo - BARFES.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

Prêmio Empresário Amigo do Esporte: Destaque pelo Ministério do Esporte como a empresa que mais contribuiu para projetos esportivos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte no Espírito Santo - e ficou entre as três maiores investidoras no Espírito Santo.

Prêmio Qualidade Espírito Santo: Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP Escelsa foi reconhecida com o Prêmio Ouro no Ciclo 2010, pelo PQES, uma das ações do Programa para Incremento da Competitividade Sistêmica do Espírito Santo (Compete-ES).

Prêmio Gazeta Empresarial 2010: EDP Escelsa foi a empresa mais lembrada pelos clientes, conquistando o primeiro lugar e consolidando-se no segmento de empresas particulares que prestam serviços públicos. O levantamento é realizado pela TV Gazeta Sul, no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Prêmio IEL-ES de Boas Práticas de Estágio: pelo segundo ano consecutivo, prática de estágio realizada na EDP Escelsa conquistou o reconhecimento do Instituto Euvaldo Lodi, da Federação das Indústrias do Espírito Santo. A iniciativa premia os estudantes e homenageia as empresas e as instituições de ensino.

15. BALANÇO SOCIAL (Modelo Ibase)

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais)[1]		
Receita líquida (RL)	1.503.482			1.353.978		
Resultado operacional (RO)	246.626			199.949		
Folha de pagamento bruta (FPB)	82.962			73.272		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	6.729	8,11%	0,45%	7.054	9,63%	0,52%
Encargos sociais compulsórios	21.038	25,36%	1,40%	21.430	29,25%	1,58%
Previdência privada	5.564	6,71%	0,37%	4.385	5,98%	0,32%
Saúde	7.117	8,58%	0,47%	8.557	11,68%	0,63%
Segurança e saúde no trabalho	1.250	1,51%	0,08%	30	0,04%	0,00%
Educação	243	0,29%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.189	1,43%	0,08%	1.108	1,51%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	30	0,04%	0,00%	115	0,16%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	5.945	7,17%	0,40%	9.694	13,23%	0,72%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	615	0,74%	0,04%	1.361	1,86%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	**49.720**	**59,93%**	**3,31%**	**53.734**	**73,33%**	**3,97%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	399	0,16%	0,03%	499	0,25%	0,04%
Cultura	295	0,12%	0,02%	400	0,20%	0,03%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	55	0,03%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	140	0,07%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	157	0,06%	0,01%	220	0,11%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	**851**	**0,35%**	**0,06%**	**1.314**	**0,66%**	**0,10%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	991.305	401,95%	65,93%	836.197	418,21%	61,76%
Total - Indicadores sociais externos	**992.156**	**402,29%**	**65,99%**	**837.511**	**418,86%**	**61,86%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	8.930	3,62%	0,59%	4.844	2,42%	0,36%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**8.930**	**3,62%**	**0,59%**	**4.844**	**2,42%**	**0,36%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período[2]	966	953
Nº de admissões durante o período	79	52
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.370	1.674
Nº de estagiários(as)	92	86
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	494	449
Nº de mulheres que trabalham na empresa	222	216
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	11%	12%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (*)	219	218
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	7%	8%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	37	42

6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor **remuneração** na empresa	27,70			27,00		
Número total de acidentes de trabalho	16			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 83.531	no Procon 6.106	na Justiça 2.419	na Empresa 73.039	no Procon 5.653	na Justiça 2.240
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 74%	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 77,7%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):		**Em 2010: 1.357.894**		**Em 2009[1]: 1.177.645**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	74% governo 3% acionistas 10% retido	6% colaboradores(as) 7% terceiros		72% governo 3% acionistas 10% retido	6% colaboradores(as) 9% terceiros	

7 - Outras Informações

(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.
(1) Reajustados de acordo com a norma IFRS (Receita Líquida, Resultado Operacional, Tributos e DVA 2009).
(2) Em 2010 está sendo considerado a quantidade de colaboradores e diretores estatutários.
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

16. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS - Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010

No processo de convergência das normas internacionais de contabilidade destaca-se a aplicação da interpretação IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*, referente a contabilização das concessões de serviço público (correlacionada à interpretação técnica brasileira ICPC 01 - Contratos de Concessão), bem como o não reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios, por não se enquadrarem ao IASB Framework (CPC - Estrutura Conceitual). A ANEEL considera que estes ajustes não representam o negócio das concessionárias e, portanto, editou a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, instituindo, assim, a contabilidade regulatória.

Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, segue abaixo a conciliação entre a demonstração financeira societária x regulatória.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2010			2009		
	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)
ATIVO						
Circulante						
Consumidores e concessionárias	327.666	18.023	345.689	336.012	36.708	372.720
Despesas pagas antecipadamente	806	27.613	28.419	498	44.142	44.640
Outros ativos circulantes não afetados	370.544	–	370.544	285.837	–	285.837
	699.016	**45.636**	**744.652**	**622.347**	**80.850**	**703.197**
Não Circulante						
Ativo financeiro indenizável	242.520	(242.520)	–	178.981	(178.981)	–
Consumidores e concessionárias	14.873	22.528	37.401	13.519	19.215	32.734
Despesas pagas antecipadamente	–	26.517	26.517	–	18.100	18.100
Outros ativos não circulantes não afetados	327.426	–	327.426	318.919	–	318.919
	584.819	**(193.475)**	**391.344**	**511.419**	**(141.666)**	**369.753**
Investimentos	1.294	–	1.294	4.028	–	4.028
Imobilizado	273	1.146.224	1.146.497	273	1.051.275	1.051.548
Intangível	1.007.120	(903.704)	103.416	994.516	(872.294)	122.222
	1.008.687	**242.520**	**1.251.207**	**998.817**	**178.981**	**1.177.798**
Total do ativo	**2.292.522**	**94.681**	**2.387.203**	**2.132.583**	**118.165**	**2.250.748**

(*) Não Auditado

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2010			2009		
	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante						
Passsivos regulatórios	–	59.149	59.149	–	37.219	37.219
Outros passivos circulantes não afetados	703.572	–	703.572	603.921	–	603.921
	703.572	**59.149**	**762.721**	**603.921**	**37.219**	**641.140**
Não Circulante						
Passsivos regulatórios	–	59.577	59.577	–	35.539	35.539
Outros passivos não circulantes não afetados	778.867	–	778.867	754.197	–	754.197
	778.867	**59.577**	**838.444**	**754.197**	**35.539**	**789.736**
Patrimônio Líquido						
Capital Social	376.022	–	376.022	376.022	–	376.022
Reservas de capital	101.035	–	101.035	101.035	–	101.035
Reservas de lucros	376.575	(24.045)	352.530	338.309	–	338.309
Ajustes de avaliação patrimonial	(43.549)	–	(43.549)	(21.265)	–	(21.265)
Lucros (prejuízos) acumulados	–	–	–	(19.636)	45.407	25.771
	810.083	**(24.045)**	**786.038**	**774.465**	**45.407**	**819.872**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.292.522**	**94.681**	**2.387.203**	**2.132.583**	**118.165**	**2.250.748**

(*) Não Auditado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2010			2009		
	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)	Societário	*Ajustes* regulatórios	Regulatório (*)
Receita Operacional	**2.522.778**	(54.420)	**2.468.358**	**2.229.763**	1.186	**2.230.949**
Dedução da Receita Operacional						
Encargos do consumidor	(199.519)	(7.650)	(207.169)	(177.419)	2.066	(175.353)
Impostos e contribuições sobre a receita	(819.777)	–	(819.777)	(698.366)	–	(698.366)
	(1.019.296)	(7.650)	(1.026.946)	(875.785)	2.066	(873.719)
Receita operacional líquida	**1.503.482**	**(62.070)**	**1.441.412**	**1.353.978**	**3.252**	**1.357.230**
Custo com energia elétrica	(878.971)	(650)	(879.621)	(751.854)	(37.260)	(789.114)
Custo de operação	(265.559)	–	(265.559)	(234.120)	–	(234.120)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.356)	–	(1.356)	(1.335)	–	(1.335)
Despesas Operacionais	(104.542)	493	(104.049)	(121.400)	(1.481)	(122.881)
Resultado do serviço	**253.054**	**(62.227)**	**190.827**	**245.269**	**(35.489)**	**209.780**
Resultado financeiro	(4.802)	(7.225)	(12.027)	(42.016)	(3.427)	(45.443)
Outros resultados	(1.626)	–	(1.626)	(3.304)	–	(3.304)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**246.626**	**(69.452)**	**177.174**	**199.949**	**(38.916)**	**161.033**
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(68.059)	–	(68.059)	(44.726)	–	(44.726)
Lucro líquido do exercício	**178.567**	**(69.452)**	**109.115**	**155.223**	**(38.916)**	**116.307**

(*) Não Auditado

17. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Escelsa informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010.

19. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Escelsa registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Escelsa.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	156.039	108.157	107.027
Consumidores e concessionárias	6	327.666	336.012	271.452
Impostos e contribuições sociais	8	140.854	112.574	85.537
Estoques		10.322	3.903	5.637
Cauções e depósitos vinculados	11	39	49	1.801
Despesas pagas antecipadamente	7	806	498	547
Outros créditos	12	63.290	61.154	25.036
		699.016	**622.347**	**497.037**
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	13	242.520	178.981	138.299
Consumidores e concessionárias	6	14.873	13.519	9.315
Impostos e contribuições sociais	8	10.198	10.769	11.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	221.054	231.284	239.810
Partes relacionadas	10	31	1.241	4.719
Cauções e depósitos vinculados	11	95.286	74.036	83.964
Outros Créditos	12	857	1.589	2.594
		584.819	**511.419**	**489.790**
Investimentos	2.3.d	1.294	4.028	5.042
Imobilizado	14	273	273	273
Intangível	15	1.007.120	994.516	947.716
		1.008.687	**998.817**	**953.031**
Total do ativo		**2.292.522**	**2.132.583**	**1.939.858**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fornecedores	16	197.878	173.489	144.055
Impostos e contribuições sociais	8	150.141	101.147	78.086
Dividendos	23.2	36.980	34.638	21.395
Debêntures	17	88.493	88.828	90.360
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	49.432	35.593	28.334
Benefícios pós-emprego	19	8.362	6.170	3.835
Obrigações estimadas com pessoal	20	15.733	16.334	14.532
Encargos regulamentares e setoriais	21	100.634	73.815	69.248
Provisões	22	1.346	1.297	
Outras contas a pagar	12	54.573	72.610	48.588
		703.572	**603.921**	**498.433**
Não Circulante				
Impostos e contribuições sociais	8	40.916	35.789	
Debêntures	17	249.592	337.541	424.829
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	363.636	270.853	183.825
Benefícios pós-emprego	19	88.363	68.870	51.593
Partes relacionadas	10	120	1.096	941
Encargos regulamentares e setoriais	21	5.221	6.495	2.261
Provisões	22	29.943	32.161	62.570
Outras contas a pagar	12	1.076	1.392	488
		778.867	**754.197**	**726.507**
Patrimônio líquido				
Capital social	23.1	376.022	376.022	376.022
Reservas de capital	23.3	101.035	101.035	101.035
Reservas de lucros	23.3	376.575	338.309	293.337
Ajustes de avaliação patrimonial	23.3	(43.549)	(21.265)	(4.732)
Prejuízos acumulados			(19.636)	(50.744)
		810.083	**774.465**	**714.918**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.292.522**	**2.132.583**	**1.939.858**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2010	2009 *Ajustado*
Receita operacional líquida	24	**1.503.482**	**1.353.978**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(693.390)	(619.339)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(185.581)	(132.515)
	25	**(878.971)**	**(751.854)**
Custo de operação			
Pessoal		(65.276)	(59.530)
Materiais e serviços de terceiros		(92.037)	(79.730)
Depreciações e amortizações		(100.104)	(87.014)
Outros custos de operação		(8.142)	(7.846)
	25	**(265.559)**	**(234.120)**
		(1.144.530)	**(985.974)**
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(1.356)	(1.335)
Lucro operacional bruto		**357.596**	**366.669**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	25	(30.897)	(25.993)
Despesas gerais e administrativas	25	(60.287)	(86.386)
Depreciações e amortizações	25	(3.228)	(2.938)
Outras despesas operacionais	25	(10.130)	(6.083)
		(104.542)	**(121.400)**
Resultado do serviço		**253.054**	**245.269**
Receitas financeiras	26	88.693	56.960
Despesas financeiras	26	(93.495)	(98.976)
Resultado financeiro		**(4.802)**	**(42.016)**
Outras receitas		2.251	42
Outras despesas		(3.877)	(3.346)
Outros resultados		**(1.626)**	**(3.304)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**246.626**	**199.949**
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(50.518)	(32.493)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(17.541)	(12.233)
		(68.059)	**(44.726)**
Lucro líquido do exercício		**178.567**	**155.223**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		30.389,21	26.416,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	178.567	155.223
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	26.272	25.839
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	17.541	12.232
Depreciações e amortizações	103.332	89.952
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	11.079	18.115
Fornecedores	3.968	17.613
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	66.596	64.240
Benefícios pós-emprego	(55)	(4.292)
Provisões para contingências	7.715	31.497
Encargos regulamentares e setoriais	16.404	15.367
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(14.451)	19.678
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	17.067	
Outros	1.791	1.558
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(19.280)	(94.603)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(23.539)	(21.907)
Estoques	(8.254)	217
Cauções e depósitos vinculados	(6.789)	(7.998)
Despesas pagas antecipadamente	(308)	49
Outros créditos	(1.364)	(35.433)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	20.421	11.821
Impostos e contribuições sociais correntes	30.528	1.612
Obrigações estimadas com pessoal	(601)	1.802
Provisões para contingências	(9.891)	(10.708)
Outras obrigações	(21.221)	18.786
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**395.528**	**310.660**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixas ao investimento		959
Adições ao imobilizado e intangível	(187.825)	(195.270)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(187.825)**	**(194.311)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	234	3.633
Dividendos pagos	(111.797)	(59.789)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - ingressos	137.039	175.311
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - pagos	(185.297)	(234.374)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(159.821)**	**(115.219)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**47.882**	**1.130**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	156.039	108.157
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	108.157	107.027
	47.882	**1.130**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes da adoção das novas práticas	**376.022**	**101.035**	**208.087**			**685.144**
Ajuste adoção das novas práticas				(4.732)	(50.744)	(55.476)
Dividendos adicional proposto			85.250			85.250
Saldos em 1º de janeiro de 2009 *(Ajustado)*	**376.022**	**101.035**	**293.337**	**(4.732)**	**(50.744)**	**714.918**
Dividendos intermediários - AGE de 11/02/2009			(20.000)			(20.000)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2009			(85.250)			(85.250)
Reversão de dividendos - AGO de 23/12/2009			66.857			66.857
Lucro líquido do exercício					155.223	155.223
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			6.206		(6.206)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(40.750)	(40.750)
Dividendo adicional proposto			77.159		(77.159)	
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(25.050)		(25.050)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				8.517		8.517
Saldos em 31 de dezembro de 2009 *(Ajustado)*	**376.022**	**101.035**	**338.309**	**(21.265)**	**(19.636)**	**774.465**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2010			(77.159)			(77.159)
Lucro líquido do exercício					178.567	178.567
Destinação do lucro						
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE			4.159		(4.159)	
Constituição de reserva legal			7.947		(7.947)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(43.506)	(43.506)
Dividendo adicional proposto			103.319		(103.319)	
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(33.764)		(33.764)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				11.480		11.480
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**376.022**	**101.035**	**376.575**	**(43.549)**	**–**	**810.083**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**2.494.730**	**2.205.597**
Receita operacional	2.522.778	2.229.763
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(30.299)	(24.208)
Outras receitas	2.251	42
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.122.197)**	**(994.960)**
Custos da energia comprada	(758.074)	(688.479)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(201.341)	(143.510)
Materiais	(8.583)	(11.227)
Serviços de terceiros	(121.976)	(101.161)
Outros custos operacionais	(32.223)	(50.583)
Valor adicionado bruto	**1.372.533**	**1.210.637**
Depreciações e amortizações	(103.332)	(89.952)
Valor adicionado líquido produzido	**1.269.201**	**1.120.685**
Receitas financeiras	88.693	56.960
Valor adicionado total a distribuir	**1.357.894**	**1.177.645**

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	51.294	47.359
Benefícios	19.392	17.453
FGTS	6.376	6.960
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	428.861	337.966
Estaduais	577.416	511.555
Municipais	1.367	1.145
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	93.495	98.976
Aluguéis	1.126	1.008
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	43.506	40.750
	1.222.833	**1.063.172**
Lucros retidos	135.061	114.473
	1.357.894	**1.177.645**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Companhia ou Escelsa), Companhia de capital aberto, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., concessionária de serviço público de energia elétrica, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 26 de fevereiro de 2010 a Companhia assinou o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1995 proposto pela ANEEL, alterando os procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da Parcela "A" da Receita Anual da Companhia a partir dos reajustes tarifários anuais de 2010.

2. Práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e legislação específica emanada pela ANEEL.

De acordo com o item nº 10 do CPC 26 a Companhia optou por apresentar os resultados abrangentes nas Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Consumidores e concessionárias (Nota 6)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 26);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 13)

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Investimentos

Inclui os investimentos em terrenos e imóveis, avaliados ao custo de aquisição, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufere uma renda.

e) Imobilizado (Nota 14)

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

f) Ativo intangível (Nota 15)

O ativo intangível compreende:

• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

• Ágio incorporado - refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrentes da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 16)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

k) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Nota 17 e 18)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

l) Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 27)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis, segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Em 23 de março de 2010, a Companhia obteve, junto à Superintendência do Desenvovimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/2010, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

o) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão, aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 19.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial.

p) Capital social (Nota 23.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

q) Dividendos (Nota 23.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge,* quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

s) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 2.3.o.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Perda ou ganho de receita - baixa renda; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; e Planos de benefícios pós-emprego.

t) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou ainda, a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros de derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, este valor justo é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período. O reconhecimento das variações de valor justo destes derivativos, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

u) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

v) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

x) Contratos de concessão

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A ICPC 01 é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplicam-se os dois modelos.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 e 2010 na data de transição

3.1. Reconciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	107.027		107.027
Consumidores e concessionárias	309.593	(38.141)	271.452
Impostos e contribuições sociais	77.804	7.733	85.537
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.386	(23.386)	–
Estoques	5.637		5.637
Cauções e depósitos vinculados	1.801		1.801
Despesas pagas antecipadamente	547		547
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	52.041	(52.041)	–
Outros créditos	25.972	(936)	25.036
	603.808	**(106.771)**	**497.037**
	Anteriormente publicado	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável		138.299	138.299
Consumidores e concessionárias	20.297	(10.982)	9.315
Impostos e contribuições sociais	11.089		11.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	206.144	33.666	239.810
Partes relacionadas	4.719		4.719
Cauções e depósitos vinculados	83.964		83.964
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	46.326	(46.326)	
Outros créditos	2.594		2.594
	375.133	**114.657**	**489.790**
Investimentos	4.982	60	5.042
Imobilizado	985.834	(985.561)	273
Intangível	100.450	847.266	947.716
	1.091.266	**(138.235)**	**953.031**
Total do ativo	**2.070.207**	**(130.349)**	**1.939.858**

Passivo e Patrimônio Líquido	Anteriormente publicado	Ajustes	*Ajustado* ao CPC
Circulante			
Fornecedores	144.055		144.055
Impostos e contribuições sociais	96.383	(18.297)	78.086
Dividendos	106.645	(85.250)	21.395
Debêntures	90.401	(41)	90.360
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28.334		28.334
Benefícios pós-emprego	3.835		3.835
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	11.285	(11.285)	
Obrigações estimadas com pessoal	15.469	(937)	14.532
Encargos regulamentares e setoriais	69.248		69.248
Outras contas a pagar	56.752	(8.164)	48.588
	622.407	**(123.974)**	**498.433**
Não circulante			
Debêntures	424.497	332	424.829
Empréstimos e financiamentos	183.825		183.825
Benefícios pós-emprego	44.424	7.169	51.593
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	10.858	(10.858)	
Partes relacionadas	941		941
Encargos regulamentares e setoriais	2.261		2.261
Provisões	62.501	69	62.570
Outras contas a pagar	33.349	(32.861)	488
	762.656	**(36.149)**	**726.507**
Patrimônio Líquido			
Capital social	376.022		376.022
Reservas de capital	101.035		101.035
Reservas de lucros	208.087	85.250	293.337
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.732)	(4.732)
Prejuízos acumulados		(50.744)	(50.744)
	685.144	**29.774**	**714.918**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.070.207**	**(130.349)**	**1.939.858**

3.2. Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	*Ajustado* ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	108.157		108.157
Consumidores e concessionárias	372.720	(36.708)	336.012
Impostos e contribuições sociais	108.048	4.526	112.574
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.079	(37.079)	
Estoques	3.903		3.903
Cauções e depósitos vinculados	49		49
Despesas pagas antecipadamente	498		498
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	44.142	(44.142)	
Outros créditos	62.418	(1.264)	61.154
	737.014	**(114.667)**	**622.347**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável		178.981	178.981
Consumidores e concessionárias	32.734	(19.215)	13.519
Impostos e contribuições sociais	10.769		10.769
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180.218	51.066	231.284
Partes relacionadas	1.241		1.241
Cauções e depósitos vinculados	74.036		74.036
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	18.100	(18.100)	
Outros créditos	1.589		1.589
	318.687	**192.732**	**511.419**
Investimentos	3.973	55	4.028
Imobilizado	1.039.791	(1.039.518)	273
Intangível	122.222	872.294	994.516
	1.165.986	**(167.169)**	**998.817**
Total do ativo	**2.221.687**	**(89.104)**	**2.132.583**

Passivo e Patrimônio Líquido	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	173.489		173.489
Impostos e contribuições sociais	108.224	(7.077)	101.147
Dividendos	111.797	(77.159)	34.638
Debêntures	88.749	79	88.828
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	35.593		35.593
Benefícios pós-emprego	6.170		6.170
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	24.293	(24.293)	
Devolução tarifária	9.096	(9.096)	
Obrigações estimadas com pessoal	17.602	(1.268)	16.334
Encargos regulamentares e setoriais	73.815		73.815
Provisões	1.282	15	1.297
Outras contas a pagar	76.440	(3.830)	72.610
	726.550	**(122.629)**	**603.921**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	35.789		35.789
Debêntures	337.017	524	337.541
Empréstimos e financiamentos	270.853		270.853
Benefícios pós-emprego	36.651	32.219	68.870
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	4.505	(4.505)	
Partes relacionadas	1.096		1.096
Encargos regulamentares e setoriais	6.495		6.495
Provisões	32.102	59	32.161
Outras contas a pagar	32.422	(31.030)	1.392
	756.930	**(2.733)**	**754.197**
Patrimônio Líquido			
Capital social	376.022		376.022
Reservas de capital	101.035		101.035
Reservas de lucros	261.150	77.159	338.309
Ajustes de avaliação patrimonial		(21.265)	(21.265)
Prejuízos acumulados		(19.636)	(19.636)
	738.207	**36.258**	**774.465**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.221.687**	**(89.104)**	**2.132.583**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.3 - Reconciliação da demonstração do resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	**1.373.019**	**(19.041)**	**1.353.978**
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(664.033)	44.694	(619.339)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(138.766)	6.251	(132.515)
	(802.799)	**50.945**	**(751.854)**
Custo de operação			
Pessoal	(59.530)		(59.530)
Materiais e serviços de terceiros	(79.730)		(79.730)
Depreciações e amortizações	(87.014)		(87.014)
Outros custos de operação	(7.846)		(7.846)
	(234.120)		**(234.120)**
	(1.036.919)	**50.945**	**(985.974)**
Custo do serviço			
prestado a terceiros	(1.335)		(1.335)
Lucro operacional bruto	**334.765**	**31.904**	**366.669**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(25.993)		(25.993)
Despesas gerais e administrativas	(86.252)	(134)	(86.386)
	Anteriormente publicado	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**
Depreciações e amortizações	(2.655)	(283)	(2.938)
Outras despesas operacionais	(6.460)	377	(6.083)
	(121.360)	**(40)**	**(121.400)**
Resultado do serviço	**213.405**	**31.864**	**245.269**
Receitas financeiras	53.533	3.427	56.960
Despesas financeiras	(110.823)	11.847	(98.976)
Resultado financeiro	**(57.290)**	**15.274**	**(42.016)**
Outras receitas	42		42
Outras despesas	(3.346)		(3.346)
Outros resultados	**(3.304)**	**–**	**(3.304)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**152.811**	**47.138**	**199.949**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16.463)	(16.030)	(32.493)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.233)		(12.233)
	(28.696)	(16.030)	(44.726)
Lucro líquido do exercício	**124.115**	**31.108**	**155.223**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não Circulante

Consumidores e concessionárias: baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir a estrutura conceitual dos CPCs.

Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: reclassificação do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32 e impactos decorrentes pela adoção dos demais CPCs.

Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir a estrutura conceitual dos CPCs.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias passando a retificar a rubrica de Obrigações estimadas com pessoal, em atendimento a adoção do CPC 33.

Ativo financeiro indenizável: reclassificação por conta da adoção da ICPC 01, da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão que terá seu valor recuperado por reembolso pelo Poder Concedente ao final do prazo da concessão.

Investimentos: Reclassificação de itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28.

Imobilizado: (i) capitalização de juros referente à aplicação do CPC 20; (ii) reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão para ativo intangível e ativo financeiro indenizável, em decorrência da adoção da ICPC 01; e (iii) reclassificação de alguns itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28.

Intangível: (i) reconhecimento das licenças de operação pela adoção do CPC 25 e (ii) reclassificação da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão que terá seu valor recuperado pela cobrança de tarifa por conta da adoção da ICPC 01.

Passivo

Circulante e Não Circulante

Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Dividendos: reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.

Debêntures: o método de amortização dos custos antecipados era considerado de forma linear e passou a acompanhar a curva de amortização da captação a qual se referem.

Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Devolução tarifária: baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias, anteriormente classificados na rubrica de Outros Créditos, passando a retificar essa rubrica, em decorrência da adoção do CPC 33.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Benefícios pós-emprego: os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no exercício em que ocorrem de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33.

Outras contas a pagar: baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Patrimônio Líquido

Reservas de lucros: Reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Ajustes de avaliação patrimonial: Os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente nessa rubrica, de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33.

Lucros acumulados: (i) inclui as baixas dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs; e (ii) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) capitalização de juros e amortização do intangível correspondente a aplicação do CPC 20; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; e (iii) baixa dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

4. Revisão tarifária periódica

ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria, ocorrida em 4 de agosto de 2010, aprovou o relatório que autorizou a revisão média das tarifas da Companhia, em 7,19% para o período de 7 de agosto de 2010 a 6 de agosto de 2011, englobando todas as classes de consumo. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste médio nas tarifas de energia elétrica é de 0,21%.

As principais alterações introduzidas são: (i) Empresa de Referência passa de R$209.800 para R$269.300; (ii) componente Xe, do Fator X, passa de 0,00% para 0,95% a ser utilizado nos reajustes tarifários de agosto/2011 e agosto/2012; e (iii) Base de Remuneração Regulatória Líquida de R$952.500 para R$1.297.100.

A realização da Revisão Tarifária Periódica - RTP está prevista no Contrato de Concessão e considera as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares, no contexto nacional e internacional, e os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes - para um dado nível de qualidade do serviço – e com uma remuneração justa e adequada sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de produtividade para o período tarifário seguinte.

As novas tarifas praticadas pela Companhia, já incorporam os efeitos da nova metodologia proposta no Termo de Aditivo aprovado pela ANEEL em Reunião Pública de Diretoria do dia 2 de fevereiro de 2010.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	43.637	67.445
Aplicações financeiras - renda fixa	112.402	40.712
Total	**156.039**	**108.157**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, é baseado nas cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6. Consumidores e concessionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009 *Ajustado*
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	35.774	39.281	7.368	82.423	(7.788)	74.635	76.151
Industrial	20.196	10.047	2.326	32.569	(2.366)	30.203	30.669
Comércio, serviços e outras atividades	29.094	11.076	2.692	42.862	(3.013)	39.849	40.825
Rural	8.139	6.625	3.345	18.109	(1.164)	16.945	20.420
Poder público							
Federal	1.992	81	16	2.089		2.089	2.257
Estadual	2.868	209	65	3.142	(39)	3.103	2.989
Municipal	4.095	1.619	224	5.938	(147)	5.791	6.298
Iluminação pública	4.554	1.554	310	6.418	(100)	6.318	5.052
Serviço público	4.590	407	1.571	6.568	(21)	6.547	5.721
Fornecimento não faturado	78.249			78.249		78.249	88.122
Parcelamentos de débitos	12.625	5.186	28.619	46.430	(37.471)	8.959	21.548
(–) Ajuste a valor presente	(217)			(217)		(217)	(225)
Outros créditos	28.578			28.578		28.578	28.615
	230.537	**76.085**	**46.536**	**353.158**	**(52.109)**	**301.049**	**328.442**
Concessionárias							
Suprimento	13.499			13.499		13.499	4.710
Energia de curto prazo	11.193			11.193		11.193	827
Encargos de uso da rede elétrica	1.921			1.921		1.921	2.029
Outros	4			4		4	4
	26.617	**–**	**–**	**26.617**	**–**	**26.617**	**7.570**
Total circulante	**257.154**	**76.085**	**46.536**	**379.775**	**(52.109)**	**327.666**	**336.012**
Não circulante							
Parcelamentos de débitos	18.241			18.241		18.241	18.254
(–) Ajuste a valor presente	(3.368)			(3.368)		(3.368)	(4.735)
Total não circulante	**14.873**	**–**	**–**	**14.873**	**–**	**14.873**	**13.519**

6.1 - Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 a taxa é de 15,07% a.a., afetando positivamente o resultado do exercício em R$1.376 (positivamente em R$1.671 em 2009).

7. Despesas pagas antecipadamente

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Prêmio de seguros	679	498
Outros	127	
Total	**806**	**498**

8. Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	71.174	43.571		
ICMS	13.323	7.565	10.198	10.769
PIS e COFINS	17.120	13.171		
PIS e COFINS - COSIT 27 (Nota 12)	37.441	46.620		
Outros	1.796	1.647		
Total	**140.854**	**112.574**	**10.198**	**10.769**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	37.382	7.889		
ICMS	51.064	48.265		
PIS e COFINS	24.267	19.812		
IRRF sobre juros s/capital próprio	6.526	6.112		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	27.278	15.338	40.916	35.789
Outros	3.624	3.731		
Total	**150.141**	**101.147**	**40.916**	**35.789**

8.1 - PIS e COFINS - COSIT 27

O saldo de R$37.441 (R$46.620 em 2009) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu um passivo circulante inicialmente de igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão reduzindo a alíquota efetiva do PIS e da COFINS a ser cobrada no futuro (Nota 12).

No exercício de 2011 será realizada a compensação do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil. A devolução através da redução da alíquota efetiva do PIS e da COFINS aos consumidores teve início em dezembro de 2010, no montante de R$1.839.

8.2 - Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes, relativos a processos de natureza tributária na esfera federal.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2010	31/12/2009
Composição - Passivo		
Imposto de renda e contribuição social	38.931	26.216
PIS/COFINS	3.599	3.303
INSS	25.545	21.495
Outros	119	113
Total	**68.194**	**51.127**

Do montante total desta adesão, parte será amortizada através de compensação com recursos de depósitos judiciais no montante de R$59.542 e parte com créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no valor de R$25.835. Caso ocorra algum saldo remanescente, este será amortizado em 30 parcelas.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

	Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado
IRPJ sobre prejuízos fiscais	89.835	104.088
CSLL sobre base negativa	38.765	43.902
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias	39.187	36.135
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	29.604	31.421
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	23.663	15.738
Total	**221.054**	**231.284**

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Não circulante
35.092	59.007	34.276	30.601	34.144	21.133	6.801	221.054

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

9.1 - Composição e base de cálculo

		31/12/2010			31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Prejuízos Fiscais	359.343	89.835		89.835	106.318
Base Negativa da Contribuição Social	430.724		38.765	38.765	44.705
		89.835	**38.765**	**128.600**	**151.023**
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.545	6.886	2.479	9.365	2.783
Benefício pós-emprego	30.742	7.686	2.767	10.453	14.558
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	53.623	13.405	4.824	18.229	18.100
Provisão para Perdas em Estoques	3.352	838	302	1.140	516
Provisão para bônus empregados					178
Total diferenças temporárias		**28.815**	**10.372**	**39.187**	**36.135**
Ágio incorporado	87.069	**21.768**	**7.836**	**29.604**	**31.421**
Diferenças Temporárias - RTT					
Consumidores - ajuste a valor presente	3.584	896	323	1.219	1.686
Imobilizado em serviços - Intangíveis	34	9	3	12	64
Benefícios a empregados - CPC 33	65.986	16.495	5.937	22.432	10.955
Total diferenças temporárias - RTT		**17.400**	**6.263**	**23.663**	**12.705**
Total Ativos/Passivos Diferidos		**157.818**	**63.236**	**221.054**	**231.284**

A mutação do Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício, foi registrado em contrapartida a crédito do Patrimônio líquido no montante de R$7.311 e a débito do Resultado do exercício no montante de R$17.541, respectivamente.

9.2 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação em abril de 2005 da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$ 1.974 até o ano de 2025 (Nota 15.2).

9.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 9.1, será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e coligadas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão apresentados como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	Ativo 31/12/2010	Ativo 31/12/2009	Passivo 31/12/2010	Passivo 31/12/2009	Receitas (despesas) no exercício 2010	Receitas (despesas) no exercício 2009
Outros créditos										
Contrato de uso do sistema de distribuição	CESA	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025		158	15			1.881	
	Energest	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025		599				6.652	2.538
	Santa Fé	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025		39	55			496	97
					796	**70**	**–**	**–**	**9.029**	**2.635**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		14	264	120	677		
	CESA	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011			165				2
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011			28		351		
	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		13	772				13
	Enertrade	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011			12				
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Ipueiras	01/08/2005	01/08/2005 a 31/08/2011		1					
	Enernova	01/08/2005	01/08/2005 a 31/08/2011							2
	Evrecy	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012		3					
Compra de energia elétrica	Lajeado Energia	01/03/2006	01/03/2006 a 31/12/2038	126,69				31		
	Santa Fé	11/01/2007	11/01/2007 a 31/12/2038	144,40				37		
					31	**1.241**	**120**	**1.096**		**17**
Fornecedores										
Contrato de mútuo - 104% do CDI	Bandeirante	29/05/2009	29/05/2009 a 29/08/2009							(1.865)
Compra de energia elétrica	CESA	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	174,05			458	453	(3.985)	(3.904)
	CESA	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	161,11			1.776	1.758	(18.910)	(18.515)
	CESA	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	158,81			3.042	3.012	(23.161)	(23.514)
	EDP Lajeado	01/03/2006	01/03/2006 a 31/12/2037							(74)
	Enerpeixe	23/12/2002	23/12/2002 a 31/01/2016	158,17			9.131	9.024	(69.727)	(70.860)
	Energest	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	73,85			169	140	(1.232)	
	Energest	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	82,89			64	52	(468)	
	Energest	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	99,13			37	30	(271)	
	Energest	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	142,31			6	40	(41)	
	Enertrade	27/02/2008	01/03/2009 a 31/12/2009					7.583		(59.123)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	141,09			4		(30)	(20)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	142,31			7		(53)	(40)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	132,52			21		(173)	(120)
	Santa Fé	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	151,05			39		(281)	
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				57	80	(383)	(693)
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025				7	253	(1.159)	(1.170)
							14.818	**22.425**	**(119.874)**	**(179.898)**
Total					**827**	**1.311**	**14.938**	**23.521**	**(110.845)**	**(177.246)**

10.1 - Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A.

10.2 - Remuneração dos administradores

10.2.1 - Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês:

Proporção de cada elemento na remuneração total no exercício de 2010

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 80%

Remuneração Variável: 20%

Conselho Fiscal

Não se aplica

10.2.2 - Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	6	4	10
Remuneração fixa anual (em R$)	**54.000**	**1.368.931**	**1.422.931**
Salário ou pró-labore	54.000	1.368.931	1.422.931
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R$)	**n/a**	**346.296**	**346.296**
Bônus	n/a	346.296	346.296
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração, por órgão	**54.000**	**1.715.227**	**1.769.227**

(n/a) = Não Aplicável

10.2.3 - Remuneração Média do Conselho de Administração e da Diretoria no exercício de 2010

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	4
Valor da maior remuneração individual (em R$)	n/a	861.496
Valor da menor remuneração individual (em R$)	n/a	57.346
Valor médio de remuneração individual (em R$)	n/a	428.807

Dos 6 Conselheiros de Administração da Companhia, apenas 1 é remunerado

11. Cauções e depósitos vinculados

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais	8.2 e 22			94.935	71.989
Cauções e depósitos vinculados		39	49	351	2.047
Total		**39**	**49**	**95.286**	**74.036**

12. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado		*Ajustado*
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	254	338		
Adiantamentos a fornecedores	520	425		
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 12.1)	12.780	12.790		
Dispêndios a reembolsar	2.925	2.514		
Programa eficiência energética	420	3.568	857	1.520
RGR a compensar		62		
Serviços em curso (Nota 12.2)	30.167	23.550		
Serviços prestados a terceiros	4.547	3.839		
Tributos e consignações sobre folha		1.809		
Desativações e alienações em curso	7.961	8.102		69
Outros	3.716	4.157		
Total	**63.290**	**61.154**	**857**	**1.589**
Outras contas a pagar - Passivo				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		284		
Contribuição de iluminação pública	12.052	10.877		
Credores diversos - consumidores	4.932	4.948		
Folha de pagamento	1.438	1.766		
Juros sobre empréstimo compulsório	358	373		
Arrecadação de terceiros a repassar	3.811	7.676		
Devolução PIS/COFINS				
COSIT 27 (Nota 8.1)	31.770	46.620		
Outras	212	66	1.076	1.392
Total	**54.573**	**72.610**	**1.076**	**1.392**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.1 - Modicidade - baixa renda

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial da Companhia.

12.2 - Serviços em curso

Referem-se aos custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso.

13. Ativo financeiro indenizável

O saldo de R$242.520 em 31 de dezembro de 2010 (R$178.981 em 2009) refere-se a crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros refletem o saldo remanescente do ativo intangível não amortizável após o final do prazo de concessão e são calculados com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão, que serão reversíveis no final da concessão. O registro contábil desse ativo financeiro foi em contrapartida do ativo não circulante rubrica Intangível.

14. Imobilizado

Referem-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão, e o saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$273 (R$273 em 2009).

15. Intangível

	31/12/2010			31/12/2009
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido *Ajustado*
Direito de concessão - Infraestrutura				
Em serviço	1.798.166	(887.392)	910.774	890.632
Em curso	96.346		96.346	103.884
Atividades não vinculadas à concessão				
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.964		103.964	103.964
(–) Provisão para manutenção de dividendos	(103.964)		(103.964)	(103.964)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	16.894		16.894	11.550
(–) Amortização acumulada do ágio	(16.894)		(16.894)	(11.550)
	1.894.512	**(887.392)**	**1.007.120**	**994.516**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassif.	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço							
Direito de concessão - Infraestrutura	890.632	2.311	126.507	(103.332)	(10.928)	5.584	910.774
Intangível em curso							
Direito de concessão - Infraestrutura	103.884	185.514	(195.796)		(151)	2.895	96.346
Total	**994.516**	**187.825**	**(69.289)**	**(103.332)**	**(11.079)**	**8.479**	**1.007.120**

15.1 - Capitalização de encargos de dívidas

A Companhia procedeu a capitalização de encargos financeiros no montante de R$18.106, retroativos a 1º de janeiro de 2009, tendo sido registrado o valor de R$12.024 relativos ao exercício de 2009 a crédito do Patrimônio líquido na rubrica de lucros acumulados e R$6.082 relativos ao exercício de 2010 a crédito de Despesas financeiras.

15.2 - Ágio - Incorporação de sociedade controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão e é amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, cujo teste de recuperação efetuado de acordo com o CPC 01, no exercício de 2010 não indicou perda de valor a ser reconhecida (Nota 9.2).

16. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	99.569	87.561
Energia livre (Nota 16.1)	26.410	22.442
CCEE (compra de energia de curto prazo)	1.401	1.489
Encargos de uso da rede elétrica	18.215	16.574
Encargos de serviços de sistema	4.003	244
Materiais e serviços	48.280	45.179
Total	**197.878**	**173.489**

16.1 - Energia livre

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela Taxa SELIC mensal a ser liquidado até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia, encontra-se suspenso, por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado no autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$3.038 em contrapartida a despesa financeira (R$17.613 em 2009). O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$26.410 (R$22.442 em 2009).

17. Debêntures

1ª emissão de debêntures

Em 1º de junho de 2006, foi promovida a primeira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 26.400 debêntures, ao valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$264.000 e prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de junho de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de junho de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de junho de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de junho de 2011. A colocação foi concluída em 5 de julho de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último em 1º de junho de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros, diversificação das fontes de financiamentos, investimentos para o ano de 2006 e recomposição de caixa para capital de giro.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento;

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);

(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;

(iv) falência formulado pela Emissora;

(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

2ª emissão de debêntures

Em 2 de julho de 2007 foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000 com prazo de vigência de 7 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 1/3 em 2 de julho de 2013 e a terceira, de 1/3, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,0% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de janeiro de 2008 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos Sênior Notes emitidos pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.

O contrato apresenta cláusulas prevendo rescisão nas mesmas hipóteses já descritas acima para a primeira emissão.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2012	83.098
2013	83.189
2014	83.305
Total	**249.592**

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 *Ajustado*	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custo de transação	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante	88.828	(88.000)	(37.480)	37.025	87.949	171	88.493
	88.828	**(88.000)**	**(37.480)**	**37.025**	**87.949**	**171**	**88.493**
Não circulante	337.541				(87.949)		249.592
	337.541	**–**	**–**	**–**	**(87.949)**	**–**	**249.592**

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas nos contratos de debêntures.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2010				31/12/2009		
		Encargos		Principal		Encargos		Principal
	Custo da dívida	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - BB/CALC	de 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e 4,5% a.a. fixo	937		10.090	93.700	199		103.790
(–) BNDES -CALC - Custos de transação				(44)	(112)		(29)	(183)
Eletrobrás	5% a.a. + 1% a.a. (tx. adm.)			10.800	88.286	110	11.242	96.112
Cédula de Crédito Bancário	105% do CDI	1.390		8.080	24.240	1.402	8.080	32.320
Nota de Crédito Comercial	100% do CDI	372	6.621	7.000	124.500			
(–) Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação				(437)	(1.323)			
BNDES	4,8% a.a. acima da TJLP					21	3.280	
BNDES - Banco do Brasil	3,3% a.a. acima da TJLP	77		5.545	13.862	99	5.545	19.407
BNDES - Banco Santander	3,3% a.a. acima da TJLP	77		5.545	13.862	99	5.545	19.407
Total		**2.853**	**6.621**	**46.579**	**357.015**	**1.930**	**33.663**	**270.853**

BNDES

(i) Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco Alfa, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R$17.320. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,8% a.a. + TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 15 de setembro de 2010.

(ii) BNDES contrato nº 88.426/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

(iii) BNDES contrato nº 88.426/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008 no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

(iv) BNDES/CALC - Aprovado em dezembro de 2008, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, no montante de R$164.091, com a finalidade de implantação do Programa de Investimentos 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. A 1ª liberação efetuada para a Escelsa de R$103,8 milhões ocorreu em 23 de dezembro de 2009 sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010, trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R$40.400, sendo R$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R$20.200 junto ao Banco Santander S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014, e juros semestrais vencíveis a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas as instituições financeiras.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial – Contrato firmado em 24 de junho de 2010, no valor de R$135.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 28 de junho de 2010. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em 10 parcelas semestrais, sendo a primeira em 29 de novembro de 2010 e a última em 29 de maio de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, calculados semestralmente.

Eletrobrás

Programa Luz para Todos

(i) 1ª etapa - Contrato ECFS 031/04 - Linha de crédito no valor de R$30.968, a título de financiamento RGR, R$4.764 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R$4.764 a título de subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que foram liberados a título de financiamento recursos no montante de R$9.290 em 2004, R$6.194 em 2005, R$4.150 em 2006, R$3.095 em 2008, totalizando R$22.729 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R$2.230 em 2004, R$4.417 em 2005, R$638 em 2006, R$169 em 2008, totalizando R$7.454. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(ii) 2ª etapa - Contrato ECFS 106/05 - Linha de crédito no valor de R$50.304, a título de financiamento RGR, R$7.739 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R$7.739 a título de subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que foram liberados a título de financiamento recursos no montante de R$15.091 em 2006, R$20.122 em 2007 e R$1.900 em 2010 totalizando R$37.113 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R$5.522 em 2006, R$6.096 em 2007 e R$415 em 2008 totalizando R$12.033. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a, pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir de 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iii) 3ª etapa - Contrato ECFS 181/07 - Linha de crédito no valor de R$75.764, a título de financiamento RGR e R$10.102 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que foram liberados recursos a título de financiamento no montante de R$42.933 em 2008. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2008. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir de 30 de abril de 2010 até 30 de março de 2020 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iv) 4ª etapa - Contrato ECFS 258/09 - Linha de crédito no valor de R$56.737, a título de financiamento RGR e R$7.565 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 28 de agosto de 2009 sendo que foram liberados a título de financiamento, recursos no montante de R$17.021 em 2009 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R$2.270 em 2009. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir de 30 de janeiro de 2010. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir de 30 de janeiro de 2012 até 30 de dezembro de 2021 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

Programa Reluz

(i) Contrato ECF 2313/04, firmado em 6 de julho de 2004. Linha de crédito no valor de R$2.647 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$265, R$476, R$529 e R$838 em 14 de outubro de 2004, 24 de maio de 2005, 8 de setembro de 2005 e 4 de setembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2004. O saldo devedor será pago em 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 28 de fevereiro de 2006 e a última em 28 de fevereiro de 2010. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 28 de fevereiro de 2010.

(ii) Contrato ECF 2314/04, firmado em 6 de julho de 2004. Linha de crédito no valor de R$8.823 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$882, R$2.972, R$1.323 e R$2.175, em 14 de outubro de 2004, 24 de maio de 2005, 8 de setembro de 2005 e 4 de setembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de janeiro de 2005 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 28 de fevereiro de 2005 e a última em 30 de janeiro de 2011. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iii) Contrato ECF 2472/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R$306 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$31 em 11 de outubro de 2007. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de julho de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de outubro de 2008 e a última em 30 de outubro de 2011. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iv) Contrato ECF 2488/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R$261 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$26 e R$188 em 11 de outubro de 2007 e 11 de novembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de novembro de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(v) Contrato ECF 2500/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R$380 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$38 e R$256, em 11 de outubro de 2007 e 11 de novembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de novembro de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(vi) Contrato ECF 2481/05, firmado em 30 de setembro de 2008. Linha de crédito no valor de R$1.230 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R$123 e R$801, em 29 de dezembro de 2009 e 21 de maio de 2010, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 30 de dezembro de 2011 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2012 e a última em 30 de dezembro de 2016. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda Nacional
Circulante	
2011	49.432
	49.432
Não circulante	
2012	55.375
2013	55.403
2014	49.795
2015	139.520
2016	28.580
2017	16.130
2018	8.044
2019	5.981
Após 2019	4.808
	363.636
Total	**413.068**

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Custo de transação	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante	35.593	1.234	(38.278)	(21.539)	22.465	(25)	50.463	(481)	49.432
	35.593	**1.234**	**(38.278)**	**(21.539)**	**22.465**	**(25)**	**50.463**	**(481)**	**49.432**
Não circulante	270.853	135.805			6.621	25	(50.463)	795	363.636
	270.853	**135.805**	**–**	**–**	**6.621**	**25**	**(50.463)**	**795**	**363.636**

19 - Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo à Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

19.1 - Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

19.1.1 - Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev-Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

19.1.2 - Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev-Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

19.1.3 - Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", sob gestão da EnerPrev-Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc, o Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano. Além deste, o PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A., onde o Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$314 (R$163 em 2009).

Esse plano tem a adesão de 159 colaboradores.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(132.626)	200.084	67.458	(120.453)	187.553	67.100
Custo do serviço corrente	(217)		(217)	(262)		(262)
Custo dos juros	(14.194)		(14.194)	(12.929)		(12.929)
Rendimento esperado dos ativos		22.312	22.312		22.450	22.450
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(7.782)	28.137	20.385	(9.016)		(9.016)
Contribuições pagas pela empresa		144	144		115	115
Contribuições pagas pelos empregados	(166)	166		(116)	116	
Benefícios pagos pelo plano	11.771	(11.771)		10.150	(10.150)	
Saldo final	**(143.214)**	**239.072**	**95.858**	**(132.626)**	**200.084**	**67.458**

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de beneficio definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em regulamento de cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(28.137)	(1.972)	19.700	(8.562)	(5.171)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-11,77%	-0,99%	10,50%	-3,90%	-2,60%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	7.782	9.016	(8.448)	12.582	10.766
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	5,43%	6,80%	-7,01%	10,11%	9,00%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações sem cobertura	(143.214)	(132.626)	(120.453)	(124.413)	(119.591)
Valor justo dos ativos	239.072	200.084	187.553	219.500	198.889
Situação do plano	**95.858**	**67.458**	**67.100**	**95.087**	**79.298**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Alocação %
Titulos de dívida	46,38
Ações	52,06
Imóveis	0,58
Outros	0,98
Total	**100,00**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2010		2009	
Classe de ativo	Meta de alocação %	Expectativa de retorno %	Meta de alocação %	Expectativa de retorno %
Títulos de dívida	82,40	11,20	70,00	10,75
Ações	14,40	13,29	20,00	13,25
Imóveis	0,60	11,20	10,00	10,75
Outros	2,60	10,77	0,00	0,00
Total	**100,00**	**11,49**	**100,00**	**11,25**

O retorno real dos ativos do plano, no exercício, foi de R$50.449, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$22.312, ocasionando assim um ganho atuarial de R$28.137.

Apresenta-se a seguir, a demonstração do número de participantes do Plano:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos	3	845	3	879
Com benefícios diferidos		11		10
Aposentados e pensionistas	726	207	730	204
Total	**729**	**1.063**	**733**	**1.093**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2010	
Econômicas	Plano I	Plano II
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49%a.a.	11,49%a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2009	
Econômicas	**Plano I**	**Plano II**
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,25%a.a.	11,25%a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

19.2 - Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados

	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA	582	582	2.646	2.543
Assistência médica e Seguro de vida	7.780	5.588	85.717	66.327
	8.362	**6.170**	**88.363**	**68.870**

Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos:

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC nº 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

	2010 Valor presente das obrigações do plano	**2009** Valor presente das obrigações do plano
Saldo inicial do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	(75.040)	(55.428)
Custo do serviço corrente	(425)	(572)
Custo dos juros	(8.059)	(5.998)
Custo do serviço passado	(2.663)	
Custo especial por término de benefício	11.202	
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(33.765)	(25.182)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	12.025	12.140
Saldo final do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	**(96.725)**	**(75.040)**
Custo do serviço passado não reconhecido	(30.429)	
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	**(127.154)**	**(75.040)**

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o ano de 2011 são de R$8.362.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2010 e 2009 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2010	**2009**
Custo do serviço corrente	425	572
Custo dos juros	8.059	5.998
Custo do serviço passado	2.663	
Custo especial por término de benefício	(11.202)	
Total	**(55)**	**6.570**

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2010 da perda atuarial é de R$65.984 (R$32.219 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2009). Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2007**	**31/12/2006**
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	33.765	25.182	(10.884)	1.601	(138)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	26,55%	33,56%	-19,64%	2,42%	-1,94%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações totalmente descobertos	(127.154)	(75.040)	(55.428)	(66.045)	(7.131)
Situação do plano	**(127.154)**	**(75.040)**	**(55.428)**	**(66.045)**	**(7.131)**

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	**Pressuposto centrais**	**Variação nas taxas de tendência dos custos médicos**	
		+1%	**-1%**
Obrigação de Benefício definido	118.051	132.013	106.245
Custo dos juros	6.342	6.915	5.839

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2010			
Econômicas	**AIA**	**Assistência médica**	**Seguro de vida**	**Outros benefícios a aposentados**
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,5% a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2019	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	0%	0%	n/a	0%

	2009			
Econômicas	**AIA**	**Assistência médica**	**Seguro de vida**	**Outros benefícios a aposentados**
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,20% a.a.	11,20% a.a.	11,20% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,5% a.a. em 2010, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas: Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	0%	0%	n/a	0%

20 - Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	**31/12/2009** *Ajustado*
Folha de pagamento	13.286	14.203
INSS e FGTS	2.447	2.131
Total	**15.733**	**16.334**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultado do exercício.

21 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Quota de reserva global de reversão - RGR	8.133	1.542		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	8.333	1.500		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.652	6.006		
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	28.711	28.639		
Pesquisa e desenvolvimento	15.027	11.969	4.982	4.128
Programa de eficiência energética	34.414	23.882	239	2.367
Taxa de fiscalização - ANEEL	364	277		
Total	**100.634**	**73.815**	**5.221**	**6.495**

21.1 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008, respectivamente. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

21.2 - Outros encargos

A Lei nº 12.911 de 9 de dezembro de 2009, regulamentada pelos Ofícios circulares nºs 965/2010-SFF/ANEEL e 648/2010-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional (Nota 24).

22 - Provisões

	31/12/2010	**31/12/2009** *Ajustado*
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	31.208	33.384
Licenças ambientais	81	74
Total	**31.289**	**33.458**
Circulante	1.346	1.297
Não circulante	29.943	32.161

22.1 - Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - circulante e não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

22.1.1 - Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo				**Ativo**	
				Baixas			**Depósito Judicial**
	Instâncias	**Saldo em 31/12/2009 Reclassificado**	**Adições**	**Pagamentos**	**Reversões**	**Saldo em 31/12/2010**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	24.104	14.100	(665)	(12.383)	25.156	15.613	4.282
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.	9.244	4.203	(2.700)	(4.994)	5.753	2.905	573
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm.	36	6.822	(6.526)	(33)	299		
Total		**33.384**	**25.125**	**(9.891)**	**(17.410)**	**31.208**	**18.518**	**4.855**
Circulante		1.282				1.294		
Não circulante		32.102				29.914	18.518	4.855
Total		**33.384**	–	–	–	**31.208**	**18.518**	**4.855**

22.1.2 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

22.1.3 - Cíveis

Refere-se principalmente a pleitos referentes a danos morais e materiais. Adicionalmente a Companhia efetuou, para fins de comparabilidade a reclassificação do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2009 no valor de R$1.282 relativo a provisão de penalidades por interrupções de fornecimento, anteriormente apresentado em outras obrigações no passivo circulante.

22.2 - Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito Judicial	
	Instâncias	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	42.278	39.387	3.230	4.581
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.	33.339	36.732	600	108
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm.	94.371	36.869	3.134	17.645
Total		**169.988**	**112.988**	**6.964**	**22.334**

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2.1 - Cíveis
Majoração de tarifa Ação ordinária, relativo a majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1996, em discussão na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2010, esse processo totaliza o montante de R$1.731 (R$11.597 em 2009).

22.2.2 - Fiscais
A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados à título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações importam em R$8.685 e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A Companhia discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R$6.904 e aguardam decisão em primeira instância.

A Companhia possui ainda discussões administrativas relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como decorrentes de recolhimento a maior e saldo negativo de IRPJ e CSLL, que somam R$57.241.

22.3 - Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010 é de R$9.911 (R$3.844 em 2009).

23 - Patrimônio líquido

23.1 - Capital social
O capital social de R$376.022 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Energias do Brasil S.A.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 - Destinação do lucro
As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado, o valor dos Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	178.567
Ajuste de exercícios anteriores	(19.636)
Lucro líquido ajustado	**158.931**
Constituição da reserva legal - 5%	(7.947)
	150.984
Destinação do lucro:	
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	4.159
Dividendos	43.506
Dividendos intermediários - JSCP	43.506
Dividendo adicional proposto	103.319
Quantidade de ações	5.876.012
Dividendos por ação - R$ - JSCP	7,404001

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$43.506, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

23.3 - Reservas

	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Reservas de capital		
Juros de obras em andamento	65.687	65.687
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	35.348
	101.035	**101.035**
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Perda atuarial com benefícios pós-emprego	(65.984)	(32.219)
IRPJ/CSLL Diferido	22.435	10.954
	(43.549)	(21.265)
Reservas de lucros		
Legal	56.500	48.553
Retenção de lucros	212.597	212.597
Dividendo adicional proposto	103.319	77.159
Incentivos fiscais	4.159	
	376.575	338.309
Total	**434.061**	**418.079**

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, conforme mencionado na nota 2.3.n. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07.

23.3.1 - Juros de obras em andamento
Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por Despesa de remuneração das imobilizações em curso, decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e principalmente através da Portaria DNAEE 250/85, de 12 de dezembro de 1985, tendo sido registrada em contrapartida às reservas de capital no patrimônio líquido.

23.3.2 - Ajustes de avaliação patrimonial
Refere-se na contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a perdas e ganhos atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

23.3.3 - Reserva de retenção de lucros
A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

24. Receita operacional líquida

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R$	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009 *Ajustado*
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	964.178	924.837	1.812.511	1.711.638	823.775	747.074
Industrial	11.220	10.788	1.064.096	954.979	373.095	342.893
Comércio, serviços e outras atividades	99.136	96.904	1.143.647	1.084.490	490.902	463.314
Rural	152.042	142.002	579.539	537.111	130.370	109.431
Poder público	9.516	9.360	219.483	210.935	94.125	89.022
Iluminação pública	344	341	219.142	216.165	49.424	46.980
Serviço público	1.094	1.024	173.470	163.855	52.721	48.827
Consumo próprio	162	160	9.128	8.994		
Total do fornecimento faturado	**1.237.692**	**1.185.416**	**5.221.016**	**4.888.167**	**2.014.412**	**1.847.541**
(–) ICMS						
Residencial					(215.877)	(193.171)
Industrial					(84.481)	(83.523)
Comércio, serviços e outras atividades					(121.160)	(113.724)
Rural					(18.398)	(7.932)
Poder público					(15.897)	(14.975)
Iluminação pública					(12.355)	(11.744)
Serviço público					(13.101)	(12.075)
					(481.269)	**(437.144)**
Total do fornecimento faturado líquido de ICMS					**1.533.143**	**1.410.397**
Fornecimento não faturado					(8.724)	16.989
Modicidade tarifária - baixa renda					22.929	21.508
Suprimento de energia elétrica	1	1	455.667	417.047	59.496	41.716
ECE e EAEEE						(3)
					1.606.844	**1.490.607**
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(1.162.158)	(1.117.166)
(–) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					278.874	262.598
Total do fornecimento de energia elétrica					**723.560**	**636.039**
Disponibilização do sistema de distribuição						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	38	34	3.762.436	2.716.277	362.850	298.535
(–) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(95.816)	(74.009)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					1.162.158	1.117.166
(–) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(278.874)	(262.598)
					1.150.318	**1.079.094**
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					42.260	3.581
Serviços taxados e outros					29.555	(104)
Total de outras receitas operacionais					**71.815**	**3.477**
					1.945.693	**1.718.610**
(–) Deduções da receita						
PEE e P&D					(14.338)	(13.430)
Outros encargos					(15.089)	(12.582)
CCC					(79.274)	(61.935)
CDE					(67.829)	(72.075)
RGR					(22.989)	(17.397)
PIS/COFINS					(242.547)	(187.167)
ISS					(145)	(46)
					(442.211)	**(364.632)**
Total	**1.237.731**	**1.185.451**	**9.439.119**	**8.021.491**	**1.503.482**	**1.353.978**

(*) Não auditado

25. Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	Outras	2010	2009 *Ajustado*
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Itaipu	148.161						148.161	171.284
Leilão	443.793						443.793	306.903
PROINFA	24.529						24.529	21.774
Contratos bilaterais	120.170						120.170	167.546
Energia de curto prazo - CCEE	4.574						4.574	6.793
Outros supridores	16.847						16.847	14.179
Encargo de uso e conexão	163.388						163.388	134.121
Encargo - CCEE	37.953						37.953	9.389
Programa de eficiência energética								272
PIS/COFINS	(80.444)						(80.444)	(80.135)
Taxa de fiscalização						3.761	3.761	3.345
	878.971	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.761**	**882.732**	**755.471**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Custo do serviço			Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	Outras	2010	2009 *Ajustado*
Gerenciáveis								
Pessoal, administradores e Entidade de previdência privada		65.276	68		28.056		93.400	86.241
Material		6.697	532		1.354		8.583	11.227
Serviços de terceiros		85.340	733		35.903		121.976	101.161
Depreciação e amortização		100.104			3.228		103.332	89.952
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				30.299			30.299	24.208
Provisões para contingências						4.530	4.530	949
Aluguéis e arrendamentos		61			1.065		1.126	1.007
PIS/COFINS					(10.883)		(10.883)	
Outras		8.081	23	598	4.792	1.839	15.333	38.493
		265.559	**1.356**	**30.897**	**63.515**	**6.369**	**367.696**	**353.238**
Total	**878.971**	**265.559**	**1.356**	**30.897**	**63.515**	**10.130**	**1.250.428**	**1.108.709**

26. Resultado financeiro

	2010	2009 *Ajustado*
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	10.006	1.518
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	34.698	31.889
Atualização monetária depósitos judiciais REFIS	18.587	
Variações monetárias moeda nacional	8.356	8.637
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	7.234	691
Ajustes a valor presente	1.376	1.671
Outras receitas financeiras	8.436	12.554
	88.693	**56.960**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(61.957)	(53.099)
Variações monetárias moeda nacional	(8)	(77)
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(5.040)	(28.055)
SELIC - Energia Livre	(3.038)	(17.613)
Atualização monetária REFIS	(17.067)	
Outras despesas financeiras	(6.385)	(132)
	(93.495)	**(98.976)**
Total	**(4.802)**	**(42.016)**

27. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2010	2009 *Ajustado*	2010	2009 *Ajustado*
Lucro antes do IRPJ e CSLL	246.626	199.949	246.626	199.949
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(61.657)**	**(49.987)**	**(22.196)**	**(17.995)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(196)	(312)	(70)	(113)
Perdas indedutíveis	42	(486)	15	(175)
Multas indedutíveis	(67)	(4)	(24)	(2)
Despesas indedutíveis	(98)		(35)	
Gratificações a administradores	(106)	39	(38)	14
Pesquisa e desenvolvimento	98	120	35	44
Programa REFIS		8.430		3.034
Juros sobre o capital próprio	10.876	10.188	3.916	3.668
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(2.033)	(2.491)	(1.214)	1.025
Adicional IR	24	24		
Programa de Alimentação do Trabalhador	143	156		
Incentivo Cultural e Artístico	295	97		
Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente	70			
SUDENE	4.161			
Despesa de IRPJ e CSLL	**(48.448)**	**(34.226)**	**(19.611)**	**(10.500)**
Alíquota efetiva	20%	17%	8%	5%

28. Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 - Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	156.039	108.157	156.039	108.157
Consumidores e concessionárias	327.666	336.012	327.666	336.012
Cauções e depósitos vinculados	39	49	39	49
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	242.520	178.981	242.520	178.981
Consumidores e concessionárias	14.873	13.519	14.873	13.519
Partes relacionadas	31	1.241	31	1.241
Cauções e depósitos vinculados	351	2.047	351	2.047
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	197.878	173.489	197.878	173.489
Debêntures	93.106	92.384	88.493	88.828
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	44.809	35.642	49.432	35.593
Encargos regulamentares e setoriais	100.634	73.815	100.634	73.815
Não circulante				
Debêntures	262.601	351.055	249.592	337.541
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	329.627	271.229	363.636	270.853
Partes relacionadas	120	1.096	120	1.096
Encargos regulamentares e setoriais	5.221	6.495	5.221	6.495

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		156.039		156.039
Consumidores e concessionárias	342.539			342.539
Cauções e depósitos vinculados			95.325	95.325
Ativo financeiro indenizável	242.520			242.520
Partes relacionadas	31			31
	585.090	**156.039**	**95.325**	**836.454**

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	197.878	197.878
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	413.068	413.068
Debêntures	338.085	338.085
Encargos regulamentares e setoriais	105.855	105.855
Partes relacionadas	120	120
	1.055.006	**1.055.006**

	31/12/2009			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		108.157		108.157
Consumidores e concessionárias	349.531			349.531
Cauções e depósitos vinculados			74.085	74.085
Ativo financeiro indenizável	178.981			178.981
Partes relacionadas	1.241			1.241
	529.753	**108.157**	**74.085**	**711.995**

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	173.489	173.489
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	306.446	306.446
Debêntures	426.369	426.369
Encargos regulamentares e setoriais	80.310	80.310
Partes relacionadas	1.096	1.096
	987.710	**987.710**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	156.039	156.039
	156.039	**156.039**

28.3 - Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 18, possuem como contraparte o BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP e CDI. Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa Selic, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 - Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Ativos financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	6.627	8.284	9.941	4.970	3.314
Cauções e depósitos vinculados	CDI	106	133	159	80	53
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	24.928	31.160	37.392	18.696	12.464
Debêntures	CDI	68.428	85.535	102.642	51.321	34.214
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	5.900	7.375	8.850	4.425	2.950
Nota de crédito comercial - Banco do Brasil	CDI	48.570	60.713	72.855	36.428	24.285
Valor de referência						
CDI - 10,0%						
TJLP - 6,0%						

28.4 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 18.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 18. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

		31/12/2010			
Obrigações contratuais	Total	Vencimentos em 2011	Vencimentos de 2012 até 2014	Vencimentos de 2015 até 2016	Vencimentos acima de 2016
Debêntures	338.085	88.493	249.592		
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	413.068	49.432	160.573	168.100	34.963
	751.153	**137.925**	**410.165**	**168.100**	**34.963**

		31/12/2009			
Obrigações contratuais	Total	Vencimentos em 2010	Vencimentos de 2011 até 2013	Vencimentos de 2014 até 2015	Vencimentos acima de 2015
Debêntures	426.369	88.749	254.109	83.511	
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	306.446	35.593	136.571	71.857	62.425
	732.815	**124.342**	**390.680**	**155.368**	**62.425**

28.5 - Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada é a fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, podemos levar em face a composição de 13,20% de estimativas de não realização dos créditos conforme Nota 6.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes, anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2010
Subestações	360.803
Almoxarifados	32.029
Prédios e conteúdos (próprios)	7.783
Prédios e conteúdos (terceiros)	4.592
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	233.422

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Vice-Presidente

Conselheiros

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

MIGUEL DIAS AMARO

DANTE SEGUNDO PANCINI POLA

DIRETORIA

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Presidente

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Vice-Presidente Executivo e Diretor Técnico e de Ambiente

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DONATO DA SILVA FILHO
Diretor de Regulação

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor de Sustentabilidade

CARLOS YOSHIO MOTOKI
Diretor Comercial

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137290/O-8 "S"-ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-ES

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC SP-141128/O-2 S-ES

edp

Lajeado Energia S.A.

CNPJ nº 03.460.864/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009 Ajustado	Controladora 01/01/2009 Ajustado	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 Ajustado	Consolidado 01/01/2009 Ajustado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.734	69.530	19.839	77.646	75.682	22.555
Títulos a receber	6	8.997	5.999		8.659	5.999	
Rendas a receber	7				4.587	8.270	22.500
Concessionárias	5	48.946	47.366	21.298	49.483	47.886	15.932
Impostos e contribuições sociais	8	24.389	23.278	11.184	48.590	47.249	32.148
Dividendos a receber		14.299	18.036	24.254			14.361
Cauções e depósitos vinculados	11		566			1.125	515
Despesas pagas antecipadamente	12	51		5.793	776	18	5
Outros créditos	13	4.819	3.052	6.971	4.892	3.095	75
		175.235	**167.827**	**89.339**	**194.633**	**189.324**	**108.091**
Não circulante							
Títulos a receber	6	25.351	29.090	6.865	18.755	21.938	
Concessionárias	5			123			1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	119.043	127.764	2.080	124.228	131.803	4.139
Partes relacionadas	10	44.423	45.459		408	6.594	
Cauções e depósitos vinculados	11	435	435		1.055	838	444
Despesas pagas antecipadamente	12					300	
Outros créditos	13			24.453			
		189.252	**202.748**	**33.521**	**144.446**	**161.473**	**4.584**
Investimentos	14	745.646	717.848	420.238	55	205	255.888
Imobilizado	15	38	44	50	1.344.437	1.349.517	1.375.198
Intangível	16	635.540	653.628	465.795	662.877	681.653	230.016
		1.381.224	**1.371.520**	**886.083**	**2.007.369**	**2.031.375**	**1.861.102**
Total do ativo		**1.745.711**	**1.742.095**	**1.008.943**	**2.346.448**	**2.382.172**	**1.973.777**

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009 Ajustado	Controladora 01/01/2009 Ajustado	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 Ajustado	Consolidado 01/01/2009 Ajustado
Circulante							
Fornecedores	17	18.451	28.058	13.334	13.077	8.970	11.000
Impostos e contribuições sociais	8	50.325	47.654	29.748	84.812	88.169	47.953
Dividendos		112.370	66.439	73.819	124.567	77.721	92.429
Debêntures	18				33.992	33.309	34.118
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19				66.153	55.268	60.168
Obrigações estimadas com pessoal		64	116		1.388	874	1.085
Encargos regulamentares e setoriais	20	11.830	7.402	6.191	11.974	7.535	3.717
Uso do bem público	21				3.370	3.996	3.735
Provisões	22				9.167		
Outras contas a pagar	13	701	3.143	4.032	956	3.366	371
		193.741	**152.812**	**127.124**	**349.456**	**279.208**	**254.576**
Não circulante							
Impostos e contribuições sociais	8	29.428	35.039	33.174	29.428	35.039	1.277
Impostos e contribuições sociais diferidos	9			1.969			
Debêntures	18					32.317	64.573
Empréstimos e financiamentos	19				117.021	175.243	232.153
Partes relacionadas	10				4.894	4.355	
Encargos regulamentares e setoriais	20	319	2.517		336	2.517	
Uso do bem público	21				33.155	34.389	31.371
Provisões	22				14.168	1.947	4.226
Outras contas a pagar	13		48.894	2.474		48.894	
		29.747	**86.450**	**37.617**	**199.002**	**334.701**	**333.600**
Patrimônio líquido							
Capital social	23.1	756.868	756.868	513.810	756.868	756.868	973.905
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	266.798	579.203	579.203	199.050
Reservas de lucros	23.3	186.152	115.469	34.745	186.152	115.469	63.841
Lucros acumulados			51.293	28.849		51.293	70.446
		1.522.223	**1.502.833**	**844.202**	**1.522.223**	**1.502.833**	**1.307.242**
Adiantamento para futuro aumento de capital							78.359
Participações não controladores					275.767	265.430	
Total do patrimônio líquido e participações não controladores		**1.522.223**	**1.502.833**	**844.202**	**1.797.990**	**1.768.263**	**1.385.601**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.745.711**	**1.742.095**	**1.008.943**	**2.346.448**	**2.382.172**	**1.973.777**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2010	Controladora 2009 Ajustado	Consolidado 2010	Consolidado 2009 Ajustado
Receita operacional líquida	24	**387.299**	**250.948**	**442.740**	**259.063**
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(23.176)	(3.851)	(23.288)	(3.851)
Encargos de uso da rede elétrica		(41.247)	(26.689)	(42.447)	(26.791)
	25	**(64.423)**	**(30.540)**	**(65.735)**	**(30.642)**
Custo de operação					
Pessoal				(5.015)	(359)
Materiais e serviços de terceiros				(4.329)	(502)
Depreciações e amortizações		(4)		(35.939)	(2.960)
Outros custos de operação		(135.060)	(102.603)	(93)	(82.587)
	25	**(135.064)**	**(102.603)**	**(45.376)**	**(86.408)**
		(199.487)	**(133.143)**	**(111.111)**	**(117.050)**
Lucro operacional bruto		**187.812**	**117.805**	**331.629**	**142.013**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(273)	(89)	(577)	(236)
Despesas gerais e administrativas		(1.438)	(1.196)	(14.026)	(2.879)
Depreciações e amortizações		(18.162)	(6.160)	(18.577)	(6.198)
Outras despesas operacionais		(15.466)	(9.737)	(17.093)	(9.748)
	25	**(35.339)**	**(17.182)**	**(50.273)**	**(19.061)**
Resultado do serviço		**152.473**	**100.623**	**281.356**	**122.952**
Resultado das participações societárias		**43.373**	**48.016**	**–**	**28.504**
Receitas financeiras		12.265	5.565	7.626	5.667
Despesas financeiras		(575)	(9.714)	(27.155)	(11.455)
Resultado financeiro	26	**11.690**	**(4.149)**	**(19.529)**	**(5.788)**
Outras despesas		(898)		(898)	
Outros resultados		**(898)**	**–**	**(898)**	**–**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**206.638**	**144.490**	**260.929**	**145.668**
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(26.348)	(23.916)	(56.844)	(17.899)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(8.721)	(204)	(7.575)	(182)
		(35.069)	**(24.120)**	**(64.419)**	**(18.081)**
Lucro líquido antes da participação não controladores e partes beneficiárias		**171.569**	**120.370**	**196.510**	**127.587**
Participações não controladores				(24.941)	(7.217)
Partes Beneficiárias		(17.157)	(11.316)	(17.157)	(11.316)
Lucro líquido do exercício		**154.412**	**109.054**	**154.412**	**109.054**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		**758,72**	**535,85**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2010	Controladora 2009 Ajustado	Consolidado 2010	Consolidado 2009 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	154.412	109.054	154.412	109.054
Participação minoritária no resultado/partes beneficiárias			24.941	7.217
Concessionárias	273	89	273	90
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	8.721	204	7.575	182
Depreciações e amortizações	18.166	6.160	54.516	9.158
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados			134	1
Despesas pagas antecipadamente	(36)		(861)	31
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			22.610	1.202
Uso do bem público			(1.937)	
Provisões			1.624	74
Licenças Ambientais			1.033	
Participação minoritária/Partes beneficiárias	17.157	11.316	17.157	11.316
Participações societárias	(43.373)	(48.016)		(28.504)
Encargos regulamentares e setoriais	4.317	2.463	4.377	2.469
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(41)		(41)
Outros				318
Títulos a receber	(235)	(156)		
(Aumento) diminuição de ativos				
Concessionárias	(1.853)	(8.799)	(1.870)	(19.444)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	73	(1.671)	(157)	(10.001)
Cauções e depósitos vinculados	566	(643)	908	(654)
Despesas pagas antecipadamente	(15)	5.793	403	5.848
Outros créditos	(1.244)	2.115	(1.274)	2.192
Rendas a receber			3.684	
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	(9.607)	7.323	4.107	7.765
Impostos e contribuições sociais correntes	(15.490)	(376)	(23.621)	959
Outras obrigações	(4.581)	(5.201)	(4.684)	(5.893)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**127.251**	**79.614**	**263.350**	**93.339**
Fluxo de Caixa das Atividades de investimento				
Baixas ao investimento	150	55	150	55
Saldo de caixa devido permuta de investimentos		60.436		60.436
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(72)	(130)	(11.318)	(5.237)
Dividendos recebidos	18.431			
Partes relacionadas	1.036		6.186	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**19.545**	**60.361**	**(4.982)**	**55.254**
Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(24.887)	(162)	(24.348)	(162)
Redução no capital em 2006 do percentual de 26,70 para 23,0576%	(24.007)		(24.007)	
Dividendos pagos	(93.698)	(90.122)	(106.014)	(113.782)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos			10.000	(5.572)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos			(112.035)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(142.592)**	**(90.284)**	**(256.404)**	**(119.516)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4.204**	**49.691**	**1.964**	**29.077**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.734	69.530	77.646	75.682
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	69.530	19.839	75.682	46.605
	4.204	**49.691**	**1.964**	**29.077**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**513.810**	**266.798**	**34.745**	**–**	**–**	**815.353**
Ajuste adoção das novas práticas				(6.240)		(6.240)
Equivalência				33.009		33.009
Imposto de renda e contribuição social				2.080		2.080
Saldos em 1º de janeiro de 2009 *(Ajustado)*	**513.810**	**266.798**	**34.745**	**28.849**	**–**	**844.202**
Aumento de capital - AGE de 30/11/2009	243.058					243.058
Ajuste de incorporação empresas controladas (Nota 1.1)			16.296	27.636	258.213	302.145
Reserva de ágio na incorporação		127.827				127.827
Partes beneficiárias		184.578				184.578
Lucro líquido do exercício				109.054	7.217	116.271
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			5.712	(5.712)		–
Reserva de retenção de lucros			7.364	(7.364)		–
Dividendos intermediários (JSCP)				(49.818)		(49.818)
Dividendo adicional proposto			51.352	(51.352)		–
Saldos em 31 de dezembro de 2009 *(Ajustado)*	**756.868**	**579.203**	**115.469**	**51.293**	**265.430**	**1.768.263**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2010			(51.352)			(51.352)
Lucro líquido do exercício				154.412	24.941	179.353
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			10.285	(10.285)		–
Reserva de retenção de lucros			4.897	(4.897)		–
Dividendos intermediários (JSCP)				(83.670)		(83.670)
Dividendos propostos					(14.604)	(14.604)
Dividendo adicional proposto			106.853	(106.853)		–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**756.868**	**579.203**	**186.152**	**–**	**275.767**	**1.797.990**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 *Ajustado*	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**431.007**	**279.723**	**505.930**	**290.740**
Receita operacional	431.280	279.812	506.199	290.829
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(273)	(89)	(269)	(89)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(74.623)**	**(35.727)**	**(91.602)**	**(38.148)**
Custos da energia comprada	(25.539)	(4.244)	(25.662)	(4.244)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(45.451)	(29.409)	(46.773)	(29.521)
Materiais			(900)	(87)
Serviços de terceiros	(444)	(640)	(11.493)	(1.803)
Outros custos operacionais	(3.189)	(1.434)	(6.774)	(2.493)
Valor adicionado bruto	**356.384**	**243.996**	**414.328**	**252.592**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(18.166)	(6.160)	(54.516)	(9.158)
Valor adicionado líquido produzido	**338.218**	**237.836**	**359.812**	**243.434**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	12.265	5.565	7.626	5.667
Participação de não controladores			(24.941)	(7.217)
Resultado da equivalência patrimonial	43.373	48.016		28.504
Valor adicionado total a distribuir	**393.856**	**291.417**	**342.497**	**270.388**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	253	103	6.611	440
Benefícios			1.290	127
FGTS			418	31
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	86.399	58.622	134.879	55.605
Estaduais			189	
Municipais	1	5	22	5
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	575	9.714	27.155	11.455
Aluguéis	135.059	102.603	364	82.355
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	83.670	49.818	83.670	49.818
Dividendos	106.853	16.211	106.853	16.211
Partes beneficiárias	17.157	11.316	17.157	11.316
	429.967	**248.392**	**378.608**	**227.363**
Lucros retidos	(36.111)	(36.111)	(36.111)	43.025
	393.856	**291.417**	**342.497**	**270.388**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia ou Lajeado ou Controladora), Companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2010, 73% do capital total da Investco S.A., sociedade de capital aberto que tem como objeto principal estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MW, representando uma potência total instalada de 902,5MW(*). O valor da participação societária em 73%, decorre da aplicação do CPC 39.

A energia elétrica produzida na UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de Produtor Independente, nos termos do contrato de concessão, pelos concessionários integrantes do consórcio dessa usina, a saber: Paulista Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado S.A. e esta Companhia.

Conforme descrito na nota 17, a Companhia arrendou parte dos ativos da Investco S.A., correspondente ao percentual de sua participação na concessão da UHE Lajeado.

(*) Não auditado

1.1 Reorganização societária - Incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. na Lajeado Energia S.A.

Em 30 de novembro de 2009, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Tocantins Energia S.A. (Tocantins), da EDP Lajeado Energia S.A. (EDP Lajeado) e da Lajeado Energia S.A., sociedades integrantes do Grupo EDP Energias do Brasil, deliberaram a reorganização societária através da incorporação da Tocantins e da EDP Lajeado na Companhia, operação que teve os seguintes objetivos:

• Racionalizar e simplificar a estrutura societária das empresas envolvidas, aproveitar as sinergias do negócio da comercialização de energia e da gestão dos ativos da investida comum, Investco; e

• Otimizar a alocação dos recursos próprios ou obtidos de terceiros, com a finalidade de garantir o melhor retorno possível aos acionistas.

A referida reorganização societária compreendeu os seguintes eventos:

(I) Incorporação da *holding* Tocantins pela Companhia;

(II) Aumento do capital social da EDP Lajeado, por transferência da totalidade das ações da Companhia detidas pela EDP Energias do Brasil S.A.; e

(III) Incorporação da EDP Lajeado pela Companhia.

Através da Resolução Autorizativa nº 2.218, de 1º de dezembro de 2009 a ANEEL aprovou a transferência da totalidade da participação detida pela EDP Lajeado para a Companhia, na concessão da UHE Lajeado, que estabeleceu também, a amortização do ágio pela curva determinada entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

A Incorporação acarretou o aumento do Capital social da Companhia, de R$513.810 para R$756.868, um aumento de R$243.058, mediante a emissão de 142.029.324 novas ações, atribuídas na época aos acionistas Governo do Estado de Tocantins, à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e à EDP Energias do Brasil, na proporção de suas participações no capital social da EDP Lajeado na data da Incorporação, sendo 113.690.041 ações ordinárias atribuídas à EDP Energias do Brasil e 28.339.283 ações preferenciais classe "A" atribuídas à Eletrobrás. Adicionalmente, foram ainda incorporadas reservas de lucros da incorporada EDP Lajeado.

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Lajeado na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado.

Em função da referida reorganização societária e consumadas as providências legais da incorporação, a EDP Lajeado e a Tocantins foram extintas de pleno direito e a Companhia assumiu a responsabilidade ativa e passiva relativa à EDP Lajeado, passando a ser sucessora legal, para todos os efeitos.

1.2 Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM nºs 319/99 e 349/01

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia	375.963
Alíquota de imposto de renda contribuição social	34%
Benefício fiscal de amortização do ágio	**127.827**
Provisão para manutenção dos dividendos	248.136

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Lajeado, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Lajeado Energia S.A. em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido da Lajeado (Nota 23.3).

1.3 Acervo líquido incorporado

Os saldos dos ativos e passivos e o correspondente acervo líquido incorporado pela Companhia, originários dos patrimônios da EDP Lajeado e da Tocantins, estão abaixo apresentados:

Balanços patrimoniais em 30 de novembro de 2009 - (Em milhares de reais)

	Antes da Incorporação	Saldo para Incorporação			Efeitos de Incorporação	Após Incorporação
	Controladora	Tocantins	EDP Lajeado	Eliminações	Efeitos CVM n° 319 (Nota 1.2)	Controladora
Ativo						
Circulante	94.058	42.981	57.024			194.063
Não Circulante						
Realizável a logo prazo	22.154	6.594	1.312		127.827	157.887
Investimento	426.124	78.888	341.769	(164.285)		682.496
Imobilizado	44	3	168			215
Intangível	460.924		569.107	(375.963)		654.068
Total do Ativo	**1.003.304**	**128.466**	**969.380**	**(540.248)**	**127.827**	**1.688.729**
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	78.031	683	50.165			128.879
Não Circulante	37.307	48.895	1.525			87.727
Patrimônio líquido	887.966	78.888	917.690	(540.248)	127.827	1.472.123
Total passivo e patrimônio líquido	**1.003.304**	**128.466**	**969.380**	**(540.248)**	**127.827**	**1.688.729**

2 Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008, e legislação específica emanada pela ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da controladora e do consolidado estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Investimentos (Nota 14)

A participação societária na Investco está avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

d) Imobilizado (Nota 15)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento pretendida pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A controlada Investco optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais custos como administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável, quando aplicável.

e) Ativo intangível (Nota 16)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

• Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

• Ágio incorporação: refere-se ao ágio incorporado, conforme mencionado na nota 1.2, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor do custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável.

g) Licenças ambientais (Nota 22.2)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos

ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 17)

Inclui o saldo a pagar à Investco relativo a arrendamento da UHE Lajeado, fornecedores de serviços, encargos de uso da rede elétrica e valores a pagar relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

j) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 18 e 19)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 22)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 27)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

n) Uso do Bem Público (Nota 21)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo Circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa líquida de desconto de 6%.

o) Dividendos (Nota 23)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p) Capital social (Nota 23.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

r) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Recuperação do imposto de renda sobre as diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

s) Instrumentos financeiros (Nota 29)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo financeiro ou passivo financeiro ou ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

t) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

u) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.4 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e sua controlada direta.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do grupo.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

• Eliminação do investimento da controladora na sua controlada direta;

• Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e a sua controlada direta, bem como das contas mantidas entre estas controladas; e

• Destaque da participação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

3 Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

3.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	Controladora		
Ativo	**Anteriormente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	19.839		19.839
Concessionárias	21.298		21.298
Impostos e contribuições sociais	11.184		11.184
Dividendos a receber	24.254		24.254
Despesas pagas antecipadamente	5.793		5.793
Outros créditos	6.971		6.971
	89.339	**–**	**89.339**
Não circulante			
Títulos a receber		6.865	6.865
Concessionárias	123		123
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.080	2.080
Outros créditos	24.453		24.453
	24.576	**8.945**	**33.521**
Investimentos	400.334	19.904	420.238
Imobilizado	50		50
Intangível	465.795		465.795
	866.179	**19.904**	**886.083**
Total do ativo	**980.094**	**28.849**	**1.008.943**

	Controladora		
Passivo e Patrimônio líquido	**Anteriormente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**
Circulante			
Fornecedores	13.334		13.334
Impostos e contribuições sociais	29.748		29.748
Dividendos	73.819		73.819
Encargos regulamentares e setoriais	6.191		6.191
Outras contas a pagar	4.032		4.032
	127.124	**–**	**127.124**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	33.174		33.174
Impostos e contribuições sociais diferidos	1.969		1.969
Outras contas a pagar	2.474		2.474
	37.617	**–**	**37.617**
Patrimônio líquido			
Capital social	513.810		513.810
Reservas de capital	266.798		266.798
Reservas de lucros	34.745		34.745
Lucros acumulados		28.849	28.849
	815.353	**28.849**	**844.202**
Total do passivo e patrimônio líquido	**980.094**	**28.849**	**1.008.943**

3.2 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Ativo	**Anteriormente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**	**Anteriormente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	69.530		69.530	75.682		75.682
Títulos a receber		5.999	5.999		5.999	5.999
Concessionárias	47.366		47.366	47.886		47.886
Impostos e contribuições sociais	23.278		23.278	47.249		47.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.795	(8.795)	–	8.795	(8.795)	–
Dividendos a receber	18.431	(395)	18.036			–
Cauções e depósitos vinculados	566		566	1.125		1.125
Despesas pagas antecipadamente			–	18		18
Rendas a receber			–	8.270		8.270
Outros créditos	9.051	5.999	3.052	9.173	(6.078)	3.095
	177.017	**(9.190)**	**167.827**	**198.198**	**(8.874)**	**189.324**
Não circulante						
Títulos a receber		29.090	29.090		21.938	21.938
Imposto de renda e contribuição social diferidos	116.962	10.802	127.764	116.962	14.841	131.803
Partes relacionadas	45.459		45.459	6.594		6.594
Cauções e depósitos vinculados	435		435	838		838
Despesas pagas antecipadas				300		300
Outros créditos	21.938	21.938		21.938	(21.938)	–
	184.794	**17.954**	**202.748**	**146.632**	**14.841**	**161.473**
Investimentos	675.319	42.529	717.848		205	205
Imobilizado	44		44	1.349.184	333	1.349.517
Intangível	653.628		653.628	666.752	14.901	681.653
	1.328.991	**42.529**	**1.371.520**	**2.015.936**	**15.439**	**2.031.375**
Total do ativo	**1.690.802**	**51.293**	**1.742.095**	**2.360.766**	**21.406**	**2.382.172**

	Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	**Anteriormente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**	**Anteriormente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**
Circulante						
Fornecedores	28.058		28.058	8.970		8.970
Encargos de dívidas			–	822	(822)	–
Impostos e contribuições sociais	47.654		47.654	88.284	(115)	88.169
Dividendos	117.791	(51.352)	66.439	133.398	(55.677)	77.721
Debêntures			–	32.950	359	33.309
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			–	54.446	822	55.268
Obrigações estimadas com pessoal	116		116	953	(79)	874
Encargos regulamentares e setoriais	7.402		7.402	7.856	(321)	7.535
Uso do bem público			–		3.996	3.996
Outras contas a pagar	3.143		3.143	3.366		3.366
	204.164	**(51.352)**	**152.812**	**331.045**	**(51.837)**	**279.208**
Não circulante						
Impostos e contribuições sociais	35.039		35.039	35.039		35.039
Impostos e contribuições sociais diferidos			–			–
Debêntures			–	31.664	653	32.317
Empréstimos e financiamentos			–	98.828	76.415	175.243
Partes relacionadas			–	4.355		4.355
Encargos regulamentares e setoriais	2.517		2.517	2.517		2.517
Uso do bem público			–		34.389	34.389
Provisões			–	1.269	678	1.947
Outras contas a pagar	48.894		48.894	48.894		48.894
	86.450	**–**	**86.450**	**222.566**	**112.135**	**334.701**
Patrimônio líquido						
Capital social	756.868		756.868	756.868		756.868
Reservas de capital	579.203		579.203	579.203		579.203
Reservas de lucros	64.117	51.352	115.469	64.117	51.352	115.469
Lucros acumulados		51.293	51.293		51.293	51.293
	1.400.188	**102.645**	**1.502.833**	**1.400.188**	**102.645**	**1.502.833**
Participações não controladores			–	406.967	(141.537)	265.430
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.690.802**	**51.293**	**1.742.095**	**2.360.766**	**21.406**	**2.382.172**

3.3 Reconciliação da Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	**250.948**	**–**	**250.948**	**259.063**	**–**	**259.063**
Custo do serviço de energia elétrica						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(3.851)		(3.851)	(3.851)		(3.851)
Encargos de uso da rede elétrica	(26.689)		(26.689)	(26.791)		(26.791)
	(30.540)	**–**	**(30.540)**	**(30.642)**	**–**	**(30.642)**
Custo de operação			–			
Pessoal			–	(359)		(359)
Materiais e serviços de terceiros			–	(502)		(502)
Depreciações e amortizações				(2.905)	(55)	(2.960)
Outros custos de operação	(102.603)		(102.603)	(82.587)		(82.587)
	(102.603)	**–**	**(102.603)**	**(86.353)**	**(55)**	**(86.408)**
	(133.143)	**–**	**(133.143)**	**(116.995)**	**(55)**	**(117.050)**
Lucro operacional bruto	**117.805**	**–**	**117.805**	**142.068**	**(55)**	**142.013**
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	(89)		(89)	(236)		(236)
Despesas gerais e administrativas	(1.196)		(1.196)	(2.850)	(29)	(2.879)
Depreciações e amortizações	(6.160)		(6.160)	(6.198)		(6.198)
Outras despesas operacionais	(9.737)		(9.737)	(9.860)	112	(9.748)
	(17.182)	**–**	**(17.182)**	**(19.144)**	**83**	**(19.061)**
Resultado do serviço	**100.623**	**–**	**100.623**	**122.924**	**28**	**122.952**
Resultado das participações societárias	**40.893**	**7.123**	**48.016**	**25.844**	**2.660**	**28.504**
Receitas financeiras	5.409	156	5.565	5.511	156	5.667
Despesas financeiras	(9.714)		(9.714)	(11.751)	296	(11.455)
Resultado financeiro	**(4.305)**	**156**	**(4.149)**	**(6.240)**	**452**	**(5.788)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**137.211**	**7.279**	**144.490**	**142.528**	**3.140**	**145.668**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23.916)		(23.916)	(17.909)	10	(17.899)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(131)	(73)	(204)	(131)	(51)	(182)
	(24.047)	**(73)**	**(24.120)**	**(18.040)**	**(41)**	**(18.081)**
Lucro líquido antes da participação dos não controladores e partes beneficiárias	**113.164**	**7.206**	**120.370**	**124.488**	**3.099**	**127.587**
Participações não controladores				(11.324)	4.107	(7.217)
Partes beneficiárias	(11.316)		(11.316)	(11.316)		(11.316)
Lucro líquido do exercício	**101.848**	**7.206**	**109.054**	**101.848**	**7.206**	**109.054**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: (i) ajuste do saldo do Circulante para o Não circulante por conta da adoção do CPC 32 e ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs; e (ii) impactos decorrentes da adoção dos CPCs.

Dividendos a receber: reclassificação para o Investimento da parcela refente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Títulos a receber: reclassificação das ações preferenciais classes "A", "B" e "C" do investimento para contas a receber que atendem a definição do CPC 39.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Imobilizado: ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27.

Intangível: ajustes referentes a: (i) reconhecimento das licenças de operação por contra partida da adoção do CPC 25; e (ii) reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Passivo

Circulante e Não circulante

Dividendos: reclassificação para o patrimômio líquido da parcela refente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Debêntures: o método de amortização dos custos antecipados era considerado de forma linear, após a adoção do CPC 08, a amortização desses custos passou a acompanhar a curva de amortização da captação a qual se referem.

Imposto de renda e contribuição social: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: reclassificação das remunerações de curto prazo das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão da controlada direta Investco, por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39.

Uso do bem público: reconhecimento das obrigações relacionadas aos contratos de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Patrimônio líquido

Capital Social: reclassificação das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão da controlada direta Investco por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

Lucros e prejuízos acumulados: constituição da remuneração de longo prazo das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão da controlada direta Investco, por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39 e demais variações de impostos.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos da Investco devido a aplicação do CPC 27; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (iii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iv) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (v) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; e (vi) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39 e demais variações de impostos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	11.477	10.958	15.389	12.541
Aplicações financeiras - renda fixa	62.257	58.572	62.257	63.141
Total	**73.734**	**69.530**	**77.646**	**75.682**

Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Controladora				
	Saldos Vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	36.878	36.878		36.878	35.667
Energia de curto prazo	3	3		3	725
Encargos de uso da rede elétrica	12.065	12.065		12.065	10.974
Total Circulante	**48.946**	**48.946**	**–**	**48.946**	**47.366**
Não circulante					
Concessionárias					
Energia de curto prazo	450	450	(450)		
Total	**450**	**450**	**(450)**	**–**	**–**

	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	37.323	37.323		37.323	36.121
Energia de curto prazo	44	44		44	737
Encargos de uso da rede elétrica	12.116	12.116		12.116	11.028
Total Circulante	**49.483**	**49.483**	**–**	**49.483**	**47.886**
Não circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	5	5	(5)		
Energia de curto prazo	450	450	(450)		
Total não circulante	**455**	**455**	**(455)**	**–**	**–**

Os saldos do Ativo circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6 Títulos a receber - Controladora

Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" - montante de R$338 em 2010 no Ativo Circulante e de R$6.596 em 2010 (R$7.152 em 2009) no Ativo não circulante refere-se às de emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Cessão de crédito - Tangará Energia S.A. - montante de R$ 3.711 em 2010 (R$ 2.373 em 2009) no Ativo Circulante e de R$ 15.789 em 2010 (R$ 18.276 em 2009) no Ativo não circulante refere-se, ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL através dos Ofícios nºs 467/2000-SFF/ANEEL e 1.706/2004-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: Prazo para pagamento de 120 meses, carência de 18 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI e valor do contrato de R$18.199. Como garantia foi dada uma nota promissória, no valor do saldo devedor, com aval da DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A.

Cessão de crédito - Caiuá Distribuição de Energia S.A. - montante de R$ 4.948 em 2010 (R$ 3.626 em 2009) no Ativo Circulante e de R$ 4.247 em 2010 (R$ 4.950 em 2009) no Ativo não circulante, refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, com as seguintes condições: Prazo para pagamento de 86 meses, carência de 24 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI mais 2% juros a.a. e valor do contrato de R$23.532. Como garantia foi dada uma nota promissória, no valor do saldo devedor, com aval da DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A.

7 Rendas a receber - Consolidado

O saldo de R$4.587 em 31 de dezembro de 2010 (R$8.270 em 2009), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 23.1).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada a aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

8 Impostos e contribuições sociais

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	21.978	20.142			43.231	43.577		
PIS e COFINS	2.388	3.136			2.388	3.136		
PIS e COFINS - COSIT 27					2.086			
Outros	23				885	536		
Total	**24.389**	**23.278**	**–**	**–**	**48.590**	**47.249**	**–**	**–**
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	26.348	28.712			56.758	58.693		
ICMS sobre diferencial de aliquota					19	350		
PIS e COFINS	4.438	5.951			6.058	10.208		
ISS					13	2		
IRRF sobre juros s/capital próprio	12.551	7.473			14.656	13.023		
Parcelamento de impostos - PAEX	6.127	5.326	29.428	35.039	6.127	5.326	29.428	
Outros	861	192			1.181	567		
Total	**50.325**	**47.654**	**29.428**	**35.039**	**84.812**	**88.169**	**29.428**	**–**

8.1 Parcelamento Excepcional - PAEX - A Companhia aderiu, em setembro de 2006, ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 130 parcelas mensais e sucessivas (SRF/PGFN), corrigidas pela TJLP para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e em 120 parcelas mensais e sucessivas (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa), corrigidas pela SELIC para os débitos com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

O débito consolidado em 130 parcelas mensais, de acordo com o disposto no artigo 1º da medida provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, está sendo pago desde setembro de 2006. Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09.

8.2 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 23.2). Neste exercício foi retido o montante de R$12.551.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

	Controladora				
	Não circulante				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	450	112	41	153	60
Ágio incorporado	344.006	86.002	30.961	116.963	125.697
Diferenças Temporárias - RTT					
Instrumentos financeiros - CPC 39	5.669	1.417	510	1.927	2.007
Total diferenças temporárias - RTT		**1.417**	**510**	**1.927**	**2.007**
Total ativos diferidos	**–**	**87.531**	**31.512**	**119.043**	**127.764**

	Consolidado				
	Não circulante				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	450	112	41	153	60
Ágio incorporado	344.006	86.002	30.961	116.963	125.697
Diferenças Temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	2	1		1	1
Uso do Bem Público - CPC 25	3.961	990	356	1.346	7.875
Instrumentos financeiros - CPC 39	16.955	4.239	1.526	5.765	(1.830)
Total diferenças temporárias - RTT	**–**	**5.230**	**1.882**	**7.112**	**6.046**
Total ativos diferidos	**–**	**91.344**	**32.884**	**124.228**	**131.803**

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:
A expectativa de realização do IRPJ e da CSLL, segue conforme demonstrado abaixo:

2011	2012	2013	2014	Não circulante
10.262	55.623	47.529	5.629	119.043

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., ocorrida em novembro de 2009, representada pelo benefício fiscal proveniente da dedutibilidade do ágio pago pela controladora EDP Energias do Brasil, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo da concessão da Companhia.
Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para a sua controladora e a receber de sua controlada direta Investco, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentados como segue:

					Controladora					
					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Concessionárias										
	Bandeirante	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	118,04	9.785	7.088			14.159	3.157
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	141,78	2	31			15	14
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	143,01	9	143			67	64
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	133,17	29	470			219	210
	Enertrade	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022	100,76	4.498	11.463			13.065	11.027
Venda de energia elétrica	Enertrade	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022	100,76	9.647				101.973	
	Enertrade	01/07/2010	01/07/2010 a 31/12/2010	32,50	1.637				6.659	
	Escelsa	01/03/2006	01/03/2006 a 31/12/2038	126,69		31				
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	141,09	4				30	20
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	142,31	7				53	40
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	132,52	21				173	120
					25.639	**19.226**	**–**	**–**	**136.413**	**14.652**
Partes relacionadas										
Instrumento particular de assunção de dívida sobre a venda dos ativos da incorporada Tocantins Energia para a Eletronorte.	EDP Energias do Brasil	28/05/2009	28/05/2009 a 26/02/2010			6.594			9	
Venda de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	58,00	408					
Contratos de mútuo - 100% do CDI	Investco	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012		44.015	38.865			3.799	
					44.423	**45.459**	**–**	**–**	**3.808**	**–**
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	CESA	01/01/2009	01/01/2009 a 31/05/2009							(5)
	Evrecy	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025				2	2	(21)	(7)
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 31/03/2010	30,00					(8.421)	(23)
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	58,00					(404)	
Arrendamento UHE Lajeado	Investco	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033				7.402	22.358	(148.826)	(113.055)
					–	**–**	**7.404**	**22.360**	**(157.672)**	**(113.090)**
					70.062	**64.685**	**7.404**	**22.360**	**(17.451)**	**(98.438)**

					Consolidado					
					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Concessionárias										
	Bandeirante	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	118,04	9.785	7.088			14.159	3.157
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	141,78	2	31			15	14
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	143,01	9	143			67	64
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	133,17	29	470			219	210
	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	118,04	133	130			1.285	1.538
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	19	18			206	212
	Enertrade	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022	100,76	4.498	11.463			13.065	11.027
	Enertrade	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022	100,76	9.647				101.973	
	Enertrade	01/07/2010	01/07/2010 a 31/12/2010	32,50	1.637				6.659	
	Escelsa	01/03/2006	01/03/2006 a 31/12/2038	126,69		31				
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	141,09	4				30	20
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	142,31	7				53	40
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	132,52	21				173	120
					25.791	**19.374**	**–**	**–**	**137.904**	**16.402**
Partes relacionadas										
Instrumento particular de assunção de dívida sobre a venda dos ativos da incorporada Tocantins Energia para a Eletronorte.	EDP Energias do Brasil	28/05/2009	28/05/2009 a 26/02/2010			6.594			9	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				4.894	4.355	(389)	
Venda de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	58,00	408					
Arrendamento UHE Lajeado (Nota 7)	EDP Lajeado *	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033							55.303
					408	**6.594**	**4.894**	**4.355**	**(380)**	**55.303**
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	CESA	01/01/2009	01/01/2009 a 31/05/2009							(5)
	Evrecy	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025				2	2	(21)	(7)
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 31/03/2010	30,00					(8.421)	(23)
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	58,00					(404)	
					–	**–**	**2**	**2**	**(8.846)**	**(35)**
					26.199	**25.968**	**4.896**	**4.357**	**128.678**	**71.670**

* Os direitos integrais da EDP Lajeado foram incorporados pela Lajeado Energia em 2009.

10.1 Controladora direta
A controladora direta da Companhia é a EDP Energias do Brasil S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês
Proporção de cada elemento na remuneração total, referente a 2010:

Conselho de Administração
Não se aplica

Diretoria
Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal
Remuneração Fixa: 100%

10.2.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia

	Controladora			
2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	**n/a**	**2**	**1**	**3**
Remuneração fixa anual (em R$)	**n/a**	**191.112**	**56.000**	**247.112**
Salário ou pró-labore	n/a	191.112	56.000	247.112
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R$)	**n/a**	**n/a**	**n/a**	**n/a**
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	**n/a**	**n/a**	**n/a**	**n/a**
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	**n/a**	**n/a**	**n/a**	**n/a**
Remuneração baseada em ações	**n/a**	**n/a**	**n/a**	**n/a**
Valor Total da remuneração, por órgão	**n/a**	**191.112**	**56.000**	**247.112**

* (n/a) – Não Aplicável

10.2.3 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal

	Controladora		
2010	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Número de membros		2	
Valor da maior remuneração individual (em R$)		130.000	56.000
Valor da menor remuneração individual (em R$)		61.112	56.000
Valor médio de remuneração individual (em R$)		38.222	56.000

Dos 2 administradores da Lajeado um recebe pela Lajeado e o outro recebe pela Lajeado e pela Energest.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Depósitos judiciais			435	435			1.055	838
Cauções e depósitos vinculados (Nota 29.2)		566				1.125		
Total	**–**	**566**	**435**	**435**	**–**	**1.125**	**1.055**	**838**

12 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Prêmio de seguros	18				694			
Outros	33				82	18		300
Total	**51**	**–**	**–**	**–**	**776**	**18**	**–**	**300**

13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
		Ajustado		***Ajustado***		***Ajustado***		***Ajustado***
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados					29	12		
Adiantamentos a fornecedores		13				13		
Serviços em curso	4.516	538			4.560	569		
Outros	303	2.501			303	2.501		
Total	**4.819**	**3.052**	**–**	**–**	**4.892**	**3.095**	**–**	**–**
Outras contas a pagar - Passivo								
Folha de pagamento	701	714			879	841		
Redução de capital				48.894				48.894
Outras		2.429			77	2.525		
Total	**701**	**3.143**	**–**	**48.894**	**956**	**3.366**	**–**	**48.894**

Venda de ações "PNA" - refere-se ao saldo a receber dos outros consorciados arrendatários da UHE Lajeado, decorrentes do repasse de ações "PNA" adquiridas da CESP.

Redução de Capital - Refere-se à redução do Capital Social da Incorporada Tocantins Energia S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada no dia 25 de setembro de 2009, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social da Tocantins Energia S.A. nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei da Sociedades por Ações, mediante restituição aos acionistas Governo do Estado de Tocantins e EDP Energias do Brasil S.A. A título de restituição do valor correspondente a redução de capital social será pago aos acionistas em moeda corrente nacional, na proporção das respectivas participações no capital social da Tocantins Energia S.A. até 31 de dezembro de 2011.

14 Investimentos

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício de 2010

	Controladora					% Participação Direta	
	Saldo em 31/12/2009	**Equivalência Patrimonial**	**Dividendos/JSCP**	**Incorporação**	**Saldos em 31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**
	Ajustado						
Investimentos							
Investco	717.642	43.373	(15.575)		745.440	73,00	73,00
Outros	206				206		
Total	**717.848**	**43.373**	**(15.575)**	**–**	**745.646**	**73,00**	**73,00**

14.2 Participação direta do investimento

	Controladora											
	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Patrimônio líquido		Resultado acumulado	
	31/12/2010		31/12/2009		31/12/2010		31/12/2009					
	Ordinárias/Quotas	**Preferenciais**	**Ordinárias/Quotas**	**Preferenciais**	**Capital social integralizado**	**Capital votante**	**Capital social integralizado**	**Capital votante**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Investco	293.608	197.008	293.608	197.336	62,39	73,00	62,43	73,00	1.021.358	983.073	68.314	99.367

15 Imobilizado

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2010				31/12/2009		31/12/2010				31/12/2009	
	Taxa anuais médias de depreciação %	**Custo histórico**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**		**Taxa anuais médias de depreciação %**	**Custo histórico**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**	
					Ajustado						***Ajustado***	
Imobilizado em serviço												
Geração												
Terrenos								114.518		114.518	114.518	
Reservatórios, barragens e adutoras							2,00	682.792	(111.733)	571.059	559.891	
Edificações, obras civis e benfeitorias							4,00	340.221	(70.195)	270.026	277.823	
Máquinas e equipamentos							6,00	418.969	(101.729)	317.240	329.689	
Veículos							20,00	903	(783)	120	218	
Móveis e utensílios							7,00	1		1	1	
		–	**–**	**–**	**–**			**1.557.404**	**(284.440)**	**1.272.964**	**1.282.140**	
Transmissão												
Máquinas e equipamentos							3,00	45.766	(10.583)	35.183	36.641	
								45.766	**(10.583)**	**35.183**	**36.641**	
Administração												
Máquinas e equipamentos							10,00	1.277	(790)	487	525	
Veículos							20,00	420	(42)	378		
Móveis e utensílios	10,00	59	(21)	38	44		10,00	564	(277)	287	333	
		59	**(21)**	**38**	**44**			**2.261**	**(1.109)**	**1.152**	**858**	
Total do Imobilizado em serviço		**59**	**(21)**	**38**	**44**			**1.605.431**	**(296.132)**	**1.309.299**	**1.319.639**	
Imobilizado em curso												
Geração								35.138		35.138	29.878	
Total do Imobilizado em curso		**–**	**–**	**–**	**–**			**35.138**		**35.138**	**29.878**	
Total Imobilizado		**59**	**(21)**	**38**	**44**			**1.640.569**	**(296.132)**	**1.344.437**	**1.349.517**	

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2009	**Ingressos**	**Transferência para imobilizado em serviço**	**Depreciações**	**Baixas**	**Valor líquido em 31/12/2010**
	Ajustado					
Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	44			(6)		38
Total Imobilizado em serviço	**44**	**–**	**–**	**(6)**	**–**	**38**
Total do Imobilizado	**44**	**–**	**–**	**(6)**	**–**	**38**

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2009	**Ingressos**	**Transferência para imobilizado em serviço**	**Depreciações**	**Baixas**	**Valor líquido em 31/12/2010**
	Ajustado					
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	559.891	15.541	9.098	(13.472)	1	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	277.823			(7.797)		270.026
Máquinas e equipamentos	366.855	40	62	(14.047)		352.910
Veículos	218		420	(142)	2	498
Móveis e utensílios	334		7	(52)	(1)	288
Total do imobilizado em serviço	**1.319.639**	**15.581**	**9.587**	**(35.510)**	**2**	**1.309.299**
Total do Imobilizado em curso	**29.878**	**15.001**	**(9.607)**	**–**	**(134)**	**35.138**
Total Imobilizado	**1.349.517**	**30.582**	**(20)**	**(35.510)**	**(132)**	**1.344.437**

16 Intangível

	Controladora					Consolidado				
		31/12/2010			31/12/2009		31/12/2010			31/12/2009
	Taxas anuais médias de amortização %	**Custo histórico**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**	**Taxas anuais médias de amortização %**	**Custo histórico**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
					Ajustado					***Ajustado***
Intangível em serviço										
Geração										
Software						20,00	779	(452)	327	482
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP						20,00	20.138	(5.886)	14.252	14.901
Direito de concessão - Outros	2,78	653.457	(18.156)	635.301	653.457	2,78	653.457	(18.156)	635.301	653.457
		653.457	**(18.156)**	**635.301**	**653.457**		**674.374**	**(24.494)**	**649.880**	**668.840**
Administração										
Software	20,00	68	(33)	35	1	20,00	312	(89)	223	181
		68	**(33)**	**35**	**1**		**312**	**(89)**	**223**	**181**
Total do Intangível em Serviço		**653.525**	**(18.189)**	**635.336**	**653.458**		**674.686**	**(24.583)**	**650.103**	**669.021**
Em curso										
Geração		204		204	170		12.657		12.657	12.620
Administração							117		117	12
Total do Intangível em Curso		**204**	**–**	**204**	**170**		**12.774**	**–**	**12.774**	**12.632**
Total Intangível		**653.729**	**(18.189)**	**635.540**	**653.628**	**–**	**687.460**	**(24.583)**	**662.877**	**681.653**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Transferência intangível em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Intangível em serviço						
Software	1		38	(4)		35
Direito de concessão - Outros	653.457			(18.156)		635.301
Intangível em curso	170	72	(38)			204
	653.628	**72**	**–**	**(18.160)**	**–**	**635.540**

	Consolidado					
	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Transferência intangível em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Intangível em serviço						
Software	663		89	(202)		550
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	14.901			(648)	(1)	14.252
Direito de concessão - Outros	653.457			(18.156)		635.301
Intangível em curso	12.632	211	(68)		(1)	12.774
	681.653	**211**	**21**	**(19.006)**	**(2)**	**662.877**

O direito de concessão é amortizado pelo período remanescente da respectiva concessão, cujo teste de recuperabilidade efetuado no exercício de 2010, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida.

16.1 Ágio - Incorporação de Coligada

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Atividades vinculadas a concessão		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	375.963	375.963
(–) Provisão para manutenção de dividendos	(375.963)	(375.963)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	31.957	8.271
(–) Amortização acumulada do ágio	(31.957)	(8.271)
	–	**–**

Como resultado da reorganização societária, mencionada na nota 1.2, foi registrado ágio no valor de R$375.963 suportado por laudo de avaliação econômico-financeira emitido por avaliadores independentes, e será amortizado pelo prazo remanescente da concessão até o ano de 2033, conforme Resolução autorizativa da ANEEL nº 2.218 de 1º de dezembro de 2009.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Investco - arrendamento	7.403	22.358		
Suprimento de energia elétrica		156		180
CCEE (compra de energia de curto prazo)	6.081		6.081	
Encargos de uso da rede elétrica	4.881	3.579	5.039	3.647
Materiais e serviços	86	1.965	1.957	5.143
Total	**18.451**	**28.058**	**13.077**	**8.970**

Investco - arrendamento - Refere-se ao Instrumento Particular de Contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, conforme mencionado na nota 7.

18 Debêntures

Emissora Investco

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações da Investco, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Investco e deverão ser obrigatoriamente divulgados na forma de avisos, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil ou em outros jornais de grande circulação no período de até 10 dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda a Investco, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Investco obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal.

Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;

b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;

c) pedido de concordata preventivo formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);

d) liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);

e) não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados o aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;

f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de suas controladas de valor superior a R$5.000;

g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização, societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;

h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má-fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;

i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário", ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e

j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2010 a Investco encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição dos empréstimos

		Consolidado					
		31/12/2010			31/12/2009		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
Ações Recebiveis Cumulativas			3.677	70.265			76.415
Cédula de Crédito Bancario	106% do CDI	9	10.000				
Banco da Amazônia	11,5% a.a.	4	637		247	7.632	636
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	390	51.419	46.756	575	46.745	98.175
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.		17			69	17
Total		**403**	**65.750**	**117.021**	**822**	**54.446**	**175.243**

BNDES

(i) Contrato de financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da controlada direta Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela *Price*), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com os bancos Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da controlada direta Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

As operações estabelecem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 31 de dezembro de 2010.

Banco da Amazônia

(i) Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R$18.937.

Este contrato não possui cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

20 Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.928	2.812			2.969	2.852		
Pesquisa e desenvolvimento	8.803	4.590	319	2.517	8.905	4.683	336	2.517
Taxa de fiscalização - ANEEL	99				100			
Total	**11.830**	**7.402**	**319**	**2.517**	**11.974**	**7.535**	**336**	**2.517**

20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia e suas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia e suas controladas têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa. (Nota 26)

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Lajeado.

18.1 A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	**33.361**	**32.341**
Encargos e atualizações monetárias	13.486	327
Amortizações	(45.499)	
Transferência para o circulante	32.668	(32.668)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**34.016**	**–**
Custos de Captação		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(52)	(24)
Amortizações	52	
Transferência para o circulante	(24)	24
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**(24)**	**–**
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2010	**33.992**	**–**

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008, foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses, os encargos financeiros são variação do CDI acrescidos de 1,45% a.a, o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011, o bem arrendado pela controlada direta Investco foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

Banco Alfa de Investimentos S.A.

Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito no valor de R$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato.

Ações recebíveis cumulativa

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da controlada direta Investco, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a controlada direta Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

19.2 Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal + encargos)

	Consolidado
	Tipo de moeda
Vencimento	**Nacional**
Circulante	
2011	66.153
	66.153
Não circulante	
2012	44.155
2013	3.675
2014	3.381
2015	3.110
2016	2.861
2017	2.632
2018	2.422
2019	2.228
Após 2019	52.557
	117.021
Total	**183.174**

21 Uso do bem público - UBP - Direito de outorga

A controlada direta Investco, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada

com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 16) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 6%, referente ao Custo Médio de Capital da controlada direta Investco.

Segue movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3.996	34.389
Ingressos		
Ajuste a Valor Presente	3.023	
Encargos e atualizações monetárias	(1.099)	13
Amortizações	(3.797)	
Transferência para o circulante	1.247	(1.247)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**3.370**	**33.155**

22 Provisões

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Provisões Cíveis, Fiscais, Trabalhistas e Outros	5.449	1.269
Licenças Ambientais	17.886	678
Total	**23.335**	**1.947**
Circulante	9.167	
Não Circulante	14.168	1.947
	23.335	**1.947**

22.1 Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios

A controlada direta Investco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Consolidado							Controladora
		Passivo					Ativo		Ativo
				Baixas			Depósito Judicial (Nota 11)		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2009	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	444	836	(209)	(20)	1.051	494	773	435
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	825	4.158	(537)	(48)	4.398			
Total		**1.269**	**4.994**	**(746)**	**(68)**	**5.449**	**494**	**773**	**435**
Não circulante		1.269				1.269	494	773	435
Total		**1.269**	**–**	**–**	**–**	**1.269**	**494**	**773**	**435**

22.1.2 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

22.1.3 Cíveis - indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, à indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Controlada Investco por conta do citado enchimento.

22.1.4 Cíveis - desapropriações

As ações judiciais de natureza cível - desapropriação propostas pela Controlada Investco para enchimento do reservatório, em que se discute a diferença entre o valor depositado e o valor pretendido pelo expropriado. Esses valores depositados judicialmente estão apresentados na rubrica imobilizado.

22.1.5 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

		Controladora	Consolidado			
					Ativo	
					Depósito Judicial (Nota 11)	
	Instâncias	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª		275	21	83	59
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.		69.576	62.213	37	
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.032	3.211			
Total		**3.032**	**73.062**	**62.234**	**120**	**59**

22.1.6 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza fiscal e trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R$441 em 31 de dezembro de 2010 (R$6 em 2009), respectivamente (Nota 11).

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 22.1.3.

22.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital Social realizado, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é de R$756.868 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2010							
	Em milhares de ações							
	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação	Quantidade de ações "PNB"	% Participação	Quantidade Total de ações	% Participação total
EDP Energias do Brasil S.A.	113.690	100,00					113.690	55,86
Governo do Estado de Tocantins					8.278	100,00	8.278	4,07
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás			81.549	100,00			81.549	40,07
Total	**113.690**	**100,00**	**81.549**	**100,00**	**8.278**	**100,00**	**203.517**	**100,00**

	31/12/2009							
	Em milhares de ações							
	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação	Quantidade de ações "PNB"	% Participação	Quantidade Total de ações	% Participação total
EDP Energias do Brasil S.A.	113.690	100,00					113.690	55,86
Governo do Estado de Tocantins					8.278	100,00	8.278	4,07
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás			81.549	100,00			81.549	40,07
Total	**113.690**	**100,00**	**81.549**	**100,00**	**8.278**	**100,00**	**203.517**	**100,00**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás prevê: i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; ii) garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos; iii) os valores dos investimentos na área ambiental da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães são descontados dos dividendos devidos à EDP Energias do Brasil S.A. e registrados no Patrimônio líquido na rubrica Reserva de lucros.

Em 2010 o total dos rendimentos da Eletrobrás é de R$100.558, sendo R$17.157, referente a partes beneficiárias, R$54.901, a dividendos e R$28.500, juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF.

	Controladora
	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	154.412
Ajuste de exercícios anteriores	51.293
Lucro líquido ajustado	**205.705**
Constituição da reserva legal - 5%	(10.285)
	195.420
Destinação do lucro:	
Dividendos	**195.420**
Dividendos intermediários - JSCP	83.670
Reserva de lucros	4.897
Dividendo adicional proposto	106.853
Quantidade de ações	**203.517**
Dividendos por ação - através de JSCP	0,411119
Dividendos complementares por ação ordinária	0,425925
Dividendos complementares por ação preferencial	0,673252

De acordo com os artigos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classe "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

a) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, de 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

b) As ações preferenciais classe "B" terão direito de: (i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R$748.410,53; e (ii) recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "B".

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social, da seguinte forma:

a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;

b) uma parcela, por proposta de órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;

d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais 25% dos lucros líquidos; e

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações .

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$83.670, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

23.3 Reservas

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Reservas de capital		
Partes beneficiárias	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	127.827	127.827
Total	**579.203**	**579.203**
Reservas de lucros		
Legal	32.784	22.499
Retenção de lucros	33.537	33.537
Dividendo adicional proposto	106.853	51.352
Lucros a realizar	12.978	8.081
	186.152	**115.469**
Total	**765.355**	**694.672**

23.3.1 Reservas de capital

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração nos Estatutos, criando 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária e, 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76. Estas ações, bem com as partes beneficiárias foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

23.3.2 Reservas de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

24 Receita operacional líquida

	Controladora			
	MWh (*)		R$	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	3.668.115	2.072.700	368.546	239.715
Energia de curto prazo			17.315	8.959
Serviços taxados e outros			45.419	31.138
	–	**–**	**431.280**	**279.812**
(–) Deduções da receita				
PEE e P&D			(3.875)	(2.463)
PIS/COFINS			(40.106)	(26.401)
	–	**–**	**(43.981)**	**(28.864)**
Total	**3.668.115**	**2.072.700**	**387.299**	**250.948**

(*) Não auditado

	Consolidado			
	MWh (*)		R$	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	3.712.807	2.117.373	373.566	240.337
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros				54
Energia de curto prazo			17.775	39.586
Serviços taxados e outros			114.858	10.852
	–	**–**	**506.199**	**290.829**
(–) Deduções da receita				
P&D			(3.930)	(2.469)
PIS/COFINS	–	–	(59.529)	(29.297)
			(63.459)	**(31.766)**
Total	**3.712.807**	**2.117.373**	**442.740**	**259.063**

(*) Não auditado

25 Gastos operacionais

	Controladora						
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	2010	2009 *Ajustado*
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Contratos bilaterais	9.840					9.840	
Energia de curto prazo - CCEE	15.699					15.699	4.244
Encargo de uso e conexão	45.451					45.451	29.409
PIS/COFINS	(6.567)					(6.567)	(3.113)
Taxa de fiscalização					1.186	1.186	765
Compensações financeiras					14.280	14.280	8.972
	64.423	**–**	**–**	**–**	**15.466**	**79.889**	**40.277**
Gerenciáveis							
Pessoal e administradores				253		253	103
Serviços de terceiros				444		444	640
Depreciação e amortização		4		18.162		18.166	6.160
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			273			273	89
Aluguéis e arrendamentos		148.826				148.826	113.060
PIS/COFINS		(13.766)				(13.766)	(10.457)
Outras				741		741	453
	–	**135.064**	**273**	**19.600**	**–**	**154.937**	**110.048**
Total	**64.423**	**135.064**	**273**	**19.600**	**15.466**	**234.826**	**150.325**

	Consolidado						
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	2010	2009 Ajustado
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Contratos bilaterais	9.840					9.840	
Energia de curto prazo - CCEE	15.822					15.822	4.244
Encargo de uso e conexão	46.773					46.773	29.521
PIS/COFINS	(6.700)					(6.700)	(3.123)
Taxa de fiscalização					1.202	1.202	
Compensações financeiras					14.478	14.478	8.972
	65.735	**–**	**–**	**–**	**15.680**	**81.415**	**39.614**
Gerenciáveis							
Pessoal e administradores		5.015		4.816		9.831	741
Material		617		283		900	87
Serviços de terceiros		3.712		7.781		11.493	1.804
Depreciação e amortização		35.939		18.577		54.516	9.158
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			277			277	89
Provisões para contingências					1.413	1.413	123
Aluguéis e arrendamentos		34		330		364	90.744
PIS/COFINS		1		(1.918)		(1.917)	(8.389)
Outras		58	300	2.734		3.092	2.140
	–	**45.376**	**577**	**32.603**	**1.413**	**79.969**	**96.497**
Total	**65.735**	**45.376**	**577**	**32.603**	**17.093**	**161.384**	**136.111**

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 Ajustado	2010	2009 Ajustado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.666	1.559	5.442	1.628
Variações monetárias moeda nacional	20	(42)	20	(42)
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	747	125	1.054	125
Ajustes a valor presente	235	215	235	215
Outras receitas financeiras	7.597	(59)	875	(26)
Ganho na alienação de títulos cambiais		3.767		3.767
	12.265	**5.565**	**7.626**	**5.667**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas			(20.634)	(2.008)
Variações monetárias moeda nacional	(103)	104	(7.379)	106
Variações monetárias moeda estrangeira				
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais				
Ajustes a valor presente			(5.758)	284
Atualização monetária contratos de mútuo			(4.188)	
Outras despesas financeiras	(472)	(9.818)	10.804	(9.837)
	(575)	**(9.714)**	**(27.155)**	**(11.455)**
Total	**11.690**	**(4.149)**	**(19.529)**	**(5.788)**

27 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	206.638	144.490	206.638	144.490	260.929	145.668	260.929	145.668
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(51.660)**	**(36.123)**	**(18.597)**	**(13.004)**	**(65.232)**	**(36.417)**	**(23.484)**	**(13.111)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(98)	(58)	(35)	(21)	(147)	85	(53)	30
Perdas indedutíveis					(56)	15		5
Despesas indedutíveis							(20)	
Gratificações a administradores	17	(1)	6		17	(1)	6	
Pesquisa e desenvolvimento	402		145		403		145	
Resultados de equivalência patrimonial	10.843	12.004	3.904	4.321		7.126		2.565
Juros sobre o capital próprio	18.943	7.034	6.819	2.532	22.693	16.284	8.169	5.862
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(4.540)	(1.106)	(1.634)	93	(5.456)	(423)	(1.964)	339
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior					31			
Adicional IR	24	24			48	22		
Lei Rouanet	338				372	(400)		
Desporto - Doação ao esporte		105				(31)		
FIA - Fundanção criança e adolescente	54	80			109	(31)		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(25.677)**	**(18.041)**	**(9.392)**	**(6.079)**	**(47.218)**	**(13.771)**	**(17.201)**	**(4.310)**
Alíquota efetiva	12%	12%	5%	4%	18%	9%	7%	3%

28 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	2010	2009
Usinas		561.349
Responsabilidade civil	6.000	12.000
Transportes (materiais)		2.500
Transportes (veículos)		1.600
Acidentes pessoais		6.681

29 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

29.1 Considerações gerais

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

29.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, rendas a receber, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	73.734	69.530	73.734	69.530
Títulos a receber	338		338	
Concessionárias	48.946	47.366	48.946	47.366
Cauções e depósitos vinculados		566		566
Não circulante				
Títulos a receber	6.596	7.152	6.596	7.152
Partes relacionadas	44.423	45.459	44.423	45.459
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	18.451	28.058	18.451	28.058
Encargos regulamentares e setoriais	11.830	7.402	11.830	7.402
Não circulante				
Encargos regulamentares e setoriais	319	2.517	319	2.517

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	77.646	75.682	77.646	75.682
Rendas a receber	4.587	8.270	4.587	8.270
Concessionárias	49.483	47.886	49.483	47.886
Cauções e depósitos vinculados		1.125		1.125
Não circulante				
Partes relacionadas	408	6.594	408	6.594
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	13.077	8.970	13.077	8.970
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	66.153	55.268	66.153	55.268
Debêntures	33.992	33.309	33.992	33.309
Encargos regulamentares e setoriais	11.974	7.535	11.974	7.535
Uso do bem público	3.370	3.996	3.370	3.996
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	117.021	175.243	117.021	175.243
Debêntures		32.317		32.317
Partes relacionadas	4.894	4.355	4.894	4.355
Encargos regulamentares e setoriais	336	2.517	336	2.517
Uso do bem público	33.155	34.389	33.155	34.389

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	Controladora			
	31/12/2010			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		73.734		73.734
Títulos a receber	6.934			6.934
Concessionárias	48.946			48.946
Partes relacionadas	44.423			44.423
	100.303	**73.734**		**– 174.037**
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**		
Fornecedores	18.451	18.451		
Encargos regulamentares e setoriais	12.149	12.149		
	30.600	**30.600**		
	31/12/2009			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		69.530		69.530
Títulos a receber	7.152			7.152
Concessionárias	47.366			47.366
Cauções e depósitos vinculados			566	566
Partes relacionadas	45.459			45.459
	99.977	**69.530**	**566**	**170.073**
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**		
Fornecedores	28.058	28.058		
Encargos regulamentares e setoriais	9.919	9.919		
	37.977	**37.977**		

	Consolidado			
	31/12/2010			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		77.646		77.646
Rendas a receber	4.587			4.587
Concessionárias	49.483			49.483
Partes relacionadas	408			408
	54.478	**77.646**		**– 132.124**
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**		
Fornecedores	13.077	13.077		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	183.174	183.174		
Debêntures	33.992	33.992		
Encargos regulamentares e setoriais	12.310	12.310		
Partes relacionadas	4.894	4.894		
Uso do bem público	36.525	36.525		
	283.972	**283.972**		
	31/12/2009			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		75.682		75.682
Rendas a receber	8.270			8.270
Concessionárias	47.886			47.886
Partes relacionadas	6.594			6.594
Cauções e depósitos vinculados			1.125	1.125
	62.750	**75.682**	**1.125**	**139.557**
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**		
Fornecedores	8.970	8.970		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	230.511	230.511		
Debêntures	65.626	65.626		
Encargos regulamentares e setoriais	10.052	10.052		
Partes relacionadas	4.355	4.355		
Uso do bem público	38.385	38.385		
	357.899	**357.899**		

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	73.734	73.734
	73.734	**73.734**

Consolidado	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	77.646	77.646
	77.646	**77.646**

29.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela controlada apresentados na nota 19, possuem como contraparte o BNDES, Banco da Amazônia, Banco Alfa, entre outros. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela controlada criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a controlada possui um risco de mercado associado a TJLP, IGP-M e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP, IGP-M e CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

29.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Controladora						
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Ativos financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	4.981	6.226	7.472	3.736	2.491
Valor de referência						
CDI - 10,0%						

Consolidado						
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Ativos financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	4.981	6.226	7.472	3.736	2.491
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	5.752	7.190	8.628	4.314	2.876
Debêntures	IGP-M	1.444	1.805	2.166	1.083	722
Cédula de crédito bancário	CDI	268	335	402	201	134
Valor de referência						
CDI - 10,0%						
TJLP - 6,0%						

29.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 19.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 19. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

Consolidado					
			31/12/2010		
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2012 até 2014**	**Vencimentos de 2015 até 2016**	**Vencimentos acima de 2016**
Debêntures	33.992	33.992			
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	183.174	66.153	51.211	5.971	59.839
	217.166	**100.145**	**51.211**	**5.971**	**59.839**
			31/12/2009		
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2010**	**Vencimentos de 2011 até 2013**	**Vencimentos de 2014 até 2015**	**Vencimentos acima de 2015**
Debêntures	65.626	33.309	32.317		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	230.511	55.268	98.828	5.971	70.444
	296.137	**88.577**	**131.145**	**5.971**	**70.444**

29.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, rendas a receber, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

30 Meio ambiente

A controlada direta Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2010 foram de R$5.682 sendo R$4.897, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R$785 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Presidente

Conselheiros

MIGUEL DIAS AMARO — ÁLVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA — LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ANDRADE FIGUEIRA — ANTONIO FREDERICO PEREIRA DA SILVA

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Executivo

ÁLVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor Administrativo

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Financeiro

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Lajeado Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidado do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Investco S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 00.644.907/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Valor Adicionado e Fluxo de Caixa, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A. opera e mantém a UHE Lajeado, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2010, a energia gerada totalizou 4.525 GWh, cerca de 98,09% da energia assegurada anual de 4.613 GWh, muito próxima ao resultado de 2005 (Total gerada 4.545 GWh) que foi o maior resultado desde quando ela entrou em operação. A Usina apresentou um alto índice de disponibilidade, atingindo a média anual de 95,00%, bem acima da disponibilidade exigida no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Investco S.A. registrou uma Receita Operacional Bruta de R$ 210 milhões em 2010 e R$ 236,7 milhões em 2009, o que representa uma redução de 11,3%, o decréscimo verificado de R$ 26,7 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste), sobre o cálculo do arrendamento de 2009. Cabe ressaltar que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às empresas acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão inclusos a remuneração dos custos operacionais. O endividamento financeiro, composto de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, que era de R$ 303,3 milhões em 2009 (Sendo que R$ 83,5 milhões correspondem a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) passou a ser R$ 224,1 milhões em 2010 (R$ 80,8 milhões referente ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39), decorrente da amortização do período que resultou na redução de 26,1%.

O EBTIDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) diminuiu 13% em relação ao ano de 2009, passando de R$ 189,2 milhões para R$ 165,2 milhões, em decorrência da aplicação do CA sobre o arrendamento, representando 13,3% de redução sobre a receita líquida. O resultado do serviço diminuiu 16% passando de R$ 153,3 milhões em 2009 para R$ 128,8 milhões em 2010, influenciado principalmente pela redução da Receita Operacional Bruta. O Lucro da empresa teve uma redução de 31,3% com adoção dos CPC's 25 e 39 passando de R$ 99 milhões para R$ 68 milhões. Os Investimentos em 2010 foram de R$ 15 milhões, sendo R$ 4,8 milhões referentes a Investimentos em Meio Ambiente, além disso, com a adoção do CPC 25 ao longo do ano de 2010, houve uma adição de R$ 15 milhões de reais referente às provisões de licenças ambientais o que demonstra o nosso comprometimento com a preservação Ambiental.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

A gestão da responsabilidade sócio-ambiental, em 2010, posicionou a Investco S.A. novamente no cenário tocantinense como uma importante promotora do equilíbrio social, econômico e ambiental. Ao interagir com a comunidade a empresa aposta na educação como caminho para uma sociedade sustentável, que opta pelo desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais.

Os Investimentos sócio-ambientais focam o uso múltiplo do reservatório e o desenvolvimento das comunidades em seu entorno. Em parceria com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino superior, vários projetos foram executados.

Canais de Diálogo com a Comunidade

Central de Atendimento - A Investco S.A. mantém um canal de diálogo aberto com toda a comunidade, através de sua Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita - 0800 6463443, além de seus atendimentos constantes através de técnicos, à comunidade do entorno do reservatório. Garantir uma comunicação clara e transparente que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos é uma forma de trocar conhecimento e experiências, melhorando sempre nosso processo de gestão empresarial.

Site - Ferramenta permanente que promove o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e mundial. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa e setor elétrico.

Publicações em Jornais e Diário Oficial - Tais publicações buscam ampliar a comunicação entre todos os públicos e não somente com a comunidade do entorno. Divulgando as ações realizadas pela empresa (do Anexo de publicações realizadas no período de fevereiro a setembro de 2010).

Vídeo Institucional divulgando as ações executadas no âmbito dos PBAs - Elaboração de vídeo institucional que visa levar à comunidade informações referentes aos programas ambientais de forma didática. De abril a junho, o material foi veiculado 45 vezes na Rede Globo de Televisão.

Divulgação em rádio - O rádio é uma das ferramentas mais utilizadas até os dias de hoje. A veiculação em rádio ocorre em rádio regional, como também em rádios comunitárias para divulgação de ações que são desenvolvidas pela Investco S.A. A emissora Araguaia FM veiculou, entre julho de 2009 e fevereiro deste ano, dez spots com dicas de preservação do meio ambiente por dia. A programação voltou no período de julho a outubro de 2010, com o mesmo volume de informações.

Comerciais Televisivos - Esta ferramenta é utilizada na veiculação para divulgação das ações que são desenvolvidas pela Investco S.A. Foram veiculados dois comerciais na Rede Globo de Televisão, sendo um em junho, na época do Fórum do Lago, e outro em agosto, em decorrência do projeto de educação ambiental Aniversário do Lago. O comercial sobre o Fórum do Lago foi ao ar entre 15 e 30 de junho, sendo veiculado dez vezes por dia. Já o do Aniversário do Lago foi veiculado entre 25 de julho e 7 de agosto, 5 vezes por dia.

Atendimentos Coletivos e Individuais - Ferramentas de suma importância, que são realizadas de acordo com a solicitação da comunidade para esclarecimento de alguma demanda específica. Estes atendimentos compreendem a visita na comunidade, juntamente com um técnico da área de meio ambiente.

Projetos Patrocinados na Área de Educação:

Letras de Luz - O Letras de Luz, projeto de incentivo à leitura, realizado pela Fundação Victor Civita e patrocinado pela Investco S.A., por meio do Instituto EDP, trabalha com a capacitação e apresentações teatrais, oficinas de fomento à leitura e a doação de acervo literário a bibliotecas dos municípios envolvidos. No Tocantins, o projeto beneficia os municípios de Palmas, Lajeado, Porto Nacional e Miracema.

Salão do Livro - Em 2010, o projeto esteve presente na 6ª edição do Salão do Livro, considerado o maior evento literário da região norte do país, com um estande de contação de histórias e distribuição de material informativo do projeto.

EDP nas Escolas - Promovendo a educação, a Investco S.A., por meio do Instituto EDP, desenvolve o Programa EDP nas Escolas, iniciativa social que contribui para o desenvolvimento do aluno e para a melhoria na qualidade do ensino fundamental em escolas públicas. No Tocantins, são 280 alunos beneficiados, no município de Lajeado por meio da distribuição de kits escolares, concurso de Arte com Energia, campanha da saúde bucal, teatro nas escolas, além do apoio a projetos que já fazem parte do calendário de atividades das instituições de ensino.

Projeto de Educação Ambiental - Aniversário do Lago - O projeto Aniversário do Lago busca a conscientização ambiental e os usos múltiplos do reservatório de forma sustentável, sempre através de uma gestão participativa, por meio de atividades de educação ambiental, oficinas, cultura, esporte e lazer. Na nona edição, em 2010, o Aniversário do Lago atingiu mais de 20 mil pessoas. A programação contou com a companhia de Teatro a Bordo, apresentações de manifestações culturais locais, exibição de curtas metragens brasileiros, Campeonato Brasileiro de Canoagem Maratona, Copa Centro-Oeste de Triatlhon e o Enduro a pé. O evento percorreu as localidades de Palmas, Reassentamento Luzimangues (no município de Porto Nacional, Tocantínia), Miracema, Lajeado, Brejinho de Nazaré, Ipueiras e Porto Nacional.

Projeto de Educação Ambiental e Cultura:

Prêmio EDP nas Artes - A Investco S.A. e o Instituto EDP trouxeram para Palmas a capacitação de jovens artistas para participação do Prêmio EDP nas artes. A capacitação foi realizada com fotógrafos, artesões e artistas plásticos. O propósito do curso foi à atualização dos artistas tocantinenses.

Projetos de Cunho Social:

CEDECA - A parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone - CEDECA desenvolve os projetos:

Tecendo a Paz - O objetivo do programa é capacitar 1.300 pessoas, em 17 municípios em todo o Estado, para abordagem no contexto escolar sobre a violência contra a criança e o adolescente.

Caravana da Proteção - Este projeto combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio de atividades socioeducativas, despertando o interesse destes meninos e meninas em fazer a diferença no meio social onde vivem. O projeto tem como foco, também, estabelecer e estruturar o fluxo do atendimento jurídico às crianças, adolescentes e famílias vítimas da exploração sexual.

COMSAÚDE - O projeto de Capacitação e Valorização de 500 crianças e adolescentes do município de Porto Nacional é desenvolvido pela COMSAÚDE, por meio de atividades sócio culturais, educacionais e geração de renda.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a Investco S.A. informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes foram àqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos senhores Acionistas, Conselheiros, Clientes, Governos Federal, Estadual e Municipal, Fornecedores, Prestadores de serviços, Credores e em especial aos Colaboradores, por mais um ano de realizações.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2010 (1)

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (Mil reais)	2009 Valor (Mil reais)[1]
Receita líquida (RL)	190.500	214.704
Resultado operacional (RO)	97.664	129.084
Folha de pagamento bruta (FPB)	8.071	6.736

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	719	8,91%	0,38%	496	7,36%	0,23%
Encargos sociais compulsórios	1.910	23,66%	1,00%	1.788	26,54%	0,83%
Previdência privada	17	0,21%	0,01%	2	0,03%	0,00%
Saúde	508	6,29%	0,27%	587	8,71%	0,27%
Segurança e saúde no trabalho	30	0,37%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Educação	16	0,20%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	126	1,56%	0,07%	60	0,89%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	0	0,00%	0,00%	11	0,16%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	908	11,25%	0,48%	160	2,38%	0,07%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	17	0,21%	0,01%	11	0,16%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	**4.251**	**52,67%**	**2,23%**	**3.115**	**46,24%**	**1,45%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	196	0,20%	0,10%	262	0,20%	0,12%
Cultura	0	0,00%	0,00%	400	0,31%	0,19%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	103	0,11%	0,05%	161	0,12%	0,07%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**299**	**0,31%**	**0,16%**	**827**	**0,64%**	**0,39%**
Tributos (excluídos encargos sociais)1	47.178	48,31%	24,77%	51.767	40,10%	24,11%
Total - Indicadores sociais externos	**47.477**	**48,61%**	**24,92%**	**52.594**	**40,74%**	**24,50%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.450	1,48%	0,76%	4.097	3,17%	1,91%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**1.450**	**1,48%**	**0,76%**	**4.097**	**3,17%**	**1,91%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%

continua

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2010 (1)

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período	90	85
Nº de admissões durante o período	3	15
Nº de empregados(as) terceirizados(as)[1]	0	42
Nº de estagiários(as)	2	2
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	15	11
Nº de mulheres que trabalham na empresa	17	20
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	14%	16%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa*	2	4
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0	0

6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor **remuneração** na empresa	12			12		
Número total de acidentes de trabalho	1			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará

Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2010:**	**163.712**	**Em 2009[1]:**	**191.633**
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	30% governo	5% colaboradores(as)	28% governo	4% colaboradores(as)
	18% acionistas	24% terceiros	19% acionistas	17% terceiros
		23% retido	32% retido	

7 - Outras Informações

(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

(1) Reajustados de acordo com a norma IFRS (Resultado Operacional, Tributos e DVA 2009).

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externa. Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.912	6.152	8.094
Rendas a receber	6	11.989	30.628	22.500
Concessionárias	5	537	520	535
Impostos e contribuições sociais	7	24.201	23.971	25.314
Cauções e depósitos vinculados	10		559	515
Despesas pagas antecipadamente		725	18	5
Outros créditos		73	43	75
		41.437	**61.891**	**57.038**
Não circulante				
Concessionárias	5			1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	5.185	4.039	3.779
Cauções e depósitos vinculados	10	620	403	127
Despesas pagas antecipadamente			300	
		5.805	**4.742**	**3.907**
Imobilizado	11	1.344.399	1.349.473	1.375.198
Intangível	12	27.337	28.025	28.943
		1.371.736	**1.377.498**	**1.404.141**
Total do ativo		**1.418.978**	**1.444.131**	**1.465.086**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Passivo e Patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	13	2.029	3.270	2.068
Impostos e contribuições sociais	7	34.487	40.515	39.143
Dividendos	22	26.496	29.318	65.438
Debêntures	14	33.992	33.309	34.118
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	66.490	55.268	60.168
Obrigações estimadas com pessoal	18	1.324	758	616
Encargos regulamentares e setoriais	16	144	133	415
Uso do Bem Público	17	3.370	3.996	3.735
Provisões	19	9.167		
Outras contas a pagar		255	223	330
		177.754	**166.790**	**206.031**
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais	7			1.277
Impostos e contribuições sociais diferidos	8			
Debêntures	14		32.317	64.573
Empréstimos e financiamentos	15	123.617	182.395	232.153
Partes relacionadas	9	48.909	43.220	
Encargos regulamentares e setoriais	16	17		
Uso do Bem Público	17	33.155	34.389	31.371
Provisões	19	14.168	1.947	4.226
		219.866	**294.268**	**333.600**
Patrimônio Líquido				
Capital social	21.1	804.459	804.459	730.849
Reservas de capital	21.3.1	14.473	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3.2	202.426	106.019	47.923
Lucros acumulados			58.122	53.851
		1.021.358	**983.073**	**847.096**
Adiantamentos para futuros aumentos de capital				78.359
		1.021.358	**983.073**	**925.455**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.418.978**	**1.444.131**	**1.465.086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**876.458**	**14.473**	**47.923**	**–**	**938.854**
Ajuste adoção das novas práticas	(145.609)			50.072	(95.537)
Imposto de renda e contribuição social				3.779	3.779
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (*Ajustado*)	**730.849**	**14.473**	**47.923**	**53.851**	**847.096**
Adiantamento para futuro aumento de capital - AGEO de 07/04/2009	73.610				73.610
Lucro líquido do exercício				99.367	99.367
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			4.755	(4.755)	–
Reserva de retenção de lucros			53.341	(53.341)	–
Dividendos propostos				(37.000)	(37.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (*Ajustado*)	**804.459**	**14.473**	**106.019**	**58.122**	**983.073**
Lucro líquido do exercício				68.314	68.314
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			6.322	(6.322)	–
Reserva de retenção de lucros			90.085	(90.085)	–
Dividendos propostos				(30.029)	(30.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**804.459**	**14.473**	**202.426**	**–**	**1.021.358**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2010	2009 *Ajustado*
Receita operacional líquida	**23**	**190.500**	**214.704**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(112)	(85)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(1.200)	(1.254)
	24	**(1.312)**	**(1.339)**
Custo de operação			
Pessoal		(5.015)	(4.318)
Materiais e serviços de terceiros		(4.329)	(3.468)
Depreciações e amortizações		(35.935)	(35.489)
Outros custos de operação		(92)	(12)
	24	**(45.371)**	**(43.287)**
		(46.683)	**(44.626)**
Lucro bruto		**143.817**	**170.078**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(304)	(331)
Despesas gerais e administrativas		(12.588)	(15.166)
Depreciações e amortizações		(415)	(405)
Outras despesas operacionais		(1.627)	(822)
	24	**(14.934)**	**(16.724)**
Resultado do serviço		**128.883**	**153.354**
Receitas financeiras		7.059	7.210
Despesas financeiras		(38.278)	(31.480)
Resultado financeiro	**25**	**(31.219)**	**(24.270)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**97.664**	**129.084**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(30.496)	(29.977)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.146	260
	26	**(29.350)**	**(29.717)**
Lucro líquido do exercício		**68.314**	**99.367**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		**86,87**	**126,36**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	68.314	99.367
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Concessionárias		1
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(1.146)	
Depreciações e amortizações	36.350	35.894
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	134	90
Despesas pagas antecipadamente	(825)	368
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	22.846	18.992
Uso do Bem Público	(1.937)	4.309
Provisões	1.624	581
Licenças Ambientais	1.033	
Encargos regulamentares e setoriais - Provisão a atualização monetária	60	60
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(44)
Outros		630
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias	(17)	(8.113)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(230)	1.343
Cauções e depósitos vinculados	342	(380)
Despesas pagas antecipadamente	418	(313)
Outros créditos	(30)	41
Rendas a receber	18.639	
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.241)	1.202
Impostos e contribuições sociais correntes	(8.131)	(5.457)
Outras obrigações	(103)	(338)
Encargos regulamentares e setoriais		(1.351)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	136.100	146.622
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(11.246)	(12.198)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(11.246)**	**(12.198)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	5.689	
AFACs		6.977
Dividendos (pagos) recebidos	(30.747)	(24.182)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos	10.000	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(112.036)	(119.161)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(127.094)**	**(136.366)**
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(2.240)**	**(1.942)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.912	6.152
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.152	8.094
	(2.240)	**(1.942)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**209.974**	**236.670**
Receita operacional	209.978	236.671
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas liquidas	(4)	(1)
(–) insumos adquiridos de terceiros	**(16.971)**	**(16.353)**
Custos da energia comprada	(123)	(94)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.322)	(1.381)
Materiais	(900)	(711)
Serviços de terceiros	(11.049)	(10.384)
Outros custos operacionais	(3.577)	(3.783)
Valor adicionado bruto	**193.003**	**220.317**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(36.350)	(35.894)
Valor adicionado líquido produzido	156.653	184.423
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.059	7.210
Valor adicionado total a distribuir	**163.712**	**191.633**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.358	5.510
Benefícios	1.290	1.102
FGTS	418	415
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	48.480	53.115
Estaduais	189	16
Municipais	21	9
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	38.278	31.480
Aluguéis	364	619
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capitai próprio	15.000	37.000
Dividendos	15.029	
	125.427	**129.266**
Lucros retidos	38.285	62.367
	163.712	**191.633**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Investco S.A. ("Companhia" ou "Investco"), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Companhia titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, a Companhia tem duas fontes de receitas: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação deles no Contrato de Concessão.

2. Práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM durante o exercício de 2009 e 2010, estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 6)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

e) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - Uso do Bem Público. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

• Direito de concessão - Uso do Bem Público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais (Notas 11 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 14 e 15)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 19)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 26)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

n) Uso do Bem Público (Nota 17)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto.

o) Dividendos (Nota 22)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

q) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*Impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

r) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

s) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

t) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

3.1 - Reconciliação do Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.094		8.094
Rendas a receber	22.500		22.500
Concessionárias	535		535
Impostos e contribuições sociais	25.314		25.314
Cauções e depósitos vinculados	515		515
Despesas pagas antecipadamente	5		5
Outros créditos	163	(88)	75
	57.126	**(88)**	**57.038**
Não circulante			
Concessionárias	1		1
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.779	3.779
Cauções e depósitos vinculados	127		127
	128	**3.779**	**3.907**
Imobilizado	1.374.508	690	1.375.198
Intangível	13.395	15.548	28.943
	1.387.903	**16.238**	**1.404.141**
Total do ativo	**1.445.157**	**19.929**	**1.465.086**
	Anteriormente publicado	**Ajustes**	**Ajustado aos CPC**
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	2.068		2.068
Impostos e contribuições sociais	39.143		39.143
Dividendos	69.808	(4.370)	65.438
Debêntures	33.787	331	34.118
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.168		60.168
Obrigações estimadas com pessoal	704	(88)	616
Encargos regulamentares e setoriais	415		415
Uso do Bem Público		3.735	3.735
Outras contas a pagar	330		330
	206.423	**(392)**	**206.031**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	1.277		1.277
Debêntures	63.608	965	64.573
Empréstimos e financiamentos	153.100	79.053	232.153
Uso do Bem Público		31.371	31.371
Provisões	3.536	690	4.226
	221.521	**112.079**	**333.600**
Patrimônio Líquido			
Capital social	876.458	(145.609)	730.849
Reservas de capital	14.473		14.473
Reservas de lucros	47.923		47.923
Lucros acumulados		53.851	53.851
	938.854	**(91.758)**	**847.096**
Adiantamento para futuro aumento de capital	78.359		78.359
	1.017.213	**(91.758)**	**925.455**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.445.157**	**19.929**	**1.465.086**

3.2. Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.152		6.152
Rendas a receber	30.628		30.628
Concessionárias	520		520
Impostos e contribuições sociais	23.971		23.971
Cauções e depósitos vinculados	559		559
Despesas pagas antecipadamente	18		18
Outros créditos	122	(79)	43
	61.970	**(79)**	**61.891**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.039	4.039
Cauções e depósitos vinculados	403		403
Despesas pagas antecipadamente	300		300
	703	**4.039**	**4.742**
Imobilizado	1.349.140	333	1.349.473
Intangível	13.124	14.901	28.025
	1.362.264	**15.234**	**1.377.498**
Total do ativo	**1.424.937**	**19.194**	**1.444.131**
	Anteriormente publicado	**Ajustes**	**Ajustado aos CPC**
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	3.270		3.270
Impostos e contribuições sociais	40.630	(115)	40.515
Dividendos	34.038	(4.720)	29.318
Debêntures	32.950	359	33.309
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.268		55.268
Obrigações estimadas com pessoal	837	(79)	758
Encargos regulamentares e setoriais	454	(321)	133
Uso do Bem Público		3.996	3.996
Outras contas a pagar	223		223
	167.670	**(880)**	**166.790**
Não circulante			
Debêntures	31.664	653	32.317
Empréstimos e financiamentos	98.828	83.567	182.395
Partes relacionadas	43.220		43.220
Uso do Bem Público		34.389	34.389
Provisões	1.269	678	1.947
	174.981	**119.287**	**294.268**
Patrimônio Líquido			
Capital social	961.794	(157.335)	804.459
Reservas de capital	14.473		14.473
Reservas de lucros	106.019		106.019
Lucros acumulados		58.122	58.122
	1.082.286	**(99.213)**	**983.073**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.424.937**	**19.194**	**1.444.131**

3.3. Reconciliação da Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional			
Arrendamento	230.628		230.628
Suprimento de energia elétrica	5.192		5.192
Outras receitas operacionais	851		851
	236.671	**–**	**236.671**
Dedução da Receita Operacional			
Pesquisa e desenvolvimento	(53)		(53)
Impostos e contribuições sobre a receita	(21.914)		(21.914)
	(21.967)	**–**	**(21.967)**
Receita operacional líquida	**214.704**	**–**	**214.704**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(85)		(85)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.254)		(1.254)
	(1.339)	**–**	**(1.339)**
Custo de operação			
Pessoal	(4.318)		(4.318)
Materiais e serviços de terceiros	(3.468)		(3.468)
Depreciações e amortizações	(34.827)	(662)	(35.489)
Outros custos de operação	(12)		(12)
	(42.625)	**(662)**	**(43.287)**
	(43.964)	**(662)**	**(44.626)**
Lucro operacional bruto	**170.739**	**(662)**	**170.078**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(331)		(331)
Despesas gerais e administrativas	(14.822)	(344)	(15.166)
Depreciações e amortizações	(405)		(405)
Outras despesas operacionais	(2.173)	1.351	(822)
	(17.731)	**1.007**	**(16.724)**
Resultado do serviço	**153.008**	**345**	**153.354**
Receitas financeiras	2.490		2.490
Despesas financeiras	(30.309)	3.549	(26.760)
Resultado financeiro	**(27.819)**	**3.549**	**(24.270)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**125.189**	**3.894**	**129.084**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.094)	117	(29.977)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		260	260
	(30.094)	**377**	**(29.717)**
Lucro líquido do exercício	**95.095**	**4.271**	**99.367**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as Demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Imobilizado: ajustes referentes a : (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; e (ii) baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27.

Intangível: ajustes referentes ao reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de Uso do Bem Público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Passivo

Circulante e Não circulante

Dividendos: reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Debêntures: o método de amortização dos custos antecipados era considerado de forma linear, após a adoção do CPC 08, a amortização desses custos passaram a acompanhar a curva de amortização da captação a qual se referem.

Imposto de renda e contribuição social correntes: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: ajustes referentes a: (i) reclassificação das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão da Companhia, por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39; e (ii) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

Uso do Bem Público: reconhecimento das obrigações relacionadas aos contratos de concessão de Uso do Bem Público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Patrimônio líquido

Capital Social: reclassificação das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão da Companhia por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

Lucros acumulados: os ajustes efetuados referem-se principalmente a: (i) constituição da remuneração de longo prazo das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão Investco S.A. por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39; (ii) efeito da atualização financeira da provisão referente à UBP (Uso do Bem Público) e amortização do ativo intangível relativo associado, em virtude da aplicação do CPC 25; e (iii) reconhecimento de imposto de renda diferido ativo e passivo em contrapartida dos ajustes descritos.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27; (ii) reconhecimento da depreciação do Imobilizado das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (iii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de Uso do Bem Público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iv) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (v) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao Uso do Bem Público por contrapartida da adoção do CPC 38; e (vi) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	3.912	1.583
Aplicações financeiras - renda fixa		4.569
Total	**3.912**	**6.152**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras de 2009 referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 101% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Concessionárias

	Saldo a vencer	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	445		445	454
Energia de curto prazo	41		41	12
Encargos de uso da rede elétrica	51		51	54
Total circulante	**537**	**–**	**537**	**520**
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	5	(5)	–	–
Total não circulante	**5**	**(5)**	**–**	**–**

Os saldos na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6. Rendas a receber

O saldo de R$11.989 em 31 de dezembro de 2010 (R$30.628 em 31 de dezembro de 2009), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 21).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

7. Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	21.253	23.435
PIS e COFINS - COSIT 27	2.086	
Outros	862	536
Total	**24.201**	**23.971**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	30.410	29.981
ICMS sobre diferencial de alíquota	19	350
PIS e COFINS	1.620	4.257
ISS	13	2
IRRF sobre juros s/capital próprio	2.105	5.550
Outros	320	375
Total	**34.487**	**40.515**

7.1. PIS e COFINS - COSIT 27

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei nº 10.833/03 dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/04, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.955/2004, 5.173/2004, 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Em 2010, foram concluídos os trabalhos de análise do imobilizado para fins de apuração dos montantes dos créditos de PIS e COFINS permitidos pela legislação, e desenvolvidos relatórios demonstrativos dos cálculos e critérios, para atendimento ao disposto no artigo 9º da IN RFB 457/2004.

7.2. IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 21.2). No exercício de 2010 foi retido o montante de R$2.105.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total** *Ajustado*
Diferenças Temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	2	1		1	1
Uso do Bem Público - CPC 25	3.961	990	356	1.346	7.875
Instrumentos financeiros - CPC 39	11.286	2.822	1.016	3.838	(3.837)
Total diferenças temporárias - RTT		**3.813**	**1.372**	**5.185**	**4.039**
Total ativos diferidos		**3.813**	**1.372**	**5.185**	**4.039**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido ativo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Total não circulante
236	236	236	236	236	708	3.297	5.185

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

9. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 22, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras e coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	118,04	133	130			1.285	1.538
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	19	18			206	212
					152	**148**	**–**	**–**	**1.491**	**1.750**
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado (Nota 6)	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		7.402	22.358			148.826	113.055
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.398	6.126			40.774	44.744
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.189	2.144			14.271	17.526
	EDP Lajeado *	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033							55.303
					11.989	**30.628**	**–**	**–**	**203.871**	**230.628**
Partes relacionadas										
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				4.894	4.355	(389)	
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				44.015	38.865	(3.799)	
					–	**–**	**48.909**	**43.220**	**(4.188)**	**–**
Total					**12.141**	**30.776**	**48.909**	**43.220**	**201.174**	**232.378**

* Os direitos integrais da EDP Lajeado foram incorporados pela Lajeado Energia em 2009.

9.1. Controladora direta e controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

9.2. Remuneração dos administradores

9.2.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês.

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, acumulado em 2010:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

9.2.2 - Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	7	10	23
Remuneração fixa anual (em R$)	126.848	261.742	90.000	478.590
Salário ou pró-labore	126.848	261.742	90.000	478.590
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável (em R$)	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração, por órgão	**126.848**	**261.742**	**90.000**	**478.590**

*** (n/a) = Não aplicável**

Obs.: Dos 6 conselheiros de administração, apenas 3 são remunerados.
Dos 7 diretores estatutários, apenas 2 são remunerados.
Dos 10 conseheiros fiscais, apenas 5 são remunerados

Obs.: Dos 5 diretores estatutários, 2 foram desligados em março/2010.

9.2.3. Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	6	7	10
Valor da maior remuneração individual (em R$)	63.336	134.175	18.000
Valor da menor remuneração individual (em R$)	9.500	55.567	18.000
Valor médio de remuneração individual (em R$)	25.370	87.247	18.000

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 7 de abril de 2010, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração de até R$200 e da Diretoria de até R$300, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

10. Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais		620	403
Cauções e depósitos vinculados	559		
Total	**559**	**620**	**403**

11. Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2010 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2009 *Ajustado* Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		114.518		114.518	114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	682.792	(111.733)	571.059	559.891
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,85	340.221	(70.195)	270.026	277.823
Máquinas e equipamentos	6,24	418.969	(101.729)	317.240	329.689
Veículos	20,00	903	(783)	120	218
Móveis e utensílios	7,12	1		1	1
		1.557.404	**(284.440)**	**1.272.964**	**1.282.140**
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	3,47	45.766	(10.583)	35.183	36.641
		45.766	**(10.583)**	**35.183**	**36.641**
Administração					
Máquinas e equipamentos	9,98	1.277	(790)	487	525
Veículos	20,00	420	(42)	378	
Móveis e utensílios	10,00	505	(256)	249	289
		2.202	**(1.088)**	**1.114**	**814**
Total do Imobilizado em serviço		**1.605.372**	**(296.111)**	**1.309.261**	**1.319.595**
Imobilizado em curso					
Geração					
Depósitos Judiciais (Nota 19.1.1.2)		13.308		13.308	12.089
Outros		21.830		21.830	17.789
Total do Imobilizado em curso		**35.138**	**–**	**35.138**	**29.878**
Total Imobilizado		**1.640.510**	**(296.111)**	**1.344.399**	**1.349.473**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	559.891	15.541	9.098	(13.472)	1	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	277.823			(7.797)		270.026
Máquinas e equipamentos	366.855	40	62	(14.047)		352.910
Veículos	218		420	(142)	2	498
Móveis e utensílios	290		7	(46)	(1)	250
Total do imobilizado em serviço	**1.319.595**	**15.581**	**9.587**	**(35.504)**	**2**	**1.309.261**
Imobilizado em curso						
Geração						
Depósitos judiciais	12.089	1.346			(127)	13.308
Outros	17.789	13.655	(9.607)		(7)	21.830
Total do Imobilizado em curso	**29.878**	**15.001**	**(9.607)**	**–**	**(134)**	**35.138**
Total do Imobilizado	**1.349.473**	**30.582**	**(20)**	**(35.504)**	**(132)**	**1.344.399**

12. Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2010 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2009 *Ajustado* Valor líquido
Intangível em serviço					
Geração					
Software	20,00	779	(452)	327	482
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(5.886)	14.252	14.901
		20.917	**(6.338)**	**14.579**	**15.383**
Administração					
Software	20,00	244	(56)	188	180
		244	**(56)**	**188**	**180**
Total do Intangível em Serviço		**21.161**	**(6.394)**	**14.767**	**15.563**
Intangível em curso					
Geração		12.453		12.453	12.450
Administração		117		117	12
Total do Intangível em Curso		**12.570**	**–**	**12.570**	**12.462**
Total intangível		**33.731**	**(6.394)**	**27.337**	**28.025**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Transferência intangível em serviço	Amortização	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Intangível em serviço						
Software	662		51	(198)		515
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	14.901			(648)	(1)	14.252
Intangível em curso	12.462	139	(30)		(1)	12.570
	28.025	**139**	**21**	**(846)**	**(2)**	**27.337**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado a taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R$12.570, relativo ao Intangível em curso, R$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

13. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica		24
Encargos de uso da rede elétrica	158	68
Materiais e serviços	1.871	3.178
Total	**2.029**	**3.270**

14. Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de até 10 dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;

b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;

c) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);

d) liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);

e) não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;

f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora de valor superior a R$5.000;

g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;

h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má-fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;

i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário", ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e

j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante	33.309	(37.338)	(8.161)	7.350	32.370	326	6.136	33.992
	33.309	**(37.338)**	**(8.161)**	**7.350**	**32.370**	**326**	**6.136**	**33.992**
Não circulante	32.317				(32.370)	(274)	327	
	32.317	**–**	**–**	**–**	**(32.370)**	**(274)**	**327**	**–**

15. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1. Composição dos empréstimos

		31/12/2010			31/12/2009		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
Empresa	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
Ações recebíveis cumulativa			4.014	76.861			83.567
Cédula de Crédito Bancário	106% do CDI	9	10.000				
Banco da Amazônia	11,5% a.a.	4	637		247	7.632	636
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	390	51.419	46.756	575	46.745	98.175
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.		17			69	17
Total		**403**	**66.087**	**123.617**	**822**	**54.446**	**182.395**

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002, e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

As operações estabelecem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 31 de dezembro de 2010.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R$18.937.

Este contrato não possui cláusula contratual restritiva (*covenants*).

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

Cédula de Crédito Bancário

Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato.

Ações recebíveis cumulativa

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Vencimento das parcelas do circulante e do não circulante (principal + encargos):

	Total
Circulante	
2011	66.490
	66.490
Não circulante	
2012	50.751
2013	3.675
2014	3.381
2015	3.110
2016	2.861
2017	2.632
2018	2.422
2019	2.228
Após 2019	52.557
	123.617
Total	**190.107**

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.268	10.000	(54.411)	(12.126)	11.702	56.086		(29)	66.490
	55.268	**10.000**	**(54.411)**	**(12.126)**	**11.702**	**56.086**	**–**	**(29)**	**66.490**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	182.395					(56.086)			126.309
	182.395	**–**	**–**	**–**	**–**	**(56.086)**	**–**	**–**	**126.309**

16. Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	41	40	
Pesquisa e desenvolvimento	102	93	17
Taxa de fiscalização - ANEEL	1		
Total	**144**	**133**	**17**

16.1. Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 23).

17. Uso do Bem Público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.996	34.389
Ingressos		
Ajuste a valor presente	3.023	
Encargos e atualizações monetárias	(1.099)	13
Amortizações	(3.797)	
Transferência para o circulante	1.247	(1.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**3.370**	**33.155**

18. Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Folha de pagamento	1.114	566
INSS e FGTS	210	192
Total	**1.324**	**758**

Na rubrica Folha de Pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2010.

19. Provisões

	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	5.449	1.269
Licenças ambientais	17.886	678
Total	**23.335**	**1.947**
Circulante	9.167	
Não circulante	14.168	1.947
	23.335	**1.947**

19.1. Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19.1.1. Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo					Ativo	
							Depósito judicial	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2009	Adições	Pagamento	Reversões	Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	444	836	(209)	(20)	1.051	494	338
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	825	4.158	(537)	(48)	4.398		
Total		**1.269**	**4.994**	**(746)**	**(68)**	**5.449**	**494**	**338**

19.1.1.1. Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.1.2. Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor Depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010 é de R$13.308 (R$12.089 em 2009) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 11).

19.1.2. Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009	Ativo Depósito Judicial 31/12/2010	Ativo Depósito Judicial 31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	275	21	83	59
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	69.576	62.213	37	
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	179			
Total		**70.030**	**62.234**	**120**	**59**

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 19.1.1.2.

19.1.3. Risco de perda remota
Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos Depósitos judiciais é de R$6 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Nota 10).

19.2. Licenças ambientais
O montante de R$17.886 em 31 de dezembro de 2010 (R$678 em 2009) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. Em 9 de fevereiro de 2010, a Companhia obteve a renovação da licença de operação, onde registrou-se o montante de R$15.815 referente a estes custos em contrapartida a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo portanto tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

20. Benefício pós-emprego
De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed está enquadrado nesta legislação. Através de nossos atuários, a Companhia está avaliando os possíveis impactos. Ainda assim, numa análise preliminar, identificou-se que o risco não será material tendo em vista que: i) enquadram-se neste modelo 81 funcionários com 153 dependentes ativos no plano de saúde, com idade média de 37 anos; ii) o *turnover* da Companhia é baixo e; iii) para o 1º semestre de 2011, será revisto o modelo atual de assistência médica, para adequar as demais Companhias do Grupo EDP, com a exclusão da cobrança da parcela fixa mensal para uma co-participação em consultas e exames.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social
A composição do capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está demonstrada a seguir:

	31/12/2010 Em milhares de ações											
Acionistas	**Qtd. de ações "ON"**	**% participação**	**Qtd. de ações "PNR"**	**% participação**	**Qtd. de ações "PNA"**	**% participação**	**Qtd. de ações "PNB"**	**% participação**	**Qtd. de ações "PNC"**	**% participação**	**Total**	**% participação total**
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	**100,00**	**255.560**	**100,00**	**16.289**	**100,00**	**5.156**	**100,00**	**107.199**	**100,00**	**786.406**	**100,00**

	31/12/2009 Em milhares de ações											
Acionistas	**Qtd. de ações "ON"**	**% participação**	**Qtd. de ações "PNR"**	**% participação**	**Qtd. de ações "PNA"**	**% participação**	**Qtd. de ações "PNB"**	**% participação**	**Qtd. de ações "PNC"**	**% participação**	**Total**	**% participação total**
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	737	4,52	1.031	20,00			133.320	16,96
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	258	1,58	361	7,00			46.662	5,94
EDP Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	7.013	43,06	3.764	73,00			490.944	62,42
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,26			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	**100,00**	**255.560**	**100,00**	**16.289**	**100,00**	**5.156**	**100,00**	**107.199**	**100,00**	**786.406**	**100,00**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.
Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 15), porém estão apresentadas no quadro acima para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 21.2).

21.2 - Destinação do lucro
Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:
a) 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei 6.404/76;
c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.
Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante bruto de R$15.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	68.314
Ajuste de exercícios anteriores	58.122
Lucro líquido ajustado	**126.436**
Constituição da reserva legal - 5%	(6.322)
	120.114

	31/12/2010
Destinação do lucro:	
Dividendos	**30.029**
Dividendos intermediários - JSCP	15.000
Dividendos complementares do exercício	15.029
Constituição da reserva de retenção de lucros	90.085
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - JSCP - ordinária	0,017788
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "A"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "B"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "C"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "R"	0,012230
Dividendos por ação ordinária	0,033029
Dividendos por ação preferencial Classe "A"	0,014126
Dividendos por ação preferencial Classe "B"	
Dividendos por ação preferencial Classe "C"	0,014126
Dividendos por ação preferencial Classe "R"	

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:
a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia;
c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21.3. Reservas

21.3.1. Reservas de capital
O valor de R$14.473, refere-se a ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2. Reservas de lucros

	31/12/2010	31/12/2009
Reserva legal	17.772	11.450
Reserva de retenção de lucros	90.085	
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Total	**202.426**	**106.019**

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.4. Ações Preferenciais classe "C"
A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, no montante de R$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

22. Dividendos

	Passivo	
	31/12/2010	**31/12/2009**
Lajeado Energia S.A.	16.175	18.035
EDP Energias do Brasil S.A.	508	639
CEB Lajeado S.A.	4.415	4.985
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.545	1.745
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	91	350
Furnas Centrais Elétricas S.A.	23	90
Acionistas não controladores	3.739	3.474
Total	**26.496**	**29.318**

23. Receita operacional líquida

	MWh (*)		R$	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Arrendamento			203.871	230.628
Suprimento de energia elétrica	44.692	44.673	5.020	5.192
Energia de curto prazo			460	620
Serviços taxados e outros			627	231
			209.978	**236.671**
(–) Deduções da receita				
Pesquisa e desenvolvimento			(55)	(53)
PIS/COFINS			(19.423)	(21.914)
			(19.478)	**(21.967)**
Total	**44.692**	**44.673**	**190.500**	**214.704**

(*) Não auditado

24. Gastos operacionais

	2010						2009
	Custo do serviço		Despesas operacionais				Ajustado
	Com energia elétrica	**De operação**	**Com vendas**	**Gerais e administrativas**	**Outras**	**Total**	**Total**
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Energia de curto prazo - CCEE	123					123	94
Encargo de uso e conexão	1.322					1.322	1.381
PIS/COFINS	(133)					(133)	(136)
Taxa de fiscalização					16	16	15
Compensações financeiras					198	198	199
	1.312	**–**	**–**	**–**	**214**	**1.526**	**1.553**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.015		4.563		9.578	8.401
Material		617		283		900	711
Serviços de terceiros		3.712		7.337		11.049	10.384
Depreciação e Amortização		35.935		415		36.350	35.894
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			4			4	1
Provisões para contingências					1.413	1.413	608
Aluguéis e arrendamentos		34		330		364	619
PIS/COFINS				(1.918)		(1.918)	
Outras		58	300	1.993		2.351	3.179
	–	**45.371**	**304**	**13.003**	**1.413**	**60.091**	**59.797**
Total	**1.312**	**45.371**	**304**	**13.003**	**1.627**	**61.617**	**61.350**

25. Resultado financeiro

	2010	2009 *Ajustado*
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.776	2.102
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	307	33
Remuneração ações preferenciais	4.720	4.720
Outras receitas financeiras	256	355
	7.059	**7.210**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(20.634)	(35.369)
Variações monetárias moeda nacional	(7.276)	(7.698)
Ajustes a valor presente	(5.758)	12.255
Atualização monetária contratos de mútuo	(4.188)	
Outras despesas financeiras	(422)	(668)
	(38.278)	**(31.480)**
Total	**(31.219)**	**(24.270)**

26. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	**2009 *Ajustado***	**2010**	**2009 *Ajustado***
Lucro antes do IRPJ e CSLL	97.664	129.084	97.664	129.084
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(24.416)	(32.271)	(8.790)	(11.618)
Ajustes p/refletir a alíquota efetiva				
Doações	(49)	(180)	(18)	(65)
Perdas indedutíveis		(32)		(11)
Despesas Indedutíveis	(56)	(172)	(20)	(62)
Pesquisa e desenvolvimento	1			
Juros sobre o capital próprio	3.750	9.250	1.350	3.330
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(916)	1.062	(330)	381
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	31			
Incentivos fiscais				
Adicional IR	24	24		
Lei Rouanet	34	400		
Desporto		137		
FIA	55	110		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(21.542)**	**(21.672)**	**(7.808)**	**(8.045)**
Alíquota Efetiva	22%	17%	8%	6%

27 - Seguros
A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2010
Usinas	561.349
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	6.681

28 Instrumentos financeiros
Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 - Considerações gerais
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 - Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, rendas a receber, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, encargos regulamentares e setoriais e uso do bem público. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.912	6.152	3.912	6.152
Rendas a receber	11.989	30.628	11.989	30.628
Concessionárias	537	520	537	520
Cauções e depósitos vinculados		559		559
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.029	3.270	2.029	3.270
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	65.878	55.135	66.490	55.268
Debêntures	33.992	33.309	33.992	33.309
Encargos regulamentares e setoriais	144	133	144	133
Uso do Bem Público	3.370	3.996	3.370	3.996
Não circulante				
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	122.480	181.958	123.617	182.395
Debêntures		34.396		32.317
Partes relacionadas	48.909	43.220	48.909	43.220
Encargos regulamentares e setoriais	17		17	
Uso do Bem Público	33.155	34.389	33.155	34.389

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010		
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		3.912	3.912
Rendas a receber	11.989		11.989
Concessionárias	537		537
	12.526	3.912	16.438

Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	2.029	2.029
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	190.107	190.107
Debêntures	33.992	33.992
Encargos regulamentares e setoriais	161	161
Partes relacionadas	48.909	48.909
Uso do Bem Público	36.525	36.525
	311.723	**311.723**

	31/12/2009			
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o venci-mento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		6.152		6.152
Rendas a receber	30.628			30.628
Concessionárias	520			520
Cauções e depósitos vinculados			559	559
	31.148	**6.152**	**559**	**37.859**

Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	3.270	3.270
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	237.663	237.663
Debêntures	65.626	65.626
Encargos regulamentares e setoriais	133	133
Partes relacionadas	43.220	43.220
Uso do Bem Público	38.385	38.385
	388.297	**388.297**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.912	3.912
	3.912	**3.912**

28.3 - Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 15, possuem como contraparte o BNDES, Banco da Amazônia, Banco Alfa, entre outros. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, IGP-M e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP, IGP-M e CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 - Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	5.752	7.190	8.628	4.314	2.876
Debêntures	IGP-M	1.444	1.805	2.166	1.083	722
Cédula de crédito bancário	CDI	268	335	402	201	134
Valor de referência						
CDI - 10,0%						
TJLP - 6,0%						
IGP-M - 5,0%						

28.4 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

		31/12/2010			
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2012 até 2014**	**Vencimentos de 2015 até 2016**	**Vencimentos acima de 2016**
Debêntures	33.992	33.992			
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	190.107	66.490	57.807	5.971	59.839
	224.099	**100.482**	**57.807**	**5.971**	**59.839**

		31/12/2009			
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2010**	**Vencimentos de 2011 até 2013**	**Vencimentos de 2014 até 2015**	**Vencimentos acima de 2015**
Debêntures	65.626	33.309	32.317		
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	237.663	55.268	98.828	6.530	77.037
	303.289	**88.577**	**131.145**	**6.560**	**77.037**

28.5 - Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, rendas a receber, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29 - Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2010 foram de R$5.682 sendo R$4.897, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R$785 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Conselheiro Efetivo

CARLOS ANTÔNIO LEAL
Conselheiro Efetivo

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor Vice-Presidente de Controle

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD
Diretor Vice-Presidente

CARLOS ALBERTO SANTIAGO
Diretor Vice-Presidente

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Administrativo e Financeiro

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

ANDRÉA MAZZARO CARLOS DE VINCENTI
Diretora Jurídica

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" - TO

CONSELHO FISCAL

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO FIORI
Conselheiro Efetivo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, e, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como o Relatório da Administração, concluimos, por unanimidade, dos presentes, que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para sua aprovação em Assembléia Geral. Os votos se acham à disposição nos escritórios da Companhia.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011

Allain Brasil Bertrand Júnior - Conselheiro Efetivo
Felipe Ha Jung Kim - Conselheiro Efetivo
Marco Antonio Vieira - Conselheiro Efetivo
Edison Rodrigues - Conselheiro Efetivo

continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-S-TO

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC SP-141128/O-2-S-TO

continua

edp

Energest S.A.

CNPJ nº 04.029.601/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009 Ajustado	Controladora 01/01/2009 Ajustado	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 Ajustado	Consolidado 01/01/2009 Ajustado
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.890	8.126	13.292	93.223	36.871	40.116
Ativo financeiro indenizável	6				823	823	823
Concessionárias	7	13.536	13.013	15.882	28.874	28.973	26.168
Impostos e contribuições sociais	8	26.135	10.768	12.513	34.044	17.635	15.576
Dividendos a receber	10	13.153	14.998	14.126			
Estoques					71		
Cauções e depósitos vinculados	12		1	566	4.081	9.137	6.722
Despesas pagas antecipadamente		388	138	56	672	297	131
Outros créditos	14	5.387	5.367	3.120	6.333	6.975	4.870
		78.489	**52.411**	**59.555**	**168.121**	**100.711**	**94.406**
Não circulante							
Títulos a receber							18
Ativo financeiro indenizável					19.425	20.086	15.754
Impostos e contribuições sociais	8					823	1.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	4.123	3.895	2.232	4.368	4.152	2.440
Partes relacionadas	11	830	15.162	77.517		4	16
Adiantamento para futuro aumento de capital	13		50	21.220			
Cauções e depósitos vinculados	12	114	279	1.335	10.408	12.076	8.226
Outros créditos	14			1.254	15	15	1.269
		5.067	**19.386**	**103.558**	**34.216**	**37.156**	**29.193**
Investimentos	15	274.953	246.630	162.061			
Imobilizado	16	198.820	164.127	136.626	610.359	559.277	481.446
Intangível	17	16.494	12.826	15.022	18.956	15.569	19.393
		490.267	**423.583**	**313.711**	**629.315**	**574.847**	**500.839**
Total do ativo		**573.823**	**495.380**	**476.824**	**831.652**	**712.714**	**624.438**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009 Ajustado	Controladora 01/01/2009 Ajustado	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 Ajustado	Consolidado 01/01/2009 Ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Circulante							
Fornecedores	18	10.967	5.671	5.788	22.005	11.414	10.826
Impostos e contribuições sociais	8	6.727	9.169	13.212	17.571	15.252	17.132
Dividendos	10	16.893	15.550	21.832	16.893	15.550	22.322
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	35.907	27.193	27.362	66.546	53.292	47.902
Benefícios pós-emprego	29				1		
Devolução tarifária					147		
Obrigações estimadas com pessoal	20	4.353	4.074	3.905	4.854	4.181	3.905
Encargos regulamentares e setoriais	21	3.602	2.028	2.736	5.039	2.894	4.010
Provisões	22	238	102		1.005	165	
Outras contas a pagar	14	286	857	575	292	1.139	582
		78.973	**64.644**	**75.410**	**134.353**	**103.887**	**106.679**
Não circulante							
Fornecedores	18				915		
Impostos e contribuições sociais	8	276	302		276	302	
Imposto de renda e contribuição social diferidos			11	45	79	65	72
Empréstimos e financiamentos	19	37.333	48.000	51.685	127.934	124.924	75.747
Partes relacionadas	11	274	61.482	43.417	95.853	148.952	124.734
Encargos regulamentares e setoriais	21		733		292	966	
Adiantamento para futuro aumento de capital	13		35.040	35.040		35.040	35.040
Provisões	22	611	1.125	891	4.227	4.288	3.344
Outras contas a pagar	14	84	108	38	84	108	38
		38.578	**146.801**	**131.116**	**229.660**	**314.645**	**238.975**
Patrimônio líquido							
Capital social	23.1	226.912	120.481	120.481	226.912	120.481	120.481
Reservas de lucros	23.3	229.360	167.688	151.738	229.360	167.688	151.738
Prejuízos acumulados			(4.234)	(1.921)		(4.235)	(1.921)
		456.272	**283.935**	**270.298**	**456.272**	**283.934**	**270.298**
Participações de não controladores					11.367	10.248	8.486
Total do passivo e patrimônio líquido		**573.823**	**495.380**	**476.824**	**831.652**	**712.714**	**624.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2010	Controladora 2009 Ajustado	Consolidado 2010	Consolidado 2009 Ajustado
Receita operacional líquida	24	108.071	102.176	237.674	225.987
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(24.080)	(14.680)	(27.620)	(22.943)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(6.605)	(5.433)	(14.515)	(10.090)
	25	**(30.685)**	**(20.113)**	**(42.135)**	**(33.033)**
Custo de operação					
Pessoal		(12.317)	(9.538)	(13.672)	(10.583)
Materiais e serviços de terceiros		(7.414)	(6.717)	(12.188)	(11.892)
Depreciações e amortizações		(5.612)	(4.227)	(16.468)	(13.439)
Outros custos de operação		(1.035)	(1.229)	(1.790)	(1.047)
	25	**(26.378)**	**(21.711)**	**(44.118)**	**(36.961)**
		(57.063)	**(41.824)**	**(86.253)**	**(69.994)**
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(1.844)		(2.174)	
Lucro operacional bruto		**49.164**	**60.352**	**149.247**	**155.993**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(43)	(941)	(225)	(1.737)
Despesas gerais e administrativas		(10.994)	(17.540)	(14.149)	(23.301)
Depreciações e amortizações		(160)	(83)	(317)	(97)
Outras despesas operacionais		(3.605)	(5.104)	(6.038)	(6.917)
	25	**(14.802)**	**(23.668)**	**(20.729)**	**(32.052)**
Resultado do serviço		**34.362**	**36.684**	**128.518**	**123.941**
Resultado das participações societárias		63.001	55.289		
Receitas financeiras		4.122	5.247	10.930	8.393
Despesas financeiras		(10.533)	(11.106)	(28.950)	(28.374)
Resultado financeiro	26	**(6.411)**	**(5.859)**	**(18.020)**	**(19.981)**
Outras receitas		18	42	80	42
Outras despesas		(1.606)	(11.047)	(1.667)	(12.682)
Outros resultados		**(1.588)**	**(11.005)**	**(1.587)**	**(12.640)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27	89.364	75.109	108.911	91.320
Imposto de renda e contribuição social correntes		6.600	(5.878)	(6.379)	(15.940)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		239	1.697	294	1.719
		6.839	**(4.181)**	**(6.085)**	**(14.221)**
Lucro líquido antes da participação de não controladores		**96.203**	**70.928**	**102.826**	**77.099**
Participações de não controladores				(6.623)	(6.171)
Lucro líquido do exercício		**96.203**	**70.928**	**96.203**	**70.928**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		96,15	70,89		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2010	Controladora 2009 Ajustado	Consolidado 2010	Consolidado 2009 Ajustado
Fluxo de caixas das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	96.203	70.928	96.203	70.928
Participação de não controladores no resultado			6.623	6.170
Concessionárias	(101)	(357)	(114)	289
Ativo financeiro indenizável			661	484
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(239)	(1.697)	(294)	(1.719)
Impostos e contribuições sociais compensáveis			92	1.725
Depreciações e amortizações	5.772	4.311	16.750	13.537
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	1.782	10.984	2.102	13.117
Despesas pagas antecipadamente	(250)		(462)	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.373	7.854	16.885	14.735
Benefícios pós-emprego			1	
Provisões para contingências	(355)	947	680	1.439
Participações societárias	(63.001)	(55.289)		
Encargos regulamentares e setoriais - Provisão e atualização monetária	1.192	1.200	1.823	2.145
Cauções e depósitos vinculados a litígios - Atualização monetária	(1)	(103)	(1.197)	(1.460)
Outros		1.928		2.938
(Aumento) diminuição de ativos				
Consumidores e concessionárias	(422)	3.063	284	(3.329)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(15.367)	3.334	(15.576)	177
Cauções e depósitos vinculados	167	1.719	7.921	(4.821)
Despesas pagas antecipadamente		(82)	87	(166)
Outros créditos	(20)	(822)	507	(666)
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	5.296	(117)	11.401	664
Impostos e contribuições sociais correntes	(4.866)	(6.017)	106	(5.989)
Devolução tarifária			147	
Obrigações estimadas com pessoal	279	161	461	90
Outras obrigações	(969)	(1.004)	(1.123)	(1.859)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**32.473**	**40.941**	**143.968**	**108.430**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao Imobilizado e Intangível	(45.915)	(43.567)	(73.321)	(109.107)
Dividendos recebidos	50.422	55.919		
Partes relacionadas	482			
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**4.989**	**12.352**	**(73.321)**	**(109.107)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(917)	16.026	7.285	24.938
AFACs		(50)		
Dividendos pagos	(15.455)	(61.730)	(20.959)	(66.341)
Empréstimos e financiamentos - Ingressos			31.637	64.000
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(9.326)	(12.705)	(32.258)	(25.165)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(25.698)	(58.459)	(14.295)	(2.568)
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**11.764**	**(5.166)**	**56.352**	**(3.245)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.890	8.126	93.223	36.871
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.126	13.292	36.871	40.116
	11.764	**(5.166)**	**56.352**	**(3.245)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Não Controladores	Total Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**120.481**	**80.823**	**–**	**201.304**	**8.486**	**209.790**
Ajuste adoção das novas práticas			(1.921)	(1.921)		(1.921)
Dividendo Adicional Proposto		70.915		70.915		70.915
Saldos em 1° de janeiro de 2009 (Ajustado)	**120.481**	**151.738**	**(1.921)**	**270.298**	**8.486**	**278.784**
Reversão dividendos - AGO de 07/04/2009		31.018		**31.018**		**31.018**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2009		(70.915)		**(70.915)**		**(70.915)**
Lucro líquido do exercício			70.928	**70.928**	6.171	**77.099**
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal		3.662	(3.662)			
Reserva de retenção de lucros		27.921	(27.921)			
Dividendos intermediários (JSCP)			(12.299)	**(12.299)**		**(12.299)**
Dividendos propostos			(5.096)	**(5.096)**	(4.409)	**(9.505)**
Dividendo adicional proposto		24.264	(24.264)			
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)	**120.481**	**167.688**	**(4.235)**	**283.934**	**10.248**	**294.182**
Aumento de capital - AGO de 07 /04/2010	106.431	(11.100)		**95.331**		**95.331**
Reversão de dividendos - AGE de 21/12/2010		24.359		**24.359**		**24.359**
Dividendo adicional aprovado		(24.264)		**(24.264)**		**(24.264)**
Lucro líquido do exercício			96.203	**96.203**	6.623	**102.826**
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal		4.599	(4.599)			
Reserva de retenção de lucros		57.878	(57.878)			
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		10.200	(10.200)			
Dividendos intermediários (JSCP)			(16.000)	**(16.000)**		**(16.000)**
Dividendos propostos			(3.291)	**(3.291)**	(5.504)	**(8.795)**
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**226.912**	**229.360**		**456.272**	**11.367**	**467.639**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 *Ajustado*	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**122.038**	**117.937**	**265.058**	**254.980**
Receita operacional	122.047	118.795	265.048	256.484
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(27)	(900)	(70)	(1.546)
Outras receitas	18	42	80	42
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(49.086)**	**(47.008)**	**(74.149)**	**(72.073)**
Custo da energia comprada	(24.080)	(14.680)	(27.620)	(22.783)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(6.605)	(5.433)	(14.875)	(10.090)
Materiais	(1.175)	(1.053)	(2.030)	(1.900)
Serviços de terceiros	(12.915)	(9.413)	(23.304)	(17.476)
Outros custos operacionais	(4.311)	(16.429)	(6.320)	(19.824)
Valor adicionado bruto	**72.952**	**70.929**	**190.909**	**182.907**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(5.772)	(4.310)	(16.785)	(13.536)
Valor adicionado líquido produzido	**67.180**	**66.619**	**174.124**	**169.371**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	4.122	5.247	10.930	8.393
Participações dos não controladores			(6.623)	(6.170)
Resultado da equivalência patrimonial	63.001	55.289		
Valor adicionado total a distribuir	**134.303**	**127.155**	**178.431**	**171.594**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	14.623	12.357	16.798	14.172
Benefícios	2.252	2.051	2.274	2.095
FGTS	1.264	1.397	1.291	1.410
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	7.476	27.500	30.772	52.682
Estaduais	40	45	51	85
Municipais	161	126	214	182
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	10.533	11.106	28.950	28.375
Aluguéis	1.751	1.645	1.878	1.665
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	16.000	12.300	16.000	12.300
Dividendos	3.292	5.095	3.292	5.095
	57.392	73.622	101.520	118.061
Lucros retidos	76.911	53.533	76.911	53.533
	134.303	**127.155**	**178.431**	**171.594**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia) ou (Energest ou Controladora), Companhia de capital fechado, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., constituída em 7 de agosto de 2000, tem como objeto social estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades, gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante, implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

1.1 - Cisão parcial da Castelo Energética S.A. - CESA com versão parcial dos ativos de transmissão e início das operações da Evrecy Participações Ltda.

Em 1º de junho de 2009, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da controlada Castelo Energética S.A. - CESA, deliberaram a realização da cisão parcial da referida Sociedade, em decorrência da transferência da concessão de transmissão regulada pelo Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da controlada Castelo Energética S.A. (CESA) para a controlada Evrecy, objeto da Resolução Autorizativa nº 1.823, de 03 de março de 2009, da ANEEL, de modo a gerar maior eficiência operacional, financeira, administrativa e econômica das sociedades.

O acervo líquido vertido da controlada CESA para a controlada Evrecy, em 1º de junho de 2009, correspondente à parcela do capital social, foi de R$21.462.

Em decorrência da cisão parcial da controlada CESA e a consequente transferência do acervo cindido para a controlada Evrecy, ocorreu uma redução do capital social da controlada CESA de R$44.920 para R$23.458, sem cancelamento de ações.

2. Concessões

A Companhia e suas controladas, CESA, Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé), Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica) e Evrecy Participações Ltda. (Evrecy), possuem junto à ANEEL, as seguintes concessões de geração e de transmissão em operação:

						Capacidade	Energia	Concessão/Autorização	
Empresas	**Usinas Hidrelétricas**		**Estado**	**Cidade**	**Rio**	**instalada (MW) (*)**	**assegurada (MWm) (*)**	**Início**	**Término**
Energest	Mascarenhas	(1)	ES	Baixo Guandú	Doce	198,00	127,00	17/07/1995	17/07/2025
	Suíça	(1)	ES	Santa Leopoldina	Santa Maria	33,90	18,91	17/07/1995	17/07/2025
						231,90	**145,91**		
CESA	Alegre	(1)	ES	Alegre	Ribeirão Alegre	2,06	1,28	17/07/1995	17/07/2025
	Fruteiras	(1)	ES	Cach. Itapemirim	Fruteiras	8,74	5,56	17/07/1995	17/07/2025
	Jucu	(1)	ES	Domingos Martins	Jucu	4,84	2,91	17/07/1995	17/07/2025
	Rio Bonito	(1)	ES	Santa Maria de Jetibá	Santa Maria	22,50	9,40	17/07/1995	17/07/2025
	Viçosa	(2)	ES	Conceição do Castelo	Castelo	4,50	2,80	19/05/1999	19/05/2029
	São João	(2)	ES	Castelo	Castelo	25,00	14,35	19/05/1999	19/05/2029
						67,64	**36,30**		
Pantanal	Vitor A. de Brito	(3)	MS	Coxim	Córrego do Veado	0,40	0,30	04/12/1997	Indefinida
	São João 1	(3)	MS	Ponta Porã	São João	0,66	0,60	04/12/1997	Indefinida
	São João 2	(3)	MS	Ponta Porã	São João	0,60	0,50	04/12/1997	Indefinida
	Paraíso	(1)	MS	Costa Rica	Paraíso	21,60	13,25	23/12/1999	23/12/2029
	Assis Chat. (Mimoso)	(1)	MS	Ribas do Rio Pardo	Pardo	29,50	20,90	04/12/1997	04/12/2027
						52,76	**35,55**		
Costa Rica	Costa Rica	(2)	MS	Costa Rica	Sucuriú	16,00	12,28	05/11/2001	05/11/2031
Santa Fé	Santa Fé	(2)	ES	Alegre	Itapemirim	29,00	26,10	13/11/2001	13/11/2031
						397,30	**256,14**		

(1) Serviço público de energia (Concessão)
(2) Produção independente de energia (Autorizada)
(3) Serviço público de energia (Registro)
(*) Não auditado

A Evrecy, concessionária do serviço público de energia, regida pelo Contrato nº 020/2008, de 14 de novembro de 2008, detém as Linhas de Transmissão (i) Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); (ii) Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); e (iii) Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV); e Subestação Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, mediante cisão parcial da CESA com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

3. Práticas contábeis

3.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Controladora e do consolidado, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

3.2 - Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Controladora e do consolidado foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da Controladora e do consolidado estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

3.3 - Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Ativo financeiro indenizável (Nota 6)

Representadas pelos recebíveis, a serem pagos pelo Poder Concedente ou por quem ele indicar, decorrentes da construção da rede de transmissão, disponibilização da mesma rede para uso pelas distribuidoras de energia e ainda pelo direito a receber uma indenização ao final da concessão.

• Concessionárias (Nota 7)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em Leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e os valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos.

c) Investimentos (Nota 15)

As participações societárias em controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

d) Imobilizado (Nota 16)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia e suas controladas de geração e transmissão optaram por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27 (IAS 16), eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar, tais custos, como administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos.

e) Ativo intangível (Nota 17)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos, faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais (Notas 17 e 22)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 18)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 19)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação e para os contratos que possuem operações de *swap* foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

k) Provisões (Nota 22)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 27)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e os diferidos registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do Lucro Real, quando aplicável.

A Companhia e sua controlada CESA para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009.

Para as controladas Santa Fé, Evrecy, Pantanal e Costa Rica, o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandú no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2005.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010 e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 29)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão, aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia está descrita na nota 29.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2010.

o) Dividendos (Nota 10)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p) Capital social (Nota 23.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica, serviços prestados, receita de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e de operação e manutenção da mesma rede são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge,* quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

r) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 29.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais; e Planos de benefícios pós-emprego.

s) Instrumentos financeiros (Nota 30)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou ainda instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

t) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

u) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

v) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

w) Contratos de concessão

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/09, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Em 9 de dezembro de 2010, a Resolução CFC nº 1.318/10 aprovou o OCPC 05 - Contratos de Concessão, o qual definiu o modelo a ser considerado para as empresas de transmissão de energia elétrica.

Com base no entendimento da maioria dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica definiu-se que o melhor modelo que reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro, devido:

i) a RAP, assegurada anualmente, a qual contempla a construção, a operação e a manutenção, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização (transporte de energia) pelos usuários (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores); portanto, não existe risco de demanda para a empresa de transmissão;

ii) o poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro;

iii) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa; e

iv) a parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, quando aplicável, deve ser incluída no modelo do fluxo de caixa, considerando a premissa adotada pela Administração para o seu recebimento.

x) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

3.4 - Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e suas controladas diretas (conforme descrito na nota 15.2). Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas Companhias.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

• Eliminação do investimento da controladora nas companhias controladas;

• Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as companhias controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre estas companhias controladas; e

• Destaque da participação dos acionistas não-controladores nos Balanços Patrimoniais e nas Demonstrações de Resultados.

3.5 - Primeira revisão tarifária periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL (decorrente da segregação das atividades de transmissão da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.), celebrado em 14 de novembro de 2008 com a CESA, estabelece a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica da transmissora e ciclo revisional de 4 anos. Nesta Primeira Revisão Tarifária Periódica toda a base de ativos foi reavaliada, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 338/2008.

Na 21ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL em 8 de junho de 2010, foi aprovado o resultado final da Primeira Revisão Tarifária Periódica da Evrecy, retroativo a 1º de julho de 2009, constante da Nota Técnica nº 181/2010-SRE/ANEEL.

O índice de reposicionamento tarifário foi de -10,32%, reduzindo a Receita Anual Permitida - RAP de R$7.848 para R$7.039 para o ano tarifário de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

A parcela de ajuste final da Evrecy para o ciclo julho/2010 a junho/2011, já considerando os ajustes dos componentes financeiros externos à revisão conforme citado no item 57 da Nota Técnica 181/2010-SRE/ANEEL, foi de R$294 registrados no passivo circulante a qual está sendo amortizada em 12 parcelas a partir de julho de 2010.

O fator que mais contribuiu para a redução da RAP da Evrecy foi o recálculo do WACC que foi reduzido pela ANEEL de 9,18% a.a. para 7,24% a.a. Esta redução do WACC foi aplicada a todas as transmissoras que passaram pelo processo de revisão tarifária em 2010.

4. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

4.1 - Reconciliação do Balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Ativo	**Anteriormente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**	**Anteriormente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	13.292		13.292	40.116		40.116
Ativo financeiro indenizável					823	823
Concessionárias	15.882		15.882	26.168		26.168
Impostos e contribuições sociais	12.513		12.513	15.576		15.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.039	(1.039)	–	1.039	(1.039)	–
Dividendos a receber	54.974	(40.848)	14.128			
Cauções e depósitos vinculados	566		566	6.722		6.722
Despesas pagas antecipadamente	56		56	131		131
Outros créditos	3.255	(135)	3.120	5.005	(135)	4.870
	101.577	**(42.020)**	**59.557**	**94.757**	**(351)**	**94.406**
Não circulante						
Títulos a receber				18		18
Ativo financeiro indenizável					15.754	15.754
Impostos e contribuições sociais				1.470		1.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.058	1.174	2.232	1.150	1.290	2.440
Partes relacionadas	77.517		77.517	16		16
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.220		21.220			
Cauções e depósitos vinculados	1.335		1.335	8.226		8.226
Outros créditos	1.254		1.254	1.269		1.269
	102.384	**1.174**	**103.558**	**12.149**	**17.044**	**29.193**
Investimentos	122.442	39.619	162.061			
Imobilizado	136.940	(314)	136.626	498.784	(17.338)	481.446
Intangível	15.362	(340)	15.022	19.384	9	19.393
	274.744	**38.965**	**313.709**	**518.168**	**(17.329)**	**500.839**
Total do ativo	**478.705**	**(1.881)**	**476.824**	**625.074**	**(636)**	**624.438**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora			Consolidado		
Passivo e Patrimônio Líquido	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado aos CPCs**	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado aos CPCs**
Circulante						
Fornecedores	5.788		5.788	10.826		10.826
Impostos e contribuições sociais	13.479	(267)	13.212	17.517	(385)	17.132
Dividendos	92.747	(70.915)	21.832	93.237	(70.915)	22.322
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27.362		27.362	47.902		47.902
Obrigações estimadas com pessoal	4.040	(135)	3.905	4.040	(135)	3.905
Encargos regulamentares e setoriais	2.736		2.736	4.010		4.010
Outras contas a pagar	575		575	582		582
	146.727	**(71.317)**	**75.410**	**178.114**	**(71.435)**	**106.679**
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos		45	45		72	72
Empréstimos e financiamentos	51.685		51.685	75.747		75.747
Partes relacionadas	43.417		43.417	124.734		124.734
Adiantamento para futuro aumento de capital	35.040		35.040	35.040		35.040
Provisões	494	397	891	1.611	1.733	3.344
Outras contas a pagar	38		38	38		38
	130.674	**442**	**131.116**	**237.170**	**1.805**	**238.975**
Patrimônio líquido						
Capital social	120.481		120.481	120.481		120.481
Reservas de lucros	80.823	70.915	151.738	80.823	70.915	151.738
Prejuízos acumulados		(1.921)	(1.921)		(1.921)	(1.921)
	201.304	**68.994**	**270.298**	**201.304**	**68.994**	**270.298**
Participações de não controladores				8.486		8.486
Total do passivo e patrimônio líquido	**478.705**	**(1.881)**	**476.824**	**625.074**	**(636)**	**624.438**

4.2. Reconciliação do Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Ativo Circulante	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado aos CPC**	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado aos CPC**
Caixa e equivalentes de caixa	8.126		8.126	36.871		36.871
Ativo financeiro indenizável					823	823
Concessionárias	13.013		13.013	28.973		28.973
Impostos e contribuições sociais	10.768		10.768	17.635		17.635
Imposto de renda e contribuição social diferidos	216	(216)		216	(216)	
Dividendos a receber	44.696	(29.698)	14.998			
Cauções e depósitos vinculados	1		1	9.137		9.137
Despesas pagas antecipadamente	138		138	297		297
Outros créditos	5.494	(127)	5.367	7.106	(131)	6.975
	82.452	**(30.041)**	**52.411**	**100.235**	**476**	**100.711**
Não circulante						
Ativo financeiro indenizável					20.086	20.086
Impostos e contribuições sociais				823		823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.546	349	3.895	3.638	514	4.152
Partes relacionadas	15.162		15.162	4		4
Adiantamento para futuro aumento de capital	50		50			
Cauções e depósitos vinculados	279		279	12.076		12.076
Outros créditos				15		15
	19.037	**349**	**19.386**	**16.556**	**20.600**	**37.156**
Investimentos	219.141	27.488	246.629			
Imobilizado	165.947	(1.820)	164.127	583.403	(24.126)	559.277
Intangível	13.683	(857)	12.826	16.074	(505)	15.569
	398.771	**24.811**	**423.582**	**599.477**	**(24.631)**	**574.846**
Total do ativo	**500.260**	**(4.882)**	**495.379**	**716.268**	**(3.555)**	**712.713**

	Controladora			Consolidado		
Passivo e Patrimônio Líquido	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado aos CPC**	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado aos CPC**
Circulante						
Fornecedores	5.671		5.671	11.414		11.414
Impostos e contribuições sociais	10.090	(922)	9.169	16.509	(1.257)	15.252
Dividendos	39.814	(24.264)	15.550	39.814	(24.264)	15.550
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27.193		27.193	53.292		53.292
Obrigações estimadas com pessoal	4.201	(127)	4.074	4.312	(131)	4.181
Encargos regulamentares e setoriais	2.028		2.028	2.894		2.894
Provisões		102	102		165	165
Outras contas a pagar	857		857	1.139		1.139
	89.854	**(25.211)**	**64.644**	**129.374**	**(25.487)**	**103.887**
Não circulante						
Impostos e contribuições sociais	302		302	302		302
Impostos e contribuições sociais diferidos		11	11		65	65
Empréstimos e financiamentos	48.000		48.000	124.924		124.924
Partes relacionadas	61.482		61.482	148.952		148.952
Encargos regulamentares e setoriais	733		733	966		966
Adiantamento para futuro aumento de capital	35.040		35.040	35.040		35.040
Provisões	836	289	1.125	2.450	1.838	4.288
Outras contas a pagar	108		108	108		108
	146.501	**300**	**146.801**	**312.742**	**1.903**	**314.645**
Patrimônio líquido						
Capital social	120.481		120.481	120.481		120.481
Reservas de lucros	143.424	24.264	167.688	143.424	24.264	167.688
Prejuízos acumulados		(4.235)	(4.235)		(4.235)	(4.235)
	263.905	**20.029**	**283.934**	**263.905**	**20.029**	**283.934**
Participações de não-controladores				10.247		10.247
Total do passivo e patrimônio líquido	**500.260**	**(4.882)**	**495.379**	**716.268**	**(3.555)**	**712.713**

4.3 - Reconciliação da Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	Anterior-mente publicado	**Ajustes**	**Ajustado aos CPC**	**Anterior-mente publicado**	**Ajustes**	**Ajustado aos CPC**
Receita operacional líquida	**102.176**		**102.176**	**226.471**	**(484)**	**225.987**
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(14.680)		(14.680)	(22.943)		(22.943)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(5.433)		(5.433)	(10.090)		(10.090)
	(20.113)	**–**	**(20.113)**	**(33.033)**	**–**	**(33.033)**
Custo de operação						
Pessoal	(9.538)		(9.538)	(10.272)	(311)	(10.583)
Materiais e serviços de terceiros	(6.717)		(6.717)	(11.881)	(11)	(11.892)
Depreciações e amortizações	(4.128)	(99)	(4.227)	(13.056)	(383)	(13.439)
Outros custos de operação	(1.229)		(1.229)	(1.036)	(11)	(1.047)
	(21.612)	**(99)**	**(21.711)**	**(36.245)**	**(716)**	**(36.961)**
	(41.725)	**(99)**	**(41.824)**	**(69.278)**	**(716)**	**(69.994)**
Lucro bruto	**60.451**	**(99)**	**60.352**	**157.193**	**(1.200)**	**155.993**
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	(941)		(941)	(1.737)		(1.737)
Despesas gerais e administrativas	(15.616)	(1.924)	(17.540)	(20.745)	(2.556)	(23.301)
Depreciações e amortizações	(83)		(83)	(581)	484	(97)
Outras despesas operacionais	(5.104)		(5.104)	(6.917)		(6.917)
	(21.744)	**(1.924)**	**(23.668)**	**(29.980)**	**(2.072)**	**(32.052)**
Resultado do serviço	**38.707**	**(2.023)**	**36.684**	**127.213**	**(3.272)**	**123.941**
Resultado das participações societárias	56.273	(984)	55.289			
Receitas financeiras	5.247		5.247	8.393		8.393
Despesas financeiras	(11.113)	7	(11.106)	(28.407)	32	(28.374)
Resultado financeiro	**(5.866)**	**7**	**(5.859)**	**(20.014)**	**32**	**(19.982)**
Lucro operacional	**89.114**	**(3.001)**	**86.113**	**107.199**	**(3.240)**	**103.959**
Outras receitas	42		42	42		42
Outras despesas	(11.047)		(11.047)	(12.682)		(12.682)
Outros resultados	**(11.005)**	**–**	**(11.005)**	**(12.640)**	**–**	**(12.640)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**78.109**	**(3.001)**	**75.108**	**94.559**	**(3.240)**	**91.319**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.532)	654	(5.878)	(16.812)	872	(15.940)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.666	31	1.697	1.666	53	1.719
	(4.866)	**686**	**(4.180)**	**(15.146)**	**925**	**(14.221)**
Lucro líquido antes da participação de não-controladores	**73.243**	**(2.315)**	**70.928**	**79.413**	**(2.315)**	**77.098**
Participação dos não controladores				(6.170)		(6.170)
Lucro líquido do exercício	**73.243**	**(2.315)**	**70.928**	**73.243**	**(2.315)**	**70.928**
Lucro básico por lote de mil ações - R$	**73,20**		**70,89**			

Descrição dos principais ajustes que afetaram as Demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: reclassificação do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32 e impactos decorrentes da adoção dos demais CPCs.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamento de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Ativo financeiro indenizável: reclassificação da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão de transmissão que terá seu valor recuperado por indenização pelo poder concedente ao final do prazo da concessão por conta da adoção da ICPC 01.

Investimentos: (i) reclassificação da rubrica Dividendos a receber da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08; e (ii) ajustes decorrentes da adoção dos CPCs nas Controladas que impactaram o cálculo de equivalência patrimonial.

Imobilizado: ajustes referentes a: (i) baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos de geração de energia devido a aplicação do CPC 27; (ii) ajustes referentes à reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de transmissão de energia entre ativo imobilizado e ativo financeiro, por conta da adoção da ICPC 01; (iii) reconhecimento das licenças de operação pela adoção do CPC 25.

Intangível: ajustes referentes ao: (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; e (ii) reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de transmissão de energia entre Intangível e ativo financeiro, por conta da adoção da ICPC 01.

Passivo

Circulante e não circulante

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo da conta de adiantamento de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Imposto de renda e contribuição social: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Dividendos: reclassificação para o patrimônio líquido da parcela refente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Patrimônio Líquido

Reservas de lucros: reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da depreciação no Imobilizado das licenças de operação; (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (iv) ajustes referentes à baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos de geração de energia devido a aplicação do CPC 27; e (v) reclassificação do saldo da rubrica Depreciação/Amortização para rubrica de Receita de disponibilização do sistema de transmissão devido a adoção do ICPC 01.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Bancos conta movimento	11.873	4.809	26.486	16.572
Aplicações financeiras - renda fixa	8.017	3.317	66.737	20.299
Total	**19.890**	**8.126**	**93.223**	**36.871**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas de 100,70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Ativo financeiro indenizável

O saldo no Circulante de R$823 em 2010 (R$823 em 2009) na controlada Evrecy, refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente pela prestação de serviço de construção da rede de transmissão de energia e no Não circulante de R$19.425 (R$20.086 em 2009), refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente tanto pela construção da rede de transmissão de energia como ao direito incondicional de receber caixa a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este saldo será amortizado até 2025, quando do término da concessão.

7. Concessionárias

	Controladora				Consolidado	
	Saldos vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Circulante						
Consumidores						
Clientes livres					1.543	1.555
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	12.788	(63)	12.725	12.537	25.639	25.626
Energia de curto prazo	811		811	476	860	571
Encargos de uso da rede elétrica					832	1.221
Total circulante	**13.599**	**(63)**	**13.536**	**13.013**	**28.874**	**28.973**
Não circulante						
Concessionárias						
Energia de curto prazo	367	(367)				
Total não circulante	**367**	**(367)**	**–**	**–**	**–**	**–**

8. Impostos e contribuições sociais

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	16.861	5.468			20.499	8.007		
ICMS		2.704			39	6.836		823
PIS e COFINS					572	103		
PIS e COFINS - COSIT 27	7.788				11.340			
Outros	1.486	2.596			1.594	2.689		
Total	**26.135**	**10.768**	**–**	**–**	**34.044**	**17.635**	**–**	**823**
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	1.789	5.062			11.496	9.061		
ICMS sobre diferencial de alíquota					16	59		
ICMS	11	9			21	128		
PIS e COFINS	1.030	940			1.580	1.554		
IRRF sobre juros s/capital próprio	2.400	1.845			2.400	2.437		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	185	129	276	302	185	129	276	302
Outros	1.312	1.184			1.873	1.884		
Total	**6.727**	**9.169**	**276**	**302**	**17.571**	**15.252**	**276**	**302**

8.1 - IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 23.2). Neste exercício foi retido o montante de R$2.400.

8.2 - Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes, relativos a processos de natureza tributária no âmbito da esfera federal. O saldo em 31 de dezembro de 2010 está composto como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Composição - Passivo		
INSS	461	431
Total	**461**	**431**

O REFIS será amortizado em 30 parcelas, não havendo compensação com depósitos judiciais e/ou créditos fiscais.

8.3 - PIS e COFINS - COSIT 27

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei 10.833/03 dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados à venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/04, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos, para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos Decretos 4.955/2004, 5.173/2004, 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Em 2010, foram concluídos os trabalhos de análise do imobilizado para fins de apuração dos montantes dos créditos de PIS e COFINS, permitidos pela legislação, e desenvolvidos relatórios demonstrativos dos cálculos e critérios, para atendimento ao disposto no artigo 9º da IN RFB 457/2004.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

9.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora				
	Ativo não circulante				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.254	2.314	833	3.146	2.709
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.438	610	219	829	973
Provisão para bônus empregados					80
Total diferenças temporárias	**11.692**	**2.923**	**1.052**	**3.975**	**3.762**
Diferenças Temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	435	109	39	148	133
Total diferenças temporárias - RTT		**109**	**39**	**148**	**133**
Total Ativos Diferidos		**3.032**	**1.091**	**4.123**	**3.895**

	Consolidado				
	Ativo não circulante				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Prejuízos Fiscais					68
Base Negativa da Contribuição Social					24
	–	–	–	–	**92**
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.254	2.314	833	3.146	2.709
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.438	610	219	829	973
Provisão para bônus empregados					80
Total diferenças temporárias		**2.923**	**1.052**	**3.975**	**3.762**
Diferenças Temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	1.155	289	104	393	298
Total diferenças temporárias - RTT		**289**	**104**	**393**	**298**
Total Ativos Diferidos		**3.212**	**1.156**	**4.368**	**4.152**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido ativo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Total circulante
236	236	236	236	236	708	3.297	5.185

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2010. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

9.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

	Controladora	Consolidado				
	31/12/2009	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças Ambientais - CPC 25	(11)	(233)	(58)	(21)	(79)	(65)
Total diferenças temporárias - RTT	**(11)**	**(233)**	**(58)**	**(21)**	**(79)**	**(65)**
Total passivos diferidos	**(11)**	**(233)**	**(58)**	**(21)**	**(79)**	**(65)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido passivo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

10. Dividendos

	Controladora			Consolidado
	Ativo		Passivo	Passivo
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
CESA	3.582	3.526		
Pantanal	5.901	9.976		
Santa Fé	2.534	595		
Evrecy	1.136	901		
EDP Energias do Brasil			39.814	39.814
Total	**13.153**	**14.998**	**39.814**	**39.814**

11. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e estão apresentadas como segue:

	Controladora									
					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	74,28	63	90			590	682
	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	83,41	62	68			441	510
	Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	99,64	62	67			438	505
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	143,01	22	22			155	163
	Enertrade	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014		353	359			4.012	5.476
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	73,85	169	140			1.232	1.223
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	82,89	64	52			468	465
	Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	99,13	37	30			271	269
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	142,31	6	40			41	41
Serviços de consultoria ambiental e manutenção e operação da PCH Costa Rica	Costa Rica	01/07/2008	01/07/2008 a 30/06/2014		52				590	1.398
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe				30				301	225
					920	**868**	**–**	**–**	**8.539**	**10.957**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				159	385		
	CESA	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				100			
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011			4				
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				13	216		(13)
	Pantanal	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011			148		9		
	Santa Fé	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		829	885				
Contratos de mútuo - 100% do CDI	CESA	09/11/2007	09/11/2007 a 05/05/2009		1	13.935				4.805
	EDP Energia	29/12/2006	29/12/2006 a 29/12/2011				2	59.989	(2.342)	(1.650)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	Santa Fé	05/06/2008	05/06/2008 a 06/04/2009							3.686
					830	**15.162**	**274**	**61.482**	**(2.342)**	**6.828**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

					Controladora					
					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Partes relacionadas	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Compra de Energia Elétrica	Enertrade	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2010					883		
Serviços de consultoria ambiental e manutenção e operacão da PCH Costa Rica	Costa Rica	01/07/2008	01/07/2008 a 30/06/2014			190				
Objeto do contrato										
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012				869		(10.127)	(13.285)
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				599	556	(6.652)	(4.536)
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				56	27	(360)	(101)
					–	–	**1.524**	**583**	**(17.139)**	**(17.922)**
				Total	**1.750**	**16.030**	**1.798**	**62.065**	**(10.942)**	**(137)**
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	74,28	63	90			590	682
	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	83,41	62	68			441	510
	Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	99,64	62	67			438	505
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	143,01	22	22			155	163
	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	151,79	46	45			322	340
	Enertrade	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014		353	359			4.012	5.476
	Enertrade	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022		149				143	
	Enertrade	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023		1.778	1.199			13.359	14.115
	Enertrade	01/01/2009	01/01/2009 a 31/01/2009							107
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	73,85	169	140			1.232	1.223
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	82,89	64	52			468	465
	Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	99,13	37	30			271	269
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	142,31	6	40			41	41
	Escelsa	01/08/2001	01/01/2002 a 17/07/2025	174,05	458	453			3.985	3.904
	Escelsa	01/11/2002	01/01/2007 a 17/07/2025	161,11	1.776	1.758			18.910	18.515
	Escelsa	01/11/2007	01/01/2008 a 17/07/2025	158,81	3.042	3.012			23.161	25.356
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	151,05	39	37			281	279
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/11/2009	30/12/2002 a 23/10/2028							34
	Bandeirante	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025		15	11			107	54
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							4
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025		1	2			13	7
	EDP Lajeado	01/01/2009	01/01/2009 a 31/05/2009							3
	Escelsa	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025		7	278			1.159	1.170
	Lajeado Energia	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025		2	3			21	10
	Lajeado Energia	01/01/2009	01/01/2009 a 31/05/2009							4
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe				30				301	225
Conexão do sistema de transmissão	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025		57	80			383	693
					8.238	**7.746**	–	–	**69.793**	**74.154**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				159	385		
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011			4				
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				13	216		(13)
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					15		(2)
Compra de energia	Enertrade	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012					883		
Contratos de mútuo	EDP Energias do Brasil	29/12/2006	29/12/2006 a 29/12/2011				2	59.989	(2.342)	(1.650)
	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011				95.676	87.440	(4.912)	(4.592)
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012				3	24		
					–	**4**	**95.853**	**148.952**	**(7.254)**	**(6.257)**
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012				869	883	(10.127)	(13.285)
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010						(43)	
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010						(16)	
	Enertrade	31/01/2009	01/01/2009 a 31/07/2009							(5.570)
	Enertrade						24			(9)
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				599	556	(6.652)	(4.536)
Compra de energia	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				158	165	(1.881)	(1.842)
	Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025					55	(496)	(376)
					–	–	**1.650**	**1.659**	**(19.215)**	**(25.618)**
				Total	**8.238**	**7.750**	**97.503**	**149.728**	**43.324**	**42.279**

11.1 - Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP Energias do Brasil S.A.

11.2 - Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da Administração da Companhia no exercício de 2010, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$1.581, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 7 de abril de 2010, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, de até R$2.100, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

11.2.1 - Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2010

Conselho de Administração

Não se aplica

Diretoria

Remuneração Fixa: 73%

Remuneração Variável: 27%

Conselho Fiscal

Não se aplica

11.2.2 - Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010:

2010	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	4	4
Remuneração fixa anual (em R$)	**1.161.385**	**1.161.385**
Salário ou pró-labore	1.161.385	1.161.385
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a
Remuneração variável (em R$)	**420.000**	**420.000**
Bônus	420.000	420.000
Participação nos resultados	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
Valor Total da remuneração, por órgão	**1.581.385**	**1.581.385**

* (n/a) = Não Aplicável

11.2.3 - Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2010:

2010	Diretoria Estatutária
Número de membros	4
Valor da maior remuneração individual (em R$)	646.705
Valor da menor remuneração individual (em R$)	89.931
Valor médio de remuneração individual (em R$)	395.346

12. Cauções e depósitos vinculados

	Controladora			Consolidado			
	Circulante	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais		9				1.783	1.086
Cauções e depósitos vinculados	1	105	279	4.081	9.137	8.625	10.990
Total	**1**	**114**	**279**	**4.081**	**9.137**	**10.408**	**12.076**

12.1 - Depósitos judiciais

O saldo apresentado no consolidado de 2010 e 2009 pertence à controlada CESA e refere-se a depósitos judiciais recursais, visto que as ações de natureza trabalhista encontram-se em andamento.

12.2 - Cauções e depósitos vinculados - consolidado

O saldo no circulante de R$4.081 (R$9.137 em 2009) refere-se ao contingenciamento e aplicação de recursos efetuado pela controlada CESA, em conformidade com previsão na alínea "b", do Parágrafo 1º, da Cláusula 11, do contrato de financiamento com o BNDES, destinado à garantia do adimplemento do contrato, à razão de 6 meses do serviço da dívida.

O saldo do não circulante corresponde aos depósitos referentes às garantias para as liquidações financeiras no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para as operações de curto prazo, conforme previsto nas atuais regras de funcionamento da CCEE.

13. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora		Consolidado
	Ativo	Passivo	Passivo
	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2009
Santa Fé	50		
EDP Energias do Brasil		35.040	35.040
Total	**50**	**35.040**	**35.040**

14. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	39	61			42	61		
Adiantamentos a fornecedores	127	171			162	320		
Créditos a receber - clientes	167	167			167	167		
Dispêndios a reembolsar	2.758	2.578			2.758	2.578		
Bens destinados à alienação							15	15
Desativação em curso		87				94		
Serviços em curso	1.987	2.098			2.615	3.399		
Serviços prestados a terceiros	82				98	65		
Desativações e alienações em curso					317	86		
Outros	227	205			174	205		
Total	**5.387**	**5.367**	–	–	**6.333**	**6.975**	**15**	**15**
Outras contas a pagar - Passivo								
Folha de pagamento	283	335			288	337		
Outras	3	522	84	108	4	802	84	108
Total	**286**	**857**	**84**	**108**	**292**	**1.139**	**84**	**108**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15. Investimentos

15.1 - Movimentação dos investimentos no exercício:

	Controladora					% Participação direta	
	Saldos em 31/12/2009	Adições	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Saldos em 31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
CESA	67.035	13.850	15.953	(15.932)	80.906	100,00	100,00
Pantanal	56.728		24.697	(23.201)	58.224	100,00	100,00
Evrecy	24.165	50	4.547	(1.154)	27.608	100,00	100,00
Costa Rica	10.664		6.892	(5.725)	11.831	51,00	51,00
Santa Fé	88.037		10.912	(2.565)	96.384	100,00	100,00
Total	**246.629**	**13.900**	**63.001**	**(48.577)**	**274.953**		

15.2 - Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia				Patrimônio líquido		Resultado acumulado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010		31/12/2009					
Empresas	Ordinárias/ Quotas	Ordinárias/ Quotas	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
CESA	10	10	100,00	100,00	100,00	100,00	80.906	67.035	15.953	15.933
Pantanal	23.390	23.390	100,00	100,00	100,00	100,00	58.224	56.728	24.697	26.887
Evrecy	21.512	21.512	100,00	100,00	100,00	100,00	27.608	24.165	4.547	3.673
Costa Rica	7.302	7.302	51,00	51,00	51,00	51,00	23.198	20.911	13.515	12.590
Santa Fé	86.371	86.371	100,00	100,00	100,00	100,00	96.384	88.037	10.912	2.376

16. Imobilizado

		Controladora					Consolidado			
		31/12/2010			31/12/2009 *Ajustado*		31/12/2010			31/12/2009 *Ajustado*
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço										
Geração										
Terrenos		435		435	435		6.008		6.008	6.010
Reservatórios, barragens e adutoras	2,22	26.705	(25.342)	1.363	1.686	2,31	234.523	(53.977)	180.546	179.926
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,52	18.035	(16.947)	1.088	1.348	2,46	92.890	(46.002)	46.888	46.431
Máquinas e equipamentos	3,71	137.934	(39.914)	98.020	75.105	3,87	293.231	(79.203)	214.028	188.736
Veículos	20,00	920	(413)	507	185	20,00	1.411	(804)	607	329
Móveis e utensílios	10,00	297	(84)	213	242	9,96	702	(302)	400	443
Outros										
		184.326	**(82.700)**	**101.626**	**79.001**		**628.765**	**(180.288)**	**448.477**	**421.875**
Transmissão										
Terrenos							1		1	1
Edificações, obras civis e benfeitorias							96	(45)	51	53
Máquinas e equipamentos							2.732	(1.009)	1.723	1.749
		–	**–**	**–**	**–**		**2.829**	**(1.054)**	**1.775**	**1.803**
Administração										
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	89	(7)	82	86	4,00	89	(7)	82	86
Máquinas e equipamentos	9,52	1.475	(193)	1.282	1.170	9,52	1.476	(193)	1.283	1.170
Veículos	20,00	1.002	(319)	683	548	20,00	1.002	(319)	683	548
Móveis e utensílios	10,00	448	(194)	254	291	10,00	449	(194)	255	291
		3.014	**(713)**	**2.301**	**2.095**		**3.016**	**(713)**	**2.303**	**2.095**
Total do imobilizado em serviço		**187.340**	**(83.413)**	**103.927**	**81.096**		**634.610**	**(182.055)**	**452.555**	**425.773**
Imobilizado em curso										
Distribuição							1		1	1
Geração		94.880		94.880	82.816		157.787		157.787	133.285
Transmissão							3		3	3
Administração		13		13	215		13		13	215
Total do imobilizado em curso		**94.893**	**–**	**94.893**	**83.031**		**157.804**	**–**	**157.804**	**133.504**
Total imobilizado		**282.233**	**(83.413)**	**198.820**	**164.127**		**792.414**	**(182.055)**	**610.359**	**559.277**

O saldo correspondente dos montantes da rubrica de transmissão refere-se a itens do imobilizado em serviços da empresa de Costa Rica.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora							Consolidado						
	Valor líquido 31/12/2009	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2010	Valor líquido 31/12/2009	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2010
Imobilizado em serviço	*Ajustado*							*Ajustado*						
Terrenos	435						435	6.010						6.010
Reservatórios, barragens e adutoras	1.686	570		(892)	(1)		1.363	179.927	3.335	2.470	(5.184)	(1)		180.547
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.434		224	(286)	(202)		1.170	46.569		2.435	(1.784)	(202)		47.018
Máquinas e equipamentos	76.275	2.977	24.185	(3.962)	(173)		99.302	191.657	4.654	29.638	(8.666)	(248)		217.035
Veículos	733	42	778	(308)	(55)		1.190	876	44	778	(353)	(55)		1.290
Móveis e utensílios	533		58	(69)	(55)		467	734		70	(94)	(55)		655
Total do imobilizado em serviço	**81.096**	**3.589**	**25.245**	**(5.517)**	**(486)**	**–**	**103.927**	**425.773**	**8.033**	**35.391**	**(16.081)**	**(561)**	**–**	**452.555**
Total do imobilizado em curso	**83.031**	**38.010**	**(25.379)**	**–**	**(225)**	**(544)**	**94.893**	**133.504**	**60.592**	**(35.535)**	**–**	**(228)**	**(529)**	**157.804**
Total líquido	**164.127**	**41.599**	**(134)**	**(5.517)**	**(711)**	**(544)**	**198.820**	**559.277**	**68.625**	**(144)**	**(16.081)**	**(789)**	**(529)**	**610.359**

As imobilizações em curso da Companhia incluem gastos no montante de R$72.062 referente a repotenciação da PCH Mascarenhas.

As imobilizações em curso na controlada CESA incluem gastos no montante de R$32.457 referente a repotenciação da PCH Rio Bonito.

16.1 Cisão parcial dos ativos de transmissão com Incorporação pela Evrecy

Cisão parcial da controlada CESA com versão dos ativos líquidos de transmissão, incorporação e início das operações da controlada Evrecy Participações Ltda., a partir de 1º de junho de 2009 (Nota 1.1).

16.2 Cessão parcial e compartilhamento da Pequena central hidrelétrica São Simão (PCH São Simão)

Em 30 de novembro de 2010 foi firmado acordo entre a controlada Santa Fé e a São Simão Energia S.A. através do contrato de Cessão parcial e compartilhamento da Pequena central hidrelétrica São Simão (PCH São Simão) incluindo uma linha de Transmissão de 30km, em 138KV no município de Alegre, estado do Espírito Santo, cujo compartilhamento foi autorizado por meio do Despacho ANEEL nº 1.556 de 27 de abril de 2009.

O valor pago pela controlada Santa Fé foi de R$5.489 e corresponde a metade do investimento e ambas as partes ficaram responsáveis por assumir todos os custos adicionais decorrentes da aquisição, constituição, regularização, manutenção, averbação e registro dos ativos, que serão compartilhados com a controlada Santa Fé à proporção de 50% (cinqüenta por cento), quando da apuração e dos efetivos pagamentos.

17. Intangível

		Controladora					Consolidado			
		31/12/2010			31/12/2009 *Ajustado*		31/12/2010			31/12/2009 *Ajustado*
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração										
Software	20	866	(526)	340	430	16	2.122	(1.053)	1.069	1.300
Servidão permanente							219		219	42
		133	(133)		33		1.108	(687)	421	562
Administração										
Software		514	(108)	406	75	19	519	(108)	411	75
Total do intangível em serviço	**20**	**1.513**	**(767)**	**746**	**538**		**3.968**	**(1.848)**	**2.120**	**1.979**
Intangível em curso										
Geração		15.748		15.748	12.264		16.836		16.836	13.566
Administração					24					24
Total do intangível em curso		**15.748**	**–**	**15.748**	**12.288**		**16.836**	**–**	**16.836**	**13.590**
Total intangível		**17.261**	**(767)**	**16.494**	**12.826**		**20.804**	**(1.848)**	**18.956**	**15.569**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido 31/12/2009	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2010
Intangível em serviço	*Ajustado*						
Software	505		462	(222)	1		746
Direito de concessão - Licenças ambientais	33			(33)			
Intangível em curso	12.288	4.316	(328)		(1.072)	544	15.748
Total intangível	**12.826**	**4.316**	**134**	**(255)**	**(1.071)**	**544**	**16.494**

	Consolidado						
	Valor líquido 31/12/2009	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2010
Intangível em serviço	*Ajustado*						
Software	1.375		690	(423)	(1)	(161)	1.480
Servidão permanente	42		16			161	219
Direito de concessão - Licenças ambientais	562	166		(307)			421
Intangível em curso	13.590	4.617	(562)		(1.338)	529	16.836
Total intangível	**15.569**	**4.783**	**144**	**(730)**	**(1.339)**	**529**	**18.956**

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não são amortizadas.

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira que devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deve ser pelo prazo de vigência da licença.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado		
	Circulante		Circulante		Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	2.460		2.460		
CCEE (compra de energia de curto prazo)	2.243	595	3.047	778	
Encargos de uso da rede elétrica	649	573	846	810	
Materiais e serviços	5.615	4.503	15.652	9.826	915
Total	**10.967**	**5.671**	**22.005**	**11.414**	**915**

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 - Composição dos empréstimos

		Controladora					
		31/12/2010			31/12/2009		
		Encargos		Principal	Encargos		Principal
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira							
BNDES	UMBNDES + 3,50% a.a.				2	292	
		–	–	–	**2**	**292**	–
Moeda nacional							
Cédula de Crédito Bancário	106,6% do CDI	1.904	10.666	37.333	1.552		48.000
BNDES	3,50% a.a. acima da TJLP				30	3.294	
Santander - CDI	113,50% do CDI	1.982	21.355		669	21.354	
		3.886	**32.021**	**37.333**	**2.251**	**24.648**	**48.000**
Total		**3.886**	**32.021**	**37.333**	**2.253**	**24.940**	**48.000**

			Consolidado					
			31/12/2010			31/12/2009		
			Encargos		Principal	Encargos		Principal
	Empresa	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira								
BNDES	Energest	UMBNDES + 3,50% a.a.				2	292	
BNDES	CESA	UMBNDES + 4,50% a.a.	2	299	174	2	311	493
BNDES	Pantanal	UMBNDES + 4,50% a.a.	2	270	158	3	281	445
			4	**569**	**332**	**7**	**884**	**938**
Moeda nacional								
Cédula de Crédito Bancário	Energest	106,6% do CDI	1.904	10.666	37.333	1.552		48.000
BNDES	Energest	3,50% a.a. acima da TJLP				30	3.294	
Santander - CDI	Energest	113,50% do CDI	1.982	21.355		669	21.354	
BNDES	CESA	4,50% a.a. acima da TJLP	80	6.692	18.156	47	4.189	6.284
Santander - CDI	CESA	113,50% do CDI	1.101	11.864		371	11.864	
BNDES	Pantanal	4,50% a.a. acima da TJLP	25	3.788	1.893	42	3.788	5.681
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	1,90% a.a. acima da TJLP	253	5.679	69.091	634	4.032	62.380
Eletrobrás	Costa Rica	5,00% + 1,50% a.a. (tx adm)		584	1.129		535	1.641
			5.345	**60.628**	**127.602**	**3.345**	**49.056**	**123.986**
Total			**5.349**	**61.197**	**127.934**	**3.352**	**49.940**	**124.924**

19.2 - Informações adicionais sobre a dívida da Companhia (Controladora)

BNDES - contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R$24.102. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,5% a.a. acrescido da variação da TJLP (moeda nacional) e de 3,5% a.a. acrescido da variação da UMBNDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 (um inteiro e quatro décimos) vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária. Esta operação estabelece *covenant* da relação EBITDA/dívida financeira líquida, atendido até este momento.

Repasse de recursos captados em reais no exterior - contrato junto ao Banco Santander S.A., nº 231006029, firmado em 12 de fevereiro de 2009, no valor de R$21.355, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia aval em nota promissória e EDP Energias do Brasil S.A. como Interveniente Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 09 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 09 de março de 2011, com manutenção das cláusulas de condições do contrato original e taxa de 113,50% do CDI.

Cédulas de Crédito Bancário - Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R$48.000, junto ao Banco do Brasil S.A. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última em 20 de fevereiro de 2015 e juros semestrais vencíveis a partir de 20 de agosto de 2008 a 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida líquida/EBITDA em índice não superior a 3,5.

19.3 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida das controladas

(i) CESA e Pantanal

BNDES (moeda estrangeira) - Contrato firmado em fevereiro de 2002 pela CESA, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$9.266. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da UMBNDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest S.A. na Companhia. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso, da CESA para a Pantanal os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Banco Santander Brasil S.A. (moeda nacional) - Contrato nº 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009, pela CESA no valor de R$11.864, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP Energias do Brasil S.A. como Interveniente Garantidor. Esta operação, através de aditamentos, teve suas liquidações prorrogadas e seu vencimento foi repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 09 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 09 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original.

BNDES (moeda nacional) - Contrato firmado em fevereiro de 2002 pela CESA, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002, foram liberados recursos no montante de R$30.014, em 2004 de R$17.565 e em 2007 de R$5.635. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de junho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest S.A. na Controlada. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da controlada CESA para a controlada Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

BNDES - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R$25.404. A 1ª liberação efetuada para a CESA de R$4.863 ocorreu em 22 de abril de 2010 e a 2ª liberação de R$15.141 ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 96 meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros que variam de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato.

(ii) Costa Rica

Eletrobrás-Financiamento ECF-1568/97 - Contrato assinado pela Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória, assumidas pela Costa Rica. Contrato repassado para a Costa Rica, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor".

19.4 - Vencimento das parcelas de curto e longo prazos (principal + encargos)

	Controladora		Consolidado		
	Tipo de moeda		Tipo de moeda		
				Estran-	
Vencimento	Nacional	Total	Nacional	geira	Total
Circulante					
2011	35.907	35.907	65.973	573	66.546
	35.907	**35.907**	**65.973**	**573**	**66.546**
2012	10.667	10.667	23.421	332	23.753
2013	10.667	10.667	19.394		19.394
2014	10.667	10.667	18.849		18.849
2015	5.332	5.332	13.514		13.514
2016			8.182		8.182
2017			8.182		8.182
2018			6.722		6.722
2019			5.679		5.679
Após 2019			23.659		23.659
	37.333	**37.333**	**127.602**	**332**	**127.934**
Total	**73.240**	**73.240**	**193.575**	**905**	**194.480**

A mutação dos empréstimos e financiamentos do exercicio é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27.193	(3.596)	(5.730)	7.368	10.667	5	35.907
	27.193	**(3.596)**	**(5.730)**	**7.368**	**10.667**	**5**	**35.907**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	48.000				(10.667)		37.333
	48.000	–	–	–	**(10.667)**	–	**37.333**

20. Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Folha de pagamento	3.738	3.660	3.988	3.754
INSS e FGTS	615	414	866	427
Total	**4.353**	**4.074**	**4.854**	**4.181**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2010.

21. Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora			Consolidado			
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quota de reserva global de reversão - RGR	129			327			
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	781	666		1.018	803		
Pesquisa e desenvolvimento	2.651	1.362	733	3.600	2.091	292	966
Taxa de fiscalização - ANEEL	41			94			
Total	**3.602**	**2.028**	**733**	**5.039**	**2.894**	**292**	**966**

21.1. Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia e suas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia e suas controladas têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 24).

22. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	414	836	2.824	2.450
Licenças ambientais	435	391	2.408	2.003
Total	**849**	**1.227**	**5.232**	**4.453**
Circulante	238	102	1.005	165
Não circulante	611	1.125	4.227	4.288
	849	**1.227**	**5.232**	**4.453**

22.1. Provisões para contingências e Depósitos vinculados a litígios - não circulante

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Controladora				
		Passivo				
				Baixas		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2009	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	836	85	(23)	(484)	414
Total		**836**	**85**	**(23)**	**(484)**	**414**

		Consolidado						
		Passivo					Ativo	
							Depósito Judicial (Nota 12)	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas Pagamentos	Baixas Reversões	Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.450	894	(202)	(560)	2.582	955	927
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.		242			242		
Total		**2.450**	**1.136**	**(202)**	**(560)**	**2.824**	**955**	**927**

22.2. Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

22.3. Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

				Ativo				Ativo	
		Controladora		Depósito Judicial	Consolidado			Depósito Judicial	
	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009		31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.420	1.830	9	2.935	2.033		248	132
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	443	216		513	274			
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	2.672	58		3.241	58			
Total		**5.535**	**2.104**	**9**	**6.689**	**2.365**		**248**	**132**

22.4. Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento na controlada CESA, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R$580 em 31 de dezembro de 2010 (R$27 em 31 de dezembro de 2009) (Nota 12).

22.5. Licenças ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das Usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

23. Patrimônio líquido

23.1 - Capital social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2010 é de R$226.912 e em 2009 é de R$120.481. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2010		31/12/2009	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP Energias do Brasil S.A.	1.000.572.259	100	1.000.572.259	100
Outros	5		5	
Total	**1.000.572.264**	**100**	**1.000.572.264**	**100**

23.2. Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$16.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	96.203
Ajuste de exercícios anteriores	(14.435)
Lucro líquido ajustado	**81.768**
Constituição da reserva legal - 5%	(4.599)
	77.169
Destinação do lucro	
Dividendos	19.291
Dividendos intermediários - JSCP	16.000
Dividendos complementares	3.291
Dividendo adicional proposto	57.878
Quantidade de ações	1.000.572.264
Dividendos por ação - JSCP	0,015991
Dividendos complementares por ação ordinária	0,003291

23.3. Reservas de lucros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Reservas de lucros				
Legal	18.211	13.612	18.211	13.612
Retenção de lucros	200.949	129.812	200.949	129.812
Dividendo adicional proposto		24.264		24.264
Incentivos fiscais	10.200		10.200	
Total	**229.360**	**167.688**	**229.360**	**167.688**

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, é constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, conforme mencionado na nota 3.3.m. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07.

23.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

24. Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R$		MWh (*)		R$	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Fornecimento de energia elétrica								
Fornecimento faturado clientes livres							17.480	17.962
(–) ICMS s/fornecimento faturado clientes livres							(1.517)	
Suprimento de energia elétrica	1.347.067	1.408.152	118.584	114.422	2.221.932	2.272.262	234.167	222.523
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros							6.243	8.215
Energia de curto prazo			2.357	2.749			5.478	4.390
Serviços taxados e outros			1.106	1.624			730	3.394
			122.047	**118.795**			**262.581**	**256.484**
(–) Deduções da receita								
Pesquisa e desenvolvimento			(1.081)	(1.036)			(1.647)	(1.471)
RGR - Reserva global de reversão			(1.552)	(4.850)			(3.934)	(8.108)
PIS/COFINS			(11.289)	(10.655)			(19.272)	(18.508)
ICMS								(2.332)
ISS			(54)	(78)			(54)	(78)
			(13.976)	**(16.619)**			**(24.907)**	**(30.497)**
Total	**1.347.067**	**1.408.152**	**108.071**	**102.176**	**2.221.932**	**2.272.262**	**237.674**	**225.987**

(*) Não auditado

25. Gastos operacionais

	Controladora							
	Custo do serviço			Despesas operacionais			2010	2009
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis								*Ajustado*
Contratos bilaterais	14.606						14.606	13.285
Energia de curto prazo - CCEE	11.929						11.929	2.892
Encargo de uso e conexão	7.278						7.278	5.986
PIS/COFINS	(3.128)						(3.128)	(2.050)
Taxa de fiscalização						497	497	556
Compensações financeiras						3.483	3.483	3.794
	30.685	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.980**	**34.665**	**24.463**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		12.317	3		9.132		21.452	18.659
Material		838	198		139		1.175	1.053
Serviços de terceiros		6.576	1.265		5.074		12.915	9.413
Depreciação e amortização		5.612			160		5.772	4.310
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				27			27	900
Provisões para contingências						(375)	(375)	754
Aluguéis e arrendamentos		319	7		1.425		1.751	1.645
PIS/COFINS					(6.468)		(6.468)	
Outras		716	371	16	1.692		2.795	4.295
	–	**26.378**	**1.844**	**43**	**11.154**	**(375)**	**39.044**	**41.029**
Total	**30.685**	**26.378**	**1.844**	**43**	**11.154**	**3.605**	**73.709**	**65.492**

	Consolidado							
	Custo do serviço			Despesas operacionais			2010	2009
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis								*Ajustado*
Contratos bilaterais	14.668						14.668	19.015
Energia de curto prazo - CCEE	15.574						15.574	5.508
Encargo de uso e conexão	15.369						15.369	10.813
PIS/COFINS	(3.476)						(3.476)	(2.303)
Taxa de fiscalização						1.159	1.159	1.083
Compensações financeiras						4.675	4.675	4.655
	42.135	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.834**	**47.969**	**38.771**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		13.672	204		9.888		23.764	20.582
Material		663	198		578		1.439	1.902
Serviços de terceiros		11.525	1.349	139	10.281		23.294	17.476
Depreciação e amortização		16.468			317		16.785	13.536
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				70			70	1.546
Provisões para contingências						204	204	1.179
Aluguéis e arrendamentos		373	7		1.499		1.879	1.687
PIS/COFINS					(10.259)		(10.259)	
Outras		1.417	416	16	2.162		4.011	5.367
	–	**44.118**	**2.174**	**225**	**14.466**	**204**	**61.187**	**63.275**
Total	**42.135**	**44.118**	**2.174**	**225**	**14.466**	**6.038**	**109.156**	**102.046**

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
		Ajustado		*Ajustado*
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	200	385	6.619	3.346
PIS e COFINS sobre receitas financeiras				(27)
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	3.883	228	4.103	257
Descontos obtidos	8	12	9	12
Outras receitas financeiras	31	4.622	199	4.805
	4.122	**5.247**	**10.930**	**8.393**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(7.815)	(8.129)	(20.848)	(15.997)
Variações monetárias moeda nacional	(23)	(70)	(374)	(183)
Variações monetárias moeda estrangeira	(4)	716	20	1.629
Operações de *swap* e *hedge*		(743)		(1.156)
Marcação a mercado - MTM		(36)		(56)
Atualização monetária contratos de mútuo	(2.342)		(7.254)	(9.136)
Outras despesas financeiras	(349)	(2.844)	(494)	(3.475)
	(10.533)	**(11.106)**	**(28.950)**	**(28.374)**
Total	**(6.411)**	**(5.859)**	**(18.020)**	**(19.981)**

27. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	89.364	75.109	89.364	75.109	108.911	91.321	108.911	91.321
IRPJ e CSLL	(22.341)	(18.777)	(8.043)	(6.760)	(27.228)	(22.830)	(9.802)	(8.219)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(87)	(139)	(31)	(50)	(87)	(139)	(31)	(50)
Depreciação						(5)		(2)
Perdas indedutíveis		377		136		374		135
Multas indedutíveis	(1)	(4)		(1)	(1)	(4)		(1)
Despesas Indedutíveis	(11)		(4)		(11)	(204)	(4)	(73)
Gratificações a administradores	(92)	(189)	(33)	(68)	(92)	(189)	(33)	(68)
Pesquisa e desenvolvimento	214		77		241		87	
Resultados de equivalência patrimonial	15.751	13.821	5.670	4.974				
Juros sobre o capital próprio	4.000	2.088	1.440	752	4.000	3.075	1.440	1.107
Outras		36		13		36		13
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(10)		(4)		(107)	(129)	(39)	(48)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	9.739	(403)		(145)	9.595	(370)	(115)	(122)
Ajuste lucro presumido					11.455	9.824	3.922	3.402
Adicional IRPJ	24	24			144	132		
Lei Rouanet	42	108			42	108		
Desporto		26				26		
FIA	11				11			
SUDENE	528				528			
Despesa de IRPJ e CSLL	**7.767**	**(3.032)**	**(928)**	**(1.149)**	**(1.510)**	**(10.295)**	**(4.575)**	**(3.926)**
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Alíquota efetiva	-9%	4%	1%	2%	1%	11%	4%	4%

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2010
Subestações		2.325.539
Usinas	242.087	991.413
Almoxarifados		32.029
Prédios e conteúdos (próprios)	90	35.518
Prédios e conteúdos (terceiros)	4.900	54.439
Responsabilidade civil	6.000	161.600
Transportes (materiais)		17.500
Transportes (veículos)	1.600	11.750
Acidentes pessoais	45.839	556.892

29. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente os seguintes planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, administrados pelas entidades a saber:

(i) Patrocinadora de planos de suplementação de aposentadoria e pensões; e

(ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência médica e Outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

29.1. Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS e pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2010			2009		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(1.340)	2.782	(1.442)	(850)	2.469	(1.619)
Custo do serviço corrente	(25)		25	133		(133)
Custo dos juros	(144)		144	(92)		92
Rendimento esperado dos ativos		(615)	615		398	(398)
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	459		(459)	(622)		622
Contribuições pagas pela empresa		5	(5)		2	(2)
Contribuições pagas pelos empregados	(7)	7		(2)	2	
Contribuições pagas pela empresa		7	(7)		4	(4)
Benefícios pagos pelo plano	71	(71)		93	(93)	
Saldo final	**(986)**	**2.115**	**(1.129)**	**(1.340)**	**2.782**	**(1.442)**

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	930	(130)	(182)	(515)	(113)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	43,97%	-4,67%	-7,37%	-46,23%	-24,41%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	(489)	622	182	37	46
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-49,59%	46,42%	21,41%	19,27%	40,35%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações sem cobertura	(986)	(1.340)	(850)	(192)	(114)
Valor justo dos ativos	2.115	2.782	2.469	1.114	463
Situação do plano	**1.129**	**1.442**	**1.619**	**922**	**349**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Títulos de dívida	88,33%
Ações	9,19%
Imóveis	0,82%
Outros	1,66%
Total	**100,00%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2010		2009	
Classe de ativo	Expectativa de alocação%	Expectativa de retorno%	Expectativa de alocação%	Expectativa de retorno%
Títulos de dívida	70,00	10,75	82,40	11,20
Ações	20,00	13,25	14,40	13,29
Imóveis	10,00	10,75	0,60	11,20
Outros	0,00	0,00	2,60	10,77
Total	100,00	11,25	100,00	11,49

O retorno real dos ativos do plano, no exercício, foi de (R$615), face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$315, ocasionando assim uma perda atuarial de R$930.

Apresenta-se a seguir, a demonstração do número de participantes do plano:

	Plano I	Plano II	Total
Participantes ativos	3	879	882
Participantes assistidos			
Com benefícios diferidos		10	10
Aposentados e pensionistas	730	204	934
Total	**733**	**1.093**	**1.826**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2010	
Econômicas	Plano I	Plano II
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

	2009	
Econômicas	Plano I	Plano II
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

29.2. Assistência médica e outros benefícios a aposentados

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 29.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

Assistência médica e outros benefícios a aposentados - cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou uma obrigação presente para estes planos do tipo benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos:

	2010
	Valor presente das obrigações do plano
Custo do serviço passado não reconhecido	1.651
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	1.651

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o ano de 2011 são de R$9.

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

	Pressupostos	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
Assistência médica na aposentadoria	centrais	+1%	-1%
Obrigação de benefício definido	1.567	1.840	1.343

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2010	
Econômicas	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto	11,25% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

	2009	
Econômicas	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto	11,25% a.a.	11,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdênci social e de planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2009, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua da mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua da mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

29.3. EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano de Benefícios: EnerPrev e Bradesco Vida e Previdência S.A.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e suas controladas diretas contribuíram no exercício com R$317 (R$264 em 2009).

Esse plano tem a adesão de 71 colaboradores.

A controlada Evrecy passou a patrocinar, a partir de 10 de março de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 130, à EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano de Benefícios: EnerPrev e Bradesco Vida e Previdência S.A.

30. Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

30.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

30.2. Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa.

Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Partes relacionadas, Cauções e depósitos vinculados, Ativo financeiro indenizável e Fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	19.890	8.126	19.890	8.126
Concessionárias	13.536	13.013	13.536	13.013
Cauções e depósitos vinculados		1		1
Não circulante				
Partes relacionadas	830	15.162	830	15.162
Cauções e depósitos vinculados	114	279	114	279
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.967	5.671	10.967	5.671
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	35.907	27.193	35.907	27.193
Encargos regulamentares e setoriais	3.602	2.028	3.602	2.028
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	37.333	48.000	37.333	48.000
Partes relacionadas	274	61.482	274	61.482
Encargos regulamentares e setoriais		733		733

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	93.223	36.871	93.223	36.871
Ativo financeiro indenizável	823	823	823	823
Concessionárias	28.874	28.973	28.874	28.973
Cauções e depósitos vinculados	4.081	9.137	4.081	9.137
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	19.425	20.086	19.425	20.086
Partes relacionadas		4		4
Cauções e depósitos vinculados	8.625	10.990	8.625	10.990
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	22.005	11.414	22.005	11.414
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	66.546	53.292	66.546	53.292
Encargos regulamentares e setoriais	5.039	2.894	5.039	2.894
Não circulante				
Fornecedores	915		915	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	127.934	124.924	127.934	124.924
Partes relacionadas	95.853	148.952	95.853	148.952
Encargos regulamentares e setoriais	292	966	292	966

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	Controladora			
	31/12/2010			
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o venci-mento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		19.890		19.890
Concessionárias	13.536			13.536
Cauções e depósitos vinculados			105	105
Partes relacionadas	830			830
	14.366	**19.890**	**105**	**34.361**

Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	10.967	10.967
Empréstimos financiamentos e encargos de dívida	73.240	73.240
Encargos regulamentares e setoriais	3.602	3.602
Partes relacionadas	274	274
	88.083	**88.083**

	31/12/2009			
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o venci-mento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		8.126		8.126
Concessionárias	13.013			13.013
Cauções e depósitos vinculados			280	280
Partes relacionadas	15.162			15.162
	28.175	**8.126**	**280**	**36.581**

Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	5.671	5.671
Empréstimos financiamentos e encargos de dívida	75.193	75.193
Encargos regulamentares e setoriais	2.761	2.761
Partes relacionadas	61.482	61.482

	Consolidado			
	31/12/2010			
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o venci-mento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		93.223		93.223
Ativo financeiro indenizável	20.248			20.248
Consumidores e concessionárias	28.874			28.874
Cauções e depósitos vinculados			12.706	12.706
Partes relacionadas	(1)			(1)
	49.121	**93.223**	**12.706**	**155.050**

Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	22.920	22.920
Empréstimos financiamentos e encargos de dívida	194.480	194.480
Encargos regulamentares e setoriais	5.331	5.331
Partes relacionadas	95.853	95.853
	318.584	**318.584**

	31/12/2009			
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o venci-mento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		36.871		36.871
Ativo financeiro indenizável	20.909			20.909
Consumidores e concessionárias	28.973			28.973
Cauções e depósitos vinculados			20.127	20.127
Partes relacionadas	4			4
	49.886	**36.871**	**20.127**	**106.884**

Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	11.414	11.414
Empréstimos financiamentos e encargos de dívida	178.216	178.216
Encargos regulamentares e setoriais	3.860	3.860
Partes relacionadas	148.952	148.952
	342.442	**342.442**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Controladora	
	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19.890	19.890
	19.890	**19.890**

	Consolidado	
	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	93.223	93.223
	93.223	**93.223**

30.3. Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.
Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 19, possuem como contraparte o BNDES, Banco Santander e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP e CDI.
Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa Selic, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.
30.3.1 - Análise de sensibilidade
Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.
Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Controladora				
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras - renda fixa	CDI	853	1.066	1.280	640	427
Cauções e depósitos vinculados	CDI	17	21	26	13	9
Passivos financeiros						
Cédula de crédito bancário	CDI	11.658	14.573	17.487	8.744	5.829
Empréstimos e financiamentos - SANTANDER	CDI	670	838	1.005	503	335
Valor de referência						
CDI - 10,00%						

		Consolidado				
		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras - renda fixa	CDI	2.679	3.349	4.019	2.010	1.340
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.363	1.704	2.045	1.023	682
Passivos financeiros						
Cédula de crédito bancário	CDI	11.658	14.573	17.487	8.744	5.829
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	4.432	5.540	6.648	3.324	2.216
Empréstimos e financiamentos - SANTANDER	CDI	7.921	9.902	11.882	5.941	3.961
Valor de referência						
CDI - 10,00%						
TJLP - 6,00%						

30.4. Risco de liquidez
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 19.
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa 19. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.
O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

	Controladora				
	31/12/2010				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2012 até 2014**	**Vencimentos de 2015 até 2016**	**Vencimentos acima de 2016**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	73.240	35.907	32.001	5.332	
	73.240	**35.907**	**32.001**	**5.332**	**–**
	31/12/2009				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2010**	**Vencimentos de 2011 até 2013**	**Vencimentos de 2014 até 2015**	**Vencimentos acima de 2015**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	75.193	27.193	32.001	15.999	
	75.193	**27.193**	**32.001**	**15.999**	**–**

	Consolidado				
	31/12/2010				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2012 até 2014**	**Vencimentos de 2015 até 2016**	**Vencimentos acima de 2016**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	194.480	66.546	61.996	21.696	44.242
	194.480	**66.546**	**61.996**	**21.696**	**44.242**
	31/12/2009				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2010**	**Vencimentos de 2011 até 2013**	**Vencimentos de 2014 até 2015**	**Vencimentos acima de 2015**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	178.216	53.292	60.310	25.924	38.690
	178.216	**53.292**	**60.310**	**25.924**	**38.690**

30.5 - Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.
Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.
Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

30.6. Instrumentos financeiros derivativos
Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.
Os ganhos e perdas resultantes das oscilações nos derivativos da Companhia, foram registradas no resultado.
Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2010.
Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas e pela Companhia em 2010 são:

Controladora		
Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos		
	Controlada	**31/12/2009 Resultado financeiro**
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	Energest	779
		779

Consolidado		
Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos		
	Controlada	**31/12/2009 Resultado financeiro**
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	Energest	779
Riscos cambiais	CESA	**433**
		1.212

Em atendimento a Instrução CVM n°475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora					Consolidado					
Descrição	Controlada	Contraparte	Início/ Vencimento	Posição	Efeitos no Resultado 31/12/2009	Descrição	Controlada	Contraparte	Início/ Vencimento	Posição	Efeitos no Resultado 31/12/2009
Swap						Ativo	Energest S.A.	Banco	14/03/2008	USD + 4,81% a.a.	(411)
Ativo	Energest S.A.	Banco	14/03/2008	USD + 4,81% a.a.	(411)	Passivo			12/02/2009	111,90% do CDI	368
			12/02/2009	111,90% do CDI	368						(779)
Passivo					(779)	Ativo	Castelo	Banco	14/03/2008	USD + 4,81% a.a.	(249)
						Passivo			12/02/2009	111,90% do CDI	184
											(433)
											(1.212)

31. Meio ambiente

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia e suas controladas por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental da Companhia em 2010 foram de R$1.820 sendo R$1.635 capitalizados no exercício, relativos à proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente, e R$185 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações e gestão de resíduos.

32. Informação por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração e transmissão de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

32.1 - Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

	Geração	Transmissão	Ajustes	2010	Geração	Transmissão	Ajustes	2009
Receita operacional								
Fornecimento de energia elétrica	17.480			17.480	17.962			17.962
Suprimento de energia elétrica	234.167			234.167	222.523			222.523
Disponibilização do sistema de transmissão		6.603	(360)	6.243	3.989	4.323	(97)	8.215
Outras receitas operacionais	6.035	173		6.208	7.657	127		7.784
	257.682	**6.776**	**(360)**	**264.098**	**252.131**	**4.450**	**(97)**	**256.484**
Dedução da receita operacional								
Pesquisa e desenvolvimento	(1.576)	(71)		(1.647)	(1.424)	(47)		(1.471)
Quota para reserva global de reversão	(3.729)	(205)		(3.934)	(8.108)			(8.108)
Impostos e contribuições sobre a receita	(20.566)	(277)		(20.843)	(20.738)	(180)		(20.918)
	(25.871)	**(553)**	**–**	**(26.424)**	**(30.270)**	**(227)**	**–**	**(30.497)**
Receita operacional líquida	**231.811**	**6.223**	**(360)**	**237.674**	**221.861**	**4.223**	**(97)**	**225.987**
Custo do serviço de energia elétrica								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(27.620)			(27.620)	(22.943)			(22.943)
Encargos de uso da rede elétrica	(14.875)		360	(14.515)	(10.187)		97	(10.090)
	(42.495)		**360**	**(42.135)**	**(33.130)**		**97**	**(33.033)**
Custo de operação								
Pessoal	(12.984)	(688)		(13.672)	(10.272)	(311)		(10.583)
Materiais e serviços de terceiros	(11.621)	(567)		(12.188)	(11.881)	(11)		(11.892)
Depreciações e amortizações	(16.468)			(16.468)	(13.439)			(13.439)
Outros custos de operação	(1.724)	(66)		(1.790)	(1.036)	(11)		(1.047)
	(42.797)	**(1.321)**	**–**	**(44.118)**	**(36.628)**	**(333)**	**–**	**(36.961)**
	(85.292)	**(1.321)**	**360**	**(86.253)**	**(69.758)**	**(333)**	**97**	**(69.994)**
Custo do serviço prestado a terceiros	**(2.174)**	**–**	**–**	**(2.174)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Lucro operacional bruto	**144.345**	**4.902**	**–**	**149.247**	**152.103**	**3.890**	**–**	**155.993**
Despesas operacionais								
Despesas com vendas	(225)			(225)	(1.737)			(1.737)
Despesas gerais e administrativas	(13.950)	(199)		(14.149)	(23.279)	(22)		(23.301)
Depreciações e amortizações	(317)			(317)	(97)			(97)
Outras despesas operacionais	(5.993)	(45)		(6.038)	(6.902)	(15)		(6.917)
	(20.485)	**(244)**	**–**	**(20.729)**	**(32.015)**	**(37)**	**–**	**(32.052)**
Resultado do serviço	**123.860**	**4.658**	**–**	**128.518**	**120.088**	**3.853**	**–**	**123.941**
Resultado das participações societárias	4.547		(4.547)	10.930	3.673		(3.673)	
Receitas financeiras	10.742	188			8.393			8.393
Despesas financeiras	(28.944)	(6)		(28.950)	(28.371)	(3)		(28.374)
Resultado financeiro	**(18.202)**	**182**	**–**	**(18.020)**	**(19.978)**	**(3)**	**–**	**(19.981)**
Outras receitas	80			80	42			42
Outras despesas	(1.667)			(1.667)	(12.682)			(12.682)
Outros resultados	**(1.587)**	**–**	**–**	**(1.587)**	**(12.640)**	**–**	**–**	**(12.640)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**108.618**	**4.840**	**(4.547)**	**108.911**	**91.143**	**3.850**	**(3.673)**	**91.320**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.086)	(293)		(6.379)	(15.763)	(177)		(15.940)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	294			294	1.719			1.719
	(5.792)	**(293)**	**–**	**(6.085)**	**(14.044)**	**(177)**	**–**	**(14.221)**
Lucro líquido antes da participação dos não-controladores e partes beneficiárias	102.826	4.547	(4.547)	102.826	77.099	3.673	(3.673)	77.099
Participações de não-controladores	**(6.623)**	**–**	**–**	**(6.623)**	**(6.170)**	**–**	**–**	**(6.170)**
Lucro líquido do exercício	**96.203**	**4.547**	**(4.547)**	**96.203**	**70.929**	**3.673**	**(3.673)**	**70.929**

32.2 - Outras informações

	Geração	Transmissão	Ajustes	2010	Geração	Transmissão	Ajustes	2009
Ativo								
Ativo circulante	158.109	10.013		168.122	95.390	5.321		100.711
Ativo não circulante	14.790	19.425		34.215	17.070	20.086		37.156
Investimentos	27.608		(27.608)		24.165		(24.165)	
Imobilizado	610.359			610.359	559.277			559.277
Intangível e Diferido	18.956			18.956	15.569			15.569
Total do ativo	**829.822**	**29.438**	**(27.608)**	**831.652**	**711.472**	**25.407**		**712.714**
Passivo e patrimônio líquido								
Passivo circulante	132.576	1.777		134.353	102.738	1.149		103.887
Passivo não circulante	229.607	53		229.660	314.552	93		314.645
Patrimônio líquido e não-controladores	467.639	27.608	(27.608)	467.639	294.183	24.165	(24.165)	294.183
Total do passivo e patrimônio líquido	**829.822**	**29.438**	**(27.608)**	**831.652**	**711.473**	**25.407**	**(24.165)**	**712.715**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Vice-Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Conselheiro

MIGUEL DIAS AMARO
Conselheiro

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

CARLOS ALBERTO DE SÃO JOSÉ CAVALEIRO
Diretor

ANDRÉ LUIZ DE CASTRO PEREIRA
Diretor

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Energest S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energest S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

edp

Castelo Energética S.A. - CESA

CNPJ nº 03.514.576/0001-65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.594	3.339	7.107
Ativo financeiro indenizável	6			823
Concessionárias	7	5.445	5.364	5.207
Impostos e contribuições sociais	8	7.357	2.889	1.932
Cauções e depósitos vinculados	11		9.136	6.156
Despesas pagas antecipadamente		121	62	20
Outros créditos	12	556	1.057	1.339
		47.073	**21.847**	**22.584**
Não Circulante				
Ativo financeiro indenizável	6			15.754
Impostos e contribuições sociais	8		823	1.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	245	165	116
Partes relacionadas	10	100	2	40.044
Cauções e depósitos vinculados	11	6.479	8.128	6.891
Outros Créditos	12	15	15	15
		6.839	**9.133**	**64.290**
Imobilizado	13	178.831	172.867	164.928
Intangível	14	1.192	1.451	1.619
		180.023	**174.318**	**166.547**
Total do ativo		**233.935**	**205.298**	**253.421**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Fornecedores	15	2.536	2.515	1.042
Impostos e contribuições sociais	8	9.120	4.374	1.989
Dividendos	19.2	3.582	3.526	5.383
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	20.038	16.784	15.779
Encargos regulamentares e setoriais	17	778	418	500
Provisões	18	227	8	
Outras contas a pagar	12		120	7
		36.281	**27.745**	**24.700**
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais diferidos	9.2	79	54	27
Empréstimos e financiamentos	16	18.330	6.777	11.541
Partes relacionadas	10	95.678	101.492	122.934
Encargos regulamentares e setoriais	17		103	
Provisões	18	2.661	2.092	1.459
		116.748	**110.518**	**135.961**
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	37.308	23.458	44.920
Reservas de lucros	19.3	43.598	44.446	48.243
Prejuízos acumulados			(869)	(403)
		80.906	**67.035**	**92.760**
Total do passivo e patrimônio líquido		**233.935**	**205.298**	**253.421**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**44.920**	**32.096**		**77.016**
Ajuste adoção das novas práticas			(610)	(610)
Imposto de renda e contribuição social			207	207
Dividendo Adicional Proposto		16.147		16.147
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (*Ajustado*)	**44.920**	**48.243**	**(403)**	**92.760**
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 07/04/2009		(16.147)		(16.147)
Acervo cindido patrimônio coligada Evrecy - AGO de 29/05/2009	(21.462)		69	(21.393)
Lucro líquido do exercício			15.933	15.933
Dividendos intermediários (JSCP)			(3.948)	(3.948)
Dividendos propostos			(170)	(170)
Dividendo adicional proposto		12.350	(12.350)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (*Ajustado*)	**23.458**	**44.446**	**(869)**	**67.035**
Aumento de capital - AGOE de 07/04/2010	13.850			13.850
Dividendo adicional aprovado - AGOE de 07/04/2010		(12.350)		(12.350)
Lucro líquido do exercício			15.953	15.953
Constituição de reserva legal		754	(754)	–
Dividendos propostos			(3.582)	(3.582)
Dividendo adicional proposto		10.748	(10.748)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**37.308**	**43.598**	**–**	**80.906**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2010	2009 *Ajustado*
Receita operacional líquida	20	**43.756**	**39.922**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.637)	(1.163)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(1.771)	(1.672)
	21	**(3.408)**	**(2.835)**
Custo de operação			
Pessoal		(564)	(660)
Materiais e serviços de terceiros		(2.094)	(1.785)
Depreciações e amortizações		(4.045)	(3.957)
Outros custos de operação		(588)	473
	21	**(7.291)**	**(5.930)**
		(10.699)	**(8.765)**
Custo do serviço prestado a terceiros		(330)	
Lucro operacional bruto		**32.727**	**31.157**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(5)	(660)
Despesas gerais e administrativas		1.750	(2.108)
Depreciações e amortizações		(94)	6
Outras despesas operacionais		(1.115)	(794)
	21	**536**	**(3.556)**
Resultado do serviço		**33.263**	**27.601**
Resultado das participações societárias			
Receitas financeiras		2.958	1.544
Despesas financeiras		(11.546)	(8.327)
Resultado financeiro	22	**(8.588)**	**(6.783)**
Outras despesas		(2)	(1.161)
Outros resultados		**(2)**	**(1.161)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**24.673**	**19.657**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.775)	(5.851)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		55	22
	23	**(8.720)**	**(5.829)**
Lucro líquido das operações continuadas		**15.953**	**13.828**
Lucro líquido das operações descontinuadas	1.1		2.106
Lucro líquido do exercício		**15.953**	**15.934**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		**1.595,14**	**1.593,24**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.953	15.934
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Concessionárias	(13)	657
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(55)	(22)
Depreciações e amortizações	4.139	4.283
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	259	1.650
Despesas pagas antecipadamente	(80)	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.016	2.882
Provisões para contingências	666	511
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	259	785
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(499)	(1.188)
Outros		686
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias	(68)	(859)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3.645)	(310)
Cauções e depósitos vinculados	11.284	(3.040)
Despesas pagas antecipadamente	21	(42)
Outros créditos	501	282
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	21	1.473
Impostos e contribuições sociais correntes	4.746	1.793
Outras obrigações		(661)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**36.505**	**24.814**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(10.103)	(19.011)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(10.103)**	**(19.011)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	7.938	18.600
Dividendos pagos	(15.876)	(21.530)
Empréstimos e financiamentos - ingressos	20.004	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(8.213)	(6.641)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**3.853**	**(9.571)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**30.255**	**(3.768)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.594	3.339
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.339	7.107
	30.255	**(3.768)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**49.723**	**49.213**
Receita operacional	49.728	49.870
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(5)	(657)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(8.703)**	**(7.747)**
Custos da energia comprada	(1.637)	(1.163)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.771)	(1.672)
Materiais	(276)	(300)
Serviços de terceiros	(3.568)	(2.685)
Outros custos operacionais	(1.451)	(1.927)
Valor adicionado bruto	**41.020**	**41.466**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(4.139)	(4.283)
Valor adicionado líquido produzido	**36.881**	**37.183**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.958	1.544
Valor adicionado total a distribuir	**39.839**	**38.727**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	948	843
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	11.345	13.580
Estaduais	6	20
Municipais	17	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	11.546	8.328
Aluguéis	24	19
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio		3.948
Dividendos	3.582	170
	27.468	**26.912**
Lucros retidos	12.371	11.815
	39.839	**38.727**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Castelo Energética S.A. (CESA ou Companhia), constituída em 1º de janeiro de 1999, é uma controlada da Energest, Companhia do Grupo EDP Energias do Brasil S.A. A Companhia é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica e está constituída sob a forma de sociedade por ações, com objetivos sociais de atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação, exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e comercialização da energia gerada.

1.1 Cisão parcial da Companhia com versão parcial dos ativos de transmissão e início das operações da Evrecy Participações Ltda.
Em 1º de junho de 2009, através da Assembleia Geral Extraordinária,

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

os acionistas da Companhia deliberaram a realização da cisão parcial da Sociedade, em decorrência da transferência da concessão de transmissão regulada pelo Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da CESA para a coligada Evrecy, objeto da Resolução Autorizativa nº 1.823, de 3 de março de 2009, da ANEEL, de modo a gerar maior eficiência operacional, financeira, administrativa e econômica das referidas empresas.

O acervo cindido do patrimônio da Companhia e incorporado pela coligada Evrecy, avaliado na data-base de 30 de abril de 2009, totalizou o montante de R$21.462, conforme detalhado no correspondente Laudo de avaliação.

Este acervo foi vertido como capital social na coligada Evrecy em 1º de junho de 2009.

Em decorrência da cisão parcial da Companhia e a consequente transferência do acervo cindido para a coligada Evrecy, ocorreu uma redução do capital social da Companhia de R$44.920 para R$23.458, sem cancelamento de ações.

Resultado líquido de operações descontinuadas	**31/12/2009**
Receitas	3.493
Despesas	(339)
Resultado antes dos impostos	**3.154**
Impostos sobre o lucro	(1.048)
Resultado líquido das operações descontinuadas	**2.106**

Efeito da alienação sobre a posição financeira	**31/12/2009**
Ativo	
Imobilizado	21.267
Intangível	126
Patrimônio líquido	
Capital social	(21.462)
Lucros acumulados	69
Ativos e passivos líquidos	**–**

2. Concessões

A Companhia possui a seguinte posição das concessões e autorizações de geração em operação, junto à ANEEL:

Usinas Hidrelétricas		Estado	Cidade	Rio	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Concessão/Autorização/ Registro Início	Término
Alegre	(1)	ES	Alegre	Ribeirão Alegre	2,06	1,28	17/07/1995	16/07/2025
Fruteiras	(1)	ES	Cachoeiro do Itapemirim	Fruteiras	8,74	5,56	17/07/1995	16/07/2025
Jucu	(1)	ES	Domingos Martins	Jucu	4,84	2,91	17/07/1995	16/07/2025
Rio Bonito	(1)	ES	Santa Maria de Jetibá	Santa Maria	22,50	9,40	17/07/1995	16/07/2025
Viçosa	(2)	ES	Conceição do Castelo	Castelo	4,50	2,80	18/05/1999	17/05/2029
São João	(2)	ES	Castelo/ Conceição do Castelo	Castelo	25,00	14,35	19/05/1999	18/05/2029
Total					**67,64**	**36,30**		

(*) Não auditado

(1) Serviço Público de Energia (Concessão)

(2) Produção Independente de Energia (Autorização)

3. Práticas contábeis

3.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

3.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

3.3 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do Balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Ativo financeiro indenizável (Nota 6)

Representadas pelos recebíveis, a serem pagos pelo Poder Concedente ou por quem ele indicar, decorrentes da construção da rede de transmissão, da disponibilização da mesma rede para uso pelas distribuidoras de energia e ainda pelo direito a receber uma indenização ao final da concessão. Esse ativo compôs o acervo líquido cindido para a Evrecy conforme nota 1.1.

• Concessionárias (Nota 7)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 13)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos são revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27 (IAS 16), eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar, tais custos, como administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

d) Ativo intangível (Nota 14)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos, direito de concessão sobre licenças ambientais e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais (Notas 14 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 16)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação e para os contratos que possuem operações de *swap* foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

j) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 23)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

m) Dividendos (Nota 19.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos Juros Sobre Capital Próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica, serviços prestados, receita de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e de operação e manutenção da mesma rede são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap*, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

o) Capital Social (Nota 19.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros e Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

q) Instrumentos financeiros (Nota 25)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa e investimento líquido. O reconhecimento das variações de valor justo destes derivativos nos resultados do período depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

r) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

s) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

t) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

u) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

4.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.107		7.107
Ativo Financeiro Indenizável		823	823
Concessionárias	5.207		5.207
Impostos e contribuições sociais	1.932		1.932
Cauções e depósitos vinculados	6.156		6.156
Despesas pagas antecipadamente	20		20
Outros créditos	1.339		1.339
	21.761	**823**	**22.584**
Não Circulante			
Ativo Financeiro Indenizável		15.754	15.754
Impostos e contribuições sociais	1.470		1.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos		116	116
Partes relacionadas	40.044		40.044
Cauções e depósitos vinculados	6.891		6.891
Outros créditos	15		15
	48.420	**15.870**	**64.290**
Imobilizado	**181.715**	**(16.787)**	**164.928**
Intangível	**1.677**	**(58)**	**1.619**
	183.392	**(16.845)**	**166.547**
Total do ativo	**253.573**	**(152)**	**253.421**

Passivo e Patrimônio líquido	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	1.042		1.042
Impostos e contribuições sociais	2.107	(118)	1.989
Dividendos	21.530	(16.147)	5.383
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15.779		15.779
Encargos regulamentares e setoriais	500		500
Outras contas a pagar	7		7
	40.965	**(16.265)**	**24.700**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos		27	27
Empréstimos e financiamentos	11.541		11.541
Partes relacionadas	122.934		122.934
Provisões	1.117	342	1.459
	135.592	**369**	**135.961**
Patrimônio líquido			
Capital social	44.920		44.920
Reservas de lucros	32.096	16.147	48.243
Prejuízos acumulados		(403)	(403)
	77.016	**15.744**	**92.760**
Total do passivo e patrimônio líquido	**253.573**	**(152)**	**253.421**

4.2 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.339		3.339
Concessionárias	5.364		5.364
Impostos e contribuições sociais	2.889		2.889
Cauções e depósitos vinculados	9.136		9.136
Despesas pagas antecipadamente	62		62
Outros créditos	1.057		1.057
	21.847	**–**	**21.847**
Não Circulante			
Impostos e contribuições sociais	823		823
Imposto de renda e contribuição social diferidos		165	165
Partes relacionadas	2		2
Cauções e depósitos vinculados	8.128		8.128
Outros créditos	15		15
	8.968	**165**	**9.133**
Imobilizado	173.837	(970)	172.867
Intangível	1.311	140	1.451
	175.148	**(830)**	**174.318**
Total do ativo	**205.963**	**(665)**	**205.298**

Passivo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	2.515		2.515
Impostos e contribuições sociais	4.710	(336)	4.374
Dividendos	15.876	(12.350)	3.526
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16.784		16.784
Encargos regulamentares e setoriais	418		418
Provisões		8	8
Outras contas a pagar	120		120
	40.423	**(12.678)**	**27.745**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos		54	54
Empréstimos e financiamentos	6.777		6.777
Partes relacionadas	101.492		101.492
Encargos regulamentares e setoriais	103		103
Provisões	1.614	478	2.092
	109.986	**532**	**110.518**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.458		23.458
Reservas de lucros	32.096	12.350	44.446
Prejuízos acumulados		(869)	(869)
	55.554	**11.481**	**67.035**
Total do passivo e patrimônio líquido	**205.963**	**(665)**	**205.298**

4.3 Reconciliação da Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	**39.922**		**39.922**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(1.163)		(1.163)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.672)		(1.672)
	(2.835)	**–**	**(2.835)**
Custo de operação			
Pessoal	(661)		(661)
Materiais e serviços de terceiros	(1.785)		(1.785)
Depreciações e amortizações	(3.886)	(71)	(3.957)
Outros custos de operação	473		473
	(5.859)	**(71)**	**(5.930)**
	(8.694)	**(71)**	**(8.765)**
Custo do serviço prestado a terceiros			
Lucro operacional bruto	**31.228**	**(71)**	**31.157**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(660)		(660)
Despesas gerais e administrativas	(1.467)	(641)	(2.108)
Depreciações e amortizações	6		6
Outras despesas operacionais	(794)		(794)
	(2.915)	**(641)**	**(3.556)**
Resultado do serviço	**28.313**	**(712)**	**27.601**
Resultado das participações societárias			
Receitas financeiras	1.544		1.544
Despesas financeiras	(8.334)	7	(8.327)
Resultado financeiro	**(6.790)**	**7**	**(6.783)**
Outras despesas	(1.161)		(1.161)
Outros resultados	**(1.161)**	**–**	**(1.161)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**20.362**	**(705)**	**19.657**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.069)	218	(5.851)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22	22
	(6.069)	**240**	**(5.829)**
Lucro líquido das operações continuadas	**14.293**	**(465)**	**13.828**
Lucro líquido das operações descontinuadas	2.106		2.106
Lucro líquido do exercício	**16.399**	**(465)**	**15.934**
Lucro básico por lote de mil ações - R$	**1.639,74**	**–**	**1.593,24**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Ativo financeiro indenizável: reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão pois serão recuperados através de reembolso efetuado pelo Poder Concedente por conta da adoção da ICPC 01.

Imobilizado: ajustes referentes a: (i) baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27; e (ii) ajustes referentes a reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de transmissão de energia entre ativo imobilizado e ativo financeiro, por conta da adoção da ICPC 01.

Intangível: ajustes referentes ao reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25.

Passivo

Circulante e Não Circulante

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Dividendos: Reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Imposto de renda e contribuição social: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Patrimônio líquido

Reservas de lucros: Reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Prejuízos acumulados: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação ; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação; e (iii) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPC's: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; e (iii) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	5.359	3.271
Aplicações financeiras - renda fixa	28.235	68
Total	**33.594**	**3.339**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Ativo financeiro indenizável

Em 1º de janeiro de 2009, o saldo no circulante de R$823 refere-se ao crédito a receber do Poder concedente pela prestação de serviço de construção da rede de transmissão de energia, e no não circulante de R$15.754, refere-se ao crédito a receber do Poder concedente tanto pela construção da rede de transmissão de energia como ao direito incondicional de receber caixa a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Em 1º de junho de 2009 este acervo foi vertido como Capital social na coligada Evrecy.

7. Concessionárias

	Saldos Vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Circulante				
Consumidores				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	5.425	(31)	5.394	5.178
Energia de curto prazo				34
Encargos de uso da rede elétrica	51		51	152
Total circulante	**5.476**	**(31)**	**5.445**	**5.364**
Total	**5.476**	**(31)**	**5.445**	**5.364**
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	148	(148)		
Total não circulante	**148**	**(148)**	**–**	**–**

8. Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2009
		Ajustado	*Ajustado*
Ativo - compensáveis			
Imposto de renda e contribuição social	3.233	1.734	
ICMS	13	1.013	823
PIS e COFINS	512	83	
PIS e COFINS - COSIT 27	3.552		
Outros	47	59	
Total	**7.357**	**2.889**	**823**
Passivo - a recolher			
Imposto de renda e contribuição social	8.236	2.755	
ICMS sobre diferencial de alíquota	16	59	
PIS e COFINS	435	419	
IRRF sobre juros s/ capital próprio		592	
Outros	433	549	
Total	**9.120**	**4.374**	**–**

8.1 PIS e COFINS - COSIT 27

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei 10.833/03, dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/04, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos, para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.955/2004, 5.173/2004, 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Em 2010, foram concluídos os trabalhos de análise do imobilizado para fins de apuração dos montantes dos créditos de PIS e COFINS permitidos pela legislação, e desenvolvidos relatórios demonstrativos dos cálculos e critérios, para atendimento ao disposto no artigo 9º da IN RFB 457/2004.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Natureza dos créditos	Ativo Não Circulante 31/12/2010 Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2009 Total
Diferenças temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	720	180	65	245	165
Total diferenças temporárias - RTT	**–**	**180**	**65**	**245**	**165**
Total ativos diferidos	**–**	**180**	**65**	**245**	**165**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido ativo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	Total não circulante
82	81	82	245

9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

Natureza dos créditos	Passivo Não Circulante 31/12/2010 Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2009 Total
Diferenças temporárias - RTT					
Imobilizado em Serviços - Intangíveis					
Licenças Ambientais - CPC 25	(233)	(58)	(21)	(79)	(54)
Total passivos diferidos	**–**	**(58)**	**(21)**	**(79)**	**(54)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido passivo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

10. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contra-parte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	Ativo 31/12/2010	Ativo 31/12/2009	Passivo 31/12/2010	Passivo 31/12/2009	Receitas (Despesas) no exercício 2010	Receitas (Despesas) no exercício 2009
Concessionárias										
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/11/2009	30/12/2002 a 23/10/2028							34
	EDP Lajeado	01/01/2009	01/01/2009 a 31/05/2009							3
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							4
	Lajeado Energia	01/01/2009	01/01/2009 a 31/05/2009							4
Venda de energia elétrica	Enertrade	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022	142,86	149				143	
	Escelsa	01/08/2001	01/01/2002 a 17/07/2025	174,05	458	453			3.985	3.904
	Escelsa	01/11/2002	01/01/2007 a 17/07/2025	161,11	1.776	1.758			18.910	18.515
	Escelsa	01/11/2007	01/01/2008 a 17/07/2025	158,81	3.042	3.012			23.161	25.356
					5.425	**5.223**	**–**	**–**	**46.199**	**47.820**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Objeto do contrato	Contra-parte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	Ativo 31/12/2010	Ativo 31/12/2009	Passivo 31/12/2010	Passivo 31/12/2009	(Despesas) no exercício 2010	(Despesas) no exercício 2009
Partes relacionadas										
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011				95.676	87.440	(4.912)	(4.592)
	Energest	09/11/2007	09/11/2007 a 05/05/2009				2	14.037		(4.806)
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do Despacho e nº 2.194/97 Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		100	102				1
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					15		(2)
					100	**102**	**95.678**	**101.492**	**(4.912)**	**(9.399)**
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010	58,00					(16)	
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				158	165	(1.881)	(1.842)
					–	–	**158**	**165**	**(1.897)**	**(1.842)**
				Total	**5.525**	**5.325**	**95.836**	**101.657**	**39.390**	**36.579**

10.1 Controladora direta e controladora final
A controladora direta da Companhia é a Energest e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

10.2 Remuneração dos administradores
A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chave da Administração.

11. Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais		1.774	1.086
Cauções e depósitos vinculados	9.136	4.705	7.042
Total	**9.136**	**6.479**	**8.128**

Os saldos de R$4.705 em 31 de dezembro de 2010 e R$7.042 em 31 de dezembro de 2009 referem-se a aplicação de recursos efetuado pela Companhia, em conformidade com o previsto na alínea "b", do Parágrafo 1º, da Cláusula 11, do contrato de financiamento com o BNDES (Nota 16), destinado à garantia do adimplemento do contrato, à razão de 6 meses do serviço da dívida.

12. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	1			
Adiantamentos a fornecedores	14	127		
Bens destinados à alienação			15	15
Serviços em curso	333	930		
Desativações e alienações em curso	208			–
Total	**556**	**1.057**	**15**	**15**
Outras contas a pagar - Passivo				
Outras		120		
Total		**120**		**–**

13. Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2010 Custo histórico	31/12/2010 Depreciação acumulada	31/12/2010 Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido Ajustado
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		782		782	782
Reservatórios, barragens e adutoras	2,04	79.322	(8.362)	70.960	71.644
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45	14.875	(2.912)	11.963	12.293
Máquinas e equipamentos	3,94	62.396	(11.607)	50.789	51.802
Móveis e utensílios	10,00	91	(85)	6	8
		157.466	**(22.966)**	**134.500**	**136.529**
Administração					
Máquinas e equipamentos	10,00	1		1	
		1		**1**	**–**
Total do Imobilizado em serviço		**157.467**	**(22.966)**	**134.501**	**136.529**
Imobilizado em curso					
Geração		44.327		44.327	36.335
Transmissão		3		3	3
Total do imobilizado em curso		**44.330**	**–**	**44.330**	**36.338**
Total imobilizado		**201.797**	**(22.966)**	**178.831**	**172.867**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 Ajustado	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclass.	Valor líquido em 31/12/2010
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos	782						782
Reservatórios, barragens e adutoras	71.644	631	273	(1.588)			70.960
Edificações, obras civís e benfeitorias	12.293		34	(364)			11.963
Máquinas e equipamentos	51.802	497	473	(1.933)	(49)		50.790
Móveis e utensílios	8			(1)	(1)		6
Total do imobilizado em serviço	**136.529**	**1.128**	**780**	**(3.886)**	**(50)**	**–**	**134.501**
Total do Imobilizado em curso	**36.338**	**8.770**	**(780)**	**–**	**(2)**	**4**	**44.330**
Total líquido	**172.867**	**9.898**	**–**	**(3.886)**	**(52)**	**4**	**178.831**

As imobilizações em curso incluem gastos no montante de R$32.457 referente a repotenciação da PCH Rio Bonito.

13.1 Cisão parcial dos ativos de transmissão com Incorporação pela Evrecy
Cisão parcial da Companhia com versão dos ativos líquidos de transmissão, incorporação e início das operações Evrecy, a partir de 1º de junho de 2009 (Nota 1.1).

14. Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2010 Custo histórico	31/12/2010 Amortização acumulada	31/12/2010 Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido Ajustado
Intangível em serviço					
Geração					
Software	18,46	1.035	(442)	593	577
Servidão permanente		42		42	42
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	395	(162)	233	158
		1.472	**(604)**	**868**	**777**
Administração					
Software	20,00	5		5	
		5	**–**	**5**	**–**
Total do intangível em serviço		**1.477**	**(604)**	**873**	**777**
Intangível em curso					
Geração		319		319	674
Total do intangível em curso		**319**	**–**	**319**	**674**
Total do intangível		**1.796**	**(604)**	**1.192**	**1.451**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 Ajustado	Adições	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclass.	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço	777	166	183	(253)			873
Intangível em curso	674	39	(183)		(207)	(4)	319
Total	**1.451**	**205**	**–**	**(253)**	**(207)**	**(4)**	**1.192**

Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*.
Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão na Companhia e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida) não são amortizadas.
Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira que devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização ocorre pelo prazo de vigência da licença.

15. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
CCEE (compra de energia de curto prazo)	521	58
Encargos de uso da rede elétrica	158	165
Materiais e serviços	1.857	2.292
Total	**2.536**	**2.515**

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2010		
		Encargos	Principal	
		Custo da dívida	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira				
BNDES	UMBNDES + 4,50% a.a.	2	299	174
		2	**299**	**174**
Moeda Nacional				
BNDES	TJLP + 1,92% a 4,5% a.a.	80	6.692	18.156
Santander - CDI	113,50% do CDI	1.101	11.864	
		1.181	**18.556**	**18.156**
Total		**1.183**	**18.855**	**18.330**

		31/12/2009		
		Encargos	Principal	
		Custo da dívida	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira				
BNDES	UMBNDES + 4,50% a.a.	2	311	493
		2	**311**	**493**
Moeda Nacional				
BNDES	TJLP + 1,92% a 4,5% a.a.	47	4.189	6.284
Santander - CDI	113,50% do CDI	371	11.864	
		418	**16.053**	**6.284**
Total		**420**	**16.364**	**6.777**

BNDES (moeda estrangeira) - Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$9.266. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da UMBNDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest na Companhia. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da Companhia para a Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

BNDES (moeda nacional) - Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$30.014 e de R$17.565 em 2004 e R$5.635 em 2007. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de junho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCHs; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest na Companhia. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da Companhia para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Banco Santander Brasil S.A. - Contrato nº 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009 no valor de R$11.864, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP Energias do Brasil S.A. como Interveniente Garantidor. Esta operação, através de aditamentos, teve suas liquidações prorrogadas e seu vencimento foi repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 09 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 09 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original.

BNDES - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R$25.404. A 1ª liberação efetuada para a Companhia foi de R$4.863, que ocorreu em 22 de abril de 2010 e a 2ª liberação foi de R$15.141, que ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 97 e 96 meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros que variam de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato.

16.1. Vencimentos das parcelas do curto e longo prazo (principal + encargos):

	Tipo de Moeda		
Vencimento	**Nacional**	**Estrangeira**	**Total**
Circulante			
2011	19.737	301	20.038
	19.737	**301**	**20.038**
Não circulante			
2012	4.598	174	4.772
2013	2.503		2.503
2014	2.503		2.503
2015	2.503		2.503
2016	2.503		2.503
2017	2.503		2.503
2018	1.043		1.043
	18.156	**174**	**18.330**
Total	**37.893**	**475**	**38.368**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Mutação dos Empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos de dividas	16.784		(5.971)	(2.241)	3.034	8.438	(6)	20.038
	16.784	**–**	**(5.971)**	**(2.241)**	**3.034**	**8.438**	**(6)**	**20.038**
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	6.777	20.004				(8.438)	(13)	18.330
	6.777	**20.004**	**–**	**–**	**–**	**(8.438)**	**(13)**	**18.330**

17. Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2009
Quota de reserva global de reversão - RGR	95		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	74	46	
Pesquisa e desenvolvimento	587	372	103
Taxa de fiscalização - ANEEL	22		
Total	**778**	**418**	**103**

17.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 20).

18 Provisões

	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado
Provisões Cíveis, Fiscais, Trabalhistas e Outros	2.168	1.614
Licenças Ambientais	720	486
Total	**2.888**	**2.100**
Circulante	227	8
Não Circulante	2.661	2.092
	2.888	**2.100**

18.1 Provisões para contingências e depósitos judiciais vinculados à litígios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo					Ativo	
			Baixas				Depósito Judicial	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2009	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.614	809	(179)	(76)	2.168	955	927
Total		**1.614**	**809**	**(179)**	**(76)**	**2.168**	**955**	**927**

18.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas subsidiárias que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

18.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito Judicial	
	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	515	203	239	132
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	70	58		
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	487			
Total		**1.072**	**261**	**239**	**132**

18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R$580 em 31 de dezembro de 2010 (R$27 em 31 de dezembro de 2009). (Nota 11)

18.1.4 Licenças ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças de operação das usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R$37.308 e R$23.458 em 31 de dezembro de 2009, representados por 10.001 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da Energest.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

A redução do Capital social ocorrida em 2009 decorre da cisão da parcela do patrimônio correspondente aos ativos de transmissão vertidos no processo de incorporação pela Evrecy. (Nota 1.1)

19.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	15.953
Ajuste de exercícios anteriores	(868)
Lucro líquido ajustado	**15.084**
Constituição da reserva legal - 5%	(754)
	14.330

	31/12/2010
Destinação do lucro	
Dividendos	**14.330**
Dividendo proposto	3.582
Dividendo adicional proposto	10.748
Quantidade de ações	10.001
Dividendos por ação ordinária	1.432,8644

19.3 Reservas de lucros

	31/12/2010	31/12/2009
Legal	3.947	3.193
Retenção de lucros	28.903	28.903
Dividendo adicional proposto	10.748	12.350
Total	**43.598**	**44.446**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

20. Receita operacional líquida

	MWh (*)		R$	
	2010	2009	2010	2009
Suprimento de energia elétrica	315.741	305.461	49.260	45.545
Disponibilização do sistema de transmissão				
Energia de curto prazo			468	335
Serviços taxados e outros				
			49.728	**45.880**
(–) Deduções da receita				
Pesquisa e desenvolvimento			(227)	(307)
RGR - Reserva global de reversão			(1.145)	(1.439)
PIS/COFINS			(4.600)	(4.709)
			(5.972)	**(6.455)**
Total	**315.741**	**305.461**	**43.756**	**39.425**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

21. Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	2010	2009
								Ajustado
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Contratos bilaterais	17						17	
Energia de curto prazo - CCEE	1.787						1.787	1.246
Encargos de uso da rede elétrica								
Encargo de uso e conexão	1.952						1.952	1.842
PIS/COFINS	(348)						(348)	(253)
Taxa de fiscalização						267	267	278
Compensações financeiras						269	269	91
	3.408	**–**	**–**	**–**	**–**	**536**	**3.944**	**3.204**
Gerenciáveis								
Pessoal		564	201		182		947	842
Material		184			92		276	300
Serviços de terceiros		1.910	84		1.574		3.568	2.679
Depreciação e Amortização		4.045			94		4.139	3.951
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				5			5	657
Provisões para contingências						579	579	425
Aluguéis e arrendamentos		22			2		24	19
PIS/COFINS					(3.791)		(3.791)	
Outras		566	45		191		802	244
	–	**7.291**	**330**	**5**	**(1.656)**	**579**	**6.549**	**9.117**
Total	**3.408**	**7.291**	**330**	**5**	**(1.656)**	**1.115**	**10.493**	**12.321**

Os saldos de PIS/Cofins referem-se a créditos nas operações da Companhia, como CCEE, energia elétrica comprada para revenda, depreciação de máquinas e equipamentos, despesas de energia elétrica e aluguéis.

22. Resultado financeiro

	2010	2009
		Ajustado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.684	1.389
Selic sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	177	
Outras receitas financeiras	97	155
	2.958	**1.544**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(6.348)	(2.723)
Variações monetárias moeda nacional	(223)	(91)
Variações monetárias moeda estrangeira	9	625
Operações de *swap* e *hedge*		(413)
Marcação a mercado - MTM		(20)
Atualização monetária contratos de mútuo	(4.912)	(5.450)
Outras despesas financeiras	(72)	(255)
	(11.546)	**(8.327)**
Total	**(8.588)**	**(6.783)**

23. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	24.673	19.657	24.673	19.657
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(6.168)**	**(4.914)**	**(2.221)**	**(1.769)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Depreciação		(6)		(2)
Perdas indedutíveis		(3)		(1)
Despesas Indedutíveis		(204)		(73)
Pesquisa e desenvolvimento	27		10	
Juros sobre o capital próprio		987		355
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(98)	(127)	(35)	(46)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(144)	(26)	(115)	
Adicional IRPJ	24			
Despesa de IRPJ e CSLL	**(6.359)**	**(4.293)**	**(2.361)**	**(1.536)**
Alíquota efetiva	26%	22%	10%	8%

24. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2010
Subestações	51.211
Usinas	39.935
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (veículos)	1.600

25 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

25.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

25.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	33.594	3.339	33.594	3.339
Concessionárias	5.445	5.364	5.445	5.364
Cauções e depósitos		9.136		9.136
Não circulante				
Partes relacionadas	100	2	100	2
Cauções e depósitos vinculados	4.705	7.042	4.705	7.042
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.536	2.515	2.536	2.515
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18.402	16.817	20.038	16.784
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	16.833	6.790	18.330	6.777
Partes relacionadas	95.678	101.492	95.678	101.492

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010				
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o venci-mento**	**Dispo-níveis para venda**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		33.594			33.594
Concessionárias	5.445				5.445
Partes relacionadas	100				100
Cauções e depósitos vinculados			4.705		4.705
	5.545	**33.594**	**4.705**		**43.844**
Passivos financeiros		**Valor justo através do resultado**	**Outros ao custo amortizado**		**Total**
Fornecedores			2.536		2.536
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			35.235		35.235
Partes relacionadas			95.678		95.678
		–	**133.449**		**133.449**

	31/12/2009				
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o venci-mento**	**Dispo-níveis para venda**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		3.339			3.339
Concessionárias	5.364				5.364
Partes relacionadas	2				2
Cauções e depósitos vinculados			16.178		16.178
	5.366	**3.339**	**16.178**		**– 24.883**
Passivos financeiros		**Valor justo através do resultado**	**Outros ao custo amortizado**		**Total**
Fornecedores			2.515		2.515
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas			23.561		23.561
Partes relacionadas			101.492		101.492
		–	**127.568**		**127.568**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

		Mensuração do valor justo		
	2010	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**	**Sem mercado ativo Nível 3**
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	33.594		33.594	

25.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 16, possuem como contraparte o BNDES e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação		**Risco**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras - renda fixa		CDI	1.288	1.610	1.932	966	644
Cauções e depósitos vinculados		CDI	1.346	1.683	2.019	1.010	673
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos - BNDES		TJLP	4.432	5.540	6.648	3.324	2.216
Empréstimos e financiamentos - Santander		CDI	7.251	9.064	10.877	5.438	3.626
Valor de referência							
CDI - 10,0%							
TJLP - 6,0%							

25.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

	31/12/2010				
Obrigações contratuais	**Total**	**Venci-mentos em 2011**	**Venci-mentos de 2012 até 2014**	**Venci-mentos de 2015 até 2016**	**Venci-mentos acima de 2016**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	38.368	20.038	9.778	5.006	3.546
	38.368	**20.038**	**9.778**	**5.006**	**3.546**

	31/12/2009				
Obrigações contratuais	**Total**	**Venci-mentos em 2010**	**Venci-mentos de 2011 até 2013**	**Venci-mentos de 2014 até 2015**	**Venci-mentos acima de 2015**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23.561	16.784	6.777		
	23.561	**16.784**	**6.777**	**–**	**–**

25.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e Depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações nos derivativos da Companhia, foram registradas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2010.

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Companhia em 2010 são:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2009
	Resultado financeiro
Derivativos com propósito de proteção	
Riscos cambiais	(433)
	(433)

Em atendimento a Instrução CVM nº475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

					Nocional USD		Nocional R$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
Descrição	**Controlada**	**Contraparte**	**Início/ Vencimento**	**Posição**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Swap												
Ativo	Castelo Energética S.A.	Banco Santander S.A.	14/03/2008 12/02/2009	USD + 4,81% a.a.								(249)
Passivo				111,90% do CDI								184
												(433)

26 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental em 2010 foram de R$643, sendo R$63 capitalizados no exercício, relativos a gestão e proteção do meio ambiente, e R$580 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem.

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor

ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE CASTRO
Diretor

CARLOS SERGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP 204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Castelo Energética S.A. - CESA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Castelo Energética S.A.** - CESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Castelo Energética S.A. - CESA** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

edp

Santa Fé Energia S.A.

CNPJ nº 08.944.243/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.104	11.197	1.041
Concessionárias	6	2.303	2.400	
Impostos e contribuições sociais	7	199	3.200	604
Despesas pagas antecipadamente		1	30	
Outros créditos		14	14	
		24.621	**16.841**	**1.645**
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	9	3.815		
		3.815	–	–
Imobilizado	10	150.655	141.261	99.341
Intangível	11	492	630	2.063
		151.147	**141.891**	**101.404**
Total do ativo		**179.583**	**158.732**	**103.049**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	12	2.482	1.152	2.586
Impostos e contribuições sociais	7	522	436	457
Dividendos	15.2	2.534	595	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	5.932	4.666	
Encargos regulamentares e setoriais		7		
Provisões	14	391	55	
		11.868	**6.904**	**3.043**
Não circulante				
Fornecedores	12	915		
Empréstimos e financiamentos	13	69.091	62.380	
Partes relacionadas	8	829	886	78.462
Adiantamento para futuro aumento de capital				21.220
Provisões	14	496	525	438
		71.331	**63.791**	**100.120**
Patrimônio líquido				
Capital social	15.1	86.371	86.371	1
Reservas de lucros	15.3	10.013	1.910	
Prejuízos acumulados			(244)	(115)
		96.384	**88.037**	**(114)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**179.583**	**158.732**	**103.049**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**1**			**1**
Ajuste adoção das novas práticas			(115)	(115)
Saldos em 1º de janeiro de 2009 *(Ajustado)*	**1**		**(115)**	**(114)**
Aumento de capital - AGE de 23/04/2009	17.200			17.200
Aumento de capital via Adiantamento para futuro aumento de capital - AGE de 23/04/2009	21.220			21.220
Aumento de capital via Contratos de mútuo - AGE de 23/04/2009	47.950			47.950
Lucro líquido do exercício			2.376	2.376
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		125	(125)	–
Reserva de retenção de lucros		1.754	(1.754)	–
Dividendos propostos			(595)	(595)
Dividendo adicional proposto		31	(31)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009 *(Ajustado)*	**86.371**	**1.910**	**(244)**	**88.037**
Dividendo adicional aprovado - AGO 08/04/2010		(31)		(31)
Lucro líquido do exercício			10.912	10.912
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		533	(533)	–
Reserva de retenção de lucros		7.601	(7.601)	–
Dividendos propostos			(2.534)	(2.534)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**86.371**	**10.013**	**–**	**96.384**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2010	2009 Ajustado
Receita operacional líquida	16	**21.235**	**19.311**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(675)	(5.844)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(521)	(376)
	17	**(1.196)**	**(6.220)**
Custo de operação			
Materiais e serviços de terceiros		(357)	(514)
Depreciações e amortizações		(3.362)	(1.422)
Outros custos de operação		(9)	(164)
	17	**(3.728)**	**(2.100)**
		(4.924)	**(8.320)**
Lucro operacional bruto		**16.311**	**10.991**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(14)	(1)
Despesas gerais e administrativas		(163)	(510)
Outras despesas operacionais		(81)	
	17	**(258)**	**(511)**
Resultado do serviço		**16.053**	**10.480**
Receitas financeiras		1.940	388
Despesas financeiras		(5.766)	(7.767)
Resultado financeiro	18	**(3.826)**	**(7.379)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**12.227**	**3.101**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.315)	(725)
Lucro líquido do exercício		**10.912**	**2.376**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		**126,34**	**27,51**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.912	2.376
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Concessionárias		1
Depreciações e amortizações	3.362	1.422
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	2	
Despesas pagas antecipadamente	(30)	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.689	3.046
Provisões	307	(9)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(319)	
	19.923	**6.836**
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias	97	(2.401)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	3.001	(2.596)
Cauções e depósitos vinculados	(3.496)	
Despesas pagas antecipadamente	59	(30)
Outros créditos		(14)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	2.245	(1.434)
Impostos e contribuições sociais correntes	86	(21)
Outras obrigações	7	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**21.922**	**340**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e intangível	(12.620)	(41.758)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(12.620)**	**(41.758)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(57)	(12.426)
Dividendos pagos	(626)	
Empréstimos e financiamentos - ingressos	11.633	64.000
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(9.345)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**1.605**	**51.574**
Aumento de caixa e Equivalentes de caixa	**10.907**	**10.156**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.104	11.197
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.197	1.041
	10.907	**10.156**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**22.025**	**20.042**
Receita operacional	22.039	20.043
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(14)	(1)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.659)**	**(7.405)**
Custos da energia comprada	(675)	(5.844)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(521)	(376)
Materiais	(31)	(16)
Serviços de terceiros	(364)	(978)
Outros custos operacionais	(68)	(191)
Valor adicionado bruto	**20.366**	**12.637**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(3.362)	(1.422)
Valor adicionado líquido produzido	**17.004**	**11.215**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.940	388
Valor adicionado total a distribuir	**18.944**	**11.603**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.200	1.457
Municipais	4	3
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	5.766	7.767
Aluguéis	62	
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	2.534	595
	10.566	**9.822**
Lucros retidos	8.378	1.781
	18.944	**11.603**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, é uma controlada da Energest S.A., empresa do Grupo EDP Energias do Brasil S.A. A Companhia está constituída sob a forma de sociedade por ações, com objetivo social de atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, e, ainda, participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL, nº 482 de 12 de novembro de 2001, pelo prazo de 30 anos. A referida usina entrou em operação a partir do dia 27 de maio de 2009.

2 Concessões

A Companhia possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à ANEEL:

Usina Hidrelétrica		Estado	Cidade	Rio	Capacidade Instalada (KW) (*)	Energia Assegurada (MWm) (*)	Autorização Início	Autorização Término
Francisco Gross	(1)	ES	Alegre	Itapemirim	29,00	26,10	13/11/2001	12/11/2031

(*) Não auditado

(1) Produção Independente de Energia

Conforme Resolução ANEEL nº 2.913 de 4 de outubro de 2010 a denominação da PCH Santa Fé passou a ser PCH Francisco Gross.

3 Práticas contábeis

3.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante os exercícios de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

3.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008, e legislação específica emanada pela ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

3.3 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 6)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos Empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27 (IAS 16), eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar, tais custos, como administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

d) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e faixas de servidão.

Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS-EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais (Notas 11 e 14)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 13)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 14)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7 e 19)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

m) Dividendos (Nota 15.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

n) Capital social (Nota 15.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos, que estão reconhecidos no resultado.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais.

q) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativoou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

r) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

s) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

t) Ativos de infraestrutura vinculados à autorização

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na autorização.

4 Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

4.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.041		1.041
Impostos e contribuições sociais	604		604
	1.645	**–**	**1.645**
Imobilizado	99.327	14	99.341
Intangível	1.754	309	2.063
	101.081	**323**	**101.404**
Total do ativo	**102.726**	**323**	**103.049**

Passivo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	2.586		2.586
Impostos e contribuições sociais	457		457
	3.043	**–**	**3.043**
Não circulante			
Partes relacionadas	78.462		78.462
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.220		21.220
Provisões		438	438
	99.682	**438**	**100.120**
Patrimônio Líquido			
Capital social	1		1
Prejuízos acumulados		(115)	(115)
	1	**(115)**	**(114)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**102.726**	**323**	**103.049**

4.2 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	11.197		11.197
Concessionárias	2.400		2.400
Impostos e contribuições sociais	3.200		3.200
Despesas pagas antecipadamente	30		30
Outros créditos	14		14
	16.841	**–**	**16.841**
Imobilizado	141.251	10	141.261
Intangível	304	326	630
	141.555	**336**	**141.891**
Total do ativo	**158.396**	**336**	**158.732**

Passivo e Patrimônio Líquido	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPCs
Circulante			
Fornecedores	1.152		1.152
Impostos e contribuições sociais	436		436
Dividendos	626	(31)	595
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	4.666		4.666
Provisões		55	55
	6.880	**24**	**6.904**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	62.380		62.380
Partes relacionadas	886		886
Provisões		525	525
	63.266	**525**	**63.791**
Patrimônio Líquido			
Capital social	86.371		86.371
Reservas de lucros	1.879	31	1.910
Prejuízos acumulados		(244)	(244)
	88.250	**(213)**	**88.037**
Total do passivo e patrimônio líquido	**158.396**	**336**	**158.732**

4.3 Reconciliação da Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	19.311	–	19.311
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(5.844)		(5.844)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(376)		(376)
	(6.220)	**–**	**(6.220)**
Custo de operação			
Materiais e serviços de terceiros	(514)		(514)
Depreciações e amortizações	(1.284)	(138)	(1.422)
Outros custos de operação	(164)		(164)
	(1.962)	**(138)**	**(2.100)**
	(8.182)	**(138)**	**(8.320)**
Lucro operacional bruto	**11.129**	**(138)**	**10.991**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(1)		(1)
Despesas gerais e administrativas	(510)		(510)
	(511)	**–**	**(511)**
Resultado do serviço	10.618	(138)	10.480
Receitas financeiras	388		388
Despesas financeiras	(7.776)	9	(7.767)
Resultado financeiro	(7.388)	9	(7.379)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.230	(129)	3.101
Imposto de renda e contribuição social correntes	(725)		(725)
Lucro líquido do exercício	**2.505**	**(129)**	**2.376**
Lucro básico por lote de mil ações - R$	**29,00**		**27,51**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Não circulante

Imobilizado: ajustes referentes ao reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25.

Intangível: ajustes referentes ao reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25.

Passivo

Circulante e Não circulante

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Dividendos: Reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Patrimônio líquido

Reservas de lucros: reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente da dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.

Prejuízos acumulados: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação; (ii) reconhecimento da depreciação no Imobilizado das licenças de operação; e (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção do CPC 25: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação; (ii) reconhecimento da depreciação no Imobilizado das licenças de operação; e (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	3.272	2.122
Aplicações financeiras - renda fixa	18.832	9.075
Total	**22.104**	**11.197**

As aplicações financeiras de curto de prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	2.254		2.254	2.351
Energia de curto prazo	49		49	49
Total circulante	**2.303**	**–**	**2.303**	**2.400**
Energia de curto prazo	15	(15)		
Total não circulante	**15**	**(15)**	**–**	**–**

7 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	163	78
ICMS		3.103
Outros	36	19
Total	**199**	**3.200**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	381	235
PIS e COFINS	38	65
Outros	103	136
Total	**522**	**436**

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	151,79	46	45			322	340
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	151,05	39	37			281	279
					85	**82**	**–**	**–**	**603**	**619**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				829	886		
Contratos de mútuo - 106,6% do CDI	Energest	05/06/2008	05/06/2008 a 06/04/2009							(3.686)
					–	**–**	**829**	**886**	**–**	**(3.686)**
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Enertrade	31/01/2009	01/01/2009 a 31/07/2009	87,00						(5.570)
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025						55	(496)	(376)
					–	**–**	**–**		**55**	**(496)**	**(5.946)**
				Total	**85**	**82**	**829**		**941**	**107**	**(9.013)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS-EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Energest e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

8.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da administração.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante
	31/12/2010
Cauções e depósitos	3.815
Total	**3.815**

10 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2010 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido
Imobilizado em serviço Geração					
Terrenos		4.200		4.200	4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2,61	82.055	(2.394)	79.661	77.164
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	18.884	(560)	18.324	16.825
Máquinas e equipamentos	3,28	42.463	(1.546)	40.917	36.290
Móveis e utensílios	10,00	34	(4)	30	24
Total do Imobilizado em serviço		**147.636**	**(4.504)**	**143.132**	**134.503**
Imobilizado em curso					
Geração		7.523		7.523	6.758
Total do Imobilizado em curso		**7.523**	**–**	**7.523**	**6.758**
Total imobilizado		**155.159**	**(4.504)**	**150.655**	**141.261**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2010
Imobilizado em serviço							
Terrenos	4.200						4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	77.164	2.006	2.197	(1.706)			79.661
Edificações, obras civís e benfeitorias	16.825		1.898	(399)			18.324
Máquinas e equipamentos	36.290	1.038	4.698	(1.109)			40.917
Móveis e utensílios	24		8	(3)	1		30
Total do imobilizado em serviço	**134.503**	**3.044**	**8.801**	**(3.217)**	**1**	**–**	**143.132**
Total do Imobilizado em curso	**6.758**	**9.571**	**(8.817)**	**–**	**–**	**11**	**7.523**
Total líquido	**141.261**	**12.615**	**(16)**	**(3.217)**	**1**	**11**	**150.655**

Em 30 de novembro de 2010 foi firmado acordo entre a Companhia e a São Simão Energia S.A. através do contrato de Cessão parcial e compartilhamento da Pequena Central Hidrelétrica São Simão (PCH São Simão) incluindo uma linha de Transmissão de 30km, em 138KV no município de Alegre, estado do Espírito Santo, cujo compartilhamento foi autorizado por meio do Despacho ANEEL nº 1.556 de 27 de abril de 2009.

O valor pago pela Companhia foi de R$5.489, está registrado na rubrica de imobilizado em curso e, corresponde à metade do investimento e ambas as partes ficaram responsáveis por assumir todos os custos adicionais decorrentes da aquisição, constituição, regularização, manutenção, averbação e registro dos ativos, que serão compartilhados com a Companhia à proporção de 50%, quando da apuração e dos efetivos pagamentos.

11 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2010 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2009 *Ajustado* Valor líquido
Intangível em serviço					
Software	20,00	12	(1)	11	162
Servidão permanente		177		177	
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	460	(278)	182	325
Total do Intangível em serviço		649	(279)	370	487
Intangível em curso					
Geração		122		122	143
Total do Intangível em Curso		122	–	122	143
Total imobilizado intangível		771	(279)	492	630

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor em líquido 31/12/2010
Intangível em serviço							
Software	162		13	(1)	(2)	(161)	11
Servidão permanente			16			161	177
Direito de concessão - Licenças ambientais	325			(144)	1		182
Intangível em curso	143	5	(13)	–	(2)	(11)	122
	630	**5**	**16**	**(145)**	**(3)**	**(11)**	**492**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida), não são amortizadas.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira que devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deve ser pelo prazo de vigência da licença.

12 Fornecedores

	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009	Não circulante 31/12/2010
CCEE (compra de energia de curto prazo)		21	
Encargos de uso da rede elétrica	39	55	
Materiais e serviços	2.443	1.076	915
Total	**2.482**	**1.152**	**915**

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2010			31/12/2009		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES - Banco do Brasil	1,90% a.a. acima da TJLP	253	5.679	69.091	634	4.032	62.380
Total		**253**	**5.679**	**69.091**	**634**	**4.032**	**62.380**

BNDES - Contrato firmado em maio de 2009, com repasse de recursos pelo Banco do Brasil. No dia 29 de maio de 2009 foram liberados recursos no montante de R$64.000 e em 27 de abril de 2010 foi liberado o saldo remanescente deste contrato no valor de R$11.633. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1,9% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2010, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de fevereiro de 2024. A garantia pactuada prevê o penhor de 100% das ações, outras ações, direitos ou valores mobiliários da Companhia e sua controladora Energest a favor do Agente Financeiro conforme cláusula 16 do contrato. Esta operação estabelece *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2 vezes, atendido até este momento.

13.1 Vencimento das parcelas de curto e longo prazos (principal + encargos)

Vencimento	Tipo de moeda Total
Circulante	
2011	5.932
	5.932
Não circulante	
2012	5.679
2013	5.679
2014	5.679
2015	5.679
2016	5.679
2017	5.679
2018	5.679
2019	5.679
Após 2019	23.659
	69.091
Total	**75.023**

Mutação dos empréstimos e financiamentos do exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos	4.666	841	(4.590)	(4.755)	5.922	(1.334)	5.182	5.932
	4.666	**841**	**(4.590)**	**(4.755)**	**5.922**	**(1.334)**	**5.182**	**5.932**
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	62.380	10.792	–	–	–	1.101	(5.182)	69.091
	62.380	**10.792**	**–**	**–**	**–**	**1.101**	**(5.182)**	**69.091**

14 Provisões

	31/12/2010	31/12/2009
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	242	–
Licenças ambientais	645	580
Total	**887**	**580**
Circulante	391	55
Não circulante	496	525
Total	**887**	**580**

14.1 Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - Circulante e não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.

14.1.2 Risco de perda possível

Na Companhia não existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda é estimada como possível.

14.2 Licenças ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das Usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R$86.371 representados por 86.371.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da Energest.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

15.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	10.912
Ajuste de exercícios anteriores	(244)
Lucro líquido ajustado	**10.668**
Constituição da reserva legal - 5%	(533)
	10.135
Destinação do lucro	
Dividendos	2.534
Dividendo adicional proposto	7.601
Quantidade de ações	86.371
Dividendos por ação ordinária	0,029336

15.3 Reservas de lucros

	31/12/2010	31/12/2009
Legal	658	125
Retenção de lucros	9.355	1.754
Dividendo adicional proposto		31
Total	**10.013**	**1.910**

16 Receita operacional líquida

	MWh (*) 2010	MWh (*) 2009	R$ 2010	R$ 2009
Suprimento de energia elétrica	140.160	140.160	20.616	19.662
Energia de curto prazo			1.423	381
			22.039	**20.043**
(–) Deduções da receita				
PIS/COFINS			(804)	(732)
			(804)	**(732)**
Total	**140.160**	**140.160**	**21.235**	**19.311**

(*) Não auditado

17 Gastos operacionais

	Custo do serviço Com energia elétrica	Custo do serviço De operação	Custo do serviço Com vendas	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Despesas operacionais Outras	2010	2009
Não gerenciáveis							
Contratos bilaterais							5.570
Energia de curto prazo - CCEE	675					675	274
Encargo de uso e conexão	521					521	376
Taxa de fiscalização					81	81	
	1.196				**81**	**1.277**	**6.220**
Gerenciáveis							
Material		29		2		31	16
Serviços de terceiros		328		36		364	978
Depreciação e amortização		3.362				3.362	1.422
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			14			14	1
Aluguéis e arrendamentos		1		61		62	
Outras		8		64		72	194
	–	**3.728**	**14**	**163**	**–**	**3.905**	**2.611**
Total	**1.196**	**3.728**	**14**	**163**	**81**	**5.182**	**8.831**

18 Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.908	381
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	5	–
Outras receitas financeiras	27	7
	1.940	**388**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(5.689)	(3.758)
Variações monetárias moeda nacional	(66)	(5)
Atualização monetária contratos de mútuo		(3.686)
Outras despesas financeiras	(11)	(318)
	(5.766)	**(7.767)**
Total	**(3.826)**	**(7.379)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS-EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	12.227	3.101	12.227	3.101
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(3.057)**	**(775)**	**(1.100)**	**(279)**
Ajuste lucro presumido	2.131	268	687	37
Adicional IRPJ	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(902)**	**(483)**	**(413)**	**(242)**

20 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	2010
Usinas	50.000
Responsabilidade civil	6.000

21 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Partes relacionadas, Cauções e depósitos vinculados, Fornecedores e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	22.104	11.197	22.104	11.197
Concessionárias	2.303	2.400	2.303	2.400
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	3.815		3.815	
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.482	1.152	2.482	1.152
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.932	4.666	5.932	4.666
Encargos regulamentares e setoriais	7		7	
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	69.091	62.380	69.091	62.380
Partes relacionadas	829	886	829	886

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		22.104		22.104
Concessionárias	2.303			2.303
Cauções e depósitos vinculados			3.815	3.815
	2.303	**22.104**	**3.815**	**28.222**

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	2.482
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	75.023
Encargos regulamentares e setoriais	7
Partes relacionadas	829
	78.341

	31/12/2009		
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		11.197	11.197
Concessionárias	2.400		2.400
	2.400	**11.197**	**13.597**

Passivos financeiro	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	1.152
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	67.046
Partes relacionadas	886
	69.084

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia;

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
		Mercados similares
	31/12/2010	Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	22.104	22.104

21.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto em praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 13, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos à TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

21.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Aumento do risco	Aumento do risco	Redução do risco	Redução do risco
Operação	**Risco**	**Provável**	**em 25%**	**em 50%**	**em 25%**	**em 50%**
Ativos financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	1.276	1.595	1.914	957	638
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.348	1.685	2.022	1.011	674
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	29.449	36.811	44.174	22.087	14.725
Valor de referência						
CDI - 10,0%						
TJLP - 6,0%						

21.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 21. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

		31/12/2010			
			Vencimentos	Vencimentos	Vencimentos
		Vencimentos	de 2012	de 2015	Acima de
Obrigações contratuais	**Total**	**em 2011**	**até 2014**	**até 2016**	**2016**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	75.023	5.932	17.037	11.358	40.696

		31/12/2009			
			Vencimentos	Vencimentos	Vencimentos
		Vencimentos	de 2011	de 2014	Acima de
Obrigações contratuais	**Total**	**em 2010**	**até 2013**	**até 2015**	**2015**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	67.046	4.666	14.214	9.476	38.690

21.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental em 2010 foram de R$635 sendo R$506 capitalizados no exercício, relativos a gestão e proteção do meio ambiente e R$129 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem.

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor

ANDRÉ LUIZ DE CASTRO PEREIRA
Diretor

CARLOS SERGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP 204118/O-8 "S" - ES

edp

Evrecy Participações Ltda.

CNPJ nº 08.543.286/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.305	3.339
Ativo financeiro indenizável	6	823	823
Concessionárias	7	781	1.069
Impostos e contribuições sociais	8	75	25
Despesas pagas antecipadamente		11	
Outros créditos		18	65
		10.013	**5.321**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável	6	19.425	20.086
		19.425	**20.086**
Total do ativo		**29.438**	**25.407**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		45	4
Impostos e contribuições sociais	8	153	119
Dividendos	12.2	1.137	901
Benefícios pós-emprego		1	
Devolução tarifária	4	147	
Obrigações estimadas com pessoal	10	261	107
Encargos regulamentares e setoriais	11	28	8
Outras contas a pagar		5	10
		1.777	**1.149**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	3	24
Encargos regulamentares e setoriais	11	50	19
Adiantamento para futuro aumento de capital			50
		53	**93**
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	21.512	21.462
Reservas de lucros	12.3	6.096	2.703
		27.608	**24.165**
Total do passivo e patrimônio líquido		**29.438**	**25.407**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Constituição de capital com acervo cindido da coligada CESA (Nota 1.1)	21.462		(69)	21.393
Lucro líquido do exercício			3.673	3.673
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		2.686	(2.686)	–
Dividendos propostos			(901)	(901)
Dividendo adicional proposto		17	(17)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009 *(Ajustado)*	**21.462**	**2.703**	**–**	**24.165**
Aumento de capital - 6ª alteração do contrato social	50			50
Dividendo adicional aprovado		(17)		(17)
Lucro líquido do exercício			4.547	4.547
Destinação do lucro				
Dividendos propostos			(1.137)	(1.137)
Dividendo adicional proposto		3.410	(3.410)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**21.512**	**6.096**	**–**	**27.608**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Evrecy Participações Ltda. (Empresa ou Evrecy), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada da Energest S.A., empresa do Grupo EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 3 de março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aprovou através da Resolução autorizativa nº 1.823, a transferência da concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. - CESA para a Evrecy, regida pelo Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, de 14 de novembro de 2008, referente às Linhas de Transmissão (i) Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); (ii) Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); e (iii) Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestação Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, mediante cisão parcial da CESA.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Evrecy Participações Ltda. com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

1.1 Início das operações da Empresa e incorporação dos ativos de transmissão da coligada CESA

A Empresa iniciou as operações a partir de 1º de junho de 2009, em decorrência da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da coligada CESA, que deliberou a cisão parcial correspondente aos ativos de transmissão anteriormente a ela pertencentes, tendo a Empresa efetuado na mesma data a incorporação dos referidos ativos. O acervo cindido do patrimônio da coligada CESA e incorporado pela Empresa avaliado na data-base de 30 de abril de 2009 totalizou o montante de R$21.462, conforme detalhado no correspondente laudo de avaliação.

Este acervo foi vertido como Capital Social em 1º de junho de 2009.

2. Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Empresa não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Empresa foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da Empresa estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

A Empresa não está apresentando o Balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 devido ter iniciado suas operações em 1º de junho de 2009.

2.3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras com a finalidade da transição para as normas CPCs.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Ativo financeiro indenizável (Nota 6)

Inclui os recebíveis do Poder Concedente, ou por quem ele indicar, relacionados com o reembolso dos serviços de construção da rede de transmissão.

• Concessionárias (Nota 7)

Representadas basicamente por recebíveis das distribuidoras decorrentes de operações de uso do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8 e 16)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

d) Demais ativos circulante e não circulante

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Receita operacional líquida	13	**6.223**	**4.223**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo de operação			
Pessoal		(688)	(311)
Materiais e serviços de terceiros		(567)	(11)
Outros custos de operação		(66)	(11)
		(1.321)	**(333)**
		(1.321)	**(333)**
Custo do serviço prestado a terceiros			
Lucro operacional bruto		**4.902**	**3.890**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(199)	(22)
Outras despesas operacionais		(45)	(15)
	14	**(244)**	**(37)**
Resultado do serviço		**4.658**	**3.853**
Receitas financeiras		188	
Despesas financeiras		(6)	(3)
Resultado financeiro	15	**182**	**(3)**
Lucro operacional		**4.840**	**3.850**
Outros resultados			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**4.840**	**3.850**
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(293)	(177)
		(293)	**(177)**
Lucro líquido do exercício		**4.547**	**3.673**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.547	3.673
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Ativo financeiro indenizável	661	484
Despesas pagas antecipadamente	(11)	
Benefícios pós - emprego	1	
Encargos regulamentares e setoriais - Provisão e atualização monetária	73	47
	5.271	**4.204**
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias	288	(1.069)
Impostos e contribuições sociais	(50)	(25)
Outros créditos	47	(69)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	41	4
Impostos e contribuições sociais	34	119
Devolução tarifária	147	
Obrigações estimadas com pessoal	154	111
Outras obrigações	(27)	(10)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**5.905**	**3.265**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(21)	24
Adiantamento para futuro aumento de capital		50
Dividendos pagos	(918)	
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(939)	74
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**4.966**	**3.339**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.305	3.339
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.339	
	4.966	**3.339**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**6.776**	**4.450**
Receita operacional	6.776	4.450
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(796)**	**(62)**
Materiais	(22)	
Serviços de terceiros	(730)	(10)
Outros custos operacionais	(44)	(52)
Valor adicionado líquido produzido	**5.980**	**4.388**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	188	
Valor adicionado total a distribuir	**6.168**	**4.388**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	558	237
Benefícios	22	11
FGTS	27	13
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	951	450
Municipais	21	1
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	6	3
Aluguéis	36	
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	1.137	901
	2.758	**1.616**
Lucros retidos	3.410	2.772
	6.168	**4.388**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

f) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

g) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. As receitas de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e de operação e manutenção da mesma rede são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento da tarifa de uso do sistema de transmissão para as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias que estão reconhecidos no resultado.

h) Instrumentos financeiros (Nota 17)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber e outros recebíveis, Investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, assim como Contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

i) Moeda funcional

A moeda funcional da Empresa é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

j) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

l) Contratos de concessão

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/09, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Em 9 de dezembro de 2010 a Resolução CFC nº 1.318/10 aprovou o OCPC 05 - Contratos de Concessão o qual definiu o modelo a ser considerado para as empresas de transmissão de energia elétrica.

Com base no entendimento da maioria dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica definiu-se que o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro, devido:

i) a RAP, assegurada anualmente, a qual contempla a construção, a operação e a manutenção, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização da infra estrutura e não por sua utilização (transporte de energia) pelos usuários (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores); portanto, não existe risco de demanda para a empresa de transmissão;

ii) o Poder Concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro;

iii) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa; e

iv) a parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, quando aplicável, deve ser incluída no modelo do fluxo de caixa, considerando a premissa adotada pela Administração para o seu recebimento.

m) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

n) Dividendos (Nota 12.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa ao final do exercício, com base no estatuto social da Empresa. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

o) Capital social (Nota 12.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: mensuração de instrumentos financeiros; e planos de benefícios pós-emprego.

q) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

3.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Ativo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.339		3.339
Ativo financeiro indenizável		823	823
Concessionárias	1.069		1.069
Impostos e contribuições sociais	25		25
Outros créditos	69	(4)	65
	4.502	**819**	**5.321**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável		20.086	20.086
	–	**20.086**	**20.086**
Imobilizado	20.783	(20.783)	–
Intangível	126	(126)	–
	20.909	**(20.909)**	**–**
Total do ativo	**25.411**	**(4)**	**25.407**

Passivo	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Circulante			
Fornecedores	4		4
Impostos e contribuições sociais	119		119
Dividendos	918	(17)	901
Obrigações estimadas com pessoal	111	(4)	107
Encargos regulamentares e setoriais	8		8
Outras contas a pagar	10		10
	1.170	**(21)**	**1.149**
Não circulante			
Partes relacionadas	24		24
Encargos regulamentares e setoriais	19		19
Adiantamento para futuro aumento de capital	50		50
	93	**–**	**93**
Patrimônio líquido			
Capital social	21.462		21.462
Reservas de lucros	2.686	17	2.703
	24.148	**17**	**24.165**
Total do passivo e patrimônio líquido	**25.411**	**(4)**	**25.407**

3.2 Reconciliação da Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	**4.707**	**(484)**	**4.223**
Custo de operação			
Pessoal	(311)		(311)
Materiais e serviços de terceiros	(11)		(11)
Outros custos de operação	(11)		(11)
	(333)	**–**	**(333)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(22)		(22)
Depreciações e amortizações	(484)	484	
Outras despesas operacionais	(15)		(15)
	(521)	**484**	**(37)**
Resultado do serviço	**3.853**	**–**	**3.853**
Despesas financeiras	(3)		(3)
Resultado financeiro	(3)		(3)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**3.850**	**–**	**3.850**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(177)		(177)
Lucro líquido do exercício	**3.673**	**–**	**3.673**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Empresa:

Ativo

Circulante e Não circulante

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Ativo Financeiro Indenizável: reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão pois serão recuperados através de reembolso efetuado pelo Poder Concedente por conta da adoção da ICPC 01.

Imobilizado: Reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de transmissão de energia entre Ativo Imobilizado e Ativo Financeiro, por conta da adoção da ICPC 01.

Intangível: Reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão das empresas de transmissão de energia entre Intangível e Ativo Financeiro, por conta da adoção da ICPC 01.

Passivo

Circulante e Não Circulante

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo da conta de adiantamento de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Dividendos: Reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Patrimônio líquido

Reservas de lucros: Reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Resultado

Reclassificação do saldo da rubrica Depreciação/Amortização para rubrica de Receita de disponibilização do sistema de transmissão devido a adoção da ICPC 01.

4. Primeira Revisão Tarifária Periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL (decorrente da segregação das atividades de transmissão da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.), celebrado em 14 de novembro de 2008 com a CESA , estabelece a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica da transmissora e ciclo revisional de 4 anos. Nesta Primeira Revisão Tarifária Periódica toda a base de ativos foi reavaliada, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 338/2008.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL, celebrado em 13 de outubro de 2009, formaliza a transferência da Concessão de Transmissão da CESA para a Empresa.

Na 21ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL em 8 de junho de 2010, foi aprovado o resultado final da Primeira Revisão Tarifária Periódica da Evrecy, retroativo a 1º de julho de 2009, constante da Nota Técnica nº 181/2010-SRE/ANEEL.

O índice de reposicionamento tarifário foi de -10,32%, reduzindo a Receita Anual Permitida - RAP de R$7.848 para R$7.039 para o ano tarifário de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

A parcela de ajuste final da Empresa para o ciclo julho/2010 a junho/2011, já considerando os ajustes dos componentes financeiros externos à revisão conforme citado no item 57 da Nota Técnica 181/2010-SRE/ANEEL, foi de R$294 registrados no passivo circulante a qual está sendo amortizada em 12 parcelas a partir de julho de 2010.

O fator que mais contribuiu para a redução da RAP foi o recálculo do WACC que foi reduzido pela ANEEL de 9,18% a.a. para 7,24% a.a. Esta redução do WACC foi aplicada a todas as transmissoras que passaram pelo processo de revisão tarifária em 2010.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	2.185	3.339
Aplicações financeiras - renda fixa	6.120	
Total	**8.305**	**3.339**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas de 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6. Ativo financeiro indenizável

O saldo no circulante de R$823 em 2010 (R$823 em 2009) refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente, ou por quem ele indicar, pela prestação de serviço de construção da rede de transmissão, nos próximos 12 meses, e o saldo no não circulante de R$19.425 (R$20.086 em 2009) refere-se ao restante do crédito a receber do Poder Concedente a ser reembolsado até ao final da concessão.

7. Concessionárias

	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Encargos de uso da rede elétrica	781	1.069
	781	**1.069**

8. Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Ativo - compensáveis		
PIS e COFINS	60	20
Outros	15	5
Total	**75**	**25**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	109	83
PIS e COFINS	24	26
Outros	20	10
Total	**153**	**119**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora , os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

				Ativo		Passivo		Receitas no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Concessionárias									
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025	15	11			107	54
	Escelsa	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025	7	278			1.159	1.170
	Lajeado Energia	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025	2	3			21	10
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025	1	2			13	7
Conexão do sistema de transmissão	Energest	01/08/2005	01/8/2005 a 17/07/2025	56	27			360	101
	Escelsa	01/08/2005	01/8/2005 a 17/07/2025	57	80			383	693
				138	**401**	**–**	**–**	**2.043**	**2.035**
Partes relacionadas									
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012			3	24		
				–	–	**3**	**24**	–	–
			Total	**138**	**401**	**3**	**24**	**2.043**	**2.035**

9.1. Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Empresa é a Energest S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

A Empresa não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da Administração.

10. Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	31/12/2009
Folha de Pagamento	250	94
INSS e FGTS	11	13
Total	**261**	**107**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2010.

11. Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quota de reserva global de reversão - RGR	17			
Pesquisa e desenvolvimento	7	8	50	19
Taxa de fiscalização - ANEEL	4			
Total	**28**	**8**	**50**	**19**

Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Empresa são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Empresa tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa. (Nota 13)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R$21.512, representados por 21.512.367 quotas.

A Empresa não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

12.2. Destinação do lucro

O lucro líquido apurado anualmente pela Empresa terá a destinação que lhe for determinada pela controladora Energest, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Nenhum dos quotistas terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. Por deliberação da controladora Energest, a Empresa poderá levantar balancetes mensais, trimestrais ou semestrais, distribuindo então os lucros existentes, conforme previsto no Contrato Social da Empresa.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	**4.547**
Destinação do lucro	
Dividendos	1.137
Dividendos propostos	1.137
Constituição da reserva de retenção de lucros	3.410

12.3. Reservas de lucros

	31/12/2010	31/12/2009
Retenção de lucros	2.686	2.686
Dividendo adicional proposto	3.410	17
Total	**6.096**	**2.703**

13. Receita operacional líquida

	2010	2009
		Ajustado
Disponibilização do sistema de transmissão	7.426	4.807
Amortização do ativo financeiro indenizável	(823)	(484)
Serviços taxados e outros	173	127
	6.776	**4.450**
(–) Deduções da receita		
Pesquisa e desenvolvimento	(71)	(47)
RGR - Reserva global de reversão	(205)	
PIS/COFINS	(277)	(180)
	(553)	**(227)**
Total	**6.223**	**4.223**

14. Gastos operacionais

	Custo do serviço	Despesas operacionais		2010	2009
	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total *Ajustado*
Não gerenciáveis					
Taxa de fiscalização			45	45	15
	–	–	**45**	**45**	**15**
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	688	8		696	311
Material	21			21	1
Serviços de terceiros	546	184		730	10
Aluguéis e arrendamentos	30	6		36	22
Outras	36	1		37	11
	1.321	**199**	**–**	**1.520**	**355**
Total	**1.321**	**199**	**45**	**1.565**	**370**

15. Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	184	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	1	
Outras receitas financeiras	3	
	188	**–**
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(6)	(3)
Total	**182**	**(3)**

16. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	4.840	3.850	4.840	3.850
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(1.210)	(963)	(436)	(347)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Ajuste lucro presumido	971	837	358	284
Adicional IRPJ	24	12		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(215)**	**(114)**	**(78)**	**(63)**

17. Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Empresa efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

17.1. Considerações gerais

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

17.2. Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, ativo financeiro indenizável, fornecedores e encargos regulamentares e setoriais.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.305	3.339	8.305	3.339
Ativo financeiro indenizável	823	823	823	823
Concessionárias	781	1.069	781	1.069
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	19.425	20.086	19.425	20.086
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	45	4	45	4
Encargos regulamentares e setoriais	28	8	28	8
Não circulante				
Partes relacionadas	3	24	3	24
Encargos regulamentares e setoriais	50	19	50	19

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Empresa, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado.

31/12/2010

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo Através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		8.305	8.305
Ativo financeiro indenizável	20.248		20.248
Concessionárias	781		781
	21.029	**8.305**	**29.334**

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	45	45
Encargos regulamentares e setoriais	78	78
Partes relacionadas	3	3
	126	**126**

31/12/2009

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		3.339	3.339
Ativo financeiro indenizável	20.909		20.909
Concessionárias	1.069		1.069
	21.978	**3.339**	**25.317**

Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	45	45
Encargos regulamentares e setoriais	78	78
Partes relacionadas	3	3
	126	**126**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente.

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

		Mensuração do valor justo Mercados similares
Ativos financeiros	31/12/2010	Nível 2
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.305	8.305
	8.305	**8.305**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.3. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos instrumentos avaliados aproxima-se do seu valor contábil.

17.4. Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários de taxas com os respectivos impactos nos resultados até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras - renda fixa	CDI	538	673	807	404	269
Valor de referência						

CDI - 10,0%

17.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Empresa não realizou nenhuma captação.

17.6. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A empresa não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

18. Plano Previdenciário

A partir de 10 de março de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 130, a Empresa passou a patrocinar a EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano de Benefícios: EnerPrev e Bradesco Vida e Previdência S.A.

Na qualidade de patrocinadora, a Empresa contribuiu no exercício com R$18.

Esse plano tem a adesão de 3 colaboradores.

19. Meio ambiente

A Empresa está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Empresa por eventual inobservância da legislação.

20. Balanço patrimonial, Demonstrações de resultados regulatórios e reconciliação do resultado societário x regulatório

Em cumprimento ao disposto no Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, apresentamos a seguir o balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e a reconciliação entre os resultados societário x regulatório.

Essa conciliação não faz parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

20.1. Balanço patrimonial regulatório

Ativo	**31/12/2010**	**31/12/2009**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.305	3.339
Concessionárias	781	1.069
Impostos e contribuições sociais	75	25
Despesas pagas antecipadamente	11	
Outros créditos	18	65
	9.190	**4.498**
Imobilizado	20.122	20.783
Intangível	126	126
	20.248	**20.909**
Total do ativo	**29.438**	**25.407**

	2010	**2009**
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Fornecedores	45	4
Impostos e contribuições sociais	153	119
Dividendos	1.137	901
Benefícios pós-emprego	1	
Devolução tarifária	147	
Obrigações estimadas com pessoal	261	107
Encargos regulamentares e setoriais	28	8
Outras contas a pagar	5	10
	1.777	**1.149**
Não Circulante		
Partes relacionadas	3	24
Encargos regulamentares e setoriais	50	19
Adiantamento para futuro aumento de capital		50
	53	**93**
Patrimônio líquido		
Capital social	21.512	21.462
Reservas de lucros	6.096	2.703
	27.608	**24.165**
Total do passivo e patrimônio líquido	**29.438**	**25.407**

20.2. Demonstração do resultado regulatório em 31 de dezembro de:

	2010	**2009**
Receita operacional		
Disponibilização do sistema de transmissão	7.426	4.807
Outras receitas operacionais	173	127
	7.599	**4.934**
Dedução da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento	(71)	(47)
Quota para reserva global de reversão	(205)	
Impostos e contribuições sobre a receita	(277)	(180)
	(553)	**(227)**
Receita operacional líquida	**7.046**	**4.707**
Custo de operação		
Pessoal	(688)	(311)
Materiais e serviços de terceiros	(567)	(11)
Depreciações e amortizações	(823)	(484)
Outros custos de operação	(66)	(11)
	(2.144)	**(817)**
Lucro operacional bruto	**4.902**	**3.890**
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(199)	(22)
Outras despesas operacionais	(45)	(15)
	(244)	**(37)**
Resultado do serviço	**4.658**	**3.853**
Resultado das participações societárias		
Receitas financeiras	188	
Despesas financeiras	(6)	(3)
Resultado financeiro	**182**	**(3)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.840	3.850
Imposto de renda e contribuição social correntes	(293)	(177)
Lucro líquido do exercício	**4.547**	**3.673**

20.3. Reconciliação do resultado societário x regulatório

	2010	**2009**
Lucro líquido do exercício - Societário	4.547	3.673
ICPC01		
Disponibilização do sistema de transmissão	823	
Depreciações e amortizações	(823)	
Lucro líquido do exercício - Regulatório	**4.547**	**3.673**

DIRETORIA

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Presidente

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor

CARLOS YOSHIO MOTOKI
Diretor Técnico

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Quotistas da
Evrecy Participações Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Evrecy Participações Ltda.** ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evrecy Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Enerpeixe S.A.

CNPJ nº 04.426.411/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Administração da **Enerpeixe S.A.** ("Companhia" ou "Enerpeixe"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Destacamos que a Enerpeixe no exercício de 2010 em conformidade com o estabelecido com o novo padrão contábil atendeu ao processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS").

Destacamos ainda que a Enerpeixe no ano de 2010 obteve sua Licença de Operação renovada por mais 6 anos, ou seja, um aumento de 50% em relação a Licença de Operação emitida anteriormente e com significativa redução de exigências nas suas condicionantes.

A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade sócio ambiental, durante o ano de 2010, deu continuidade aos projetos sociais das áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação.

Na contínua procura da excelência a Enerpeixe manteve a renovação das Certificações do seu processo de operação e manutenção a ISO NBR 14001 e na valorização do seu contingente de colaboradores a OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, com creditações na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos) e, INMETRO (Brasil). Como fato relevante em 2010 a Enerpeixe obteve a certificação da ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários e prestadores de serviços expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho estendendo também nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros por suas contribuições.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Circulante				
Caixas e equivalentes de caixa	4	70.294	44.026	42.745
Concessionárias	5	10.583	11.523	10.733
Impostos e contribuições sociais	6	38	35	16.250
Partes relacionadas	8	35.298	34.238	23.505
Cauções e depósitos vinculados	10	58.194	55.498	51.666
Despesas pagas antecipadamente		413	496	540
Outros créditos		3.299	2.055	5.935
		178.119	**147.871**	**151.374**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	67.551	62.716	64.490
Cauções e depósitos vinculados	10		6	5
		67.551	**62.722**	**64.495**
Imobilizado	12	1.703.413	1.735.677	1.762.121
Intangível	13	131.610	134.342	139.197
		1.835.023	**1.870.019**	**1.901.318**
Total do ativo		**2.080.693**	**2.080.612**	**2.117.187**

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Circulante				
Fornecedores	14	4.826	5.767	10.474
Encargos de dívidas	15	2.574	3.081	3.583
Impostos e contribuições sociais	6	16.838	13.115	22.327
Partes relacionadas	8	1.924	1.066	1
Dividendos	21	17.000	20.020	21.670
Empréstimos e financiamentos	15	113.854	113.854	113.717
Obrigações estimadas com pessoal	18	487	542	419
Encargos regulamentares e setoriais	16	9.672	9.572	9.721
Uso do bem público	17	16.070	13.284	13.371
Provisões	19	2.076		
Outras contas a pagar		48	61	32
		185.369	**180.362**	**195.314**
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	43.747	45.435	47.123
Empréstimos e financiamentos	15	464.902	578.756	691.779
Partes relacionadas	8	637	637	637
Uso do bem público	17	182.609	171.175	176.306
Provisões	19	880		
		692.775	**796.003**	**915.845**
Patrimônio líquido				
Capital social	20.1	882.628	882.628	882.628
Reservas de capital	20.3	18.546	18.546	18.546
Reservas de lucros	20.3	301.375	249.007	151.226
Prejuízos acumulados			(45.934)	(46.372)
		1.202.549	**1.104.247**	**1.006.028**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.080.693**	**2.080.612**	**2.117.187**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009 *Ajustado*
Receita operacional líquida	22	**329.570**	**326.278**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(5.112)	(7.858)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(26.515)	(26.032)
	23	**(31.627)**	**(33.890)**
Custo de operação			
Pessoal		(1.614)	(3.340)
Materiais e serviços de terceiros		(10.855)	(12.332)
Depreciações e amortizações		(50.415)	(49.209)
Outros custos de operação		480	(223)
	23	**(62.404)**	**(65.104)**
Custo Total		**(94.031)**	**(98.994)**
Lucro operacional bruto		**235.539**	**227.284**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(836)	
Despesas gerais e administrativas		(6.896)	(2.320)
Depreciações e amortizações		(237)	(45)
Outras despesas operacionais		(12.243)	(9.944)
		(20.212)	**(12.309)**
Resultado do serviço		**215.327**	**214.975**
Receitas financeiras		8.359	9.765
Despesas financeiras		(92.147)	(86.141)
Resultado financeiro	24	**(83.788)**	**(76.376)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**131.539**	**138.599**
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(44.237)	(39.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.522	(86)
(–) Imposto de renda - Incentivo ADA	20.3.2	24.478	21.995
Lucro líquido do exercício		**118.302**	**121.464**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		**141,98**	**145,77**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**366.794**	**363.130**
Receita operacional	366.794	363.130
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(51.096)**	**(52.216)**
Custos da energia comprada	(5.112)	(7.858)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(26.515)	(26.032)
Materiais	(526)	(501)
Serviços de terceiros	(13.046)	(12.216)
Outros custos operacionais		
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(3.296)	(3.263)
Seguros	(939)	(1.063)
Doações, contribuições e subvenções	(262)	(736)
Tarifas bancárias	(2)	(11)
Diárias com viagens e hotéis	(109)	(127)
Participação entidades de classe		(2)
Jornais, revistas, livros, etc.	(60)	(14)
Ações judiciais	(7.991)	(4.588)
(–) Diversos	6.747	4.194
(–) Recuperação de despesas	14	
Valor adicionado bruto	**315.699**	**310.913**
Depreciações e amortizações	(48.608)	(47.242)
Valor adicionado líquido gerado	267.090	263.671
Receitas financeiras	8.359	9.765
Valor adicionado total a distribuir	**275.449**	**273.436**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.006	2.687
Benefícios	666	731
FGTS	353	232
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	60.606	61.796
Estaduais	46	20
Municipais	12	17
Despesas financeiras	92.147	86.141
Aluguéis	311	349
Dividendos propostos	20.000	23.245
	177.147	175.216
Lucro do exercício após dividendos	98.302	98.220
	275.449	**273.436**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**882.628**	**18.546**	**151.226**	**–**	**1.052.400**
Ajuste adoção das novas práticas				(66.017)	(66.017)
Imposto de renda e contribuição social				19.645	19.645
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Ajustado)	**882.628**	**18.546**	**151.226**	**(46.372)**	**1.006.028**
Lucro líquido do exercício				121.464	121.464
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			6.051	(6.051)	
Reserva de retenção de lucros			69.735	(69.735)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			21.995	(21.995)	
Dividendos				(23.245)	(23.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)	**882.628**	**18.546**	**249.007**	**(45.934)**	**1.104.247**
Lucro líquido do exercício				118.302	118.302
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			3.618	(3.618)	
Reserva de retenção de lucros			24.272	(24.272)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			24.478	(24.478)	
Dividendos aprovados				(20.000)	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**882.628**	**18.546**	**301.375**	**–**	**1.202.549**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	118.302	121.464
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(6.522)	86
Depreciações e amortizações	50.665	44.852
Apropriação dos encargos e atualizações monetárias	64.611	77.095
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	29	2.562
Despesas pagas antecipadamente	496	540
Uso do bem público	31.171	(4.892)
Licenças ambientais	2.956	
Perda na alienação de bens e direitos		22
	261.708	**241.729**
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	941	(10.733)
Partes relacionadas	(1.060)	(790)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3)	16.215
Cauções e depósitos vinculados	(2.689)	(3.833)
Despesas pagas antecipadamente	(413)	(496)
Outros créditos	(1.244)	874
	(4.468)	**1.237**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(941)	(3.676)
Partes Relacionadas	858	34
Impostos e contribuições sociais correntes	1.718	(8.837)
Obrigações estimadas com pessoal	(55)	123
Outras obrigações	(17.385)	4.519
	(15.805)	**(7.837)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**241.435**	**235.129**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e ao Intangível	(12.950)	(21.079)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		2.984
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(12.950)**	**(18.095)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(23.245)	(25.270)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(178.972)	(190.483)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(202.217)**	**(215.753)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**26.268**	**1.281**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	70.294	44.026
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.026	42.745
	26.268	**1.281**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.

A Usina tem potência instalada de 452 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda, em julho e a terceira, em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 271 MW. (*)

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001.

(*) Não auditado.

2 Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 16 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM durante os exercícios de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado. Os saldos são apresentados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em Leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e os valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos.

c) Imobilizado (Nota 12)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados sobre os ativos enquanto em construção.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar o seu ativo imobilizado ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar o ativo imobilizado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa o seu ativo imobilizado. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, efetuou-se uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

d) Intangível (Nota 13)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, desenvolvimento de projetos, faixas de servidão e o direito de concessão - Uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

• Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

• Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão e amortizado pelo prazo de contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo, e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais (Notas 13 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível: Licenças de operação são amortizadas pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 14)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 19.1)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 25)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$ 240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

m) Uso do bem público (Nota 17)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 6%.

n) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para as concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com os contratos de suprimento.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências e Recuperação dos ativos.

q) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo financeiro, a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

r) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

3 Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

3.1 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia - 1º de janeiro de 2009

ATIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	42.745		42.745
Concessionárias	10.733		10.733
Impostos e contribuições sociais	16.250		16.250
Partes relacionadas	23.505		23.505
Cauções e depósitos vinculados	51.666		51.666
Despesas pagas antecipadamente	540		540
Outros créditos	5.937	(2)	5.935
	151.376	**(2)**	**151.374**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		64.490	64.490
Cauções e depósitos vinculados	5		5
	5	**64.490**	**64.495**
Imobilizado	1.777.059	(14.938)	1.762.121
Intangível	600	138.597	139.197
	1.777.659	**123.659**	**1.901.318**
Total do ativo	**1.929.040**	**188.147**	**2.117.187**

PASSIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Fornecedores	10.474		10.474
Encargos de dívidas	3.583		3.583
Impostos e contribuições sociais	24.605	(2.278)	22.327
Dividendos	21.670		21.670
Partes relacionadas	1		1
Empréstimos e financiamentos	113.717		113.717
Obrigações estimadas com pessoal	419		419
Encargos regulamentares e setoriais	9.721		9.721
Uso do bem público		13.371	13.371
Outras contas a pagar	34	(2)	32
	184.224	**11.090**	**195.314**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos		47.123	47.123
Empréstimos e financiamentos	691.779		691.779
Partes relacionadas	637		637
Uso do bem público		176.306	176.306
	692.416	**223.429**	**915.845**
Patrimônio Líquido			
Capital social	882.628		882.628
Reservas de capital	18.546		18.546
Reservas de lucros	151.226		151.226
Prejuízos acumulados		(46.372)	(46.372)
	1.052.400	**(46.372)**	**1.006.028**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.929.040**	**188.147**	**2.117.187**

3.2 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia - 31 de dezembro de 2009

ATIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	44.026		44.026
Concessionárias	11.523		11.523
Impostos e contribuições sociais	35		35
Partes relacionadas	34.238		34.238
Cauções e depósitos vinculados	55.498		55.498
Despesas pagas antecipadamente	496		496
Outros créditos	2.060	(5)	2.055
	147.876	**(5)**	**147.871**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		62.716	62.716
Depósitos vinculados	6		6
	6	**62.716**	**62.722**
Imobilizado	1.750.295	(14.618)	1.735.677
Intangível	709	133.633	134.342
	1.751.004	**119.015**	**1.870.019**
Total do ativo	**1.898.886**	**181.726**	**2.080.612**

PASSIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Fornecedores	5.767		5.767
Encargos de dívidas	3.081		3.081
Impostos e contribuições sociais	15.344	(2.229)	13.115
Dividendos	20.020		20.020
Partes relacionadas	1.066		1.066
Empréstimos e financiamentos	113.854		113.854
Obrigações estimadas com pessoal	542		542
Encargos regulamentares e setoriais	9.572		9.572
Uso do bem público		13.284	13.284
Outras contas a pagar	66	(5)	61
	169.312	**11.050**	**180.362**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos		45.435	45.435
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	578.756		578.756
Partes relacionadas	637		637
Uso do bem público		171.175	171.175
	579.393	**216.610**	**796.003**
Patrimônio líquido			
Capital social	882.628		882.628
Reservas de capital	18.546		18.546
Reservas de lucros	249.007		249.007
Prejuízos acumulados		(45.934)	(45.934)
	1.150.181	**(45.934)**	**1.104.247**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.898.886**	**181.726**	**2.080.612**

3.3 Reconciliação da demonstração do resultado da Companhia - 31 de dezembro de 2009

RESULTADO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Receita operacional líquida	**326.278**	**–**	**326.278**
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(7.858)		(7.858)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(26.032)		(26.032)
	(33.890)	**–**	**(33.890)**
Custo de operação			
Pessoal	(3.340)		(3.340)
Materiais e serviços de terceiros	(12.332)		(12.332)
Depreciações e amortizações	(44.564)	(4.645)	(49.209)
Outros custos de operação	(223)		(223)
	(60.459)	**(4.645)**	**(65.104)**
Custo Total	**(94.349)**	**(4.645)**	**(98.994)**
Lucro operacional bruto	**231.929**	**(4.645)**	**227.284**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(2.320)	(45)	(2.365)
Depreciações e amortizações	(45)	45	
Outras despesas operacionais	(16.744)	6.800	(9.944)
	(19.109)	**6.800**	**(12.309)**
Resultado do serviço	**212.820**	**2.155**	**214.975**
Receitas financeiras	9.765		9.765
Despesas financeiras	(84.559)	(1.582)	(86.141)
Resultado financeiro	**(74.794)**	**(1.582)**	**(76.376)**

Liberado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

RESULTADO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**138.026**	**573**	**138.599**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(38.995)	(49)	(39.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(86)	(86)
(–) Imposto de Renda - Incentivo ADA	21.995		21.995
Lucro líquido do período	**121.026**	**438**	**121.464**
Lucro básico por lote de mil ações - R$	**145,25**	**0,52**	**145,77**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajuste decorrente dos impactos da adoção dos CPC's.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Imobilizado: ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27.

Intangível: ajustes referentes a: (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de Uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Passivo

Circulante e Não Circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: reclassificação do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Uso do bem público: reconhecimento dos valores a pagar por conta dos contratos de concessão de Uso do bem público por cumprirem com as definições de reconhecimento do CPC 38.

Patrimônio líquido

Lucros acumulados: reconhecimento dos valores referentes a ajustes de exercícios anteriores devido a aplicação do CPC 25 e CPC 27.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (iii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de Uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iv) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (v) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao Uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	952	168
Aplicações financeiras - renda fixa	69.342	43.858
Total	**70.294**	**44.026**

As aplicações financeiras de curto de prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Concessionárias				
Energia de suprimento de energia elétrica	10.431		10.431	10.778
Energia de curto prazo	152		152	745
	10.583	**–**	**10.583**	**11.523**
Total circulante	**10.583**	**–**	**10.583**	**11.523**
Concessionárias				
Energia de curto prazo	836	(836)		
	836	**(836)**	**–**	**–**
Total não circulante	**836**	**(836)**	**–**	**–**

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, com vencimentos em até 45 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	38	35
Total	**38**	**35**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	10.733	6.844
PIS e COFINS	2.813	2.713
ISS	23	59
PIS, COFINS e CS - sobre serviços prestados por terceiros	183	214
IRRF sobre juros s/capital próprio	3.000	3.225
Outros	86	60
Total	**16.838**	**13.115**

6.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20.2). No exercício de 2010 foi retido o montante de R$ 3.000.

7 Impostos e contribuições sociais diferidos

	Ativo não circulante				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Ajustado Total
Diferenças temporárias - RTT					
Uso do bem público - CPC 25	198.678	49.670	17.881	67.551	64.490
Total diferenças temporárias		**49.670**	**17.881**	**67.551**	**64.490**
Total ativos diferidos		**49.670**	**17.881**	**67.551**	**64.490**

	Passivo não circulante				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de Cálculo	IR	CS	Total	Ajustado Total
Diferenças temporárias - RTT					
Uso do bem público - CPC 25	128.668	32.167	11.580	43.747	47.123
Total diferenças temporárias		**32.167**	**11.580**	**43.747**	**47.123**
Total passivos diferidos		**32.167**	**11.580**	**43.747**	**47.123**

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Total não circulante
2.598	2.598	2.598	2.598	2.598	7.794	46.767	67.551

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

8 Partes relacionadas

Contraparte	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh	Ativo 31/12/2010	Ativo 31/12/2009	Passivo 31/12/2010	Passivo 31/12/2009	Receitas (despesas) no exercício 2010	Receitas (despesas) no exercício 2009
Concessionárias										
Bandeirante	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	161,23	19.341	18.453			145.228	143.284
	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	152,59	6.826	6.761			54.094	52.498
Escelsa	Venda de energia elétrica	23/12/2002	23/12/2002 a 31/01/2016	158,17	9.131	9.024			72.369	70.860
					35.298	**34.238**	**–**	**–**	**271.691**	**266.642**
Partes relacionadas	**Não circulante**									
Bandeirante	1)	01/01/2007	Não existe data para liquidação do saldo				162	162		
Bandeirante	2)	01/07/2007	Não existe data para liquidação do saldo				475	475		
					–	**–**	**637**	**637**	**–**	**–**
Fornecedores										
CESA	Uso do sistema de transmissão	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							(4)
Energest	Serviços de consultoria ambiental						30		(301)	(222)
Evrecy	Uso do sistema de transmissão	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025				1	1	(13)	(7)
Furnas	Encargos de uso da rede						449	517	(4.320)	(4.333)
Furnas	Serviço de operação e manutenção da usina						1.444	548	(7.237)	(6.924)
					–	**–**	**1.924**	**1.066**	**(11.871)**	**(11.490)**
					35.298	**34.238**	**2.561**	**1.703**	**259.820**	**255.152**

1) Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado.
2) Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada.

Partes relacionadas

Bandeirante - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Bandeirante Energia S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 93,4 MW médios em 2006 e 109 MW médios para o período remanescente, ao preço de R$ 91,12/MWh, com data base de reajuste em outubro de 2002. O contrato foi aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R$ 107,18/MWh, com data base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 23 de outubro de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 23 de outubro de cada ano do período de suprimento. O preço vigente em dezembro de 2010 é de R$ 161,23/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 06 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.850/2003-SFF/ANEEL.

Bandeirante - CEMAT - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, tendo como interveniente a Bandeirante Energia S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 35,1 MW médios em 2006 e 40,65 MW médios para o período remanescente, ao preço de R$ 79,76/MWh, com data base de reajuste nos meses de abril. O contrato foi aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R$ 106,49/MWh, com data base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 08 de abril de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 08 de abril de cada ano do período de suprimento. Em 15 de dezembro de 2003, a CEMAT exerceu sua opção de ceder o contrato à Bandeirante, conforme previsão do Parágrafo Terceiro da Cláusula 21 do referido contrato. O preço vigente em dezembro de 2010 é de R$ 152,59/MWh. A cessão do contrato foi aprovada pela ANEEL em 25 de maio de 2004, através do Ofício nº 819/2004-SFF/ANEEL.

Escelsa - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 47,2 MW médios em 2006 e 53,9 MW médios para o período remanescente, ao preço de R$ 85,67/MWh, com data base de reajuste em agosto de 2002. O contrato foi aditado em 19 de fevereiro de 2003, passando o preço para R$ 83,73/MWh, sendo novamente aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R$ 107,18/MWh, com data base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 07 de agosto de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 07 de agosto de cada ano do período de suprimento. O preço vigente em dezembro de 2010 é de R$ 158,17/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 06 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.848/2003-SFF/ANEEL.

As condições contratuais acima descritas não foram modificadas.Os valores com as coligadas EVRECY e CESA referem-se a operações de encargos de uso da rede elétrica, com a coligada Enertrade refere-se a de compra de energia para complemento ao suprimento físico contratado pelas concessionárias distribuidoras, quando necessário, com a coligada Energest aos serviços de consultoria ambiental e com a coligada Bandeirante ao ressarcimento de gastos com a implantação do sistema de gestão.

Furnas - Os valores referem-se, basicamente, a encargos de uso da rede, a serviço de operação e manutenção da usina. O contrato de prestação dos serviços de operação e manutenção da UHE Peixe Angical, subestação associada e linhas de transmissão, serviços de hidrologia, de planejamento energético de médio e curto prazos, de auscultação da barragem e serviços de engenharia de manutenção e de operação do sistema elétrico em conformidade com o Manual de Operação e Plano de Manutenção, que possibilitem o cumprimento do contrato de concessão, os acordos operativos, bem como os contratos de venda de energia. O prazo do contrato teve início a partir de 11 de julho de 2006 e término em 14 de fevereiro de 2011, sendo o mesmo estando em processo de renovação.

EDP - Electricidade de Portugal S.A. - Carta de fiança onde constitui-se fiadora e principal pagadora pelo pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações do contrato de financiamento junto ao BNDES, conforme descrito na nota 15.

9 Remuneração dos administradores

9.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2010.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

9.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R$)	81.600	1.029.550	1.111.150
Salário ou pró-labore	81.600	1.029.550	1.111.150
Valor total da remuneração, por órgão	**81.600**	**1.029.550**	**1.111.150**

9.1.2 Remuneração média do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2010:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual (em R$)	3.400	35.700
Valor da menor remuneração individual (em R$)	3.400	26.250
Valor médio de remuneração individual (em R$)	3.400	30.975

Obs: Dos 5 Conselheiros de administração da Enerpeixe, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 08 de abril de 2010, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R$ 1.900, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais	35	35		6
Cauções e depósitos vinculados	58.159	55.463		
Total	**58.194**	**55.498**	**–**	**6**

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia, R$ 47.575 (2009 - R$ 54.070), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iv) da nota 15 e das operações de energia de curto prazo na CCEE.

11 Outros créditos - Ativo e outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	4	4
Adiantamentos a fornecedores	66	433
Estoques	462	136
Serviços em curso	2.765	1.472
Outros	2	10
Total	**3.299**	**2.055**
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	48	61
Total	**48**	**61**

12 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2010 Custo histórico	31/12/2010 Depreciação acumulada	31/12/2010 Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		13.023		13.023	13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	853.908	(71.969)	781.939	787.746
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,11%	259.794	(24.092)	235.702	240.754
Máquinas e equipamentos	2,99%	744.466	(95.058)	649.408	658.921
Veículos	20,00%	1.372	(808)	564	497
Móveis e utensílios	9,98%	608	(116)	492	352
		1.873.171	**(192.043)**	**1.681.128**	**1.701.293**
Administração					
Máquinas e equipamentos	6,70%	9	(2)	7	7
Veículos	20,00%	136	(38)	98	124
Móveis e utensílios	9,99%	352	(86)	266	259
		497	**(126)**	**371**	**390**
Total do Imobilizado em serviço		**1.873.668**	**(192.169)**	**1.681.499**	**1.701.683**
Imobilizado em curso					
Geração		21.914		21.914	33.714
Transmissão					280
Total do Imobilizado em curso		**21.914**	**–**	**21.914**	**33.994**
Total imobilizado		**1.895.582**	**(192.169)**	**1.703.413**	**1.735.677**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Imobilizado em serviço						
Terrenos	13.023					13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	787.746		11.453	(17.184)		781.939
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.754		417	(5.545)		235.702
Máquinas e equipamentos	658.928		12.585	(22.098)		649.415
Veículos	621		312	(271)		662
Móveis e utensílios	611		263	(87)	(29)	758
Outros						
Total do imobilizado em serviço	**1.701.683**	**–**	**25.030**	**(45.185)**	**(29)**	**1.681.499**
Imobilizado em curso	33.994	12.950	(25.030)			21.914
Total do imobilizado em curso	**33.994**	**12.950**	**(25.030)**	**–**	**–**	**21.914**
Total do imobilizado - tangível	**1.735.677**	**12.950**	**–**	**(45.185)**	**(29)**	**1.703.413**

13 Intangível

		31/12/2010			31/12/2009 *Ajustado*
	Taxas anuais médias de amortização - %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Geração					
Software	20%	1.275	(342)	933	138
Servidão permanente		268		268	268
Direito de concessão - Licenças ambientais	14%	2.747	(382)	2.365	
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	3%	151.423	(22.755)	128.668	133.633
		155.713	**(23.479)**	**132.234**	**134.039**
Administração					
Software	20%	198	(152)	46	80
		198	**(152)**	**46**	**80**
Total do intangível em serviço		**155.911**	**(23.631)**	**132.280**	**134.119**
Geração					223
Total do intangível em curso		**–**	**–**	**–**	**223**
Obrigações vinculadas à concessão - P&D	2%	(681)	11	(670)	
Total imobilizado intangível		**155.230**	**(23.620)**	**131.610**	**134.342**

A movimentação do intangível no exercicío é a seguinte:

Intangível	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortização	Valor líquido 31/12/2010
Intangível em serviço					
Software	218		905	(144)	979
Servidão permanente	268				268
Direito de concessão - Licenças ambientais			2.747	(382)	2.365
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	133.633			(4.965)	128.668
Intangível em curso	223	681	(904)		
	134.342	**681**	**2.748**	**(5.491)**	**132.280**
Obrigações vinculadas à concessão - P&D			(681)	11	(670)
	134.342	**681**	**2.067**	**(5.480)**	**131.610**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Uso do bem público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

14 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	815	1.027
Encargos de uso da rede elétrica	3.095	3.265
Materiais e serviços	916	1.475
Total	**4.826**	**5.767**

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição dos empréstimos

	31/12/2010			31/12/2009		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda						
BNDES	1.276	56.454	230.518	1.528	56.454	286.971
Banco Itaú	389	17.220	70.316	466	17.220	87.536
Bradesco	325	14.350	58.596	388	14.350	72.947
Unibanco	260	11.480	46.877	311	11.480	58.357
Banco do Brasil	324	14.350	58.595	388	14.350	72.945
Total	**2.574**	**113.854**	**464.902**	**3.081**	**113.854**	**578.756**

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R$ 670.000, aprovado nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R$ 335.000 em operação de financiamento direto com recursos do BNDES e R$ 335.000 em operação de financiamento mediante repasse realizado por agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

	Parcela direta	Parcela indireta					
Subcrédito	BNDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	Total	Total
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662
	335.000	**100.500**	**83.750**	**83.750**	**67.000**	**335.000**	**670.000**

As principais condições do financiamento são:

(i) Amortização: • Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

(ii) Encargos: • Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal S.A.; e • Os spreads acima mencionados poderão ser de até 6% ao ano a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., o que, a partir de janeiro de 2008, poderá ocorrer somente por solicitação da Companhia e da EDP Energias do Brasil S.A. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% ao ano, caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3. O índice de cobertura do serviço da dívida é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, com medições semestrais em junho e dezembro.

(iii) Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal e encargos):

	Total
Circulante	
2011	116.428
	116.428
Não circulante	
2012	113.853
2013	113.853
2014	113.853
2015	113.853
2016	9.490
	464.902
Total	**581.330**

(iv) Garantias e obrigações:

• Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;

• Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros: • Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e • As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs;

• Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;

• Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas;

• Em 31 de dezembro de 2010, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento, a saber índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). O ICSD é definido como a relação entre o fluxo de caixa disponível e serviço da dívida e será apurado com base nos demonstrativos financeiros findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, durante o período do contrato.

Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	116.935	(113.854)	(65.118)	64.611	113.854	116.428
	116.935	**(113.854)**	**(65.118)**	**64.611**	**113.854**	**116.428**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	578.756				(113.854)	464.902
	578.756	**–**	**–**	**–**	**(113.854)**	**464.902**

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.582	2.165
Pesquisa e desenvolvimento	7.017	6.205
Uso do bem público - UBP - Direito de outorga		1.135
Taxa de fiscalização - ANEEL	73	67
Total	**9.672**	**9.572**

16.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

A Companhia registrou o montante de R$ 1.783 em 2010 (R$ 1.680 em 2009), sendo a título de principal R$ 1.318 em 2010 (R$ 1.305 em 2009), registrado no Grupo de Dedução da Receita e R$ 465 em 2010 (R$ 375 em 2009) de atualização monetária, registrado no Resultado Financeiro.

17 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da usina Peixe Angical, pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento.

Este Intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente a realização do pagamento.

Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa líquida de desconto de 6%, referente ao Custo Médio de Capital.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Ajustado	**13.284**	**171.175**
Ajuste a valor presente	(4.469)	
Encargos e atualizações monetárias	12.937	18.234
Amortizações	(12.482)	
Transferência para o circulante	6.800	(6.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**16.070**	**182.609**

18 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	31/12/2009
Folha de pagamento	276	372
INSS e FGTS	211	170
Total	**487**	**542**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

19 Provisões

	31/12/2010	31/12/2009
Licenças ambientais	2.956	
Total	**2.956**	**–**
Circulante	2.076	
Não circulante	880	
	2.956	**–**

19.1 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possui processos com classificação de risco provável. A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	2ª	12	78
Cíveis	1ª	296	296
Administrativos		3.731	
Total		**4.039**	**374**

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está demonstrada a seguir:

	31/12/2010			31/12/2009		
Acionistas	Quantidade de ações	% Participação	Capital social	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051	333.300.836	40%	353.051
	833.252.089	**100%**	**882.628**	**833.252.089**	**100%**	**882.628**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

20.2 Destinação do lucro

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma de lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	118.302
Ajuste de exercícios anteriores	(45.934)
Total	**72.368**
Constituição da reserva legal - 5%	3.618
Incentivo fiscal - ADA	24.478
	44.272
Destinação do lucro:	
Dividendos	20.000
Constituição da reserva de retenção de lucros	24.272

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$ 20.000, imputados aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos nas demonstrações dos resultados.

20.3 Reservas

20.3.1 Reservas de capital

	31/12/2010	31/12/2009
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
	18.546	**18.546**
Reservas de lucros		
Legal	23.142	19.524
Retenção de lucros	208.704	184.432
Incentivos fiscais	69.529	45.051
	301.375	**249.007**
Total	**319.921**	**267.553**

A Reserva de capital é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ do exercício findo até 31 de dezembro de 2007.

20.3.2 Reservas de incentivos fiscais

	2010	2009 *Ajustado*
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	118.302	121.464
Doações e subvenções - incentivo ADA redução de IRPJ	24.478	21.995
Lucro líquido, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	93.824	99.469
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	**(24.478)**	**(21.995)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2010	2009
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	1.202.549	1.150.181
Reserva de lucro - incentivos fiscais - ADA	24.478	21.995
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(24.478)	(21.995)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	**1.202.549**	**1.150.181**

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07.

20.3.3 - Reserva de retenção de lucros

Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de Lucros ou Investimentos, em consonância com o Estatuto Social e as garantias estabelecidas no contrato de financiamento com o BNDES.

21 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009
EDP - Energias do Brasil S.A.	10.200	12.012
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.800	8.008
Total	**17.000**	**20.020**

22 Receita operacional líquida

	GWh (*)		R$	
	2010	2009	2010	2009
Suprimento de energia elétrica	2.597	2.166	361.796	354.205
Total fornecimento de energia elétrica	**2.597**	**2.166**	**361.796**	**354.205**
Energia de curto prazo			4.998	8.920
Serviços taxados e outros				5
Total outras receitas operacionais			**4.998**	**8.925**
			366.794	**363.130**
(–) Deduções da receita				
PEE e P&D			(3.296)	(3.263)
PIS/COFINS			(33.928)	(33.589)
			(37.224)	**(36.852)**
Total	**2.597**	**2.166**	**329.570**	**326.278**

(*) Não auditado

23 Gastos operacionais

	2010						2009
	Custo do serviço		Despesas operacionais				*Ajustado*
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Contratos bilaterais	4.208					4.208	5.906
Energia de curto prazo - CCEE	1.425					1.425	2.753
Encargo de uso e conexão	29.218					29.218	28.685
PIS/COFINS	(3.224)					(3.224)	(3.454)
Taxa de fiscalização					878	878	810
Compensações financeiras					11.338	11.338	9.112
	31.627	**–**	**–**	**–**	**12.216**	**43.843**	**43.812**
Gerenciáveis							
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		1.614		3.323		4.937	4.592
Material		336		190		526	501
Serviços de terceiros		10.519		2.526		13.045	12.216
Depreciação e amortização		50.415		237		50.652	49.254
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			836			836	
Aluguéis e arrendamentos		70		259		329	367
PIS/COFINS		(2.052)		(26)		(2.078)	(2.043)
Outras		1.502		624		2.126	2.582
	–	**62.404**	**836**	**7.133**	**–**	**70.373**	**67.469**
Total	**31.627**	**62.404**	**836**	**7.133**	**12.216**	**114.216**	**111.281**

Os saldos de PIS/COFINS referem-se a créditos nas operações da Companhia, como CCEE, energia elétrica comprada para revenda, depreciação de máquinas e equipamentos, despesas de energia elétrica e aluguéis.

24 Resultado financeiro

	2010	2009
		Ajustado
Renda de aplicações financeiras	8.061	7.297
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	216	2.418
Outras receitas financeiras	82	50
	8.359	**9.765**
Juros e multa sobre impostos	(65)	(62)
Encargos de dívidas	(64.657)	(76.188)
Variações monetárias moeda nacional	(256)	(932)
Ajustes a valor presente	4.469	(13.456)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(31.171)	4.892
Outras (receitas) despesas financeiras	(467)	(395)
	(92.147)	**(86.141)**
Total	**(83.788)**	**(76.376)**

25 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2010	2009	2010	2009
		Ajustado		*Ajustado*
Lucro antes do IRPJ e CSLL líquido de incentivos fiscais	111.539	117.099	111.539	117.099
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(27.885)	(29.275)	(10.039)	(10.539)
Doações	(65)	(153)	(24)	(55)
Despesas indedutíveis	(6)	(5)	(2)	(2)
Pesquisa e desenvolvimento	321	214	116	46
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(209)		(75)	
Outras	7		2	
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		(63)		(23)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		223		33
Adicional IR	24	24		
Lei Rouanet	120	547		
Despesa de IRPJ e CSLL	(27.693)	(28.488)	(10.022)	(10.540)
Alíquota efetiva	25%	24%	9%	9%

26 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

26.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

26.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para a apuração de valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, esta situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuirem características substancialmente similiares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	70.294	44.026	70.294	44.026
Rendas a receber	10.583	11.523	10.583	11.523
Concessionárias	35.298	34.238	35.298	34.238
Cauções e depósitos vinculados	58.194	55.498	58.194	55.498
Não Circulante				
Cauções e depósitos vinculados		6		6
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	4.826	5.767	4.826	5.767
Encargos de dívidas	2.574	3.081	2.574	3.081
Partes relacionadas	1.924	1.066	1.924	1.066
Empréstimos e financiamentos	113.854	113.854	113.854	113.854
Encargos regulamentares e setoriais	9.672	9.572	9.672	9.572
Uso do bem público	16.070	13.284	16.070	13.284
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	464.902	578.756	464.902	578.756
Partes relacionadas	637	637	637	637
Uso do bem público	182.609	171.175	182.609	171.175
	971.437	**1.042.483**	**971.437**	**1.042.483**

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		70.294			70.294
Concessionárias	10.583				10.583
Partes relacionadas	35.298				35.298
Cauções e depósitos vinculados			58.194		58.194
	45.881	**70.294**	**58.194**	**–**	**174.369**

Passivos financeiros	Derivativos	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores			4.826	4.826
Encargos de dívidas			2.574	2.574
Empréstimos e financiamentos			578.756	578.756
Encargos regulamentares e setoriais			9.672	9.672
Partes relacionadas			2.561	2.561
Uso do bem público			198.679	198.679
	–	**–**	**797.068**	**797.068**

	31/12/2009				
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		44.026			44.026
Concessionárias	11.523				11.523
Partes relacionadas	34.238				34.238
Cauções e depósitos vinculados			55.504		55.504
	45.761	**44.026**	**55.504**	**–**	**145.291**

Passivos financeiros	Derivativos	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores			5.767	5.767
Encargos de dívidas			3.081	3.081
Empréstimos e financiamentos			692.610	692.610
Encargos regulamentares e setoriais			9.572	9.572
Partes relacionadas			1.703	1.703
Uso do bem público			184.459	184.459
	–	**–**	**897.192**	**897.192**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similiares às contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
Ativos financeiros	31/12/2010	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	70.294	70.294	
Concessionárias	10.583		10.583
Partes relacionadas	35.298		35.298
Cauções e depósitos vinculados	58.194		58.194
Passivos financeiros			
Circulante			
Fornecedores	4.826	4.826	
Encargos de dívidas	2.574		2.574
Partes relacionadas	1.924		1.066
Empréstimos e financiamentos	113.854		113.854
Encargos regulamentares e setoriais	9.672		9.672
Uso do bem público	16.070		16.070
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	464.902		464.902
Partes relacionadas	637		637
Uso do bem público	182.609		182.609
	971.437	**75.120**	**895.459**

26.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 15, possuem como contraparte o BNDES e Agentes Financeiros (Banco do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco Bradesco S.A. e Unibanco S.A.). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos à TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

26.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	**Risco**	**Cenário (I) Provável**	**Cenário (II) Aumento do risco em 25%**	**Cenário (III) Aumento do risco em 50%**	**Cenário (IV) Redução do risco em 25%**	**Cenário (V) Redução do risco em 50%**
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	7.838	9.695	11.515	5.942	4.005
Cauções e depósitos vinculados	CDI	22.249	27.520	32.685	16.866	11.368
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	88.601	113.465	135.284	66.890	44.891
Valor de referência						
CDI - 10,0%		10,00%	12,50%	15,00%	7,50%	5,00%
TJLP - 6,0%		6,00%	7,50%	9,00%	4,50%	3,00%

26.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

		31/12/2010			
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2012 até 2014**	**Vencimentos de 2015 até 2016**	**Vencimentos acima de 2016**
Empréstimos e financiamentos	75.023	5.932	17.037	11.358	40.696
	75.023	**5.932**	**17.037**	**11.358**	**40.696**

		31/12/2009			
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2010**	**Vencimentos de 2011 até 2013**	**Vencimentos de 2014 até 2015**	**Vencimentos acima de 2015**
Empréstimos e financiamentos	67.046	4.666	14.214	9.476	38.690
	67.046	**4.666**	**14.214**	**9.476**	**38.690**

26.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema, sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são R$ 200.000 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

	2010
Responsabilidade civil	10.000

A Enerpeixe possui um seguro para danos materiais de até R$ 200.000, com os seguintes sublimites: quebra de máquina - R$ 100.000; despesas extraordinárias - R$ 10.000; honorário de perito - R$ 1.000; despesas de agilização - R$ 2.000; pequenas obras de engenharia - R$ 10.000; erros e omissões - R$ 2.000; demolição e aumento do custo de construção - R$ 5.000; inclusões/exclusões de bens - R$ 2.000; recomposição de registros - R$ 500; despesas de salvamento e contenção de sinistros - R$ 1.000.

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2010 foram de R$ 11.627 sendo R$ 10.806, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R$ 821 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques – Presidente
Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa – Conselheiro
Carlos Emanuel Baptista Andrade – Conselheiro
Carlos Nadalutti Filho – Conselheiro
Luiz Henrique Hannan – Conselheiro

DIRETORIA

Julio Galvão de Araújo Junior – Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro
Amauri Alvarez – Diretor de Operação
Francisco José Magdalena – Contador - CRC 1SP259218/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Enerpeixe S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Enerpeixe S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Enerpeixe S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7
Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A.

CNPJ nº 04.149.295/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.415	10.016	34.445
Consumidores e concessionárias	5	73.300	116.632	73.691
Impostos e contribuições sociais	6	29.703	24.340	27.512
Despesas pagas antecipadamente		73	57	17
Outros créditos	10	1.667	718	186
		115.158	**151.763**	**135.851**
Não circulante				
Consumidores e concessionárias				1.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	13.906	11.949	23.968
Partes relacionadas	8	12		
Cauções e depósitos vinculados	9	4.210	4.210	5.577
		18.128	**16.159**	**30.931**
Imobilizado	11	684	760	415
Intangível	12	958	1.009	964
		1.642	**1.769**	**1.379**
Total do ativo		**134.928**	**169.691**	**168.161**

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	13	58.924	75.783	59.786
Impostos e contribuições sociais	6	21.772	10.638	35.373
Dividendos		3.897	5.968	8.654
Obrigações estimadas com pessoal	14	1.217	1.089	1.235
Outras contas a pagar	10	85	511	497
		85.895	**93.989**	**105.545**
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais	6	647	693	
Partes relacionadas	8	32	20.707	247
Provisões	15	3.876	3.589	3.589
Outras contas a pagar	10	12	15	5
		4.567	**25.004**	**3.841**
Patrimônio líquido				
Capital social	17.1	26.285	26.285	26.285
Reservas de lucros	17.3	18.181	24.413	32.490
		44.466	**50.698**	**58.775**
Total do passivo e patrimônio líquido		**134.928**	**169.691**	**168.161**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**26.285**	**5.631**	**–**	**31.916**
Dividendo adicional proposto		26.859		26.859
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Ajustado)	**26.285**	**32.490**	**–**	**58.775**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2009		(26.859)		(26.859)
Lucro líquido do exercício			25.043	25.043
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários (JSCP)			(1.950)	(1.950)
Dividendos propostos			(4.311)	(4.311)
Dividendo adicional proposto		18.782	(18.782)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)	**26.285**	**24.413**	**–**	**50.698**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2010		(18.782)		(18.782)
Lucro líquido do exercício			16.734	16.734
Destinação do lucro				
Dividendos intermediários (JSCP)			(1.912)	(1.912)
Dividendos propostos			(2.272)	(2.272)
Dividendo adicional proposto		12.550	(12.550)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**26.285**	**18.181**	**–**	**44.466**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009
Receita operacional líquida	18	741.414	763.231
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	19	(697.466)	(750.540)
		(697.466)	**(750.540)**
Custo de operação			
Pessoal		(2.908)	(2.969)
Materiais e serviços de terceiros		(2.556)	(1.454)
Depreciações e amortizações		(55)	(15)
Outros custos de operação		(2.260)	(1.558)
	19	**(7.779)**	**(5.996)**
		(705.245)	**(756.536)**
Custo do serviço prestado a terceiros	19	**(91)**	
Lucro operacional bruto		**36.078**	**6.695**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(6.916)	36.054
Despesas gerais e administrativas		(6.708)	(7.289)
Depreciações e amortizações		(109)	(200)
	19	**(13.733)**	**28.565**
Resultado do serviço		**22.345**	**35.260**
Receitas financeiras		2.940	2.852
Despesas financeiras		(777)	(850)
Resultado financeiro	20	**2.163**	**2.002**
Outras receitas		42	12
Outras despesas		(57)	
Outros resultados		**(15)**	**12**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**24.493**	**37.274**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.716)	(212)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.957	(12.019)
	21	**(7.759)**	**(12.231)**
Lucro líquido do exercício		**16.734**	**25.043**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		**874,62**	**1.308,87**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.734	25.043
Consumidores e concessionárias	6.819	(36.742)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(1.957)	12.019
Depreciações e amortizações	165	215
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	160	25
Despesas pagas antecipadamente	62	
Provisões	287	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(234)
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	36.513	(4.813)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(5.363)	3.172
Cauções e depósitos vinculados		1.601
Despesas pagas antecipadamente	(78)	(40)
Outros créditos	(949)	(544)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(16.859)	15.997
Impostos e contribuições sociais correntes	10.801	(24.335)
Obrigações estimadas com pessoal	128	(134)
Outras obrigações	(429)	24
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**46.034**	**(8.746)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(198)	(630)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(198)**	**(630)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(20.687)	20.460
Dividendos pagos	(24.750)	(35.513)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(45.437)**	**(15.053)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**399**	**(24.429)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.415	10.016
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.016	34.445
	399	**(24.429)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**849.597**	**937.697**
Receita operacional	856.399	900.943
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(6.844)	36.742
Outras receitas	42	12
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(705.184)**	**(758.276)**
Custos da energia comprada	(697.466)	(750.540)
Materiais	(62)	(59)
Serviços de terceiros	(3.981)	(4.243)
Outros custos operacionais	(3.675)	(3.434)
Valor adicionado bruto	**144.413**	**179.421**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(164)	(215)
Valor adicionado líquido produzido	**144.249**	**179.206**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.940	2.852
Valor adicionado total a distribuir	**147.189**	**182.058**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.768	5.105
Benefícios	334	284
FGTS	148	151
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	83.721	92.313
Estaduais	39.078	57.847
Municipais	349	160
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	777	850
Aluguéis	280	305
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	1.912	1.950
Dividendos	2.272	4.311
	134.639	**163.276**
Lucros retidos	12.550	18.782
	147.189	**182.058**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou Enertrade), anteriormente denominada Enertrade Comercializadora de Energia S.A., Companhia de capital fechado, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. Além das atividades mencionadas, a partir de 29 de outubro de 2009, a Companhia passou a prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

2. Práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante os exercícios de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 5)

Representadas basicamente por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil destes ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL. A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

d) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04. Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços e de energia elétrica.

i) Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7 e 21)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e os diferidos registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do Lucro Real, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

l) Benefícios pós-emprego (Nota 16)

Os valores de Contribuição definida são registrados no resultado do exercício de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados.

m) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

n) Capital social (Nota 17.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos em instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável, e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Planos de benefícios pós-emprego.

q) Instrumentos financeiros (Nota 22)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, este valor justo é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício. O reconhecimento das variações de valor justo destes derivativos, nos resultados do exercício, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

• Contratos de comercialização

A Administração considera que a função da Companhia está intimamente ligada à estratégia do grupo no atendimento de seus clientes de geração e de distribuição e tendo por objetivo a entrega de energia a seus principais clientes ligados a sua rede de distribuição. Consequentemente a Companhia conduz as suas operações em estreita ligação com os objetivos do Grupo EDP e não tem por objetivo atuar de maneira autônoma no mercado. Portanto, se caracterizando que o ativo relacionado aos contratos de compra e venda de energia se caracterizam como de uso próprio. Desta maneira os contratos são registrados quando do efetivo despacho da energia aos seus clientes pelos valores estabelecidos nos contratos.

r) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

s) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

3.1. Reconciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	34.445		34.445
Consumidores e concessionárias	73.691		73.691
Impostos e contribuições sociais	27.512		27.512
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.414	(22.414)	–
Despesas pagas antecipadamente	17		17
Outros créditos	186		186
	158.265	**(22.414)**	**135.851**
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	1.386		1.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.554	22.414	23.968
Cauções e depósitos vinculados	5.577		5.577
	8.517	**22.414**	**30.931**
Imobilizado	415		415
Intangível	964		964
	1.379	**–**	**1.379**
Total do ativo	**168.161**	**–**	**168.161**

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	59.786		59.786
Impostos e contribuições sociais	35.373		35.373
Dividendos	35.513	(26.859)	8.654
Obrigações estimadas com pessoal	1.235		1.235
Outras contas a pagar	497		497
	132.404	**(26.859)**	**105.545**
Não circulante			
Partes relacionadas	247		247
Provisões	3.589		3.589
Outras contas a pagar	5		5
	3.841	**–**	**3.841**
Patrimônio líquido			
Capital social	26.285		26.285
Reservas de lucros	5.631	26.859	32.490
	31.916	**26.859**	**58.775**
Total do passivo e patrimônio líquido	**168.161**	**–**	**168.161**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.2. Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10.016		10.016
Consumidores e concessionárias	116.632		116.632
Impostos e contribuições sociais	24.340		24.340
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.949	(11.949)	–
Despesas pagas antecipadamente	57		57
Outros créditos	730	(12)	718
	163.724	**(11.961)**	**151.763**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11.949	11.949
Cauções e depósitos vinculados	4.210		4.210
	4.210	**11.949**	**16.159**
Imobilizado	760		760
Intangível	1.009		1.009
	1.769	**–**	**1.769**
Total do ativo	**169.703**	**(12)**	**169.691**

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	75.783		75.783
Impostos e contribuições sociais	10.638		10.638
Dividendos	24.750	(18.782)	5.968
Obrigações estimadas com pessoal	1.101	(12)	1.089
Outras contas a pagar	511		511
	112.783	**(18.794)**	**93.989**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	693		693
Partes relacionadas	20.707		20.707
Provisões	3.589		3.589
Outras contas a pagar	15		15
	25.004	**–**	**25.004**
Patrimônio líquido			
Capital social	26.285		26.285
Reservas de lucros	5.631	18.782	24.413
	31.916	**18.782**	**50.698**
Total do passivo e patrimônio líquido	**169.703**	**(12)**	**169.691**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: reclassificação do circulante para o não circulante por conta da adoção do CPC 32.

Outros créditos: reclassificação do saldo da conta de adiantamento de férias classificada em Outros no balanço patrimonial para a respectiva provisão por conta da adoção do CPC 33.

Passivo

Circulante e não circulante

Dividendos: reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo da conta de adiantamento de férias classificada em Outros no balanço patrimonial para a respectiva provisão por conta da adoção do CPC 33.

Patrimônio líquido

Reserva de lucros: reclassificação do Passivo circulante da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Não ocorreram ajustes que afetaram o resultado do exercício de 2009 por conta da adoção do CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	10.415	10.016
Total	**10.415**	**10.016**

5. Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Circulante							
Clientes livres	27.676	773		28.449		28.449	5.999
Suprimento de energia elétrica	33.383	9	36.443	69.835	(36.443)	33.392	108.242
Energia de curto prazo	11.459			11.459		11.459	2.391
Total circulante	**72.518**	**782**	**36.443**	**109.743**	**(36.443)**	**73.300**	**116.632**
Não circulante							
Energia de curto prazo	467			467	(467)	–	
Total não Circulante	**467**	**–**	**–**	**467**	**(467)**	**–**	

5.1. Suprimento de energia elétrica

O saldo de Suprimento de energia elétrica inclui valores faturados contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vencidas e a vencer, no total de R$39.266 em 31 de dezembro de 2010 (R$57.258 em 2009), sendo que desse montante R$35.923 (R$27.684 em 2009) refere-se a um direito obtido por sentença arbitral do dia 19 de março de 2009, em resposta aos processos nºs 03/2005 e 04/2006, emitida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. Esta sentença arbitral reconheceu que a AMPLA não cumpriu com o preço definido no contrato de compra e venda de energia celebrado entre as partes, para o período de 15 de novembro de 2003 até 28 de agosto de 2006. Não tendo a Ampla reconhecido os efeitos da setença arbitral, a Companhia decidiu manter a provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD no montante de R$35.923, correspondente ao valor em discussão.

5.2. Energia de curto prazo

Refere-se à transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6. Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	22.275	13.187		
ICMS	104	156		
PIS e COFINS	6.354	10.785		
Outros	970	212		
Total	**29.703**	**24.340**	**–**	**–**
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	9.717			
ICMS	4.195	3.020		
PIS e COFINS	6.955	6.873		
IRRF sobre juros s/capital próprio	286	293		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	432	297	647	693
Outros	188	155		
Total	**21.773**	**10.638**	**647**	**693**

6.1. IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 17.2). Neste exercício foi retido o montante de R$286.

6.2. Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes, relativos a processos de natureza tributária no âmbito da esfera federal. O saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está composto como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Passivos		
Saldo inicial	989	
Constituição de Provisão		886
Constituição de Encargos Legais	90	207
Saldo com revisão da probabilidade pelos advogados	**1.079**	**1.093**
Benefício - Reversão Programa REFIS		(104)
Parcelamento	**1.079**	**989**

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, está registrado contabilmente nesta rubrica do passivo conforme abaixo:

Composição - Passivo		
Imposto de Renda e contribuição social	337	315
PIS/COFINS	742	674
Total	**1.079**	**989**

O REFIS será amortizado em 30 parcelas, não havendo compensação com depósitos judiciais e/ou créditos fiscais.

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2010 Total	31/12/2009 Total
Prejuízos Fiscais				–	349	
Base Negativa da Contribuição Social				–	126	
	–	**–**	**–**	**–**	**475**	
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.936	9.234	3.324	12.558	10.231	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.966	992	356	1.348	1.243	
Total diferenças temporárias		**10.226**	**3.680**	**13.906**	**11.474**	
Total ativos diferidos		**10.226**	**3.680**	**13.906**	**11.949**	

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	Total não circulante
12.588	1.318	13.906

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2010. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2010	Ativo 31/12/2010	Ativo 31/12/2009	Passivo 31/12/2010	Passivo 31/12/2009	Receitas (despesas) no exercício 2010	Receitas (despesas) no exercício 2009
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	27/02/2008	01/03/2009 a 31/12/2009			7.473				57.801
	CESA	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010						16	
	Costa Rica				24					9
	EDP Lajeado	01/05/2009	01/05/2009 a 31/05/2009							5
	Energest	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012		869	884			10.127	13.285
	Escelsa	27/02/2008	01/03/2009 a 31/12/2009			7.583				59.123
	Lajeado Energia	01/01/2010	01/01/2010 a 31/03/2010						8.421	23
		01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010						404	
	Santa Fé	31/01/2009	01/01/2009 a 31/07/2009						41	5.570
					893	**15.940**	**–**	**–**	**19.009**	**135.816**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				32	109		
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		12					
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					12		
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2010					20.586	(195)	(199)
					12	**–**	**32**	**20.707**	**(195)**	**(199)**
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	CESA	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022	142,86			149		(143)	
	Costa Rica	01/01/2009	01/01/2009 a 31/01/2009	131,50						(107)
	EDP Lajeado	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022	102,52						(113.906)
	Energest	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014	121,32			353	359	(4.012)	(5.476)
	Lajeado Energia	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022	100,76			4.498	11.463	(13.065)	(11.027)
		01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022	100,76			9.647		(101.973)	
		01/07/2010	01/07/2010 a 31/12/2010	32,50			2.045		(6.659)	
	Pantanal	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023	119,52			1.778	1.199	(13.359)	(14.115)
					–	**–**	**18.470**	**13.021**	**(139.211)**	**(144.631)**
				Total	**905**	**15.940**	**18.502**	**33.728**	**(120.397)**	**(9.014)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP Energias do Brasil S.A.

8.1. Remuneração dos administradores

8.1.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

Proporção de cada elemento na remuneração total, no exercício de 2010:

Conselho de Administração

Não se aplica

Diretoria

Remuneração Fixa: 78%

Remuneração Variável: 22%

Conselho fiscal

Não se aplica

8.1.2. Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos no exercício de 2010

2010	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Número de membros	n/a	5	n/a	5
Remuneração fixa anual (em R$)	**n/a**	**722.717**	**n/a**	**722.717**
Salário ou pró-labore	n/a	722.717	n/a	722.717
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável (em R$)	**n/a**	**205.000**	**n/a**	**205.000**
Bônus	n/a	205.000	n/a	205.000
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração, por órgão	**n/a**	**927.717**	**n/a**	**927.717**

(n/a) = Não Aplicável

8.1.3. Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2010

2010	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal
Número de membros	n/a	5	n/a
Valor da maior remuneração individual (em R$)	n/a	241.705	n/a
Valor da menor remuneração individual (em R$)	n/a	128.000	n/a
Valor médio de remuneração individual (em R$)	n/a	185.543	n/a

9. Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais	4.210	4.210
Total	**4.210**	**4.210**

10. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado		*Ajustado*
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	3	5		
Dispêndios a reembolsar	42	42		
Serviços em curso	113	30		
Serviços prestados a terceiros	1.109	639		
Desativações e alienações em curso		(20)		
Instrumentos financeiros derivativos	400			
Outros		22		
Total	**1.667**	**718**	–	–
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento	81	79		
Outras	4	432	12	15
Total	**85**	**511**	**12**	**15**

11. Imobilizado

	31/12/2010				31/12/2009
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	67	(20)	47	49
Máquinas e equipamentos	9	255	(159)	96	118
Veículos	18	325	(101)	224	18
Móveis e utensílios	10	235	(117)	118	144
Total do Imobilizado em serviço	**12**	**882**	**(397)**	**485**	**329**
Imobilizado em curso					
Administração		199		199	431
Total imobilizado		**1.081**	**(397)**	**684**	**760**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Transferências para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2010
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civís e benfeitorias	49		50	(2)	(50)	47
Máquinas e equipamentos	118			(22)		96
Veículos	18		379	(65)	(108)	224
Móveis e utensílios	144			(24)	(2)	118
Total do imobilizado em serviço	**329**	**–**	**429**	**(113)**	**(160)**	**485**
Total do Imobilizado em curso	431	198	(430)			199
Total líquido	**760**	**198**	**(1)**	**(113)**	**(160)**	**684**

12. Intangível

	31/12/2010				31/12/2009
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Administração					
Software	20	1.322	(1.092)	230	55
Intangível em curso					
Administração		728		728	954
Total do intangível		**2.050**	**(1.092)**	**958**	**1.009**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Transferências para intangível em serviço	Amortização	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço				
Software	55	227	(52)	230
Intangível em curso	954	(226)		728
Total do intangível	**1.009**	**1**	**(52)**	**958**

13. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	58.748	75.338
Materiais e serviços	176	445
Total	**58.924**	**75.783**

14. Obrigações estimadas com pessoal

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado
Folha de Pagamento	1.032	1.020
INSS e FGTS	185	69
Total	**1.217**	**1.089**

15. Provisões

15.1. Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

15.1.1. Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo			Ativo
				Depósito judicial (Nota 9)
Instâncias	Saldo em 31/12/2009	Adições	Saldo em 31/12/2010	31/12/2010	31/12/2009
Cíveis 1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.589	287	3.876	3.707	3.707
Fiscais1ª, 2ª, 3ª e Adm.					503
Total	**3.589**	**287**	**3.876**	**3.707**	**4.210**
Não circulante	3.589		3.876	3.707	4.210
Total	**3.589**	**–**	**3.876**	**3.707**	**4.210**

15.1.2 - Risco de perda possível

	31/12/2010
Fiscais	23.821
Total	**23.821**

15.1.2.1. Fiscais

A Companhia discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito no montante integral de R$13.963 está garantido por fiança bancária. O processo aguarda sentenciamento.

Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. Esses processos somam R$9.772 em 31 de dezembro de 2010.

Baseada na posição de seus assessores jurídicos que consideram as perdas como possíveis, nenhuma provisão para essas contingências foi constituída.

15.3. Risco de perda remota

Adicionalmente, existe processo de natureza fiscal, cuja perda foi estimada como remota, e para esta ação a Companhia efetuou depósito judicial, no valor de R$503 (Nota 9), para garantia do direito à não incidência de multa sobre certos recolhimentos espontâneos, efetuados em atraso, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

16. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente junto à EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$121. Esse plano tem a adesão de 17 colaboradores.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O Capital social de R$26.285 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está representado por 19.132.969 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Energias do Brasil S.A.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

17.2. Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	16.734
Destinação do lucro	
Dividendos	**16.734**
Dividendos intermediários - JSCP	1.912
Dividendos complementares	2.272
Dividendo adicional proposto	12.550
Quantidade de ações	19.132.969
Dividendos por ação - JSCP	0,099932
Dividendos por ação ordinária	0,774668

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$1.912, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

17.3. Reservas de lucros

	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado
Reservas de lucros		
Legal	5.631	5.631
Dividendo adicional proposto	12.550	18.782
Total	**18.181**	**24.413**

18. Receita operacional líquida

	2010	2009
Receita com venda de energia		
Fornecimento faturado clientes livres	369.837	399.619
Suprimento comercialização	430.165	488.069
Energia de curto prazo	42.500	10.356
Outras receitas operacionais	13.897	2.899
	856.399	**900.943**
(–) Deduções da receita		
ICMS s/ fornecimento faturado clientes livres	(39.056)	(57.831)
PIS/COFINS	(75.604)	(79.741)
ISS	(325)	(140)
	(114.985)	**(137.712)**
Total	**741.414**	**763.231**

19. Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	2010	2009
Não gerenciáveis							
Contratos bilaterais	742.451					742.451	817.761
Energia de curto prazo - CCEE	26.107					26.107	9.281
PIS/COFINS	(71.092)					(71.092)	(76.502)
	697.466	**–**	**–**	**–**	**–**	**697.466**	**750.540**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.908	72		3.628	6.608	5.881
Material		38			24	62	59
Serviços de terceiros		2.518	19		1.444	3.981	4.243
Depreciação e amortização		55			109	164	215
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas				6.844		6.844	(36.742)
Aluguéis e arrendamentos					280	280	305
Outras		2.260		72	1.332	3.664	3.470
	–	**7.779**	**91**	**6.916**	**6.817**	**21.603**	**(22.569)**
Total	**697.466**	**7.779**	**91**	**6.916**	**6.817**	**719.069**	**727.971**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20. Resultado financeiro

	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	545	2.076
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	1.377	65
Outras receitas financeiras	1.018	711
	2.940	**2.852**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(166)	(180)
Outras despesas financeiras	(611)	(670)
	(777)	**(850)**
Total	**2.163**	**2.002**

21 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	24.493	37.274	24.493	37.274
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(6.123)**	**(9.319)**	**(2.204)**	**(3.355)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(13)	(59)	(5)	(21)
Gratificações a administradores	(101)	26	(37)	10
Juros sobre o capital próprio	478	488	172	176
Outras		26		10
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		(159)		(54)
Incentivos fiscais				
Adicional IR	24			
Lei Rouanet	50			
Despesa de IRPJ e CSLL	**(5.685)**	**(8.997)**	**(2.074)**	**(3.234)**
Alíquota Efetiva	23%	24%	8%	9%

22. Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

22.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.2. Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.415	10.016	10.415	10.016
Consumidores e concessionárias	73.300	116.632	73.300	116.632
Outros créditos - derivativos	400		400	
Não circulante				
Partes relacionadas	12		12	
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	58.924	75.783	58.924	75.783
Não circulante				
Partes relacionadas	32	20.707	32	20.707

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		10.415		10.415
Consumidores e concessionárias	73.300			73.300
Outros créditos - derivativos		400		400
Partes relacionadas	12			12
	73.312	**10.815**	**–**	**84.127**

Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	58.924	58.924
Partes relacionadas	32	32
	58.956	**58.956**

	31/12/2009			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		10.016		10.016
Consumidores e concessionárias	116.632			116.632
	116.632	**10.016**		**– 126.648**

Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	75.783	75.783
Partes relacionadas	20.707	20.707
	96.490	**96.490**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
		Mercados similares
	31/12/2010	Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10.415	10.415
Outros créditos - derivativos	400	400
	10.815	**10.815**

22.3. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

22.3.1. Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade são considerados os cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

As análises de sensibilidade são preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possui aplicações financeiras e nem empréstimos ou financiamentos.

22.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não realizou nenhuma captação.

22.5. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração entende que as operações ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.6. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia durante o exercício realizou uma operação de venda de um contrato de opção de compra de energia elétrica, o contrato prevê suprimento até 31 de dezembro de 2011 a um preço por MWh mais atrativo ou, em caso de não exercício da opção a contraparte deverá quitar a Companhia o prêmio resultante proporcional ao período de suprimento restante. O prêmio total do contrato foi reconhecido integralmente nos resultados financeiros da Companhia.

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas da Companhia em 2010 são:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos	31/12/2010
	Resultado financeiro
Ativo financeiro	
Circulante	
Contrato de opção de compra e venda de energia elétrica	400
	400

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Vice-Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Conselheiro

MIGUEL DIAS AMARO
Conselheiro

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

JOSÉ ROBERTO PASCON
Diretor

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/0-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

edp renováveis

EDP Renováveis Brasil S.A.

CNPJ nº 09.334.083/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009 *Ajustado*	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 *Ajustado*
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.091	379	9.025	10.267
Concessionárias	7			774	1.134
Impostos e contribuições sociais	8		2	757	277
Dividendos a receber		415	482		
Cauções e depósitos vinculados	11			1.028	2.649
Despesas pagas antecipadamente		13		89	241
Outros créditos	12	106	32	107	33
		6.625	**895**	**11.780**	**14.601**
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1			325	
Partes relacionadas	10	37			
Adiantamento para futuro aumento de capital			300		
Cauções e depósitos vinculados	11			2	
Outros créditos	12	3		3	
		40	**300**	**330**	–
Investimentos	13	51.306	60.313		
Imobilizado	14	4.095	1.832	252.584	90.412
Intangível	15	7.533	5.325	8.276	5.339
		62.934	**67.470**	**260.860**	**95.751**
Total do ativo		**69.599**	**68.665**	**272.970**	**110.352**

	Nota	Controladora 31/12/2010	Controladora 31/12/2009 *Ajustado*	Consolidado 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009 *Ajustado*
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	16	585	675	1.706	741
Impostos e contribuições sociais	8	100	56	579	210
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17			163.692	1.418
Benefícios pós-emprego	18	1		1	
Obrigações estimadas com pessoal	19	779	338	784	345
Outras contas a pagar	12	8.143	40	8.146	1.530
		9.608	**1.109**	**174.908**	**4.244**
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais diferidos	9.2			18.796	18.789
Empréstimos e financiamentos	17			17.857	19.346
Adiantamento para futuro aumento de capital		458	600	458	600
Provisões	20			1.418	417
Outras contas a pagar	12	2.300	18.400	2.300	18.400
		2.758	**19.000**	**40.829**	**57.552**
Patrimônio líquido					
Capital social	21.1	62.219	49.459	62.219	49.459
Prejuízos acumulados		(4.986)	(903)	(4.986)	(903)
		57.233	**48.556**	**57.233**	**48.556**
Total do passivo e patrimônio líquido		**69.599**	**68.665**	**272.970**	**110.352**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2009	**1**	**–**	**1**
Aumento de capital - AGE de 16/02/2009	44.620		44.620
Aumento de capital - AGE de 27/07/2009	4.838		4.838
Prejuízo do exercício		(903)	(903)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 *(Ajustado)*	**49.459**	**(903)**	**48.556**
Aumento de capital - AGE de 28/10/2010	9.033		9.033
Aumento de capital - AGE de 14/12/2010	3.727		3.727
Prejuízo do exercício		(4.083)	(4.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**62.219**	**(4.986)**	**57.233**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2010	Controladora 2009 *Ajustado*	Consolidado 2010	Consolidado 2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(4.083)	(903)	(4.083)	(903)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos			(316)	
Depreciações e amortizações	20		3.089	2.168
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	4	4.044	6	4.044
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			1.900	1.688
Provisões para contingências			50	(6)
Participações societárias	(552)	(1.542)		
Perda com investimentos		(2.381)		(2.381)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(114)	(193)
(Aumento) diminuição de ativos				
Concessionárias			360	(112)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	2	(2)	(480)	(214)
Cauções e depósitos vinculados			1.733	(2)
Despesas pagas antecipadamente	(13)		(61)	(237)
Outros créditos	(77)	(46)	(77)	(46)
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	(90)	671	965	305
Impostos e contribuições sociais correntes	44	56	367	66
Obrigações estimadas com pessoal	441	364	439	343
Outras obrigações	(7.995)	40	(9.482)	883
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	**(12.299)**	**301**	**(5.704)**	**5.403**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Baixas (adições) ao investimento	8.000	(41.944)		(41.944)
Saldo de caixa devido permuta de investimentos				142
Saldo inicial de caixa da controladora				87
Adições ao imobilizado e intangível	(4.495)	(7.223)	(162.543)	(7.230)
Dividendos recebidos	1.925			
Caixa líquido provenientes das (aplicados nas) atividades investimento	**5.430**	**(49.167)**	**(162.543)**	**(48.945)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(37)			
AFACs	12.618		12.618	
Aumento de capital		49.158		49.458
Empréstimos e financiamentos - ingressos			159.260	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos			(4.873)	(2.920)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	**12.581**	**49.158**	**167.005**	**46.538**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**5.712**	**292**	**(1.242)**	**2.996**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.091	379	9.025	10.267
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do exercício	379	87	10.267	7.271
	5.712	**292**	**(1.242)**	**2.996**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2010	Controladora 2009 *Ajustado*	Consolidado 2010	Consolidado 2009 *Ajustado*
Receita operacional líquida	22			7.849	6.365
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				(302)	(219)
	23	–	–	**(302)**	**(219)**
Custo de operação					
Pessoal				(25)	(36)
Materiais e serviços de terceiros				(1.482)	(463)
Depreciações e amortizações				(2.130)	(2.163)
Outros custos de operação				(124)	(73)
	23	–	–	**(3.761)**	**(2.735)**
		–	–	**(4.063)**	**(2.954)**
Lucro operacional bruto		–	–	**3.786**	**3.411**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas					(14)
Despesas gerais e administrativas		(4.568)	(3.921)	(5.342)	(4.142)
Depreciações e amortizações		(20)		(959)	(5)
Outras despesas operacionais				(17)	(25)
	23	**(4.588)**	**(3.921)**	**(6.318)**	**(4.186)**
Resultado do serviço		**(4.588)**	**(3.921)**	**(2.532)**	**(775)**
Resultado das participações societárias		552	1.542		
Receitas financeiras				638	983
Despesas financeiras		(47)	(1.142)	(2.067)	(3.204)
Resultado financeiro	24	(47)	(1.142)	(1.429)	(2.221)
Outras despesas			2.618		2.618
Outros resultados		**–**	**2.618**	**–**	**2.618**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(4.083)**	**(903)**	**(3.961)**	**(378)**
Imposto de renda e contribuição social correntes				(438)	(525)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				316	
Prejuízo do exercício		**(4.083)**	**(903)**	**(4.083)**	**(903)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2010	Controladora 2009 *Ajustado*	Consolidado 2010	Consolidado 2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**–**	–	**8.146**	**6.626**
Receita operacional			8.146	6.768
Outras receitas				(142)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.928)**	**(300)**	**(4.262)**	**(1.163)**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			(302)	(219)
Materiais	(28)	(10)	(50)	(23)
Serviços de terceiros	(1.537)	(2.561)	(3.229)	(3.084)
Outros custos operacionais	(363)	2.271	(681)	2.163
Valor adicionado bruto	**(1.928)**	**(300)**	**3.884**	**5.463**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(20)		(2.156)	(2.168)
Valor adicionado líquido produzido	**(1.948)**	**(300)**	**1.728**	**3.295**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras			638	983
Resultado da equivalência patrimonial	552	1.542	552	(67)
Valor adicionado total a distribuir	**(1.396)**	**1.242**	**2.918**	**4.211**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.314	547	1.329	600
Benefícios	85	33	90	38
FGTS	175	67	176	88
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	601	237	1.550	1.050
Estaduais	8	106	10	106
Municipais	9		9	3
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	47	1.142	2.067	3.204
Aluguéis	448	13	601	92
Remuneração de capital próprio				
Dividendos			415	(1.062)
	2.687	**2.145**	**6.247**	**4.119**
Lucros retidos	(4.083)	(903)	(3.329)	92
	(1.396)	**1.242**	**2.918**	**4.211**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A EDP Renováveis Brasil S.A. (Companhia ou EDP Renováveis Brasil), Companhia de capital fechado, controlada pela EDP Renováveis S.A. e EDP Energias do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2007, tem por objeto social a participação em outras sociedades, bem como as atividades de planejamento, operação e manutenção de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, e em particular as de regime especial, as de produção hidráulica ou mini-hidráulica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos.

As participações diretas detidas são as seguintes:

Usinas Eólicas		Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Autorização/Registro Início	Autorização/Registro Término
Cenaeel - Horizonte	(1)	SC	Água Doce	4,80		12/08/2002	Indefinida
Cenaeel - Água Doce	(2)	SC	Água Doce	9,00	2,97	11/12/2002	11/12/2032
Elebrás - Tramandaí (**)	(2)	RS	Tramandaí	70,00	25,15	05/09/2002	05/09/2032
Total				**83,80**	**28,12**		

(*) Não auditado
(**) Em fase de construção
(1) Registro
(2) Produção Independente de Energia (Autorização)

Empresas	Consolidação	% Participação 31/12/2010
Central Nacional de Energia Eólica S.A.	Integral	100
Elebrás Projetos S.A.	Integral	100

1.1. Alteração dos direitos de investimento na Companhia

Em 24 de setembro de 2010, a Enernova S.A. cedeu a totalidade do investimento detido na Companhia para a EDP Energias do Brasil S.A., a título de restituição do valor correspondente à redução de seu capital social.

2. Autorizações e registros

A Companhia e suas controladas diretas Cenaeel e Elebrás possuem junto à ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração:

3. Práticas contábeis

3.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante os exercícios de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

3.2. Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da controladora e do consolidado estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

3.3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado. Os saldos são apresentados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 7)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Investimentos (Nota 13)

As participações societárias na Cenaeel e Elebrás estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

d) Imobilizado (Nota 14)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil destes ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

e) Ativo intangível (Nota 15)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos, direito de concessão (inclui uso do bem público) e o ágio por expectativa de rentabilidade das operações das controladas. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

• Ágio por expectativa de rentabilidade das operações das controladas: é registrado por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e suas controladas diretas revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida, tem a recuperação do seu valor testado anualmente, independentemente de haver indicador de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 16)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 17)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 20)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo depreciados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Nota 8)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados: (i) na controlada direta Cenaeel com base nos resultados tributáveis presumidos, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente; e (ii) na controladora e controlada direta Elebrás, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

n) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

Os valores de contribuição definida são registrados no resultado do exercício de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados.

o) Capital social (Nota 21.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

q) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Numa base anual Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; Provisão para desmantelamento; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

r) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

s) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

t) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

u) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

v) Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo valor justo dos ativos, instrumentos de patrimônio e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Ativos identificáveis adquiridos e passivos e contingências assumidas na combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição, independente do grau da participação minoritária.

O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida.

O ágio não deve ser amortizado e deve ser objeto de análise periódica para determinar se o mesmo deve ser submetido a uma provisão para perda ou teste de perda de valor de ativos.

O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente, quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

3.4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e suas controladas diretas.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas companhias do grupo.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

• Eliminação do investimento da controladora nas suas controladas diretas;

• Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as suas controladas diretas, bem como das contas mantidas entre estas controladas; e

• Destaque da participação dos acionistas minoritários nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

4. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

4.1. Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	379		379	10.267		10.267
Concessionárias			–	1.134		1.134
Impostos e contribuições sociais	2		2	277		277
Dividendos a receber	1.925	(1.443)	482			–
Cauções e depósitos vinculados			–	2.649		2.649
Despesas pagas antecipadamente			–	241		241
Outros créditos	58	(26)	32	59	(26)	33
	2.364	**(1.469)**	**895**	**14.627**	**(26)**	**14.601**
Não circulante						
Adiantamento para futuro aumento de capital	300		300			–
	300	**–**	**300**	**–**	**–**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Investimentos	22.470	37.843	60.313			–
Imobilizado	1.832		1.832	34.806	55.606	90.412
Intangível	38.757	(33.432)	5.325	38.771	(33.432)	5.339
	63.059	**4.411**	**67.470**	**73.577**	**22.174**	**95.751**
Total do ativo	**65.723**	**2.942**	**68.665**	**88.204**	**22.148**	**110.352**

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Passivo e Patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	675		675	741		741
Impostos e contribuições sociais	56		56	210		210
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			–	1.418		1.418
Obrigações estimadas com pessoal	364	(26)	338	371	(26)	345
Outras contas a pagar	40		40	1.530		1.530
	1.135	**(26)**	**1.109**	**4.270**	**(26)**	**4.244**
Não circulante						
Impostos e contribuições sociais diferidos			–		18.789	18.789
Empréstimos e financiamentos			–	19.346		19.346
Adiantamento para futuro aumento de capital	600		600	600		600
Provisões			–		417	417
Outras contas a pagar	18.400		18.400	18.400		18.400
	19.000	**–**	**19.000**	**38.346**	**19.206**	**57.552**
Patrimônio líquido						
Capital social	49.459		49.459	49.459		49.459
Prejuízos acumulados	(3.871)	2.968	(903)	(3.871)	2.968	(903)
	45.588	**2.968**	**48.556**	**45.588**	**2.968**	**48.556**
Total do passivo e patrimônio líquido	**65.723**	**2.942**	**68.665**	**88.204**	**22.148**	**110.352**

4.2. Reconciliação da demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida			–	6.365		6.365
Custo com energia elétrica						
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			–	(219)		(219)
Custo de operação						
Pessoal			–	(36)		(36)
Materiais e serviços de terceiros			–	(463)		(463)
Depreciações e amortizações			–	(2.090)	(73)	(2.163)
Outros custos de operação			–	(73)		(73)
	–	**–**	**–**	**(2.662)**	**(73)**	**(2.735)**
	–	**–**	**–**	**(2.881)**	**(73)**	**(2.954)**
Lucro operacional bruto	**–**	**–**	**–**	**3.484**	**(73)**	**3.411**
Despesas operacionais						
Despesas com vendas			–	(14)		(14)
Despesas gerais e administrativas	(3.921)		(3.921)	(4.142)		(4.142)
Depreciações e amortizações	(654)	654	–	(659)	654	(5)
Outras despesas operacionais			–	(25)		(25)
	(4.575)	**654**	**(3.921)**	**(4.840)**	**654**	**(4.186)**
Resultado das participações societárias	1.609	(67)	1.542			–
Receitas financeiras			–	983		983
Despesas financeiras	(95)	(1.047)	(1.142)	(2.163)	(1.041)	(3.204)
Resultado financeiro	**(95)**	**(1.047)**	**(1.142)**	**(1.180)**	**(1.041)**	**(2.221)**
Outras despesas	(810)	3.428	2.618	(810)	3.428	2.618
Outros resultados	**(810)**	**3.428**	**2.618**	**(810)**	**3.428**	**2.618**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(3.871)**	**2.968**	**(903)**	**(3.346)**	**2.968**	**(378)**
Imposto de renda e contribuição social correntes			–	(525)		(525)
Prejuízo do exercício	**(3.871)**	**2.968**	**(903)**	**(3.871)**	**2.968**	**(903)**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não circulante

Dividendos a receber: reclassificação para a rubrica Investimentos da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Outros créditos: reclassificação do saldo da conta de adiantamento de férias classificada em Outros no balanço patrimonial para a respectiva provisão por conta da adoção do CPC 33.

Investimentos: (i) reclassificação da parcela do Ágio decorrente da aquisição das controladas diretas Cenaeel e Elebrás identificada como mais-valia da rubrica Intangível para a rubrica Investimento, por conta da aplicação do CPC 15; (ii) reclassificação da rubrica Dividendos a receber da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08; e (iii) ajuste do resultado do cálculo de equivalência patrimonial do investimento na Elebrás Projetos S.A., devido a alteração do valor dos investimentos por conta da adoção do CPC 15.

Imobilizado: (i) reconhecimento das obrigações relacionadas ao desmantelamento dos parques eólicos conforme definições do CPC 25; (ii) uniformização das taxas de depreciação do parque eólico para adoção do CPC 27; e (iii) reconhecimento de mais-valia, no consolidado, decorrente da aplicação do CPC 15.

Intangível: reclassificação da parcela do Ágio decorrente da aquisição da controlada direta Cenaeel identificada como mais-valia da rubrica Intangível para a rubrica Investimento, por conta da aplicação do CPC 15.

Passivo

Circulante e Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferido: efeito decorrente de reconhecimento (i) de mais-valia na rubrica Imobilizado, no consolidado, por conta da aplicação do CPC 15; e (ii) das obrigações relacionadas ao desmantelamento dos parques eólicos conforme definições do CPC 25.

Dividendos: reclassificação para o Patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo da conta de adiantamento de férias classificada em Outros no balanço patrimonial para a respectiva provisão por conta da adoção do CPC 33.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas ao desmantelamento dos parques eólicos conforme definições do CPC 25.

Patrimônio líquido

Reserva de lucros: reclassificação do Passivo circulante da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) recálculo das depreciações decorrentes de uniformização das taxas de depreciação do parque eólico para adoção do CPC 27; (ii) reconhecimento de atualização monetária sobre as obrigações relacionadas ao desmantelamento dos parques eólicos conforme as definições do CPC 25; (iii) estorno da amortização do Ágio registrado pela aquisição das controladas diretas Cenaeel e Elebrás, de acordo com os requisitos do CPC 15; (iv) reconhecimento de despesa financeira pela mensuração ao valor justo dos investimentos, de acordo com o CPC 15; (v) impacto em Imposto de renda e contribuição social diferidos pelo reconhecimento de mais-valia no Imobilizado pela aquisição das controladas diretas Cenaeel e Elebrás; e (vi) reconhecimento do deságio resultante da aquisição da controlada Elebrás, conforme CPC 15.

5. Combinação de negócios

A Companhia adquiriu a Central Nacional de Energia Eólica - CENAEEL em 16 de fevereiro de 2009, que tem uma capacidade instalada de 13,8MW, distribuídos em 2 parques eólicos, já em funcionamento, e a Elebrás em 17 de março de 2009, com uma capacidade instalada de 70MW, com a perspectiva de início de operações em 2011. Ambos os parques incluem tarifas incentivadas PROINFA. De acordo com o CPC 15 estas transações foram reconhecidas através do método de aquisição. O custo da entidade adquirida é atribuído aos ativos líquidos adquiridos, incluindo ativos intangíveis identificáveis, passivos e passivos contingentes assumidos com base em seu valor justo estimado na data da aquisição.

	Elebrás	Cenaeel
Outros Ativos	141	10.167
Imobilizado	2	35.076
Total ativos adquiridos	**143**	**45.243**
Empréstimos		21.996
Outros Passivos		605
Passivos assumidos	**–**	**22.601**
Ativos líquidos a valor justo	143	22.642
Participação adquirida	100%	100%
Ativos líquidos adquiridos	143	22.642
Custo de aquisição	21.263	38.875
Intangível gerado na operação (*)	21.120	16.233
Mais-valia de Imobilizado	(24.005)	(12.464)
(Deságio)/ágio reconhecido	(2.885)	3.769

(*) O intangível gerado na operação resulta da diferença entre o valor pago ou a pagar na aquisição (Custo de aquisição) e o valor dos ativos líquidos adquiridos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	6.091	379	6.942	2.224
Aplicações financeiras - renda fixa			2.083	8.043
Total	**6.091**	**379**	**9.025**	**10.267**

Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 103% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. Concessionárias

No consolidado, o saldo de R$774 em 31 de dezembro de 2010 (R$1.134 em 2009), é composto pelo contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica da controlada direta Cenaeel com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e com a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. no valor de R$659 (R$1.134 em 2009), para os quais não são esperadas perdas na sua realização, além de ajustes anuais do contrato de suprimento de energia com a Eletrobrás no valor de R$115 em 31 de dezembro de 2010.

8. Impostos e contribuições sociais

	Controladora Circulante		Consolidado Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social		2	36	76
ICMS			66	1
PIS e COFINS			104	29
IRRF sobre aplicações financeiras			230	39
Outros			321	132
Total	**–**	**2**	**757**	**277**
Passivo - A recolher				
Imposto de renda e contribuição social		38	83	167
ICMS sobre diferencial de alíquota			66	
PIS e COFINS			25	12
ISS	2	1	43	2
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	3	15	28	15
Outros	95	2	334	14
Total	**100**	**56**	**579**	**210**

9. Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

9.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura.

	Consolidado				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças temporárias - RTT Desmantelamentos - CPC 25	955	239	86	325	
Total diferenças temporárias	**–**	**239**	**86**	**325**	**–**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido ativo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2019 a 2020	Não circulante	Total
	325		325

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2010. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

	Consolidado				
	31/12/2010				31/12/2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças temporárias - RTT Mais-valia imobilizado - CPC 15	(54.332)	(13.583)	(4.890)	(18.473)	(18.789)
Desmantelamentos - CPC 25	(950)	(238)	(85)	(323)	
Total diferenças temporárias - RTT		**(13.821)**	**(4.975)**	**(18.796)**	**(18.789)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido passivo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

10. Partes relacionadas

		Controladora			
	Partes relacionadas				Ativo
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração		31/12/2010
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente pessoal, material e serviços de terceiros	Elebrás	01/01/2010	Não existe data para liquidação do saldo		37
Total					**37**

10.1. Controladora direta

As controladoras diretas da Companhia são a EDP Renováveis S.A. e a EDP Energias do Brasil S.A.

10.2. Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chave da Administração.

11. Cauções e depósitos vinculados

Como garantias ao contrato celebrado entre a controlada direta Cenaeel, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Os valores depositados na Conta Reserva deverão manter saldo correspondente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda do principal e acessórios da dívida e a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A Conta Reserva somente será utilizada em caso de insuficiência de recursos existentes na Conta Centralizadora.

Os saldos disponíveis na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2010 no montante de R$1.028 (R$2.649 em 2009), no consolidado, foram aplicados em Fundos do tipo Unibanco Private Active Fix FI visando manter a rentabilidade dos recursos da controlada direta Cenaeel.

	Consolidado		
	Circulante		Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Depósitos judiciais			2
Cauções e depósitos vinculados	1.028	2.649	
Total	**1.028**	**2.649**	**2**

12. Outros créditos e outras contas a pagar

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado				*Ajustado*		
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	106	20			106	20		
Adiantamentos a fornecedores					1			
Serviços em curso		12				12		
Outros			3			1	3	
Total	**106**	**32**	**3**	**–**	**107**	**33**	**3**	**–**
Outras contas a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos						9		
Folha de pagamento	90	40			90	40		
Outras	8.053		2.300	18.400	8.056	1.481	2.300	18.400
Total	**8.143**	**40**	**2.300**	**18.400**	**8.146**	**1.530**	**2.300**	**18.400**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O valor de R$8.056 que compõe o saldo da rubrica Outras no Passivo circulante da controladora e do consolidado, refere-se ao saldo da segunda parcela a pagar à empresa alemã de desenvolvimento de projetos eólicos *InnoVent*, pelo total da capacidade instalada do parque eólico da controlada direta Elebrás, sendo a primeira parcela de R$8.050 (50% da dívida de R$16.100) paga na implantação da primeira fundação e os outros 50% serão pagos no início das operações comerciais. O montante de R$2.300 no Passivo não circulante da controladora e do consolidado é composto de R$1.300 referente aos custos adicionais definidos em contrato associados à conclusão das diversas fases de implementação do parque eólico da Elebrás e R$1.000 na obtenção de licenças ambientais dos demais projetos.

13. Investimentos

13.1. Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldos em 31/12/2009 *Ajustado*	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Saldos em 31/12/2010
Cenaeel	36.181		(8.000)	1.198	(1.859)	27.520
Elebrás	24.132	300		(646)		23.786
Total	**60.313**	**300**	**(8.000)**	**552**	**(1.859)**	**51.306**

14. Imobilizado

	Controladora					Consolidado			
	31/12/2010			31/12/2009		31/12/2010			31/12/2009
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido *Ajustado*	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido *Ajustado*
Imobilizado em serviço										
Geração										
Máquinas e equipamentos	5,00	22	(1)	21		5,00	97.300	(11.809)	85.491	88.550
Veículos		47	(5)	42						
		69	**(6)**	**63**	**–**		**97.300**	**(11.809)**	**85.491**	**88.550**
Administração										
Máquinas e equipamentos	11,88	37	(1)	36		11,88	80	(20)	60	5
Veículos	26,65	127	(11)	116		26,65	157	(33)	124	19
Móveis e utensílios						10,00	11	(7)	4	5
		164	**(12)**	**152**	**–**		**248**	**(60)**	**188**	**29**
Atividades não vinculadas à concessão										
Máquinas e equipamentos				–			3	(2)	1	1
		–	**–**	**–**	**–**		**3**	**(2)**	**1**	**1**
Total do Imobilizado em serviço		**233**	**(18)**	**215**	**–**		**97.551**	**(11.871)**	**85.680**	**88.580**
Imobilizado em curso										
Geração		3.455		3.455	1.752		166.432		166.432	1.752
Administração		472		472	80		472		472	80
Total do imobilizado em curso		**3.927**	**–**	**3.927**	**1.832**		**166.904**	**–**	**166.904**	**1.832**
Total imobilizado		**4.160**	**(18)**	**4.142**	**1.832**		**264.455**	**(11.871)**	**252.584**	**90.412**

O valor de R$166.432 refere-se ao custo de construção do Parque eólico de Tramandaí.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora							Consolidado						
	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência para imobilizado	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2010	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência para imobilizado	Depreciação	Baixas	Transferência de Ativos (Intercias)	Valor líquido 31/12/2010
Imobilizado em serviço														
Máquinas e equipamentos		22	37	(2)			57	88.556	22	37	(3.063)			85.552
Veículos		47	80	(16)			111	19	47	80	(22)			124
Móveis e utensílios								5			(1)			4
Total do imobilizado em serviço	**–**	**69**	**117**	**(18)**	**–**	**–**	**168**	**88.580**	**69**	**117**	**(3.086)**	**–**	**–**	**85.680**
Total do Imobilizado em curso	1.832	2.520	(150)		1	(276)	3.927	1.832	165.497	(150)	–	1	(276)	166.904
Total líquido	**1.832**	**2.589**	**(33)**	**(18)**	**1**	**(276)**	**4.095**	**90.412**	**165.566**	**(33)**	**(3.086)**	**1**	**(276)**	**252.584**

15. Intangível

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2010				31/12/2009	31/12/2010				31/12/2009
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido *Ajustado*	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido *Ajustado*
Geração										
Software	20,00	33	(2)	31		19,41	34	(3)	31	
Administração										
Software							11		11	8
Total do Intangível em Serviço		**33**	**(2)**	**31**	**–**		**45**	**(3)**	**42**	**8**
Intangível em curso										
Geração		3.724		3.724	1.556		4.456		4.456	1.562
Administração		9		9			9		9	
Total do Intangível em Curso		**3.733**	**–**	**3.733**	**1.556**		**4.465**	**–**	**4.465**	**1.562**
Ágio na aquisição de investimentos										
Cenaeel		3.769		3.769	3.769		3.769		3.769	3.769
Total intangível		**7.535**	**(2)**	**7.533**	**5.325**		**8.279**	**(3)**	**8.276**	**5.339**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

Controladora							
	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço							
Software			33	(2)			31
Intangível em curso	1.556	1.906			(5)	276	3.733
Ágio na aquisição de investimentos	3.769						3.769
	5.325	**1.906**	**33**	**(2)**	**(5)**	**276**	**7.533**

Consolidado							
	Valor líquido 31/12/2009 *Ajustado*	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço							
Software	8		37	(3)			42
Intangível em curso	1.562	2.638	(4)		(7)	276	4.465
Ágio na aquisição de investimentos	3.769						3.769
Total Intangível	**5.339**	**2.638**	**33**	**(3)**	**(7)**	**276**	**8.276**

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa consolidada, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis.

O valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade das operações da controlada Cenaeel é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportados em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*
Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção
Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da autorização
Taxa de crescimento fluxo de caixa: evolução do preço

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia e suas controladas diretas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

16. Fornecedores

	Controladora Circulante		Consolidado Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Encargos de uso da rede elétrica			42	12
Materiais e serviços	585	675	1.664	729
Total	**585**	**675**	**1.706**	**741**

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida

			Consolidado					
			31/12/2010			31/12/2009		
			Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Empresa	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	Cenaeel	TJLP + 3,50% a.a.	28	839	9.873	34	766	10.712
BRDE	Cenaeel	TJLP + 4,50% a.a.	23	650	7.984	30	588	8.634
Capital de Giro - BB	Elebrás	104,00% do CDI	2.892	159.260				
Total			**2.943**	**160.749**	**17.857**	**64**	**1.354**	**19.346**

Cenaeel - Entre 1º de junho e 31 de julho de 2006 a controlada Cenaeel captou junto ao BNDES e BRDE recursos para o financiamento da construção da Usina Eólica de Água Doce, à taxa de 3,50% (BNDES) e 4,50% (BRDE) a.a. (a título de *spread*), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP instituída pela Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT, divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada lei, cujo montante está sendo amortizado em 144 parcelas com vencimento inicial em 15 de outubro de 2007 e final em 15 de setembro de 2019. Como garantias para essas obrigações, a controlada direta Cenaeel designou o penhor de todas as ações representativas do seu capital social e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro (Nota 11).

Elebrás - Em 21 de janeiro de 2010, a controlada direta Elebrás assinou junto ao Banco do Brasil o contrato de financiamento "ponte" para o Projeto eólico de Tramandaí, no montante de R$200.000, com vencimento em 16 de janeiro de 2011, e incidência de juros de 104% do CDI, calculados a partir de cada desembolso e devidos semestralmente a partir da data do primeiro desembolso. Em 31 de dezembro de 2010, o montante sacado foi de R$159.260. Em 14 de janeiro de 2011, foi assinado o primeiro aditivo deste contrato, conforme mencionado na nota 28.

Esse financiamento possui a fiança da EDP Energias do Brasil S.A.

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.418	159.260	(1.355)	(3.518)	6.397	1.489	163.692
	1.418	**159.260**	**(1.355)**	**(3.518)**	**6.397**	**1.489**	**163.692**

	Valor líquido em 31/12/2009	Transferências	Valor líquido em 31/12/2010
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19.346	(1.489)	17.857
	19.346	**(1.489)**	**17.857**

Os vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal + encargos) é apresentado a seguir:

Vencimento	Tipo de Moeda Nacional
Circulante	
2011	163.692
	163.692
Não circulante	
2012	1.637
2013	1.800
2014	1.978
2015	2.175
2016	2.391
2017	2.629
2018	2.891
2019	2.356
	17.857
Total	**181.549**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18. Benefícios pós-emprego

A partir do dia 4 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 38, a Companhia passou a patrocinar junto à EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$50. Esse plano tem a adesão de 4 colaboradores.

19. Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Folha de pagamento	678	301	682	306
INSS e FGTS	101	37	102	39
Total	**779**	**338**	**784**	**345**

Na rubrica Folha de pagamento está contemplada, basicamente, as provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2010.

20. Provisões

O valor em 31 de dezembro de 2010 de R$1.418 (R$417 em 2009) na rubrica Provisões do Passivo não circulante do consolidado refere-se a Provisão para desmantelamento dos parques eólicos das controladas diretas Cenaeel e Elebrás registrados em contrapartida ao imobilizado (Nota 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, conforme nota 25.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2010 é de R$62.219 e em 31 de dezembro de 2009 é de R$49.459 e está representado por 86.584.716 ações ordinárias, sendo 47.621.594 ações ordinárias detidas pela Companhia 38.963.112 ações ordinárias detidas pela EDP Energias do Brasil S.A. e 5 ações ordinárias detidas por outros acionistas.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$100, incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão das novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada nos dias 28 de outubro de 2010 e 14 de dezembro de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram os aumentos de capital nos montantes de R$9.033 e R$3.727 respectivamente, passando o capital social de R$49.459 para R$62.219.

21.2. Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

22. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2010	2009
Receita com venda de energia		
Suprimento de energia elétrica	8.146	6.768
Outras receitas operacionais		
Serviços taxados e outros		(142)
	8.146	**6.626**
(–) Deduções da receita		
PIS/COFINS	(297)	(261)
Total	**7.849**	**6.365**

23. Gastos operacionais

	Controladora		
Despesas operacionais	Gerais e Gerais e administrativas	31/12/2010 Total	31/12/2009 Total
Gerenciáveis			
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada	2.174	2.174	884
Material	28	28	10
Serviços de terceiros	1.537	1.537	2.561
Depreciação e amortização	20	20	
Aluguéis e arrendamentos	448	448	13
Outras	381	381	453
Total	**4.588**	**4.588**	**3.921**

	Consolidado					
	Custo do serviço		Despesas operacionais		31/12/2010	31/12/2009
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Encargo de uso e conexão	302				302	219
Taxa de fiscalização				17	17	13
	302			**17**	**319**	**232**
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		25	2.174		2.199	977
Material		22	28		50	23
Serviços de terceiros		1.460	1.769		3.229	3.086
Depreciação e Amortização		2.130	959		3.089	2.168
Provisões para contingências		116	485		601	92
Outras		8	886		894	562
	–	**3.761**	**6.301**	**–**	**10.062**	**6.908**
Total	**302**	**3.761**	**6.301**	**17**	**10.381**	**7.140**

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras			630	997
PIS e COFINS sobre receitas financeiras				(15)
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis			7	
Outras receitas financeiras			1	1
	–	**–**	**638**	**983**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(27)	(93)	(1.927)	(2.110)
Variações monetárias moeda nacional		(1.047)	(4)	(1.047)
Variações monetárias moeda estrangeira			(46)	(11)
Outras despesas financeiras	(20)	(2)	(90)	(36)
	(47)	**(1.142)**	**(2.067)**	**(3.204)**
Total	**(47)**	**(1.142)**	**(1.429)**	**(2.221)**

25. Arrendamento mercantil operacional

Arrendamento - Cenaeel

A controlada direta Cenaeel firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica. Os contratos têm prazo de 21 e 23 anos e poderão ser renovados por igual período. O pagamento é efetuado por aerogerador instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M, índice divulgado pela FGV. Atualmente, considerando todos os contratos vigentes, estão instalados 23 aerogeradores.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2010	2009
Até um ano	77	73
Acima de um ano e até cinco anos	299	290
Acima de cinco anos	729	779

A controlada direta Cenaeel reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional no resultado do exercício de 2010 o valor de R$116 (R$79 em 2009).

Arrendamento - Elebrás

A controlada direta Elebrás, firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica de Tramandaí. Os contratos têm prazo de 25 anos a 30 anos, prorrogáveis por iguais períodos, mediante manifestação expressa das partes. Todos os contratos têm cláusula de rescisão contratual sem ônus a ambas as partes após 60 meses da assinatura. Os pagamentos serão efetuados mensalmente após o início das construções por percentual entre 1,6% e 3,2% do valor da energia gerada pela usina eólica em KWh.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2010
Até um ano	924
Acima de um ano e até cinco anos	8.509
Acima de cinco anos	37.735

A controlada direta Elebrás reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional no resultado do exercício de 2010 o valor de R$37.

26. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2010
Prédios e conteúdos (terceiros)	4.097
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	11.594
Aerogeradores	42.300

27. Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.2. Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço através das rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, Fornecedores a Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida. As informações constantes de nosso balanço, Partes Relacionadas, estão apresentadas pelo valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6.091	379	6.091	379
Não circulante				
Partes relacionadas	37		37	
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	585	675	585	675

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9.025	10.267	9.025	10.267
Concessionárias	774	1.134	774	1.134
Cauções e depósitos vinculados	1.028	2.649	1.028	2.649
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.706	741	1.706	741
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	163.692	1.418	163.692	1.418
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	17.857	19.346	17.857	19.346

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

Controladora

31/12/2010

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		6.091			6.091
Partes relacionadas	37				37
	37	**6.091**	**–**	**–**	**6.128**

Passivos financeiros	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores		585	585
	–	**585**	**585**

31/12/2009

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		379			379
	–	**379**	**–**	**–**	**379**

Passivos financeiros	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores		675	675
	–	**675**	**675**

Consolidado

31/12/2010

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa		9.025			9.025
Concessionárias	774				774
Cauções e depósitos vinculados			1.028		1.028
	774	**9.025**	**1.028**	**–**	**10.827**

Passivos financeiros	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores		1.706	1.706
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		181.549	181.549
	–	**183.255**	**183.255**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2009				
Ativos financeiros	**Emprés-timos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o venci-mento**	**Dispo-níveis para venda**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		10.267			10.267
Concessionárias	1.134				1.134
Cauções e depósitos vinculados			2.649		2.649
	1.134	**10.267**	**2.649**	**–**	**14.050**

Passivos financeiros	**Valor justo através do resultado**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores		741	741
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		20.764	20.764
	–	**21.505**	**21.505**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observados, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita à informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Controladora	
	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.091	6.091
	6.091	**6.091**

	Consolidado	
	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	9.025	9.025
	9.025	**9.025**

27.3. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactam praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota explicativa 17, possuem como contraparte o BNDES, BRDE e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado somente a TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

27.3.1. Análises de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Consolidado				
		31/12/2010				
Instrumentos financeiros	**Risco**	**Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário IV**	**Cenário V**
Ativos Financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	799	999	1.199	599	400
Passivos Financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	14.828	18.535	22.242	11.121	7.414
Empréstimos e financiamentos - BRDE	CDI	2.593	3.241	3.890	1.945	1.297
Empréstimos e financiamentos - Banco do Brasil	CDI	11.649	14.561	17.474	8.737	5.825
Valor de referência						
CDI - 10,00%						
TJLP - 6,00%						

27.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

	Consolidado					
	31/12/2010					
Obrigações contratuais	**Total**	**Venci-mentos em 2011**	**Venci-mentos de 2012 até 2014**	**Venci-mentos de 2015 até 2016**	**Venci-mentos acima de 2016**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	181.549	163.692	5.415	4.566	7.876
	181.549	**163.692**	**5.415**	**4.566**	**7.876**

	Consolidado				
	31/12/2009				
Obrigações contratuais	**Total**	**Venci-mentos em 2010**	**Venci-mentos de 2011 até 2013**	**Venci-mentos de 2014 até 2015**	**Venci-mentos acima de 2015**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20.764	1.418	4.926	4.153	10.267
	20.764	**1.418**	**4.926**	**4.153**	**10.267**

27.5. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e Depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo e os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28. Eventos subsequentes

Em 14 de janeiro de 2011, a controlada direta Elebrás assinou junto ao Banco do Brasil o primeiro aditivo do contrato de financiamento "ponte" para o Projeto eólico de Tramandaí para alterar (i) o valor do crédito para R$307.000; (ii) o vencimento do contrato para 30 de junho de 2011; (iii) a incidência de juros para 108% do CDI sobre o saldo desembolsado; (iv) a incidência de juros de 109% para os valores desembolsados de 14 de janeiro de 2011 a 4 de fevereiro de 2011; e (v) a incidência de encargos financeiros correspondentes ao percentual do CDI, negociado de comum acordo entre as partes. Em 17 de janeiro de 2011, foi assinado o segundo aditivo para alterar a data de vencimento dos encargos para 16 de junho de 2011, com taxa a 108% do CDI.

Em 24 de janeiro de 2011, a Companhia assinou, junto ao Banco do Brasil, o contrato de financiamento no montante de R$80.000, com vencimento em 30 de junho de 2011, e incidência de juros de (i) 110% do CDI para os valores liberados até 31 de março de 2011; e (ii) ao percentual do CDI negociado de comum acordo entre as partes para os valores liberados a partir de 1º de abril de 2011.

Em 27 de janeiro de 2011 foi efetuado AFAC entre a Companhia e a sua controlada direta Elebrás no montante de R$10.650 e em 28 de janeiro de 2011 foi efetuado novo AFAC no montante adicional de R$50.250, para fazer face a pagamentos a fornecedores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANA MARIA MACHADO FERNANDES
Presidente

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Vice-Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Conselheiro

LUÍS DE ABREU CASTELLO - BRANCO ADÃO DA FONSECA
Conselheiro

RUI MANUEL RODRIGUES LOPES TEIXEIRA
Conselheiro

DIRETORIA

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Presidente

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor

RENATO VOLPONI LÍCIO
Diretor

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

FABIANA BUENO HERNANDEZ
Gestora Operacional de Consolidação Contábil
Contadora - CRC 1SP224652/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
EDP Renováveis Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **EDP Renováveis Brasil S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Renováveis Brasil S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidado do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.

CNPJ nº 04.959.392/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	2010	2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.905	9.668	7.271
Concessionárias	5	774	1.134	1.022
Impostos e contribuições sociais	6	691	274	63
Cauções e depósitos vinculados	8	1.028	2.647	2.454
Despesas pagas antecipadamente		67	28	4
		5.465	**13.751**	**10.814**
Não circulante				
Imobilizado	9	31.188	33.323	35.491
Intangível	10	11	14	8
		31.199	**33.337**	**35.499**
Total do ativo		**36.664**	**47.088**	**46.313**

(Em milhares de reais)	Nota	2010	2009 *Ajustado*	01/01/2009 *Ajustado*
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	11	555	66	432
Impostos e contribuições sociais	6	151	153	144
Dividendos		415	482	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	1.540	1.418	3.264
Obrigações estimadas com pessoal		5	7	28
Outras contas a pagar	14	3	1.481	647
		2.669	**3.607**	**4.515**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	17.857	19.346	18.732
Provisões	13	463	417	423
		18.320	**19.763**	**19.155**
Patrimônio líquido				
Capital social	15.1	14.035	22.035	20.535
Reservas de lucros	15.3	1.640	1.750	227
(Prejuízos) lucros acumulados			(67)	1.881
		15.675	**23.718**	**22.643**
Total do passivo e patrimônio líquido		**36.664**	**47.088**	**46.313**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	**20.535**	**227**	**1.881**	**22.643**
Aumento de capital - AGE de 26/01/2009	1.500		(1.500)	
Lucro líquido do exercício			1.557	1.557
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		80	(80)	
Dividendos propostos			(482)	(482)
Dividendo adicional proposto		1.443	(1.443)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (*Ajustado*)	**22.035**	**1.750**	**(67)**	**23.718**
Dividendo adicional aprovado - AGO 23/02/2010		(1.443)		(1.443)
Redução de capital - AGE 25/10/2010	(8.000)			(8.000)
Lucro líquido do exercício			1.815	1.815
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		87	(87)	
Dividendos propostos			(415)	(415)
Dividendo adicional proposto		1.246	(1.246)	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**14.035**	**1.640**	**–**	**15.675**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2010	2009 *Ajustado*
Receita operacional líquida	16	7.849	6.365
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(302)	(219)
Custo de operação			
Pessoal		(25)	(36)
Materiais e serviços de terceiros		(1.482)	(463)
Depreciações e amortizações		(2.130)	(2.163)
Outros custos de operação		(124)	(73)
	17	**(3.761)**	**(2.735)**
		(4.063)	**(2.954)**
Lucro operacional bruto		**3.786**	**3.411**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas			(14)
Despesas gerais e administrativas		(197)	(218)
Depreciações e amortizações		(6)	(5)
Outras despesas operacionais		(17)	(13)
	17	**(220)**	**(250)**
Resultado do serviço		**3.566**	**3.161**
Receitas financeiras		638	983
Despesas financeiras		**(1.950)**	**(2.062)**
Resultado financeiro	18	**(1.312)**	**(1.079)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.254**	**2.082**
Imposto de renda e contribuição social correntes		**(439)**	**(525)**
Lucro líquido do exercício		**1.815**	**1.557**
Lucro básico por lote de mil ações - R$		**883,86**	**758,22**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
	2010	**2009**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		***Ajustado***
Lucro líquido do exercício	1.815	1.557
Depreciações e amortizações	2.136	2.168
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	2	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.900	1.688
Provisões	46	(6)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(114)	(193)
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias	360	(112)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(417)	(211)
Cauções e depósitos vinculados	1.733	
Despesas pagas antecipadamente	(39)	(24)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	489	(366)
Impostos e contribuições sociais correntes	(2)	9
Obrigações estimadas com pessoal	(2)	(21)
Outras obrigações	(1.478)	834
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.429**	**5.323**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível		(6)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(6)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	(8.000)	
Dividendos pagos	(1.925)	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(3.267)	(2.920)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(13.192)**	**(2.920)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(6.763)**	**2.397**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.905	9.668
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.668	7.271
	(6.763)	**2.397**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 *Ajustado*
Geração do valor adicionado	**8.146**	**6.626**
Receita operacional	8.146	6.768
Outras receitas		(142)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.987)**	**(848)**
Custos da energia comprada		
Encargos de uso do sistema de transmissão	(302)	(219)
Materiais	(22)	(13)
Serviços de terceiros	(1.599)	(523)
Outros custos operacionais	(64)	(93)
Valor adicionado bruto	**6.159**	**5.778**
Depreciações e amortizações	(2.136)	(2.168)
Valor adicionado líquido produzido	**4.023**	**3.610**
Receitas financeiras	638	983
Valor adicionado total a distribuir	**4.661**	**4.593**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	15	53
Benefícios	5	5
FGTS	1	21
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	757	813
Estaduais	2	
Municipais		3
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.950	2.062
Aluguéis	116	79
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	415	482
	3.261	**3.518**
Lucros retidos	1.400	1.075
	4.661	**4.593**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Central Nacional de Energia Eólica S.A. ("Companhia" ou "CENAEEL"), é uma Companhia de capital fechado constituída em 11 de março de 2002, e tem como objeto social a produção de energia elétrica, tendo sido adquirida em 16/02/2009, pela EDP Renováveis Brasil S.A. os parques eólicos descritos abaixo.

A Companhia tem sede e foro à Rodovia PRT 280 - Km 94,3, no município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, onde localizam-se as usinas geradoras de energia eólica denominadas Parque Eólico do Horizonte e Usina Eólica de Água Doce.

Atualmente as duas usinas geradoras de energia eólica possuem 23 aerogeradores com capacidade instalada para geração de 13,8 MW.

A totalidade de produção de energia é comercializada com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., e a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Usinas Eólicas		Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Autorização/Registro Início	Autorização/Registro Término
Horizonte	(1)	SC	Água Doce	4,80		12/08/02	Indefinido
Água Doce	(2)	SC	Água Doce	9,00	2,97	11/12/02	11/12/32
Total				**13,80**	**2,97**		

(*) não auditado
(1) Registro
(2) Produção Independente de Energia (Autorização)

2. Práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.2. Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010, pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado. Os saldos são apresentados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil destes ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar o seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

d) Ativo intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

f) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 13)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo depreciados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

m) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

n) Capital social (Nota 15.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de swap e hedge, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisão para desmantelamento.

q) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou ainda a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

r) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

s) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

t) Contratos de arrendamento (Nota 19)

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

3.1 Reconciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.271		7.271
Concessionárias	1.022		1.022
Impostos e contribuições sociais	63		63
Cauções e depósitos vinculados	2.454		2.454
Despesas pagas antecipadamente	4		4
	10.814	**–**	**10.814**
Imobilizado	**35.068**	**423**	**35.491**
Intangível	**8**	**–**	**8**
	35.076	**423**	**35.499**
Total do ativo	**45.890**	**423**	**46.313**
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	432		432
Impostos e contribuições sociais	144		144
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.264		3.264
Obrigações estimadas com pessoal	28		28
Outras contas a pagar	647		647
	4.515	**–**	**4.515**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	18.732		18.732
Provisões		423	423
	18.732	**423**	**19.155**
Patrimônio líquido			
Capital social	20.535		20.535
Reservas de lucros	227		227
Lucros acumulados	1.881		1.881
	22.643	**–**	**22.643**
Total do passivo e patrimônio líquido	**45.890**	**423**	**46.313**

3.2 Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9.668		9.668
Concessionárias	1.134		1.134
Impostos e contribuições sociais	274		274
Cauções e depósitos vinculados	2.647		2.647
Despesas pagas antecipadamente	28		28
	13.751	**–**	**13.751**
Não Circulante			
Imobilizado	**32.973**	**350**	**33.323**
Intangível	**14**	**–**	**14**
	32.987	**350**	**33.337**
Total do ativo	**46.738**	**350**	**47.088**
	Anteriormente publicado	**Ajustes**	**Ajustado ao CPC**
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	66		66
Impostos e contribuições sociais	153		153
Dividendos	1.925	(1.443)	482
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.418		1.418
Obrigações estimadas com pessoal	7		7
Outras contas a pagar	1.481		1.481
	5.050	**(1.443)**	**3.607**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19.346		19.346
Provisões		417	417
	19.346	**417**	**19.763**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.035		22.035
Reservas de lucros	307	1.443	1.750
Prejuízos acumulados		(67)	(67)
	22.342	**1.376**	**23.718**
Total do passivo epatrimônio líquido	**46.738**	**350**	**47.088**

3.3 Reconciliação da demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	6.365		6.365
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica	(219)		(219)
Custo de operação			
Pessoal	(36)		(36)
Materiais e serviços de terceiros	(463)		(463)
Depreciações e amortizações	(2.090)	(73)	(2.163)
Outros custos de operação	(73)		(73)
	(2.662)	**(73)**	**(2.735)**
	(2.881)	**(73)**	**(2.954)**
Lucro operacional bruto	**3.484**	**(73)**	**3.411**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(14)		(14)
Despesas gerais e administrativas	(218)		(218)
Depreciações e amortizações	(5)		(5)
Outras despesas operacionais	(13)		(13)
	(250)	**–**	**(250)**
Resultado do serviço	**3.234**	**(73)**	**3.161**
Receitas financeiras	983		983
Despesas financeiras	(2.068)	6	(2.062)
Resultado financeiro	**(1.085)**	**6**	**(1.079)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.149**	**(67)**	**2.082**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(525)		(525)
Lucro líquido do exercício	**1.624**	**(67)**	**1.557**
Lucro básico por lote de mil ações - R$	**790,74**	**–**	**790,74**

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Não Circulante

Imobilizado: (i) reconhecimento das obrigações relacionadas ao desmantelamento dos parques eólicos conforme as definições do CPC 25; e (ii) uniformização das taxas de depreciação do parque eólico para adoção do CPC 27.

Passivo

Circulante e Não Circulante

Dividendos: reclassificação para o Patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas ao desmantelamento dos parques eólicos conforme as definições do CPC 25.

Patrimônio líquido

Reserva de lucros: reclassificação do Passivo circulante da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) recálculo das depreciações decorrente de uniformização das taxas de depreciação do parque eólico para adoção do CPC 27 e (ii) reconhecimento de atualização monetária sobre as obrigações relacionadas ao desmantelamento dos parques eólicos conforme as definições do CPC 25.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	822	1.625
Aplicações financeiras - renda fixa	2.083	8.043
Total	**2.905**	**9.668**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 103% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Concessionárias

	Saldos Vincendos	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Circulante			
Concessionárias			
Suprimento - convencional	774	774	1.134
Total Circulante	**774**	**774**	**1.134**

O saldo de R$774 em 31 de dezembro de 2010 (R$1.134 em 2009), é composto pelo contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica da Companhia com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e com a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. no valor de R$659 (R$1.134 em 31 de dezembro 2009), para os quais não são esperadas perdas na sua realização, além de ajustes anuais do contrato de suprimento de energia com a Eletrobrás no valor de R$115 em 31 de dezembro de 2010.

6. Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	36	74
PIS e COFINS	104	29
IRRF sobre aplicações financeiras	230	39
Outros	321	132
Total	**691**	**274**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	83	129
PIS e COFINS	25	12
Outros	43	12
Total	**151**	**153**

7. Partes relacionadas

7.1. Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A.

7.2. Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chave da administração.

8. Cauções e depósitos vinculados

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Os valores depositados na Conta Reserva deverão manter saldo correspondente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda do principal e acessórios da dívida e a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A Conta Reserva somente será utilizada em caso de insuficiência de recursos existentes na Conta Centralizadora. Os saldos disponíveis na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2010 no montante de R$1.028 (R$2.647 em 2009) foram aplicados em Fundos do tipo Unibanco Private Active Fix FI visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9. Imobilizado

	Taxa anuais médias de depreciação %	31/12/2010 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido
					Ajustado
Imobilizado em serviço					
Geração					
Máquinas e equipamentos	4,48	42.044	(10.876)	31.168	33.294
		42.044	**(10.876)**	**31.168**	**33.294**
Administração					
Máquinas e equipamentos	10	21	(18)	3	5
Veículos	20	30	(17)	13	19
Móveis e utensílios	10	11	(7)	4	5
		62	**(42)**	**20**	**29**
Total do Imobilizado em serviço		**42.106**	**(10.918)**	**31.188**	**33.323**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2010
	Ajustado		
Imobilizado em serviço			
Máquinas e equipamentos	33.299	(2.128)	31.171
Veículos	19	(6)	13
Móveis e utensílios	5	(1)	4
Total do imobilizado em serviço	33.323	(2.135)	31.188
Total líquido	**33.323**	**(2.135)**	**31.188**

10 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2010 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido
					Ajustado
Intangível em serviço					
Geração					
Software		1	(1)		
Administração					
Software	10	11		11	8
Total do intangível em serviço		**12**	**(1)**	**11**	**8**
Intangível em curso					
Geração					6
Total do intangível em curso		**–**	**–**	**–**	**6**
Total imobilizado intangível		**12**	**(1)**	**11**	**14**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
	Ajustado				
Intangível em serviço					
Software	8	4	(1)		11
Imobilizado em curso - intangível	6	(4)		(2)	
	14	**–**	**(1)**	**(2)**	**11**

11. Fornecedores

	Circulante 31/12/2010	31/12/2009
Encargos de uso da rede elétrica	42	12
Materiais e serviços	513	54
Total	**555**	**66**

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2010 Encargos	Principal		31/12/2009 Encargos	Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	TJLP + 3,50% a.a.	28	839	9.873	34	766	10.712
BRDE	TJLP + 4,50% a.a.	23	650	7.984	30	588	8.634
Total		**51**	**1.489**	**17.857**	**64**	**1.354**	**19.346**

Entre 1º de junho e 31 de julho de 2006, a Companhia captou, junto ao BNDES e ao BRDE, recursos para o financiamento da construção da Usina Eólica de Água Doce, à taxa de 3,50% (BNDES) e 4,50% (BRDE) a.a. (a título de *spread*), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP instituída pela Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT, divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada lei, cujo montante está sendo amortizado em 144 parcelas com vencimento inicial em 15 de outubro de 2007 e final em 15 de setembro de 2019. Como garantias para essas obrigações, a Companhia designou o penhor de todas as ações representativas do seu capital social e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro (Nota 8).

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	1.418	(1.355)	(1.912)	1.900	1.489	1.540
	1.418	**(1.355)**	**(1.912)**	**1.900**	**1.489**	**1.540**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	19.346				(1.489)	17.857
	19.346	**–**	**–**	**–**	**(1.489)**	**17.857**

Os vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal + encargos) é apresentado a seguir:

Vencimento	Tipo de moeda Nacional
Circulante	
2011	1.540
	1.540
Não circulante	
2012	1.637
2013	1.800
2014	1.978
2015	2.175
2016	2.391
2017	2.629
2018	2.891
2019	2.356
	17.857
Total	**19.397**

13. Provisões

O valor, em 31 de dezembro de 2010, de R$463 (R$417 em 2009) na rubrica Provisões do Passivo não circulante refere-se à Provisão para desmantelamento dos parques eólicos Horizonte e Água Doce, registrado em contrapartida ao Imobilizado (Nota 9). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, conforme nota 19.

14. Outras contas a pagar

O valor de R$1.481 em 2009, refere-se aos ajustes anuais do contrato de suprimento de energia com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de R$14.035 (R$22.035 em 2009) e está representado por 2.053.500 ações nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

	2010	
Acionistas	Ações Nominativas	%
EDP - Renováveis Brasil S.A.	2.053.499	100
Outros	1	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o BNDES, BRDE e a Companhia, em 19 de maio de 2006, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas pela Companhia nos contratos de financiamento, todas as ações representativas do capital social da Companhia, ou que venham a ser adquiridas no futuro, durante a vigência do contrato entre as partes, são considerados como bens empenhados, bem como todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens eventualmente adquiridos com o produto da realização da garantia mencionada.

15.2. Destinação do Lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	1.815
Ajuste de exercícios anteriores	(67)
Lucro líquido ajustado	1.748
Constituição da reserva legal - 5%	(87)
	1.661
Destinação do lucro:	
Dividendos	(415)
Quantidade de ações	2.053
Dividendos por ação - R$	0,2020930

15.3. Reservas de lucros

O saldo de R$394 em 31 de dezembro de 2010 (R$307 em 2009), refere-se a reserva legal constituída a razão de 5% do lucro líquido.

16. Receita operacional líquida

	31/12/2010	31/12/2009
Receita com venda de energia		
Suprimento de energia elétrica	8.146	6.768
Serviços taxados e outros		(142)
	8.146	**6.626**
(–) Deduções da receita		
PIS/COFINS	(297)	(261)
Total	**7.849**	**6.365**

17. Gastos operacionais

	Custo do serviço Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	31/12/2010 Total	31/12/2009 Total
						Ajustado
Não gerenciáveis						
Encargo de uso e conexão	302				302	219
Taxa de fiscalização				17	17	13
	302	**–**	**–**	**17**	**319**	**232**
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		25			25	93
Material		22			22	13
Serviços de terceiros		1.460	139		1.599	523
Depreciação e amortização		2.130	6		2.136	2.168
Aluguéis e arrendamentos		116			116	79
Outras		8	58		66	96
	–	**3.761**	**203**	**–**	**3.964**	**2.972**
Total	**302**	**3.761**	**203**	**17**	**4.283**	**3.204**

18. Resultado financeiro

	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	630	997
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(15)
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	7	
Outras receitas financeiras	1	1
	638	**983**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(1.900)	(2.017)
Variações monetárias moeda estrangeira	(46)	(11)
Outras despesas financeiras	(4)	(34)
	(1.950)	**(2.062)**
Total	**(1.312)**	**(1.079)**

19. Arrendamento mercantil operacional

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica. Os contratos têm prazo de 21 e 23 anos e poderão ser renovados por igual período. O pagamento é efetuado por aerogerador instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M, índice divulgado pela FGV. Atualmente, considerando todos os contratos vigentes, estão instalados 23 aerogeradores.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2010	2009
Até um ano	77	79
Acima de um ano e até cinco anos	299	290
Acima de cinco anos	729	779

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional no resultado do exercício de 2010 o valor de R$116 (R$79 em 2009).

20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2010
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (veículos)	1.600
Aerogeradores	42.300

21. Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

21.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.2. Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores e empréstimos financiamentos e encargos de dívidas.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.905	9.668	2.905	9.668
Concessionárias	774	1.134	774	1.134
Cauções e depósitos vinculados	1.028	2.647	1.028	2.647
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	555	66	555	66
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.540	1.418	1.540	1.418
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.857	19.346	17.857	19.346

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos, temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda; e para instrumentos financeiros passivos, temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010				
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Disponíveis para venda**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		2.905			2.905
Concessionárias	774				774
Cauções e depósitos vinculados			1.028		1.028
	774	**2.905**	**1.028**	**–**	**4.707**

Passivos financeiros	**Valor justo através do resultado**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores		555	555
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas		19.397	19.397
	–	**19.952**	**19.952**

	31/12/2009				
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Disponíveis para venda**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		9.668			9.668
Concessionárias	1.134				1.134
Cauções e depósitos vinculados			2.647		2.647
	1.134	**9.668**	**2.647**	**–**	**13.449**

Passivos financeiros	**Valor justo através do resultado**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores		66	
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas		20.764	
	–	**20.830**	**–**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

		Mensuração do valor justo		
	31/12/2010	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.905		2.905	
	2.905	**–**	**2.905**	**–**

21.3. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota explicativa 12, possuem como contraparte o BNDES e o BRDE. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado somente a TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa Selic, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

21.3.1. Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	**Risco**	**Cenário (I) do risco Provável**	**Cenário (II) Aumento do risco em 25%**	**Cenário (III) Aumento do risco em 50%**	**Cenário (IV) Redução do risco em 25%**	**Cenário (V) Redução em 50%**
Ativos financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	799	999	1.199	599	400
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	14.828	18.535	22.242	11.121	7.414
Empréstimos e financiamentos - BRDE	CDI	2.593	3.241	3.890	1.945	1.297

Valor de referência

CDI - 10,0%

TJLP - 6,0%

21.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa 12.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2010 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

	31/12/2010				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2011**	**Vencimentos de 2012 até 2014**	**Vencimentos de 2015 até 2016**	**Vencimentos acima de 2016**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19.397	1.540	5.415	4.566	7.876
	19.397	**1.540**	**5.415**	**4.566**	**7.876**

	31/12/2009				
Obrigações contratuais	**Total**	**Vencimentos em 2010**	**Vencimentos de 2011 até 2013**	**Vencimentos de 2014 até 2015**	**Vencimentos acima de 2015**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20.764	1.418	4.926	4.153	10.267
	20.764	**1.418**	**4.926**	**4.153**	**10.267**

21.5. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periódicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22. Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Em 2010 não foram contabilizados gastos relevantes de natureza ambiental.

DIRETORIA

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Presidente

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" - SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.
Água Doce - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da **CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador
CRC SP-141128/O-2-S-SC

edp

Enercouto S.A.

CNPJ nº 04.705.039/0001-65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Ativo			
Circulante			
Caixa		770	101
Impostos e contribuições sociais		3	3
		773	**104**
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	4	1.271	1.271
		1.271	**1.271**
Imobilizado	5	3.233	2.684
Intangível	6	56	906
		3.289	**3.590**
Total do ativo		**5.333**	**4.965**

(Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	7	86	100
Impostos e contribuições sociais		2	18
		88	**118**
Não circulante			
Partes relacionadas			1
Adiantamento para futuro aumento de capital	4	500	5.315
		500	**5.316**
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	5.316	1
Prejuízos acumulados		(571)	(470)
		4.745	**(469)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.333**	**4.965**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas			–
Ajuste adoção das novas práticas			–
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (*Ajustado*)	1	(418)	(417)
Prejuízo do exercício		(52)	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (*Ajustado*)	**1**	**(470)**	**(469)**
Ajuste de exercícios anteriores			
Aumento de capital - AGO de 07/04/2010	5.315		5.315
Prejuízo do exercício		(101)	(101)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**5.316**	**(571)**	**4.745**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Enercouto S.A. (Companhia ou Enercouto), constituída em 18 de setembro de 2001, tem como principal objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, exclusivamente em relação ao aproveitamento hidrelétrico designado como o conjunto composto pela Usina Hidrelétrica Couto Magalhães e pelas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

2 Concessões

A Companhia possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à ANEEL:

Usina Hidrelétrica	Estado	Cidade	Rio	Capacidade Instalada (KW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
Couto Magalhães	GO/MT	Santa Rita do Araguaia/ Alto Araguaia	Araguaia	150,00	90,30	23/04/2002	23/04/2037

3 Práticas contábeis

3.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 16 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangente, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

3.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

3.3 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Imobilizado (Nota 5)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27 (IAS 16), eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar, tais custos, como administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

b) Ativo intangível (Nota 6)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável.

d) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Fornecedores (Nota 7)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços.

f) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

g) Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

h) Capital social (Nota 8.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

j) Instrumentos financeiros (Nota 11)

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais diminuições em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

l) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(101)	(52)
Resultado do serviço		**(101)**	**(52)**
Prejuízo do exercício		**(101)**	**(52)**
Lucro básico por lote de mil ações - R$			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2010	2009 *Ajustado*
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(101)	(52)
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	1	
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados		1.211
	(100)	**1.159**
(Aumento) diminuição de ativos		
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(1)
Outros créditos		(1)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(14)	40
Impostos e contribuições sociais correntes	(16)	17
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(130)**	**1.214**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	300	(2.421)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**300**	**(2.421)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(1)	(10)
AFACs	500	1.310
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**499**	**1.300**
Aumento de caixa	**669**	**93**
Caixa no final do exercício	770	101
Caixa no início do exercício	101	8
	669	**93**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2010	2009
Geração do valor adicionado		
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(101)**	**(52)**
Serviços de terceiros	(60)	(2)
Outros custos operacionais	(41)	(50)
Valor adicionado bruto	**(101)**	**(52)**
Valor adicionado total a distribuir	**(101)**	**(52)**
Prejuízos retidos	(101)	(52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Ativo		Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
EDP Energias do Brasil			500	5.315
Couto Magalhães	1.271	1.271		
Total	**1.271**	**1.271**	**500**	**5.315**

5 Imobilizado

	31/12/2010		31/12/2009
	Custo histórico	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em curso			
Geração	3.233	3.233	2.684
Total Imobilizado Tangível	**3.233**	**3.233**	**2.684**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009	Aquisições	Reclas-sificação	Valor líquido 31/12/2010
Total do imobilizado em curso	**2.684**	**621**	**(72)**	**3.233**
Total líquido	**2.684**	**621**	**(72)**	**3.233**

6 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2010 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido
Intangível em serviço					
Software	20	5	(1)	4	
Total do Intangível em Serviço		**5**	**(1)**	**4**	**–**
Intangível em curso					
Geração		52		52	906
Total do Intangível em curso		**52**	**–**	**52**	**906**
Total intangível		**57**	**(1)**	**56**	**906**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço						
Software			5	(1)		4
Intangível em curso	906	51	(5)		(900)	52
	906	**51**	**–**	**(1)**	**(900)**	**56**

7 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Materiais e serviços	86	100
Total	**86**	**100**

8 Patrimônio líquido

8.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R$5.316 representados por 1.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

8.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Prejuízo apurado no exercício	(101)
Prejuízos acumulados	(109)
Prejuízo ajustado	(210)

9 Gastos operacionais

	Gerais e administrativas	2010	2009
Gerenciáveis			
Serviços de terceiros	60	60	2
Outras	41	41	50
Total	**101**	**101**	**52**

10 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(101)	(52)	(101)	(52)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	25	13	9	5

11 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

11.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

11.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa	770	101	770	101
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	86	100	86	100
Não circulante				
Partes relacionadas		1		1

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado.

	31/12/2010	
	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros		
Caixa	770	770
	770	**770**

	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	86	86
	86	**86**

	31/12/2009	
	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros		
Caixa	101	101
	101	**101**

	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	100	100
Partes relacionadas	1	1
	101	**101**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados idênticos Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa	770	770

11.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado aproxima-se ao seu valor contábil, para os ativos e passivos financeiros avaliados.

11.3.1 Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade são considerados os cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

As análises de sensibilidade são preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Durante o exercício a Companhia não realizou aplicações financeiras e tampouco efetuou captação de recursos a título de empréstimo no mercado.

11.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não realizou nenhuma captação.

11.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração entende que as operações com ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

12 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental em 2010 foram de R$503 capitalizados no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente.

DIRETORIA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Diretor

ANDRE LUIZ DE CASTRO PEREIRA
Diretor

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ANA PAULA MARZANO CERQUEIRA
Gestora Operacional de Patrimônio e Custo
Contadora - CRC 1SP204118/O-8